RESOLUÇÃO CONSUP/IFSC Nº 164, DE 1º DE JULHO DE 2025

Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

O Presidente do CONSELHO SUPERIOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições estatutárias, e atendendo as determinações da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008,

CONSIDERANDO o processo SIPAC nº 23292.018243/2025-28;

CONSIDERANDO as decisões do Conselho Superior do IFSC, na 58ª Reunião Extraordinária, de 16 de junho de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, conforme documento anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

MAURÍCIO GARIBA JÚNIOR

Presidente do Conselho Superior

Autorizado conforme despacho no processo SIPAC nº 23292.018243/2025-28

INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

2025-2029

PDI
2025 - 2029

Junho / 2025

Capítulo 1 – PERFIL INSTITUCIONAL

SUMÁRIO

Capítulo 1 – PERFIL INSTITUCIONAL 1
1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO 3
1.2 HISTÓRICO 4
1.3 FINALIDADES, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS 5
1.4 MISSÃO, VISÃO E VALORES 7
1.5 CADEIA DE VALOR 8
1.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA 11

Comissão Temática de Perfil Institucional

OIZES VIEIRA MENDES - Diretor de Gestão do Conhecimento - Presidente

MARIANA FEMINELLA VEIGA SAMPIETRO - Diretoria de Gestão do Conhecimento

SILVIO APARECIDO DA SILVA - Coordenador de Planejamento e Avaliação Institucional

VANESSA DE OLIVEIRA MORAES - Coordenadora de Processos e Riscos

1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) é uma das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, (RFEPCT). É uma instituição pública que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e extensão. Conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais "são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino".

A instituição é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec[1]), e é composta por vinte e um câmpus, um câmpus avançado e um polo de inovação, além da reitoria, localizada em Florianópolis.

Seus câmpus, conforme mostrado pela Figura 1.1 são: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Jaraguá do Sul-Centro, Jaraguá do Sul-Rau[2], Itajaí, Joinville, Lages, São José, Palhoça Bilíngue[3], São Carlos, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê, além do Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste. Na figura também aparece o futuro Câmpus Tijucas[4], que faz parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Fase IV. O Polo de Inovação é uma unidade administrativa, vinculada à Reitoria, especializada na prospecção, contratação e gerenciamento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I) em áreas de competência específicas. Ao Polo de Inovação do IFSC vincula-se a Unidade Embrapii Sistemas Inteligentes de Energia, sediada no Câmpus Florianópolis da instituição.

---

1 Por ser autarquia, conta com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Quanto à Setec/MEC, cabe o planejamento e o desenvolvimento de toda a Rede Federal, assim, é de sua competência prever a disponibilidade orçamentária e financeira da Rede.

2 O Câmpus Jaraguá do Sul-Rau era chamado pela comunidade de "Câmpus Geraldo Werninghaus", por ter se originado da federalização do Centro Politécnico Geraldo Werninghaus (Cepeg). Em maio de 2016, a partir da publicação da Portaria nº 378 do MEC, que atualizou a lista de unidades da Rede Federal EPT, seu nome foi oficializado como "Câmpus Jaraguá do Sul-Rau".

3 O nome dado pela portaria de autorização de funcionamento pelo MEC é Câmpus Palhoça, porém, utiliza-se Palhoça Bilíngue como forma de reforçar para a comunidade a característica diferenciada dessa unidade e consolidar a marca de escola profissional bilíngue (Libras/português).

4 O Câmpus Tijucas está em processo de implantação, mas ainda sem portaria de funcionamento.

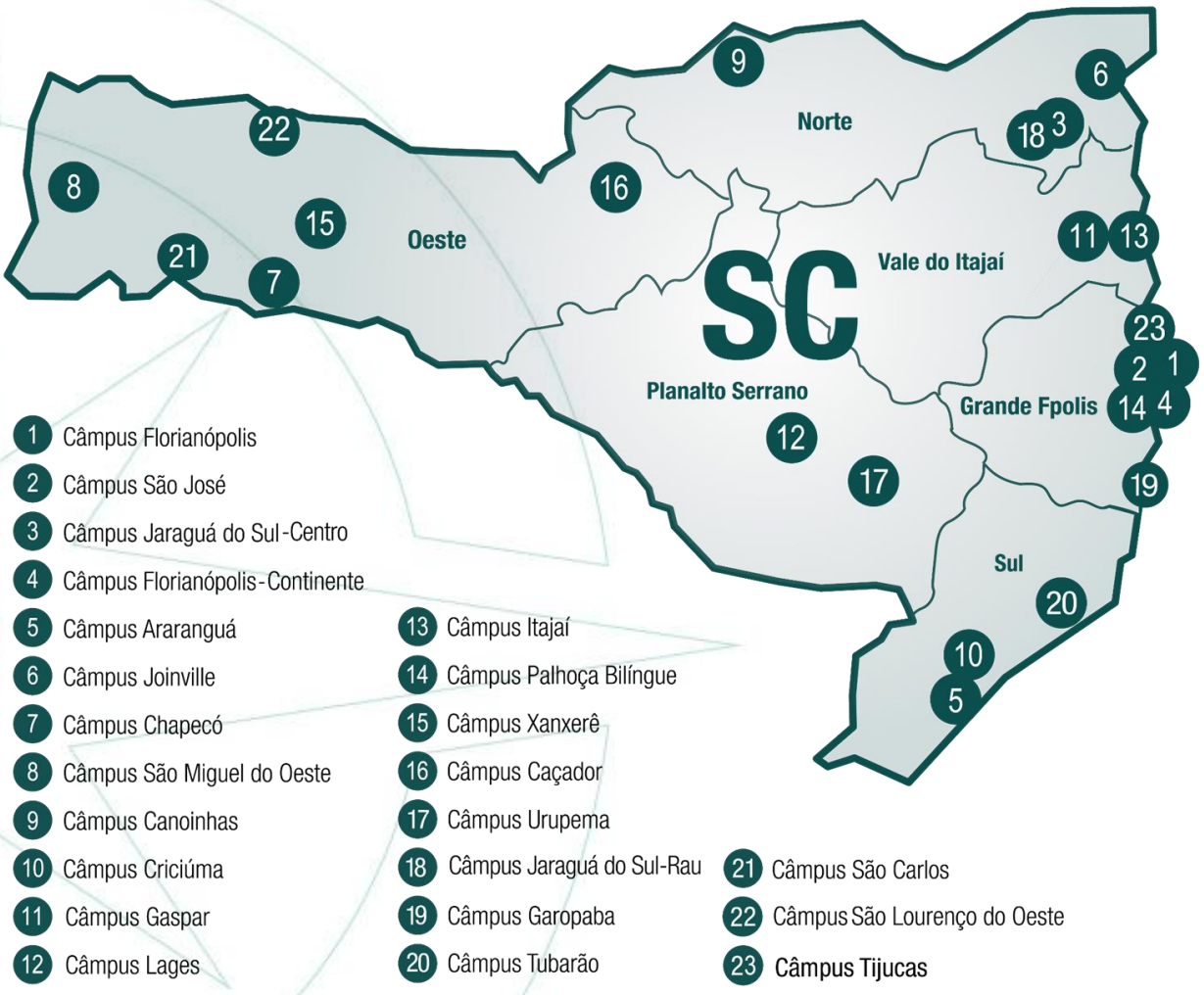


Figura 1.1. Distribuição dos câmpus do IFSC no mapa de Santa Catarina.

1.2 HISTÓRICO

O IFSC foi criado em Florianópolis por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo presidente Nilo Peçanha, como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina. Seu objetivo era proporcionar formação profissional aos filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas. A primeira sede foi instalada em 1º de setembro de 1910, em um prédio cedido pelo governo do Estado, na Rua Almirante Alvim, no Centro da capital catarinense. Acessando o Portal do IFSC é possível

conhecer um resumo da história da instituição da criação até os dias atuais. Além disso, pode-se navegar pela linha do tempo e conhecer os acontecimentos mais relevantes da instituição.

1.3 FINALIDADES, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

Os Institutos Federais têm por finalidades e características, segundo a Lei nº 11.892/2008:

I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos e cidadãs com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

São objetivos dos Institutos Federais, segundo a Lei nº 11.892/2008:

I. Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II. Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e trabalhadoras, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão e da cidadã na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI. Ministrar, em nível de educação superior:

a) Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas aos processos de geração e de inovação tecnológica.

Além dessas finalidades, características e objetivos, destaca-se o papel dos Institutos Federais como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, conforme art 2º da Lei nº 11.892/2008.

1.4 MISSÃO, VISÃO E VALORES

As declarações de Missão, Visão e Valores são três dos elementos que constituem a identidade de uma organização, independentemente de sua área de atuação e do pertencimento à esfera pública ou privada.

A Missão institucional deve ser entendida como a razão da existência da organização. No caso da administração pública, a missão é uma forma mais simples e sintética de comunicar finalidades legalmente dispostas para a organização.

A Visão descreve um cenário a ser concretizado no futuro, de modo a criar sinergia e convergência de esforços na direção de como a organização entende que deve ser ou aonde quer chegar.

Por sua vez, os Valores Institucionais são princípios dos quais a organização não pode abrir mão quando planejar e desenvolver sua ação, delimitando os caminhos possíveis à realização de sua visão de futuro.

Missão

Promover a inclusão e formar cidadãos e cidadãs para a transformação social, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e cultural.

Visão

Ser uma instituição de referência em educação profissional, científica e tecnológica com inclusão, acesso, permanência e êxito, fundamentada na gestão participativa humanizada e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Valores

- **Compromisso Social**, pautado pelo reconhecimento e acolhimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais.
- **Democracia**, pautada pelos princípios de liberdade, participação, corresponsabilidade e respeito à coletividade e à diversidade.
- **Equidade**, pautada em princípios éticos nas relações sociais e nos processos de gestão.
- **Ética,** pautada na perspectiva pedagógica e de integridade, justiça social, solidariedade e responsabilidade individual e coletiva.
- **Integridade**, pautada por princípios éticos, de transparência, boas práticas de governança e responsabilidade com o bem público.
- **Inovação**, pautada em processos que estimulem ações criativas e soluções diferenciadas à sociedade.
- **Qualidade**, pautada na entrega de valor público, oferecendo respostas efetivas às necessidades da comunidade acadêmica e sociedade em geral.
- **Respeito** à ciência e às relações humanas, pautados pela importância do diálogo com vistas à construção de respostas para as demandas da sociedade.
- **Sustentabilidade**, pautada pelo estímulo à integração das dimensões ambiental, social, econômica e cultural.

1.5 CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor do IFSC, instituída por meio da Portaria do Reitor nº 08/2018, apresenta os macroprocessos pelos quais a instituição cumpre a sua Missão, gerando valor para os alunos, alunas e para a sociedade, conforme apresentado na Figura 1.2.

Os macroprocessos são os conjuntos de processos do mais alto nível, organizados e classificados de forma a proporcionar uma visão geral, lógica e sistêmica da instituição. Eles mantêm uma interdependência e complementaridade entre si, contribuindo de forma sinérgica para o alcance dos objetivos institucionais, garantindo o cumprimento da missão.

Os macroprocessos se classificam em três tipos:

- **Finalísticos**: são as atividades essenciais que a instituição executa para cumprir a sua missão. Recebe apoio de outros processos internos, gerando um produto ou serviço para o cliente interno ou para o aluno, aluna e à sociedade. Está diretamente relacionado ao objetivo do IFSC.
- **De Suporte:** existem para entregar valor aos processos finalísticos ou aos processos gerenciais. Apesar de não gerarem valor diretamente aos alunos e à sociedade, são fundamentais, pois estão diretamente relacionados à gestão dos recursos necessários ao desenvolvimento de todos os processos da instituição.
- **Gerenciais**: ligados à estratégia da instituição. Estão diretamente relacionados à formulação de políticas e diretrizes para se estabelecer e concretizar metas. Também se referem ao estabelecimento de indicadores de desempenho e às formas de avaliação dos resultados alcançados interna e externamente à organização. São necessários para assegurar que a instituição opere de acordo com seus objetivos e metas de desempenho.

INSTITUTO FEDERAL Santa Catarina

CADEIA DE VALOR

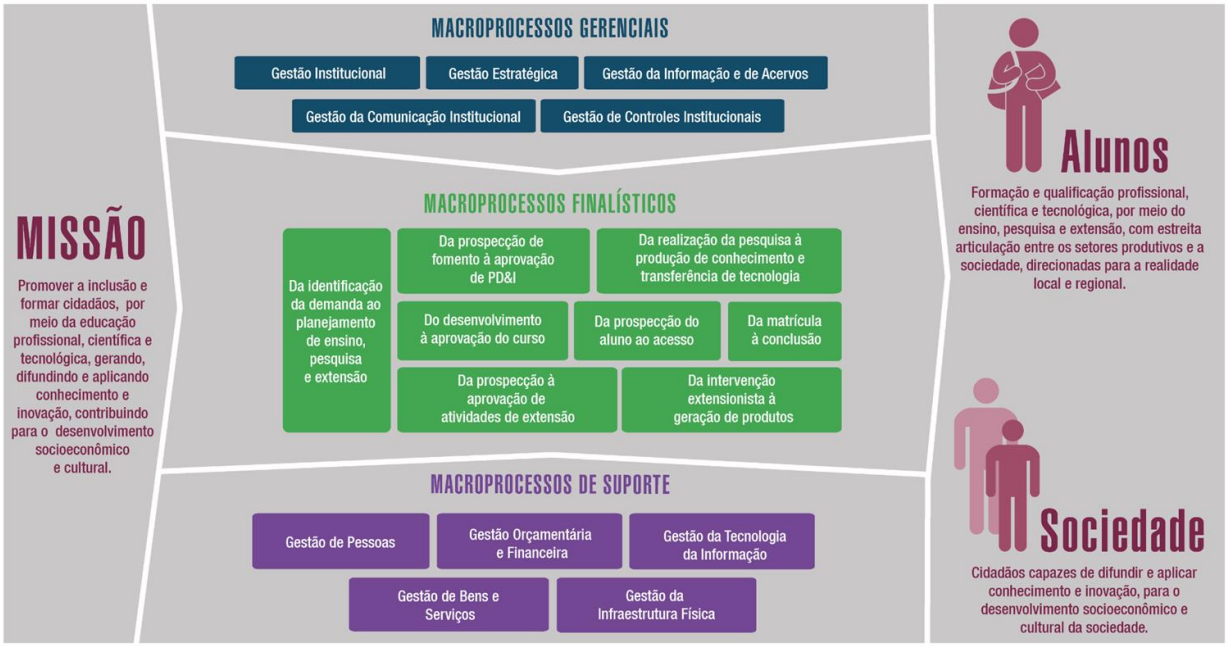


Figura 1.2 - Cadeia de Valor do IFSC.

Executando esses processos, o IFSC se propõe a entregar aos alunos e às alunas formação e qualificação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com

estreita articulação entre os setores produtivos e a sociedade, direcionadas para a realidade local e regional, assim como se propõe a entregar para a sociedade cidadãos e cidadãs capazes de difundir e aplicar conhecimento e inovação, para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade.

A cadeia de valor é um instrumento básico da gestão por processos, que auxilia na tomada de decisão em alto nível. Para se realizar análises ou inferir como os processos são feitos, deve-se verificar os níveis mais baixos da arquitetura de processos (processos de negócio e processos de trabalho), disponíveis no repositório de processos do IFSC.

A linguagem de mapeamento padrão do IFSC possui quatro níveis de detalhamento. Cada nível possui seu conjunto específico de dimensões mapeadas, um público-alvo e um propósito. Os níveis estão ligados entre si por uma relação de desdobramento, ou seja, níveis mais detalhados são oriundos de níveis menos detalhados e níveis menos detalhados são agregações de níveis mais detalhados. Os níveis são os que seguem, conforme Figura 1.3, do mais agregado para o mais detalhado.

Figura 1.3. Relação entre os níveis de detalhamento do mapeamento.

O repositório de processos do IFSC pode ser consultado no Portal do Servidor, menu Processos Mapeados.

1.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A educação profissional e tecnológica ofertada pelo IFSC articula-se com o mundo do trabalho e com a vida em sociedade, tendo como horizonte a formação omnilateral dos sujeitos. Para isso, é essencial garantir uma oferta diversificada de cursos — de qualificação, habilitação técnica, tecnológica e pós-graduação — que promova o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. Alinhada aos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, essa formação visa não apenas ao desenvolvimento de competências profissionais, mas também à constituição de cidadãos críticos, participativos e corresponsáveis nos processos de transformação social, conforme estabelecido no Projeto Pedagógico Institucional.

A oferta educativa do IFSC é organizada em itinerários formativos verticalizados desde os cursos de formação inicial e continuada (FIC) – mais conhecidos internamente como cursos de qualificação profissional de curta duração – até os cursos de pós-graduação, passando pelos cursos técnicos de nível médio, que representam a maioria das matrículas e para os quais devem ser reservadas no mínimo 50% do total de vagas, conforme a lei de criação dos Institutos Federais, n° 11.892/2008.

Os cursos técnicos são oferecidos de três formas:

I - integrados, para estudantes que cursam o Ensino Médio e a formação técnica simultaneamente no IFSC;

II - concomitantes: para estudantes que cursam o Ensino Médio em outra instituição e realizam formação técnica no IFSC;

III - subsequentes: destinados a quem já concluiu o Ensino Médio e busca uma formação técnica no IFSC.

O IFSC oferece diferentes modalidades de cursos Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), que integram a formação escolar com qualificação profissional. Essas modalidades incluem:

- **Proeja FIC - Curso FIC Integrado ao Ensino Fundamental**: Combina o Ensino Fundamental com um curso de qualificação profissional. Destina-se a pessoas a partir de 15 anos que não concluíram o Ensino Fundamental, com duração de dois anos.
- **Proeja FIC - Curso FIC Integrado ao Ensino Médio**: Oferece Ensino Médio junto com um curso de qualificação profissional. É voltado para pessoas a partir de 18 anos que não concluíram o Ensino Médio, com duração entre um ano e meio e dois anos.
- **Proeja Técnico - Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio**: Oferece a oportunidade de cursar o Ensino Médio junto com uma formação técnica. Esse curso é destinado a pessoas a partir de 18 anos que não tenham concluído o Ensino Médio, com duração de dois a três anos.

Quanto aos cursos superiores, têm-se:

I - os de tecnologia: graduações focadas em demandas específicas do mundo do trabalho;

II - os bacharelados: cursos de graduação mais generalistas ou abrangentes;

III - as licenciaturas: habilitam o aluno a exercer a docência na educação básica;

Em nível de pós-graduação têm-se as especializações (*lato sensu*), em boa parte também voltadas à formação de formadores, e os mestrados profissionais (*stricto sensu*), que promovem a pesquisa aplicada mais diretamente às demandas da sociedade.

Além disso, dentro da política institucional de ensino de línguas, o IFSC ainda oferece cursos FIC de idiomas estrangeiros e de português para estrangeiros, além de cursos de Libras e de português como segunda língua para surdos.

O estudante matriculado em quaisquer desses tipos de curso pode realizar também pesquisa, caracterizada como pesquisa científica e tecnológica, aliada às necessidades da sociedade. Para isso, é necessária a articulação com instituições de fomento e com o setor produtivo, visando ao desenvolvimento regional e ao fortalecimento do campo científico e tecnológico do país. A pesquisa é concebida ainda como princípio educativo, com a intenção de que os estudantes voltem-se à investigação, geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas em atendimento às necessidades da comunidade.

É possível, ainda, desenvolver atividades de extensão e estar efetivamente presente na sociedade, por meio de programas, projetos, cursos, eventos e produtos de extensão; é quando o IFSC

expande sua atuação para fora de seus prédios, chega à comunidade e realiza divulgação científica e tecnológica. A intenção aqui é dar significado aos conteúdos da sala de aula e questionar as certezas da ciência, promovendo avanços no entorno de seus câmpus. As empresas, indústrias, governos, empreendedores, autônomos e outros públicos também podem demandar atividades extensionistas ao IFSC. O diálogo entre instituto de ciência e tecnologia, sociedade civil organizada e empresariado é uma excelente forma de promoção do desenvolvimento educacional integral.

CAPÍTULO 2 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

SUMÁRIO

CAPÍTULO 2 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 1
2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO 3
2.2 ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO 4
2.2.1 Conselho Superior (Consup) 4
2.2.2 Colégio de Dirigentes (Codir) 4
2.3 ÓRGÃO EXECUTIVO E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – REITORIA 5
2.3.1 Gabinete do reitor 6
2.3.2 Pró-reitorias 7
2.4 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO 10
2.4.1 Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP) 10
2.4.2 Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) 10
2.4.3 Comissão Própria de Avaliação (CPA) 10
2.4.4 Outros órgãos de assessoramento 11
2.5 ÓRGÃO DE CONTROLE – AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL 11
2.6 PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO IFSC 11
2.7 ÓRGÃOS DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS 12
2.7.1 Câmpus 12
2.7.2 Centro de Referência em Formação e Educação a Distância 13
2.8 ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO DAS DIRETORIAS-GERAIS – COLEGIADOS DOS CÂMPUS 14
2.9 POLO DE INOVAÇÃO 14
2.10 POLÍTICAS DE GESTÃO 15

Comissão Temática de Organização Administrativa

OIZES VIEIRA MENDES - Diretor de Gestão do Conhecimento - Presidente

VANESSA DE OLIVEIRA MORAES - Coordenadora de Processos e Riscos

LUIZ ROBERTO CIDRAL - Coordenadoria de Processos e Riscos

2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec). Tem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É organizado em estrutura multicâmpus, formada por: Reitoria, Câmpus, Câmpus Avançado, Centro de Referência e Polo de Inovação. Para conhecer um pouco mais sobre a estrutura organizacional do IFSC clique aqui.

Sua macroestrutura organizacional é composta por:

I. Órgãos Superiores da Administração

a. Conselho Superior (Consup), de caráter deliberativo e consultivo;
b. Colégio de Dirigentes (Codir), de caráter consultivo.

II. Órgãos Executivos e de Administração Geral

a. Reitoria, composta pelo reitor e cinco pró-reitores:
   - Pró-reitoria de Administração (Proad);
   - Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin);
   - Pró-reitoria de Ensino (Proen);
   - Pró-reitoria de Extensão e Relações Externas (Proex);
   - Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (Proppi).

III. Órgãos de Assessoramento

a. Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP):
   - Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
   - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS);
b. Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe);
c. Comissão Própria de Avaliação (CPA).

IV. Órgão de Controle

a. Unidade de Auditoria Interna (Unai)

V. Procuradoria Federal

VI. Órgãos de Atividades Finalísticas

a. Diretorias-gerais dos câmpus;

VII. Órgãos de Assessoramento das diretorias-gerais

a. Colegiados dos câmpus

VIII. Polo de Inovação

2.2 ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO

2.2.1 Conselho Superior (Consup)

O Conselho Superior (Consup), de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFSC. É composto por representantes da comunidade interna (docentes, discentes, técnico-administrativos e diretores-gerais dos câmpus), escolhidos por seus pares, representantes dos egressos, da sociedade civil (vinculados às federações patronais e às organizações sindicais), do setor público (Secretaria de Estado da Educação e Fundação de Pesquisa do Estado de Santa Catarina) e do Ministério da Educação, tendo o reitor como seu presidente. O Consup trata de assuntos relativos a políticas institucionais, orçamento anual, prestação de contas, eleições para reitor e diretores-gerais, entre outros. Sua estrutura, funcionamento e competências podem ser consultados no Estatuto do IFSC.

2.2.2 Colégio de Dirigentes (Codir)

O Codir é um órgão de apoio ao processo decisório do IFSC, de caráter consultivo, composto pelo reitor, seu presidente nato, pelos pró-reitores e pelos diretores-gerais dos câmpus. Trata de matéria administrativa, econômica, orçamentária, financeira e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência. O calendário de ingresso e critérios para distribuição do orçamento anual são dois exemplos de assuntos que passam pelo Codir. Sua estrutura, funcionamento e competências podem ser consultados no Estatuto do IFSC.

2.3 ÓRGÃO EXECUTIVO E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – REITORIA[1]

À Reitoria compete a administração geral do IFSC, assessorada pelo Colégio de Dirigentes e Conselho Superior. Está neste escopo a supervisão da execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária, financeira e patrimonial, visando ao aperfeiçoamento, ao desenvolvimento e à excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Também coordena e supervisiona a execução dos planos aprovados, adotando medidas para seu cumprimento e avaliação dos resultados. É ainda responsável por planejar as estratégias de desenvolvimento da instituição e formular as propostas orçamentárias, encaminhando-as para aprovação dos órgãos competentes, promovendo o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o Instituto Federal de Santa Catarina.

Conforme a Instrução Normativa da Reitoria, para cumprir suas competências, o IFSC conta com a estrutura organizacional apresentada na Figura 2.1.

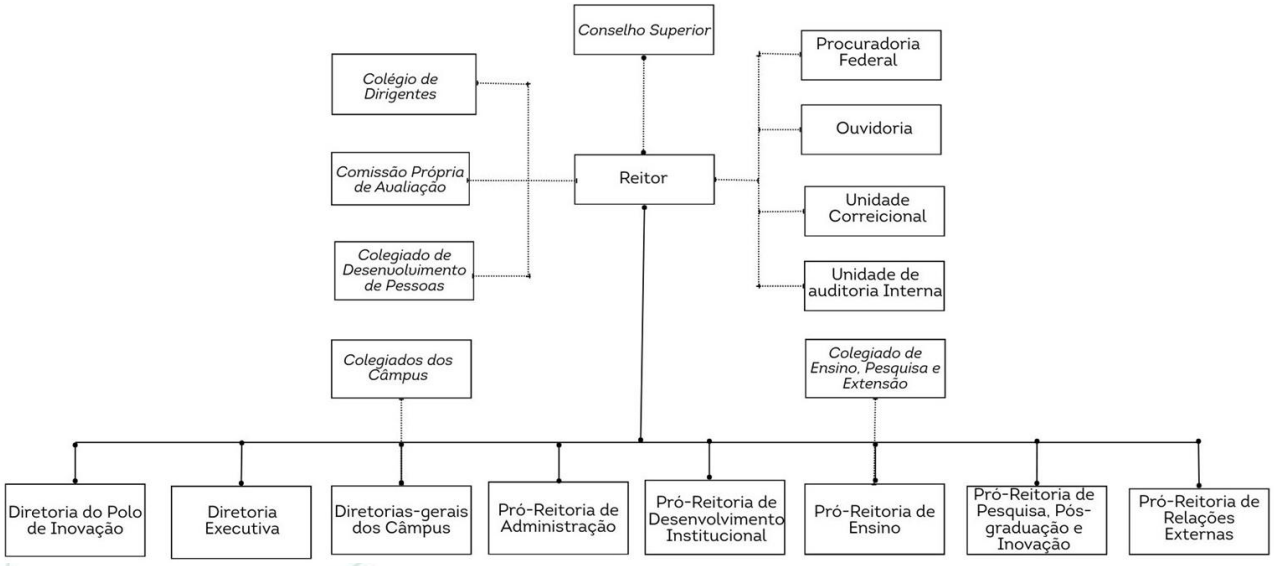


Figura 2.1. Organograma da Reitoria.

As competências referentes à estrutura anterior podem ser consultadas no Regimento Geral do

[1]A estrutura da Reitoria aqui apresentada possui algumas alterações em relação à estrutura apresentada no Estatuto e no Regimento Geral do IFSC, uma vez que estes estão em processo de revisão. Essa revisão já foi aprovada pelo Conselho Superior por meio da Resolução Consup/IFSC nº 71, de 26 de fevereiro de 2024.

IFSC e na Instrução Normativa da Reitoria.

2.3.1 Gabinete do reitor

O Gabinete do reitor, cuja estrutura é apresentada na Figura 2.2, é responsável por assisti-lo em seu relacionamento institucional e administrativo. É composto pelo reitor, Diretoria Executiva, Chefia de Gabinete, Diretoria de Gestão de Pessoas e seus Departamentos. Também conta com unidades vinculadas diretamente ao reitor, como a Diretoria do Polo de Inovação, Ouvidoria, Unidade Correcional, Procuradoria Federal e Unidade de Auditoria Interna Governamental.

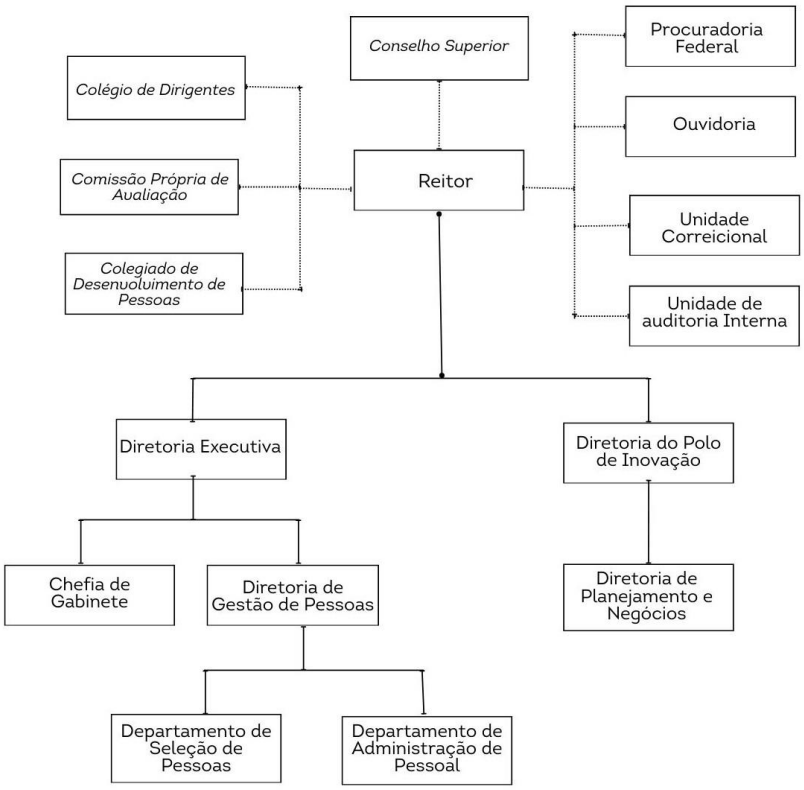


Figura 2.2. Organograma do Gabinete do reitor

As competências do reitor, Diretoria Executiva, Chefia de Gabinete, Diretoria de Gestão de Pessoas e seus departamentos, podem ser consultadas no Regimento Geral do IFSC. As competências da Diretoria do Polo de Inovação e seu departamento, Procuradoria Federal junto ao IFSC, Unidade de Auditoria Interna Governamental, Unidade Correcional e Ouvidoria podem ser consultadas nos

Regimentos Próprios. A estrutura e as atribuições das coordenadorias e assessorias são dadas por Instrução Normativa da Reitoria. Consulte aqui os regimentos citados acima e a Instrução Normativa.

2.3.2 Pró-reitorias

Todos os pró-reitores são nomeados pelo reitor. Seguem-se a estrutura resumida e principais competências de cada pró-reitoria. As competências detalhadas da estrutura apresentada podem ser consultadas no Regimento Geral do IFSC. A estrutura e as atribuições das coordenadorias e assessorias são dadas por Instrução Normativa da Reitoria.

Pró-reitoria de Administração (Proad) - Compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária, financeira, executar o planejamento nos níveis tático e operacional, elaborar os projetos de infraestrutura, executar as licitações, executar os contratos e a realização de outras atividades delegadas pelo reitor. Conforme Regimento Geral, para cumprir suas competências, conta com a estrutura organizacional apresentada na Figura 2.3.

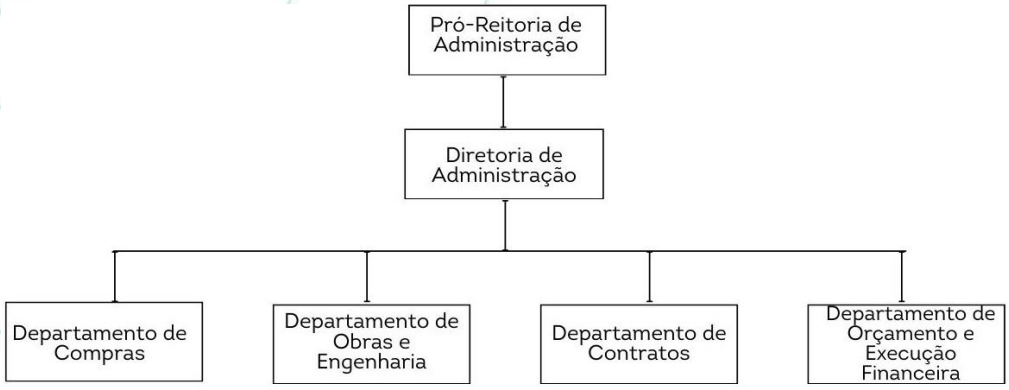


Figura 2.3. Organograma da Pró-reitoria de Administração.

Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin) - Compete promover a integração entre a reitoria e os câmpus, além de promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação, bem como outras atividades delegadas

pelo reitor. Conforme Regimento Geral, para cumprir suas competências, conta com a estrutura organizacional apresentada na Figura 2.4.

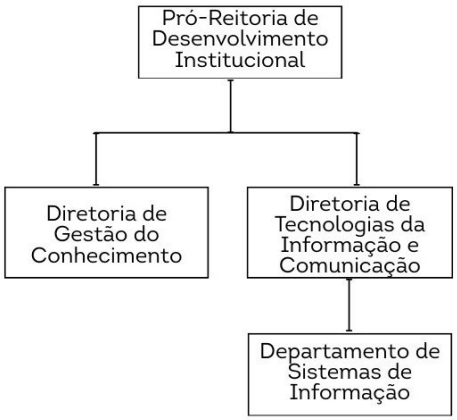


Figura 2.4. Organograma da Prodin.

Pró-reitoria de Ensino (Proen) - Compete planejar, desenvolver, supervisionar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Consup e, a partir de orientações do reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Conforme Regimento Geral, para cumprir suas competências, conta com a estrutura organizacional apresentada na Figura 2.5.

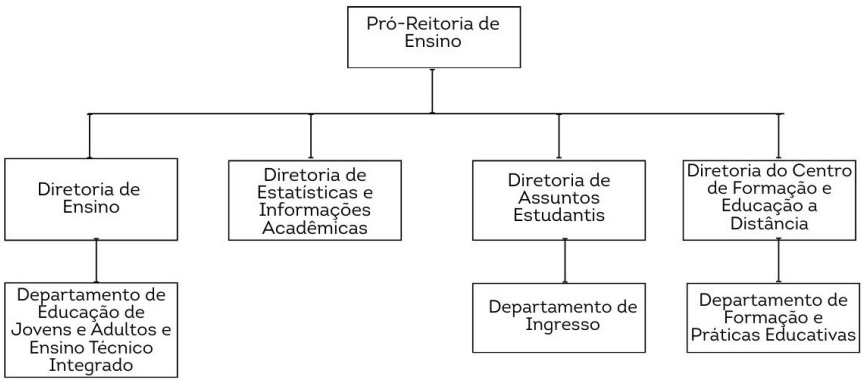


Figura 2.5. Organograma da Proen.

Pró-reitoria de Extensão e Relações Externas (Proex) – Compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da instituição com o setor produtivo

e a sociedade em geral, homologadas pelo Consup. Além disso, compete coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do reitor, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Conforme Regimento Geral, para cumprir suas competências, conta com a estrutura organizacional apresentada na Figura 2.6.

Figura 2.6. Organograma da Proex.

Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proppi) – Compete propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Assuntos Internacionais2 homologadas pelo Consup e, a partir de orientações do reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC e do Ministério de Ciência e Tecnologia, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Conforme Regimento Geral, para cumprir suas competências, conta com a estrutura organizacional apresentada na Figura 2.7.

[2]Atualmente, a área de Assuntos Internacionais vem funcionando experimentalmente vinculada ao Gabinete da Reitoria.

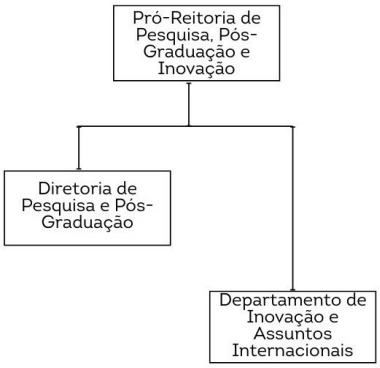


Figura 2.7. Organograma da Proppi.

2.4 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

2.4.1 Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP)

O CDP é o órgão normativo e consultivo que tem por finalidade subsidiar a Reitoria nos encaminhamentos das políticas de pessoal. É presidido pelo ocupante do cargo de pró-reitor de administração e, na sua ausência, pelo diretor de gestão de pessoas. Compõem, ainda, esse colegiado, na qualidade de membros natos, o pró-reitor de ensino, o pró-reitor de desenvolvimento institucional e o diretor de gestão de pessoas, e escolhidos pelos seus pares, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e a Comissão Interna de Supervisão (CIS). Sua estrutura e competências podem ser consultadas no Regimento Geral do IFSC.

- **Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) -** Formula os procedimentos relativos ao pessoal docente e acompanha a execução desses procedimentos. Ela é composta por três professores do quadro permanente do IFSC que estejam no efetivo exercício. Suas atribuições podem ser consultadas no Regimento Interno do CDP.
- **Comissão Interna de Supervisão (CIS) -** Responsável por acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a implementação do Plano de Carreira dos servidores técnico-administrativos em educação do IFSC. A comissão é composta por servidores e servidoras técnico-administrativos em educação no âmbito do IFSC e tem a função de propor, à Comissão Nacional de Supervisão, as alterações necessárias para seu aprimoramento. Suas atribuições podem ser consultadas no Regimento Interno do CDP.

2.4.2 Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe)

O Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) é um órgão normativo e consultivo, de assessoramento da reitoria no que diz respeito às políticas de ensino, pesquisa e extensão. É formado por representantes dos professores e das professoras e dos técnicos administrativos e das técnicas administrativas; discentes; além dos pró-reitores de ensino (presidente); de extensão e relações externas; e de pesquisa, pós-graduação e inovação e dos diretores sistêmicos de ensino; pesquisa e pós-graduação; e de extensão. Passam pelo Cepe, por exemplo, todas as propostas de criação, reestruturação e extinção de cursos do IFSC, assim como suspensão de oferta de vagas. Sua estrutura e competências são descritas no Regimento Geral do IFSC.

2.4.3 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Com a Lei n° 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), toda instituição educacional, pública ou privada, deve constituir Comissão Própria de Avaliação (CPA), com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A comissão é constituída por uma comissão central, composta por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e da sociedade civil, e por comissões locais nos câmpus e na reitoria. As comissões locais dos câmpus são compostas por representantes docentes, discentes e técnico-administrativos, enquanto a comissão local na Reitoria é composta por representantes dos seus servidores técnico-administrativos. Suas competências podem ser verificadas no Regimento Geral do IFSC.

2.4.4 Outros órgãos de assessoramento

Além dos órgãos de assessoramento previstos no Regimento Geral, o IFSC conta com um conjunto de comitês, comissões permanentes e conselhos, que auxiliam a gestão em temas específicos. Na grande maioria, a criação destes órgãos está prevista na legislação que rege o tema e sua composição, funcionamento e competências podem ser verificados nas suas respectivas portarias de constituição. Saiba mais sobre as comissões permanentes e temporárias e os outros colegiados do IFSC clicando aqui.

2.5 ÓRGÃO DE CONTROLE – AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

A Auditoria Interna Governamental do IFSC (Audin) é uma unidade administrativa especializada e específica, que desempenha atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações da entidade. Atua através de uma estrutura de duplo reporte, funcional e administrativo, ao Conselho Superior e ao reitor, respectivamente, vedada a delegação. Sujeita-se às orientações normativas e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. É dirigida por um auditor-chefe, designado pelo Reitor, e atualmente está dividida em duas estruturas integradas: Auditoria Geral e Auditorias Regionais. Conheça mais sobre a Audin clicando aqui.

2.6 PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO IFSC

O IFSC conta com uma Procuradoria Federal vinculada à Procuradoria Geral Federal (PGF), responsável por atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao reitor, definição de teses jurídicas e estratégias processuais, coordenação de representação judicial da Autarquia, decisão acerca do ajuizamento de ações, dentre outros. Conheça mais sobre a atuação da Procuradoria Federal junto ao IFSC clicando aqui.

2.7 ÓRGÃOS DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS

2.7.1 Câmpus

Os câmpus do IFSC são administrados por diretores-gerais, competindo-lhes a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos regimes estatutários, regimentais e delegações do reitor. Sua estrutura de referência, conforme disposta no Regimento Geral do IFSC, é composta por:

I. Diretor-geral e Vice-diretor (nos câmpus que possuírem Vice-diretor);

II. Assessoria do Diretor-geral;

III. Diretoria ou Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV. Diretoria ou Departamento de Administração;

V. Coordenadoria de Tecnologias da Informação e da Comunicação;
VI. Coordenadoria de Extensão e Relações Externas;
VII. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
VIII. Coordenadoria de Materiais e Finanças;
IX. Coordenadoria de Registro Acadêmico;
X. Coordenadoria Pedagógica;
XI. Coordenadoria de Pesquisa e Inovação;
XII. Coordenadorias de Áreas, Cursos ou de níveis de formação.

Além da estrutura acima, alguns câmpus contam com um Departamento de Assuntos Estudantis3. É importante destacar que a subordinação de algumas dessas unidades pode variar de câmpus para câmpus, conforme seu Regimento Interno, que também deve dispor sobre as coordenações e assessorias que contemplem o atendimento aos serviços de comunicação social, estágios, acompanhamento de egressos, pós-graduação, ingresso, secretaria acadêmica, assistência estudantil, biblioteca, acessibilidade educacional, Núcleo de Educação a Distância (Nead), áreas acadêmicas, níveis de ensino, atendimento ao Plano Nacional de Educação (PNE), Coordenadoria do Núcleo de Acessibilidade Educacional (CNAE), planejamento, compras, contratos, orçamento, infraestrutura, manutenção, almoxarifado e patrimônio.

2.7.2 Centro de Referência em Formação e Educação a Distância

O Cerfead é uma diretoria vinculada à Pró-Reitoria de Ensino, que atua na formação para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica; gerencia e promove a institucionalização da EaD no IFSC e contribui com a formação de servidores das redes públicas de ensino. Conforme o Regimento Geral, possui a estrutura organizacional apresentada na Figura 2.8.

[3] Até 2025, existente apenas nos câmpus Araranguá, Chapecó, Florianópolis-Continente, Jaraguá do Sul-Centro, Jaraguá do Sul-Rau, Joinville e São José.

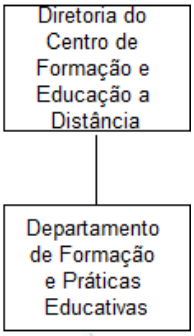


Figura 2.8. Organograma resumido Cerfead.

As competências referentes à estrutura acima podem ser consultadas no Regimento Geral do IFSC. A estrutura e as atribuições das coordenadorias e assessorias são dadas por Instrução Normativa da Reitoria.

2.8 ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO DAS DIRETORIAS-GERAIS – COLEGIADOS DOS CÂMPUS

O Colegiado do Câmpus é órgão normativo e deliberativo por delegação do Consup, no âmbito do câmpus, de forma a assessorar o Diretor-geral, colaborando para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelando pela correta execução das políticas do IFSC. Os colegiados dos câmpus são presididos pelos diretores-gerais e têm em suas composições representantes dos servidores docentes, dos servidores técnico-administrativos em educação, dos discentes, e da sociedade civil, o Diretor ou Chefe do Departamento de Administração e o Diretor ou Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão. A estrutura e competências dos Colegiados dos Câmpus estão descritas no Regimento Geral do IFSC e nos regulamentos próprios.

2.9 POLO DE INOVAÇÃO

O Polo de Inovação é uma unidade administrativa, vinculada à Reitoria, especializada na prospecção, contratação e gerenciamento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I) em áreas de competências específicas. Ao Polo de Inovação do IFSC vincula-se a Unidade Embrapii Sistemas Inteligentes de Energia, sediada no Câmpus Florianópolis da instituição. A estrutura e as competências das unidades organizacionais que o compõem estão apresentadas no seu Regimento Interno. Sua estrutura organizacional é apresentada na Figura 2.9.

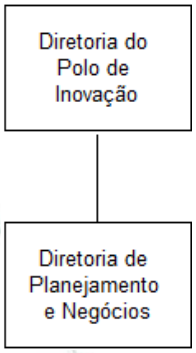


Figura 2.9. Organograma do Polo de Inovação.

2.10 POLÍTICAS DE GESTÃO

As políticas institucionais são essenciais para a estruturação e para o funcionamento adequado das instituições de ensino. Elas funcionam como um arcabouço que orienta a gestão administrativa e pedagógica, promovendo um ambiente educacional que busca a excelência e a equidade. Essas políticas estabelecem objetivos claros e metas a serem alcançadas, além de normatizar práticas que garantem a inclusão e a diversidade no ambiente escolar. Com diretrizes bem definidas, é possível que as instituições desenvolvam programas e ações que atendam às necessidades de todos os alunos, respeitando suas singularidades e promovendo um aprendizado significativo.

Além disso, as políticas institucionais são fundamentais para assegurar a transparência e a responsabilidade na gestão educacional. Elas permitem que a comunidade escolar, incluindo professores, alunos e pais, tenham clareza sobre os processos e decisões que afetam o cotidiano da escola. Essa transparência contribui para a construção de um ambiente de confiança e colaboração, essencial para o desenvolvimento integral dos alunos e das alunas.

Por fim, é importante destacar que a revisão e a atualização contínuas dessas políticas são necessárias para que as instituições de ensino se adaptem às mudanças sociais, tecnológicas e econômicas, garantindo que a educação oferecida seja sempre relevante e de qualidade. Assim, as políticas institucionais não apenas organizam a estrutura da instituição, mas também são fundamentais para a formação de cidadãos e cidadãs críticos, criativos e preparados para os desafios do mundo contemporâneo. Saiba mais sobre as políticas institucionais do IFSC clicando aqui.

CAPÍTULO 3 - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 3 - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI) 1
3.1 PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS DO PPI DO IFSC 4
3.2 CONCEPÇÕES ORIENTADORAS 7
3.2.1 Concepção de Educação 7
3.2.2 Concepção de Educação Profissional e Tecnológica 8
3.2.3 Concepção de Currículo 10
3.2.4 Concepção de Avaliação 11
3.2.5 Concepção de Ciência e Tecnologia 15
3.2.6 Concepção de Acesso, Permanência e Êxito 17
3.3 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 20
3.3.1 Caracterização do Ensino 21
3.3.2 Caracterização da Pesquisa 23
3.3.3 Caracterização da Extensão 27
3.3.4 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão 31
3.3.5 Pressupostos da Pós-Graduação 32
3.3.6 Pressupostos Teóricos para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos 37
3.3.7 Formação de Formadores 39
3.4 DESAFIOS DO ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO 42
3.5 POLÍTICAS ESTUDANTIS, DIVERSIDADES E INCLUSÃO 44
3.5.1 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 44
3.5.2 Educação Bilíngue de Surdos 46
3.5.3 Educação de Jovens e Adultos 47
3.5.4 Educação para as Relações Étnico-raciais 49
3.5.5 As Ações Afirmativas 50
3.5.6 A Assistência Estudantil 55
3.5.7 Egressos 56
3.6 GESTÃO 58
REFERÊNCIAS 62

Comissão Temática do Projeto Pedagógico Institucional (PPI)

JULIANA ALMEIDA COELHO DE MELO - Titular da Diretoria de Ensino - Presidente
ADRIANO LARENTES DA SILVA - Titular da Pró-Reitor de Ensino
CLOVIS ANTONIO PETRY - Titular da Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
MILENA DE MESQUITA BRANDÃO - Titular da Diretora de Extensão
OIZES VIEIRA MENDES - Titular da Diretoria de Gestão do Conhecimento
IVANIR RIBEIRO - Titular do Departamento de EJA e Ensino Técnico Integrado
ALICE FELISBINO GOLIN - Representante das Coordenadorias Pedagógicas
ISRAEL DA SILVA MOTA - Representante das Chefias de Ensino, Pesquisa e Extensão dos câmpus
ANDRÉ SALVARO FURTADO - Representante do Cepe - Segmento Docente
MARGARIDA HAHN - Representante do Cepe - Segmento Técnico-Administrativo
NELSON MATHEUS HUBNER FREDERICO - Representante do Cepe - Segmento Discente
EVANDRO BELMIRO DA SILVA - Representante da Comissão Específica do PPI do PDI 2020-2024
TOMÉ DE PÁDUA FRUTUOSO - Representante da Comissão Específica do PPI do PDI 2020-2024

3.1 PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS DO PPI DO IFSC

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) define o ideal educativo do IFSC em termos de políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Trata-se de um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico, norteador dos seus processos e práticas, fundamental à construção da identidade institucional e que expressa suas intencionalidades transformadoras para os próximos anos.

Sua construção tem como referência a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que trouxe avanços significativos para a educação, dentre eles, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a gestão democrática (art. 206). Este documento também se referencia na Lei nº 9.394/1996, que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, remete aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de suas propostas pedagógicas (art. 12, inciso I) e destaca a participação da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (art. 14).

Foi a Lei nº 9.394/1996 que introduziu a obrigatoriedade de as instituições de ensino construírem seus projetos pedagógicos. O Decreto nº 5.773/2006 (Brasil, 2006), atualizado pelo Decreto nº 9.235/2017 (Brasil, 2017), trouxe a obrigatoriedade de as instituições de ensino superior construírem o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, contendo, nesse documento, o Projeto Pedagógico da Instituição – PPI.

Considerando o conjunto de documentos legais que embasam o trabalho institucional, em especial a Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, é importante ressaltar que o IFSC é uma instituição comprometida com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas, formas de oferta e modalidades, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e funcionamento, e inclusiva quanto à sua ação educativa.

O grande desafio do IFSC está em garantir para todos um padrão de qualidade socialmente referenciado no ensino profissional e tecnológico, na pesquisa e na extensão, em consonância com os arranjos produtivos e manifestações sociais e culturais locais. Para dar conta desse desafio, o projeto pedagógico é o elemento mais importante do PDI, à medida que organiza e consolida os compromissos institucionais com a sociedade e explicita os caminhos para uma ação educativa consciente e transformadora.

O PPI, portanto, é um instrumento teórico-metodológico que orienta as ações da instituição para a transformação da realidade. É um planejamento amplo, global, construído coletivamente e concretizado de forma processual, possibilitando a reflexão constante sobre o fazer e a sua reconstrução permanente (Vasconcellos, 2009).

A elaboração do PPI, em termos teóricos, orienta-se em quatro pressupostos: unicidade da teoria e prática; ação consciente e organizada da instituição; participação efetiva da comunidade acadêmica e reflexão coletiva; articulação da instituição e da comunidade externa (Veiga, 2001).

Teoria e prática são inseparáveis na construção do PPI, pois não se pode separar o pensar e o agir. De um lado, a ação subsidia o pensamento para a construção de novas ideias e propostas diferenciadas de intervenções na realidade educacional; de outro, a teoria, representada por um conjunto de ideias sistematizadas a partir da prática pedagógica, dá suporte e sustentação para a ação. Portanto, o PPI se constitui como ação consciente e organizada; um instrumento que visa orientar os desafios, todas as práticas institucionais e suas consequências. O terceiro pressuposto é de que, para a elaboração do PPI, o IFSC considera também o envolvimento de todos na construção do projeto, por meio de uma reflexão coletiva. A participação coletiva precisa ser dinâmica, prática, comprometida e deve contemplar o diálogo. A construção conjunta precisa superar as relações competitivas e autoritárias, possibilitando a vivência democrática e a resolução das tensões de forma criativa. Finalmente, o quarto pressuposto representa o desafio de incluir a comunidade nas discussões e na construção do PPI, questionando, participando, indicando caminhos, articulando a dimensão política e a dimensão social à ação pedagógica.

Além destes pressupostos, o presente PPI orienta-se pelos seguintes princípios:

1. Inclusão, respeitando a pluralidade da sociedade humana;
2. Direito e liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, a ciência, a tecnologia, a técnica, o pensamento, a arte, o esporte e o saber;
3. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
4. Gestão democrática em todas as dimensões do trabalho institucional;
5. Compromisso com as demandas locais e regionais, tendo como perspectiva a transformação e a resolução de problemas sociais;
6. Respeito e reconhecimento à liberdade, à tolerância e aos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de

acolhimento ou internação, bem como aquelas em regime de privação de liberdade, as identidades de gênero, étnico-raciais, povos originários, quilombolas e populações do campo;

7. O trabalho assumido como princípio educativo, e a pesquisa e a extensão como princípio pedagógico, tendo como horizonte a formação humana integral;
8. A ciência, a tecnologia e a cultura como dimensões indissociáveis do processo educativo;
9. Respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
10. Diálogo e protagonismo discente no processo de ensino-aprendizagem, na pesquisa e na extensão;
11. Indissociabilidade entre educação e prática social, valorizando a experiência dos sujeitos da aprendizagem e a historicidade dos conhecimentos;
12. Reconhecimento e valorização dos saberes do trabalhador-estudante;
13. Superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual no processo de ensino-aprendizagem, na pesquisa, na extensão e na gestão;
14. Interdisciplinaridade como práxis pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação da organização curricular.

Os princípios e pressupostos elencados orientam o trabalho educativo no IFSC e dialogam diretamente com as concepções norteadoras institucionais de educação, ciência e tecnologia, educação profissional e tecnológica, currículo e avaliação e com as políticas e diretrizes para ensino, pesquisa e extensão, formação de formadores, assuntos estudantis, acesso, permanência e êxito, educação inclusiva, educação de jovens e adultos, dentre outras apresentadas a seguir.

Estamos, portanto, diante de um documento vivo e dinâmico, que precisa ser materializado no dia a dia da instituição, adaptado à realidade concreta de cada câmpus, dentro e fora de sala de aula, de forma livre, democrática e coletiva.

3.2 CONCEPÇÕES ORIENTADORAS

O Projeto Pedagógico Institucional do IFSC toma como ponto de partida o marco referencial teórico-metodológico elaborado e construído de forma coletiva pelos integrantes da

comunidade escolar. As concepções explicitadas neste documento constituem os fundamentos básicos que orientarão todas as ações, diretrizes e princípios da instituição.

3.2.1 Concepção de Educação

A educação é um fenômeno social no qual, ao mesmo tempo em que "os sujeitos são determinados por condições sociais e políticas" (Libâneo, 2003, p. 68) também podem modificá-las. Neste sentido, a escolha por uma concepção de educação e sua efetivação pode contribuir para a manutenção ou para a transformação das estruturas sociais vigentes.

No Instituto Federal de Santa Catarina, a concepção de educação que fundamenta o trabalho institucional é a histórico-crítica, democrática e emancipadora. Tal concepção é embasada nos pressupostos teóricos e filosóficos da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), que entende a educação como mediadora das práticas sociais e "como ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente" pelo conjunto dos seres humanos (Saviani, 2019, p. 28).

A Pedagogia Histórico-Crítica tem como perspectiva a transformação da sociedade e fundamenta-se nos pressupostos filosóficos do materialismo histórico, utilizando a dialética histórica[1] como abordagem metodológica para elaboração do conhecimento, e a teoria histórico-cultural[2] como explicação sobre o processo de ensino-aprendizagem. Considera o papel da escola como espaço para apropriação e construção do conhecimento sistematizado, de formação omnilateral e de mediação da prática social. Busca, portanto, a construção de "uma nova relação hegemônica que viabilize as transformações indispensáveis para adequar a educação às necessidades da população" (Saviani, 2001, p. 238).

Diante da concepção apresentada, o IFSC, como uma instituição pública, deve contribuir para as transformações sociais e para a atuação crítica dos sujeitos sobre a realidade, de modo a

[1] Ao tratar sobre as bases teóricas da pedagogia histórico-crítica, Saviani (2011, p. 120) diz que a dialética histórica expressa no materialismo histórico "trata-se da concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo".

[2] Sobre a teoria histórico-cultural, elaborada por Vygotsky, as funções psicológicas superiores são essencialmente humanas, originárias da interação homem-mundo-cultura, interação essa mediada por instrumentos e signos criados ao longo da história sociocultural da humanidade. Portanto, as funções psicológicas superiores terão sua dinâmica e formação e transformação assentadas na sociedade e na cultura. Nessa direção, as funções psicológicas são formadas a partir de um relacionamento entre os fatores biológicos e culturais, portanto são formadas na e pela história social dos homens (Scalcon, 2002). Cabe aqui ressaltar que os termos "homem" e "homens" devam ser ponderados com referência nos estudos sobre a colonialidade do poder (Walsh, 2012).

promover uma mudança de postura e de prática diante da sociedade, da ciência e da tecnologia em prol da coletividade. Também deve propiciar aos estudantes meios para a formação integral e para o exercício de cidadania responsável, bem como para a formação para o trabalho e para a socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária. Nesse sentido, o IFSC preserva e fortalece sua condição de instituição pública, gratuita, inclusiva, democrática, com oferta de educação de qualidade.

3.2.2 Concepção de Educação Profissional e Tecnológica

A proposta de educação profissional e tecnológica do IFSC sustenta-se em uma concepção de educação integral do sujeito, cujo caráter é de totalidade, possibilitando a manifestação das individualidades, sem limitar-se ao trabalho manual ou intelectual da atividade produtiva (Silveira, 2007). Entende-se que o trabalho como princípio educativo geral "se encaminha na direção da superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral" (Saviani, 1989, p. 13), sem separar o conhecimento teórico do conhecimento prático. Busca-se romper com a dualidade entre formação humana e formação para o trabalho, integrando de forma indissociável o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia.

O que distingue a educação profissional das outras modalidades educacionais, conferindo-lhe papel primordial no desenvolvimento humano e social de um país, é a formação para o trabalho. Do ponto de vista ontológico, o ser humano produz sua existência, em todos os sentidos, por meio do trabalho, de modo que este se tornou princípio educativo e motor da transformação individual, social e cultural.

A educação tecnológica, em sua essência, compartilha do mesmo pressuposto, à medida em que possa ser definida como a ciência da técnica (Vieira Pinto, 2005), não se limitando, portanto, aos produtos tecnológicos, mas sim aos princípios e processos de intervenção qualificada sobre a natureza e a cultura para a produção da existência humana. Desse modo, trata-se de uma ciência humana (Haudricourt, 1985), cujo objeto de estudo é a atividade consciente do indivíduo sobre a realidade e sua transformação.

Assim, a educação profissional e tecnológica (EPT) trata de formar os sujeitos para uma intervenção crítica, inventiva e qualificada no mundo, considerando as dimensões identitárias, culturais, sociais, éticas, estéticas e econômicas do trabalho. Destaca-se a concepção emancipatória da EPT, pois estimular a emancipação do indivíduo para o trabalho, equivale a oferecer-lhe as condições para que exerça sua profissão de modo ativo e crítico, podendo

empenhar-se na compreensão e resolução das contradições sociais, educacionais, políticas e econômicas.

Além da centralidade do trabalho, os processos de formação na educação profissional e tecnológica orientam-se também pela articulação entre ciência, tecnologia e cultura, conforme mostra o documento de concepção e diretrizes dos institutos federais, publicado pelo MEC, em 2010:

> A concepção de Educação Profissional e Tecnológica orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e desenvolvimento da capacidade de investigação científica. Essas são dimensões essenciais à construção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2010, p. 6).

Na educação profissional, pretende-se que o conhecimento e o potencial investigativo e transformador sirvam para realizar o trabalho educativo visando uma compreensão de totalidade sobre os fenômenos e a realidade social, explicitando os nexos entre trabalho, ciência, tecnologia e sociedade. O trabalho educativo implica o domínio de um conjunto de conhecimentos, o domínio metodológico e técnico, assim como o desenvolvimento de recursos afetivo-cognitivos, para que os sujeitos envolvidos conheçam, com o devido rigor, cientificidade e criticidade, as dimensões técnicas, históricas, éticas, políticas e sociais do exercício profissional.

Na educação profissional, entende-se que a prática, o exercício de saberes e o aprimoramento dos valores devem orientar o trabalho dos educadores. A educação profissional é, em primeiro lugar, educação, construção do sujeito no seu contexto histórico-social, mas também é profissional, construção de um cidadão-trabalhador, consciente de seus deveres e direitos, capaz de intervir na sociedade. O contexto histórico-social é dinâmico, assim como são dinâmicas as técnicas. A educação exige o desenvolvimento da capacidade de aprender e criar na busca de soluções para os problemas técnicos e socioeconômicos do seu tempo.

3.2.3 Concepção de Currículo

Para Arroyo (2011), na construção espacial do sistema escolar, o currículo é o núcleo e o espaço central mais estruturante da função da escola e, por isso, o território mais cercado, normatizado, politizado e disputado.

Conforme mostra Sacristán (2010), o currículo é um território aberto, cheio de contradições e interesses. Configura-se na relação parte-totalidade. É vivo e se transforma ao ser

praticado. Tem elementos subjetivos e estruturais. Pressupõe um processo mediador e dialógico que envolve educadores e educandos. É influenciado pelo *habitus*, por resistências e por tentativas constantes de regulação e controle. Tem relações locais e globais e é o espaço das utopias.

Na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, o currículo sintetiza uma política educacional que se baliza em três aspectos fundamentais: o ontológico, o epistemológico e o ético-político. O aspecto ontológico do currículo corrobora com a formação omnilateral, que possibilita a formação das pessoas em suas múltiplas dimensões. O aspecto epistemológico diz respeito aos conhecimentos que devem fazer parte do currículo e se constituem nas atividades nucleares da escola. O aspecto ético-político diz respeito à instrumentação, a partir da apropriação dos conhecimentos historicamente constituídos para intervir na realidade concreta (Gama; Duarte, 2017; Martins; Pasqualine, 2020). Em síntese,

> [...] caberá à educação escolar corroborar uma formação omnilateral, proporcionando condições para os máximos alcances do desenvolvimento psíquico e de sua qualidade maior, a consciência (aspecto ontológico), tendo em vista tornar a realidade inteligível (aspecto epistemológico), para que nela os sujeitos possam intervir para preservar o que precisa ser preservado e transformar o que precisa ser superado, no que se inclui a sociedade de classes (aspecto ético-político) (Martins; Pasqualine, 2020, p. 29).

Nos institutos federais, o processo de produção do currículo envolve diferentes atores e contextos, com foco na formação integral dos estudantes e no cumprimento da missão institucional. Em conformidade com o princípio de inclusão, o IFSC fez a escolha por um currículo que explicita e acolhe as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades. O IFSC também se preocupa com a organização do tempo e do espaço escolar, de forma a garantir o acesso, a permanência e o êxito do estudante na instituição. Além disso, busca conhecer o processo de desenvolvimento do estudante e as características dos diferentes perfis e faixas etárias, por variadas abordagens metodológicas, a fim de conseguir êxito no trabalho desenvolvido. Para tanto, o currículo deve ser atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade social e suas contradições. Deve favorecer a formação de um sujeito crítico, criativo, que pesquisa e participa ativamente na construção do seu conhecimento.

Em consonância com os objetivos de inclusão e emancipação dos sujeitos, busca-se construir um currículo interdisciplinar, que atenda ao desenvolvimento dos conhecimentos traçados a partir de situações concretas dos estudantes e das diferentes áreas do conhecimento. Assim, pretende-se promover a socialização dos saberes, superar a fragmentação curricular e

compreender o estudante como uma totalidade. Essa perspectiva vai propiciar uma ação pedagógica em que se efetiva a apropriação e socialização do conhecimento e a relação entre aprendizagem e desenvolvimento por todos da comunidade escolar: servidores, estudantes, pais/responsáveis.

O professor, nessa concepção curricular, é compreendido como mediador social (Sforni, 2008) dos conhecimentos historicamente construídos, visando ao desenvolvimento histórico, social, técnico e afetivo dos estudantes. O conteúdo é trabalhado a partir de uma ação pedagógica na qual as unidades curriculares não apenas somam esforços, mas trabalham para a construção de conceitos, de modo que o conteúdo exista como meio e não como fim. Isso possibilitará ao estudante a apropriação dos avanços tecnológicos, a acumulação, a recriação e criação de novos conhecimentos.

De forma geral, o currículo no contexto da educação profissional e tecnológica e dos institutos federais expressa a síntese dos múltiplos processos construídos cotidianamente dentro e fora das salas de aula, os campos de tensão, contradição e de convergência, o lugar de materialização dos projetos pedagógicos e de sociedade e das escolhas institucionais, mas também das possibilidades e das utopias.

3.2.4 Concepção de Avaliação

Em coerência com os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, os processos de avaliação do IFSC consideram os cinco passos, ou momentos, definidos por Saviani (2019): prática social (como ponto de partida), problematização, instrumentalização, catarse e prática social (como ponto de chegada). Esses diferentes passos, ou momentos, não devem ser interpretados como uma sequência linear, mas sim de forma dialógica e em constante mudança. A avaliação é, portanto, transversal, indutora e parte constituinte desse movimento teórico-metodológico.

O processo avaliativo deve contribuir para que estudantes e professores, com conhecimentos e experiências sociais diferenciadas, considerando a proposta pedagógica do curso e da instituição, verifiquem as questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em consequência, identifiquem os conhecimentos necessários a serem construídos. Por meio de instrumentos diversos, elaborados de forma contextualizada, integrando diferentes conhecimentos, e com uma perspectiva crítica, considerando os objetivos de ensino-aprendizagem e as particularidades dos estudantes, a avaliação possibilita aos envolvidos identificarem o que foi e o

que ainda deve ser apropriado no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando novas intervenções na realidade. Para Loch (2003, p. 134), "avaliar é sempre uma reflexão e implica tomar decisões sobre aspectos da realidade. Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizar, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos".

A avaliação deve qualificar o processo de ensino-aprendizagem, subsidiando a tomada de decisão para conceber novas formas de agir e pensar sobre a realidade concreta. Nesse sentido, para uma apropriação dos instrumentos teóricos e práticos indispensáveis ao equacionamento dos problemas detectados na prática social, o trabalho docente precisa ser (re)organizado de forma continuada, utilizando estratégias metodológicas e avaliativas diversificadas que considerem as especificidades dos estudantes.

Assim, a avaliação é um momento essencial no trabalho educativo e ocupa, segundo Libâneo (2017), posição estratégica e permanente na organização do trabalho docente, uma vez que propicia os elementos que norteiam o processo de ensino-aprendizagem e a preparação para o mundo do trabalho. Por meio do processo avaliativo, é possível desenvolver, tanto pelo professor quanto pelo estudante, novos caminhos para o aprimoramento e desenvolvimento dos processos, tendo em vista sempre os objetivos de aprendizagem estabelecidos desde o início do processo avaliativo, preponderando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, conforme preconiza o Art. 24 da LDB (Brasil, 1996).

Por esse motivo, o momento avaliativo, de acordo com Palangana e Galuch (2007), traz elementos importantes para a continuidade do processo de ensino-aprendizagem e a orientação para o imprescindível ir-e-vir existente nesse processo. É por meio desse momento que se torna possível a melhor compreensão do conhecimento desenvolvido, a identificação de dificuldades e a definição de estratégias para retomar conceitos, relações e conteúdos de modo a superá-las. Conforme as referidas autoras, a partir desses elementos é possível ter maior segurança sobre o domínio do conhecimento desenvolvido, chegando, assim, à orientação para retornar ou para avançar no desenvolvimento de novos conhecimentos, a fim de permitir a aprendizagem e consequente realização dos objetivos estabelecidos no projeto pedagógico do curso.

Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, o processo de avaliação está para além da mensuração de conhecimentos, da classificação e da punição. Trata-se de mediar o conhecimento e respeitar o tempo, a diversidade e a realidade social de cada um, considerando a avaliação como mobilizadora de novas ações e práticas pedagógicas. Essa prática é complexa, dialética, processual e se inter-relaciona constantemente com os elementos que compõem o trabalho docente

e o processo de construção do conhecimento. Do mesmo modo, valoriza a transparência, a ética e a objetividade, buscando a intencionalidade da proposta avaliativa por meio da diversidade de instrumentos utilizados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (escrita, oral, objetiva, subjetiva, mista, individual, em grupos, com consulta, sem consulta, práticas em laboratórios, desenvolvimento de projetos e ações institucionais, entre outros).

O ato de avaliar deve ser planejado de maneira que contemple todos os estudantes, levando em conta as suas individualidades, potencialidades de aprendizado e seu processo histórico e social. Também deve valorizar seus conhecimentos prévios e associá-los aos conhecimentos científicos. Assim, é necessário que os processos de avaliação considerem as diferenças sociais, linguísticas e culturais dos estudantes compreendendo a avaliação como um processo de construção coletiva dos sujeitos e de uma escola de qualidade socialmente referenciada.

Avaliar pressupõe a análise dos processos de ensino-aprendizagem, localizando dificuldades e necessidades formativas, redirecionando as práticas para o aprendizado e desenvolvimento do estudante. A aprendizagem não se dá de forma única, linear e restrita ao tempo e espaço em sala de aula. Sendo assim, é vital propor novas estratégias e metodologias de ensino que contemplem as múltiplas formas de aprendizagem nos diversos espaços educativos. A intencionalidade avaliativa pode se traduzir na prática com a metodologia participativa em sala de aula, pela qual se faz a retomada e a recuperação da aprendizagem no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. Nesta perspectiva, a recuperação, além de um direito do estudante, é parte constituinte e fundamental desse processo, devendo estar presente ao longo do percurso formativo, visto que a avaliação não deve ter um fim em si mesma. Sendo assim, a avaliação é sempre um processo que, segundo Haydt (2008), considera três etapas essenciais: diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação diagnóstica, segundo Sanmartí (2009), visa à tomada de consciência por parte de professores e estudantes em relação aos pontos de partida, o que permite a adaptação do processo de ensino-aprendizagem às necessidades detectadas. Segundo o autor, as atividades iniciais de todo o processo devem considerar, entre outros aspectos, um componente de avaliação inicial e diagnóstica. Geralmente é usada no início de um conteúdo novo, de um período letivo ou de um novo projeto.

A avaliação formativa tem como principal objetivo acompanhar o processo de ensino e aprendizagem; deve ser constante, contínua e se concentrar no processo de aprender. É uma forma

de auxiliar os estudantes a aprender, em vez de medir apenas o que sabem. Por meio dela, o professor acompanha os resultados da aprendizagem e estabelece um comparativo entre os diferentes resultados obtidos pelo mesmo estudante, considerando a trajetória de aprendizado, além de obter elementos para a definição de estratégias para o alcance dos objetivos de aprendizagem. Segundo Sanmartí (2009) a avaliação formativa visa ajudar os estudantes a superar os obstáculos em espaços de tempo pequenos quando são detectados. Além disso, conforme esse autor, "o fundamental para aprender é que o próprio estudante seja capaz de detectar suas dificuldades, compreendê-las e autorregulá-las" (p. 33). Considerando a avaliação formativa na prática, é importante que o professor forneça *feedback* contínuo aos estudantes, o que pode ser feito por meio de observações, devolutiva oral ou escrita e autoavaliação. A avaliação formativa pode ser aplicada por meio de atividades formativas como: quizzes, jogos educacionais, portfólios, redação de textos, atividades práticas em laboratórios, resolução de problemas, exercícios práticos e outras atividades que ajudam os estudantes a revisar e consolidar o que aprenderam .

A avaliação somativa, por sua vez, é uma forma de verificar se os objetivos de aprendizagem estabelecidos para a unidade curricular ou curso foram alcançados e se o estudante está preparado para avançar para o próximo nível de aprendizagem. Não deve ser desvinculada dos demais processos avaliativos, tanto quantitativos quanto qualitativos, nem constituir fator determinante no processo de avaliação. É importante que o professor estabeleça critérios claros e objetivos para avaliar o aprendizado dos estudantes, utilizando instrumentos diversificados. Considerando a avaliação como fundamental em todo o processo de ensino e aprendizagem, os cursos devem contemplar em seus projetos pedagógicos uma perspectiva avaliativa baseada em diversos instrumentos avaliativos, constituída por formas de avaliar democráticas e inclusivas.

Por fim, a avaliação não pode ser unilateral. Conforme Freire (1982, p. 26),

> A avaliação não é um ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros e equívocos porventura cometidos. Daí seu caráter dialógico. Nesse sentido, em lugar de ser instrumento de fiscalização, a avaliação é a problematização da própria ação.

O processo de avaliação deve auxiliar professores e estudantes, na caminhada de crescimento, e o IFSC, no cumprimento de sua missão institucional e na sua tarefa de responsabilidade social, dando seu testemunho sobre a qualidade da formação técnica e integral do educando.

3.2.5 Concepção de Ciência e Tecnologia

Os propósitos legais de criação dos institutos federais concebem a ciência e a tecnologia integradas à educação, tendo por objetivo promover a capacidade reflexiva dos envolvidos, levando em conta as funções sociais, técnicas, econômicas e culturais nos processos institucionais, tanto acadêmicos como administrativos.

A partir dos diferentes caminhos educativos e formativos, busca-se promover a capacidade reflexiva para o questionamento das funções sociais da educação, da ciência e da tecnologia, considerando, para tal, uma visão interativa e contextualizada das relações entre ciência, tecnologia, inovação e sociedade (Silveira; Bazzo, 2009). Em síntese, faz-se necessária a reflexão que leva às constantes indagações sobre ciência e tecnologia: O Quê? Para que? Para quem? (Azevedo, 2011; Pacheco, 2011).

A ciência pode ser compreendida como "um sistema social essencialmente relacionado com o desenvolvimento do conhecimento, complexo e com implicações e conexões entre seus componentes, produtores, produtos e processos de pesquisa, dentre outros" (Santos, 2007). Mais especificamente, na concepção dos institutos federais, ela pode ser um instrumento para a superação do conhecimento enciclopédico, alterando-se a realidade por sua compreensão, considerando os diferentes aspectos, sejam técnicos, econômicos, sociais e culturais, tendo em vista a intervenção na realidade por meio do desenvolvimento econômico e social em uma perspectiva local e regional (Pacheco, 2011). Por sua vez, a tecnologia pode ser entendida como um processo histórico-social, que resultou da união da ciência com a técnica, com a promoção da junção entre o saber e o fazer, entre a teoria e a prática (Silveira; Bazzo, 2005). Portanto, a tecnologia é um processo transversal que integra conhecimentos ao unir a concepção e a execução (Pacheco, 2011).

Assim, ciência e tecnologia colocam-se como instrumentos de transformação social, tendo-se o conhecimento e a realidade como mediadores da reflexão e ação humana, e sendo aquele - o conhecimento - elemento constituinte da cidadania, mais em termos de completude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos.

Nesta dualidade, a ciência, ao visar ao desenvolvimento econômico e social, implica necessariamente na produção do desenvolvimento tecnológico. Enquanto a tecnologia, por sua vez, pode ser entendida para além da aplicação prática das ciências para a solução de problemas objetivos, por exemplo, incorporando a dimensão do trabalho, no sentido de tecnologia moderna

ser a ciência do trabalho produtivo; tecnologia não como fazer, mas como estudo sistematizado e metodológico do fazer (Pacheco, 2011).

Ao integrar a ciência e a tecnologia à educação, e considerando a incorporação da dimensão "trabalho", tendo, assim, o ser humano como referência e o trabalho como categoria estruturante do ser social, implica-se que a ciência e a tecnologia devem repercutir nos currículos as dimensões científica, tecnológica, cultural e do trabalho; de forma que a ciência e a tecnologia sejam instrumentos de transformações internas, na medida que os agentes da educação devem ser pesquisadores sobre suas próprias práticas pedagógicas - considerando-se a crítica da realidade por meio da liberdade acadêmica, investigativa e comunicativa (Pacheco, 2011).

Para tanto, considera-se que a formação dos atores do processo educativo, científico e tecnológico deverá ser humanista, crítica e reflexiva acerca dos aspectos sociais, econômicos e culturais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias. Nesta perspectiva, haverá uma formação de estudantes conscientes e responsáveis pelas diferentes implicações da educação, da ciência e da tecnologia, superando o cientificismo e a tecnocracia, ponderando-se também sobre as repercussões éticas, ambientais e culturais implicadas pelas mudanças científicas e tecnológicas (Silveira; Bazzo, 2009). Ainda, tomando por base que conhecimento científico e tecnológico é percebido como um atributo/elemento humano e que tem valor por si mesmo - não apenas com valor prático, mas também com valor cultural -, adota-se como estratégia norteadora que os conteúdos científicos e tecnológicos sejam estudados em conjunto com a discussão de seus aspectos históricos, éticos, políticos e socioeconômicos, visando à formação de cidadãos críticos e transformadores das realidades sociais (Santos, 2007).

A concepção aqui proposta considera a ciência e a tecnologia nos currículos, contemplando diferentes aspectos e os objetivos a serem alcançados nas práticas educativas. Em termos didático-pedagógicos, a ciência e a tecnologia poderão estar presentes em diferentes momentos pedagógicos nas dinâmicas de ensino, pesquisa e extensão no IFSC, quais sejam: problematização inicial, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento (Angotti, 2018). Assim, busca-se promover, para além da alfabetização científica, o letramento científico, levando ao domínio da capacidade de fazer o uso social do conhecimento científico e tecnológico, com responsabilidade e consciência de suas inter-relações e implicações técnicas, ambientais, econômicas, sociais e culturais.

Entende-se que as concepções educativas, científicas e tecnológicas no IFSC devem buscar a emancipação dos sujeitos, por meio da autonomia da ciência em relação à tecnologia,

levando em conta seus aspectos contemplativos e racionais-instrumentais, no sentido da expressão plena de ser humano e de sua inter-relação e ação transformadora do meio. O desenvolvimento científico e tecnológico coloca-se, portanto, alinhado à missão, finalidade e objetivos dos IFs, sendo influenciado pelas condições políticas, econômicas e sociais dos participantes, buscando se evitar o determinismo tecnológico em um extremo e o determinismo social em outro. Nesse aspecto, para a ciência e tecnologia, os conteúdos podem ser considerados como meios para a compreensão de temas socialmente relevantes e socialmente referenciados (Auler; Delizoicov, 2001; Pacheco, 2011).

Por fim, a partir dos pressupostos de concepção dos institutos federais e em alinhamento com a missão e objetivos específicos do IFSC, entende-se que a integração entre ciência, tecnologia e educação, incorporadas à dimensão trabalho, deve culminar nas práticas acadêmicas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, permeando os diferentes processos e práxis dos sujeitos envolvidos, visando à sua autonomia e à transformação social.

3.2.6 Concepção de Acesso, Permanência e Êxito

A tríade de conceitos acesso, permanência e êxito se articula de forma uníssona na perspectiva de prevenir e enfrentar o fenômeno da evasão escolar. Esta concepção se articula às demais concepções aqui apresentadas, posto que ações e projetos que garantam e ampliem as condições de acesso, de permanência e êxito dos estudantes são inerentes ao direito constitucional à educação a todas as pessoas e coadunam-se à missão do IFSC. Assim, o entendimento de que a instituição escolar deixa de cumprir com sua função educativa quando o sujeito é levado a evadir-se, aponta para as dimensões que buscam garantir os direitos ao acesso, à permanência, ao êxito escolar, assim como o enfrentamento e a prevenção à evasão escolar.

Cabe destacar que os conceitos de acesso, permanência e êxito não são uma contraposição à evasão escolar; pelo contrário, o conceito de evasão escolar é que os guiará. Outra ressalva importante é que, em função da amplitude da configuração e efeitos desta tríade, convoca-se a responsabilidade e o envolvimento de todos os setores, e, respectivamente, de todos os servidores. A resposta a essa convocação pode ser observada de forma mais explícita nas ações do ensino, pesquisa e extensão.

O conceito de acesso como política não se restringe às formas de ingresso (por sorteio, por análise de currículo, por prova, entre outras), e, neste sentido, o ingresso é uma etapa importante do acesso, mas não é seu sinônimo. O acesso envolve desde o planejamento das ofertas de cursos

e vagas, até a definição do PPC do curso, a circunscrição de seu público estratégico, as campanhas de divulgação e de busca ativa (permanentes), definição da forma de ingresso, a campanha de ingresso (com cronograma e estratégias específicas), bem como todas as comunicações e ações até a efetivação do processo de matrícula. Nesta perspectiva, com relação ao público estratégico, em consonância com o disposto na lei de criação dos institutos federais, o acesso deve considerar principalmente o público da educação de jovens e adultos e trabalhadores.

Desde a efetivação do processo da matrícula até a efetivação da conclusão do curso, todas as ações e ou projetos institucionais de ordem pedagógica e administrativa estão relacionados com a permanência do estudante. O acesso se integra à permanência como etapa da trajetória acadêmica e vai impactar nas ações previstas no PPC, principalmente no período inicial do curso. Ou seja, não se pode planejar e organizar o acesso sem ter em conta reciprocamente a permanência do estudante. Monitorar (quantitativamente) e acompanhar (qualitativamente) a permanência do estudante implicará em ações singularizadas e coletivas ao longo da trajetória formativa do sujeito, tanto pedagógicas quanto administrativas.

O êxito do estudante pode ser definido pela sua etapa de conclusão do curso, contudo quando auferido ao estudante é também da instituição, que ao garantir o acesso e a permanência no ensino público, gratuito, de qualidade e inclusivo, propicia a formação omnilateral do sujeito. O êxito que se define aqui não é somente a obtenção do certificado ou diploma, mas também a conquista de uma formação que lhe proporcione o exercício pleno da cidadania.

Neste contexto, é preciso também considerar que a relação dialética, política e interdependente entre acesso, permanência e êxito do estudante é interseccionada pela gestão democrática e participativa, sem prescindir da prevenção e enfrentamento à evasão escolar. Assim, entende-se que o conceito de evasão escolar se alinha a outras formas de exclusão e de "marginalização" (Saviani, 2007) dos sujeitos na sociedade capitalista. Deste modo, a compreensão de que essa exclusão é uma "produção" social (Patto, 1990), é processo (Dore, 2011), ou mesmo uma "peste social" (Cordié, 1994; 1998), sinaliza sua complexidade, nos provoca e evoca nossa capacidade de entendimento e ação.

3.3 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

"Se, na verdade, o sonho que nos anima é

> *democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles"* (Freire, 2011, p. 111).

O Instituto Federal de Santa Catarina é uma instituição de educação, ciência e tecnologia, pública e gratuita e, por isso, deve assumir sua função social, considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Suas ações são voltadas à socialização de saberes teóricos e práticos, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos estudantes para que se constituam cidadãos participativos e corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade. Neste sentido, a interação entre o IFSC e a sociedade é importante para identificar quais são as necessidades dos diferentes setores, sejam elas de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, de tal maneira que a instituição esteja aberta para atender a todos os cidadãos.

Sendo o trabalho um princípio educativo da educação profissional e tecnológica (EPT), a relação entre ensino, pesquisa e extensão (EPE) deve tê-lo como fio condutor para o desenvolvimento da aprendizagem, da inovação e da transformação social. Assim, partindo do trabalho como agente de transformação social e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estimula-se uma ação educativa mais autêntica, significativa, em diálogo com as comunidades, suas potencialidades, seus desafios, em direção a uma maior inserção profissional dos estudantes e à valorização das profissões e da educação profissional e tecnológica.

Portanto, a educação, a ciência e a tecnologia baseiam-se na relação dialógica entre ensino, pesquisa e extensão. No ensino, inter-relacionam-se os diferentes saberes; na pesquisa, eleva-se o conhecimento a novos patamares do saber; e na extensão, há a interação transformadora entre o IFSC e a sociedade, contribuindo, desse modo, para o cumprimento da missão institucional e para uma educação emancipatória.

A seguir, o ensino, a pesquisa e a extensão serão abordados separadamente para, então, serem explicados de forma associada pelo aspecto de sua indissociabilidade.

3.3.1 Caracterização do Ensino

O ensino é o processo que exige a síntese de conhecimentos produzidos socialmente e preservados historicamente, indispensáveis para resolução dos problemas detectados na prática

social (Ramos, 2010), constituindo-se uma referência para o método de ensino dialético, servindo também como princípio para elaboração de novos conhecimentos. Portanto, tem caráter reflexivo e implica o desejo de compreender o mundo e dele se apropriar, a partir das atividades humanas, ou seja, a partir das interações que os sujeitos realizam entre si e com a natureza.

As ações e os meios de efetivação do ensino devem partir da prática social, possibilitando a participação ativa de ambos no processo, considerando as dimensões fundamentais da vida: o trabalho, a ciência e a cultura (Ramos, 2010). Logo, pretende-se que o ensino seja transformador e democrático, garantindo a igualdade de condições de acesso e o respeito às individualidades. Deve ser significativo e partir do conhecimento de mundo que o estudante traz para depois problematizá-lo, apresentando conhecimentos já sistematizados, provocando a reflexão e a crítica para se construir uma síntese e, então, produzir novos saberes.

O ensino, portanto, deve considerar as singularidades e a diversidade das condições de aprendizagem dos estudantes, pois as diferentes formas de aprender estão relacionadas à sua trajetória de formação e de prática social e à realidade de cada sujeito, bem como às suas características de personalidade e de desenvolvimento pessoal. Para além de garantir as condições materiais (laboratórios, livros, computadores etc.), faz-se necessário promover uma aprendizagem que possibilite aos sujeitos o acesso e a apropriação de saberes significativos, social e historicamente contextualizados. No IFSC, além da aprendizagem, da formação e da educação de cidadãos, o ensino assume outros objetivos que explicitam a sua função social de inclusão, em diversas dimensões: escolarização, inserção no mundo do trabalho, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, inserção de práticas culturais, artísticas e esportivas.

Os institutos federais, conforme sua lei de criação, são orientados por um conjunto de objetivos que os destacam de outras instituições educativas e os identificam com características próprias, não apenas pela oferta de cursos, mas pela referência que devem ser na educação profissional e tecnológica. De acordo com a referida lei, a prioridade na oferta dos institutos federais são os cursos técnicos, em especial, os integrados ao ensino médio. A escolarização, especialmente para os que não puderam cumpri-la na idade definida pela legislação como regular, também é um desafio e um compromisso assumido pela rede federal. Neste sentido, os programas e ofertas de educação de jovens e adultos devem ser ampliados e consolidados por meio de um ensino que considere suas particularidades e demandas regionais.

Programas de inclusão e de qualificação profissional também contribuem para a acolhida de novos estudantes, tanto para a reinserção social como para a elevação da escolaridade e a formação para o trabalho. Além disso, há muitas possibilidades de criação de novas alternativas laborais com o apoio do IFSC, como o estímulo ao empreendedorismo, à criação de cooperativas e à formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades. O avanço científico e tecnológico, parte integrante do processo de ensino, deve considerar que os saberes se consolidam à medida que mais práticas sociais a eles se incorporam, estabelecendo um processo contínuo de construção do conhecimento e de busca de soluções técnicas ou tecnológicas, que, por sua vez, demandam mais saberes, e assim sucessivamente.

Política e Diretrizes

A política de ensino no IFSC deve estar alinhada às finalidades, características e objetivos dos institutos federais, definidos na Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008) e da educação profissional e tecnológica como um todo. O objetivo geral da política de ensino é desenvolver um conjunto de atividades planejadas, executadas e avaliadas com vistas à formação humana integral no âmbito dos diferentes cursos ofertados pelo IFSC e na direção da concepção de educação expressa neste documento.

A dimensão do ensino compõe a tríade ensino, pesquisa e extensão e, na inter-relação com a pesquisa e extensão, permite aos sujeitos envolvidos a possibilidade de compreender e intervir na realidade por meio da apropriação de novos conhecimentos e saberes. Dentre as diretrizes indispensáveis à implementação da política de ensino, destacam-se:

1. Estabelecer orientações curriculares comuns aos diferentes tipos de curso e formas de oferta com vistas à formação humana integral dos estudantes;
2. Promover o ingresso dos públicos estratégicos aos respectivos cursos e programas, garantindo a oferta proporcional de matrículas estabelecida na legislação vigente;
3. Desenvolver, na perspectiva da educação inclusiva, estratégias e práticas que maximizem o acesso, permanência, participação e aprendizagem para públicos historicamente excluídos;
4. Propor metodologias pedagógicas articuladas à curricularização da pesquisa e da extensão;
5. Estimular a realização permanente de programas e projetos de ensino em todos os câmpus do IFSC;

6. Desenvolver sistemáticas de construção de currículos e projetos de cursos considerando os perfis e contextos socioambientais dos potenciais estudantes e egressos;
7. Promover a formação continuada dos docentes e técnicos administrativos considerando a natureza e especificidades da educação profissional e tecnológica;
8. Desenvolver abordagens e estratégias voltadas à permanência e êxito dos estudantes nos diferentes cursos e programas;
9. Incentivar a articulação entre as modalidades presencial e a distância e o uso de tecnologias da informação e comunicação, em especial das tecnologias educacionais no processo formativo;
10. Viabilizar a infraestrutura física e tecnológica, recursos humanos, bem como os materiais adequados ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;
11. Promover espaços e atividades que valorizem a participação cidadã e política dos estudantes em diferentes instâncias da sociedade;
12. Realizar políticas educativas e processos pedagógicos voltados à formação étnico-racial, às questões de gênero, às diversidades, à cultura da paz e outros temas correlatos;
13. Fortalecer e ampliar a cooperação entre as instituições da Rede Federal, compartilhando soluções e práticas que contribuam à construção de uma política nacional de educação profissional e tecnológica.

3.3.2 Caracterização da Pesquisa

O Brasil tem buscado avançar nas políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) de forma a alavancar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, considerando que o desenvolvimento socioeconômico das nações apresenta uma relação cada vez mais direta com o desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse sentido, compreende-se que o IFSC é um dos operadores de CT&I, dentro do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI (Brasil, 2008), o que implica o compromisso de contribuir para a geração de inovações, desenvolvimento de tecnologias e realização de pesquisas com alocação de recursos de agências de fomento e do orçamento próprio, em alinhamento com os marcos legais e finalidades institucionais e da rede de institutos federais do país.

A pesquisa, atividade indissociável do ensino e da extensão, visa essencialmente à geração e à ampliação do conhecimento, e busca a criação e a produção científica ou tecnológica. Assim, torna-se, na prática, a aplicação dos conhecimentos e saberes na forma de desenvolvimento de um produto, melhoria de um processo ou avanço no conhecimento técnico e científico, especialmente aqueles que são aplicados diretamente ao desenvolvimento regional, contribuindo para o crescimento do país, em conformidade com os artigos 6º e 7º da Lei 11.892/2008 e alinhamento com a Resolução nº 63/2022/CEPE.

Sendo uma das três áreas finalísticas dos institutos federais, a pesquisa, em conjunção de esforços com o ensino e a extensão, promove o desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia, e, conforme ressaltado por Pacheco (2011, pág. 14), tem "compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social". Nesse sentido, busca contribuir para que os sujeitos da pesquisa, por meio do conhecimento profundo da realidade social, problematizem o conhecido e o não conhecido visando compreendê-lo, de modo a influenciar as histórias e perspectivas presentes e futuras dos envolvidos (Pacheco, 2011).

Desde suas bases institucionais fundantes, o IFSC se dispõe a superar a separação entre ciência e tecnologia, teoria e prática, compreendendo a pesquisa como princípio educativo e científico, em articulação com o ensino como atividade formativa e a extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, tendo por horizonte evitar a fragmentação do conhecimento e a falta de contextualização e referência social dos fazeres acadêmico, científico e tecnológico (Pacheco, 2011).

Particularmente quanto à pesquisa como princípio pedagógico, Felippe (2019) apontou sua importância, considerando seu papel na aprendizagem e, particularmente, no desenvolvimento do pensamento crítico, ao mesmo tempo em que detectou lacuna no entendimento de docentes sobre o assunto. Este cenário recomenda esforços institucionais em prol do aprofundamento da integração entre ensino e pesquisa.

Vale dizer que, ao serem criados, os institutos federais receberam o desafio de avançar para além das descobertas científicas, tendo a pesquisa papel fundamental durante a trajetória formativa dos discentes, comprometida com a humanização dos sujeitos e a conjugação dos saberes na indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, inserida no contexto e colocada a favor dos processos locais e regionais (Pacheco, 2011).

Assim, intenta-se uma ressignificação da prática da pesquisa, a partir das perguntas, indagações e reflexões sobre a realidade contextualizada, buscando caracterizar as situações-problema e os caminhos investigativos para as possíveis soluções, tendo a curiosidade como ponto de partida, a descoberta como propósito, e o pertencimento social como pano de fundo, culminando na formação integral e crítica dos discentes pesquisadores-educandos-extensionistas (Pacheco, 2011).

Cabe considerar, ainda, conforme Pacheco (2011), que os incisos VII a IX do art. 6º da Lei nº 11.892/2008 devem ser interpretados conjuntamente, quando abordam a extensão, a divulgação científica e tecnológica; o estímulo e desenvolvimento da pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo - socialmente referenciados - e o desenvolvimento científico e tecnológico; e devem promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. Assim, deve-se entender a necessária completude, em termos de inovação e transferência de tecnologia e as dimensões culturais, ambientais e sociais, ressaltando que o empreendedorismo e o cooperativismo são percebidos como dimensões criativas e vetoriais para a busca de soluções viáveis para problemas coletivos.

Em termos de organização e possibilidades, as atividades de pesquisa no IFSC são desenvolvidas em todos os níveis de ensino nos quais atua e em todas as áreas do conhecimento, compreendendo desde investigações básicas e aplicadas de abrangência mais ampla, até estudos, pesquisas direcionadas e desenvolvimentos tecnológicos e experimentais focados na busca de soluções específicas em estreita relação com a sociedade.

No que se refere ao modelo básico de pesquisa, adota-se a definição expressa dos objetivos da pesquisa, a metodologia como prática educativa e científica, almejando a sistematização e geração de novas informações, teorias, sistemas e conhecimentos. Assim, define-se a tríade investigativa, do ponto de vista do conhecimento, composta por objetivo, método e contribuição científica.

Na mesma linha, mas a partir da centralidade das pessoas no processo de investigação e geração de novos conhecimentos, considera-se como fundamental na composição de equipes técnicas investigativas a participação de servidores e discentes, ambos como pesquisadores e protagonistas do fazer científico e tecnológico. Por outro lado, não se pode perder de vista que os resultados das pesquisas afetam a vida das pessoas de maneira geral e, desta forma, a tríade

investigativa anteriormente referida, do ponto de vista das pessoas, envolve, necessariamente, pesquisadores servidores, pesquisadores discentes e comunidade externa, sendo que esta última é caracterizada pelas pessoas afetadas pela pesquisa e/ou por pesquisadores participantes.

Objetivos

Conforme a Resolução nº 63/2022/CEPE, a pesquisa no IFSC objetiva fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, e a inovação por meio do estímulo à solução de problemas com os quais a sociedade ainda convive. Nesta perspectiva, visa:

1. Estimular o pensamento científico e a criatividade;
2. Proporcionar aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa;
3. Formar recursos humanos em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;
4. Desenvolver a ciência e as soluções técnicas, tecnológicas, sociais, econômicas, pedagógicas, culturais e ambientais;
5. Produzir e difundir novos conhecimentos e processos;
6. Intensificar e qualificar a integração da instituição com a sociedade.

Considerando o acúmulo de experiências e o constante diálogo e aprendizado envolvendo pesquisadores (servidores e discentes), grupos de pesquisa e gestores da instituição, destacam-se também os seguintes objetivos específicos:

1. Curricularizar a pesquisa, assumindo-a como princípio pedagógico;
2. Simplificar, informatizar e tornar mais amigáveis os processos relativos à pesquisa, reconhecendo sua diversidade de sujeitos, de áreas e produtos;
3. Ampliar o acesso da comunidade acadêmica às atividades de pesquisa, especialmente dos públicos mais vulneráveis;
4. Elevar o número de projetos, servidores e discentes envolvidos com atividades de pesquisa, respeitada a disponibilidade de recursos financeiros;
5. Promover a permanência e o êxito dos estudantes a partir de seu envolvimento em ambientes de pesquisa promovidos pela instituição.

Diretrizes

Em linha com a Resolução nº 63/2022/CEPE, as diretrizes de pesquisa do IFSC, que presumem autonomia, protagonismo e liberdade investigativa dos pesquisadores, são:

1. Envolvimento de discentes;
2. Geração de produção intelectual;
3. Difusão e divulgação científica e tecnológica;
4. Universalização da realização de pesquisa pela comunidade acadêmica;
5. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
6. Composição de equipes de pesquisa com servidores e discentes de todos os níveis de ensino do IFSC;
7. Promoção da integração entre diferentes áreas do conhecimento em atividades e projetos de pesquisa;
8. Formação para e pela pesquisa, abrangendo projetos que contemplem o caráter formativo.

Assim, a pesquisa no IFSC é desenvolvida a partir das premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura, sociedade e meio ambiente, devendo resultar no desenvolvimento da capacidade de investigação científica dos sujeitos, como dimensão essencial alinhada aos princípios educativo e científico e com vistas ao desenvolvimento regional.

3.3.3 Caracterização da Extensão

Historicamente, a extensão no Brasil, enquanto política formativa, passou por um longo processo de transformação, alcançado por meio de muitos debates e mobilizações. Parte dessa narrativa deve-se às fortes influências internacionais, ao histórico dualista do Brasil e ao sistema de parcerias instituídas com empresas e organizações privadas. Todo esse aparato levou a extensão a ser direcionada a duas grandes correntes, ora voltada ao viés assistencialista e outrora, direcionada à prestação de serviços.

Atualmente, a extensão vive seu terceiro momento, voltado a fomentar novos ideais, focado nas relações entre instituição de ensino e comunidade (aqui entendida como qualquer indivíduo ou organização externa às instituições de ensino), em uma troca de conhecimentos, em que todos aprendem em uma via de mão dupla. (Oliveira; Goulart, 2015)

Com a implementação da Política Nacional de Extensão em 2012, novos horizontes foram debatidos e fomentados na construção coletiva do que é a extensão. Suas cinco diretrizes

fazem parte deste novo legado, orientando as ações extensionistas e direcionando as atividades para um viés "do trabalhar **com** e não mais **para** a comunidade", em um movimento dialógico entre todos os sujeitos do processo. Freire (1980) enfatiza que o objetivo da extensão se inscreve na conscientização das pessoas e reafirma que todo trabalho que envolva educação popular, independentemente da área em que ocorra, deverá primar pelo diálogo e problematização das suas relações com o mundo, permitindo, assim, a tomada de consciência da realidade em que se encontram inseridos. Para Freire (1983, p. 46), "a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados" .

A extensão, na relação das instituições de ensino com a sociedade, oportuniza a democratização e incorporação de saberes. É uma interação dialógica que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria instituição de ensino (FORPROEX, 2012). A extensão dialógica vislumbra uma potente via de desenvolvimento social, a qual se desenvolve sob princípios que ultrapassam a perspectiva assistencialista e de prestação de serviços que a originou. O objetivo que orienta a atividade de extensão tem sido o de reforçar o papel social das instituições de ensino, traduzido na valorização e na ampliação de suas relações com a sociedade e na troca entre os saberes populares e científicos, como vetores da produção de conhecimentos.

Nesta direção, foram estabelecidas as definições e as diretrizes para a extensão no Brasil, tanto na Política Nacional de Extensão Universitária, proposta pelo FORPROEX (2012), quanto na Resolução CNE/CES nº 07/2018, entendendo a extensão sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012).

Além disso, a extensão tem a sua atuação pautada no protagonismo discente, uma vez que os documentos regulamentares (PNE 2012; 2014; CNE/CES 07/2018) estabelecem que ela deve integrar pelo menos 10% da carga horária obrigatória da matriz curricular dos cursos de graduação, o que é conhecido como curricularização da extensão. Com isso, as atividades de extensão devem ser planejadas considerando a formação discente, ou seja, devem integrar o currículo e envolver os estudantes ativamente. O foco da atividade extensionista é o impacto na formação discente, em diálogo constante com a transformação social.

Esta visão do estudante como protagonista de sua formação técnica e cidadã deve

envolver todas as pessoas participantes da atividade de extensão, como estudantes, servidores e membros de diversos grupos sociais. Assim, reforça o conceito de sala de aula que não se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. A "sala de aula" passa a englobar todos os espaços, dentro e fora da instituição de ensino, onde se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas (FORPROEX, 2012, p. 32).

Logo, para o IFSC, uma atividade de extensão deve ser composta, necessariamente, por estudante(s), servidor(es) e membro(s) da comunidade externa. Esses três atores, que constituem a tríade extensionista, serão a base pensante das atividades que serão construídas e desenvolvidas por meio de interação dialógica entre a instituição e a comunidade externa, em todas as suas fases de desenvolvimento: planejamento, organização, execução e finalização. A comunidade deve fazer parte dos processos de criação de soluções e ser coautora, pois a sua participação protagonista oferece à instituição os saberes construídos em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária, enriquecendo as trocas existentes nas atividades.

A curricularização da extensão reforça o papel protagonista discente, em detrimento de uma extensão que não comunica e não dialoga com os diversos setores da sociedade, como era comum em sua fase assistencialista. Nesse aspecto, constitui-se em um processo de incorporação ou integração de atividades de extensão ao currículo das ofertas educativas, que incide sobre a matriz curricular dos PPC como componentes curriculares, com exceção de componentes curriculares de estágio e atividades complementares. Por se tratar de carga horária obrigatória dos cursos de graduação, o registro e a execução tanto dos componentes curriculares quanto das atividades de extensão a eles vinculados é de responsabilidade do corpo docente do curso ofertante sob forma de programas e projetos de extensão.

Ao compreender a extensão como ferramenta para a transformação social, operada pelo protagonismo discente, o IFSC possibilita que mais pessoas conheçam seus cursos e a sua produção científica e tecnológica. Assim, a extensão se torna uma estratégia para a ampliação do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, assim como indicado na Estratégia 7, da Meta 12 do PNE 2014-2024. Além disso, por ofertar diversos níveis e modalidades de ensino, a prática extensionista no IFSC não está limitada aos cursos de graduação. Essa prática possibilita que a interação dialógica entre o IFSC e a sociedade seja vivenciada por estudantes de ensino médio, Proeja, cursos de curta duração e pós-graduação, ou seja, a participação em atividades de extensão é permitida a todos com matrícula ativa no IFSC.

A prática extensionista no IFSC tem como meta a execução de atividades nas

modalidades dos tipos “programa” e “projeto”, sendo as outras modalidades possíveis quando executadas de forma vinculada a essas. Como a extensão é uma atividade que se integra à matriz curricular, é imprescindível que as atividades de extensão sejam planejadas de forma articulada ao eixo formativo dos cursos de graduação, tendo em vista a execução a médio e longo prazo, sempre contribuindo para o perfil do egresso que o curso almeja. As atividades de extensão no IFSC são fomentadas por meio de editais específicos, sejam eles com ou sem repasse de recursos financeiros, ou de fluxo contínuo - para fins de registro e certificação.

O processo de autoavaliação da extensão será realizado por meio da coleta de dados sistematizada, tanto das atividades de extensão quanto dos PPCs de graduação. O objetivo da avaliação é acompanhar o que tem sido executado nos cursos superiores, a fim de aperfeiçoar o processo de curricularização no IFSC e a relação entre discentes, servidores e os outros setores da sociedade.

Objetivos

As atividades de extensão do IFSC têm como objetivos:

1. Constituir-se como espaço possível à troca de saberes, conhecimentos e experiências, promovendo interação dialógica entre a sociedade, os servidores e os discentes do IFSC;
2. Integrar o ensino e a pesquisa em diálogo constante com as demandas da sociedade, ampliando os impactos sociais e acadêmicos dos cursos;
3. Divulgar a instituição e suas atividades a todos os setores da sociedade, especialmente às classes em vulnerabilidade social, promovendo o diálogo com as bases e resgatando o sentimento de pertencimento deste espaço educativo.
4. Promover a formação integral do cidadão para além da prática acadêmica, desenvolvendo consciência social, artística, cultural, ambiental e política;
5. Promover a autorreflexão institucional possibilitando a revisão contínua das práticas formativas;
6. Garantir impacto na formação e protagonismo discente, contribuindo para sua permanência e êxito;
7. Contribuir para a formação e atuação transdisciplinar e interprofissional;
8. Possibilitar a participação discente, docente e de TAE em quaisquer atividades de extensão cadastradas no IFSC, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nos editais e atividades registradas.

Diretrizes

São diretrizes da extensão do IFSC:

1. Interação dialógica - materializada a partir da relação intrínseca entre a comunidade acadêmica e os setores da sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação ativa e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
2. Impacto na formação discente - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
3. Impacto e transformação social - a produção de mudanças na própria instituição e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
4. Indissociabilidade entre EPE - a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico;
5. Interdisciplinaridade e interprofissionalidade - articulação entre os saberes acadêmicos e populares contribuindo com as questões complexas inerentes às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as atividades de extensão.

3.3.4 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um elemento estruturante do projeto pedagógico do IFSC, não como uma mera questão formal, mas como princípio epistemológico, que remete à concepção e à identidade da instituição. Trata-se de um processo de produção do conhecimento por meio de ação investigativa que possa intervir na realidade da sociedade na qual a instituição encontra-se inserida. Para tal, o IFSC busca dialogar com as demandas sociais, articulando o desenvolvimento científico com as transformações decorrentes da tecnologia e da sociedade. Sendo assim, desempenha papel estratégico para intervir no desenvolvimento da identidade cultural, científica e tecnológica, no âmbito local, regional e nacional.

É importante entender que se as relações previstas na instituição são marcadas pela crítica e pela criatividade, o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão será incorporado como prática educativa, conferindo maior consistência às relações que se estabelecem entre a instituição e a sociedade. Assim, a educação vai muito além de compartilhar saberes já produzidos, compreendendo o professor e o estudante como sujeitos ativos do processo de ensino-aprendizagem e o espaço acadêmico como um ambiente para produzir novos saberes.

Nesse sentido, para que se possa promover a indissociabilidade é necessário criar condições alcançáveis, tanto em termos materiais e físicos, quanto em termos de gestão. Isso significa que as atividades não serão restritas à sala de aula. Todos os servidores da instituição poderão constituir-se pesquisadores e extensionistas, desde que essas atividades estejam voltadas à consolidação das finalidades do IFSC. Por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a instituição possibilita a troca de saberes com a sociedade em um fluxo dinâmico, gerando uma transformação mútua. Assim, a indissociabilidade é traduzida em aprendizagem e produção do conhecimento, ao mesmo tempo em que contribui para democratizar o saber e para a construção de uma sociedade ética e solidária.

3.3.5 Pressupostos da Pós-Graduação

Concepções e Importância

A pós-graduação no IFSC é desenvolvida de maneira integrada com as demais ofertas e em alinhamento com as concepções pedagógicas institucionais. Neste sentido, os cursos de pós-graduação podem ser ofertados nas categorias *lato* ou *stricto sensu*, presenciais ou a distância, profissionais ou acadêmicos, em todas as áreas do conhecimento, e serem constituídos a partir de condições institucionais próprias ou em conjunção de esforços com outras instituições do sistema educacional brasileiro, considerando os pressupostos e objetivos da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (EBTT) e do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Considerando a verticalização institucional, o IFSC apoia a implementação de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* que estejam alinhados com as ofertas dos câmpus e os arranjos produtivos, sociais e culturais locais. A oferta de programas *stricto sensu* em rede, como estratégia de qualificação e de produção de conhecimento e tecnologias aplicados à EPT na Rede Federal, também tem sido viabilizada. Também se buscam, continuamente, parcerias para as ofertas de formação em nível de mestrado e doutorado aos servidores do IFSC, o que contribui para a

promoção simultânea da pesquisa em temas de interesse institucional e da elevação dos índices de titulação de docentes e técnicos administrativos.

A estreita relação da pós-graduação com as atividades de pesquisa é entendida como essencial e necessária, pois a partir da capacidade investigativa e reflexiva, considerando a trama social como contextualização e motivação, os pós-graduandos poderão, por meio de processos de análise e síntese, sistematizar e organizar informações, contribuindo com a geração de novos conhecimentos e sua comunicação e difusão com a sociedade (Frigotto, 2018). Assim, a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão pelos pós-graduandos durante sua trajetória formativa é primordial para a sua formação com relação à completude educativa, científica e tecnológica nos institutos federais. Em termos de abordagem pedagógica, a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos cursos de pós-graduação deve estar presente desde a concepção, organização e desenvolvimento de programas e cursos, buscando-se promover a formação integral, crítica e reflexiva em todos os níveis e modalidades de ensino.

A partir dos objetivos dos Institutos Federais expressos na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Pacheco (2011, pág. 90), expressa que

> a concepção de que a pós-graduação deve contribuir para a formação de recursos humanos para os campos da educação, ciência e tecnologia, visando ao desenvolvimento da educação básica e da profissional e tecnológica, além da formação de profissionais para a pesquisa aplicada, a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a sociedade.

É importante destacar que o inciso VI do artigo 7º da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, define expressamente, como objetivos dos institutos federais, ministrar em nível de educação superior, tanto nas modalidades profissionais ou acadêmicas,

> [...] cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento" e "cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (Messias Alves; Del Pino, 2015, pág. 391).

De acordo com Pacheco (2011), a verticalização pode ser entendida como um princípio para a organização dos componentes curriculares, implicando na construção de itinerários formativos entre diferentes cursos da educação profissional e tecnológica, quais sejam: qualificação profissional, técnica, graduação e pós-graduação; remetendo para além do itinerário formativo, também às especificidades do trabalho didático e pedagógico, conforme Bonfante e

Schenkel (2020). Ainda neste tema, Pacheco (2011) ressalta a oportunidade e a possibilidade de se ter um espaço ímpar de construção de saberes, permitindo o diálogo e a articulação desde a educação básica até a pós-graduação, tendo como elemento nucleador a formação profissional dos educandos.

A pós-graduação é entendida no Instituto Federal de Santa Catarina não apenas como uma sequência organizacional da graduação, mas antes uma interconexão e continuidade com base nos campos educativo, científico e tecnológico da trajetória formativa e emancipadora dos educandos (Pacheco, 2011). Neste sentido, conforme Pacheco (2011), a organização de itinerários formativos que promovem a dialogicidade entre os cursos de formação inicial e continuada, técnica de nível médio e de graduação e pós-graduação, resultam na elevação de escolaridade (formação vertical) e formação continuada (formação horizontal).

A especialização de conhecimentos, em termos de organização dos conteúdos abordados nos diferentes componentes curriculares e atividades de um curso de pós-graduação, é premissa fundamental na concepção e elaboração de cursos de pós-graduação no IFSC, sem, no entanto, perder-se de vista os aspectos generalistas necessários para as atividades educativas, científicas e tecnológicas com embasamento e responsabilidade social e ambiental (PNPG, 2011; 2024). Nesta perspectiva, a organização curricular dos cursos de pós-graduação deve permitir atividades pedagógicas que promovam a contextualização e reflexão acerca das implicações da educação, da ciência e da tecnologia no individual e no todo, levando em conta também a humanização e desumanização dos processos em análise, buscando sentido e referenciais sociais para os estudos em curso e ponderando sobre suas implicações em âmbito local, regional, nacional e mundial (PNPG, 2011; 2024).

A pós-graduação nos institutos federais, considerando suas características de educação profissional, técnica e tecnológica, e em alinhamento ao Plano Nacional de Pós-Graduação, pode ser estruturada na forma de programas e cursos, buscando-se atendimento de todas as modalidades de ofertas, sempre em alinhamento com as áreas e eixos tecnológicos de atuação institucional, mas também levando-se em conta oportunidades formativas, a partir da contextualização local e regional ou em atendimento a demandas e políticas indutivas nacionais, inclusive com a melhoria da educação básica (PNPG, 2011; 2024).

A formação continuada em termos de pós-graduação ocorre no âmbito dos cursos *lato* e *stricto sensu*, mas também em atividades formativas em nível de pós-mestrado e pós-doutorado,

na forma de estágios, pesquisas, intercâmbios e demais ações que proporcionam o ambiente propício para a integração dos pós-graduandos com as atividades de ensino, pesquisa e extensão no IFSC, inclusive tendo a inovação como fator decisivo para o desenvolvimento social e econômico do país (PNPG, 2011 e 2024). Além disso, tem-se nos processos de internacionalização das instituições e dos programas de pós-graduação, oportunidades e possibilidades para a atuação colaborativa e interinstitucional, fortalecendo as equipes técnicas e permitindo o desenvolvimento de atividades complexas com equipes multidisciplinares e laboratórios integrados para atuação em rede, oportunizando também ações de fomento e otimização de investimentos internos e externos.

A perspectiva de atuação e criação de programas interdisciplinares e multidisciplinares, conforme destacado no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG, 2011; 2024), é importante iniciativa institucional, proporcionando a conjunção de esforços entre diferentes câmpus do IFSC e a busca colaborativa no atendimento às demandas da sociedade. Assim, estando o IFSC inserido no Sistema Nacional de Pós-Graduação, busca cumprir seu papel de instituição pública de educação, ciência e tecnologia, visando contribuir com a formação de pessoas e o enfrentamento e superação das questões sociais prementes no contexto de suas possibilidades e atuação institucional.

Objetivos

As atividades de pós-graduação no IFSC, notadamente inerentes ao ensino, mas em estreita relação com a pesquisa e tendo a extensão como referencial social, estão pautadas nas finalidades e objetivos dos institutos federais, do Sistema Nacional de Pós-Graduação e em alinhamento com o Plano Nacional de Pós-Graduação e a política institucional, que trata sobre as ações afirmativas, de modo a garantir a inclusão de grupos vulnerabilizados historicamente excluídos.

Considerando o modelo multidimensional e contemplando a formação de pessoal, internacionalização, pesquisa, inovação e transferência de conhecimento e impacto na sociedade, presentes no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG, 2011; 2024), as ofertas e atividades de pós-graduação no IFSC visam:

1. Formar recursos humanos de alto nível nas diferentes áreas do conhecimento;
2. Gerar novos conhecimentos buscando soluções para os desafios locais, regionais e

nacionais;

3. Integrar ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, permitindo o inter-relacionamento do saber científico e o saber popular de forma articulada com a extensão;
4. Desenvolver a autonomia acadêmica para a atuação profissional no mundo do trabalho;
5. Promover a formação contextualizada em termos educativos, científicos e tecnológicos.

Diretrizes

A consolidação da pós-graduação no IFSC deve estar pautada na valorização desta como oferta formativa integrante da missão e objetivos institucionais, em articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e promovendo formação de alta qualidade, reflexiva e contextualizada, estimulando o trabalho colaborativo e a consequente atuação profissional dos educandos em atendimento aos desafios e demandas do mundo do trabalho.

Assim, a pós-graduação no IFSC é desenvolvida no escopo de suas áreas de atuação, permitindo uma organização em itinerários formativos a partir de eixos estruturantes em termos de conhecimentos e tecnologias. Para tanto, as principais políticas e diretrizes são:

1. Ampliar a formação de recursos humanos de alto nível de acordo com as demandas e políticas nacionais;
2. Desenvolver a autonomia acadêmica em termos educativos, científicos e tecnológicos nos pós-graduandos;
3. Promover o espírito investigativo, visando à busca de soluções e intervenções que contribuam para a transformação da sociedade nos educandos;
4. Proporcionar oportunidades para a formação continuada e a qualificação para o mundo do trabalho;
5. Criar oportunidades que permitam a capacitação profissional constante, tendo a pesquisa como princípio educativo;
6. Contribuir com as atividades de pesquisa para a busca de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às necessidades da sociedade;
7. Incentivar estudos e pesquisas na área da educação profissional e tecnológica como forma de melhorar a qualidade da educação;
8. Intensificar a publicação qualificada das atividades resultantes de estudos e pesquisas inerentes aos programas de pós-graduação;

9. Promover a capacitação dos servidores da instituição em cursos na modalidade *stricto sensu*;
10. Proporcionar a conjunção de esforços interinstitucionais para o atendimento de demandas gerais e específicas em termos de formação de pessoas;
11. Fortalecer a atuação em rede, por meio da atuação em conjunto com os demais institutos federais para a implementação de políticas públicas em termos de educação, ciência e tecnologia.
12. Contribuir para a formação de professores da educação básica e profissional, para a educação para as relações étnico-raciais, a educação em direitos humanos, a educação especial, a inclusão e outros temas correlatos.

3.3.6 Pressupostos Teóricos para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos

Os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) do IFSC devem seguir as mesmas concepções de educação, ensino, pesquisa, extensão e gestão que permeiam todas as atividades da instituição, respeitando as características de cada oferta educativa. Devem ser elaborados coletivamente e implementados na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, considerando as diretrizes da educação profissional e tecnológica, as diretrizes nacionais e demais documentos oficiais, além de serem construídos de forma a garantir coerência entre os itinerários formativos, os eixos tecnológicos e as realidades locais.

Considerando a autonomia pedagógica e administrativa da instituição, bem como os dispositivos legais que tratam da educação profissional, científica e tecnológica, destacam-se os seguintes fundamentos com o intuito de subsidiar os processos de criação e reestruturação de cursos:

1. Formação integral que democratize o acesso aos conhecimentos produzidos socialmente e construídos historicamente, promovendo análise crítica das dimensões fundamentais da vida, que estruturam a prática social – o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura;
2. Trabalho, no sentido ontológico, como transformação da natureza, realização inerente ao ser humano e mediação no processo de produção da sua existência, ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais;
3. Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento

curricular, evidenciando a relação entre ciência e produção, e as implicações da divisão técnica e social do trabalho;

4. Ciência como conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade;
5. Cultura como resultado de uma construção histórica e coletiva, tendo em vista conservar a vida humana e consolidar uma organização produtiva da sociedade, da qual resulta a produção de expressões materiais, simbólicas, representações, significados e sentidos que correspondem a valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade;
6. Tecnologia como extensão das capacidades humanas que promovem a transformação da ciência em força produtiva, visando ao desenvolvimento socialmente referenciado; e a mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real);
7. Articulação entre formação básica, de caráter propedêutico, e a preparação para o mundo do trabalho, visando à formação integral, integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
8. Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem, entre teoria e prática no processo ensino-aprendizagem e assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação da organização curricular;
9. Integração de conhecimentos propedêuticos e profissionais com vistas à superação da dualidade estrutural e à construção do currículo na perspectiva da totalidade e de suas múltiplas dimensões (social, histórica, cultural, físico-ambiental, econômico-produtiva, técnico organizacional);
10. Incorporação, nos currículos, de temas e atividades transversais que contemplem as dimensões da educação ambiental, de classe, étnico-racial, gênero e diversidade, entre outras, na perspectiva de respeito às diferenças;
11. Desenvolvimento de projetos e/ou ações institucionais que promovam o acesso, a permanência e êxito do estudante, na perspectiva da inclusão social e da prevenção e enfrentamento à evasão escolar, em atenção às políticas institucionais e à missão do IFSC.

3.3.7 Formação de Formadores

A Formação de Formadores constitui um processo contínuo e sistemático, fundamentado na realidade concreta e nas práticas sociais. Esta formação é uma condição essencial para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e para o cumprimento da missão institucional, pois permite que os servidores alcancem os objetivos educacionais de modo eficaz, desde que disponham de uma formação adequada e alinhada às necessidades da instituição.

É importante distinguir duas formas pelas quais ela se realiza no âmbito dos institutos federais, particularmente no Instituto Federal de Santa Catarina. Uma, é a prerrogativa legal decorrente da Lei de Criação dos Institutos Federais, Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que alude à oferta de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Outra, é a formação continuada pedagógica, em serviço, para os trabalhadores do IFSC, considerando a necessidade da aprendizagem contínua e construção da identidade docente, que ocorrem em diversos tempos, espaços formativos, profissionais e contextos.

Sobre a primeira (licenciaturas, pós-graduações *lato* e *stricto sensu*), a citada lei determina que deve ser garantido um percentual mínimo de 20% para atender essa oferta. Por conseguinte, o IFSC precisa envidar esforços no sentido de alcançar esse patamar em seu Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) pois, de acordo com dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), em 2024 a instituição possuía apenas 11% de sua oferta dedicada a esses cursos. Importante destacar que essas ofertas objetivam tanto a formação docente externa, de quadros de outras redes de ensino, como as estaduais e municipais, quanto a formação interna, da própria rede federal.

Ao destacarmos a formação de formadores para a rede federal, um dado de fundamental importância é que ainda existe um percentual significativo de docentes que não possuem formação pedagógica, o que certamente impacta na educação que de fato ocorre nas salas de aula. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica do INEP (2020), dentre os docentes que lecionam unidades curriculares (UCs) básicas no Ensino Médio Integrado, 84% possuem formação pedagógica. Todavia, dentre os que lecionam unidades curriculares técnicas/profissionalizantes, apenas 48% possuem formação pedagógica. Esta oferta sempre foi problemática no país, pois o que se apresentaram desde a gênese da educação profissional e tecnológica (EPT) foram políticas, programas e iniciativas fragmentadas, descontínuas, as quais se podem caracterizar mais como de

governo do que de Estado, o que certamente se faz obstáculo para uma formação para EPT mais robusta e de efetividade.

Segundo Magalhães e Azevedo (2015), a formação continuada, na esteira dos rumos que a educação toma no atual estado sociometabólico do capital, em que a ofensiva neoliberal surge com ainda mais afinco, tem assumido, sobremaneira, um caráter pragmático e instrumental, assentado no esvaziamento e recuo da teoria e centrado no saber fazer e nas competências. Nesse aspecto, Severino (2003) alude que a formação continuada não se refere apenas à habilitação técnica, à aquisição de um conjunto de informações e de habilidades didáticas; mas é preciso ter em mente uma formação alinhada com a formação humana em sua integralidade. Dito de outro modo, embora a formação continuada pedagógica em serviço se ocupe, sobremaneira, de acordo com a literatura empírica e teórica sobre o assunto, de aspectos da formação que dão conta de desafios cotidianos do trabalho em educação, o IFSC a considera amparada no sentido atribuído por Severino (2003), ao concebê-la em seus múltiplos aspectos que favoreçam a formação humana integral, coadunando, assim, com a Pedagogia Histórico-Crítica, perspectiva filosófico-pedagógica que fundamenta a educação no IFSC, em conformidade com este PPI. Em função dessa escolha, optou-se por manter o vocábulo “pedagógica” na nomenclatura, para que não se perca de vista essa dimensão e/ou que ela seja, em algum momento, esvaziada/preterida em detrimento de formações instrumentais e utilitaristas.

O IFSC entende que a formação continuada dos profissionais da educação não deve acontecer somente por força da lei (Brasil, 1996; Brasil, 2017; Brasil, 2024) mas também e, sobretudo, pelas imposições de um contexto complexo, plural, multifacetado e heterogêneo em seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e climáticos, que tornam cada vez mais desafiador o ato de educar. E nos IFs, de acordo com sua lei de criação, esse desafio é amplificado, devido à diversidade de ofertas educativas.

De acordo com a Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2024), o parâmetro que se interpõe à formação de formadores nos limites deste PPI encontra amparo e ressonância, em razão de que a formação, em ambas as formas que inicialmente se distingue, necessita se assentar em princípios e bases gerais, bem como apresentar motivações, objetivos e finalidades claras.

Assim, a formação no IFSC deverá atender ao princípio da formação humana integral, entendendo e situando o ser humano em toda sua omnilateralidade, não apenas na formação de

mão de obra para o mercado de trabalho, mas possibilitando a compreensão das relações estabelecidas no sistema produtivo e na sociedade em geral, trazendo ferramentas para superação de todas as formas de opressão. Ainda, a formação no IFSC observará o trabalho como princípio educativo, nos moldes que nos apresenta Dermeval Saviani (Saviani, 2020), além da prática social como produtora de conhecimentos e a indissociabilidade entre as dimensões do processo educativo.

A formação no IFSC, em conformidade com a política acima mencionada, se fundamentará nas bases conceituais de escola unitária, educação omnilateral, trabalho como princípio educativo e mundo do trabalho, politecnia, ensino médio integrado, sustentadas por autores como Nosella (2010), Saviani (2020; 2021), Frigotto (2010), Ramos (2008), Moura (2013), dentre outros.

Sobre as motivações, objetivos e finalidades, em seus macroaspectos, a formação de formadores no IFSC contemplará políticas, programas e ações que tragam ferramentas e subsídios para a crítica profunda e superação das estruturas e práticas do modo de produção capitalista e suas mazelas, contradições e desigualdades históricas, que obstaculizam a justiça social, esta garantidora dos direitos humanos. A formação de formadores no IFSC observará, ainda, o princípio da gestão democrática e inclusiva, garantindo não apenas o aprimoramento profissional, mas o pleno desenvolvimento dos sujeitos.

3.4 DESAFIOS DO ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO

Na perspectiva de uma educação que seja democrática e inclusiva, cabe priorizar esforços institucionais para consolidação e implementação de programas, projetos e ações que atendam as expectativas e necessidades formativas dos nossos estudantes no contexto de uma educação profissional pública, gratuita e de qualidade social. As políticas institucionais de inclusão, acesso, permanência e êxito que serão planejadas, implementadas, acompanhadas e avaliadas pela instituição, reconhecem e valorizam os sujeitos que compõem os grupos vulnerabilizados. São políticas institucionais que visam assegurar a todos os estudantes do IFSC condições de equidade e igualdade para o acesso, a permanência e o êxito em seus cursos, em todos os níveis e todas as modalidades de ensino, oferecendo-lhes oportunidades de aprendizagem.

Neste contexto, a fim de mitigar os índices de retenção/reprovação e evasão escolar caberá a Pró-Reitoria de Ensino a organização do suporte metodológico e de informações acadêmicas

para elaboração dos diagnósticos sobre a realidade educacional dos câmpus, e em parceria com a Comissão Central e as Comissões Locais do Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC, construir propostas para (re)formular as políticas institucionais de inclusão, acesso, permanência e êxito. Essas políticas estão fundamentadas na defesa do direito de convivência de todos os estudantes e na perspectiva dos direitos humanos, com permanente avaliação das formas de ingresso, ações que favoreçam o sentimento de pertencimento institucional, adaptação curricular, melhorias na infraestrutura física, atendimento pedagógico, psicológico e social, assim como subsidiar outros setores/coletivos do IFSC no desenvolvimento de programas, projetos e ações formativas, na perspectiva da educação inclusiva, profissional, científica e tecnológica.

Para tanto, as pesquisas e instrumentos avaliativos institucionais serão orientadas no sentido de considerar que a evasão escolar e a reprovação/retenção escolar são fenômenos complexos e multicausais (ou multifatoriais), caracterizados também como fatores intervenientes, que, relacionados entre si, necessitam ser compreendidos no contexto socioeconômico, político e cultural. Ou seja, enquanto processo psicossocial complexo, tanto a evasão escolar quanto a reprovação/retenção escolar são compreendidas como efeitos (ou respostas) de uma produção sócio-histórica (do capital). As pesquisas e instrumentos avaliativos institucionais também devem propiciar a análise e prospecção de ferramentas de acompanhamento a fim de garantir o acesso, a permanência e o êxito.

Em conformidade com os princípios da gestão democrática e da equidade, o Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC (PEAPEE), será utilizado como ferramenta metodológica com o compromisso de contribuir para mitigar as disparidades econômicas, sociais e educacionais entre os sujeitos, oportunizando assim condições aos estudantes para que consigam acessar, permanecer e integralizar o seu curso.

3.5 POLÍTICAS ESTUDANTIS, DIVERSIDADES E INCLUSÃO

A educação, direito social constitucionalmente estabelecido, sobretudo quando oferecida em organizações públicas de ensino, precisa responder às demandas pedagógicas e sociais próprias dos sujeitos de direitos que constituem seu corpo discente, favorecendo, assim, a formação integral com qualidade socialmente referenciada e estimulando o pensamento crítico, em conformidade com a Pedagogia Histórico-Crítica. Nesse sentido, compreende-se as políticas

estudantis na perspectiva da educação inclusiva, como referência para a consolidação e a implementação de políticas públicas educacionais para a garantia de igualdade de condições em termos de acesso e permanência na instituição, na articulação com as áreas do ensino, pesquisa e extensão. Para o atendimento dos estudantes pertencentes a grupos vulnerabilizados deve-se reestruturar a organização do trabalho pedagógico no IFSC, nos seus diferentes espaços e tempos escolares, na Reitoria e nos câmpus, colocando-os como sujeitos de direito e foco central de toda ação educacional.

Para a implementação e consolidação das políticas estudantis na perspectiva da educação inclusiva, o IFSC deve desenvolver programas, projetos e ações voltados para o atendimento das demandas dos públicos pertencentes a grupos vulnerabilizados, que foram excluídos socialmente. Nesse sentido, as iniciativas institucionais para uma educação inclusiva contribuem para assegurar o acesso, a permanência e o êxito desses grupos, superando a reprodução de discriminações e injustiças em termos de classe social, raça, deficiência, estado nutricional, orientação sexual, identidade de gênero etc.

Para uma melhor compreensão acerca das políticas estudantis na perspectiva da educação inclusiva, no brasil, é fundamental que se faça uma breve retomada histórica sobre a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, educação bilíngue, educação de jovens e adultos e educação para as relações étnico-raciais no país. Dessa forma, identificaram-se as concepções sobre essas temáticas educativas, em diferentes momentos e espaços, vislumbrando os caminhos necessários a trilhar para a garantia de direitos de grupos historicamente excluídos.

3.5.1 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Sobre a educação especial, do final do século XIX até o final do século XX, é possível perceber o quanto a educação para pessoas com deficiência avançou e retrocedeu a depender do momento social e político. Em linhas gerais, nota-se que houve uma mudança significativa no que se refere a uma perspectiva segregada para um modelo educacional inclusivo, ainda que persistam velhos estereótipos sobre a educação para as pessoas com deficiência no ensino regular.

Um dos marcos para a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, ocorreu na virada do século XX para XXI, em 2001, com a publicação do Plano Nacional de Educação (PNE), que definiu metas para a educação especial. Em 2007, temos um evento histórico na garantia de direitos das pessoas com deficiência: a realização da Convenção Internacional sobre os

Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), em Nova York, com o objetivo de rever a concepção de deficiência. No ano seguinte, em 2008, o Brasil publicou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, reafirmando a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares e introduzindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Em 2009, o Brasil promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo com caráter de emenda constitucional. Em 2015, é publicado o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e, no mesmo ano, com o intuito de fortalecer a CDPD, é criada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).

Nas últimas três décadas, no Brasil, observa-se um grande investimento nas políticas públicas de educação, reposicionando a educação especial como uma modalidade transversal a todas as etapas e níveis da educação escolar, como um elemento essencial para assegurar a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular. Esse viés impõe uma mudança no *lócus* destinado à escolarização desses estudantes: o ensino regular. A educação especial deixa de ser concebida como um sistema paralelo e passa a ser entendida como um conjunto de recursos e serviços ofertados em todas as instituições de ensino, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Em 2008, com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, concebe-se a deficiência orientada pelo modelo social - o que, em síntese, significa que as pessoas com deficiência são sujeitos de direitos e que devem ser protagonistas das decisões que se referem à sua própria vida, inclusive na sua trajetória escolar. Tanto para a CDPD quanto para a LBI, o que impede a participação das pessoas com deficiência em diferentes contextos da vida social são as barreiras e não a deficiência em si. E, portanto, o foco das políticas públicas deve ser na remoção dessas barreiras e não no enquadramento desses sujeitos a instituições e práticas excludentes.

3.5.2 Educação Bilíngue de Surdos

Historicamente, a educação destinada às pessoas surdas priorizou a oralidade, desconsiderando a validade das língua de sinais Com o avanço das pesquisas científicas e as demandas dos movimentos sociais surdos, houve o reconhecimento do reconhecimento do potencial linguístico e cultural que as línguas de sinais oferecem às pessoas surdas.

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) como meio legal de comunicação e expressão no país. Esse reconhecimento trouxe

implicações práticas e normativas, resultando na estruturação de políticas públicas e diretrizes curriculares, e na definição da Educação Bilíngue de Surdos como modalidade de educação escolar, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

O Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), que regulamenta a Lei de Libras, estabelece a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia. Essa obrigatoriedade se aplica a todos os cursos de licenciatura, Pedagogia e Educação Especial. O Decreto também obriga a oferta nos demais cursos da educação profissional e tecnológica e educação superior. Além disso, o decreto estabelece medidas para atender às necessidades educacionais dos surdos em todos os níveis de ensino:

i) a obrigatoriedade de oferecer o ensino de Libras e português como segunda língua desde a educação infantil, bem como a presença de profissionais especializados, como professores de Libras, intérpretes e regentes com formação específica;

ii) são previstas adaptações nas avaliações, valorizando a semântica e adotando registros em Libras por vídeo ou outras tecnologias.

A Educação Bilíngue de Surdos foi formalmente instituída como modalidade educacional pela Lei nº 14.191/2021 (Brasil, 2021), fundamentada no reconhecimento das especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda. A legislação estabelece o direito de os estudantes surdos acessarem o conhecimento em Libras como primeira língua e ao português escrito como segunda língua.

No âmbito do IFSC, o Câmpus Palhoça Bilíngue se destaca por seu compromisso inclusivo, sendo a primeira instituição da América Latina nessa modalidade. O diferencial do câmpus é que o ensino é voltado para a oferta de educação profissional bilíngue - Libras-Português, tendo como público estratégico tanto pessoas surdas como ouvintes, por meio de uma metodologia de ensino inclusiva e significativa para ambos os públicos.

Os cursos ofertados pelo Câmpus Palhoça Bilíngue têm como fundamento a formação de profissionais conscientes das diferenças linguísticas e culturais das pessoas surdas que interagem por meio da Língua de Sinais. Os projetos pedagógicos contemplam, além dos componentes curriculares de Libras, projetos integradores focados no desenvolvimento de produtos e serviços que atendam às demandas das comunidades surdas brasileiras.

No Câmpus Palhoça Bilíngue a educação profissional bilíngue compreende ainda cursos específicos para surdos sinalizantes, como o Técnico Integrado ao Ensino Médio em Serviços e Produtos Bilíngues (Libras/Português), uma proposta pioneira e experimental em todo o Brasil,

voltada para a formação de alunos surdos na perspectiva da educação bilíngue. O referido curso busca formar técnicos habilitados para o atendimento acessível ao cidadão surdo nas diversas áreas do atendimento ao público e ao consumidor, para a criação e inovação de produtos que atendam às normas de acessibilidade linguística às pessoas surdas como também para a atuação no apoio técnico a profissionais da área de tradução e interpretação de Libras. O curso parte do pressuposto de que todas as ações do câmpus pautam-se pelo reconhecimento político e cultural do surdo, por meio da oferta de metodologias visuais que permitam o acesso ao conhecimento a partir da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua, promoção e a divulgação da cultura surda e o estímulo ao uso do português, na modalidade escrita, como segunda língua. Nesse sentido, as aulas são ministradas diretamente em Libras por professores bilíngues ou em português oral com o apoio do profissional tradutor e intérprete de Libras/Português para realizar a mediação.

Nesse contexto, o IFSC compromete-se em atuar para a consolidação das políticas relacionadas à educação de surdos, tanto no Câmpus Palhoça Bilíngue quanto nos demais câmpus, desenvolvendo ações alinhadas à modalidade de Educação Bilíngue de Surdos.

3.5.3 Educação de Jovens e Adultos

As políticas voltadas à Educação de Jovens e Adultos, historicamente, têm ocupado um lugar marginal na sociedade, em um contexto de profundas desigualdades socioeconômicas que caracterizam o Brasil, ainda que apresentem avanços e retrocessos, resultantes dos diferentes projetos de sociedade, a depender das correlações de forças estabelecidas em cada momento histórico.

Na década de 1930, quando a educação de jovens e adultos passou a se efetivar no Brasil, esteve voltada à necessidade de diversificação e qualificação da força de trabalho, em um contexto de industrialização do país. Campanhas de alfabetização em massa passaram a fazer parte das políticas de educação de jovens e adultos trabalhadores, visando atingir aqueles que se encontravam excluídos do sistema regular de ensino; tais campanhas se estenderam para as décadas seguintes (1940/1950). Ao final da década de 1950 e início de 1960, os embates por reformas de base tomaram força, instituindo uma nova tendência de educação de adultos, em paralelo à anterior, concebida como “educação libertadora”, que propunha a conscientização e politização da população com vistas à transformação social, tendo Paulo Freire como referência

central. Tal projeto educacional foi interrompido a partir de 1964, com o golpe militar, instituindo-se assim, na educação de adultos, um ensino aligeirado, de alfabetização e formação da mão de obra marginalizada.

A partir da década de 1980, com a redemocratização do país e a aprovação da Constituição de 1988, a educação tornou-se obrigatória e gratuita, "inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade própria". Essa conquista foi garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que instituiu a EJA como modalidade da educação básica. Conforme mostra o Parecer 11/2000, do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2000), escrito por Carlos Roberto Jamil Cury, ao elevar a EJA à modalidade da educação, a LDB de 1996 buscou destacar sua especificidade e romper com sua perspectiva meramente supletiva. De acordo com esse mesmo parecer, mais que uma função reparadora, voltada à garantia do direito de acesso à escola e aos conhecimentos historicamente produzidos, a EJA possui uma função equalizadora e permanente ou qualificadora, destacando o processo humano de aprendizado ao longo de toda a vida. É importante salientar que este olhar mais abrangente sobre a EJA não ocorre apenas no Brasil, mas em todo o mundo, a partir de inúmeros documentos, conferências e lutas coletivas.

No contexto da Rede Federal, um grande avanço para a EJA foi a aprovação do Decreto n.º 5.154/2004, que retomou a integração da formação básica com a formação profissional, bem como a criação do Programa de Educação Profissional Integrado à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), por meio do Decreto n.º 5.840/2006. Com o Proeja vislumbraram-se aspectos inovadores e com potencial de transformações na Educação de Jovens e Adultos, especificamente no que se refere à elevação da escolaridade e a formação dos trabalhadores. A perspectiva posta nesse programa é a da formação integral e integrada dos estudantes, com base em uma educação de qualidade socialmente referenciada (Brasil, 2010), distanciando-se da compreensão estreita de formação aligeirada, para atender apenas às demandas do mercado de trabalho. O Decreto n.º 5.840/2006 também é a base para o planejamento da oferta de cursos de educação de jovens e adultos integrada à educação profissional na rede federal de educação, ao estabelecer o percentual de, no mínimo, 10% do total das vagas de ingresso da instituição. Outra legislação de referência para a educação de jovens e adultos é a lei de criação dos institutos federais - Lei 11.892/2008 – que, em seu art. 7ª, estabelece como um de seus objetivos, ofertar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, também para o público da educação de jovens e adultos.

Em âmbito interno ao IFSC, algumas normativas reforçam os preceitos estabelecidos nas legislações nacionais, a exemplo da Resolução Cepe/IFSC n.º 5, de 2 de março de 2022, que aprova o Documento Orientador da EJA, a Resolução Consup n.º 34, de 21 de agosto de 2023, que aprova a Política de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Santa Catarina – Política EJA-EPT (Proeja), e institui a Comissão de Implementação da Política de EJA - Cpeja, no âmbito da reitoria e representação de todos os câmpus e os Núcleos de Implementação da Política de EJA - Nupejas, em âmbito local (câmpus). Com base nesses referenciais, o IFSC assume o compromisso de desenvolver ações que convirjam para a promoção do acesso e da permanência dos estudantes jovens e adultos trabalhadores na instituição.

Cabe destacar que a educação de jovens e adultos é um campo de convergências com outros marcadores sociais, tais como pessoas de baixa renda, pretas/pardas, indígenas, quilombolas, imigrantes/refugiadas, privadas de liberdade, com deficiência, dentre outros, as quais demandam, em grande medida, as políticas estudantis, a fim de garantir o acesso e a permanência na escola e o direito à conclusão da educação básica, prevista na Constituição Federal e nas legislações que regem a Rede Federal de Educação e a Educação de Jovens e Adultos no IFSC.

3.5.4 Educação para as Relações Étnico-raciais

No que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais, há um conjunto de leis que compõem o conceito de educação das relações étnico-raciais no Brasil e que sucede o percurso de atuação do Movimento Negro em momentos antecedentes à aprovação da Lei 10.639/2003. Esse conjunto é liderado pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que alteraram os artigos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Instituída a partir da mobilização do Movimento Negro, a Lei n.º 10.639, que apontou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileiras nas escolas, completou pouco mais de 20 anos em janeiro de 2024. No país, os obstáculos à plena implementação da lei ainda permanecem significativos. Sancionada em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a Lei 10.639 determinou que os conteúdos programáticos das escolas públicas e particulares, desde o ensino fundamental até o ensino médio, deveriam incluir estudos

sobre a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a contribuição do povo negro para a formação da sociedade.

A lei busca resgatar a contribuição do povo negro brasileiro nas esferas social, econômica e política ao longo da história do país. Além de instituir o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra" no calendário escolar, sendo, desde 2023, instituído como feriado nacional (Lei 14.759/2023), a lei estabelece que o ensino da cultura afro-brasileira esteja integrado em todo o currículo escolar, com ênfase nas áreas de Educação Artística, Literatura e História. Também em março de 2008, foi instituída a Lei nº 11.645, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura indígena nas escolas brasileiras. Essa norma estabelece diretrizes para a promoção de uma educação antirracista no país.

É imprescindível promover uma educação antirracista, pois a população negra representa a maioria no Brasil. De acordo com os dados mais recentes do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), a população brasileira que se autodeclara negra — compreendendo as categorias "preta" e "parda" — representa 55,5% do total. A língua, a culinária, a música e as formas de relacionamento refletem a rica herança cultural dos povos africanos e indígenas. Contudo, essas comunidades, devido à estrutura racista vigente, frequentemente ocupam posições de subalternidade na sociedade brasileira.

Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, o Estatuto da Igualdade Racial, o Plano Nacional de Educação, o IFSC compromete-se em superar os desafios para a consolidação da educação para as relações étnico-raciais, na perspectiva da educação inclusiva, a fim de uma plena inclusão dos estudantes que compõem os grupos historicamente excluídos, em todos os níveis e modalidades de ensino.

3.5.5 As Ações Afirmativas

Para tratar sobre as ações afirmativas no Projeto Pedagógico Institucional do IFSC, toma-se a seguinte conceituação:

> Ações afirmativas são políticas focais, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico (FERES et al, 2018, p.13).

Assim, o IFSC entende que as ações afirmativas são políticas socioeducacionais destinadas a combater discriminações diversas, com o objetivo de implementar e consolidar os pressupostos da educação inclusiva. Compreende-se que o processo de exclusão se alimenta de diferenças construídas de maneira histórica, social e cultural e que as ações afirmativas contribuem para superar a reprodução de discriminações e injustiças para públicos estratégicos, tais como: baixa renda, jovens e adultos sem escolarização, privados de liberdade, pessoa em situação de acolhimento institucional, população em situação de rua, pretos/pardos, indígenas, quilombolas, pessoa com deficiência, pessoa com transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação, pessoa com transtornos psicossociais[3], mulheres, idosos, estrangeiros/imigrantes/refugiados, LGBTQIAPN+ etc.

É a partir dessa concepção de Ações Afirmativas que o Instituto Federal de Santa Catarina se compromete com a promoção da igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades históricas no acesso e na permanência de estudantes das mais diversas modalidades de cursos ofertados. Em conformidade com a legislação brasileira e alinhado aos princípios de justiça social e equidade, o IFSC compreende as ações afirmativas como estratégia institucional, com foco em garantir a inclusão e valorização de grupos historicamente marginalizados e sub-representados, com base nas legislações e normativas brasileiras vigentes. Em razão desse contexto apresentado, o IFSC assume o compromisso de institucionalizar a Política de Ações Afirmativas até o término da vigência deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Apesar de não haver uma regulamentação específica concernente a uma política institucional sobre o tema, cabe destacar as iniciativas já realizadas que corroboram para o

[3]As pessoas com deficiência psicossocial (...) são, em conformidade com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), aquelas (...) "que têm impedimentos de longo prazo de natureza mental, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas." (art. 1 da CDPD; art. 2º da LBI). São deficiências resultantes de sequelas/restrições decorrentes de transtornos mentais graves (Cabral, p. 09, 2021). "(...) 'pessoas com sequelas de transtornos mentais', uma pessoa cujo quadro psiquiátrico já se estabilizou. Os transtornos mais comuns são: mania, esquizofrenia, depressão, síndrome do pânico, transtorno obsessivo compulsivo e paranoide." (Sassaki, 2010)

fortalecimento das ações afirmativas no IFSC. Nestes últimos anos, no que tange ao fortalecimento de ações afirmativas destacam-se a criação do Programa de Ações Afirmativas para os Cursos de Graduação, regulamentado pela Resolução Consup n. 08/2009 e normatizado pela Resolução Consup n.º 005/2011; a implementação da Assistência Estudantil, regulamentada pela Resolução Cepe n.º 001/2010, com destaque para o Programa de Atendimento ao Estudante em Situação de Vulnerabilidade Social (Paevs), regulamentado pela Resolução Consup n. 41/2017; a oferta de cotas para cursos técnicos e de graduação destinadas a candidatos provenientes de escolas públicas brasileiras, com baixa renda, autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência; a criação da Comissão Central de Verificação da Condição de Deficiência, responsável pela análise documental dos candidatos às vagas reservadas para pessoas com deficiência (PCD); a instituição das bancas de heteroidentificação nos 22 câmpus do IFSC, responsáveis pelo processo de análise documental e entrevista dos candidatos que concorrem às cotas destinadas a pessoas pretas, pardas ou indígenas, conforme regulamentado pela Resolução CEPE n. 86/2022; a criação da estrutura organizacional na Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), por meio do Departamento de EJA e Ensino Técnico Integrado, da Coordenadoria de Ações Inclusivas, visando ao aperfeiçoamento dos processos educativos, especialmente em relação aos grupos historicamente excluídos da educação; a instituição do Comitê Permanente de Direitos Humanos do IFSC, órgão consultivo, propositivo e de assessoramento, voltado para o desenvolvimento de atividades e políticas em defesa dos direitos humanos; a criação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) em diversos câmpus, além do coletivo IFSC Negro, visando ao debate e à promoção da educação para as relações étnico-raciais; o estabelecimento do Núcleo de Estudos sobre Identidade Queer (Neiq), voltado para a temática LGBTQIAP+ no câmpus Gaspar; a criação das Coordenadorias dos Núcleos de Acessibilidade Educacional (NAE) nos 22 câmpus do IFSC, regulamentadas pela Resolução Consup n. 38/2019; a publicação do Edital Piloto para Fomento às Ações de Equidade, em 2022, com o objetivo de selecionar propostas de projetos contemplando as temáticas das juventudes, das diversidades e dos direitos humanos; a implementação de Laboratórios de Tecnologia Assistiva nos câmpus Palhoça-Bilíngue e Araranguá, destinados ao uso dos estudantes do público-alvo da educação especial; a (re)organização dos Jogos do IFSC (JIFSC) com perspectiva inclusiva, incluindo tradutores e intérpretes de Libras, atividades inclusivas e participação de estudantes trans; a realização do Ciclo de Formação em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, do Ciclo de Formação em Direitos Humanos, promovidos

pelo Departamento de Formação e Práticas Educativas. Cabe ainda destacar que o fortalecimento das ações afirmativas estão baseadas no Decreto nº 4.377/2002 (Plano Nacional de Ações Afirmativas), na Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e na Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas no ensino superior federal), na Lei nº 12.990/2014 (Reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos federais) e no Decreto nº 11.443/2023 (Reserva de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança para pessoas negras na administração pública federal).

A Política de Ações Afirmativas do IFSC, neste Projeto Pedagógico Institucional, tem como objetivos principais: promover a inclusão, reduzir desigualdades e valorizar a diversidade. Dito isso, quer-se garantir a inclusão de grupos sub-representados no ensino, na pesquisa e na extensão, considerando os critérios de classe social, raça, etnia, gênero, orientação sexual e deficiência; atuar proativamente na redução das desigualdades educacionais e sociais; fomentar um ambiente acadêmico diversificado e enriquecedor que reflita a pluralidade da sociedade brasileira.

A fim de garantir que a Política de Ações Afirmativas possa, de fato, ser implementada integralmente, o IFSC se compromete com o envolvimento da comunidade acadêmica quanto à qualificação dos processos institucionais referentes ao acesso, à permanência e ao êxito. Deste modo, busca-se a garantia de:

- vagas reservadas: reserva de vagas para candidatos, conforme a legislação vigente sobre cotas e inclusão, assim como de outros públicos vulnerabilizados;
- apoio acadêmico: implementação de programas de apoio acadêmico permanente, como a tutoria e a orientação para garantir a permanência e o êxito dos estudantes beneficiados pelas ações afirmativas;

No que diz respeito à formação e à capacitação, a implementação das ações afirmativas aponta para a necessidade de formação continuada e capacitação de servidores. Assim, o IFSC assume a responsabilidade sobre a:

- capacitação de servidores: formação continuada para servidores docentes e técnicos administrativos sobre temas relacionados à diversidade, inclusão e políticas de ações afirmativas;

- sensibilização: atividades de sensibilização e campanhas para promover a compreensão e o respeito às diferenças e à diversidade no ambiente acadêmico.

No que tange ao monitoramento e à avaliação, o IFSC se compromete a fomentar a pesquisa sobre dados que permitam o acompanhamento e a crítica necessária. Para isso, deve-se levar em conta:

- dados e pesquisas: coleta e análise de dados sobre a eficácia das ações afirmativas, monitoramento das taxas de ingresso, permanência e êxito dos estudantes atendidos;
- avaliação contínua: revisão periódica da Política de Ações Afirmativas, com ajustes conforme necessário para qualificar a inclusão e equidade.

Diante disso, a Política de Ações Afirmativas deve, obrigatoriamente, relacionar as temáticas interseccionais para garantir a eficácia de ações institucionais, visando à equidade, considerando que a interseccionalidade se dá pela "interação ou sobreposição de fatores sociais que definem a identidade de uma pessoa e a forma como isso irá impactar sua relação com a sociedade e seu acesso a direitos". O IFSC assim reconhece que as identidades dos indivíduos são múltiplas e, por isso, interseccionais. Dessa maneira, esta política considera as seguintes interseccionalidades:

- Classe Social: políticas específicas para apoiar estudantes oriundos de famílias de baixa renda, oferecendo bolsas, auxílios e recursos para minimizar barreiras econômicas;
- Gênero: ações específicas para promover a igualdade de gênero, combater a violência, a discriminação e apoiar a participação equitativa de mulheres e pessoas não-binárias;
- Raça e Etnia: inclusão de medidas específicas para combater o racismo e promover a equidade racial e étnica;
- Deficiência: adoção de estratégias para garantir a acessibilidade e tecnologia assistiva, a busca para a retirada das barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas, além de apoio psicológico e acadêmico para estudantes com deficiência sempre que apontada a necessidade;
- Orientação Sexual e Identidade de Gênero: criação de um ambiente respeitoso e inclusivo para pessoas LGBTQIA+, combatendo a homofobia e a transfobia.

O IFSC reitera seu compromisso com a justiça social e a promoção da diversidade. Para tanto, a institucionalização de uma Política de Ações Afirmativas representa um passo fundamental na construção de uma instituição mais inclusiva e equitativa, refletindo o compromisso do IFSC com a excelência acadêmica e a responsabilidade social.

A Política de Ações Afirmativas do IFSC deve organizar-se por meio de programas, projetos e ações para o acesso, a permanência e o êxito de estudantes pertencentes a grupos vulnerabilizados. Esta política deve ser implementada na perspectiva de estabelecer as condições estruturantes para sua regulamentação e funcionamento, com fomento de recursos financeiros para as iniciativas institucionais, bem como a organização de infraestrutura física e de recursos humanos para a organização dos trabalhos no âmbito da Reitoria e dos câmpus.

3.5.6 A Assistência Estudantil

Com referência na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a assistência estudantil no IFSC deve ser instituída enquanto política institucional, com caráter permanente e estrutural, estando vinculada aos objetivos e princípios constitucionais, assim como às legislações educacionais vigentes, sendo organizada por meio de um arcabouço legal, normativo, financeiro e de recursos humanos próprios, cujos propósitos perpassam as diferentes áreas do IFSC.

Assim, considerando a educação como direito de todo estudante, garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a assistência estudantil se constitui como política pública educacional que busca garantir o direito à educação a todos, ampliando as condições de permanência estudantil. Por essa via, o estudante é compreendido como sujeito social de direitos, a quem deve ser garantido o direito à plena formação humana, que diz respeito à formação do sujeito singular na sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica; diz respeito, pois, ao desenvolvimento de todas as suas dimensões humanas (Ciavatta, 2014). Logo, sendo a educação um direito social constitucional para todos e dever do Estado, a assistência estudantil deve ser entendida como estratégia necessária para garantir a permanência dos estudantes, no decorrer do seu percurso formativo, na perspectiva da equidade, justiça social e dignidade humana.

A sua consolidação pressupõe o controle social, entendido aqui como a participação cidadã nas políticas públicas de Estado, exercido por meio da efetiva participação da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão, com o envolvimento de estudantes, servidores e

familiares, para o acompanhamento e fiscalização dos programas e ações, a fim de solucionar os problemas e assegurar a manutenção dos serviços de assistência aos estudantes (Brasil, 2011). Também deve observar a efetividade dessa política institucional quanto ao seu propósito de ampliar a permanência dos estudantes, não se limitando aos resultados de indicadores educacionais específicos, mas, a partir desses dados quantitativos, valer-se de uma análise qualitativa, realizada de forma contextualizada e criteriosa, com o uso de método científico.

Na perspectiva de institucionalização da Política da Assistência Estudantil, enquanto uma ação de permanência e êxito, deve organizar-se por meio de programas, projetos e ações voltados para o atendimento focalizado de estudantes em situação de vulnerabilidade social e programas de atendimento universal. Para tanto, devem ser estabelecidas e garantidas as condições estruturantes para sua regulamentação, disposição e fomento de recursos financeiros, organização de espaços físicos adequados e aquisição de infraestrutura material adequada; assim como recursos humanos para a composição de equipe multiprofissional na Reitoria e nos câmpus.

As iniciativas institucionais visam atender o estudante, a fim de garantir sua permanência nos estudos, sendo operacionalizadas por meio de serviços prestados, aquisição de bens de consumo e/ou investimentos, assim como pagamento de bolsas/auxílios financeiros. Diante de eventuais limitações estruturantes, em determinado momento histórico da instituição, deve-se priorizar a gestão dos recursos financeiros para os programas destinados àqueles injustiçados, de forma a garantir as condições básicas de permanência e ofertar os serviços e/ou auxílios financeiros adequados a real necessidade do sujeito (Arroyo, 2020).

Esta política institucional articula-se às atividades de ensino, pesquisa e extensão e perpassa todo o planejamento institucional, de forma sistêmica, necessitando de fomento de recursos financeiros diversos, incluindo orçamento do IFSC e demais fontes extraorçamentárias, com dotação de valores adequados à realização das iniciativas já implementadas, não se limitando à dotação orçamentária advinda da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Ressalta-se que as referências apresentadas neste documento devem ser revisadas e atualizadas periodicamente, com a participação de toda a comunidade acadêmica por meio de suas representações, para garantir que continuem a atender às necessidades e aos desafios emergentes, promovendo um ambiente educacional mais justo e inclusivo para todos.

3.5.7 Egressos

Considera-se egresso o sujeito que foi discente do IFSC e concluiu o seu curso. Projetar ações para esse público possibilita compreender melhor como a formação que a instituição dá aos sujeitos impacta suas vidas. Por isso, no que diz respeito ao egresso, é importante detectar modelos de práticas bem-sucedidas para realimentar os projetos pedagógicos de cursos e estratégias pedagógicas da instituição como um todo. Além disso, também é importante para a instituição identificar a inserção socioprofissional, as perspectivas e expectativas nas aproximações do egresso com o mundo do trabalho. Faz-se necessário manter um canal de comunicação permanente com o mundo do trabalho, que seja efetivo e democratizador das informações, subsidiando e facilitando as escolhas dos discentes para sua atuação profissional.

Quanto a seus egressos, constituem-se ações a serem desenvolvidas pelo IFSC:

1. Desenvolver ações sistemáticas voltadas às pesquisas de demandas e à análise da inserção socioprofissional;
2. Implantar o Observatório da Educação Profissional;
3. Garantir uma forma de diálogo com os egressos;
4. Desenvolver uma política de acompanhamento de egressos;
5. Fomentar e incentivar o retorno dos egressos para que sigam o seu itinerário formativo no IFSC;
6. Fomentar a participação de egressos em projetos de pesquisa e extensão do IFSC, especialmente em áreas que remetam a aspectos sociais e inclusivos;
7. Criar ferramentas que estimulem o egresso a seguir o percurso formativo no eixo tecnológico de sua escolha;
8. Criar mecanismos de comunicação com os egressos, de modo a informá-los dos eventos, cursos, palestras e demais atividades do IFSC.

3.6 GESTÃO

Concepções e relevância

A gestão na educação contemporânea é uma tarefa multifacetada, repleta de complexidades que requerem uma abordagem abrangente. Seguindo a ótica da Pedagogia Histórico-Crítica, a gestão é interpretada como uma prática social intrinsecamente ligada a uma

miríade de fatores, incluindo indivíduos, sociedade, economia, cultura e tecnologia. No contexto da gestão pública, esses elementos ganham uma dimensão ainda mais significativa, uma vez que a capacidade de mediação e equilíbrio se torna essencial.

A relação entre democracia e educação é marcada por uma interdependência vital. A democracia, por um lado, depende da educação como pilar fundamental para sua fortificação e consolidação. Por outro lado, a educação, em sua essência, necessita da democracia para florescer plenamente. Isso decorre do fato de que a educação é, essencialmente, uma interação entre indivíduos que desfrutam de diferentes níveis de maturidade humana e liberdade. Nesse contexto, os institutos federais desempenham um papel importante na promoção do desenvolvimento local e regional, indo muito além de simplesmente preparar indivíduos para se adequarem às demandas específicas do mercado de trabalho. Para cumprir eficazmente essa missão, essas instituições adotam uma abordagem que reconhece a importância do contexto local.

Ao adotar uma estrutura multicâmpus, onde cada câmpus possui um grau considerável de autonomia, os institutos federais demonstram um compromisso com a valorização do território local como parte integrante de sua função. Cada câmpus atua em comunidades diversas, e para cumprir essa tarefa de maneira eficaz, é fundamental que cada um deles exerça a autonomia, levando em consideração as peculiaridades e necessidades do contexto em que está inserido. No entanto, para que essa autonomia seja efetiva e esteja alinhada com os objetivos maiores da instituição, é imperativo estabelecer políticas e diretrizes institucionais claras em termos pedagógicos, administrativos e financeiros, que subsidiem a gestão nos câmpus.

Nesta perspectiva, é necessário que os gestores e os membros da comunidade acadêmica desempenhem um papel ativo na construção de uma gestão democrática, para que ela seja também, em seu fazer, um espaço pedagógico de efetivação e exercício da democracia. Portanto, a gestão pressupõe um envolvimento efetivo de toda a comunidade acadêmica, prezando pela valorização e garantia de igualdade de oportunidades, para que todos se identifiquem com a instituição e se sintam corresponsáveis pelo seu desenvolvimento.

Nesse contexto, a formação continuada desempenha um papel fundamental, pois não apenas qualifica os servidores e estudantes, mas também contribui para o desenvolvimento profissional e educativo alinhados com os objetivos da instituição. Além disso, é necessário criar e fortalecer espaços para a discussão e a preparação da comunidade acadêmica para a tomada de decisões coletivas, garantindo, assim, decisões de qualidade socialmente referenciada e o desenvolvimento de uma cidadania ativa.

Em resumo, a gestão na educação contemporânea transcende os aspectos administrativos e pedagógicos, estendendo-se à interdependência entre democracia e educação. Esse modelo de gestão, sustentado pela Pedagogia Histórico-Crítica, valoriza a formação continuada, a participação democrática e o compromisso com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Princípios

Alinhada com os princípios da Pedagogia Histórico-Crítica, a gestão no IFSC será norteada pelos seguintes princípios:

- Gestão democrática: a gestão pedagógica, administrativa e financeira será realizada de forma democrática, dialógica, colaborativa, solidária, transparente e participativa para toda a organização do instituto;
- Respeito às leis e normas: serão respeitadas todas as leis e normas que regem a educação e a instituição, promovendo intervenções quando necessárias para revisão;
- Direitos e deveres: serão garantidos os direitos e deveres de todos os integrantes da comunidade acadêmica, bem como as atribuições dos diversos profissionais e seus respectivos setores;
- Respeito à pluralidade de ideias: respeito à livre manifestação de ideias;
- Integração e solidariedade: serão promovidas a integração, solidariedade e o compartilhamento de conhecimentos e boas práticas na comunidade acadêmica;
- Políticas inclusivas: serão promovidas políticas inclusivas que favoreçam o acesso, a permanência, o êxito e a emancipação de todas as pessoas;
- Justiça social: será considerada como referência para as ações da gestão, que deverá ser sensível às relações entre educação, Estado, democracia, direitos humanos, resistências, justiças e injustiças sociais.
- Incorporação de avanços tecnológicos: serão incorporados os avanços tecnológicos para garantir a integração dos processos em toda a instituição.

Diretrizes

Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, as diretrizes para a gestão pedagógica e administrativa devem ser definidas de forma colaborativa, assegurando a participação de toda a comunidade acadêmica. As principais diretrizes incluem:

- Consolidação da identidade institucional: promoção da reflexão e disseminação da concepção de educação profissional, científica e tecnológica para consolidar a identidade da instituição;
- Gestão em rede: institucionalização do modelo de gestão em rede com base nos princípios de interdependência, igualdade e solidariedade;
- Valorização dos câmpus: fortalecimento e valorização dos câmpus, respeitando suas potencialidades e especificidades;
- Avaliação contínua: avaliação constante dos processos educacionais, administrativos e de gestão para promover sua efetividade e qualidade;
- Integração das áreas: promoção da integração entre as diversas áreas profissionais e segmentos da comunidade acadêmica;
- Formação continuada: desenvolvimento de programas de formação continuada para gestores e servidores;
- Transparência e comunicação: garantia de comunicação efetiva e transparência para possibilitar o acesso de todas as pessoas às informações institucionais.

Políticas

Políticas de gestão consistem nas definições das posturas da instituição quanto às diferentes temáticas que devem ser desenvolvidas, de acordo com sua missão e visão de futuro. Na construção dessas políticas, é fundamental que se promova e garanta o alinhamento com os princípios, as diretrizes, a missão, a visão e os valores institucionais. Assim, apresentam-se a seguir as temáticas para as quais a instituição deve ter políticas formalmente constituídas, periodicamente atualizadas e articuladas com o planejamento estratégico:

- Política de inclusão: desenvolvimento de políticas inclusivas baseadas nos direitos individuais para garantir a participação de todas as pessoas;

- Política de tecnologia da informação e comunicação: implementação de políticas para o uso eficiente e coordenado de recursos de TIC, visando à uniformidade da imagem do IFSC;
- Política de comunicação: estabelecimento de diretrizes para a comunicação com os diversos públicos, promovendo a transparência e o desenvolvimento de ações de comunicação eficazes;
- Política de internacionalização: desenvolvimento de programas que fortaleçam a internacionalização do IFSC, ampliando oportunidades de mobilidade acadêmica e produção científica;
- Política de sustentabilidade: compromisso com a sustentabilidade ambiental, social e econômica, reduzindo impactos ambientais e promovendo a igualdade social;
- Política de gestão de pessoas: valorização dos servidores e desenvolvimento de processos que promovam a realização profissional;
- Política de gestão da informação e do conhecimento: estímulo à identificação, armazenamento, criação, aplicação e socialização de informações e conhecimentos estratégicos;
- Política de governança institucional: desenvolvimento de estratégias de gestão e instrumentos que subsidiem a integração do ciclo de avaliação, planejamento, programação, acompanhamento e execução orçamentária;
- Política de gestão de riscos: gerenciamento de riscos para promover a segurança no cumprimento da missão e no alcance dos objetivos institucionais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. **Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em Nome da Igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145993por.pdf

ALVES, Carina Gomes Messias; DEL PINO, José Cláudio. A atuação dos IFs frente ao Sistema Nacional de Pós-Graduação-Um comparativo entre 2008-2014. **HOLOS**, v. 5, p. 379-400, 2015. https://doi.org/10.15628/holos.2015.3090

ALVES, Carina Gomes Messias; DEL PINO, José Claudio. A avaliação da pós-graduação stricto sensu no contexto dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Revista Eletrônica**

Debates em Educação Científica e Tecnológica, v. 5, n. 04, p. 21-64, 2015. https://doi.org/10.36524/dect.v5i04.132

ANDRÉ, Marli Eliza D. A.; PASSOS, Laurizete F. Avaliação escolar: desafios e perspectivas. In: CASTRO, Amelia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensinar a ensinar:** didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 2000.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências**. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 375-391, 2015. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/geousp/article/viewFile/102810/105686

ARROYO, Miguel Gonzalez. Gestão da Educação com Justiça Social. Que Gestão dos Injustiçados? **RBPAE**, v. 36, n. 2, p. 768 - 788, mai./ago. 2020.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel. Gestão da Educação com Justiça Social. Que Gestão dos Injustiçados? **RBPAE** - v. 36, n. 2, p. 768 - 788, mai./ago. 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/100820/58121.

BARBOSA, Muryatan Santana. **A construção da perspectiva africana**: uma história do projeto *História Geral da África* (UNESCO)". *Revista Brasileira de História* (ANPUH), vol. 32 nº 64, 2012, pp. 211-230. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n64/12.pdf

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ANTUNES, Cláudia Pereira; MEINERZ, Carla Beatriz. **Interculturalidade e educação das relações étnico-raciais**: reflexões sobre a aplicação da Lei 11.645/08 no Rio Grande do Sul". *Revista Periferia*, v.7 n.1 jan-jun 2015. Disponível em http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/viewFile/21966/15945

BITTENCOURT JR., Iosvaldyr Carvalho; SABALLA, Viviane (orgs). **Procedimentos didáticos aplicáveis ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2012.

BONFANTE, Roseli; SCHENCKEL, Cladecir. O Princípio da verticalização nos Institutos Federais: Possibilidades e desafios. **Metodologias e Aprendizado**, v. 1, p. 83-90, 2020.https://doi.org/10.21166/metapre.v1i0.1112

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 10/5/2006, Página 6. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 18/12/2017, Página 2, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conferência Nacional da Educação:** documento final. Comissão Organizadora Nacional da CONAE .Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: https://fne.mec.gov.br/images/documento_final_sl.pdf; Acesso em 15 de nov. de 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 5/10/1988, Página 1, 1988.

BRASIL. Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências, Brasília, DF: **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 14/7/2006, Página 7, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 23/12/2005, Página 28. Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm . Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 30/12/2008, Página 1. Brasília – DF, Congresso Nacional, 2008.

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 25/4/2002, Página 23: Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm . Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - Edição Extra - 26/6/2014, Página 1. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.observatoriodopne.org.br. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. Lei n.º 14.191, de 03 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 4/8/2021, Página 1: Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 23/12/1996, Página 27833. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. Lei no 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991... **Diário Oficial da União** -

Seção 1 - Edição Extra - 18/11/2011, Página 1, Brasília, DF, 2011a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Planejamento Estratégico MCTI 2020- 2030**. Brasília: MCTI, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br.Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2024-2028** - Versão Preliminar. Brasília: CAPES, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:** Concepção e Diretrizes. Brasília: SETEC, 2008.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2.º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 18/4/1997, Página 7760. Brasília, DF: Presidência da República, 1997.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 26/7/2004, Página 18. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**: concepções e diretrizes. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasilia: MEC, 2006.Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf

BRASIL. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil**. Brasilia: SECADI-MEC;UFSCAR, 2014. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002270/227009por.pdf

CABRAL, Ananda. ET Al. **Nota técnica sobre direito à moradia digna e adequada de pessoas com transtornos mentais e com deficiência psicossocial**. Brasília, 2021. disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/15156/1/Nota%20t%C3%A9cnica%20sobre%

20direito%20%C3%A0%20moradia%20digna%20e%20adequada%20das%20pessoas%20com%20transtornos%20mentais%20e%20com%20defici%C3%AAncia%20psicossocial.pdf

CHRISTOPHE, M. **A legislação sobre a Educação Tecnológica no quadro da Educação Profissional Brasileira**, 2005. Disponível em: http://www.do.ufgd.edu.br/paulolima/arquivo/ept/texto%2003.pdf. Acesso em: 02 abr. 2019.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, Niterói, v.3, n.3, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122.Acesso em: 04 abr. 2019.

CIAVATTA, Maria. Ensino integrado, a politecnia e a Educação omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303.

CORDIÉ, A. **Los retardos no existen:** psicoanálisis de niños con fracaso escolar. Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión, 1994.

CORDIÉ, A. **Malestar en el docente:** La Educación confrontada con el Psicoanálisis. Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión, 1998.

COSTA, M. A.; SOUZA, L. M. de. **Relações Étnico-Raciais e Educação**: Uma Proposta de Ensino." São Paulo: Editora Moderna, 2005.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Anneliese. "A evasão escolar e as políticas públicas educacionais". **Revista Educação em Foco**, 2011.

FELIPPE, Bárbara Colossi. **A pesquisa como princípio pedagógico na Educação Profissional Técnica de nível médio**. 2019. Tese de Doutorado.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. Ação afirmativa: conceito, história e debates [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7. https://doi.org/10.7476/9786599036477.

FERNANDES, Evandro; CINEL, Nora Cecília Boccacci; LOPES, Véra Neusa (orgs). **Da África aos indígenas do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2016

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola "dualista":** trabalho e exclusão social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p. 83-112, 2018.

GADOTTI, Moacir. Educação de jovens e adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Educação de Jovens e Adultos:** teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2011.

GAMA, Carolina Nozella; DUARTE, Newton. Concepção de currículo em Dermeval Saviani e suas relações com a categoria marxista de liberdade. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 62, p. 521-530, 2017.https://www.scielo.br/j/icse/a/mZKXbDZVP4KsZkgWr9x7RTg/?lang=pt

GOMES, L. de A. **A História da África e as Relações Étnico-Raciais no Brasil.** São Paulo: Editora Ática, 2013.

GOMES, Flávio; MATTOS, Wilson Roberto de. **Em torno de Áfricas no Brasil: bibliografias, políticas públicas e formas de ensino de história**. In: FEITOSA, L. C.; FUNARI, P. P.; ZANLOCHI, T. S.. (orgs). *As veias negras do Brasil*: conexões brasileiras com a África. Bauru, SP; EDUSC, 2012, pp. 45-78.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAUDRICOURT, André Georges. ***La Technologie science humaine:*** *Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques*. Paris: *Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme*, 1987.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2008.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África em sala de aula**: visita a História contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022: pela primeira vez desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. Agência de Notícias IBGE, 22 dez. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Resolução CEPE/IFSC Nº 05, de 02 de março de 2022**. Aprova a atualização do Documento Orientador da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis: IFSC, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Resolução CEPE/IFSC Nº 06, de 09 de fevereiro de 2023.** Aprova o Regimento da Comissão Permanente de Implementação da Política de EJA/EPT (PROEJA) CPEJA do IFSC. Florianópolis; IFSC, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Resolução CEPE/IFSC nº 63 de 18 de agosto de 2022.** Atualiza o Regulamento das Atividades de Pesquisa e revoga a Resolução

CEPE/IFSC no 86 de 2011, que Regulamenta as atividades de pesquisa e o Programa de Bolsas de Pesquisa do Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis: IFSC, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Resolução Consup Nº 34 de 21 de agosto de 2023.** Aprova a Política de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina – Política EJA-EPT (PROEJA). Florianópolis: IFSC, 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2003.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação na escola cidadã. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação**: uma busca prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira de diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

LOPES, Nei. **Dicionário de Antiguidade Africana.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

MAGALHÃES, Lígia Karam Corrêa de; AZEVEDO, Leny Cristina Soares Souza. Formação continuada e suas implicações: entre a lei e o trabalho docente. **Cadernos CEDES**, v. 35, n. 95, p. 15-36, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/G7Fqdms45c6bxtK8XSF6tbq/

MARTINS, Lígia Márcia; PASQUALINE, Juliana Campregher. O currículo escolar sob enfoque histórico-crítico: aspectos ontológico, epistemológico, ético-político e pedagógico. **Nuances: Estudos sobre Educação**, p. 23-37, 2020.https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/8280/pdf/30192

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do professor universitário**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2012.

MEINERZ, Carla; PEREIRA, Júnia Sales. **Sessão temática Educação e relações étnico-raciais**. Educação & Realidade. v. 42, n. 1 (2017). p. 7-196. Disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/2999

MEINERZ, Carla Beatriz. **Ensino de História, Diálogo Intercultural e Relações Étnico-Raciais**. Educação & Realidade (Porto Alegre), v. 42, nº 1, p. 59-77, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2175-623661184

MOORE, Carlos. **Novas bases para o ensino de História da África no Brasil**. *In*: *Educação anti-racista*: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/2003. Brasília: SECAD-MEC, 2005, pp. 133-166.

MOURA, Dante Henrique. **Educação profissional e tecnológica:** fundamentos, formação e organização. Natal: Editora IFRN, 2013.

MUNANGA, K. **A Formação da Consciência Étnica.** 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. 2000.Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **A escola de Gramsci:** uma análise da proposta pedagógica nos Cadernos do Cárcere. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Reflexos da África**: idéias e representações sobre os africanos no imaginário ocidental. Estudos de caso no Brasil e em Portugal. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2010.

OLIVEIRA, Eduardo. **Epistemologia da ancestralidade**. Disponível em: http://www.entrelugares.ufc.br/phocadownload/eduardo-artigo.pdf

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **CIF:** Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde [Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais em português, org.; coordenação da tradução Cassia Maria Buchalla]. – 1 ed. 4ª reimpr. Atual. - São Paulo: Editora da Universidade São Paulo: EDUSP; 2022.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Fundação Santillana. SP: Ed. Moderna. 2010. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PAULI, Alcione, CAGNETI, Sueli de Souza. **Trilhas literárias indígenas para a sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PEREIRA, Amilcar Araujo (org.) **Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PEREIRA, Junia Sales. **Do colorido a cor***: o complexo identitário na prática educativa.* In: GONCALVES, Marcia de Almeida et all (org.). Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: FGV, 2012.

PERRENOUD, P. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999

RAMOS, Marise Nogueira et al. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil:** um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. EPSJV, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. **A integração no ensino médio:** concepções e práticas na educação brasileira. São Paulo: Cortez, 2008.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Pedagogia da diferença**: a tradição oral africana como subsídio para a prática pedagógica brasileira. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

SCALCON, Suze. **À procura da unidade psicopedagógica:** articulando a psicologia histórico-cultural com a pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP. Autores Associados, 2002.

SACRISTAN, J. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2010.

SANMARTÍ, Neus. **Avaliar para aprender**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Deficiência Psicossocial:** a nova categoria de deficiência. Jusbrasil. [Artigo publicado na Agenda 2011 do portador de deficiência, 2010], 2011. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/noticias/artigo-deficiencia-psicossocial-romeu-kazumi-sassaki/274881

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**: polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 1983. 60 p.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**, quadragésimo ano: novas aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2020.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a concepção de politecnia. Rio de Janeiro: Fiocruz,1989.

SCALCON, S. À Procura da Unidade Psicopedagógica: articulando a psicologia histórico-cultural com a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2002.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 13 ago. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Filosofia da educação: construindo uma nova visão de mundo. São Paulo: Cortez, 2003.

SFORNI, MS de F. Aprendizagem e desenvolvimento: o papel da mediação. **Políticas públicas, práticas pedagógicas e ensino-aprendizagem: diferentes olhares sobre o processo educacional. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica**, 2008. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cursoobjetosaprendizagem/sforn_mediacao.pdf

SILVA, C. J. R. Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

SILVA, N. A. da.**"Educação e Relações Étnico-Raciais: Desafios e Perspectivas.** Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 65, p. 455-474, 2017.

SILVEIRA, Zuleide. Simas da. Concepção de educação tecnológica no Brasil: resultado de um processo histórico. In: A organização do trabalho didático na História da Educação: Anais da VII Jornada do HISTEDBR. Campo Grande (MS): Editora Uniderp, 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3O%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20TECNOL%D3GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf. Acesso em: 02 abr. 2019.

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., 2011, São Paulo. **Gestão Democrática:** uma discussão necessária. São Paulo: Anpae, 2011. 8 p. Disponível em: https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0358.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

TRINDADE, Azoilda Loretto (org). **Africanidades brasileiras e educação**. Rio de Janeiro/Brasília: ACERP/TV Escola/MEC, 2013. Disponível em: http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/1426109893818.pdf

VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 12.ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político-Pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma P. A.; FONSECA, Marilia (orgs.). As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

VENTURA, Jaqueline Pereira. **O PLANFOR e a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores:** a subalternidade reiterada. 2001, 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

VIEIRA PINTO, Álvaro. O Conceito de Tecnologia. São Paulo: Contraponto, 2005. v. 1.

WALSH, C. *Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas*. Visão Global, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponível em: http://www.compitecuador.org/wp-content/uploads/2017/09/Interculturaliad-y-decolonialidad.pdf. Acesso em: 02 abr. 2019.

Capítulo 4 – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

SUMÁRIO

Capítulo 4 – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 1
4.1 TRAJETÓRIA 3
4.2 LEGISLAÇÃO 5
4.3 ESTRUTURA E ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA 8
4.3.1 Centro de Referência em Formação e Educação a Distância 9
4.3.2 Núcleos de Educação a Distância - NEADs 9
4.3.3 Polos de EaD 10
4.3.3.1 Perfil do corpo docente e dos tutores da Educação a Distância 15
4.4 INSTITUCIONALIZAÇÃO 16
4.5 DIRETRIZES E CONCEITOS 18
4.6 MODELOS PEDAGÓGICOS 21
4.6.1 Ofertas próprias por meio dos NEADs 21
4.6.2 Ofertas com fomento externo 22
4.6.3 Ofertas de cursos online abertos e massivos 22

Comissão Temática de Educação a Distância

MARCO ANTÔNIO NEIVA KOSLOSKY - Diretor do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cerfead) - Presidente

MARIA DA GLÓRIA SILVA E SILVA - Coordenadora de Articulação da Educação a Distância

MARIA LEDA COSTA SILVEIRA - Coordenadoria de Articulação da Educação a Distância

BARBARA EMANUELE DE ANDRADE NERI - Coordenadoria de Articulação da Educação a Distância

CLEVERSON TABAJARA VIANNA - Departamento Acadêmico de Gestão do Conhecimento e Tecnologias Computacionais do Câmpus Florianópolis

BRUNO PANERAI VELLOSO - Departamento Acadêmico de Gestão do Conhecimento e Tecnologias Computacionais do Câmpus Florianópolis

4.1 TRAJETÓRIA

A Educação a Distância (EaD) caracteriza-se como modalidade educativa na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em espaços e/ou tempos diversos.

Na instituição, a EaD teve o seu início em 1999, ainda na Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), em sua unidade de São José, com a oferta do curso básico em Refrigeração, caracterizado pelo envio pelos correios de material didático para os estudantes. Com a disseminação das tecnologias de informação e comunicação, em 2006, já como Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC), lançou o Curso Técnico em Eletrotécnica, em parceria com a ELETROSUL, qualificando os empregados em barragens de Santa Catarina, ofertado pela unidade Florianópolis.

No mesmo ano, participou do primeiro edital do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) lançado pela extinta Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC, ofertando entre 2007 e 2011, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, utilizando pela primeira vez os recursos de videoconferência, que permitiram a interação síncrona entre todos os envolvidos, com aulas transmitidas ao vivo de Florianópolis.

Através do programa Universidade Aberta do Brasil, em 2009, a instituição, já transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), realizou o curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC, no estado de Santa Catarina. O curso passou a ser ofertado como pós-graduação em 2012.

Neste período, o IFSC aderiu ao programa Rede e-Tec Brasil, com a finalidade de desenvolver, ampliar e democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica, pela oferta de um Curso Técnico em Informática para Internet, com o uso de laboratório móvel para o desenvolvimento das atividades práticas.

Desde 2010, o IFSC oferta outras graduações e pós-graduações *lato sensu* com fomento externo, nas áreas de Gestão Pública, Gestão em Saúde e Ensino de Ciências, em vários polos de apoio presencial no estado.

Ao longo desses anos, a estrutura administrativa para suporte a essas atividades iniciou como uma Coordenação de Educação a Distância em 2006 ainda no CEFET-SC, passando a Departamento de Educação a Distância em 2009, quando da transformação em Instituto Federal.

Em 2014 foi criado o Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (CERFEAD), vinculado à Pró-reitoria de Ensino, visando fomentar a institucionalização e expansão da EaD no IFSC, realizando assessoria técnica e pedagógica na implantação dos Núcleos de Educação a Distância (NEADs) e promovendo a capacitação para oferta de cursos presenciais com unidades curriculares a distância.

Além de vários cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs), foram implantadas três Especializações nas áreas de Gestão Pública na Educação Profissional, Docência para Educação Profissional e Tecnologia para Educação Profissional, todas com quadro de pessoal e recursos próprios.

Em 2016, o IFSC recebeu conceito 4 (quatro) na primeira avaliação institucional externa, referente ao processo de recredenciamento da Educação a Distância (EaD) em razão da transformação em Instituto Federal no ano de 2009, sendo esta uma exigência legal do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

A Portaria MEC n° 713/2021 consolidou o entendimento que os Centros de Referência, quando vinculados à Reitoria, se destinavam ao desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à educação profissional e tecnológica, sem oferta de cursos e, portanto, sem quadros docente e discente. Neste contexto, o CONSUP deliberou pela readequação do CERFEAD, com a transferência das ofertas educacionais para os câmpus do IFSC.

A manutenção do CERFEAD ligado à Pró-Reitoria de Ensino possibilitou a continuidade do desenvolvimento das políticas sistêmicas de formação e de Educação a Distância, levando ao fortalecimento dos NEADs e à atuação em rede dos seus profissionais da educação.

Como resultado dessas ações o IFSC tem previsto expandir as ofertas educacionais na modalidade EaD em 2021 para 25 ofertas, correspondentes a mais de 3000 novas vagas, a partir de 2025.

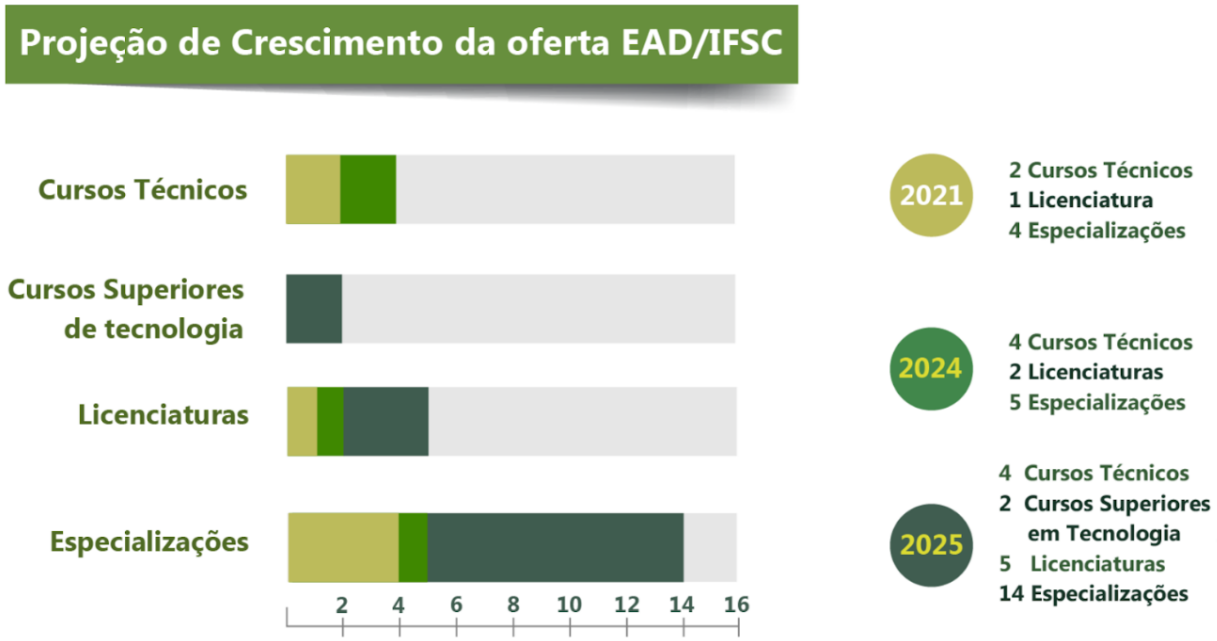


Figura 4.1. Projeção de Crescimento da oferta EaD/IFSC

4.2 LEGISLAÇÃO

No Brasil, as bases legais para a modalidade de Educação a Distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n° 9.394/96). As principais normativas que regulam a oferta de cursos na modalidade EaD em âmbito nacional são o Decreto nº 12.456/2025, a Portaria MEC nº 378/2025 e a Resolução CNE nº 1/2016.

- Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/1996, no que trata da EaD, dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- Portaria MEC nº 378, de 19 de maio de 2025, dispõe sobre os formatos de oferta dos cursos superiores de graduação.
- Resolução CNE Nº 1/2016, estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
- Referenciais de qualidade de cursos de graduação com oferta a distância, publicação da SERES/MEC componente do Marco Regulatório.
- Portaria MEC nº 943/2018, trata do recredenciamento do IFSC para a oferta de cursos na modalidade a distância.

Importa ainda destacar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, para a formação inicial de professores para a educação básica e para a pós-graduação *lato e stricto sensu* que trazem orientações para a oferta de educação a distância em cada tipo de curso.

- Resolução CNE/CP nº 1/2018, estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996.
- Portaria MEC nº 90/2019, dispõe sobre os programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade de educação a distância.
- Resolução CNE/CEB nº 2/2020, aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- Resolução CNE/CP nº 1/2021, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, em especial o Capítulo XII, que trata da modalidade de Educação a Distância.
- Resolução CNE/CP nº 4/2024, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar

Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

- Portaria MEC nº 514/2024, aprova a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST e a incorporação de Áreas Tecnológicas aos Eixos Tecnológicos do CNCST e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT.

As normativas internas relacionados à Educação a Distância no IFSC são:

- Resolução Consup nº 22/2013, cria os Núcleos de Educação a Distância (NEADs);
- Resolução Consup nº 031/2022, altera, *ad referendum*, o Regimento Geral do IFSC, adequando o CERFEAD à Portaria MEC nº 713/2021.
- Resolução CEPE/IFSC nº 72/2020, trata das diretrizes para a oferta de cursos e componentes curriculares na modalidade a distância no âmbito do Instituto Federal de Santa Catarina.
- Resolução CEPE/IFSC nº 80, de 05 de outubro de 2023, altera o art. 5º da Resolução CEPE/IFSC nº 72, de 22 de outubro de 2020, vedando a oferta de carga horária na modalidade EaD em cursos técnicos integrados, mantendo essa possibilidade apenas para os cursos técnicos subsequentes.
- Instrução Normativa nº 05/2024, dispõe sobre o uso da plataforma Moodle Institucional e estabelece a Comissão Permanente de Suporte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

A Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação Profissional - EJA/PROEJA, sendo integrada ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio, não é ofertada na modalidade de Educação a Distância no IFSC e será objeto de resolução específica. Cursos voltados exclusivamente à qualificação profissional, por sua vez, poderão ser ofertados na modalidade EaD, não havendo legislação específica que regulamente este tipo de oferta.

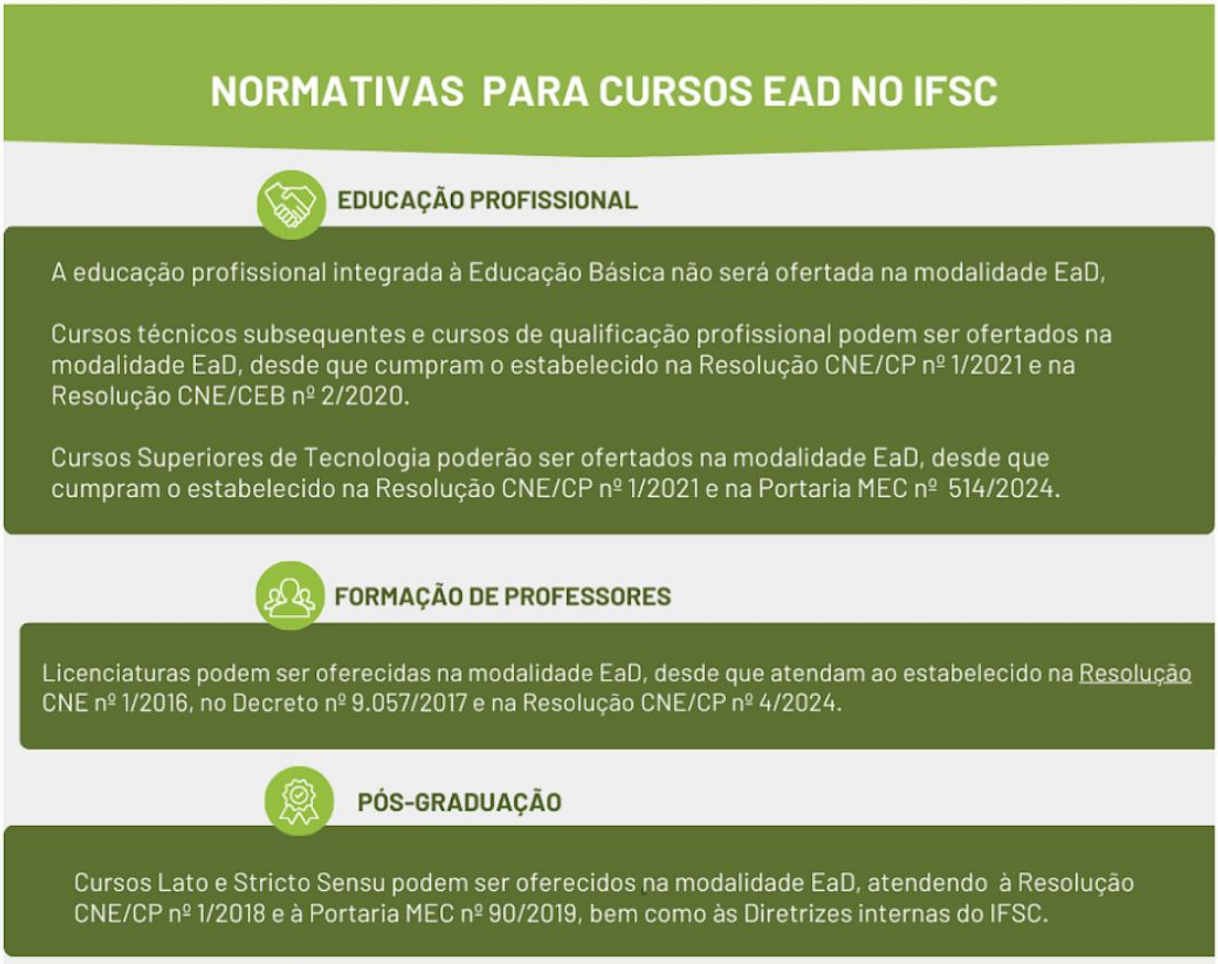


Figura 4.2. Normativas para cursos EAD/IFSC.

4.3 ESTRUTURA E ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

A estrutura da EaD no IFSC é composta pelo Centro de Referência em Formação e Educação a Distância - CERFEAD e pelos Núcleos de Educação a Distância - NEADs, que funcionam como coordenadorias nos câmpus. Além dessas estruturas, em ofertas com fomento externo por meio do programa Universidade Aberta do Brasil, conta-se com os polos de apoio presencial credenciados pela CAPES em convênio com unidades mantenedoras.

4.3.1 Centro de Referência em Formação e Educação a Distância

O CERFEAD é uma Diretoria da Pró-Reitoria de Ensino que tem como finalidade, de acordo com a Resolução Consup nº 31/2022, entre outras atribuições:

I. Promover a integração sistêmica com os câmpus, visando a consolidação das políticas institucionais de educação a distância, democratizando o acesso à educação, à informação, ao conhecimento e à interiorização da oferta de vagas;

II. Coordenar o Comitê Gestor de Formação com o objetivo de conceber, planejar e implementar as demandas de formações institucionais;

III. Fomentar as ações de apoio aos Núcleos de Educação a Distância nas ofertas de cursos.

4.3.2 Núcleos de Educação a Distância - NEADs

Criados pelo Conselho Superior a partir de 2013, os Núcleos de Educação a Distância são espaços destinados ao desenvolvimento de atividades pedagógicas e administrativas relativas à oferta dos cursos a distância em cada câmpus.

Conforme a Resolução Consup nº 22/2013, os NEADs estão vinculados aos Departamentos ou Diretorias de Ensino, Pesquisa e Extensão dos câmpus e devem atuar de forma integrada com o CERFEAD para o alcance das finalidades dos Institutos Federais, definidas na Lei n° 11.892/2008 e em consonância com a legislação da EaD em vigor.

A implantação dos núcleos foi precedida de uma avaliação de sua infraestrutura física, tecnológica e de pessoal, realizada por comissão interna do IFSC, que utilizou um instrumento contendo critérios avaliativos sobre o espaço físico, os recursos tecnológicos e humanos disponibilizados para a oferta de cursos na modalidade a distância. Com a habilitação dos NEADs de Jaraguá do Sul - Rau, São José e São Lourenço do Oeste, a partir de 2022 todos os câmpus estão devidamente regularizados.

O Quadro 4.1 apresenta as Resoluções do Consup que aprovaram o credenciamento dos NEADs nos câmpus.

Quadro 4.1. Núcleos de Educação a Distância do IFSC (NEADs).

nº	Câmpus	Data de credenciamento pelo Consup
1	Criciúma	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
2	Lages	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
3	Palhoça Bilíngue	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
4	Canoinhas	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
5	Gaspar	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
6	São Miguel do Oeste	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
7	Araranguá	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
8	Caçador	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
9	Chapecó	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
10	Florianópolis	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
11	Garopaba	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
12	Itajaí	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
13	Jaraguá do Sul-Centro	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
14	Joinville	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
15	Xanxerê	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
16	Tubarão	02 de outubro de 2014 (resolução 34/2014)
17	Florianópolis-Continente	23 de setembro de 2015 (resolução 33/2015)
18	São Carlos	31 de julho de 2017 (resolução 16/2017)
19	Urupema	01 de outubro de 2018 (resolução 42/2018)
20	Jaraguá do Sul - RAU	24 de maio de 2022 (resolução 23/2022)
21	São José	24 de maio de 2022 (resolução 24/2022)
22	São Lourenço do Oeste	30 de maio de 2023 (resolução 18/2023)

Os NEADs são fundamentais para apoiar as ofertas do câmpus ao qual estão vinculados, como também articular as condições necessárias para o recebimento de cursos na modalidade a distância de outros câmpus e/ou instituições. O NEAD é estruturado de acordo com a proposta pedagógica de cada câmpus, devendo oferecer uma infraestrutura física, de pessoal e tecnológica para o seu funcionamento, podendo ser compartilhada com outros cursos e modalidades de ensino.

4.3.3 Polos de EaD

Além de manter um NEAD em cada câmpus, o IFSC conta com 24 polos credenciados pela CAPES para a oferta de cursos com fomento no âmbito do Programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Desde 2024, dois deles passaram a ser mantidos pelo IFSC como polos associados, nas estruturas dos câmpus Chapecó e São Miguel do Oeste.

Para ofertar cursos superiores na modalidade EaD pelo Programa UAB, o IFSC participa de chamadas para articulação publicadas pela CAPES periodicamente. As propostas do IFSC aprovadas recebem fomento para a sua oferta nos polos credenciados de Santa Catarina. O Quadro 4.2 lista os polos de apoio presencial em Santa Catarina nos quais o IFSC pode ofertar cursos pela Universidade Aberta do Brasil.

Quadro 4.2. Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) credenciados pela CAPES com ofertas do IFSC autorizadas para ingresso.

nº	Polo	Mantenedora
1	Araranguá - SC	Prefeitura Municipal de Araranguá
2	Balneário Barra do Sul - SC	Prefeitura Municipal de Barra do Sul
3	Braço do Norte - SC	Prefeitura Municipal do Braço do Norte
4	Canelinha - SC	Prefeitura Municipal de Canelinha
5	Canoinhas - SC	Prefeitura Municipal de Canoinhas
6	Chapecó - SC	Instituto Federal de Santa Catarina
7	Concórdia - SC	Instituto Federal Catarinense
8	Criciúma - SC	Prefeitura Municipal de Criciúma
9	Florianópolis - SC	Prefeitura Municipal de Florianópolis
10	Indaial - SC	Prefeitura Municipal de Indaial
11	Itaiópolis - SC	Prefeitura Municipal de Itaiópolis
12	Itapema - SC	Prefeitura Municipal de Itapema
13	Jaraguá do Sul - SC	Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul
14	Joinville - SC	Prefeitura Municipal de Joinville
15	Lages - SC	Prefeitura Municipal de Lages
16	Laguna - SC	Prefeitura Municipal de Laguna
17	Otacílio Costa - SC	Prefeitura Municipal de Otacílio Costa
18	Palhoça - SC	Prefeitura Municipal de Palhoça
19	Palmitos - SC	Prefeitura Municipal de Palmitos
20	Ponte Serrada - SC	Prefeitura Municipal de Ponte Serrada
21	Pouso Redondo - SC	Prefeitura Municipal de Pouso Redondo
22	São José - SC	Prefeitura Municipal de São José
23	São Miguel do Oeste - SC	Instituto Federal de Santa Catarina
24	Tubarão - SC	Prefeitura Municipal de Tubarão

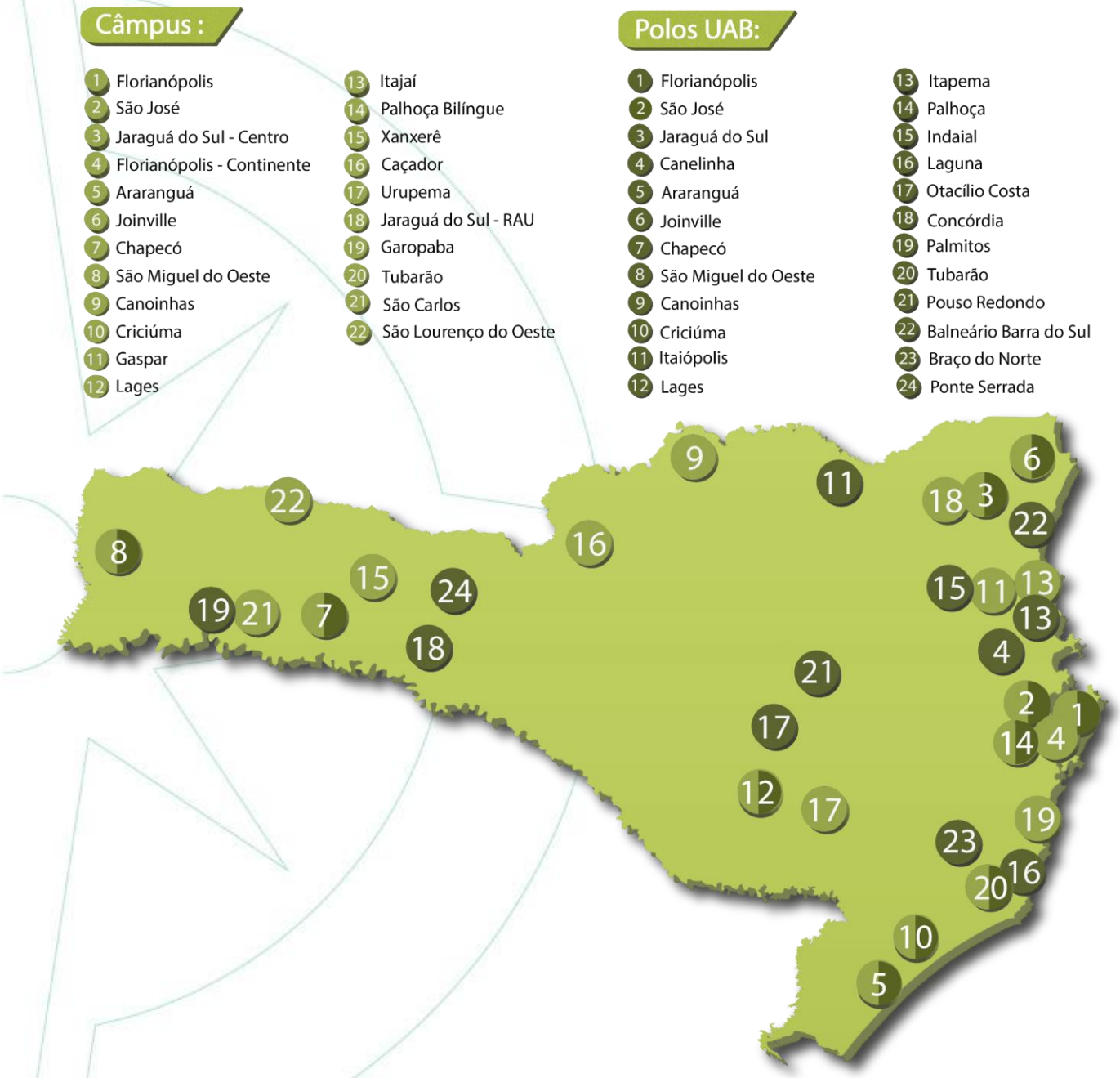


Figura 4.3. Núcleos de Educação a Distância (NEADs) e Polos UAB.

Através da articulação entre seus diversos câmpus, o IFSC ofertará mais de 3.000 novas vagas, com recursos da CAPES/UAB, em 16 cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e

especializações, com foco na formação de professores e agentes públicos, na vigência do PDI 2025-2029 (Figura 4.4.)

Os cursos serão ofertados em 25 municípios de Santa Catarina, sendo que em 16 deles não há câmpus do IFSC: Araranguá, Barra do Sul, Blumenau, Braço do Norte, Canelinha, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Indaial, Itaiópolis, Itapema, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Laguna, Otacílio Costa, Palhoça, Palmitos, Ponte Serrada, Pouso Redondo, São José, Tubarão e São Miguel do Oeste.

- nos Cursos Superiores de Tecnologia serão ofertadas vagas em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão Pública;

- nas Licenciaturas serão ofertadas vagas em Matemática, Língua Portuguesa e Português como Língua Adicional, Ciências Biológicas, Pedagogia Bilíngue (Libras-Português) e Letras Português-Inglês;
- nas Especializações serão ofertadas vagas em Gestão Escolar, Docência na EPT, Gestão na EPT, Educação a Distância na EPT, Educação Profissional Integrada à Educação Básica EJA, Ensino de Ciências, Gestão de Riscos e Desastres, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação em Direitos Humanos.

Figura 4.4. Polos com ofertas resultantes de fomento externo 2025-2029.

4.3.3.1 Perfil do corpo docente e dos tutores da Educação a Distância

As normativas da CAPES exigem titulações e experiências para os profissionais atuantes nos cursos na modalidade a distância, com fomento externo, com a possibilidade de percepção de bolsa. A seleção dos candidatos é feita exclusivamente através de editais públicos, com atribuições, prazos e condições de contratação especificados. São as seguintes as atribuições e exigências:

- Professor Formador I: atuação em atividades típicas de ensino, participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino na área de formação inicial e continuada de professores de educação básica no âmbito do Sistema UAB. Exige-se experiência de 03 (três) anos no magistério superior;
- Professor Formador II: atuação em atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB. Exige-se formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior;
- Tutor: atuação em atividades típicas de tutoria desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB. Exige-se formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior;
- Professor Conteudista I: atuação em atividades de elaboração de material didático, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB. Exige-se experiência de 3 (três) anos no magistério superior;
- Professor Conteudista II: atuação em atividades de elaboração de material didático, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB. Exige-se formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério;
- Coordenadoria de Polo: atuação em atividades de coordenação e supervisão de infraestrutura do polo, que deve ser disponibilizada em perfeitas condições de uso para viabilizar as atividades. Exige-se a condição de discente da Educação Básica com, no mínimo, 1 (um) ano de experiência no magistério e formação de nível superior;

- Coordenadoria de Tutoria I: atuação em atividades de coordenação de tutores dos cursos implantados no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos. Exige-se experiência de 3 (três) anos no magistério superior;
- Coordenadoria de Tutoria II: atuação em atividades de coordenação de tutores dos cursos implantados no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos. Exige-se formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério;
- Coordenadoria de Curso I: atuação em atividades de coordenação dos cursos implantados no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos. Exige-se experiência de 3 (três) anos no magistério superior;
- Coordenadoria de Curso II: atuação em atividades de coordenação dos cursos implantados no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos. Exige-se formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério.

4.4 INSTITUCIONALIZAÇÃO

A institucionalização da Educação a Distância é uma condição indispensável para garantir a sua perenidade. O processo envolve a criação de estruturas formais e regulamentações que sustentem o seu funcionamento eficiente e contínuo, mantendo a qualidade e a consistência para o seu desenvolvimento. A formalização contribui para o reconhecimento da modalidade, acesso a recursos, financiamentos e suporte técnico essenciais para sua sustentabilidade, de acordo com Mill e Veloso (2021)[1] .

A oficialização e o estabelecimento de padrões de qualidade asseguram a avaliação constante e o desenvolvimento das práticas. Dessa forma, a institucionalização não só legitima a EaD, mas também promove seu crescimento e evolução contínua dentro do sistema educacional.

1MILL, Daniel; VELOSO, Braian. Reflexões sobre a institucionalização da modalidade de Educação a Distância. *In*: MILL, Daniel; SANTIAGO, Glauber (org.). *Luzes sobre a Gestão da Educação a Distância*: uma visão propositiva. São Carlos: SEaD-UFSCar, 2021. p. 95-113.

Para que a EaD possa ser considerada institucionalizada, é preciso transformá-la "em parte" do contexto institucional, assim como nos cursos presenciais, e não "à parte" dele, segundo Lima e Cruz (2022)[2]. Dentre as dimensões da institucionalização da EaD é possível citar o planejamento, a organização, a infraestrutura, o pessoal e os serviços ao estudante.

No âmbito da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica o desafio da institucionalização passa pela atualização do arcabouço legal, alocação de recursos orçamentários e destinação de quadro de pessoal da carreira TAE específicos para a modalidade, visando a oferta de cursos com recursos próprios, desvinculados dos programas de fomento.

Quatro grandes objetivos se delineiam para a EaD no IFSC:

- formação continuada de professores e técnicos-administrativos da educação;
- estabelecimento de condições objetivas para que todos os câmpus possam ofertar cursos na modalidade a distância;
- consolidação de ofertas educativas com a participação do corpo docente dos vários câmpus;
- políticas de acesso, permanência e êxito específicas para os alunos da modalidade.

Várias ações têm sido desenvolvidas no CERFEAD através do Departamento de Formação e Práticas Educativas e pela Coordenação de Articulação da Educação a Distância IFSC visando a institucionalização da modalidade. Além de um amplo programa de formação pedagógica alinhado ao PPI e um ciclo específico focado na EaD, está em curso um edital, com recursos próprios, para o fomento, desenvolvimento e implantação de novas vagas em Cursos Técnicos Subsequentes e Licenciaturas. Os recursos serão destinados ao fortalecimento dos NEADs e ao desenvolvimento de materiais didáticos, infraestrutura tecnológica e capacitação de equipes multidisciplinares, com o apoio e assessoramento na elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso.

A consolidação da modalidade EaD deverá respeitar as diferentes estruturas organizacionais dos câmpus do IFSC, garantindo mecanismos de apoio técnico e compartilhamento de recursos, especialmente em câmpus avançados ou com estrutura reduzida,

2LIMA, Daniela da Costa Brito Pereira; CRUZ, Joseany Rodrigues. Institutionalization of Distance Education in Brazil: from Conceptualization to its Development. Video Journal of Social and Human Research, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 49–57, 2022. Disponível em: https://vjshr.uabpt.uema.br/index.php/vjshr/article/view/15. Acesso em: 22 de dezembro de 2022.

reforçando a sustentabilidade da modalidade e evitando a concentração das oportunidades em regiões mais estruturadas.

Todas essas ações são importantes para a consolidação e expansão de uma modalidade que permite a interiorização da educação e diversidade de ofertas formativas, como também responde à demanda por formatos mais flexíveis, em consonância com as necessidades dos tempos atuais e o desejo dos estudantes.

4.5 DIRETRIZES E CONCEITOS

A partir dos pressupostos de concepção dos institutos federais e em alinhamento com a missão e objetivos específicos do IFSC, entende-se que a integração entre ciência, tecnologia e educação, incorporada à dimensão do trabalho, deve culminar nas práticas acadêmicas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, permeando os diferentes processos e práxis dos sujeitos envolvidos, visando à sua autonomia e à transformação social em todas as modalidades educacionais.

Tendo em vista que a EaD implica em um processo de ensino e aprendizagem complexo, interativo, com ênfase na construção e socialização do conhecimento, por meio do trabalho colaborativo e cooperativo, os cursos na modalidade desenvolvidos no IFSC devem apresentar em sua organização didático-pedagógica:

- Material didático adequado, respeitando a linguagem dialógica que caracteriza a EaD;
- Uso de estratégias adequadas de interação mediadas por tecnologias e que contemplem as especificidades de comunicação dos alunos (texto, áudio ou visuoespacial);
- Produção e organização no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) dos materiais e das atividades de estudo e avaliativas (presenciais e virtuais), realizados anteriormente ao início da oferta.

Em todos os modelos que sejam aplicados na oferta de cursos na modalidade a distância, é necessário contemplar os seguintes procedimentos:

1. Metodologia:
    a. Informar em qual plataforma o curso será ofertado: as atividades a distância devem usar a plataforma moodle institucional ou disponibilizada pelo MEC.

b. Informar as atividades síncronas: período em que acontecerão as atividades presenciais e qual o suporte tecnológico que será utilizado: *chat*, webconferência para interação professor/aluno e, também, encontros e/ou atividades presenciais.
c. Informar as atividades assíncronas: fóruns de discussão, questionários objetivos e/ou dissertativos, enquetes, *wiki*, glossário, estudo de caso, portfólio, mapas conceituais, mídias visuais ou auditivas, midiateca, entre outros.
d. Informar sobre os materiais de estudos disponibilizados: materiais didáticos textuais na forma de *e-books* ou livros interativos, vídeos, simuladores e materiais complementares.

2. Interação entre estudantes, professores e equipe pedagógica:

O mecanismo de interação é composto pelas Tecnologias Educacionais Digitais (TED) e os respectivos procedimentos e as formas de utilização que caracterizam a dinâmica da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos nos processos acadêmicos e de ensino e aprendizagem. As TEDs são constituídas por diferentes mídias e suportes tecnológicos, possibilitando interações síncronas e assíncronas entre a equipe docente e os estudantes ao longo do desenvolvimento do curso e/ou da unidade curricular. Os mecanismos de interação selecionados devem promover um processo comunicacional colaborativo, independente do distanciamento físico entre professores e alunos.

3. Procedimentos avaliativos:

A avaliação será realizada como parte integrante do processo educativo e acontecerá ao longo do curso ou unidade curricular, podendo ser realizadas atividades avaliativas online e também presenciais. Para definir os procedimentos avaliativos é necessário contemplar as seguintes questões:

- Quando e onde realizar a avaliação?
- Como avaliar no ambiente virtual de ensino e aprendizagem?
- Que tipos de instrumentos avaliativos podem ser adotados?
- Quais critérios para correção devem ser adotados?
- Quais os prazos e procedimentos para proporcionar o retorno ao estudante sobre o conteúdo das atividades realizadas?

É indicado que o método de avaliação seja uniformizado entre as unidades curriculares dos cursos na modalidade EaD, estabelecendo padrões, sem com isso limitar a autonomia dos professores no processo educacional. Desta forma, é importante que cada curso defina previamente a quantidade e as características das atividades que devem compor a avaliação dos estudantes como provas, seminários e trabalhos obrigatórios e complementares.

4. Avaliação das unidades curriculares pelos discentes:

É recomendado que todas unidades curriculares contenham instrumentos de avaliação pelos discentes, que possam contribuir para o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso, do material didático e da interação entre professores e estudantes, entre outras dimensões estabelecidas institucionalmente.

É necessário ressaltar que a educação na modalidade a distância necessita de uma equipe multidisciplinar, especialmente destinada para a produção de materiais didáticos, além dos professores conteudistas e dos professores formadores, para que os materiais apresentem dialogicidade, interatividade e viabilizem uma aprendizagem colaborativa entre os estudantes. No contexto destas ofertas, entende-se como:

- Equipe multidisciplinar: conjunto de profissionais composta de forma não exaustiva por: designer instrucional, designer gráfico, revisor de texto, técnicos em multimídia, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, tradutor e intérprete de Libras.
- Objetos de Ensino e Aprendizagem (OEA): todo recurso didático/pedagógico digital construído e/ou utilizado com um propósito definido dentro do planejamento e execução de um curso a distância. Também são identificados pelos termos: material didático, material didático digital, objeto de aprendizagem, recurso educacional digital e outros. São exemplos de OEAs: e-books, animações, vídeos, jogos digitais, infográficos, recursos multimídia - H5P, entre outros.

Nos cursos ofertados na modalidade a distância, há que serem levados em consideração aspectos sociais, econômicos e tecnológicos no momento da construção do currículo, que

necessariamente deverá ser inclusivo e interativo utilizando um ambiente de aprendizagem acolhedor e motivador. A comunicação deverá ser acessível e estimulada pelo uso de diversos canais de comunicação e interação. A organização deverá ser clara, com objetivos e prazos bem definidos, permitindo ao aluno organizar uma rotina de estudo. O cuidado em observar esses aspectos na construção do currículo tem como objetivo mitigar os processos de evasão e promover a permanência e êxito do estudante, possibilitando ao aluno sentir-se pertencente ao curso.

4.6 MODELOS PEDAGÓGICOS

Os modelos apresentados a seguir (Modelo P1 e Modelo P2) são destinados à oferta de cursos na modalidade a distância e podem ser utilizados da forma como são descritos ou serem adaptados em consonância com as especificidades do projeto pedagógico de curso e em conformidade com as Resoluções do CEPE.

4.6.1 Ofertas próprias por meio dos NEADs

Os modelos de oferta própria por meio dos Neads se aplicam aos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), aos cursos Técnicos Subsequentes, à Graduação e à Pós-Graduação sem fomento externo, conforme apresentado nos Quadros 4.3 e 4.4.

Quadro 4.3. Modelo institucional de oferta de cursos FIC e Pós-Graduação *Lato Sensu*.

MODELO P1	
Características	Podem ser realizados totalmente a distância ou prever, em seus PPCs, atividades presenciais nos Neads. Utilizam principalmente o Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem Moodle, com atividades e avaliações a distância, docência compartilhada, tradução e interpretação em libras, avaliação do curso e do docente pelo discente.
Níveis de curso	Cursos de Formação Inicial e Continuada Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Equipe do curso	Coordenação do NEAD, Docente responsável pela produção e oferta da unidade curricular, equipe multidisciplinar.
Tecnologias utilizadas	Ambiente virtual de ensino e aprendizagem, Objetos de Ensino e Aprendizagem.
Docência e tutoria	Realizadas exclusivamente pelos professores do IFSC.

Quadro 4.4. Modelo institucional de oferta de cursos Técnicos e de Graduação.

MODELO P2	
Características	A maior parte das unidades curriculares ocorrem no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem Moodle, com atividades presenciais periódicas nos NEADs.
Níveis de curso	Cursos Técnicos Subsequentes Cursos de Graduação
Equipe do curso	Coordenação do NEAD, Docentes responsáveis pela produção e oferta da unidade curricular, equipe multidisciplinar.
Tecnologias utilizadas	Ambiente virtual de ensino e aprendizagem e ferramentas de webconferência.
Docência e tutoria	Realizadas exclusivamente pelos professores do IFSC, tanto nas atividades presenciais, quanto nas atividades a distância.

4.6.2 Ofertas com fomento externo

São ofertas realizadas com financiamento do Programa Universidade Aberta do Brasil, com Polos de EaD credenciados pela CAPES, conforme apresentado no Quadro 4.5.

Quadro 4.5. Modelo de oferta de educação a distância via UAB (Modelo F1).

MODELO F1	
Características	A maior parte das unidades curriculares ocorrem no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem Moodle, com atividades presenciais periódicas nos polos de apoio da CAPES em diversos municípios do Estado de Santa Catarina.
Níveis de curso	Cursos de graduação Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Equipe do curso	Tutores presenciais, tutores a distância, coordenador de polo, coordenador de curso, professor conteudista, professor formador e equipe multidisciplinar.
Tecnologias utilizadas	Ambiente virtual de ensino e aprendizagem, Objetos de Ensino e Aprendizagem.
Docência e Tutoria	A docência e tutoria pode ser realizada por professores do IFSC ou colaboradores credenciados por meio de editais públicos.

4.6.3 Ofertas de cursos online abertos e massivos

O modelo apresentado no Quadro 4.6 destina-se a ofertas de cursos na modalidade MOOC nos quais a produção do material didático pode ser oriunda de fomento externo ou não, podendo ser adaptado a qualquer oferta de curso FIC, respeitando as diretrizes para este tipo de

oferta.

Os cursos online abertos e massivos ofertados pelo IFSC devem atender aos requisitos:

1. Devem ser autoinstrucionais, de curta duração e com previsão de ingresso contínuo;
2. Devem ser disponibilizados em plataforma própria, conveniada para tal fim, com o MEC;
3. A certificação e as atividades de registro acadêmico devem ser suportadas pela plataforma utilizada;
4. Os cursos devem atender aos requisitos de duração, qualidade e acessibilidade da plataforma utilizada;
5. Devem prever formatos 100% automatizados para as atividades pedagógicas e avaliações.

Nos cursos MOOC a mediação pedagógica se dá exclusivamente por meio dos OEAs disponibilizados no AVEA, desta forma, a atividade de construção destes artefatos representa a totalidade do esforço empregado na oferta.

Quadro 4.6. Modelo de oferta de cursos online abertos e massivos (MOOC).

MODELO M1	
Características	Cursos totalmente on-line utilizando o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) indicado pelo MEC para a modalidade MOOC, com atividades e avaliações a distância.
Níveis de curso	Cursos de Formação Inicial e Continuada.
Equipe do curso	Coordenação do NEAD, professor autor, equipe multidisciplinar.
Tecnologias utilizadas	Ambiente virtual de ensino e aprendizagem conveniado pelo MEC, objetos de ensino e aprendizagem.
Docência e Tutoria	Os cursos são de caráter autoinstrucional não prevendo a atuação de professores, tutoria ou encontros síncronos em suas ofertas.

Capítulo 5 – CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

SUMÁRIO

Capítulo 5 – CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 1
5.1 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NO IFSC 3
5.1.1 Estrutura de Orçamento e Finanças no IFSC 5
5.1.2 Orçamento do IFSC 5
5.1.3 Matriz Conif 7
5.2 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SUSTENTÁVEL NO IFSC 10

Comissão Temática de Capacidade e Sustentabilidade Financeira

DEBORAH REJANE MAGNO RIBAS - Diretora de Administração - Presidente

PAULA DE SOUZA MICHELON - Chefe do Departamento de Orçamento e Finanças

SILVIO APARECIDO DA SILVA - Coordenador de Planejamento e Avaliação Institucional

EUCLÉSIO SILVÉRIO - Chefe de Departamento de Administração do Câmpus Joinville

A sustentabilidade é "consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Se essas características forem aplicadas às sociedades humanas, essas também poderão alcançar a sustentabilidade". (CAPRA, 2006 apud ROSA, 2007[1], p. 47).

"Em termos econômicos, a sustentabilidade prevê que as organizações têm que ser economicamente viáveis, face ao seu papel na sociedade e que deve ser cumprido levando em consideração o aspecto da rentabilidade, dando retorno ao investimento realizado [...]". (DINIZ DA SILVA, 2010 apud BACHA; SANTOS; SCHAUN, 2010[2], p. 8).

Em resumo, ser sustentável é não gastar ou não planejar gastar mais do que se tem ou que se preveja ter, ou seja, não gerar prejuízo, atuar dentro do planejado, proporcionando o máximo retorno possível em relação ao crédito utilizado.

Para ser sustentável o IFSC precisa atender, com a máxima qualidade, eficiência e responsabilidade social, às necessidades dos alunos e da sociedade, para que suas despesas programadas não sejam maiores do que a previsão de receitas e estejam dentro do planejado. Sendo assim, o IFSC gerencia os seus recursos financeiros com efetividade, a fim de maximizar os resultados da instituição e otimizar o tempo de atendimento às demandas, por meio do planejamento, da captação, da aplicação e da execução dos recursos financeiros.

5.1 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NO IFSC

Considerando a complexidade de gestão de uma instituição multicâmpus e o nível de autonomia administrativa de cada câmpus, para bem atender às necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo é necessário estabelecer diretrizes orçamentárias e estruturas de governança eficientes, além de efetivar a atuação em rede para a otimização dos processos e

[1] ROSA, Altair. Rede de governança ambiental na cidade de Curitiba e o papel das tecnologias de informação e comunicação. 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Curitiba, 2007.

[2] BACHA, Maria de Lourdes; SANTOS, Jorgina; SCHAUN, Angela. Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2010. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf.

resultados.

Desse modo, os câmpus do IFSC atuam em rede visando à integração, à inovação e à efetividade do modelo de gestão institucional em rede, alinhado à otimização dos processos e estruturas implementadoras da estratégia. Os Câmpus são separados para controle em centros de custos, assim, cada câmpus é um centro de custo. A Reitoria, por sua vez, divide-se em nove (09) centros de custos, devido à peculiaridade de atendimentos sistêmicos específicos e ao local da gestão da própria Reitoria. Há, ainda, o IFSC Rede que se consolida como um centro de custos oriundo da contribuição de todos os outros centros de custos citados com o objetivo de atender despesas e investimentos considerados sistêmicos. Apesar de se ter consciência de que muito ainda precisa ser feito e aprimorado, a atuação em rede das unidades que compõem o IFSC tem trazido bons resultados e busca tornar ainda mais eficiente a gestão de seus processos para se alcançar com êxito a missão institucional.

A Lei de Criação dos Institutos Federais prevê a identificação orçamentária por câmpus, que, no momento, é viabilizada pela Matriz Conif (ver seção 5.1.3). É preciso destacar que essa metodologia de divisão é um desenvolvimento da própria Rede Federal de EPCT e que visa o financiamento público dos Institutos Federais (IFs) para atendimento de suas missões junto à sociedade.

Para além da divisão orçamentária definida pela Matriz Conif, é preciso considerar que os recursos destinados ao IFSC por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) não são de cada câmpus ou da Reitoria, são públicos. Assim, as decisões quanto à alocação e à execução desses recursos não podem levar em consideração interesses individuais, políticos e segmentados. É necessária uma atuação técnica e sistêmica para definição das prioridades e necessidades institucionais e das comunidades onde o IFSC está inserido, compreendendo-se que cada câmpus possui especificidades quanto a diversas condições, como número de alunos e de servidores, estrutura física, tempo de funcionamento, qualificação dos servidores e gestores, cursos ofertados, localização, entre outros. Sempre serão necessárias medidas compensatórias na divisão interna de orçamento entre os câmpus.

É primordial, ainda, entender que autonomia administrativa difere de independência e de soberania. A autonomia administrativa é garantida somente quando há justiça e equidade no tratamento das questões entre os envolvidos, com o estabelecimento de critérios técnicos e objetivos,

visão sistêmica, estabelecimento de diretrizes e regulamentação de processos. Dessa maneira, objetiva-se alcançar transparência e unidade entre os câmpus e a Reitoria para que o IFSC cumpra sua missão.

Por meio da adoção do modelo de gestão em rede colaborativa, solidária e sustentável entre as unidades administrativas, o IFSC busca garantir mais eficiência no gasto público, atuação mais transparente, justa e com mais responsabilidade social.

5.1.1 Estrutura de Orçamento e Finanças no IFSC

A gestão orçamentária do IFSC ocorre de forma parcialmente descentralizada: a Reitoria é, atualmente, a única Unidade Gestora Executora (UG-E), enquanto os câmpus são Unidades Gestoras Responsáveis (UG-R).

Cada câmpus planeja e gerencia seu orçamento próprio, porém a execução final é realizada pela Reitoria. Alguns procedimentos, porém, já foram descentralizados para agilizar o processo e capacitar os gestores e servidores dos câmpus para a descentralização orçamentária, tais como a emissão de notas de empenho e a liquidação de notas fiscais.

A divisão orçamentária interna do IFSC é referendada por decisão colegiada (Codir) e combina critérios internos e da Matriz Conif. A referida divisão visa estabelecer um processo justo e dar condições de atendimento na execução dos planejamentos dos centros de custos (câmpus, Reitoria e IFSC Rede).

5.1.2 Orçamento do IFSC

Os recursos orçamentários do IFSC advêm do Orçamento Geral da União por meio da LOA, o que permite visualizar os limites da gestão em cada Exercício Financeiro. Os recursos previstos na LOA têm sua execução planejada e dividida em: despesas de pessoal (folha de pagamento), de custeio (funcionamento, manutenção, reformas, serviços, materiais de consumo) e de investimento (obras e aquisição de equipamentos, mobiliários, livros e imóveis).

Tabela 5.1. Limites orçamentários do IFSC em 2024.

Subdivisão	Discriminação	Limites
FUNCIONAMENTO E CAPACITAÇÃO DA	Capacitação	R$ 389.653
	Custeio	R$ 58.049.541

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	Investimento	R$ 2.417.693
	Fomento às Ações Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação	R$ 1.157.240
	Subtotal	**R$ 62.014.127**
MAIS LIMITES ORÇAMENTÁRIOS	Despesas Correntes - recursos próprios (fonte 105)	R$ 5.342
	Anuidade do Conif	R$ 94.089
	Assistência Estudantil	R$ 17.512.350
	Reestruturação e Modernização dos Institutos Federais	R$ 517.485
	Publicidade de Utilidade Pública no estado	R$ 250.000
	Subtotal	**R$ 18.379.266**
PESSOAL E ENCARGOS	Inativos e Pensionistas	R$ 92.605.812
	Pessoal Ativo	R$ 484.426.994
	PASEP	R$ 84.622.003
	Subtotal	**R$ 661.654.809**
OUTROS VALORES DA FOLHA DE PESSOAL	Assistência e Auxílios	R$ 5.148.303
	Subtotal	**R$ 5.148.303**
TOTAL		**R$ 747.196.505**

Fonte: Lei Orçamentária Anual, 2024.

O orçamento inicial do IFSC para 2024, com recursos do Tesouro, atingiu cerca de 747 milhões de reais, compreendendo as despesas com pessoal ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais, benefícios aos servidores, manutenção e investimentos (Tabela 5.1.).

O orçamento destinado ao cumprimento das despesas com pessoal ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais e benefícios aos servidores vem sendo administrado de forma direta pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC (SPO/MEC), cabendo à gestão do IFSC informar eventuais reestimativas dentro do exercício.

Além desses recursos, o IFSC conta, também, com: recursos diretamente arrecadados (recursos próprios); orçamento próprio para projetos/programas específicos, tais como Mediotec e UAB; recursos das descentralizações de créditos de outros entes; eventuais emendas parlamentares; e convênios públicos e privados. A instituição firma convênios e termos de cooperação com a Setec, a Capes, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e outros órgãos públicos de fomento. Esses convênios e termos de cooperação permitem ampliar o nível de investimentos e desenvolver outros projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Os recursos oriundos das descentralizações de créditos são, em sua grande maioria, firmados por meio de Termos de Cooperação com a Setec, que subsidia as ações de expansão e melhoria da educação profissional e tecnológica e exige acompanhamento e prestação de contas.

Os recursos diretamente arrecadados, as descentralizações de créditos e as emendas parlamentares são distribuídos com base em alguns critérios gerais e específicos:

a) Critérios Gerais:

- Devem estar de acordo com o Plano Plurianual (PPA), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)
- Vinculados ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (PDI)
- Vinculados ao atingimento dos Objetivos Estratégicos do IFSC
- Amparados no Plano Anual de Trabalho de cada centro de custos do IFSC

b) Critérios Específicos:

- Amparados pelos critérios estabelecidos no PDTI do IFSC
- Amparados pelos critérios estabelecidos no planejamento de engenharia do IFSC
- Lançados no Plano de Contratação Anual do IFSC
- Amparados e de acordo com os conjuntos normativos interno e externo inerentes às despesas e aos investimentos efetuados no IFSC.

5.1.3 Matriz Conif

A parcela do orçamento da União referente às despesas de investimento e custeio, aquelas não relativas a pessoal e investimento, previstas na LOA para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - é dividida entre os Institutos Federais pela SPO/MEC, com base em uma matriz parametrizada, denominada Matriz Conif.

Essa matriz é um modelo matemático e indutor de políticas para a EPT, elaborada por meio de discussões conjuntas entre a Setec e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), por meio do seu Fórum de Planejamento e Administração (Forplan).

A metodologia que vem sendo utilizada para distribuição dos recursos destinados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi modificada em 2024, para efeito de composição e cálculos, melhorando suas estruturas e alguns parâmetros, sendo que a principal alteração foi a incorporação de indicadores de qualidade e eficiência. Destacam-se as modificações: Índice de Eficiência Acadêmica (IEA); Relação Aluno/Professor Presencial (RAPP) e Índice de

Atendimento aos Marcos Legais (IAML). A estrutura de distribuição dos créditos na Matriz se divide em: 80% para os câmpus, utilizando distribuição por matrícula, incluindo a assistência estudantil; e 20% para a Reitoria, sendo 10% também utilizando distribuição por matrícula e 10% utilizando-se os índices de qualidade e eficiência institucional.

As informações são oriundas do Sistec e apresentadas na Plataforma Nilo Peçanha (PNP). A metodologia prevê: a importação dos dados na PNP; a conferência da extração da PNP; a parametrização por câmpus; a checagem das matrículas totais pelas instituições para validação dos dados; e, por fim, a geração da Matriz.

O tratamento das matrículas para composição da Matriz considera as seguintes questões: equalização pela carga horária e dias ativos e a ponderação pelos pesos dos cursos, considerada a bonificação quando o curso for ligado à agropecuária. Já, a equalização da matrícula envolve: tipo de curso; tipo de oferta; início e fim do ciclo; carga horária; duração do ciclo e dias ativos no ciclo. Para cursos a distância, há um orçamento extra, com peso diferenciado. Para o cálculo da assistência estudantil, por sua vez, há influência do IDH, além de serem considerados o internato e o cálculo de matrícula equalizada.

Após esses ajustes e discussões entre o Conif e a Setec, a instituição tem seu orçamento previsto (PLOA) e posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional, na Lei Orçamentária Anual (LOA).

É muito importante que a Instituição prime na divisão interna dos recursos pela similaridade com a referida metodologia utilizada na Matriz, pois ela é propulsora de políticas públicas em relação a EPT. Os cuidados com a gestão de riscos e com a governança em relação à execução do orçamento do IFSC é primordial para que sejam atingidos os objetivos da instituição. A participação, transparência e organização de todos os atores envolvidos na execução orçamentária fundamentam este processo.

Os créditos aprovados e distribuídos na Matriz Conif, após negociação com o Governo Federal, geram as informações para a LOA, com créditos orçamentários vinculados às ações determinadas na funcional programática.

Além disso, a seção da LOA destinada a cada Instituto Federal relaciona, também, créditos orçamentários referentes à folha de pagamento dos servidores e outras ações específicas, para as quais

não é possível estabelecer uma estimativa. A Tabela 5.2 apresenta a série histórica dos créditos orçamentários destinados ao IFSC evidenciados na LOA de cada ano, conforme os agrupamentos de tipos de finalidades de ações orçamentárias, a fim de permitir a verificação de tendências para os cinco anos de vigência do PDI.

Tabela 5.2. Série histórica dos créditos orçamentários destinados ao IFSC, por grupos de ações orçamentárias.

Grupo de ações orçamentárias	2014 (R$)	2015 (R$)	2016 (R$)	2017 (R$)	2018 (R$)	2019 (R$)	2020 (R$)	2021 (R$)	2022 (R$)	2023 (R$)	2024 (R$)
Expansão e reestruturação da Rede Federal de EPT	25.100.000	32.500.000	6.408.537	2.926.829	11.769.535	2.000.923	5.235.105	1.601.866	656.166	600.000	517.485
Funcionamento da Educação Profissional	70.562.346	73.654.046	65.070.237	60.171.181	59.467.599	65.653.074	39.135.516	19.119.365	59.840.282	51.009.576	60.472.576
Projetos e programas específicos	1.030.912	937.518	0	0	0	0	0	0	0	1.137.963	1.157.240
Assistência estudantil	8.067.806	8.821.596	9.031.973	12.193.082	14.078.287	14.078.353	8.337.989	6.098.804	16.689.484	16.468.117	17.512.350
Capacitação de servidores	1.691.900	1.493.476	1.307.837	702.911	905.475	697.259	399.198	195.521	448.757	348.493	389.653
Folha de pagamento	221.731.600	274.761.605	374.806.156	427.575.649	452.740.535	502.987.789	605.756.072	311.743.236	627.186.408	600.371.940	666.803.112
Contribuição ao Conif	103.753	110.649	51.979	43.211	86.175	87.065	49.846	27.341	90.016	92.017	94.089
Publicidade de Utilidade Pública	0	0	0	200.000	200.000	250.000	143.132	97.760	250.000	250.000	250.000
Total de créditos orçamentários	328.184.564	392.278.890	456.676.719	503.812.863	539.247.606	585.754.463	659.056.858	338.883.893	705.161.113	670.278.106	747.196.505
Total de créditos orçamentários menos folha de pagamento	106.452.964	117.517.285	81.870.563	76.237.214	86.507.071	82.766.674	53.300.786	27.140.657	77.974.705	69.906.166	80.393.393

Fonte: Lei Orçamentária Anual.

5.2 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SUSTENTÁVEL NO IFSC

A necessidade de melhorar a aplicação dos recursos levou o IFSC, desde 2012, a utilizar a metodologia de Unidades Gestoras Responsáveis (UGRs) para identificar o gasto das despesas em cada um dos câmpus, pró-reitorias e gabinete. Atualmente, para a divisão orçamentária são consideradas as matrículas ponderadas, conforme Matriz Conif, utilizando-se de critérios qualitativos para atender principalmente os câmpus que não teriam condições de contemplar seu funcionamento dentro dos padrões sustentáveis, caso fosse utilizada puramente a Matriz. Respeita-se, ainda, a indicação do valor destinado a cada câmpus pela Matriz Conif, definida pelo número de alunos e pelo peso dos cursos, bem como pelas demandas das políticas institucionais, como ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e gestão de pessoas, entre outras.

Para que a gestão dos recursos financeiros do IFSC seja realizada de forma sustentável e eficiente, essas estratégias e ações efetivas, bem como a discussão participativa, são necessárias. O conjunto de unidades que compõem o IFSC precisa se organizar tecnicamente para planejar a execução de seus projetos prioritários dentro de seus limites orçamentários e, assim, conseguir planejar o atendimento, a médio e longo prazos, de todas as suas necessidades para o atendimento pleno de sua missão.

É preciso, acima de tudo, visão sistêmica dos gestores e da comunidade para entender o IFSC como uma única instituição, possuidora de necessidades comuns e específicas que precisam ser tratadas conjuntamente por todos os atores envolvidos e, assim, resolvidas de forma mais eficiente e justa. Não é possível atender a todas as necessidades de cada câmpus do IFSC em apenas um exercício orçamentário e, portanto, sem a atuação conjunta, com processos de priorização e falta de consciência sistêmica dos gestores, bem como estruturas inadequadas de execução, ficaria prejudicado o atingimento de nossos objetivos.

Além disso, é necessário que a cada novo projeto que se pretenda implementar - um novo curso, uma nova estrutura, um novo equipamento ou a contratação de um serviço - sejam analisados os custos atual e posterior do investimento e não apenas o seu preço momentâneo, pois faz-se necessário avaliá-los também em relação às regras e direcionamentos da matriz orçamentária.

Essas estratégias de atuação em rede têm como objetivos evitar o retrabalho e o desperdício

do dinheiro público, compartilhar boas práticas, desburocratizar a gestão e, principalmente, proporcionar a melhor qualidade possível do serviço público prestado à comunidade: o ensino público, gratuito e de excelência.

Dessa forma, a visão sistêmica de todos os envolvidos na gestão administrativa do IFSC se concretiza nas seguintes ações e princípios:

- Diretrizes orçamentárias para gestão em rede, democrática e sustentável;
- Prazos e procedimentos claros e objetivos, visando à qualidade do gasto público, à eficiência e à possibilidade de captação de recursos extraorçamentários;
- Gestão de planejamento e do orçamento do IFSC;
- Mapeamento de competências e capacitação permanente;
- Estabelecimento de planejamentos para as contratações;
- Processos de execução orçamentária conjunta, tais como "Compras Compartilhadas" (economia de escala, melhor planejamento, prevenção de retrabalho);
- Realização de fóruns de discussão e compartilhamento.

Além disso, são estabelecidas estratégias para a sustentabilidade financeira em cada câmpus:

- Diagnóstico participativo de necessidades de curto, médio e longo prazos;
- Elaboração e revisão participativas dos Planos Anuais de Trabalho (PAT);
- Vinculação/condicionamento da execução de despesas à previsão específica no PAT (com revisões trimestrais e provisão para despesas com imprevistos, inovações, etc);
- Tomadas de decisão de forma democrática e considerando não só o período de mandato de cada gestão;
- Acompanhamento e avaliação da execução orçamentária (disponibilização de relatórios bimestrais);
- Definição de despesas essenciais e demais prioridades (apresentação e discussão democráticas em cada unidade);
- Planos de manutenções preventiva e corretiva da infraestrutura e dos equipamentos;
- Plano de contratação anual por centro de custos.

Outra estratégia de gestão econômico-financeira é a captação de recursos extraorçamentários. Além da dotação definida na LOA, o IFSC necessitará, durante a vigência do PDI, de aporte de

recursos extraorçamentários para a consolidação e adequação da infraestrutura, bem como para a aquisição de mobiliário e equipamentos, a qualificação dos servidores e a assistência ao estudante.

Nos últimos anos, o Instituto recorreu à Setec para obter suplementação orçamentária por meio de descentralização de crédito, a fim de implementar suas ações e financiar seu crescimento. As descentralizações de crédito obtidas com órgãos públicos, em sua maioria, são firmadas com a Setec, que subsidia, em maior volume, as ações de expansão, a melhoria da educação tecnológica e a construção de câmpus.

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), sob responsabilidade da Presidência da República, concedeu recursos para investimentos na expansão (novos câmpus) e consolidação (obras para uniformizar o atendimento nos câmpus, relacionado a infraestruturas como: refeitórios, auditórios, bibliotecas, salas de aulas, laboratórios entre outros). Em 2024, houve também a pactuação para construção de refeitórios, obras de expansão e obras para transformação de câmpus avançado.

Ainda em relação à expansão dos créditos orçamentários, o cuidado, o incentivo e o planejamento na busca pelas receitas próprias do IFSC, por meio da prestação de serviços, da realização de convênios e parcerias, da utilização das infraestruturas, dos recursos das taxas de ingresso, concursos e outras, bem como na implementação futura da sistemática de leilões de ativos permanentes são e serão fundamentais para o atendimento orçamentário do IFSC.

Ao longo dos últimos anos, o IFSC vem implantando, também, o Programa IFSC Sustentável, com o objetivo de propor e sistematizar a prática de ações que visem à redução do impacto ambiental dos processos institucionais, ao aprimoramento da gestão visando à eficiência, à atuação com foco social e ao desenvolvimento de uma cultura para a sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica. Nesse sentido, em 2015, o IFSC elaborou e implantou o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), atualmente em revisão e qualificação, e encontra-se em fase de aprovação a Política de Contratações institucional, instrumento fundamental no diálogo com o PLS.

Muitas ações em relação à sustentabilidade já são trabalhadas pela instituição, dentre elas destacam-se: a adoção de sistema de contratações sistêmicas; a publicação de editais de obras e compras com critérios sustentáveis; a melhoria da qualidade do gasto público com a adoção do Plano de Contratação Anual; e o uso de planilha de custos para contratações. Destacam-se, ainda, a adesão ao Sistema Esplanada Sustentável (Sispes), que monitora o consumo de energia elétrica e água nos

órgãos públicos, em atendimento ao disposto na Portaria nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, do Ministério do Planejamento; a participação no Programa Energif, relativo às contratações de sistemas fotovoltaicos para a Reitoria e Câmpus.

Outras ações pontuais foram sistematizadas para compartilhamento de boas práticas de sustentabilidade, como impressões frente e verso, redução do uso de papel, distribuição de canecas de material reciclado, capacitações, reciclagem e reaproveitamento de água da chuva. Para consolidar esse rol de iniciativas e ações de gestão sustentável, bem como ampliar o escopo da sustentabilidade no IFSC, em 2018 a instituição aprovou sua Política de Sustentabilidade (Resolução Consup nº 28 de 21/08/2018), trazendo diretrizes também para ensino, pesquisa e extensão, Política que passará por processo de revisão para sua qualificação.

Portanto, o IFSC busca a melhoria contínua em suas ações, visando garantir, desta forma, um futuro promissor em relação ao que a instituição compreende por sustentabilidade financeira, ou seja, a busca pelo equilíbrio entre as receitas e as necessidades, integradas ao conjunto dos planejamentos institucionais.

CAPÍTULO 6 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

SUMÁRIO

Capítulo 6 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL.....1
6.1 DIMENSÕES DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL.....4
6.2 PLANO ANUAL DE TRABALHO.....6
6.3 ANÁLISE AMBIENTAL.....8
6.4 FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA.....15
6.5 MAPA ESTRATÉGICO.....16
6.6 OBJETIVOS, INDICADORES, INICIATIVAS E RISCOS ESTRATÉGICOS.....19
6.7 PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PETIC).....45
6.8 PLANO ESTRATÉGICO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO DO ESTUDANTE.....46

Comissão Temática do Planejamento Estratégico Institucional

- Oizes Vieira Mendes - Diretor de Gestão do Conhecimento - Presidente
- Sabrina Moro Villela Pacheco - Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional
- Silvio Aparecido da Silva - Coordenador de Planejamento e Avaliação Institucional
- Vanessa de Oliveira Moraes - Coordenadora de Processos e Riscos
- Felipe Gustavo de Andrade - Coordenadoria de Planejamento e Avaliação Institucional

Atuaram na comissão quando demandados pela Diretoria de Gestão do Conhecimento:

- Articuladores do Plano Anual de Trabalho (PAT) dos câmpus e da reitoria
- Ocupantes de cargo de direção na reitoria

Participaram da construção do planejamento estratégico institucional no Evento Planeja IFSC (dezembro/2023):

- Diretores-gerais dos câmpus
- Ocupantes de cargo de direção na reitoria em áreas técnicas relacionadas aos assuntos definidos para as mesas temáticas

O planejamento estratégico é uma ferramenta que auxilia a gestão na compreensão do futuro institucional. A sua utilização proporciona um maior conhecimento sobre a dinâmica institucional e proporciona mudanças em suas práticas, visando o aprimoramento da gestão estratégica. Nesse contexto, o planejamento estratégico assume um papel central no processo de gestão, principalmente em estruturas multicâmpus como a do IFSC, que necessita de mecanismos de gestão que garantam o fortalecimento do seu caráter sistêmico.

Durante o período de 2025 a 2029, o Planejamento Estratégico Institucional será o documento norteador dos projetos institucionais. Esse direcionamento servirá de insumo para a elaboração participativa do Plano Anual de Trabalho, tanto da reitoria como de cada um dos câmpus. Essa dinâmica alinha o planejamento estratégico à proposta orçamentária do IFSC, uma vez que essa serve de base para a elaboração do Plano Anual de Trabalho de cada uma de suas unidades.

O planejamento estratégico do IFSC é baseado na metodologia do Balanced Scorecard (BSC). Essa metodologia visa à construção de uma abordagem sistêmica, que traduz a estratégia em indicadores de desempenho, com o intuito de prover ao gestor um sistema de avaliação com visão abrangente da organização, para auxiliar na implementação da estratégia. Ao considerar as particularidades do contexto institucional, por meio de métricas que permitam aos seus usuários a visualização dos impactos de suas ações, o BSC também proporciona a melhoria do processo de construção do conhecimento da própria organização.

O processo de elaboração do planejamento estratégico iniciou pela realização de uma abrangente análise interna e externa ao IFSC. A ferramenta utilizada para a sistematização dos resultados oriundos dessa análise foi a Matriz SWOT. Ao final dessa etapa, a Coordenadoria de Planejamento e Avaliação Institucional (Cplan) promoveu a estruturação dos principais fatores listados pelos 22 câmpus. Após esse procedimento foi concluída a matriz SWOT do IFSC, que apresenta um panorama estratégico por meio de um mapa de calor que ilustra os relacionamentos dos principais fatores de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

A segunda etapa consistiu na estruturação do planejamento estratégico por meio da construção de seus objetivos, indicadores e iniciativas estratégicas. Durante esse processo priorizou-se por manter o alinhamento estratégico com a identidade institucional, as sinergias identificadas na matriz SWOT do IFSC, o Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e com o planejamento 2024 - 2028 do Conselho

Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

Tendo por intuito promover um planejamento participativo, realizou-se o evento “Planeja IFSC 2025 - 2029” nos dias 14 e 15 de dezembro de 2023. Esse evento contou com a participação de todos os diretores-gerais dos 22 câmpus, além da alta administração do IFSC e de gestores ocupantes de cargo de direção na Reitoria. Essa dinâmica permitiu estabelecer uma perspectiva abrangente de toda a instituição. Ao dispor das diferentes visões de cada um dos gestores envolvidos no evento, estruturou-se uma aprofundada discussão em torno de questões essenciais da instituição.

Esse processo de planejamento reforça a gestão participativa da instituição e remete a todos os envolvidos a responsabilidade pela construção do futuro do IFSC. A seguir, são apresentadas as dimensões do Planejamento do IFSC.

6.1 DIMENSÕES DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

O planejamento estratégico administrativo é hierarquizado em 3 distintas dimensões:

I. Estratégica: abrange toda a organização e se projeta no longo prazo;

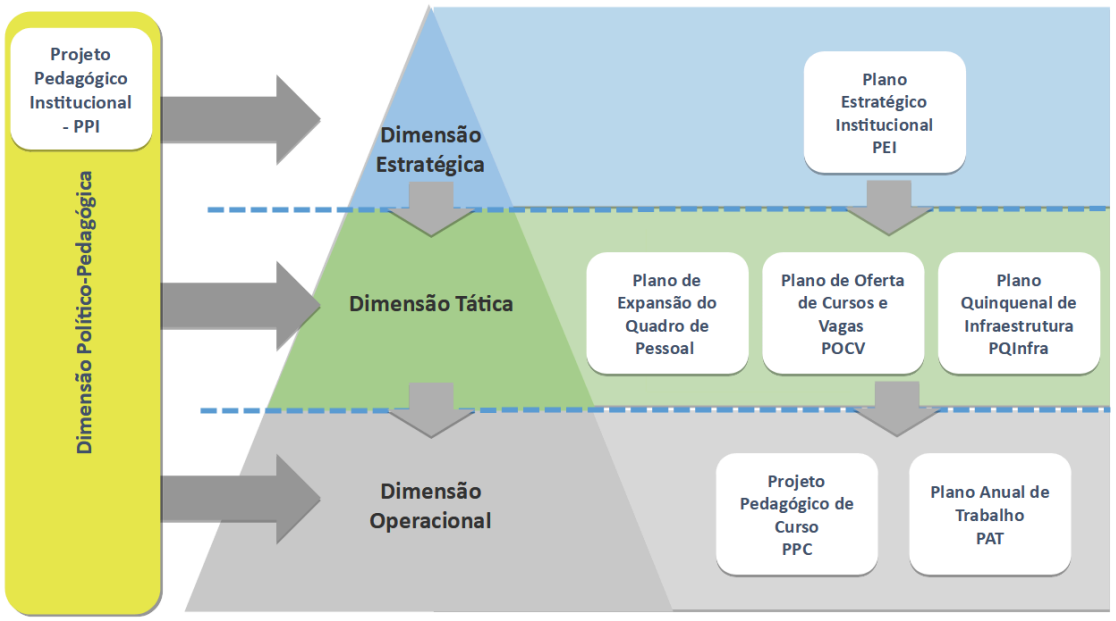
II. Tática: abrange cada diretoria ou área específica da organização, com projeção de médio prazo;

III. Operacional: abrange as atividades específicas e tarefas, com projeção de curto prazo.

Tais dimensões atuam de forma integrada, com seus planos e projetos se alinhando com intuito de alcançar os objetivos institucionais. A Figura 6.1 sintetiza a atuação dessas dimensões no IFSC, que enquanto instituição de educação agrega uma quarta dimensão ao seu planejamento: a dimensão político-pedagógica. Essa dimensão não apenas é hierarquicamente superior às demais, como também assume um caráter “transdimensional”, uma vez que a implementação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) ocorre tanto por meio de desdobramento direto do nível estratégico quanto indiretamente pelo seu exercício na execução dos planos táticos e operacionais.

Assim, o PDI 2025-2029 do IFSC apresenta as dimensões Político-Pedagógica, Estratégica e Tática do planejamento institucional na forma de capítulos ou seções de capítulos, como mostra a Figura 6.1.

Figura 6.1 - Dimensões do planejamento institucional no IFSC



Alinhado às concepções e diretrizes expressas no Capítulo 3 – Projeto Pedagógico Institucional, este Capítulo 6 - Planejamento Estratégico Institucional (PEI) apresenta um conjunto de objetivos, indicadores, metas e iniciativas que pretende mobilizar os servidores e os recursos da instituição para o planejamento e execução de ações direcionadas à realização de sua visão de futuro e à concretização das concepções de educação adotadas pela instituição.

Enquanto PPI e PEI pretendem conferir identidade e intenções comuns a todos, na dimensão Tática, o Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV), o Plano de Expansão do Quadro de Pessoal e o Plano Quinquenal de Infraestrutura (PQInfra) criam condições para que as proposições estabelecidas no planejamento estratégico sejam alcançadas.

O POCV é responsável por definir as diretrizes que nortearão os temas relacionados à oferta de vagas, admissão de professores e da ampliação de espaço físico. Já o Plano de Expansão do Quadro de Pessoal e o Plano Quinquenal de Infraestrutura visam, principalmente, garantir os servidores e a infraestrutura necessária para a execução do Plano de Oferta de Cursos e Vagas, sempre orientando a aplicação eficiente dos recursos.

Como desdobramentos do PDI na dimensão Operacional, os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), Plano Anual de Trabalho (PAT), elaborados pelas Unidades Gestoras

Responsáveis (UGRs) do IFSC, buscam tornar tangível a estratégia por meio de ações que visem à concretização da proposta pedagógica e ao alcance dos objetivos estratégicos, de forma alinhada às prioridades estabelecidas pela gestão e em acordo com as políticas concebidas e aprovadas pelos órgãos colegiados.

Além desses planos, cada objetivo do planejamento estratégico é acompanhado por um gestor, que procura impulsionar a instituição no alcance de suas metas. A condução do planejamento do IFSC tem o enfoque participativo como premissa fundamental e o PAT, que abre a porta do planejamento para a comunidade acadêmica, reforça esse compromisso, na medida que proporciona a cada servidor a oportunidade de materializar sua ideia em um projeto. Essa premissa reforça a gestão participativa projetada na Visão de futuro do IFSC e remete a todos os envolvidos parte da responsabilidade pela condução da instituição.

6.2 PLANO ANUAL DE TRABALHO

O Plano Anual de Trabalho (PAT) transforma as diretrizes estratégicas do IFSC em projetos e processos que buscam tangibilizar o que foi planejado e proporcionar a otimização da aplicação dos recursos disponíveis. A priorização dos projetos é definida pelos colegiados dos Câmpus e, na Reitoria, pelos ocupantes de cargo de direção.

O PAT, o Plano de Contratações Anuais (PCA) e o Plano de Logística Sustentável (PLS) são instrumentos integrados de planejamento, alinhados às diretrizes de gestão pública, sustentabilidade e eficiência administrativa.

O PAT consolida as ações e metas institucionais, considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, orientando a atuação do IFSC de forma social, econômica e ambientalmente responsável.

As demandas planejadas no PAT fundamentam o PCA, que organiza as contratações necessárias, conforme a Lei nº 14.133/2021. O PCA, por sua vez, incorpora os princípios do PLS, assegurando critérios de sustentabilidade nas aquisições.

O PLS atua de forma transversal, orientando tanto o planejamento das ações (PAT) quanto às contratações (PCA), promovendo uma gestão pública eficiente, sustentável e alinhada aos compromissos institucionais e globais.

Desse modo, a distribuição do orçamento é efetuada de forma a desenvolver os processos, suprir necessidades infraestruturais e atender às iniciativas estratégicas. É a partir dessas informações que o IFSC constrói sua planilha orçamentária, utilizada no processo de programação orçamentária no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Governo Federal. Assim, são determinados os montantes das "rubricas" de custeio, investimento e capacitação que serão propostos para financiar os projetos e processos da instituição. Uma vez publicado o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual), com a confirmação do detalhamento da peça orçamentária do IFSC, o PAT pode ser revisado pelas unidades, mantendo-se os limites individuais para custeio, investimento e capacitação e ajustando-se eventuais diferenças para os valores propostos.

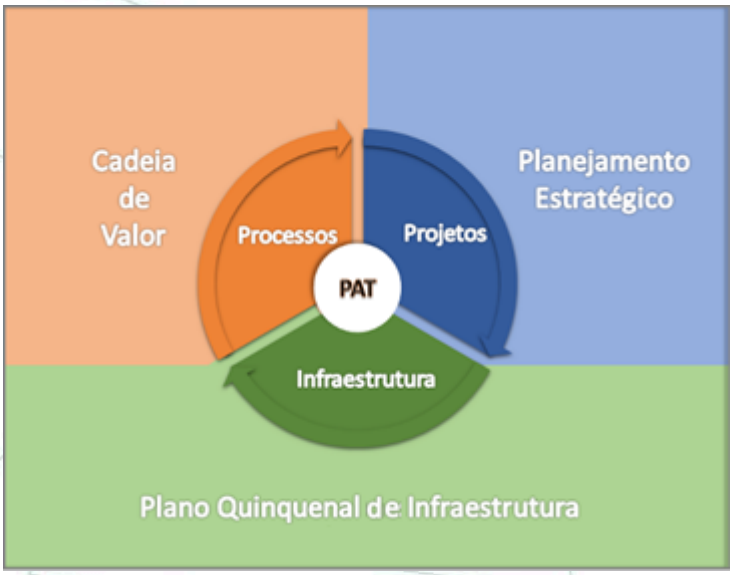
O PAT é composto por Projetos Estratégicos, Projetos de Infraestrutura e Ações Rotineiras, como ilustra a Figura 6.2. Cada um com diferentes intuitos, mas todos com o propósito de esquematizar as ações que serão desenvolvidas ao longo do próximo ano.

Os projetos estratégicos promovem a realização dos objetivos estratégicos institucionais e contribuem diretamente para o alcance de suas metas, devendo ser vinculados a uma das Iniciativas Estratégicas.

Já os projetos de infraestrutura promovem a construção e manutenção de bens imóveis, aquisição de *softwares*, equipamentos e demais materiais permanentes, conforme orientado pelo Plano Quinquenal de Infraestrutura.

As ações rotineiras promovem atividades de caráter recorrente, como pagamento de contratos e aquisição de material de consumo, bem como qualquer outra atividade sem associação com as iniciativas estratégicas e sem impacto direto nas metas estratégicas institucionais, devendo ser associadas a um processo de negócio, que é o desdobramento de um macroprocesso da Cadeia de Valor.

Figura 6.2 Componentes do Plano Anual de Trabalho



Assim, o planejamento institucional atinge sua dimensão operacional, orientando a agenda de trabalho dos câmpus e reitoria na execução das diretrizes estratégicas. A participação dos servidores no processo de elaboração do PAT reforça a gestão participativa projetada na Visão de futuro do IFSC, e remete a todos os envolvidos a responsabilidade pela condução da Instituição.

6.3 ANÁLISE AMBIENTAL

O IFSC influencia e é influenciado pelo meio em que atua. Sua missão, voltada à geração de impacto social, fortalece ainda mais a necessidade da instituição voltar esforços para compreender o contexto político, econômico e social onde está inserida. Principalmente por se tratar de uma instituição pública, que zela pelo patrimônio da sociedade, faz-se necessário observar os impactos das influências internas e externas nas políticas e diretrizes da entidade. Por isso, uma análise acurada do cenário interno e externo à instituição é de grande relevância. A compreensão dos fatores extrínsecos que possam impactar a condução da instituição é um importante elemento a ser observado.

O artefato utilizado, nesta avaliação, foi a matriz SWOT, uma ferramenta projetada com o propósito de criar um possível cenário institucional daquele momento. Sua principal finalidade é orientar o gestor para uma tomada de decisão baseada em dados.

A primeira etapa dessa análise iniciou com a capacitação dos servidores envolvidos sobre a Matriz SWOT. Dada a necessidade de envolver todos os 22 câmpus, decidiu-se pelo desenvolvimento dos Articuladores do PAT, empregando uma estrutura funcional já existente.

Além disso, foi elaborada uma página na internet que teve por intuito organizar a condução dos trabalhos e centralizar toda a disponibilização de materiais necessários para a elaboração da matriz SWOT em cada unidade.

Após o encerramento da matriz SWOT elaborada em cada um dos 22 Câmpus e na Reitoria a Cplan promoveu uma sistematização dos principais fatores listados. Essa ponderação considerou a pontuação estabelecida por cada unidade, levando em consideração o impacto na missão, o alcance da visão e a atuação da instituição frente ao fator. Esse processo resultou em uma lista com as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Diante disso, a Cplan realizou a correlação entre esses fatores para determinar o grau de relacionamento. Após esse procedimento foi concluída a matriz SWOT do IFSC, apresentando um panorama estratégico por meio de um mapa de calor que ilustra os relacionamentos dos principais fatores. Com as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças assim ponderadas, a Diretoria de Gestão do Conhecimento (DGC) produziu a Matriz SWOT global, composta pelos 40 fatores ambientais mais relevantes para a formulação da estratégia institucional, como mostram os Quadros 6.1 a 6.4.

A matriz SWOT é uma ferramenta de análise estratégica que identifica quatro elementos-chave: Strengths (Forças), que são as vantagens internas de uma organização; Weaknesses (Fraquezas), que são as limitações internas; Opportunities (Oportunidades), que são fatores externos que a organização pode explorar para crescer; e Threats (Ameaças), que são os desafios externos que podem prejudicar a organização. Cada letra da sigla SWOT representa um aspecto crucial para avaliar a posição estratégica e auxiliar na tomada de decisões.

Quadro 6.1 - Forças do IFSC conforme Matriz SWOT global

Forças	Relevância	Impacto na Visão
S1: Política e programas internos de assistência estudantil bem estruturados	1	3

S2: Boa visibilidade e imagem positiva do IFSC junto às comunidades atendidas	0,90	2,25
S3: Oferta de cursos em áreas, formas, tipos e níveis diversificada e organizada em itinerários formativos verticalizados	0,85	2
S4: Incentivo à participação dos alunos em projetos de ensino, pesquisa, extensão e intercâmbio internacional	0,80	1,75
S5: Cursos alinhados com as atividades econômicas e demandas sociais regionais	0,75	1,5
S6: Infraestrutura adequada às ofertas dos câmpus implantados	0,65	1,25
S7: Quadro de servidores capacitado e com alto índice de titulação	0,6	1
S8: Institucionalização do ensino a distância	0,55	0,75
S9: Gestão participativa e escolha democrática de gestores e representantes dos segmentos nos órgãos colegiados	0,5	0,5
S10: Ensino público, gratuito e de qualidade	0,45	0,25

Quadro 6.2 - Fraquezas do IFSC conforme Matriz SWOT global

Fraquezas	Relevância	Impacto na Visão
W1: Altos índices de evasão e retenção escolar	1	- 3
W2: Desequilíbrio nos quadros de servidores técnico-administrativos dos câmpus e falta de dimensionamento de pessoal baseada em processos	0,90	- 2,25
W3: Processo de ingresso complexo, pouco acessível a alguns dos públicos da EPT e com eficiência questionável para alguns tipos de curso, como FIC e Graduação	0,85	- 2
W4: Infraestrutura e serviços de suporte ao aluno ainda insuficientes quanto à alimentação escolar e à acessibilidade	0,80	- 1,75
W5: Gestão estratégica baseada em indicadores ainda incipiente e pouca articulação entre os processos de planejamento e a avaliação do desempenho	0,75	- 1,5
W6: Infraestrutura física insuficiente para consolidação dos câmpus ainda em implantação e para ampliação da oferta de	0,65	- 1,25

cursos e vagas nos câmpus implantados		
W7: Relacionamento com egressos ainda incipiente	0,6	- 1
W8: Carências infraestruturais, regulatórias e de pessoal para consolidação e ampliação de ofertas de EaD	0,55	- 0,75
W9: Falta de identificação e de atendimento às demandas no ensino, na pesquisa e na extensão alinhados aos cenários futuros	0,5	- 0,5
W10: Pouca articulação entre ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno	0,45	- 0,25

Quadro 6.3 - Oportunidades para o IFSC conforme Matriz SWOT global

Oportunidades	Relevância	Impacto na Visão
O1: Espaço para mais parcerias com órgãos governamentais e com instituições públicas e privadas	1	3
O2: Novas profissões e competências decorrentes do desenvolvimento tecnológico do mundo	0,90	2,25
O3: Existência ou previsão de criação de centros/polos de inovação tecnológica no município do câmpus	0,85	2
O4: Vocação econômica regional demandante de cursos e projetos nas áreas de atuação do câmpus	0,80	1,75
O5: Existência de editais de fomento externo	0,75	1,5
O6: Perfil do estudante contemporâneo da era digital	0,65	1,25
O7: Demandas socioculturais a serem atendidas por projetos de extensão, inovação e transferência de tecnologia	0,6	1
O8: Contextos demográficos e socioeducacionais regionais favoráveis à ampliação da oferta de cursos e vagas	0,55	0,75
O9: Alta demanda por Ensino a Distância e possibilidade de 20% de EaD nos cursos presenciais	0,5	0,5
O10: Metas do PNE[1] para curricularização da extensão, ampliação da educação profissional de nível médio, EJA[2],	0,45	0,25

[1] Plano Nacional de Educação
[2] Educação de Jovens e Adultos

formação de professores, EaD[3] e educação bilíngue (Libras-Português)		

Quadro 6.4 - Ameaças ao IFSC conforme Matriz SWOT global

Ameaças	Relevância	Impacto na Visão
T1: Evolução orçamentária incerta e desproporcional ao crescimento do número de alunos e demandas de desenvolvimento e manutenção da infraestrutura	1	- 3
T2: Carência de transporte público e problemas de mobilidade urbana	0,90	- 2,25
T3: Desqualificação da imagem do serviço público e desvalorização da carreira do servidor público	0,85	- 2
T4: Crescimento da oferta de educação a distância por instituições particulares	0,80	- 1,75
T5: IFSC ainda não consolidado como referência para todos os seus públicos estratégicos	0,75	- 1,5
T6: Falta de implementação das políticas públicas para o atendimento de pessoas com deficiência	0,65	- 1,25
T7: Contexto político-econômico nacional incerto quanto às políticas públicas para a EPT[4] gratuita, de qualidade, democrática e pedagogicamente autônoma	0,6	- 1
T8: Deficiências na formação básica e priorização do trabalho em relação aos estudos	0,55	- 0,75
T9: Falta de valorização da formação profissional pela sociedade	0,5	- 0,5
T10: Cenários econômicos regionais desfavoráveis à inserção profissional e ao desenvolvimento tecnológico	0,45	- 0,25

Identificados os 40 fatores ambientais mais representativos para o contexto institucional, o grupo de diretores e pró-reitores da Reitoria passou à etapa de análise estratégica por meio da Matriz SWOT Cruzada.

O método de uso dessa ferramenta parte da definição de pesos para cada cruzamento entre fatores externos e internos, conforme a intensidade de seu correlacionamento. A Figura 6.3 apresenta a Matriz SWOT Cruzada do IFSC, em que

[3] Educação a distância
[4] Educação Profissional e Tecnológica

uma escala de cores representa a relevância de cada cruzamento. A pontuação em cada célula do quadro é a multiplicação de três números: os níveis de impacto na visão do par de fatores cruzados e a intensidade da sua correlação.

Na sequência, a análise estratégica se desenvolve pela observação dos cruzamentos mais relevantes entre fatores internos e externos em cada quadrante, para os quais são discutidas e elencadas propostas de como a instituição pode:

- Usar suas forças para aproveitar as oportunidades (quadrante forças x oportunidades);
- Usar suas forças para se proteger das ameaças (quadrante forças x ameaças);
- Minimizar suas fraquezas para aproveitar as oportunidades ou aproveitar as oportunidades para minimizar as fraquezas (quadrante fraquezas x oportunidades);
- Mitigar suas fraquezas para minimizar o impacto das ameaças (quadrante fraquezas x ameaças).

Figura 6.3 - Matriz SWOT Cruzada do IFSC

		Forças ou Potencialidades (S)										Fraquezas (W)									
	Análise Estratégica SO: aproveitar as potencialidades nas oportunidades que surgirem ST: utilizar as potencialidades para minimizar as ameaças WO: melhorar as fraquezas para aproveitar as oportunidades ou aproveitar as oportunidades para melhorar as fraquezas WT: eliminar as fraquezas para minimizar as ameaças	Política e programas internos de assistência estudantil bem estruturados	Boa visibilidade e imagem positiva do IFSC junto às comunidades atendidas	Oferta de cursos em áreas, formas, tipos e níveis diversificada e organizada em itinerários formativos verticalizados	Incentivo à participação dos alunos em projetos de ensino, pesquisa, extensão e intercâmbio internacional	Cursos alinhados com as atividades econômicas e demandas sociais regionais	Infraestrutura adequada às ofertas dos câmpus implantados	Quadro de servidores capacitado e com alto índice de titulação	Institucionalização do ensino a distância	Gestão participativa e escolha democrática de gestores e representantes dos segmentos nos órgãos colegiados	Ensino público, gratuito e de qualidade	Altos índices de evasão e retenção escolar	Desequilíbrio nos quadros de servidores técnico-administrativos dos câmpus e falta dimensionamento de pessoal baseada em processos	Processo de ingresso complexo, pouco acessível a alguns dos públicos da EPT e com eficiência questionável para alguns tipos de curso, como FIC e Graduação	Infraestrutura e serviços de suporte ao aluno ainda insuficientes quanto à alimentação escolar e à acessibilidade.	Gestão estratégica baseada em indicadores ainda incipiente e pouca articulação entre os processos de planejamento e a avaliação do desempenho	Infraestrutura física insuficiente para consolidação dos câmpus ainda em implantação e para ampliação da oferta de cursos e vagas nos câmpus implantados	Relacionamento com egressos ainda incipiente	Carências infraestruturais, regulatórias e de pessoal para consolidação e ampliação de ofertas de EaD	Falta de identificação e de atendimento às demandas no ensino, na pesquisa e na extensão alinhados aos cenários futuros	Pouca articulação entre ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno
Oportunidades (O)	Espaço para mais parcerias com órgãos governamentais e com instituições públicas e privadas	9,0	20,3	12,0	20,3	9,0	4,5	9,0	9,0	0,0	2,3	18,0	6,8	20,3	12,0	4,5	9,0	6,0	6,8	4,5	1,5
	Novas profissões e competências decorrentes do desenvolvimento tecnológico do mundo	6,8	5,1	13,5	15,2	6,8	6,8	10,1	6,8	1,1	1,7	20,3	10,1	15,2	4,5	6,8	10,1	2,3	1,7	3,4	0,6
	Existência ou previsão de criação de centros/polos de inovação tecnológica no município do câmpus	6,8	10,1	13,5	15,2	10,1	10,1	6,8	3,4	1,1	1,7	6,8	5,1	5,1	4,5	3,4	6,8	2,3	1,7	3,4	1,1
	Vocação econômica regional demandante de cursos e projetos nas áreas de atuação do câmpus	6,0	13,5	12,0	13,5	9,0	9,0	6,0	3,0	1,0	1,0	18,0	4,5	13,5	8,0	3,0	9,0	4,0	3,0	3,0	1,0
	Existência de editais de fomento externo	9,0	3,4	9,0	10,1	2,3	2,3	4,5	2,3	0,0	0,8	4,5	3,4	3,4	3,0	0,0	2,3	1,5	1,1	0,8	0,8
	Perfil do estudante contemporâneo da era digital	9,0	10,1	6,0	10,1	2,3	4,5	6,8	6,8	0,0	1,1	13,5	3,4	10,1	6,0	0,0	4,5	0,0	2,3	2,3	0,8
	Demandas sócio-culturais a serem atendidas por projetos de extensão, inovação e transferência de tecnologia	3,0	6,8	6,0	6,8	3,0	1,5	3,0	1,5	1,0	0,3	6,0	6,8	4,5	4,0	3,0	3,0	0,0	1,5	1,5	0,8
	Contextos demográficos e sócio-educacionais regionais favoráveis à ampliação da oferta de cursos e vagas	4,5	5,1	4,5	3,4	3,4	3,4	3,4	2,3	0,8	0,6	6,8	5,1	1,7	3,0	2,3	3,4	0,0	1,7	1,1	0,4
	Alta demanda por Ensino a Distância e possibilidade de 20% de EaD nos cursos presenciais	1,5	2,3	3,0	0,0	0,8	0,8	1,5	2,3	0,3	0,3	3,0	3,4	3,4	2,0	1,5	1,5	0,0	1,1	0,3	0,3
	Metas do PNE para curricularização da extensão, ampliação da educação profissional de nível médio, EJA, formação de professores, EaD e educação bilíngue (Libras-Português)	1,5	0,6	1,5	0,6	0,4	1,1	0,4	0,0	0,3	0,2	2,3	1,1	1,7	1,0	0,8	1,1	0,0	0,0	0,3	0,2
Ameaças (T)	Evolução orçamentária incerta e desproporcional ao crescimento do número de alunos e demandas de desenvolvimento e manutenção da infraestrutura	27,0	13,5	18,0	20,3	4,5	13,5	4,5	9,0	0,0	2,3	18,0	13,5	6,8	18,0	0,0	13,5	0,0	4,5	3,0	0,8
	Carência de transporte público e problemas de mobilidade urbana	20,3	15,2	4,5	15,2	6,8	10,1	3,4	0,0	0,0	1,7	20,3	5,1	5,1	9,0	0,0	10,1	0,0	0,0	0,0	0,0
	Desqualificação da imagem do serviço público e desvalorização da carreira do servidor público	6,8	15,2	4,5	5,1	0,0	3,4	10,1	6,8	3,4	1,7	6,8	15,2	5,1	9,0	6,8	6,8	2,3	5,1	0,0	0,0
	Crescimento da oferta de educação a distância por instituições particulares	12,0	13,5	12,0	13,5	9,0	9,0	9,0	9,0	0,0	1,5	18,0	9,0	13,5	12,0	6,0	9,0	2,0	4,5	2,0	1,0
	IFSC ainda não consolidado como referência para todos os seus públicos estratégicos	13,5	10,1	9,0	6,8	4,5	6,8	4,5	6,8	1,5	1,1	13,5	6,8	10,1	9,0	4,5	6,8	4,5	3,4	2,3	1,1
	Falta de implementação das políticas públicas para o atendimento de pessoas com deficiência	13,5	10,1	3,0	6,8	0,0	6,8	4,5	2,3	0,8	1,1	13,5	3,4	6,8	9,0	0,0	6,8	1,5	0,0	0,0	0,4
	Contexto político-econômico nacional incerto quanto às políticas públicas para a EPT gratuita, de qualidade, democrática e pedagogicamente autônoma.	9,0	6,8	6,0	4,5	3,0	4,5	3,0	4,5	0,5	0,8	6,0	6,8	2,3	4,0	0,0	4,5	0,0	1,5	1,5	0,3
	Deficiências na formação básica e priorização do trabalho em relação aos estudos	6,8	0,0	3,0	5,1	1,1	0,0	0,0	2,3	0,0	0,6	6,8	0,0	1,7	4,5	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,4
	Falta de valorização da formação profissional pela sociedade	1,5	3,4	3,0	3,4	2,3	2,3	1,5	1,5	0,0	0,4	4,5	0,0	3,4	2,0	0,8	1,5	1,0	0,4	0,8	0,4
	Cenários econômicos regionais desfavoráveis à inserção profissional e ao desenvolvimento tecnológico	0,0	1,7	1,5	0,6	1,1	1,1	0,4	1,1	0,1	0,1	2,3	0,6	1,7	1,0	1,1	1,1	0,5	0,4	0,4	0,2

6.4 FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Conforme destacado pela metodologia do Balanced Scorecard, a organização das perspectivas no mapa estratégico é crucial para uma compreensão abrangente da instituição e é fundamental para a criação de um sistema de avaliação de desempenho estratégico equilibrado.

No contexto deste novo ciclo de planejamento e devido à nova composição de objetivos, optou-se por ajustar apenas uma das perspectivas já estabelecidas no PDI 2020-2024 para o período estratégico de 2025 a 2029:

- **Alunos e Sociedade**: preocupa-se em medir o quanto as escolhas estratégicas da instituição estão contribuindo para atender a seus alunos e beneficiar a sociedade como um todo.
- **Processos Internos**: nesta perspectiva são estabelecidos objetivos voltados à melhoria dos processos existentes e à implantação de processos inovadores que promovam o alcance dos objetivos da perspetiva Alunos e Sociedade.
- **Pessoas e Orçamento**: representa as bases que a instituição deve desenvolver para gerar crescimento e melhoria a longo prazo, analisando e desenvolvendo tanto o seu orçamento quanto seus capitais humano e organizacional de modo a facilitar os alcances dos objetivos da perspectiva dos Processos Internos.

Compreendidos como a decomposição da visão de futuro, os objetivos estratégicos foram formulados de forma participativa no evento Planeja IFSC e, posteriormente, discutidos com as áreas técnicas, com base:

- Na identidade institucional;
- Nas sinergias identificadas na Matriz SWOT do IFSC;
- No Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Nos objetivos estratégicos e na matriz SWOT do período estratégico 2024 - 2028 do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

Quadro 6.5 - Relação dos Objetivos Estratégicos com a Matriz SWOT

Objetivo Estratégico	Relação com a Matriz SWOT
A1: Consolidar as diferentes áreas da política institucional de Assistência Estudantil	S1-T1; S1-T2; S1-T7; W1-T1; W1-T2; W1-T7; W4-T1
A2: Fortalecer imagem de instituição de educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de qualidade	S2-O3; S2-O4; S2-O7; S2-T3; S2-T5; S2-T9; S2-T10; S7-T3; S8-O9; S8-T4; W6-T1; W9-O2; W9-O4; W9-T5
A3: Fortalecer a Pesquisa e a Inovação em articulação com as demandas da sociedade	S2-03; S3-O4; S2-T1; S4-O3; S4-O4; S4-T1; S5-O3; S6-O3

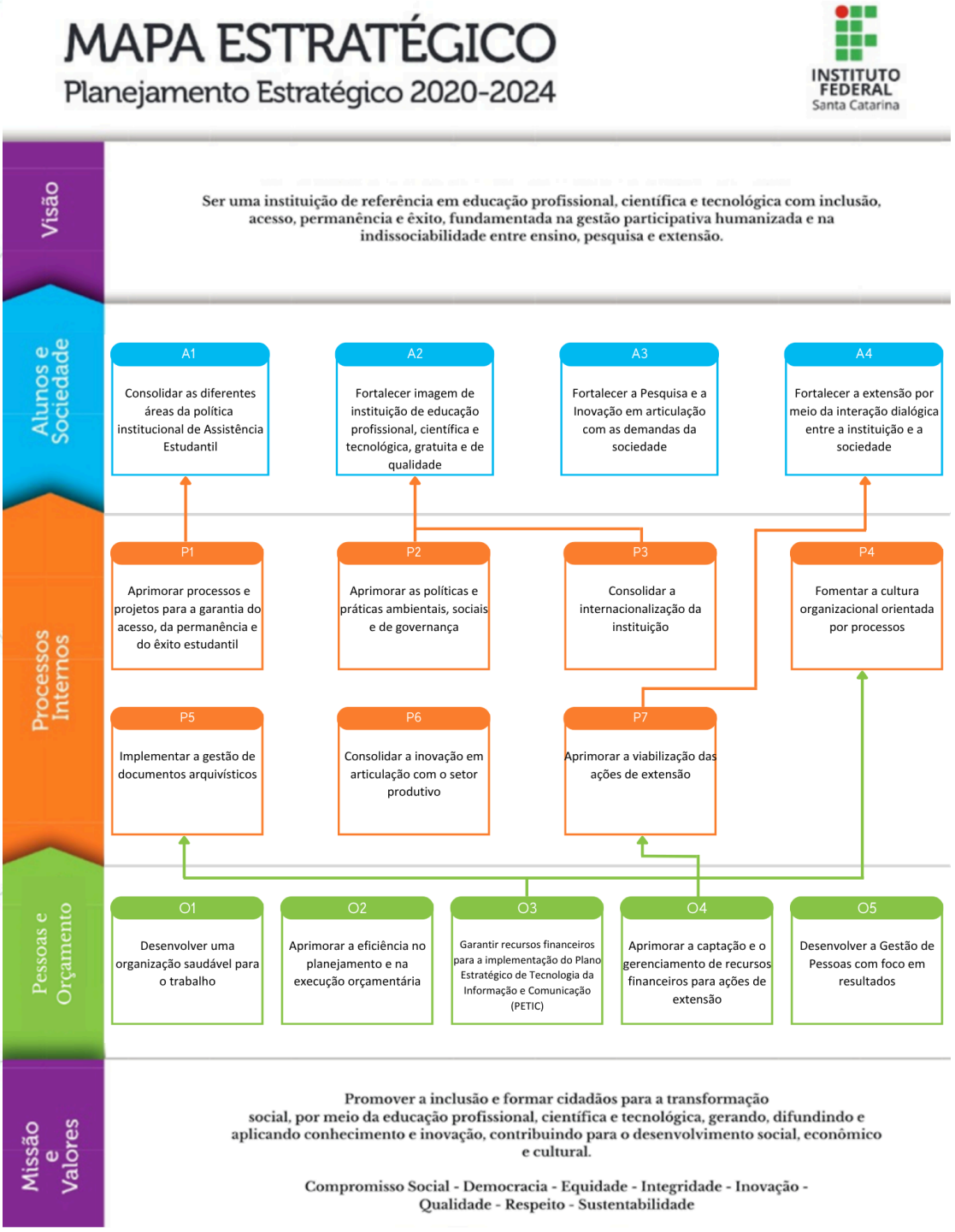
	S6-T1; W6-T1
A4: Fortalecer a extensão por meio da interação dialógica entre a instituição e a sociedade	S2-O1; S4-O5; S2-T2; S4-O7; S4-O10; S4-T2; S2-W9 S4-W10
P1: Aprimorar processos e projetos para a garantia do acesso, da permanência e do êxito estudantil	S1-T1; S1-T2; S1-T6
P2: Aprimorar as políticas e práticas ambientais, sociais e de governança	S1-T5; S1-T6
P3: Consolidar a internacionalização da instituição	S2-O6; S2-T1; S2-T5; S4-O6; S4-T1
P4: Fomentar a cultura organizacional orientada por processos	S7-T3; W5-T3
P5: Implementar a gestão de documentos arquivísticos	S7-T3; W5-T3
P6: Consolidar a inovação em articulação com o setor produtivo	O1-S2; O3-S7
P7: Aprimorar a viabilização das ações de extensão	S2-O1; S4-O5; S4-O7; W9-T2
O1: Desenvolver uma organização saudável para o trabalho	S2-T1; S2-T3; S7-T3; W2-T1; W2-T3; W5-T3; W6-T1; W6-T3;
O2: Aprimorar a eficiência no planejamento e na execução orçamentária	S7-T3; W2-T1; W2-T3; W5-T5
O3: Garantir recursos financeiros para a implementação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC)	S6-T1; W4-T1; W6-T1;
O4: Aprimorar a captação e o gerenciamento de recursos financeiros para ações de extensão	S2-O1; S2-O4; S2-T1; S2-T5; S4-O1; S4-O4; S4-O5; S4-T1; S5-O1; W1-T1; W1-O4; W1-T1; W1-T5; W7-O1; W9-O1; W10-O1
O5: Desenvolver a Gestão de Pessoas com foco em resultados	S7-T3

6.5 MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico do IFSC, apresentado na Figura 6.4, sintetiza o resultado do desenvolvimento da estratégia da instituição para o período 2025-2029. Ele é a representação visual da estratégia, organizando os 16 objetivos estratégicos institucionais em cada perspectiva e ilustrando as relações de causa e efeito entre eles. Além disso, integra as declarações da missão e visão da instituição, juntamente com seus valores. Dessa forma, o mapa conecta todos os principais elementos da estratégia,

comunicando de maneira clara à comunidade o que deve ser alcançado para que a visão de futuro se realize, dentro dos limites dados pelos valores e em conformidade com a missão.

Figura 6.4 - Mapa Estratégico do IFSC



6.6 OBJETIVOS, INDICADORES, INICIATIVAS E RISCOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos são os principais direcionadores de alto nível que estabelecem as principais diretrizes direcionadoras para alcançar a visão institucional e criar valor social. Esses objetivos são formulados considerando o ambiente interno e externo da organização, bem como suas capacidades e recursos disponíveis. Eles geralmente são amplos, abrangentes e têm um horizonte temporal de médio a longo prazo, orientando a tomada de decisões e alocação de recursos em todos os níveis da organização. No IFSC, cada objetivo tem um responsável designado por estabelecer as diretrizes das ações, nos câmpus e na reitoria, para o alcance das metas estratégicas.

Indicadores são métricas estabelecidas como forma de se avaliar em que medida uma atividade está ocorrendo ou produzindo os resultados esperados. Portanto, a cada indicador deve corresponder uma única meta, quantificável e com prazo determinado.

Ainda que o direcionamento estratégico dado pelos objetivos também tenha um papel motivacional e subjetivo, o potencial do planejamento estratégico só é alcançado se houver acompanhamento e avaliação calcadas em medição de resultados. Portanto, cada objetivo estratégico precisa de, pelo menos, um indicador e uma meta associada, como referência para avaliação do desempenho da instituição em persegui-lo. Aplicados ao planejamento estratégico, os indicadores compõem um sistema equilibrado de mensuração (tradução livre de Balanced Scorecard) do desempenho da estratégia entre as diferentes perspectivas. Dada a relação de causa e consequência entre objetivos de diferentes perspectivas, esse sistema proporciona a percepção antecipada do que tende a provocar um desempenho indesejável na perspectiva acima, o que dá ao gestor a condição de agir preventivamente, nos objetivos da perspectiva considerada.

Conceitualmente, as iniciativas estratégicas correspondem a projetos, programas e ações planejadas para atingir os objetivos estratégicos, visando construir o alinhamento de todas as unidades à estratégia institucional. No IFSC, as Iniciativas são o elo entre o Planejamento Estratégico e os Planos Anuais de Trabalho (PAT), inspirando toda a instituição na construção de projetos com potencial estratégico, constituindo o ponto de partida para a definição das prioridades anuais da instituição como um todo e de todas as suas Unidades Gestoras Responsáveis.

Quadro 6.6 - Iniciativas Estratégicas

Objetivo Estratégico	Iniciativas Estratégicas
P1: Aprimorar processos e projetos para a garantia do acesso, da permanência e do êxito estudantil	**P101**: Aperfeiçoar o acompanhamento e monitoramento de estudantes matriculados
	P102: Aprimorar os processos de ensino-aprendizagem e administrativos para atendimento integral dos estudantes
P2: Aprimorar as políticas e práticas ambientais,	**P201**: Aprimorar estratégias de sustentabilidade ambiental

sociais e de governança	**P202**: Consolidar políticas que promovam a diversidade em todos os níveis da organização
	P203: Fomentar a cultura de tomada de decisão baseada em dados
P3: Consolidar a internacionalização da instituição	**P301**: Implementar Política de internacionalização
	P302: Mapear os processos que envolvam as atividades de internacionalização
	P303: Aumentar a visibilidade internacional do IFSC
	P304: Expandir as ações de internacionalização para os Câmpus
P4: Fomentar a cultura organizacional orientada por processos	**P401**: Reorganizar e simplificar o repositório e a apresentação dos processos
	P402: Capacitar e divulgar para os servidores de Câmpus e da Reitoria sobre a gestão por processos
	P403: Ampliar o número de processos mapeados
P5: Implementar a gestão de documentos arquivísticos	**P501**: Analisar a produção de documentos arquivísticos
	P502: Definir o espaço físico do arquivo central
	P503: Padronizar a denominação dos tipos de processos administrativos
	P504: Organizar e digitalizar os conjuntos documentais do acervo acadêmico
P6: Consolidar a Inovação em articulação com o setor produtivo	**P601**: Cumprir o Plano de Ação da Unidade Embrapii IFSC
	P602: Realizar ações para promoção de projetos PD&I ou prestação de serviços tecnológicos especializados que contribuam com a inovação com o setor produtivo
	P603: Capacitar servidores visando a prospecção, elaboração e desenvolvimento de projetos PD&I ou prestação de serviços tecnológicos especializados
P7: Aprimorar a viabilização das ações de extensão	**P701:** Finalizar o processo de curricularização nos câmpus e acompanhar as ações de extensão oriundas deste processo.
	P702: Promover parcerias para aumentar o alcance das ações de extensão.
	P703: Otimizar os processos administrativos e regulatórios para garantir a qualidade das ações de

	extensão.
O1: Desenvolver uma organização saudável para o trabalho	**O101**: Fortalecer a atuação das CISSPs
	O102: Fomentar e monitorar programas e ações de QVT com base nas premissas da política de Qualidade de Vida no Trabalho
O2: Aprimorar a eficiência no planejamento e na execução orçamentária	**O201**: Construir o planejamento orçamentário no primeiro semestre do ano que antecede sua execução
	O202: Executar o orçamento assegurando o cumprimento do planejamento estratégico institucional
	O203: Construir cronograma de execução orçamentária no primeiro trimestre do ano corrente
O3: Garantir recursos financeiros para a implementação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC)	**O301**: Renovar a Infraestrutura Computacional dos Câmpus
	O302: Implementar ações de retenção e capacitação de servidores de TIC
	O303: Manter e expandir a infraestrutura de segurança e rede de dados
	O304: Desenvolver projetos sistêmicos para captação de recursos para ações específicas da rede
O4: Aprimorar a captação e o gerenciamento de recursos financeiros para ações de extensão	**O401:** Garantir recursos financeiros para o fomento das ações de extensão
	O402: Capacitar os servidores para captação de recursos externos
	O403: Prospectar e publicizar editais de fomento externo à extensão
O5: Desenvolver a Gestão de Pessoas com foco em resultados	**O501:** Promover ações de desenvolvimento para atualização profissional dos servidores
	O502: Implantar Programa de Formação de Gestores
	O503: Promover ações de sensibilização quanto à Avaliação de Desempenho
	O504: Elaborar um modelo de dimensionamento da força de trabalho baseado em critérios técnicos.

No processo de acompanhamento e avaliação do PEI, cada Objetivo Estratégico terá um responsável por fomentar e acompanhar seu desenvolvimento, alinhar

estrategicamente a instituição e medir e disseminar as informações referentes aos seus indicadores.

Esse papel de Gestor do Objetivo Estratégico será desempenhado pelo titular da área especialista no tema, conforme apresentado no Quadro 6.7, visando fortalecer a capilaridade do planejamento estratégico pelas unidades organizacionais. Nesse contexto, os responsáveis pelo indicador devem apresentar os resultados, comentar tendências e propor um "plano de ação", que serão discutidos nas pautas dos órgãos colegiados e fóruns setoriais.

Esses "planos de ação", por sua vez, propõem a implementação das iniciativas estratégicas por meio de projetos no PAT, tendo como finalidade promover ampla compreensão aos servidores e gestores dos câmpus, sobre quais ações são necessárias e prioritárias para alcançar os objetivos estratégicos. Além disso, promovem ações de tratamento dos riscos que possam prejudicar o alcance dos objetivos estratégicos. É por meio dos "planos de ação" que os Gestores dos Objetivos Estratégicos poderão propor e pactuar com os câmpus e demais pró-reitorias o desdobramento das metas estratégicas "globais" apresentadas no Capítulo 6 em "metas locais" anuais. Dessa forma, anualmente, a instituição construirá um portfólio de projetos com potencial estratégico.

Quadro 6.7 - Gestores dos Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico	Gestor Responsável
A1: Consolidar as diferentes áreas da política institucional de Assistência Estudantil	Pró-Reitor de Ensino
A2: Fortalecer imagem de instituição de educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de qualidade	Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas
A3: Fortalecer a Pesquisa e a Inovação em articulação com as demandas da sociedade	Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
A4: Fortalecer a extensão por meio da interação dialógica entre a instituição e a sociedade	Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas
P1: Aprimorar processos e projetos para a garantia do acesso, da permanência e do êxito estudantil	Diretor de Assuntos Estudantis
P2: Aprimorar as políticas e práticas ambientais, sociais e de governança	Diretor Executivo
P3: Consolidar a internacionalização da instituição	Assessor de Relações Externas e Assuntos Internacionais
P4: Fomentar a cultura organizacional orientada por processos	Diretor de Gestão do Conhecimento
P5: Implementar a gestão de documentos arquivísticos	Diretor de Gestão do Conhecimento
P6: Consolidar a Inovação em articulação com o setor produtivo	Diretor do Polo de Inovação
P7: Aprimorar a viabilização das ações de extensão	Diretor de Extensão

O1: Desenvolver uma organização saudável para o trabalho	Diretor de Gestão de Pessoas
O2: Aprimorar a eficiência no planejamento e na execução orçamentária	Diretor de Administração
O3: Garantir recursos financeiros para a implementação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC)	Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
O4: Aprimorar a captação e o gerenciamento de recursos financeiros para ações de extensão	Diretor de Extensão
O5: Desenvolver a Gestão de Pessoas com foco em resultados	Diretor de Gestão de Pessoas

Por fim, os riscos associados aos objetivos de um planejamento estratégico são elementos potenciais que podem impedir ou prejudicar o seu alcance. Eles podem surgir de várias fontes, incluindo mudanças no ambiente externo, falhas internas nos processos ou recursos insuficientes. Identificar, avaliar e responder a esses riscos é crucial para o sucesso do plano estratégico. Será elaborado um painel online disponibilizado no site do IFSC, que apresentará os riscos associados a cada objetivo, juntamente com seus planos de controle correspondentes. Isso não apenas permite uma visualização clara dos potenciais obstáculos, mas também facilita a implementação de medidas preventivas e corretivas para lidar com eles de maneira eficaz.

Quadro 6.8 - Competências Estratégicas Críticas para a Implementação das Iniciativas Estratégicas

Iniciativas Estratégicas	Competências Estratégicas Críticas
P101: Aperfeiçoar o acompanhamento e monitoramento de estudantes matriculados	Gestão de dados acadêmicos, análise preditiva de retenção e evasão, suporte psicopedagógico
P102: Aprimorar os processos de ensino-aprendizagem e administrativos para atendimento integral dos estudantes	Inovação pedagógica, integração de serviços administrativos, tecnologias educacionais
P201: Aprimorar estratégias de sustentabilidade ambiental.	Gestão ambiental, planejamento sustentável, práticas ecoeficientes
P202: Consolidar políticas que promovam a diversidade em todos os níveis da organização	Políticas de inclusão, gestão de diversidade, capacitação em equidade
P203: Fomentar a cultura de tomada de decisão baseada em dados	Análise de dados, governança de dados, habilidades analíticas
P301: Implementar Política de internacionalização	Planejamento estratégico internacional, parcerias internacionais, desenvolvimento de redes de cooperação
P302: Mapear os processos que envolvam as atividades de internacionalização	Mapeamento e otimização de processos, gestão de projetos internacionais
P303: Aumentar a visibilidade internacional do IFSC	Marketing educacional, comunicação institucional global, parcerias estratégicas internacionais

P304: Expandir as ações de internacionalização para os Câmpus	Integração regional-internacional, capacitação docente, TAE e discente para internacionalização
P401: Reorganizar e simplificar o repositório e a apresentação dos processos	Gestão de processos, automação e simplificação administrativa, arquitetura da informação
P402: Capacitar e divulgar para os servidores de Câmpus e da Reitoria sobre a gestão por processos	Gestão por processos, capacitação continuada, comunicação interna eficaz
P403: Ampliar o número de processos mapeados	Gestão de processos, mapeamento e automação de fluxos de trabalho
P501: Analisar a produção de documentos arquivísticos	Gestão documental, políticas arquivísticas, normatização de processos documentais
P502: Definir o espaço físico do arquivo central	Gestão de acervos e infraestrutura documental
P503: Padronizar a denominação dos tipos de processos administrativos	Padronização administrativa e gestão da informação
P504: Organizar e digitalizar os conjuntos documentais do acervo acadêmico	Digitalização e automação documental, preservação digital, gestão da informação acadêmica
P601: Cumprir o Plano de Ação da Unidade Embrapii IFSC	Gestão de Projetos e Planejamento Estratégico, Habilidade em Articulação e Parcerias e Conhecimento Técnico-Científico em Áreas de Atuação da Embrapii
P602: Realizar ações para promoção de projetos PD&I ou prestação de serviços tecnológicos especializados que contribuam com a inovação com o setor produtivo	Gestão de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, Capacidade de Relacionamento com o Setor Produtivo e Conhecimento em Captação de Recursos e Fomentos
P603: Capacitar servidores visando a prospecção, elaboração e desenvolvimento de projetos PD&I ou prestação de serviços tecnológicos especializados	Planejamento e Gestão de Programas de Capacitação, Conhecimento Técnico-Científico e Normativo em PD&I e Habilidade em Comunicação e Engajamento Interno
P701: Finalizar o processo de curricularização nos câmpus e acompanhar as ações de extensão oriundas deste processo.	Gestão por processos, capacitação continuada, comunicação interna eficaz
P702: Promover parcerias para aumentar o alcance das ações de extensão.	Habilidade em articulação e parcerias, mapeamento, planejamento financeiro e desenvolvimento de redes de cooperação
P703: Otimizar os processos administrativos e regulatórios para garantir a qualidade das ações de extensão.	Política e diretrizes da extensão, Comunicação interna eficaz, Gestão eficiente de processos, Tecnologias para automação e monitoramento, Gestão colaborativa, Melhorias no sistema acadêmico da extensão
O101: Fortalecer a atuação das CISSPs	Governança de comitês, comunicação interna, suporte às políticas institucionais
O102: Fomentar e monitorar programas e ações de	Gestão de pessoas, qualidade de vida no trabalho

QVT com base nas premissas da política de Qualidade de Vida no Trabalho	(QVT), programas de bem-estar
O201: Construir o planejamento orçamentário no primeiro semestre do ano que antecede sua execução	Planejamento financeiro, orçamento participativo, gestão orçamentária
O202: Executar o orçamento assegurando o cumprimento do planejamento estratégico institucional	Execução orçamentária, alinhamento estratégico, controle de recursos
O203: Construir cronograma de execução orçamentária no primeiro trimestre do ano corrente	Planejamento financeiro e monitoramento orçamentário
O301: Renovar a Infraestrutura Computacional dos Câmpus	Gestão de infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI), inovação tecnológica, manutenção e suporte de TI
O302: Implementar ações de retenção e capacitação de servidores de TIC	Desenvolvimento profissional, políticas de retenção, capacitação em tecnologia da informação
O303: Manter e expandir a infraestrutura de segurança e rede de dados	Segurança cibernética e infraestrutura de rede, gestão de TI
O304: Desenvolver projetos sistêmicos para captação recursos para ações específicas da rede	Captação de recursos, desenvolvimento de projetos e gestão de parcerias externas
O401: Garantir recursos financeiros para o fomento das ações de extensão	Planejamento orçamentário, Planejamento estratégico, Planejamento financeiro
O402: Capacitar os servidores para captação de recursos externos	Gestão de projetos, capacitação em captação de recursos, elaboração de propostas de fomento
O403: Prospectar e publicizar editais de fomento externo à extensão	Prospecção de recursos, comunicação de oportunidades, gestão de parcerias
O501: Promover ações de desenvolvimento para atualização profissional dos servidores	Gestão de pessoas e planejamento de Programas de Capacitação
O502: Implantar Programa de Formação de Gestores	Liderança e desenvolvimento de talentos, gestão estratégica e avaliação de desempenho.
O503: Promover ações de sensibilização quanto à Avaliação de Desempenho	Comunicação, gestão de mudanças e mediação de conflitos
O504: Elaborar um modelo de dimensionamento da força de trabalho baseado em critérios técnicos.	Planejamento organizacional, análise de dados e tomada de decisão e gestão colaborativa

Para garantir uma gestão eficiente e integrada, é fundamental acompanhar de forma contínua o desempenho das metas estabelecidas pela instituição. Nesse sentido, o Painel de Indicadores Estratégicos foi desenvolvido com o objetivo de monitorar as metas compartilhadas entre os câmpus, proporcionando uma visão clara e atualizada do

progresso em relação aos objetivos estratégicos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O painel oferece uma interface interativa que facilita a visualização dos principais indicadores institucionais, possibilitando que os gestores acompanhem os resultados em tempo real, promovam ajustes quando necessário e tomem decisões embasadas em dados. Essa ferramenta reforça o compromisso da instituição com a transparência e o alinhamento entre todas as suas unidades.

Para acessar o painel e acompanhar o progresso no alcance dos objetivos estratégicos do IFSC, clique no link a seguir: **Painel de Indicadores Estratégicos**

Quadro 6.8 - Detalhamento da estratégia do IFSC

Objetivo Estratégico:	**A1: Consolidar as diferentes áreas da política institucional de Assistência Estudantil**		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Insuficiência de recursos orçamentários para a implementação dos programas de Assistência Estudantil	Possível	Grande
	Falta de mapeamento dos processos de trabalhos referente aos programas de Assistência Estudantil	Baixa	Moderado
	Carência de servidores e infraestrutura necessária para a implementação dos programas de Assistência Estudantil	Possível	Grande
Indicador (1)			
Indicador:	**A1.1**: Percentual de evasão dos alunos que recebem auxílios financeiros no âmbito do sistema PAEVs		
Descrição do Indicador			
Este indicador mede a taxa de evasão dos estudantes beneficiados por auxílios financeiros no âmbito do sistema PAEVs. Atualmente, o programa oferece oito tipos de auxílios: Permanência, Moradia, Eventos, Compulsório Cad Ùnico, Compulsório PROEJA, Compulsório Públicos Estratégicos, Emergencial, Ingressante Cotista Renda Inferior.			
Primeira Medição:	9,47%	**Polaridade:**	Quanto menor melhor
Meta 2025	9%	**Agregação Mínima:**	Curso
Meta 2026	8,5%	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2027	8%	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	7,5%	**Área responsável**	CGAE/DAE
Meta 2029	7%	**Fonte de dados:**	Sistema PAEVS
Modelo Matemático:			
PEAX = MC/TM			
Variáveis			
PEAX: Percentual de alunos evadidos que recebem auxílios financeiros do sistema PAEVs MC: Matrícula cancelada TM: Total de Matrícula			

Fonte de dados:	Sistema Paevs
Indicador (2)	
Indicador:	A1.2: Índice Geral de Consolidação do PSAE no IFSC
Descrição do Indicador	
Este índice que mede diferentes indicadores referentes ao Programa de Segurança Alimentar do Estudante do IFSC	

Primeira Medição 2024:	44,23	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	50	**Agregação Mínima:**	Campus
Meta 2026	55	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2027	60	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	70	**Área responsável**	CGAE/DAE
Meta 2029	80	**Fonte de dados:**	Plataforma POCM

Modelo Matemático:
IGP =Σ(I1*1,5+I2*1,5+I3*1,5+I4*1,5+I5*1+I6*1+I7*1+I8*1)/10
Variáveis
IGP = Índice Geral de Consolidação do PSAE no IFSC I1 = Percentual de execução do PSAE no ano de 2023 com recurso da Ação 2994 da Assistência Estudantil I2 = Percentual de execução do PSAE no ano de 2023 com recurso do PNAE/FNDE I3 = Percentual de execução do PSAE no ano de 2023 com outras fontes I4 = Percentual de aumento da dotação orçamentária geral do PSAE (2994+FNDE+Outras) em relação ao ano anterior I5 = Aquisição de refeitório, cantina escolar e espaço de convivência para alimentação I6 = Lotação de nutricionista, contratação de serviço especializado e organização de equipe de apoio local I7 = Percentual de atendimento em relação ao número de estudantes registrados no SIGAA I8 = Projetos de ensino aprovados com fomento da PROEN e/ou outras iniciativas do câmpus
Fonte de dados: Relatório Anual do Programa de Segurança Alimentar do Estudante do IFSC; Plataforma Orçamentária de Controle e Monitoramento (POCM)
Detalhamento do Índice Geral de Consolidação do PSAE no IFSC

Objetivo Estratégico:	**A2: Fortalecer imagem de instituição de educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de qualidade**		
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	**Riscos**	**Probabilidade**	**Impacto**
	Insuficiência de suporte tecnológico para os canais e sistemas de comunicação	Alta	Grande
	Processos de ingresso de difícil compreensão	Alta	Grande
	Insuficiência de profissionais de comunicação para viabilizar a implementação das estratégias de comunicação institucional	Muito Alta	Grande
	Crises de comunicação originadas de condutas inapropriadas, irregulares ou ilegais de servidores da instituição ou de eventos externos	Possível	Catastrófico
	Não atendimento da Política de Comunicação	Possível	Moderado

	do IFSC pelos servidores		
Indicador (1)			
Indicador:	**A2.1**: Índice de imagem institucional		
Descrição do Indicador			
Este indicador mede a força da imagem institucional a partir da percepção dos públicos estratégicos			
Primeira Medição*:	75,3	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	-	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2026	-	**Agregação Mínima:**	IFSC
Meta 2027	-	**Periodicidade**	Quinquenal
Meta 2028	-	**Área responsável**	Dircom
Meta 2029	80	**Fonte de dados:**	Pesquisa de Autoavaliação Institucional, Relatório de Clipagem, Pesquisa de marca (a ser contratada)
Modelo Matemático:			
III = [((PIP - PIN) + ICA + ICS + IRM + IAP)/5] x 100			
Variáveis			
PIP = Percentual de inserções positivas do IFSC em veículos de mídia PIN = Percentual de inserções negativas do IFSC em veículos de mídia ICA = Índice de avaliação positiva das ações de comunicação do IFSC, pelos alunos [Valor de 0 a 1 a ser apurado a partir da pesquisa de autoavaliação institucional - Necessário adaptar perguntas] ICS = Índice de avaliação positiva das ações de comunicação do IFSC, pelos servidores [Valor de 0 a 1 a ser apurado a partir da pesquisa de autoavaliação institucional - Necessário adaptar perguntas] IRM = Índice de reconhecimento da marca pela comunidade externa [Valor de 0 a 1 a ser apurado a partir de pesquisa de marca, conforme diferentes possibilidades metodológicas] IAP = Índice de associação positiva da marca pela comunidade externa [Valor de 0 a 1 a ser apurado a partir de pesquisa de marca, conforme diferentes possibilidades metodológicas] * Para a primeira mediação, ano 2024, o ICA e o ICS foram utilizados com base na pesquisa de CPA de 2024, que não teve as perguntas adaptadas para a metodologia, e que neste caso não tem participação de técnicos			
Indicador (2)			
Indicador:	**A2.2:** Percentual de satisfação dos alunos com os canais de comunicação do IFSC		
Descrição do Indicador			
Este indicador mede a satisfação dos estudantes com o site e mídias sociais do IFSC			
Primeira Medição:	54%	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	59%	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2026	61%	**Agregação Mínima:**	IFSC
Meta 2027	64%	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	67%	**Área responsável**	Dircom
Meta 2029	70%	**Fonte de dados:**	CPA
Modelo Matemático:			

IS comunicação IFSC = [(NESS/NERS)+(NESMS/NERMS)]/2*100
Variáveis
NESS = Número de Estudantes Satisfeitos (bom/ótimo) com o site do IFSC NERS = Número de Estudantes Respondentes sobre o site do IFSC NESMS = Número de Estudantes Satisfeitos (bom/ótimo) com as mídias sociais do IFSC NERMS = Número de Estudantes Respondentes sobre as mídias sociais do IFSC

Objetivo Estratégico:	**A3: Fortalecer a Pesquisa e a Inovação em articulação com as demandas da sociedade**		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Insuficiência de recursos financeiros	Possível	Grande
	Desalinhamento com as necessidades da sociedade	Possível	Grande
	Insuficiência de infraestrutura e incentivos para as atividades de pesquisa e inovação	Possível	Moderado
	Descredenciamento da Unidade Embrapii IFSC	Muito baixa	Grande
	Dificuldades em transferir efetivamente os resultados da pesquisa para aplicações práticas na sociedade	Alta	Moderado

Indicador (1)			
Indicador:	**A3.1**: Porcentagem de projetos de pesquisa aplicada - % PPA		
Descrição do Indicador			
Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de projetos de pesquisa aplicada, desenvolvidos pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como pressupõe o inciso VIII do Art. 6° da Lei 11.892/2008, que especifica, como finalidade e característica dos Institutos Federais, "realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico"			
Primeira Medição:	78%	**Polaridade:**	Centro da meta
Meta 2025	80%	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2026	81%	**Agregação Mínima:**	Câmpus
Meta 2027	82%	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	83%	**Área responsável**	DPP
Meta 2029	85%	**Fonte de dados:**	Sistema de Monitoramento (área de Pesquisa Institucional)
Modelo Matemático:			
PPA=(NPPA/NPPB)*100			
Variáveis			

PPA: Porcentagem de projetos de pesquisa aplicada;
NPPB: Número de projetos de pesquisa básica;
NPPA: Número de projetos de pesquisa aplicada.

Indicador (2)			
Indicador:	**A3.2**: Porcentagem de discentes da instituição envolvidos em projetos de pesquisa -%NAP		
Descrição do Indicador			
Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de discentes envolvidos em projetos de pesquisa (aplicada e básica), seja como coordenador, orientador, coorientador ou membro da equipe de projeto registrado. A participação do discente em projetos deverá ser contabilizada uma única vez, independente do quantitativo de projetos que ele participe.			
Primeira Medição 2024:	1,3%	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	1,3%	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2026	1,5%	**Agregação Mínima:**	Câmpus
Meta 2027	2,0%	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	2,5%	**Área Responsável:**	DPP
Meta 2029	3,0%	**Fonte de dados:**	Sistema de Monitoramento (área de Pesquisa Institucional)
Modelo Matemático			
PDP[%] = (NAPP/NA)*100			
Variáveis			
NAPP = Número de discentes ativos (técnico integrado, técnico subsequente, técnico concomitante, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu) envolvidos em projetos de pesquisa aplicada e básica da Instituição; NA = Número total de discentes ativos (técnico integrado, técnico subsequente, técnico concomitante, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu) da Instituição.			

Indicador (3)			
Indicador:	**A3.3**: Porcentagem de servidores desenvolvendo projetos de pesquisa - %NS		
Descrição do Indicador			
Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de servidores envolvidos em projetos de pesquisa (aplicada e básica), seja como coordenador, orientador, coorientador ou membro da equipe de projeto registrado. A participação do servidor em projetos deverá ser contabilizada uma única vez, independente do quantitativo de projetos que ele participe.			
Primeira Medição 2024:	12,55%	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	13%	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2026	14%	**Agregação Mínima:**	Câmpus
Meta 2027	16%	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	18%	**Área Responsável:**	DPP
Meta 2029	20%	**Fonte de dados:**	Sistema de Monitoramento. (área de Pesquisa Institucional)
Descrição do Indicador			

PSP [%] = (NSPP/NS)*100
Variáveis
NSPP = Número total de servidores envolvidos em projetos de pesquisa (aplicada e básica) NS = Número total de servidores da instituição

Objetivo Estratégico:	**A4: Fortalecer a extensão por meio da interação dialógica entre a instituição e a sociedade**		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Insuficiência de recursos financeiros	Possível	Grande
	Desalinhamento com as necessidades da sociedade	Possível	Grande
	Insuficiência de infraestrutura e incentivos para as atividades de extensão	Possível	Moderado
	Descontinuidade da política de governo	Possível	Grande
	Dificuldades em estabelecer um canal de diálogo com a comunidade	Possível	Moderado

Indicador (1)			
Indicador:	**A4.1**: Número de ações de extensão realizadas - NAER		
Descrição do Indicador			
Este indicador tem como objetivo mensurar a quantidade de ações de extensão desenvolvidas pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que tenham como finalidade impacto social, cultural e ambiental positivo, incentivando a troca de conhecimentos, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.			
Primeira Medição:	568	**Polaridade:**	Centro da meta
Meta 2025	600	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2026	650	**Agregação Mínima:**	Câmpus
Meta 2027	700	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	750	**Área responsável**	DIREX
Meta 2029	800	**Fonte de dados:**	SIGAA Extensão
Modelo Matemático:			
Medição direta no sistema SIGAA			
Variáveis			
NAER:Número de ações de extensão realizadas no ano.			

Indicador (2)			
Indicador:	**A4.2**: Porcentagem de discentes da instituição envolvidos em ações de extensão - %DAE		
Descrição do Indicador			
Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de discentes envolvidos em ações de extensão, seja como coordenador, orientador, coorientador ou membro da equipe. A participação do discente nas ações de extensão deverá ser contabilizada uma única vez, independente do quantitativo de ações que ele participe.			
Primeira Medição 2024:	4,6%	**Polaridade:**	Quanto maior melhor

Meta 2025	5,0%	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2026	6,0%	**Agregação Mínima:**	Câmpus
Meta 2027	7,0%	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	8,0%	**Área Responsável:**	DIREX
Meta 2029	9,0%	**Fonte de dados:**	SIGAA

Modelo Matemático
PDAE[%] = (NDAAE/NA)*100
Variáveis
NDAAE = Número de discentes ativos (técnico integrado, técnico subsequente, técnico concomitante, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu) envolvidos em ações da extensão no IFSC;
NA = Número total de discentes ativos (técnico integrado, técnico subsequente, técnico concomitante, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu) da Instituição.

Indicador (3)	
Indicador:	**A4.3**: Porcentagem de servidores desenvolvendo ações de extensão - %SAE

Descrição do Indicador
Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de servidores envolvidos em ações de extensão, seja como coordenador, orientador, coorientador ou membro da equipe registrada no SIGAA. A participação do servidor nas ações deverá ser contabilizada uma única vez, independente do quantitativo de ações que ele participe.

Primeira Medição 2024:	9,3%	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	10%	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2026	12%	**Agregação Mínima:**	Câmpus
Meta 2027	15%	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	17%	**Área Responsável:**	DIREX
Meta 2029	20%	**Fonte de dados:**	SIGAA Extensão

Descrição do Indicador
PSAE [%] = (NSAE/NS)*100
Variáveis
NSAE = Número total de servidores envolvidos em ações de extensão
NS = Número total de servidores da instituição

Objetivo Estratégico:	**P1: Aprimorar processos e projetos para a garantia do acesso, da permanência e do êxito estudantil**		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Redução orçamentária para implementar ações eficazes de acolhimento e suporte aos estudantes	Possível	Grande
	Comunicação inadequada das ações de acolhimento e suporte disponíveis aos estudantes	Possível	Moderado
	Abordagens de acolhimento e suporte	Baixa	Grande

	desalinhadas às necessidades dos estudantes		
Iniciativa:	**P101**: Aperfeiçoar o acompanhamento e monitoramento de estudantes matriculados		
	P102: Aprimorar os processos de ensino-aprendizagem e administrativos para atendimento integral dos estudantes		
Indicador (1)			
Indicador:	**P1.1**: Índice de eficiência acadêmica		
Descrição do Indicador			
Este indicador mede o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto (+ 1 ano), acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos no ano de referência que poderão concluir o curso. São considerados apenas os alunos matriculados em ciclos de matrícula com término previsto para o ano anterior ao Ano de Referência, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente			
Primeira Medição:	41,40%	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	42,5%	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2026	45%	**Agregação Mínima:**	Curso
Meta 2027	47,5%	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	50%	**Área responsável**	Diren
Meta 2029	>52,5%	**Fonte de dados:**	Plataforma Nilo Peçanha
Modelo Matemático:			
IEA[%]= CCiclo+[(CCiclo/(CCiclo+ECiclo))xRCiclo]x 100			
Variáveis			
Cciclo = percentual de CONCLUINTES, em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência. Eciclo = percentual de EVADIDOS, em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência. Rciclo = percentual de matriculados que são classificados como retidos por terem ultrapassado o período previsto para integralização do curso (acrescido de um ano) em relação às matrículas vinculadas aos ciclos concluídos no ano anterior ao ano de referência.			

Objetivo Estratégico:	**P2: Aprimorar as políticas e práticas ambientais, sociais e de governança**		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Insuficiência de programas de capacitação voltados à alta administração.	Possível	Moderado
	Alterações nas leis e regulamentações.	Muito Alta	Grande
	Ausência de sistemas de informação integrados dificultando a coleta e análise eficaz de dados necessários para tomar decisões.	Alta	Catastrófico
Iniciativa(s):	**P201**: Aprimorar estratégias de sustentabilidade ambiental		
	P202: Consolidar políticas que promovam a diversidade em todos os níveis da organização		
	P203: Fomentar a cultura de tomada de decisão baseada em dados		

Indicador (1)			
Indicador:	**P2.1**: iESGo - índice ESG (Environmental, Social and Governance)		
Descrição do Indicador			
Este indicador tem por objetivo mensurar as práticas ambientais, sociais e de governança da instituição			
Primeira Medição:	74%	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	-	**Agregação Mínima:**	IFSC
Meta 2026	76%	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2027	-	**Periodicidade**	Bienal
Meta 2028	79%	**Área responsável**	Diretoria Executiva
Meta 2029	-	**Fonte de dados:**	Relatório individual da autoavaliação (TCU)
Modelo Matemático:			
Modelo definido pelo TCU			
Variáveis			
Modelo definido pelo TCU			

Objetivo Estratégico:	**P3: Consolidar a internacionalização da instituição**		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Restrição orçamentária	Alta	Grande
	Elevação dos custos devido às variações cambiais	Alta	Grande
	Diferenças culturais e barreiras linguísticas	Possível	Grande
Iniciativa(s):	**P301**: Implementar Política de internacionalização		
	P302: Mapear os processos que envolvam as atividades de internacionalização		
	P303: Aumentar a visibilidade internacional do IFSC		
	P304: Expandir as ações de internacionalização para os Câmpus		
Indicador (1)			
Indicador:	**P3.1**: Índice de internacionalização		
Descrição do Indicador			
Este indicador mede a internacionalização da instituição, considerando eventos e visitantes internacionais, estudantes em mobilidade e afastamentos para o exterior para servidores.			
Primeira Medição:	0,3	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	0,3	**Agregação Mínima:**	Câmpus

Meta 2026	0,4	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2027	0,6	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	0,8	**Área responsável**	Assessoria de Assuntos Estratégicos e Internacionais
Meta 2029	1	**Fonte de dados:**	SIPAC, Responsável pela Internacionalização nos Câmpus, Dados internos da Arexi

Modelo Matemático:

IIn=[0,2*(Ein/MEin)+0,3*(NVi/MNVi)+0,4*(NEm/MEm)+0,1*(NAi/MNAi)]/4

Variáveis

IIn = Índice de internacionalização
Ein = Número de eventos de internacionalização promovidos pelo IFSC
MEin = Meta de **30** eventos de internacionalização promovidos pelo IFSC até 2029
NVi = Número de visitantes internacionais ("vindo" incoming)
MNVi = Meta de **30** visitantes internacionais ("vindo" incoming) até 2029
NEm = Número de estudantes em mobilidade custeadas pelo IFSC ("indo" outbound)
MEm = Meta de **70** estudantes em mobilidade custeadas pelo IFSC ("indo" outbound) até o ano de 2029
NAi = Número de afastamentos do país para intercâmbios, missões e capacitações
MNAi = Meta de **70** de afastamentos do país para intercâmbios, missões e capacitações até o ano de 2029

Objetivo Estratégico:	**P4: Fomentar a cultura organizacional orientada por processos**		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Cultura de resistência à mudança institucional	Muito Alta	Grande
	Falta de priorização na finalização do mapeamento dos processos	Muito Alta	Grande
	Falta de priorização dos patrocinadores em se apropriar da gestão por processos	Muito Alta	Grande
Iniciativa(s):	**P401**: Reorganizar e simplificar o repositório e a apresentação dos processos		
	P402: Capacitar e divulgar para os servidores de Câmpus e da Reitoria sobre a gestão por processos		
	P403: Ampliar o número de processos mapeados		

Indicador (1)

Indicador:	**P4.1**: Número de processos de trabalho homologados		

Descrição do Indicador

Este indicador mede o número de processos finalizados e aprovados, no ano de referência

Primeira Medição:	38	**Polaridade:**	Centro da meta
Meta 2025	20	**Agregação Mínima:**	Câmpus
Meta 2026	25	**Agregação Máxima:**	IFSC

Meta 2027	30	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	34	**Área responsável**	CProc
Meta 2029	38	**Fonte de dados:**	Arquitetura de Processos
Modelo Matemático:			
NP			
Variáveis			
NP= número de processos			

Objetivo Estratégico:	**P5: Implementar a gestão de documentos arquivísticos**		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Orçamento insuficiente para implementar a infraestrutura necessária para a gestão de documentos	Possível	Moderado
	Dificuldade na migração de dados de sistemas antigos para novos (SIPAC)	Possível	Grande
	Usuário não capacitado para uso dos sistemas SIPAC, gestão, preservação e acesso	Baixa	Grande
	Insuficiência de recursos humanos para execução das ações e projetos do PGAD	Alta	Grande
Iniciativa(s):	**P501**: Analisar a produção de documentos arquivísticos		
	P502: Definir o espaço físico do arquivo central		
	P503: Padronizar a denominação dos tipos de processos administrativos		
	P504: Organizar e digitalizar os conjuntos documentais do acervo acadêmico		
Indicador (1)			
Indicador:	**P5.1**: Quantidade de tipos de processos administrativos com denominações padronizadas		
Descrição do Indicador			
Este indicador mede a quantidade de processos administrativos padronizados			
Primeira Medição*:	0	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	100	**Agregação Mínima:**	Câmpus
Meta 2026	200	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2027	300	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	400	**Área responsável**	CGDoc
Meta 2029	500	**Fonte de dados:**	Sipac
Modelo Matemático:			
QPAP = TPAP			
Variáveis			

QPAP = Quantidade de processos administrativos padronizados
TPAP = Total de processos administrativos padronizados
*A primeira aferição está prevista para outubro de 2025.

Objetivo Estratégico:	P6: Consolidar a Inovação em articulação com o setor produtivo		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Insuficiência de infraestrutura e incentivos para as atividades de pesquisa e inovação	Possível	Grande
	Descredenciamento da Unidade Embrapii IFSC	Muito Baixa	Pequeno
Iniciativa(s):	**P601**: Cumprir o Plano de Ação da Unidade Embrapii IFSC		
	P602: Realizar ações para promoção de projetos PD&I ou prestação de serviços tecnológicos especializados que contribuam com a inovação com o setor produtivo		
	P603: Capacitar servidores visando a prospecção, elaboração e desenvolvimento de projetos PD&I ou prestação de serviços tecnológicos especializados		

Indicador (1)			
Indicador:	**P6.1**: Número de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação - PPD&I		
Descrição do Indicador			
Este indicador mede o número de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação contratados no ano atual			
Primeira Medição:	4	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	5	**Agregação Mínima:**	IFSC
Meta 2026	5	**Agregação Máxima:**	Curso
Meta 2027	5	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	5	**Área responsável**	Polo de Inovação
Meta 2029	2	**Fonte de dados:**	Sistema de Monitoramento (área de Pesquisa institucional)
Modelo Matemático:			
NPCA = Número de projetos contratados no ano			
Variáveis			
NPCA = Número de projetos contratados no ano atual			

Objetivo Estratégico:	P7: Aprimorar a viabilização das ações de extensão		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Mudanças na regulamentação do CNE	Muito Baixa	Moderado
	Insuficiência de recursos financeiros	Possível	Alto

	Dificuldade em trabalhar em parcerias	Muito Baixa	Alto
Iniciativa(s):	**P701**: Finalizar o processo de curricularização nos câmpus e acompanhar as ações de extensão oriundas deste processo.		
	P702: Promover parcerias para aumentar o alcance das ações de extensão.		
	P703: Otimizar os processos administrativos e regulatórios para garantir a qualidade das ações de extensão.		
Indicador (1)			
Indicador:	**P7.1**: Número de ações de extensão com parcerias - NAEP		
Descrição do Indicador			
Este indicador mede o número de ações de extensão com parcerias formalizadas no ano atual			
Primeira Medição:	18	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	20	**Agregação Mínima:**	IFSC
Meta 2026	25	**Agregação Máxima:**	Curso
Meta 2027	30	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	35	**Área responsável**	DIREX
Meta 2029	40	**Fonte de dados:**	SIGAA Extensão
Modelo Matemático:			
NAEP = Somatória de ações de extensão com parcerias			
Variáveis			
NAEP = Número de ações de extensão com parcerias formalizadas no ano			

Objetivo Estratégico:	**O1: Desenvolver uma organização saudável para o trabalho**		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Falta de reconhecimento e crescimento profissional	Alta	Moderado
	Estrutura física e condições ergonômicas inadequadas	Possível	Grande
	Dimensionamento de pessoal inadequado	Alta	Grande
	Práticas desiguais, discriminação ou assédio	Possível	Catastrófico
	Gestores com pouca habilidade socioemocional	Baixa	Grande
Iniciativa:	**O101**: Fortalecer a atuação das CISSPs		
	O102: Fomentar e monitorar programas e ações de QVT com base nas premissas da política de Qualidade de Vida no Trabalho		
Indicador (1)			
Indicador:	**O1.1**: Índice de qualidade de vida do servidor no trabalho		
Descrição do Indicador			

Este indicador mede a qualidade de vida dos servidores do IFSC por meio da pesquisa QVT			
Primeira Medição:	6,57	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	-	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2026	>7	**Agregação Mínima:**	Câmpus
Meta 2027	-	**Área responsável**	DGP
Meta 2028	-	**Periodicidade**	Trianual
Meta 2029:	>7,5	**Fonte de dados:**	Pesquisa de Qualidade de Vida
Modelo Matemático:			
Pesquisa de QVT			
Variáveis			
Pesquisa de QVT - • Condições de trabalho e suporte organizacional; • Organização do trabalho; • Reconhecimento e crescimento profissional; • Relações socioprofissionais de trabalho; • Trabalho e vida social; • Sentido e significado do trabalho; e • Uso de tecnologia.			

Objetivo Estratégico:	**O2: Aprimorar a eficiência no planejamento e na execução orçamentária**		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Bloqueios na liberação dos recursos previstos na LOA	Muito Alta	Grande
	Alocação de recursos não alinhados com os objetivos estratégicos	Muito Alta	Moderado
	Desalinhamento entre o planejamento e a execução orçamentária	Muito Alta	Catastrófico
	Imprevisibilidade do volume de recursos orçamentários aprovado na LOA	Alta	Grande
	Metodologia de divisão orçamentária inadequada entre as unidades do IFSC	Alta	Grande
Iniciativa(s):	O201: Construir o planejamento orçamentário no primeiro semestre do ano que antecede sua execução		
	O202: Executar o orçamento assegurando o cumprimento do planejamento estratégico institucional		
	O203: Construir cronograma de execução orçamentária no primeiro trimestre do ano corrente		
Indicador (1)			
Indicador:	O2.1: Percentual de execução financeira eficiente		
Descrição do Indicador			
Este indicador mede a relação entre os valores empenhados e os valores planejados			

Ano	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1° Trimestre	20%	25%	30%	35%	40%

2° Trimestre	60%	62%	70%	75%	80%
3° Trimestre	70%	75%	80%	85%	90%
4° Trimestre	80%	85%	90%	95%	100%
Polaridade:	Quanto maior melhor				
Agregação Máxima:	IFSC				
Agregação Mínima:	Câmpus				
Periodicidade	Trimestral				
Área responsável	PROAD				
Fonte de dados:	POCM				

Modelo Matemático:

EE = (VE/VP)* 100

Variáveis

EE = Execução Eficiente
VE = Valores Empenhados
VP = Valores Planejados
Observação : Este indicador não possui primeira medição

Indicador (2)

Indicador:	O2.2: Percentual de objetivos estratégicos contemplados no PAT (Plano Anual de Trabalho) das Unidades

Descrição do Indicador

Este indicador mede a relação entre a quantidade de unidades e quantas contemplaram os objetivos estratégicos em seu planejamento

Primeira Medição:	38%	**Polaridade:**	Centro da meta
Meta 2025	38%	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2026	41%	**Agregação Mínima:**	Câmpus
Meta 2027	44%	**Área responsável**	DGC
Meta 2028	47%	**Periodicidade**	Anual
Meta 2029:	50%	**Fonte de dados:**	PAT

Modelo Matemático:

EPEI = μ(média)OE inicial:OE final
OE1 = ΣNun/NUT => OE2 = ΣNun/NUT => calcular todos os objetivos estratégicos

Variáveis

OE = Objetivo Estratégico
EPEI = Execução do Planejamento Estratégico Institucional
NUn = Número de Unidades (Câmpus e Reitoria)
NTU = Número Total de Unidades com projetos contemplado um objetivo estratégico

Objetivo Estratégico:	**O3: Garantir recursos financeiros para a implementação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC)**		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Disponibilização insuficiente de recursos financeiros para a adequada execução do PETIC	Possível	Grande
	Falta de alinhamento com as prioridades do IFSC	Baixa	Grande
	Gestão ineficiente dos projetos	Baixa	Grande
Iniciativa(s):	**O301**: Renovar a Infraestrutura Computacional dos câmpus		
	O302: Implementar ações de retenção e capacitação de servidores de TIC		
	O: Manter e expandir a infraestrutura de segurança e rede de dados		
	O304: Desenvolver projetos sistêmicos para captação de recursos para ações específicas da rede		

Indicador (1)			
Indicador:	**O3.1**: Percentual de recursos financeiros disponíveis em relação ao total orçamentário do IFSC		
Descrição do Indicador esforço			
O indicador mede a relação dos recursos aplicados na execução do PETIC e o orçamento anual do IFSC			
Primeira Medição:	1,74%	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	1,8%	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2026	2%	**Agregação Mínima:**	Câmpus
Meta 2027	2,50%	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	3%	**Área responsável**	DTIC
Meta 2029	>3,5%	**Fonte de dados:**	PROAD / DOF
Modelo Matemático:			
PRTIC=(VRTIC/OI)*100			
Variáveis			
PRTIC = percentual recursos destinados à implementação do PETIC VRTIC = valor destinado a implementação do PETIC OI = orçamento total do IFSC			

Indicador (2)			
Indicador:	**O3.2**: Índice de satisfação do usuário com o acesso à infraestrutura de Tecnologia da Informação		
Descrição do Indicador resultado			
Este indicador mede o grau de satisfação médio dos usuários relacionado ao acesso à infraestrutura de Tecnologia da Informação disponibilizada no IFSC			
Primeira Medição:	6,8	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	7	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2026	7,25	**Agregação Mínima:**	Câmpus

Meta 2027	7,5	**Periodicidade**	Anual
Meta 2028	7,75	**Área responsável**	DTIC
Meta 2029	8	**Fonte de dados:**	Painel da CPA - Eixo 5: infraestrutura física
Modelo Matemático			
ISUT = (RI + AI)/2			
Variáveis			
ISUT = Índice de satisfação do usuário com o acesso à infraestrutura de Tecnologia da Informação RI = Acesso a recursos de informática para o desenvolvimento de atividades escolares fora dos horários de aula. Considerar o questionário disponibilizado apenas para os estudantes AI = Acesso à internet disponibilizado no seu câmpus. Considerar o questionário disponibilizado apenas para TAEs, docentes e estudantes			

Objetivo Estratégico:	**O4: Aprimorar a captação e o gerenciamento de recursos financeiros para ações de extensão**		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Falta de recursos orçamentários - LOA	Moderado	Alta
	Falta de processo de trabalho mapeado para captação de recursos externos	Alta	Moderado
	Ausência de capacitação limitando a habilidade dos servidores em gerenciar recursos externos	Alta	Moderado
Iniciativa(s):	**O401**: Garantir recursos financeiros para o fomento das ações de extensão		
	O402: Capacitar os servidores para captação de recursos externos		
	O403: Prospectar e publicizar editais de fomento externo à extensão		
Indicador (1)			
Indicador:	**O4.1**: Montante de recursos externos captados para ações de extensão		
Descrição do Indicador			
Este indicador mede o valor externo captado para fomento de ações de extensão			
Primeira Medição:	R$ 900.000	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	R$ 900.000	**Agregação Mínima:**	Câmpus
Meta 2026	R$ 1.000.000	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2027	R$ 1.100.000	**Área responsável**	DIREX
Meta 2028	R$ 1.250.000	**Periodicidade**	Anual
Meta 2029	R$ 1.500.000	**Fonte de dados:**	SIGAA Extensão
Modelo Matemático:			
M = (f1 + f2 + ... + fn)			
Variáveis			

M = Montante de recursos externos captados para ações de extensão no ano de referência
f1 = Valor em reais do fomento 1
f2 = Valor em reais do fomento 2
fn = Valor em reais do enésimo fomento

Objetivo Estratégico:	**O5: Desenvolver a Gestão de Pessoas com foco em resultados**		
	Riscos	**Probabilidade**	**Impacto**
Riscos Associados aos Objetivos Estratégicos	Falta de investimento financeiro em capacitação	Alta	Moderado
	Não realizar ações previstas no PDP	Baixa	Moderado
	Falta de monitoramento das ações para o uso adequado dos recursos públicos	Baixa	Grande
	Falta de interesse dos servidores em ações de desenvolvimento	Possível	Moderado
	Ausência de avaliação de desempenho dos servidores	Baixa	Grande
	Interferências políticas	Possível	Moderado
	Dimensionamento de pessoal inadequado	Possível	Grande
Iniciativa:	**O501:** Promover ações de desenvolvimento para atualização profissional dos servidores		
	O502: Implantar Programa de Formação de Gestores		
	O503: Promover ações de sensibilização quanto à Avaliação de Desempenho		
	O504: Elaborar um modelo de dimensionamento da força de trabalho baseado em critérios técnicos		

Indicador (1)			
Indicador:	**O5.1**: Percentual de execução do PDP		
Descrição do Indicador			
O indicador mede a quantidade de ações que foram executadas no período para o atendimento das necessidades previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP			
Primeira Medição (2023):	14,76	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	30	**Agregação Máxima:**	IFSC
Meta 2026	35	**Agregação Mínima:**	Câmpus
Meta 2027	40	**Área responsável**	Capacitação e Avaliação
Meta 2028	45	**Periodicidade**	Anual
Meta 2029:	50	**Fonte de dados:**	SIGRH/Contratos/GECC
Modelo Matemático:			
PEPDP= NA/TA*100			
Variáveis			

PEPDP = Percentual de execução do PDP
NA = Número de ações realizadas
TA = Total de ações do PDP

Indicador (2)			
Indicador:	**O5.2**: Percentual de servidores com avaliação de desempenho concluída		
Descrição do Indicador			
Este indicador mede o percentual de servidores com avaliação de desempenho concluído no período de referência			
Primeira Medição (2023):	97,35	**Polaridade:**	Quanto maior melhor
Meta 2025	97,8	**Agregação Máxima:**	Câmpus
Meta 2026	98	**Agregação Mínima:**	IFSC
Meta 2027	98,2	**Área responsável**	Capacitação e Avaliação
Meta 2028	98,5	**Periodicidade**	Anual
Meta 2029:	98,8	**Fonte de dados:**	Sistema DGP
Modelo Matemático:			
PSV=(SEA + SEP)/ST*100			
Variáveis			
PSV = Percentual de servidores com avaliação de desempenho concluída SEA = Servidores estáveis avaliados SEP = Servidores em estágio probatório avaliados ST= Servidores totais			

Para finalizar, foram estabelecidas as metas compartilhadas, visando garantir o alinhamento estratégico entre os indicadores institucionais do IFSC e os desempenhos específicos de cada câmpus. A seleção desses indicadores priorizou critérios de mensuração automatizada e acompanhamento sistemático, assegurando atributos que otimizam sua aplicação prática. São estes os indicadores avaliados em nível de câmpus:

- Percentual de evasão dos alunos beneficiados por auxílios financeiros no sistema PAEVs.
- Índice de satisfação dos usuários com a infraestrutura de Tecnologia da Informação disponibilizada pelo IFSC.
- Índice de eficiência acadêmica.
- Índice de qualidade de vida do servidor no trabalho.
- Percentual de satisfação dos alunos com os canais de comunicação do IFSC.

A escolha desses indicadores considerou a facilidade e a disponibilidade de mensuração em nível de câmpus. Todas as informações e metas estão disponíveis no Painel de Indicadores Estratégicos, acessível pelo link: **Painel de Indicadores Estratégicos**.

Esta estrutura visa garantir uma gestão baseada em evidências, promovendo a melhoria contínua em todos os níveis institucionais.

6.7 PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PETIC)

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) 2025-2029 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) é um documento que define a estratégia de governança e gestão da tecnologia da informação e comunicação (TIC) na instituição. O plano está alinhado com a Estratégia de Governo Digital e outros documentos estratégicos do IFSC, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O PETIC tem vigência de 1º de agosto de 2024 a 31 de dezembro de 2029 e abrange toda a instituição, incluindo os câmpus e a reitoria. A implementação das estratégias estabelecidas é de responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) e das Coordenadorias de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTICs), sob a supervisão do Comitê de Governança Digital (CGD). A elaboração do plano foi conduzida pela DTIC, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Portaria do(a) Reitor(a) n° 3897, de 17 de dezembro de 2023.

O referencial estratégico do PETIC define a missão, visão, valores, princípios e diretrizes que orientam a gestão de TIC no IFSC. A missão é atender às necessidades tecnológicas da instituição, enquanto a visão é atuar com excelência no fornecimento de soluções de TIC. Os valores incluem a colaboração entre equipes, sustentabilidade na aquisição de soluções, valorização das pessoas e a efetividade na entrega de serviços.
Entre os princípios e diretrizes do plano, destaca-se a promoção da segurança da informação e comunicação, alinhada à Política de Segurança da Informação do IFSC. Além disso, o PETIC enfatiza a racionalização do uso dos recursos de infraestrutura, evitando duplicidades, e o alinhamento dos investimentos de TIC com as necessidades institucionais. A busca por soluções inovadoras também é central, visando à economia de recursos e ao atendimento qualificado das demandas institucionais.

A análise SWOT realizada para a elaboração do PETIC identificou forças, fraquezas, oportunidades e ameaças no ambiente de TIC do IFSC. As principais forças incluem o orçamento consolidado de TIC, políticas de governança já publicadas e a implementação de soluções de segurança de redes. As fraquezas destacadas incluem a baixa padronização dos serviços de TIC, a obsolescência de equipamentos e a falta de redundância nos links de internet dos câmpus. Entre as oportunidades estão a implantação do Programa de Privacidade e Segurança da Informação e a possibilidade de adesão ao Programa de Gestão de Desempenho (PGD). As ameaças incluem baixos salários em TI, contingenciamento de recursos financeiros e dependência de fornecedores de bens e serviços.

O PETIC define dez objetivos estratégicos para o período de 2025 a 2029, como prover soluções de segurança da informação e privacidade de dados, manter e ampliar a

infraestrutura de TIC, padronizar serviços, desenvolver soluções tecnológicas, e fornecer dados confiáveis à comunidade acadêmica. Outros objetivos incluem mitigar a dependência de fornecedores, captar recursos extraorçamentários e aprimorar a governança e gestão de TIC.

A implementação do PETIC será monitorada e avaliada pelo Comitê de Governança Digital (CGD), que garantirá que as ações do plano estejam alinhadas com os objetivos institucionais. O CGD também será responsável por supervisionar a priorização de projetos, a aprovação de políticas, normas e planos de TIC, e o planejamento anual de aquisições e contratações de serviços. Dessa forma, o PETIC 2025-2029 busca modernizar e padronizar a gestão de TIC no IFSC, garantindo uma infraestrutura tecnológica robusta e eficaz para apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição nos próximos anos.

6.8 PLANO ESTRATÉGICO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO DO ESTUDANTE

O Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC (PEAPEE-IFSC 2024-2029) é uma iniciativa da gestão 2021-2025 do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), focada em combater a evasão escolar e promover a permanência e o sucesso dos estudantes. Este plano é uma revisão do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes (PPE) do IFSC de 2018, desenvolvida através de encontros virtuais realizados pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) entre outubro e dezembro de 2021.

O acesso aos cursos de educação profissional do IFSC modificou-se ao longo do tempo. Embora a instituição tenha se originado objetivando o atendimento aos “desvalidos da sorte”, o grande número de candidatos por vaga, por vezes, levou a extremos da meritocracia. Fatos como esse levaram a discussões internas e, tendo em vista a proposta de ser uma instituição inclusiva, o IFSC revisou sua política de acesso considerando o disposto na Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que alterou a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, com o objetivo de facilitar a entrada de candidatos pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

A proposição dessa lei está de acordo com a prerrogativa inclusiva já adotada pelo IFSC. A noção de igualdade de concorrência ignora os processos de exclusão que ocorrem na sociedade brasileira e a restrição existente para parte da população ao acesso à educação de qualidade. Garantir acesso diferenciado a esses públicos tem sido foco de ações institucionais para todos os níveis e modalidades de ensino.

A materialização das políticas de acesso à educação no IFSC ocorre mediante processos de ingresso de novos estudantes todos os semestres. São ingressos destinados a cursos de diversos níveis e modalidades: Formação Inicial e Continuada; PROEJA; Técnicos; Superiores e Pós-graduação. O desafio posto ao IFSC é efetivar processos de ingresso inclusivos, promovendo o diálogo e o debate quanto à

identificação dos sujeitos a quem se destina a oferta formativa do IFSC de forma articulada à perspectiva de permanência e êxito. Entende-se aqui o ingresso como integrante de uma política de acesso que se organiza e se concretiza em várias etapas desde a identificação e contato com o público-alvo, a divulgação, todo o processo seletivo propriamente dito até a efetivação da matrícula e a consolidação do preenchimento das vagas.

O processo de ingresso combinado com a concepção de ensino adotada pelo IFSC se constitui, para além dos pressupostos legais que o sustentam, no compromisso com o acesso como direito fundamental à educação pública de qualidade, assim como é orientado pela concepção de educação que instituiu os Institutos Federais. Nesse sentido, a análise e a formulação de propostas de ingresso adotadas pelo IFSC deve estar refletida nos projetos pedagógicos dos cursos, com o planejamento e execução do ingresso de forma integrada à concepção do curso (modalidade, tipo, perfil do ingressante, organização curricular), pois o acesso ao curso está inserido na teia que compõe o processo de inclusão, permanência e êxito.

Para impulsionar a organização coletiva perene para o diálogo sobre o acesso e o ingresso no IFSC, no ano de 2022, foi constituído o Fórum de Ingresso com a intenção de estabelecer estratégias de melhorias dos processos para auxiliar nas tomadas de decisão e escolhas institucionais.

Além da adoção de processos seletivos com cotas para diferentes públicos, existem outras propostas de acesso adotadas pelo IFSC, como os processos seletivos por meio de análise socioeconômica para os cursos de formação inicial e continuada, que são orientados para o ingresso de pessoas prioritariamente com baixa renda familiar, oriundas de escola pública e trabalhadores.

Adicionalmente, o acesso também pode ser garantido por meio de ofertas para públicos específicos, como é o caso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que tem como objetivo oferecer educação profissional a pessoas que não tiveram acesso ao ensino básico na idade regular. No IFSC, o programa é implementado por meio de cursos de formação inicial (qualificação profissional) integrados ou concomitantes às séries finais do ensino fundamental ou ao ensino médio de jovens e adultos (Proeja FIC) e por cursos técnicos integrados ou concomitantes ao ensino médio de jovens e adultos (Proeja Técnico).

Para garantir o acesso de diferentes públicos ao IFSC, é preciso contemplar distintas estratégias de divulgação da instituição e de seus cursos, para que a informação chegue aos públicos estratégicos com qualidade e clareza.

Na perspectiva de uma educação que seja democrática e inclusiva, cabe priorizar esforços institucionais para consolidação e implementação de programas, projetos e ações que atendam as expectativas e necessidades formativas dos nossos estudantes no contexto de uma educação profissional pública, gratuita e de qualidade social.

As políticas institucionais de inclusão, acesso, permanência e êxito planejadas, implementadas, acompanhadas e avaliadas, reconhecem e valorizam os sujeitos da diversidade, a promoção da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual. São

políticas institucionais que visam assegurar a todos estudantes do IFSC a igualdade de condições para o acesso, a permanência e o êxito em seus cursos, em todos os níveis e todas as modalidades de ensino, oferecendo-lhes igualdade de oportunidades de aprendizagem.

Objetivamente a permanência do discente na instituição compreende o tempo definido em cada projeto de curso para a integralização da carga horária prevista, incluindo o estágio supervisionado, quando previsto. O êxito ocorre quando o discente integraliza essas unidades curriculares, passando a ter direito à certificação ou diploma. Contudo, a permanência e o êxito do estudante também é referenciada pelo percurso formativo realizado até a conclusão do curso. Nessa perspectiva, vale ressaltar que a instituição de ensino enquanto espaço social de ensino-aprendizagem, que favorece o acolhimento das diversidades e singularidades, que pode propiciar o sentimento de reconhecimento e pertencimento dos sujeitos, poderá impactar positivamente no que se entende por permanência e êxito.

Observou-se, ao longo das experiências do IFSC, que apenas democratizar o acesso à instituição não tem garantido o sucesso do processo educativo dos discentes. Vários têm sido os motivos que os levam a sair da instituição sem concluir seu curso. Esses são denominados evadidos. Considera-se de extrema relevância atentar para a taxa de evasão de acordo com cada curso, bem como os fatores que circunscrevem cada contexto (enquanto fatores intervenientes), buscando-se desenvolver estratégias que incentivem a permanência do discente até que ele finalize a formação em curso.

Com o objetivo de identificar mecanismos que possam levar à permanência e ao êxito dos discentes, a instituição vem fortalecendo a mobilização e formação dos coletivos institucionais em prol de melhores taxas de permanência e êxito dos discentes. Compreende-se que, por meio dessas ações conjuntas, será possível aprimorar o processo de criação dos cursos, metodologias de ensino, o monitoramento e o acompanhamento acadêmico discente, a fim de recrudescer os índices de permanência e êxito dos discentes no IFSC, contemplando o atendimento às diferentes formas de aprender.

Para tornar efetiva a permanência e o êxito do discente nos cursos, estão sendo implementados, desde 2011, programas de assistência estudantil. São organizadas diversas ações, por meio das quais os estudantes têm acesso a atividades desportivas, apoio à participação em eventos, auxílio financeiro para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático, dentre outras. Também é organizada a ação de inserção socioprofissional, concebida como uma oportunidade de aprendizagem do fazer, como forma de participar do mundo do trabalho e, na relação com outros profissionais, através da qual é possível aprender também valores e atitudes no contexto das relações interpessoais e contradições que envolvem o mundo do trabalho.

As atividades de pesquisa e de extensão também têm um papel fundamental com relação à permanência e êxito do estudante, uma vez que, associadas ao ensino, engendram condições formativas qualificadas imbricadas à educação profissional, científica e tecnológica.

Assim, além de todas essas ações descritas, a instituição possui o Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC, com objetivo de promover o enfrentamento e prevenção da evasão escolar em sua oferta educativa, por meio de um conjunto de medidas que possam garantir o atendimento da missão institucional.

De modo geral, para que se possa interferir de forma positiva na permanência e no êxito do discente do IFSC, é importante implementar como ação programática:

- Acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem;
- Acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de desempenho e de aprendizagem;
- Acompanhamento sistemático docente visando a melhorias no processo de ensino aprendizagem;
- Apoio psicossocial em casos de dificuldades emocionais, afetivas e de aprendizagem;
- Prevenção e promoção de saúde;
- Desenvolvimento de estudos e ações sobre evasão e permanência;
- Organização de parcerias com setores como assistência social, saúde e segurança, quando houver a necessidade de ações intersetoriais articuladas;
- O fomento de ações articuladas das atividades de ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo;
- O fomento da inserção dos discentes no mundo do trabalho;
- O fomento da formação empreendedora;
- A promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas;
- O fomento da formação político-social para a comunidade acadêmica;
- O desenvolvimento de ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e segura aos discentes;
- Propiciar o desenvolvimento de estudos, pesquisas e atividades de formação continuada no trabalho, em conformidade com o projeto educativo da instituição.
- Possibilitar espaços de escuta, e trocas de experiências, principalmente depois da tragédia da Covid-19;
- Ações e ou projetos de acolhimento, principalmente para estudantes recém ingressantes;
- Condições para o estudo e socialização de informações acadêmicas (conjunto de dados, quantitativos e qualitativos, relativos aos processos acadêmicos institucionais e aos resultados produzidos pelas políticas institucionais implementadas, atendo-se não somente ao desempenho escolar dos estudantes, mas também às questões socioeconômicas, políticas, territoriais, culturais e psicológicas que contribuem para o entendimento do perfil do estudante).

O PEAPEE foi aprovado pelo Conselho Superior do IFSC por meio da Resolução Consup nº 98, de 22 de julho de 2024, substituindo formalmente o PPE de 2018 (Resolução Consup nº 23, de 21 de agosto de 2018). Ele é resultado de uma revisão e atualização conceitual, legal e metodológica realizada pelo grupo de trabalho (GT)

constituído pelas Portarias do Reitor n° 912, de 1 de abril de 2022 e nº 3049, de 18 de outubro de 2022, passando por consulta pública no período de 18/05/2023 a 30/07/2023.

A fim de responder às demandas institucionais contemporâneas, assim como atender as fases de atendimento do sujeito (público estratégico, candidatos, ingressantes, discentes, e egressos) o documento elenca um conjunto de indicadores quantitativos - acadêmicos, institucionais e sociais - e orienta a formulação de indicadores qualitativos.

Um de seus capítulos é referente ao PDI justamente para evidenciar a necessidade de interação que os dois documentos devem ter, garantindo assim ações e iniciativas estratégicas. Nesse contexto, além de revisões periódicas que ocorrerão ao longo da vigência do plano, um novo PEAPEE deverá ser elaborado a partir de 2029, concomitantemente à elaboração do próximo PDI.

CAPÍTULO 7 – PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS

Sumário

Capítulo 7 – PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS..... 1
7.1 Introdução ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV)..... 4
7.2 Análise Comparativa das Ofertas Planejadas e Executadas: Fundamentação e Escolha Metodológica..... 6
7.2.1 Percentual de Implementação de Vagas: Medindo a Concretização do Planejamento..... 6
7.2.3 Análises Comparativas: Estrutura e Abordagem Metodológica..... 7
7.2.4 Apresentação dos Resultados das Análises Comparativas..... 7
7.3 Diretrizes para o Planejamento da Expansão das Ofertas Educacionais em Cada Câmpus... 15
7.3.1 Introdução às Diretrizes de Expansão..... 15
7.3.2 Tipologias dos Câmpus e Planejamento da Expansão..... 15
7.3.3 Diretrizes em Relação aos Percentuais Legais e Indicadores..... 19
7.3.4 Diretriz Metodológica para o Planejamento de Expansão..... 20
7.3.5 Orientações sobre a Análise do Cenário Regional..... 21
7.4 Evolução da oferta de cursos e vagas..... 22
7.4.1 Crescimento anual da oferta de cursos do IFSC..... 24
7.4.2 Atendimento às metas de oferta de cursos do IFSC..... 27
7.4.3 Distribuição da oferta nos câmpus do IFSC..... 28
7.4.4 Distribuição da oferta entre os eixos tecnológicos..... 32
7.4.5 Distribuição quanto à modalidade de ensino..... 34
7.5 Considerações finais..... 36
APÊNDICE A - Ensino a distância com financiamento próprio e UAB..... 37
APÊNDICE B - Dados detalhados por campus..... 41
APÊNDICE C - Cursos que ultrapassam a carga horária mínima ou máxima..... 42
APÊNDICE D - Situação da oferta dos cursos do IFSC..... 45
APÊNDICE E - Cursos com FECr superior a 1.5..... 64
APÊNDICE F - Cursos que são contabilizados em mais de um percentual legal..... 66
APÊNDICE G - Percentual de oferta de cursos por turno..... 68
APÊNDICE H - Listagem completa dos cursos planejados no IFSC..... 70

Comissão Temática do Plano de Oferta de Cursos e Vagas

Marcos Moecke - Servidor designado para a atividade - Presidente
Adriano Larentes da Silva - Pró-reitor de Ensino
Sabrina Moro Villela Pacheco - Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional
Oizes Vieira Mendes - Diretor de Gestão do Conhecimento
Juliana Almeida Coelho - Diretora de Ensino
Marcelo Palma de Oliveira - Representante da Diretoria de Ensino - Proen
Danielle Christiane Tifensee Cascaes - Chefe do Departamento de Seleção de Pessoas (DSP/DGP)
Greice Pinto Meireles Da Ronch - Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas - Proen
Ana Paula Kuczmynda da Silveira - Diretora-geral do Câmpus Gaspar
Daniel Comin da Silva - Diretor-geral do Câmpus Criciúma
Maick da Silveira Viana - Diretor-geral do Câmpus Joinville
Eliana Cristina Bar - Diretora-geral do Câmpus Palhoça Bilíngue
Henri Carlo Belan - Diretor-geral do Câmpus Tubarão
Milena de Mesquita Brandão - Representante da Pró-reitoria de Extensão e Relações Externas - Proex
Telma Pires Pacheco Amorim - Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (Depe) do Câmpus Garopaba
Paula Borges Monteiro - Diretora de Ensino do Câmpus Florianópolis

7.1 Introdução ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV)

O Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) do IFSC é uma peça central no planejamento estratégico da instituição. Ele não apenas define a direção para a oferta educacional, visando contribuir para o atendimento das demandas educacionais da região e para o desenvolvimento socioeconômico-ambiental local, mas também se conecta intimamente com outros capítulos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), formando uma rede coesa de estratégias e ações que visam cumprir a missão do IFSC.

O POCV figurou pela primeira vez como ferramenta de planejamento da expansão de oferta de cursos e de contratações, no IFSC, no PDI 2015 - 2019, momento em que os Câmpus da primeira etapa da expansão dos Institutos Federais estavam prestes a completar cinco anos de atividades e, contavam, em sua maioria, apenas com a oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional. Nessa época, o POCV mostrou-se uma ferramenta efetiva para a projeção de futuros cenários de oferta e, sobretudo, emprestou assertividade ao processo de contratação docente, permitindo relacionar a demanda de carga horária projetada às áreas de atuação docente mais demandadas.

No PDI 2020 - 2024, a ferramenta, então mais aperfeiçoada, foi novamente utilizada, buscando-se afinar as ofertas às demandas locais, mas também às metas legais que o IFSC precisa perseguir, a saber: verticalização dos eixos de oferta de cursos; pelo menos 50% de vagas destinadas à oferta de cursos técnicos; pelo menos 20% de vagas destinadas à oferta de cursos de licenciatura e de formação de professores; pelo menos 10% de vagas destinadas à oferta de cursos PROEJA; alcance da relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor.

Nesse período, de 2020 a 2024, tendo em vista, principalmente, o recebimento de um número reduzido de novos códigos de vaga docente pelo IFSC, as movimentações de docentes entre os Câmpus e o necessário redelineamento de algumas ofertas em razão da avaliação contínua do preenchimento de vagas nos cursos já existentes, os Câmpus atuaram de diferentes formas em relação ao atendimento ou não da oferta prevista na POCV então vigente, o que levou a aproximações, mas também a afastamento em relação ao que havia sido inicialmente planejado.

Dessa forma, com o objetivo de garantir que o planejamento das futuras ofertas educacionais fosse realizado de forma precisa e alinhada à realidade institucional, os trabalhos de revisão do POCV tiveram início em outubro de 2022. Essa revisão envolveu uma análise minuciosa das ofertas vigentes, com a atualização das planilhas institucionais e o preenchimento dos dados referentes aos cursos em funcionamento nos câmpus. Além disso, foi realizado o levantamento detalhado do número de docentes e suas respectivas áreas de atuação em cada unidade.

Esse trabalho resultou na obtenção do Marco Zero[1], um diagnóstico essencial para consolidar um retrato fiel das ofertas de cursos que estavam em funcionamento no ano de 2023. Esse parâmetro tornou-se um referencial estratégico para o planejamento da oferta educacional para o período de 2025 a 2029, permitindo aos câmpus projetarem suas futuras

[1] O detalhamento da elaboração do trabalho para preenchimento das planilhas do POCV podem ser visualizadas na página: https://wiki.sj.ifsc.edu.br/index.php/Comiss%C3%A3o_Tem%C3%A1tica_do_Plano_de_Oferta_de_Cursos_e_Vagas_-_POCV

ofertas com maior clareza e embasamento. Com um ponto de partida bem definido, a instituição pôde estabelecer diretrizes mais precisas para a expansão e reestruturação das ofertas educacionais, garantindo que o crescimento institucional ocorresse de maneira sustentável e alinhada às necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade.

A robustez do POCV também se manifesta em sua integração com outros pilares do PDI, assegurando que as decisões sobre a oferta de cursos e vagas sejam tomadas de forma estratégica e coordenada. Dentre essas conexões, destacam-se:

Relação com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (Capítulo 3): O POCV fornece a base para o desenvolvimento curricular e pedagógico. O Capítulo 3 orienta para que a oferta de cursos planejados esteja alinhada com as diretrizes pedagógicas do IFSC e contribua para a formação integral dos estudantes.

Contribuição para a Capacidade e Sustentabilidade Financeira (Capítulo 5): O planejamento das ofertas de cursos e vagas interfere diretamente no orçamento recebido pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Com base no Decreto nº 7.313, de 22 de setembro de 2010, que dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais, o orçamento é distribuído entre as instituições da rede a partir de uma matriz de distribuição orçamentária (Portaria nº 646, de 25 de agosto de 2022), que considera vários fatores. Entre eles, destacam-se o número de matrículas, a carga horária dos cursos, a modalidade de ensino (presencial ou a distância) e a fase de desenvolvimento dos câmpus - fatores que relacionam o POCV com o orçamento recebido pelo IFSC.

Conexão com o Planejamento Estratégico Institucional - PEI (Capítulo 6): O POCV alinha-se aos objetivos estratégicos definidos pelo IFSC, garantindo que as ofertas de cursos e vagas contribuam para as metas institucionais, como a melhoria da eficiência acadêmica e a promoção da inclusão social.

Integração com a Organização e Gestão de Pessoal (Capítulo 8): O POCV orienta a expansão e alocação do quadro de pessoal, determinando as necessidades de docentes para apoiar a execução das ofertas planejadas. As diretrizes do POCV ajudam a informar o plano de expansão do quadro de pessoal, garantindo que os recursos humanos estejam adequadamente distribuídos para atender às demandas dos câmpus.

Relação com a Infraestrutura (Capítulo 9): As previsões do POCV influenciam o planejamento de infraestrutura, garantindo que as instalações físicas e tecnológicas dos câmpus sejam adequadas para suportar o crescimento ou consolidação da oferta de cursos e vagas. O alinhamento entre essas áreas é essencial para assegurar que o desenvolvimento das capacidades institucionais seja sustentável e eficiente.

Mediante essas conexões, o POCV reforça seu papel como elemento fundamental no planejamento e na execução das ações do IFSC, garantindo que a instituição alcance seus objetivos de forma integrada e coordenada, cumprindo sua missão institucional com maior eficiência e impacto social.

7.2 Análise Comparativa das Ofertas Planejadas e Executadas: Fundamentação e Escolha Metodológica

A presente seção tem como objetivo realizar uma análise sobre a execução do POCV do IFSC, comparando as metas originalmente estabelecidas no planejamento institucional com a efetivação concreta das ofertas educacionais ao longo dos anos. Essa análise busca não apenas mensurar o grau de alinhamento entre o planejamento e a implementação real das ofertas, mas também identificar tendências, desafios e padrões institucionais que possam subsidiar futuras decisões gerenciais e aprimorar o planejamento acadêmico.

Dessa forma, a análise comparativa das ofertas planejadas e executadas será estruturada com base no indicador Percentual de Implementação de Vagas.

A escolha desse indicador fundamenta-se na necessidade de estabelecer métricas claras e objetivas para avaliar a capacidade do IFSC em transformar planejamento em realidade, bem como sua flexibilidade para responder a variáveis dinâmicas que influenciam a oferta de cursos e vagas.

7.2.1 Percentual de Implementação de Vagas: Medindo a Concretização do Planejamento

O Percentual de Implementação de Vagas foi adotado como um indicador-chave para avaliar o grau de sucesso na execução do planejamento da oferta de cursos e vagas. Ele expressa, em termos percentuais, a relação entre o número de vagas efetivamente ofertadas e aquelas previstas no planejamento inicial.

A utilização desse indicador visa verificar a aderência entre o planejamento institucional e a implementação prática, evidenciando a capacidade do IFSC em executar seu POCV. Valores próximos de 100% indicam uma execução fiel ao planejamento, enquanto percentuais inferiores refletem dificuldades para a oferta das vagas previstas, sugerindo a necessidade de um aprofundamento analítico para entender os fatores que impactam essa concretização.

Para o cálculo deste índice, a coleta dos dados foi realizada da seguinte forma:

- As vagas de ingresso planejadas correspondem às vagas de ingresso previstas nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019 e PDI 2020-2024);
- As vagas efetivamente ofertadas são obtidas dos dados reportados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP[2]), considerada fonte oficial sobre educação profissional, científica e tecnológica no Brasil.

Sua fórmula é:

$$\text{Percentual de Implementação de Vagas}(\%) = \left(\frac{\text{Número de Vagas Ofertadas}}{\text{Número de Vagas Planejadas}} \right) \times 100$$

Onde:

- Número de Vagas Ofertadas = Total de vagas realmente disponibilizadas para os estudantes ao longo do período analisado;

[2] Acesse a PNP. Disponível em (https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp).

- Número de Vagas Planejadas = Quantidade de vagas previstas no planejamento inicial do POCV.

Interpretação do indicador:

- 100% → Indica que todas as vagas planejadas foram ofertadas conforme o planejamento.
- Abaixo de 100% → Indica que nem todas as vagas planejadas foram ofertadas, apontando para possíveis desafios ou restrições na execução do planejamento.
- Acima de 100% → Significa que o número de vagas ofertadas superou o planejado, possivelmente devido a uma demanda maior ou a ajustes estratégicos.

Além de avaliar o Percentual de Implementação de vagas de ingresso, também foi realizada a mesma análise em relação ao número de matrículas equivalentes planejadas e ofertadas, seguindo-se a mesma lógica para o cálculo do indicador.

7.2.3 Análises Comparativas: Estrutura e Abordagem Metodológica

A estratégia metodológica adotada consistiu na comparação entre os dados de vagas de ingresso planejadas, conforme previstos no PDI 2015-2019 e no PDI 2020-2024. Essas informações foram confrontadas com os dados de execução extraídos da PNP. Foi realizada uma única análise comparativa consolidada, abrangendo o período de 2017 a 2023[3], que representa o intervalo comum entre o planejamento realizado e a execução observada. Esse recorte garante uma visão mais integrada e histórica do desempenho institucional, ao mesmo tempo em que permite verificar a efetividade do planejamento em médio prazo.

A análise abrange os seguintes aspectos:

- Comparação entre vagas de ingresso planejadas e vagas de ingresso executadas por tipo de curso (FIC, Técnicos, Licenciaturas, Superiores de Tecnologia e Especializações);
- Comparação entre matrículas equivalentes planejadas e matrículas equivalentes executadas por tipo de curso (FIC, Técnicos, Licenciaturas, Superiores de Tecnologia e Especializações);
- Identificação de variações significativas entre o previsto e o executado, permitindo calcular os indicadores de implementação de vagas;
- Levantamento de possíveis padrões ou tendências que indiquem êxito, gargalos ou necessidade de reestruturação das políticas de oferta.

7.2.4 Apresentação dos Resultados das Análises Comparativas

Os resultados obtidos a partir das análises comparativas realizadas são apresentados a seguir, seguindo a mesma ordem metodológica definida anteriormente.

[3] A comparação com o ano de 2024 não foi realizada porque, até a data de finalização deste capítulo, os dados referentes ao ano-base de 2024 ainda não haviam sido disponibilizados na PNP.

7.2.4.1 Resultados para o percentual de implementação de vagas totais e sua relação com a contratação de docentes e TAEs

As informações podem ser observadas na Figura 1 .A análise do gráfico evidencia uma trajetória descendente no Percentual de Implementação das ofertas planejadas em relação às efetivamente executadas no IFSC entre os anos de 2017 e 2023. Observa-se que, nos primeiros três anos da série (2017 a 2019), o percentual manteve-se relativamente estável, girando em torno de 77% a 78%, o que sugere um bom alinhamento entre o planejamento e a capacidade institucional de execução naquele período.

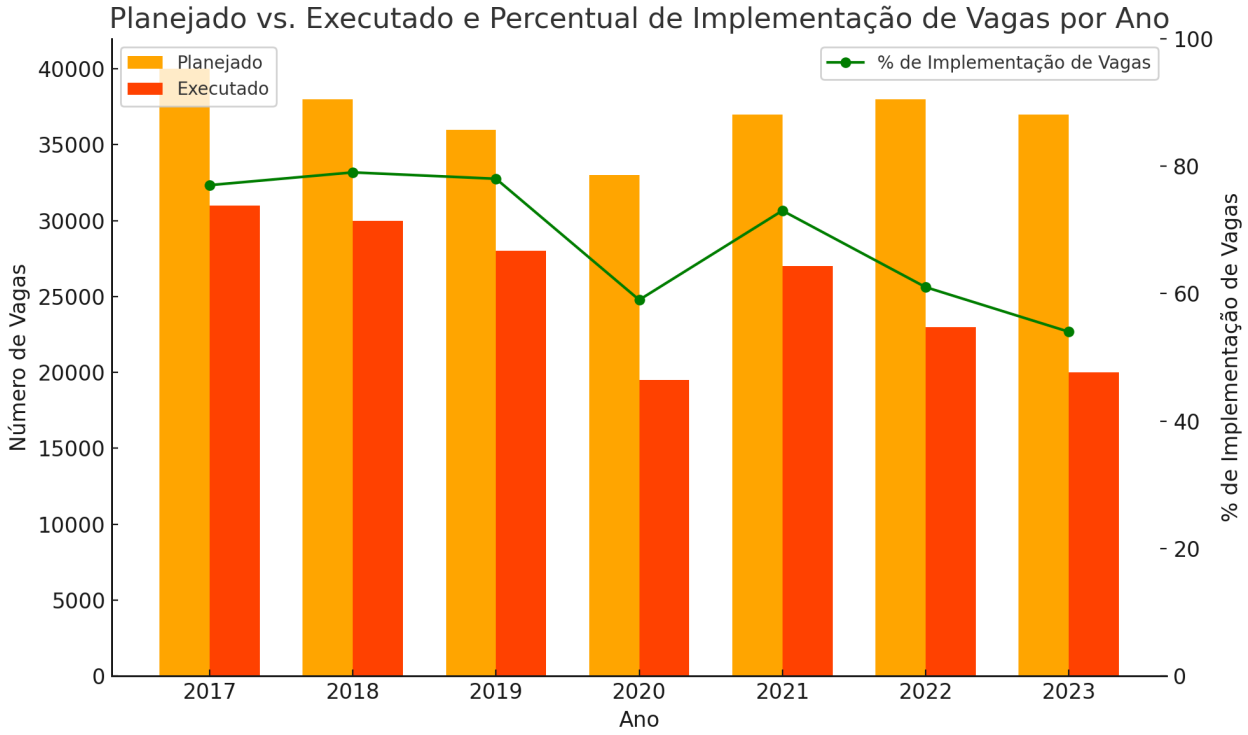


Figura 1 - Comparação entre o número de vagas planejadas e ofertadas no IFSC como um todo e o percentual de implementação de vagas (2017–2023).

A partir de 2020, contudo, verifica-se uma queda no indicador, com o percentual de implementação de vagas atingindo 59%. É razoável inferir que parte dessa redução decorre dos impactos da pandemia de COVID-19, que comprometeu a realização de ofertas presenciais, ocasionou cancelamentos e adiamentos, e exigiu reorganizações emergenciais nos calendários e formatos de cursos.

Nos anos seguintes (2021 a 2023), o percentual de implementação de vagas manteve-se em patamares inferiores a 66%, mesmo com a retomada das atividades presenciais. Essa persistência de índices mais baixos sugere que outros fatores estruturais passaram a influenciar negativamente a capacidade de execução plena do planejamento. Um dos principais elementos que pode ser associado a esse cenário é o déficit de servidores, especialmente técnicos e docentes, que impacta diretamente a viabilidade da ampliação ou manutenção de ofertas planejadas. Analisando agora o cenário em termos de matrículas equivalentes, as informações podem ser observadas no gráfico da Figura 2.

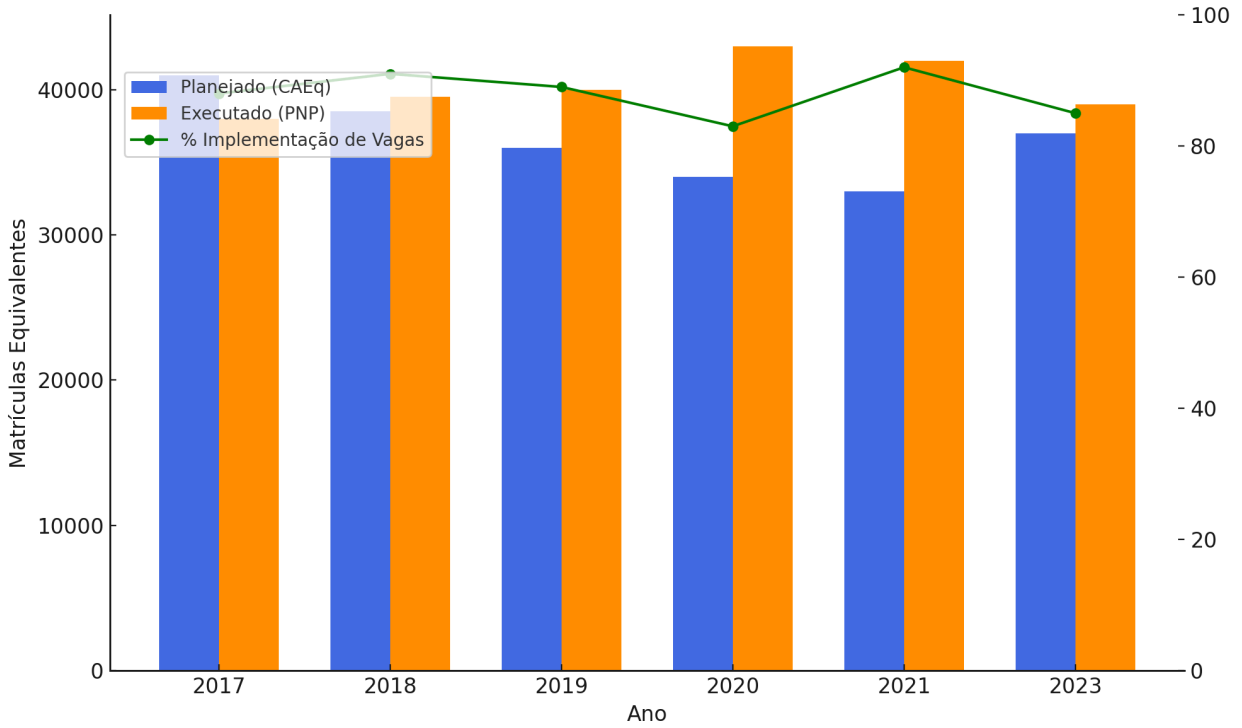


Figura 2 – Comparação entre matrículas equivalentes planejadas e executadas e percentual de implementação de vagas no IFSC como um todo (2017–2023).

Os dados analisados evidenciam que, ainda que o número de vagas de ingresso tenha apresentado uma queda ao longo dos anos (Figura 1), o IFSC ampliou sua atuação por meio de cursos com maior peso em termos de fator de equiparação de carga horária e fator de esforço de curso. Dessa forma, ao analisar sob o critério de matrículas equivalentes, esses valores apresentam um aumento conforme apresentado no gráfico da Figura 2.

O maior percentual de implementação de vagas nas matrículas equivalentes pode indicar que o IFSC passou a ofertar mais cursos com maior peso. Esses cursos têm maior carga horária, maior permanência do estudante e, por isso, pesam mais na métrica de matrícula equivalente. Essas informações podem ser corroboradas através do gráfico da Figura 3. Os cursos técnicos (TEC) e as licenciaturas (LIC), por exemplo, possuem pesos maiores na composição das matrículas equivalentes, como definido na metodologia da PNP. O aumento dessas ofertas no planejamento institucional, especialmente dos cursos técnicos, impacta diretamente no cálculo da Capacidade de Matrículas Equivalentes (CAEq). Em contraste, os cursos FIC, que possuem peso reduzido na composição das matrículas equivalentes, apresentaram diminuição[4] na maioria dos câmpus a partir de 2021.

Sobre essa relação entre a oferta de cursos técnicos e superiores e a oferta de cursos FIC, é relevante apontar o seguinte: (1) quando um novo câmpus inicia suas atividades, tendo em vista, inclusive os percentuais legais, inicia-se a oferta de cursos técnicos, somente quando essa se consolida, inicia-se, geralmente, a oferta de cursos superiores; (2) entre 2015 e 2019, os câmpus do segundo movimento de expansão dos Institutos Federais estavam recém

[4] A redução observada entre o número de vagas planejadas para cursos FIC nos anos de 2022 e 2023 é estatisticamente significativa ($p < 0,001$), conforme resultado do teste t de Student para amostras independentes, considerando um nível de significância de 0,1.

iniciando suas atividades, por isso, muitos cursos técnicos ainda não tinham tido sua oferta integralizada, logo, a carga-horária dos professores era baixa, o que permitia a oferta de cursos FIC, além disso, estes cursos são especialmente importantes para que os câmpus se aproximem da comunidade; (3) entre 2015 e 2019, os câmpus do primeiro movimento de expansão, então com, em média, cinco anos de existência, iniciavam - em sua maioria - a oferta de cursos superiores, cursos esses também ainda não integralizados, o que também possibilitava a oferta de cursos FIC; (4) já entre 2020 e 2024,não tendo ocorrido a chegada de novos professores na quantidade que se projetava e, tendo os cursos técnicos e superiores entrado em regime contínuo de oferta, a carga-horária docente para a oferta de cursos FIC diminuiu, motivada, também, pela realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão por esses mesmos profissionais,

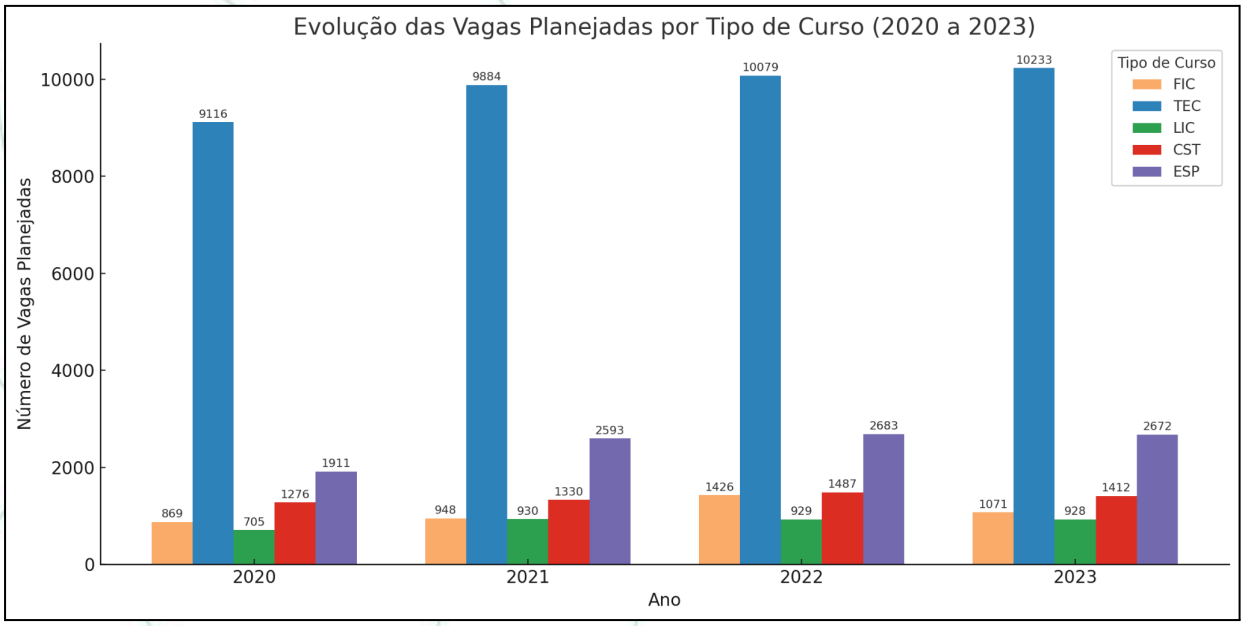


Figura 3 - Evolução das Vagas Planejadas por Tipo de Curso (2020–2024).

O fato de o percentual de implementação de vagas (Figuras 1 e 2) ter alcançado os valores observados especialmente no PDI 2015-2019, pode ser associado à execução do **planejamento de contratação de docentes**, estabelecido no PDI 2015-2019 para esse período. Conforme o POCV 2015 - 2019, a meta projetada para o período era alcançar 1.444 docentes efetivos distribuídos entre os câmpus do IFSC até 2019, número esse de professores que permitiria a efetivação de toda a oferta projetada.

Pode ser visualizado no gráfico da Figura 4, de forma detalhada para cada câmpus, entre 2015 e 2019, o IFSC promoveu uma expansão significativa no número de docentes efetivos, período que se consolidou como um momento estratégico de crescimento institucional. Em 2015, o quadro real de docentes era de 1.305[5] e em 2019 o quadro era de 1479[6]. Ou seja, entre 2015 e 2019, houve um **acréscimo de 174 vagas docentes**, o que corresponde a um **crescimento de aproximadamente 13%** no número total de professores efetivos do IFSC.

Os dados da Tabela 7.2 do PDI 2015-2019[6] “Quadro em 2019” mostram que o crescimento do quadro de servidores docentes superou ligeiramente a previsão, totalizando 1.461 docentes contratados — um acréscimo de 17 profissionais em relação ao projetado, o que representa

[5] Fonte: Warehouse do SIAPE.
[6] Fonte: Tabela 7.2, da página 223 do PDI 2015-2019 (https://www.ifsc.edu.br/en/pdis-anteriores).

uma efetivação de 101% da meta global estabelecida. Isso demonstra um esforço institucional significativo na ampliação da força de trabalho docente e evidencia a capacidade institucional do IFSC em alinhar o crescimento da sua força de trabalho docente às necessidades geradas pela expansão da oferta educacional e vice-versa. Isso explica o fato de que, nos três primeiros anos da série histórica aqui analisada - 2017 a 2019 -, o Percentual de implementação das vagas planejadas em relação às efetivamente executadas no IFSC ficou em torno de 77% a 78%, uma vez que havia disponibilidade de professores para que os cursos planejados na POCV iniciassem suas atividades.

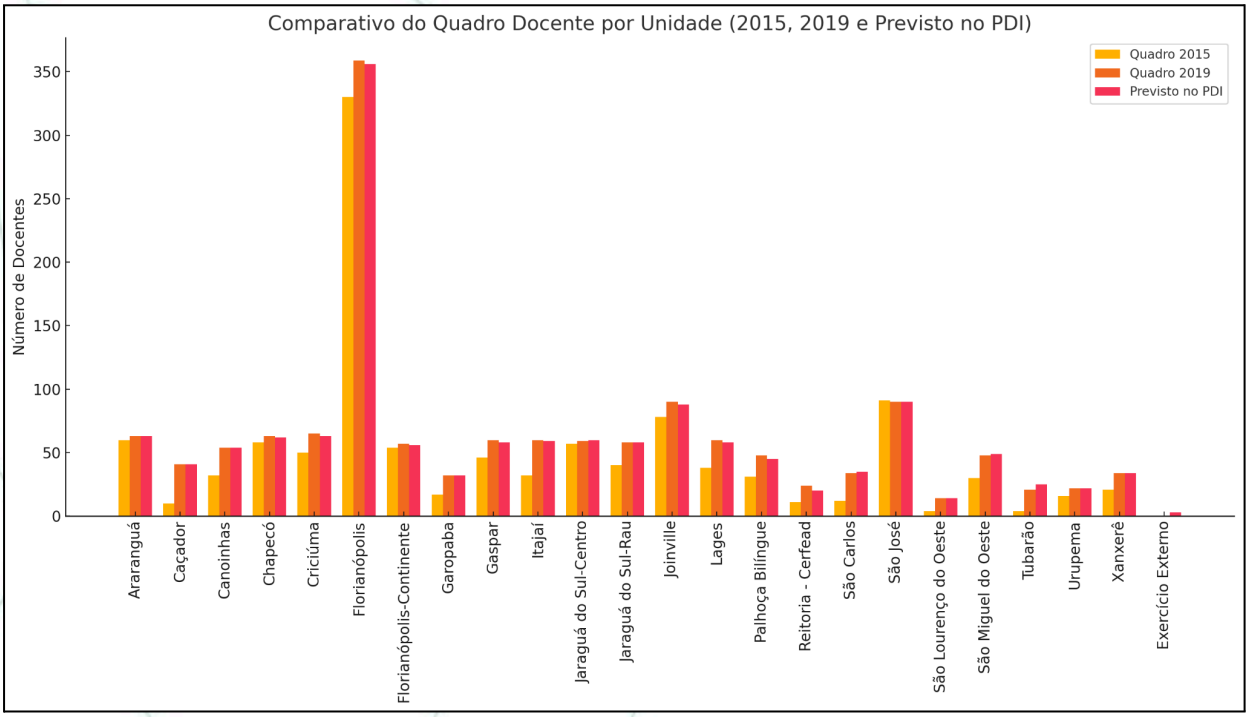


Figura 4 - Evolução e Projeção do Quadro Docente por Unidade (2015, 2019 e previsto para o PDI 2015-2019).

Na Figura 4, é possível observar a evolução na contratação de docentes em cada câmpus. Diversos câmpus ultrapassaram ou alcançaram a meta prevista, o que sugere alinhamento entre planejamento e execução, além de possíveis processos de expansão da oferta educacional. Entre os destaques:

- Chapecó: Saltou de 58 para 63 docentes, superando a previsão de 62.
- Garopaba: Crescimento expressivo de 17 para 32 docentes, alcançando a meta prevista.
- Caçador: Evoluiu de 10 para 41 docentes, atingindo exatamente o que estava projetado.
- Canoinhas: De 32 para 54, também atingindo a meta do PDI.

O Câmpus que obteve o maior crescimento foi Florianópolis que saiu de 330 para 359[7].

Em relação ao desempenho de contratação de docente no PDI 2020-2024, temos um cenário diferente. O PDI 2020–2024 previa que, ao final do ciclo, o IFSC deveria atingir um total de **1.811** docentes efetivos distribuídos entre as unidades. No entanto, os dados reais apontam que, em 2024, o quadro de docentes efetivos totalizou **1.530** servidores, o que representa **84,5%** da meta estabelecida.

Esse resultado indica um déficit de 281 docentes em relação ao planejado, evidenciando que a instituição não conseguiu manter o mesmo desempenho de expansão observado no ciclo anterior (PDI 2015–2019), quando havia superado a meta de **1.444** docentes, alcançando **1.461** em 2019. A diferença entre o previsto e o realizado no atual ciclo pode ser atribuída a diversos fatores, entre os quais se destacam:

- Ausência de concursos públicos nacionais viabilizados pela oferta de vagas pela Setec/MEC durante a maior parte do período;
- Cortes orçamentários e restrições fiscais, especialmente após o período pandêmico;
- Impactos administrativos do teto de gastos;
- Processos internos de aposentadoria e exoneração, que reduziram o quadro real sem reposição proporcional.

No que se refere ao quadro de TAEs, o PDI 2020–2024 projetava um crescimento no número de TAEs para acompanhar a ampliação da oferta educacional e das estruturas institucionais. No entanto, o número real de TAEs praticamente se manteve estável no período, saindo de 1.162[8] em 2019 para 1.163 em 2024, ficando **abaixo da meta** prevista. Esse resultado evidencia restrições no provimento de vagas, resultado direto das restrições orçamentárias que se expressaram na Lei Orçamentária Anual de todos os anos durante esse período, impossibilitando o aumento dos gastos com folha de pagamento e o provimento de novas vagas. Das vagas recebidas pelo IFSC entre 2020 e 2024, é válido explicar que a maior parte delas foi distribuída aos câmpus no final de 2023, e provida por meio de concurso público entre o final de 2023 e o início de 2025, o que faz com que só repercutam em ofertas e matrículas a partir de 2025, ano em que câmpus como São Lourenço do Oeste e Tubarão, por exemplo, iniciam a oferta de cursos técnicos integrados.

Enquanto o número de docentes cresceu, ainda que significativamente abaixo do esperado (esperava-se receber 281 novas vagas docentes, porém foram recebidas apenas 69 novas vagas, um crescimento 75,4% abaixo do esperado), aumentando a complexidade das ações pedagógicas e ampliando as exigências por suporte técnico, a estrutura de apoio permaneceu praticamente estagnada ou com crescimento insuficiente, o que gera impactos na qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica.

A lenta ampliação do quadro docente em índices abaixo do projetado na POCV 2020 - 2024 é a principal justificativa para a queda no percentual de implementação de vagas apontado na Figura 1 para os anos de 2020 a 2023 e, portanto, do afastamento entre as ofertas planejadas e as executadas. Todavia, quando se trata do número de matrículas, para além dessa questão é preciso que se analisem de perto os dados da pandemia.

[7] Cabe destacar que, historicamente, os câmpus da região da Grande Florianópolis tendem a apresentar um quadro docente ampliado em relação ao previsto, em razão de remoção por motivo de saúde ou remoções *sub judice* — eventos de natureza excepcional, não previstos nos planejamentos institucionais, mas que acabam impactando diretamente a distribuição dos docentes entre as unidades.

[8] Fonte: Quadro 8.4, da página 220 do PDI 2020-2024 (https://www.ifsc.edu.br/en/pdi-2020-2024).

No período entre 2020 e 2021, observa-se um cenário bastante anômalo no que se refere ao número de matrículas, o que é parcialmente explicado em virtude das estratégias utilizadas no período da pandemia para evitar a evasão dos estudantes, coadunar a oferta de unidades curriculares (sobretudo práticas) às particularidades do isolamento social, mitigar o efeito da pandemia sobre a qualidade do acesso a aulas e materiais didáticos. Isso incluiu, por exemplo, a escolha institucional por buscar não cancelar a matrícula dos estudantes retidos em unidades curriculares cujas cargas-horárias e atividades foram diretamente afetadas pela impossibilidade da realização de aulas em laboratório.

Por outro lado, nesse mesmo período, muitos estudantes, por motivos diversos - desde a dificuldade de acompanhar aulas online, o fato de não terem se adaptado às plataformas digitais, ou mesmo não se encontrarem em condições de acompanhar as atividades pedagógicas - optaram por trancar seus cursos. A procura pelos cursos do IFSC e, portanto, o número de ingressantes, também caiu muito nesse período - seja porque os estudantes não desejavam fazer um curso online, ou porque não tinham condições objetivas para tanto, ou mesmo em função da queda observada, em todo país, no acesso ao ensino superior e aos discursos circulantes em torno da depreciação das instituições federais de ensino, seus cursos e suas ofertas.

No ano de 2021, após quase 12 meses de restrições ao uso dos espaços físicos dos câmpus e às aulas presenciais, tendo em vista a dificuldade de oferta de unidades curriculares em que predominavam as aulas práticas, a consequente redução da carga horária de muitos docentes e a possibilidade temporária de adaptação da oferta de FICs presenciais para a modalidade remota, observou-se um crescimento temporário na oferta de cursos de qualificação profissional. Os efeitos do movimento observado entre 2020 e 2021 começam apenas a dar seus primeiros sinais de arrefecimento em 2024.

7.2.4.2 Resultados para o percentual de implementação de vagas planejadas em relação ao tipo de curso

A análise da execução dos tipos de cursos do IFSC nos anos de 2020 a 2023 pode ser observada na Tabela 1.

% Implementação de vagas	Anos	FIC	TEC	LIC	CST	ESP
	2020	472	87	104	94	69
	2021	851	83	73	103	71
	2022	475	87	80	102	61
	2023	692	83	106	95	49

Tabela 1: Percentual de Implementação de vagas em relação às vagas de ingresso previstas por tipo de curso no IFSC (2020–2023)[9]. Vagas de ingresso planejadas para os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnicos (TEC), Licenciaturas (LIC), Cursos Superiores

[9] As informações para as vagas de ingresso planejadas para cada tipo de oferta, ano e câmpus foram retiradas do PDI 2020-2024, da página 162 à 208. Os quantitativos de vagas para cada tipo de oferta foram somados para a obtenção do somatório de vagas de ingresso planejadas por ano para o IFSC.

de Tecnologia (CST) e Especializações (ESP), conforme registros institucionais dos planos de oferta de cursos e vagas.

No período de 2020 a 2023, os percentuais de Implementação de vagas de ingresso no IFSC evidenciam padrões distintos de desempenho por tipo de curso, revelando tanto a capacidade institucional de executar o planejamento quanto os desafios enfrentados em diferentes modalidades. Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) apresentaram oscilação expressiva, com um pico de execução de 851% em 2021, seguido de redução em 2022 (475%) e posterior recuperação em 2023 (692%). Esse comportamento reflete ações intensivas de ampliação de oferta em um determinado período, como já explicado anteriormente.

Os cursos técnicos (TEC), por sua vez, mantiveram-se com percentuais estáveis entre 83% e 87% ao longo do quadriênio. Essa regularidade indica que a execução das ofertas técnicas se manteve próxima ao planejado, refletindo uma maturidade institucional na condução dessa modalidade.

No caso das licenciaturas (LIC), a execução caiu de 104% em 2020 para 73% em 2021, mas apresentou crescimento gradual nos anos seguintes, alcançando 106% em 2023. Esse movimento indica um fortalecimento da política institucional voltada à formação de professores, alinhada às metas legais e estratégicas do IFSC.

Já os Cursos Superiores de Tecnologia (CST) registraram percentuais elevados e relativamente estáveis, variando entre 94% e 103%. Isso sugere um bom alinhamento entre o planejamento e a execução das ofertas nesta modalidade, o que pode estar associado à consolidação dos cursos existentes e à adequada distribuição de recursos.

Por fim, as especializações (ESP) apresentaram queda progressiva no percentual de implementação de vagas, passando de 69% em 2020 para 49% em 2023. Essa redução pode ser atribuída a desafios na execução dessa modalidade e priorização de outras ofertas.

7.3 Diretrizes para o Planejamento da Expansão das Ofertas Educacionais em Cada Câmpus

7.3.1 Introdução às Diretrizes de Expansão

Para o período de 2025-2029, a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e a Pró-reitoria de Ensino, com apoio do colégio de dirigentes, estabeleceu diretrizes específicas para orientar a expansão das ofertas educacionais em cada câmpus. Essas diretrizes foram desenvolvidas para assegurar que a expansão seja alinhada às demandas regionais e às capacidades de cada câmpus, respeitando as metas institucionais e legais.

7.3.2 Tipologias dos Câmpus e Planejamento da Expansão

Os câmpus foram categorizados em grupos de tipologia com base na sua capacidade atual e no piso estabelecido pela Portaria 713/2021:

- Grupo A1: Câmpus que não alcançaram 70% do piso e devem planejar alcançar 100% da tipologia estabelecida de 70/45. Inclui os câmpus de Caçador e Garopaba.
- Grupo A2: Câmpus que devem manter a tipologia 70/45, considerando suas especificidades regionais e as demandas locais. Abrange os câmpus de Jaraguá do Sul - Centro, São Carlos e Urupema.
- Grupo A3: Câmpus que alcançaram o piso mínimo e devem manter a tipologia com foco no equilíbrio entre oferta e demanda. Inclui os câmpus de Tubarão, Xanxerê e Araranguá.
- Grupo A4: Câmpus que precisa considerar um planejamento de expansão para atingir o potencial máximo dentro das diretrizes estabelecidas. Os câmpus de São Lourenço do Oeste e Palhoça Bilíngue pertencem a este grupo.
- Grupo B1: Câmpus que alcançaram entre 70% e 100% do piso e devem planejar expandir para alcançar a tipologia definida de 70/45. Este grupo inclui os câmpus de Araranguá e Canoinhas, entre outros.
- Grupo B2: Câmpus que já atingiram ou estão próximos de atingir a tipologia máxima e devem planejar a manutenção das ofertas, ajustando-se conforme as demandas educacionais emergentes. Este grupo engloba os câmpus de Florianópolis - Continente e São José.
- Grupo B3: Câmpus que têm capacidade de expansão além da tipologia atual, devendo planejar novas ofertas que ampliem o alcance educacional do IFSC na região. Inclui os câmpus de Criciúma e Lages.

O quadro 7.1 apresenta um resumo das informações apresentadas para as diretrizes em relação à tipologia.

Quadro 7.1: Resumo das informações apresentadas para as diretrizes para o Planejamento da Expansão das Ofertas Educacionais em Cada Câmpus em relação à tipologia:

Código do Câmpus	Câmpus	Ano 2023	Tipologia	Limite Estabelecido	Grupo	Orientações oriundas da Reunião Codir Técnico (13/03/2024)
CDR	Caçador	43	70	70	A1	deve considerar para fins de planejamento alcançar os 100% da tipologia estabelecida de 70/45
GPB	Garopaba	40	70	70	A1	deve considerar para fins de planejamento alcançar os 100% da tipologia estabelecida de 70/45
TUB	Tubarão	36	70	70	A1	deve considerar para fins de planejamento alcançar os 100% da tipologia estabelecida de 70/45
XXE	Xanxerê	40	70	70	A1	deve considerar para fins de planejamento alcançar os 100% da tipologia estabelecida de 70/45
JAR	Jaraguá do Sul - Centro	57	90	70	A2	deve considerar para fins de planejamento alcançar os 100% da tipologia estabelecida de 70/45
SCA	São Carlos	36	70	40	A3	deve considerar o cenário das demandas para cursos nos municípios da região que atende, planejando sua expansão com base na tipologia 40/26
URP	Urupema[10]	24	70	35	A4	deve considerar o cenário das demandas para cursos nos municípios da região que atende, planejando sua expansão com base na relação 35/22
CCO	Chapecó	64	70	77	B2	pode considerar o planejamento de sua expansão para além da tipologia definida 70/45 - com ampliação para a relação 77/49.
CRI	Criciúma	67	70	77	B2	pode considerar o planejamento de sua expansão para além da tipologia definida 70/45 - com ampliação para a relação 77/49.
ITJ	Itajaí	62	70	70	B1	deve considerar para fins de planejamento alcançar os 100% da tipologia estabelecida de 70/45
LGS	Lages	62	70	77	B2	pode considerar o planejamento de sua expansão para além da tipologia definida 70/45 - com ampliação para a relação 77/49.
ARU	Araranguá	65	70	70	B1	deve considerar o planejamento de sua expansão para alcançar a tipologia definida 70/45
CAN	Canoinhas	54	70	70	B1	deve considerar o planejamento de sua expansão para alcançar a tipologia definida 70/45
CTE	Florianópolis - Continente	65	70	70	B1	deve considerar o planejamento de sua expansão para alcançar a tipologia definida 70/45
GAS	Gaspar	60	70	77	B2	pode considerar o planejamento de sua expansão para além da tipologia definida 70/45 - com ampliação para a relação 77/49.
PHB	Palhoça-Bilíngu	54	70	77	B2	pode considerar o planejamento de sua expansão para além da tipologia definida 70/45 - com

[10] A previsão atual de 35 docentes para o Câmpus Urupema deverá ser alterada futuramente para 34, considerando o realinhamento previamente acordado entre os câmpus Urupema e Lages, com apoio da PROEN. Trata-se da cessão de um código de vaga do curso de Engenharia de Alimentos, em extinção no Câmpus Urupema, para a área de Engenharia Química no Câmpus Lages, com a correspondente remoção da docente envolvida, a ser oficializada por portaria do reitor após aprovação deste documento pelo Consup.

Código do Câmpus	Câmpus	Ano 2023	Tipologia	Limite Estabelecido	Grupo	Orientações oriundas da Reunião Codir Técnico (13/03/2024)
	e					ampliação para a relação 77/49.
RAU	Jaraguá do Sul - Rau	59	70	70	B1	deve considerar o planejamento de sua expansão para alcançar a tipologia definida 70/45
SMO	São Miguel do Oeste	50	70	70	B1	deve considerar o planejamento de sua expansão para alcançar a tipologia definida 70/45
JLE	Joinville	91	70	105	B3	pode considerar o planejamento de sua expansão para além da tipologia definida 70/45 - com ampliação para a relação 105/67.
FLN	Florianópolis - Centro	382	350	365	B5	deve planejar sua adequação de modo a se aproximar do limite de 365/200
SJE	São José	90	90	90	B4	deve planejar sua adequação de modo a se aproximar da tipologia de referência 90/60.
SLO	São Lourenço do Oeste	24	40	40	B6	deve planejar sua adequação para a tipologia 40/26
TIJ	Tijucas[11]	-	70[12]	40	-	deve planejar sua adequação para a tipologia 40/26
	Total geral	**1525**	**1830**	**1830**		

[11] No dia 12 de março de 2024, ocorreu uma cerimônia realizada em Brasília-DF, onde o Governo Federal anunciou os "100 Novos Institutos Federais" no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). Entre os novos câmpus anunciados, está o Câmpus Tijucas, que será integrado ao IFSC. De acordo com as orientações repassadas pela SETEC-MEC, os novos câmpus deverão adotar uma tipologia 70/45.
[12] No caso do Câmpus Tijucas, a inserção de suas vagas no montante total de servidores do IFSC ainda depende da aprovação de um projeto de lei específico, que se encontra em tramitação no Senado Federal.

A seleção dos câmpus classificados como potenciais para planejar o seu crescimento para um percentual acima de sua tipologia atual está baseado no índice de desenvolvimento potencial dos câmpus. Este índice foi proposto e construído coletivamente com o apoio dos gestores dos câmpus.

O índice foi elaborado utilizando método distancial ou genebrino que leva em consideração as seguintes variáveis:

1. população da cidade em que se localiza o câmpus;
2. população da microrregião em que se localiza o câmpus;
3. distância de alcance do câmpus da cidade à tipologia definida na portaria 713/2021;
4. IDH da cidade em que se localiza o câmpus;
5. RAP do câmpus;
6. Eficiência acadêmica;
7. Número total de matrículas;
8. Percentual de oferta de cursos técnicos;
9. Percentual de oferta de cursos de formação de professores;
10. Percentual de oferta de cursos Proeja.

Os dados referentes às variáveis 1 à 4 foram obtidos do Observatório dos Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais.

Os dados referentes às variáveis 5 à 11 foram obtidos da Plataforma Nilo Peçanha (Ano base 2022).

O índice de desenvolvimento potencial dos câmpus foi aplicado para a análise das diferentes mesorregiões[13] de Santa Catarina. Para o tratamento dos dados, as informações relacionadas ao Câmpus Florianópolis foram excluídas, devido à sua significativa distinção em relação aos demais câmpus, o que poderia distorcer a análise comparativa. Além disso, o Câmpus Florianópolis demanda uma abordagem diferenciada devido à sua longa história, seu tamanho considerável e suas características distintivas em relação aos demais câmpus.

Outra particularidade na análise diz respeito ao Câmpus Palhoça-Bilíngue. Apesar de o Câmpus Florianópolis-Continente apresentar o maior índice de desenvolvimento potencial, entende-se que o Câmpus Palhoça-Bilíngue deve planejar sua oferta com um percentual superior ao esperado para sua tipologia. Este câmpus também requer uma abordagem especial devido à sua especificidade e colaboração com toda a rede.

Considerando a metodologia utilizada, o Quadro 7.2 apresenta os índices de desenvolvimento potencial dos câmpus em cada mesorregião. Os câmpus que apresentaram os maiores índices foram selecionados para realizar uma previsão de docentes além de sua tipologia, para fins de planejamento.

[13] A divisão dos câmpus está baseada pode ser visualizada no link (https://www.ifsc.edu.br/en/campus).

Quadro 7.2: Índices de desenvolvimento potencial dos câmpus em cada mesorregião.

Mesorregião	Câmpus	IDP
Serrana	Lages	46,63
	Urupema	19,99
Sul Catarinense	Araranguá	26,29
	Criciúma	57,72
	Tubarão	39,73
	Garopaba	16,25
Norte catarinense	Canoinhas	20,15
	Jaraguá do Sul - Centro	40,32
	Jaraguá do Sul - Rau	38,56
	Joinville	54,40
Grande Florianópolis	Florianópolis-Continente	71,00
	Palhoça-Bilíngue	36,17
	São José	28,43
Oeste catarinense	Caçador	23,24
	Chapecó	56,53
	São Lourenço do Oeste	39,86
	São Miguel do Oeste	17,48
	Xanxerê	21,17
	São Carlos	33,45
Região Itajaí	Gaspar	43,01
	Itajaí	35,98

7.3.3 Diretrizes em Relação aos Percentuais Legais e Indicadores

O planejamento do PDI 2025-2029 preocupou-se em assegurar a consolidação e o aumento das vagas para cumprir os percentuais legais de distribuição estabelecidos pela Lei 11.892/2008 e o Decreto 5.840/2006, garantindo 50% das vagas para cursos técnicos (prioritariamente integrados) e 20% para formação de professores, além de 10% para Proeja. A RESOLUÇÃO CONSUP Nº 34/2023 enfatiza a importância de garantir, até o final da vigência do PDI, pelo menos 10% de ofertas de cursos de EJA-EPT (PROEJA) em cada câmpus.

Os cursos técnicos devem ter preferencialmente pelo menos 55% das vagas para cursos técnicos integrados, conforme as Diretrizes Indutoras do CONIF (2018). Já a formação de professores deve priorizar ciências e matemática, evitando sobreposição com outras instituições e assegurando que 20% das ofertas sejam para formação de professores até o fim do PDI. O indicador de Matrículas Equivalentes em Formação de Professores, segundo a Plataforma Nilo Peçanha, considera cursos como licenciaturas e pós-graduações na área educacional, além de cursos FIC atrelados ao Guia Pronatec ou CBO.

No que tange à avaliação e planejamento, a RAPc (Relação Aluno-Professor Corrigida) será usada como indicador, com uma meta de 28 matrículas por professor para garantir eficiência e cumprimento das metas do PDI. Além disso, deve-se garantir uma ocupação de pelo menos 80% das matrículas ofertadas e um Índice de Eficiência Acadêmica mínimo de 70%.

Ainda no que se refere à RAPc, a mesma continuará a ser utilizada como um indicador chave, com uma meta de 28 matrículas por professor para garantir eficiência e cumprimento das metas do PDI. A escolha da RAPC como métrica baseia-se na sua capacidade de proporcionar uma avaliação mais precisa do esforço institucional necessário para oferecer cursos. Essa métrica já foi destacada no PDI 2020-2024, onde se reconheceu que a RAPc oferece uma visão mais clara da relação entre matrículas e carga docente, ao considerar variações como taxas de evasão e tipos de cursos ofertados.

Além disso, deve-se garantir uma ocupação de pelo menos 80% das matrículas ofertadas e um Índice de Eficiência Acadêmica mínimo de 70%. Estas metas são fundamentais para assegurar que os recursos institucionais sejam utilizados de forma otimizada e que o IFSC continue a oferecer educação de alta qualidade e relevância.

Por fim, o planejamento deve respeitar o teto de 1.830 vagas de professores, considerando uma média de 14 horas-aula semanais para dimensionamento. Embora seja possível planejar novas vagas a partir de 14 horas-aula, a convocação de novos docentes só será viável quando a carga horária média for de pelo menos 10 horas-aula por área de atuação, conforme a Resolução Consup 40/2023.

7.3.4 Diretriz Metodológica para o Planejamento de Expansão

O planejamento da expansão das ofertas educacionais nos câmpus do IFSC seguiu uma metodologia estruturada, começando pelo diagnóstico das ofertas atuais. Este diagnóstico serviu como base para construir cenários futuros e classificar propostas de cursos em várias categorias:

- **Cursos FIC:** Incluem cursos de formação inicial e cursos de formação continuada. Os cursos de formação inicial podem ter carga horária mínima, igual ou superior, a 160h. Os cursos de formação continuada possuem com carga horária mínima, igual ou superior, a 20h[14].
- **Cursos Técnicos:** Devem ser integrados, subsequentes ou concomitantes, incluindo especializações técnicas e cursos PROEJA, com preferência por cursos integrados.
- **Cursos de Graduação:** Envolvem licenciaturas e cursos existentes, superiores de tecnologia e bacharelados, presenciais ou a distância.

[14] A Resolução CEPE 13/2025, define que:
Art. 10. Os cursos serão organizados nos seguintes formatos:
I - Formação Inicial: cursos que contemplam um conjunto de saberes que habilitam a pessoa egressa do curso em regime de oferta ao início do exercício profissional com carga horária mínima, igual ou superior, a 160h (cento e sessenta horas);
II - Formação Continuada: cursos que contemplam um conjunto de saberes que atualizam e aperfeiçoam a pessoa egressa no exercício profissional com carga horária mínima, igual ou superior, a 20h (vinte horas).

- **Cursos de Pós-Graduação:** Incluem especializações *lato sensu*, mestrados e doutorados profissionais, com ênfase na formação de professores e preferencialmente ofertados de forma intercâmpus e regionalizada.

Cursos podem contribuir para mais de um percentual legal, como cursos técnicos do eixo DesES que também contam para a formação de professores e PROEJA. Para formação de professores, cursos no eixo DesES são classificados como tal, e atenção especial deve ser dada aos nomes dos cursos de pós-graduação para garantir que contenham palavras relacionadas à educação.

7.3.5 Orientações sobre a Análise do Cenário Regional

No contexto do planejamento estratégico, a análise do cenário regional desempenhou um papel fundamental na consolidação das ofertas educacionais. A Coordenadoria de Planejamento e Avaliação Institucional elaborou um painel detalhado que orientou os câmpus na execução do processo PN 2.1.3 - Analisar as demandas socioeconômico-ambientais.

Esse levantamento de informações permitiu que os câmpus elaborassem o Relatório Integrado das Demandas Socioeconômico-Ambientais, documento que fundamentou tanto o planejamento das futuras ofertas quanto o aprimoramento das ofertas educacionais já existentes, garantindo seu alinhamento com as necessidades regionais.

Além disso, os câmpus realizaram uma análise detalhada de seu histórico de matrículas e ocupação de vagas em todos os cursos, bem como das taxas de evasão e do Índice de Eficiência Acadêmica. A Plataforma Nilo Peçanha serviu como ferramenta essencial para sustentar essa análise, oferecendo parâmetros consistentes para a tomada de decisões.

7.4 Evolução da oferta de cursos e vagas

A análise da evolução da oferta de cursos e vagas no IFSC para o próximo quinquênio (2025 a 2029) utiliza parâmetros de comparação semelhantes aos adotados no PDI 2020–2024. Essa continuidade metodológica visa possibilitar o acompanhamento, ao longo dos anos, da Implementação de vagas planejadas frente à realidade da implementação das ofertas. Nos quadros desta seção, estão contabilizados apenas os cursos planejados com fomento próprio. Os cursos não regulares, cujo fomento ocorre por meio de parcerias ou pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), estão excluídos desta análise, mas estão listados e analisados no Apêndice A.

O Quadro 7.4.1 apresenta o estado inicial da capacidade de matrículas equivalentes de oferta do IFSC em 2024, bem como sua projeção para 2029, estratificada segundo as seguintes categorias e siglas:

- **Distribuição da oferta:** Técnico (TEC) e Formação de Formadores (FOR); os cursos superiores e FIC não voltados à formação de formadores são categorizados como Outros (OUT);
- **Tipo de Curso:** Qualificação Profissional ou Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnico (TEC), Superior de Tecnologia (CST), Bacharelado (BAC), Licenciatura (LIC), Especialização (ESP), Mestrado Profissional (MES);
- **Nível:** FIC; Técnico; Graduação; Pós-Graduação (PG);
- **Tipos de FIC:** FIC-INI, EJA-INT, EJA-CON e não aplicável (n.a.);
- **Tipos de Técnicos:** Integrado ao ensino médio (INT), Subsequente ao ensino médio (SUB), Concomitante ao ensino médio (CON), Integrado no âmbito do Proeja (EJA-INT) e Concomitante no âmbito do Proeja (EJA-CON);
- **Tipo de Oferta PROEJA:** EJA-CON, EJA-INT, PROEJA (total);
- **Modalidade:** Ensino presencial e Ensino a Distância (EaD);
- **Total dos cursos Técnicos Integrados**: INT + EJA-INT

O planejamento prevê, para 2029, uma ampliação no número de matrículas nos cursos técnicos, de formação de formadores e nos demais cursos. Destaca-se o aumento expressivo nas matrículas em cursos voltados à formação de formadores, que mais do que dobrarão ao final do quinquênio. Também é notável o crescimento no percentual de matrículas em cursos EJA, que quase triplicará em relação a 2024, ultrapassando 11% das matrículas equivalentes em 2029.

De forma mais detalhada, observa-se que quase todos tipos de curso apresentarão, ao final do quinquênio, aumento no número de matrículas equivalentes. A exceção são os cursos Superiores de Tecnologia (CST) que estabilizarão a sua Capacidade de Matrícula Equivalente (CMatEq) em cerca de 5300. Em termos de distribuição percentual, os cursos técnicos continuarão predominando em 2029, com pouco mais da metade das matrículas, seguidos por bacharelados, especializações e FICs. Ao agrupar os cursos por nível de escolaridade, estima-se que, em 2029, cerca de 50% da CMatEq estarão nos cursos técnicos, pouco mais de um quarto nas graduações e 10% na pós-graduação. Destaca-se, nesse cenário, o aumento na participação dos cursos FIC, que passarão de 3,7% das matrículas em 2024 para 10,1% em 2029, especialmente em razão da expansão das ofertas associadas à EJA, a qual passa de 2,3% em 2024 para 7,2% em 2029.

Quanto aos cursos técnicos, poucas mudanças são observadas entre 2024 e 2029. Entretanto, merecem destaque dois aspectos: 1) o número de matrículas equivalentes em cursos de EJA integrado ao ensino médio mais do que triplicará, passando de 594 em 2024 para 2.244 em 2029; 2) as matrículas em cursos técnicos integrados, que em 2024 representavam menos da metade das matrículas nesse nível, alcançarão 54,3% em 2029.

Por fim, o planejamento prevê uma redução no percentual de matrículas na modalidade presencial, que passará de 93,7% em 2024 para aproximadamente 90% em 2029. Já a modalidade de ensino a distância será ampliada de 6,3% para quase 10% no mesmo período.

Quadro 7.4.1 - Vagas de Ingresso (VIng), Capacidade de Matrículas Equivalentes (CMatEq) e percentagem de CMatEq da oferta total do IFSC. Situação em 2024 e previsão para 2029.

Categoria	Classe	2024			2029		
		VIng	CMatEq	%CMatEq	VIng	CMatEq	%CMatEq
Distrib. da oferta	TEC	7.067	19.781	52,7%	9.295	27.375	49,4%
	FOR	3.080	3.198	8,5%	13.315	8.079	14,6%
	OUT	6.209	14.576	38,8%	10.441	19.976	36,0%
Tipo de oferta	EJA-CON	89	529	1,4%	433	1.640	3,0%
	EJA-INT	446	1.133	3,0%	1.290	4.900	8,8%
	PROEJA	535	1.662	4,4%	1.723	6.540	11,8%
Tipo de curso	FIC	4.482	1.375	3,7%	15.754	5.586	10,1%
	TEC	7.127	19.963	53,2%	9.707	28.313	51,1%
	CST	1.815	5.259	14,0%	1.771	5.275	9,5%
	BAC	1.319	7.399	19,7%	1.494	8.349	15,1%
	LIC	236	1.168	3,1%	596	2.136	3,9%
	ESP	1.308	2.241	6,0%	3.550	5.369	9,7%
	MES	69	152	0,4%	179	402	0,7%
	DOC	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Nível do curso	FIC	4.482	1.375	3,7%	15.754	5.586	10,1%
	Técnico	7.127	19.963	53,2%	9.707	28.313	51,1%
	Graduação	3.370	13.826	36,8%	3.861	15.760	28,4%
	PG	1.377	2.393	6,4%	3.729	5.771	10,4%
Tipo de FIC	FIC-INI	68	15	0,0%	618	136	0,2%
	EJA-INT	160	539	1,4%	630	2.657	4,8%
	EJA-CON	25	318	0,8%	325	1.357	2,4%
	n.a.	4.229	503	1,3%	14.181	1.436	2,6%
Tipo de técnico	INT	2.200	8.639	23,0%	3.401	13.127	23,7%
	SUB	4.018	9.133	24,3%	5.393	12.373	22,3%
	CON	559	1.385	3,7%	145	286	0,5%
	EJA-INT	286	594	1,6%	660	2.244	4,0%
	EJA-CON	64	211	0,6%	108	283	0,5%
Modalidade	Presencial	14.071	35.187	93,7%	26.713	50.179	90,5%

Categoria	Classe	2024			2029		
		VIng	CMatEq	%CMatEq	VIng	CMatEq	%CMatEq
	EaD	2.285	2.369	6,3%	6.338	5.250	9,5%
Técnico integrado		**2.486**	**9.233**	**46,3%**	**4.061**	**15.370**	**54,3%**
	TOTAL	**16.356**	**37.556**		**33.051**	**55.429**	

(a) Nessa categoria, a soma dos cursos técnicos (TEC) não é idêntica ao total de acordo com o tipo de curso, pois alguns cursos técnicos aqui estão classificados como formação de formadores (FOR), uma vez que o mesmo curso pode estar nas duas categorias.
(b) Pós-graduações (PG) - Incluem os cursos de especialização (ESP) e mestrado (MES)

7.4.1 Crescimento anual da oferta de cursos do IFSC

A análise ano a ano mostra que quase todos os tipos de cursos apresentam crescimento gradual entre 2024 e 2029, conforme apresentado no Quadro 7.4.2. De forma geral, independentemente do tipo de curso, o número de vagas de ingresso cresce no quinquênio. No entanto, destaca-se uma peculiaridade: enquanto o número de vagas nos cursos FIC quase quadruplica, o aumento considerando apenas os demais cursos é de cerca de 50%, evidenciando que o principal crescimento no número de vagas ocorre nas ofertas de formação inicial e continuada.

Algumas projeções fogem desse padrão e merecem atenção. Os cursos FIC classificados como “n.a.” mais que duplicam o número de vagas entre 2024 e 2025. Nos anos seguintes, o crescimento torna-se menos acentuado, e ao final do período a oferta ultrapassa 14 mil vagas. Comportamento semelhante é observado nas especializações, cuja oferta cresce de forma mais intensa até 2027, estabilizando-se em cerca de 3.500 vagas a partir de então.

Em contrapartida, a oferta de cursos técnicos concomitantes apresenta redução gradual ao longo do quinquênio, sobrando um remanescente de cerca de 250 vagas. Os cursos superiores de tecnologia mostram pequena variação no total de vagas, apesar do acréscimo de quatro novos cursos entre 2024 e 2029. O aumento nos cursos de bacharelado também é modesto, com acréscimo de pouco mais de 170 vagas no período.

Entre 2024 e 2029, projeta-se um aumento de 95% no número total de cursos e de 100% nas vagas de ingresso, refletindo o esforço institucional em expandir o acesso à educação. No entanto, a Capacidade de Matrículas-Equivalentes (CMatEq) deverá crescer cerca de 48% neste período. Embora o aumento no número de vagas e cursos impacte diretamente a CMatEq, essa relação não é linear, pois as vagas são ponderadas pelos Fator de Esforço de Curso (FEC) e Fator de Equiparação de Carga Horária (FECH). Isso reduz substancialmente o impacto das matrículas em cursos FIC de curta duração, especialmente os classificados como “n.a.”. No Apêndice B nos dados de planejamento de cada campus são listados os cursos previstos e seus respectivos FEC e FECH. Os Gráficos 7.4.1 e 7.4.2 ilustram essa dinâmica.

Gráfico 7.4.1 - Vagas de Ingresso dos cursos do IFSC para os diferentes níveis.

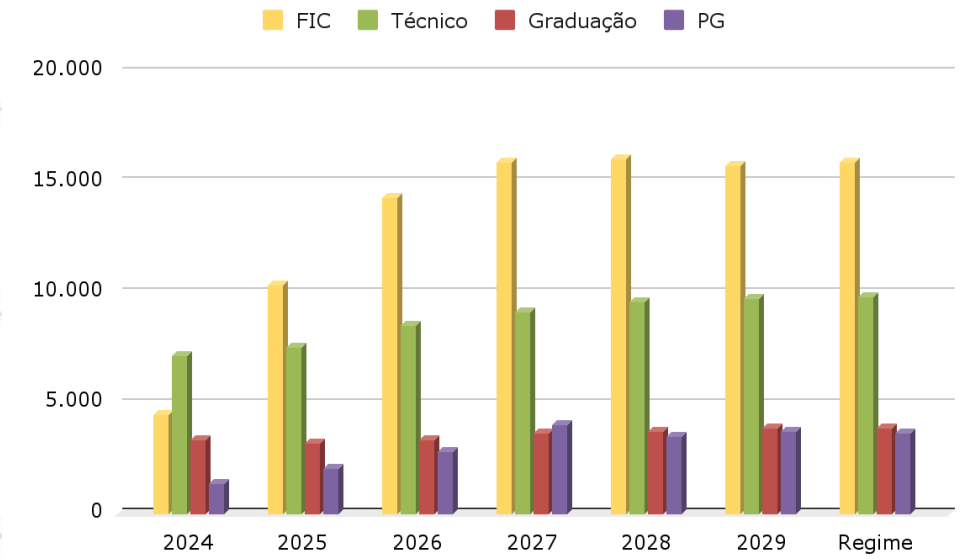
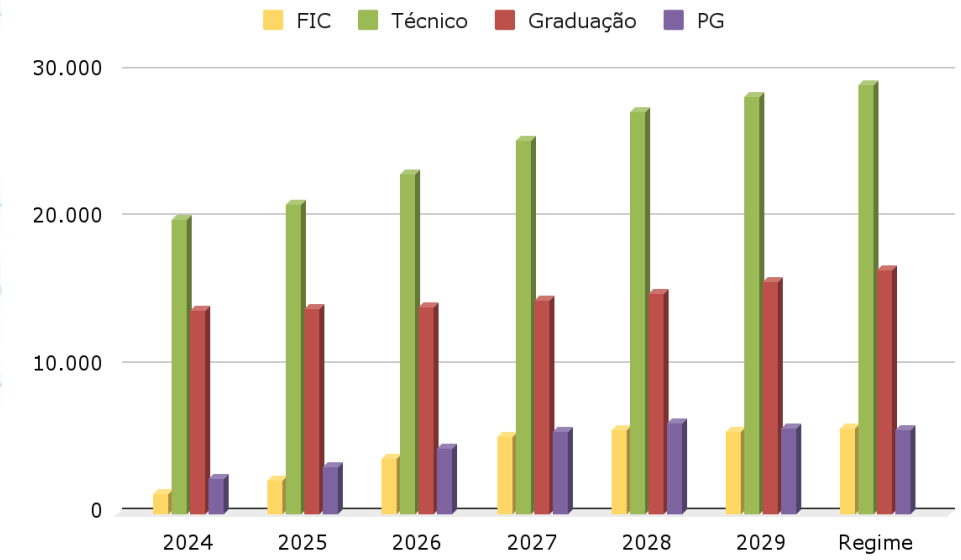


Gráfico 7.4.2 - Capacidade de matrícula-equivalente dos cursos do IFSC para os diferentes níveis.



O Gráfico 7.4.2 revela que o principal crescimento da CMatEq ocorre nos cursos técnicos, sobretudo nos Técnicos Integrados (INT e EJA-INT), cuja expansão estimada é de 61% neste período. Esse crescimento representa 34% do aumento total da CMatEq no IFSC. Ao final do quinquênio, cursos técnicos e de graduação responderão por quase 80% da capacidade total de matrículas-equivalentes da instituição, consolidando o IFSC como referência em formação técnica e tecnológica.

Quadro 7.4.2 - Evolução das vagas de ingresso (VIng), número de cursos e capacidade de matrículas equivalentes (CMatEq) da oferta total do IFSC projetada para o período de 2024-2029

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	2024			2025			2026			2027			2028			2029		
		VIng	Cursos	CMatEq	VIng	Cursos	CMatEq	VIng	Cursos	CMatEq	VIng	Cursos	CMatEq	VIng	Cursos	CMatEq	VIng	Cursos	CMatEq
FIC	EJA-CON	25	6	318	105	4	327	140	8	472	385	11	1.011	300	11	1.319	325	9	1.357
FIC	EJA-INT	160	6	539	340	9	963	620	19	1.925	640	22	2.657	630	22	2.753	630	22	2.657
FIC	FIC-INI	68	3	15	248	9	55	558	13	123	598	15	132	603	15	133	618	16	136
FIC	n.a.	4.209	83	502	9.656	160	929	12.950	221	1.259	14.256	242	1.442	14.466	252	1.486	14.161	248	1.435
TEC	CON	559	13	1.385	352	13	1.144	85	10	592	65	4	240	85	3	199	145	4	286
TEC	EJA-CON	64	3	211	64	3	211	0	3	141	74	5	154	108	2	205	108	2	283
TEC	EJA-INT	286	9	594	136	10	548	550	17	1.055	620	18	1.564	670	16	1.945	660	16	2.244
TEC	INT	2.200	46	8.639	2.628	55	9.349	3.281	74	11.011	3.330	75	12.217	3.401	74	12.927	3.401	74	13.127
TEC	SUB	4.018	69	9.133	4.318	81	9.789	4.573	83	10.304	5.038	90	11.186	5.293	95	11.983	5.393	100	12.373
LIC	n.a.	236	7	1.168	236	8	1.117	306	10	1.140	496	15	1.409	536	16	1.720	596	18	2.136
CST	n.a.	1.815	31	5.259	1.695	34	5.365	1.655	35	5.350	1.655	36	5.217	1.655	35	5.121	1.771	35	5.275
BAC	n.a.	1.319	27	7.399	1.289	28	7.424	1.369	31	7.570	1.494	34	7.847	1.494	34	8.121	1.494	33	8.349
ESP	n.a.	1.308	29	2.241	1.985	48	2.971	2.641	59	4.219	3.870	68	5.264	3.357	72	5.762	3.550	73	5.369
MES	n.a.	69	5	152	84	6	185	134	8	267	159	9	342	159	9	382	179	10	402
TOTAL (SEM FIC)		**11.874**	**239**	**36.181**	**12.787**	**286**	**38.102**	**14.594**	**330**	**41.648**	**16.801**	**354**	**45.438**	**16.758**	**356**	**48.366**	**17.297**	**365**	**49.843**
TOTAL (COM FIC)		**16.336**	**337**	**37.555**	**23.136**	**468**	**40.375**	**28.862**	**591**	**45.427**	**32.680**	**644**	**50.679**	**32.757**	**656**	**54.057**	**33.031**	**660**	**55.428**

7.4.2 Atendimento às metas de oferta de cursos do IFSC

Em relação às previsões legais de oferta de cursos técnicos (mínimo de 50%), formação de formadores (mínimo de 20%) e PROEJA (mínimo de 10%), observa-se uma evolução significativa no sentido do atendimento à legislação, conforme mostra o Quadro 7.4.3.

É importante destacar que há sobreposição entre essas categorias de cursos, pois determinadas ofertas podem ser contabilizadas simultaneamente para mais de uma meta, como cursos técnicos (TEC), formação de formadores (FOR) e PROEJA, conforme os critérios estabelecidos pelo MEC na PNP. Essa reclassificação foi realizada em 2024, assegurando que os dados apresentados já consideram essa sobreposição. Assim, ao interpretar os percentuais, é fundamental ter em mente que um mesmo curso pode contribuir para o alcance de múltiplas metas, o que pode impactar a percepção de crescimento ou redução em determinadas categorias. No Apêndice F é apresentada a relação dos cursos que são contabilizados em mais de um percentual.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) também apresenta crescimento expressivo, quase quadruplicando sua capacidade até 2029, o que reforça o compromisso com a inclusão social e o atendimento de públicos historicamente menos atendidos.

O percentual da Capacidade de Matrículas-Equivalentes (CMatEq) relativo aos cursos PROEJA foi o que apresentou maior variação positiva, partindo de cerca de 4% em 2024 e atingindo quase 12% em 2029. Os cursos de formação de formadores também demonstram evolução expressiva, passando de aproximadamente 8% para quase o dobro (14,5%) ao final do quinquênio — ainda que não atinjam a meta estabelecida de 20%.

Quanto aos cursos técnicos, observa-se uma tendência de manutenção do percentual em pouco mais de 50% da CMatEq, o que garante o cumprimento da meta legal. Destaca-se, ainda, o aumento da proporção de técnicos integrados dentro desse conjunto, que passam a representar mais da metade da oferta de cursos técnicos.

Com esse crescimento equilibrado entre as diferentes modalidades, o IFSC avança no cumprimento das metas de oferta, superando algumas e reduzindo as lacunas em outras, reforçando seu papel na democratização do ensino técnico e profissional no Brasil.

Quadro 7.4.3 - Evolução da capacidade de matrículas equivalentes (CMatEq) da oferta total do IFSC quanto à finalidade legal, projetada para o período de 2024-2029

Distribuição da Oferta	2024		2025		2026		2027		2028		2029	
	CmatEq	%	CmatEq	%	CmatEq	%	CmatEq	%	CmatEq	%	CmatEq	%
Formação	3.198	8,5%	4.085	10,1%	5.181	11,4%	6.740	13,3%	7.822	14,5%	8.079	14,6%
PROEJA	1.662	4,4%	2.049	5,1%	3.593	7,9%	5.384	10,6%	6.222	11,5%	6.540	11,8%
Técnico	19.963	53,2%	21.041	52,1%	23.102	50,9%	25.360	50,0%	27.260	50,4%	28.313	51,1%
Técnicos Integrados	9.233	46,3%	9.897	47,0%	12.066	52,2%	13.781	54,3%	14.873	54,6%	15.370	54,3%
TOTAL	**37.556**		**40.376**		**45.428**		**50.680**		**54.058**		**55.429**	

7.4.3 Distribuição da oferta nos câmpus do IFSC

A análise da evolução entre 2024 e 2029 no percentual de Capacidade de Matrícula Equivalente (CMatEq) nos câmpus do IFSC evidencia avanços importantes no cumprimento das metas institucionais, conforme apresentado no Quadro 7.4.4. A maioria dos câmpus já cumpria a meta de 50% de cursos técnicos em 2024, e essa tendência se mantém em 2029, ainda que alguns recuos pontuais indiquem a necessidade de atenção em determinadas unidades. Em 2029, embora a tendência geral se mantenha, haverá uma leve piora: um número menor de câmpus atingirá o percentual mínimo. Entre os que continuarão abaixo da meta, destacam-se URP (de 19,3% para 22,5%) e SJE, que recua de 45,4% para 38,2%. SMO também apresenta redução significativa, passando de 52,5% para 36,9%. Outros câmpus como FLN, CAN, CDR, CTE, FLN, PHB e RAU seguem abaixo da meta, embora próximos de atingi-la.

Na formação de formadores (FOR), observa-se um crescimento desigual entre os câmpus. O câmpus Florianópolis - Centro (FLN), que correspondia a 24% da oferta, reduz sua participação para 10% do total do IFSC. Por outro lado, o câmpus Palhoça Bilíngue (PHB) amplia expressivamente essa oferta, passando a responder por 44% das CMatEq em FOR, o que corresponde a quase 11% do total do IFSC, consolidando-se como referência institucional. Destacam-se ainda os câmpus ARU (20,7%), ITJ (21,1%), SCA (~20%), SLO (21,0%), TIJ (22,7%, quando em regime), TUB (20,4%), URP (42,0%) e XXE (26,9%), todos atingindo ou superando a meta de 20% da CMatEq.

Em contrapartida, câmpus como Jaraguá do Sul - Centro (JAR) registram recuos significativos, enquanto outros, como CDR, CRI, CTE, GAS, GPB, LGS, SJE e SMO, apresentam avanços, mas ainda não atingem a meta de 20%. A situação é mais preocupante nos câmpus CAN, CCO, FLN, JLE e RAU, que permanecem abaixo da metade da meta, evidenciando a necessidade de ações estratégicas de planejamento. Apesar dos avanços pontuais, o cenário geral aponta para a urgência de fortalecer as propostas de FOR, visando ao cumprimento da legislação vigente.

Quanto à oferta de cursos PROEJA, nota-se um crescimento geral, com diversos câmpus ultrapassando a meta de 10%. Campus como CCO, CDR, CTE, GPB, ITJ, SJE, SLO, TIJ e XXE se destacam pela expressiva ampliação dessa modalidade. Mesmo com variações entre os câmpus, o somatório geral permite que o IFSC supere a meta institucional, sinalizando um avanço relevante na inclusão por meio da EJA.

De modo geral, a comparação entre 2024 e 2029 revela avanços consistentes, com muitos câmpus atingindo ou superando as metas estabelecidas. Entretanto, ainda persistem desafios importantes, especialmente na formação de formadores, que demandam uma atenção contínua do planejamento institucional.

Quadro 7.4.4 - Distribuição da oferta dos câmpus quanto à finalidade legal: valores de 2024 e projeção para 2029, medida pela Capacidade de Matrículas-Equivalentes (CMatEq).

CAMPUS	TOTAL 2024	TOTAL 2029	TEC 2024		TEC 2029		FOR 2024		FOR 2029		EJA 2024		EJA 2029	
ARU	1.536	1.891	1.025	66,7%	1.268	67,1%	214	13,9%	391	20,7%	77	5,0%	193	10,2%
CAN	1.049	1.554	547	52,2%	761	49,0%	40	3,8%	115	7,4%	80	7,7%	209	13,4%
CCO	1.738	3.362	1.033	59,4%	1.682	50,0%	58	3,3%	183	5,4%	138	7,9%	770	22,9%
CDR	945	1.773	461	48,8%	876	49,4%	40	4,2%	213	12,0%	77	8,1%	308	17,4%
CRI	1.569	1.851	930	59,3%	1.097	59,3%	187	11,9%	242	13,1%	0	0,0%	126	6,8%
CTE	1.863	2.450	889	47,7%	1.181	48,2%	281	15,1%	464	18,9%	106	5,7%	430	17,6%
FLN	9.372	10.591	4.529	48,3%	5.056	47,7%	765	8,2%	793	7,5%	158	1,7%	366	3,5%
GAS	1.727	2.359	854	49,4%	1.205	51,1%	63	3,7%	308	13,1%	77	4,5%	221	9,4%
GPB	804	1.265	463	57,6%	817	64,5%	7	0,9%	175	13,9%	125	15,5%	192	15,2%
ITJ	1.890	2.840	1.270	67,2%	1.458	51,3%	80	4,2%	600	21,1%	0	0,0%	426	15,0%
JAR	2.016	2.612	1.180	58,5%	1.651	63,2%	454	22,5%	431	16,5%	107	5,3%	107	4,1%
JLE	2.212	2.648	1.358	61,4%	1.536	58,0%	0	0,0%	168	6,3%	46	2,1%	229	8,7%
LGS	1.711	2.523	950	55,6%	1.266	50,2%	10	0,6%	299	11,9%	48	2,8%	347	13,7%
PHB	1.181	1.948	615	52,0%	935	48,0%	440	37,2%	848	43,5%	41	3,5%	236	12,1%
RAU	1.891	2.318	994	52,6%	1.068	46,1%	0	0,0%	74	3,2%	0	0,0%	241	10,4%
SCA	515	1.005	291	56,5%	564	56,1%	80	15,5%	200	19,9%	43	8,3%	147	14,6%
SJE	2.398	2.735	1.088	45,4%	1.044	38,2%	301	12,5%	409	14,9%	308	12,8%	539	19,7%
SLO	305	1.468	284	93,1%	887	60,4%	21	6,9%	309	21,0%	39	12,8%	231	15,7%
SMO	884	1.701	464	52,5%	627	36,9%	0	0,0%	220	12,9%	0	0,0%	154	9,1%
TIJ	0	1.056	0		820	77,7%	0		183	17,3%	0		287	27,2%
TUB	646	2.575	210	32,5%	1.321	51,3%	101	15,7%	525	20,4%	0	0,0%	308	12,0%
URP	624	982	120	19,3%	221	22,5%	10	1,5%	412	42,0%	193	30,9%	154	15,7%
XXE	679	1.921	407	59,9%	973	50,6%	47	6,9%	516	26,9%	0	0,0%	321	16,7%
TOTAL	**37.556**	**55.429**	**19.963**	**53,2%**	**28.313**	**51,1%**	**3.198**	**8,5%**	**8.079**	**14,6%**	**1.662**	**4,4%**	**6.540**	**11,8%**

O Quadro 7.4.5 e o Gráfico 7.4.3 ilustram o planejamento da evolução da oferta nos 23 câmpus do IFSC ao longo do período analisado, permitindo identificar padrões de crescimento e consolidação. Em termos de capacidade de matrículas-equivalentes (CMatEq), o câmpus Florianópolis - Centro continua sendo o maior do IFSC, com valores superiores a 10.500. No entanto, sua participação na oferta total do IFSC diminui de 25% em 2024 para 19% em 2029.

Os câmpus localizados em grandes centros urbanos — como Chapecó, Itajaí, Jaraguá do Sul - Centro, Joinville, Lages, São José e Tubarão — tendem a se consolidar com CMatEq superior a 2.500, indicando sua relevância regional e potencial de expansão contínua. Por outro lado, os câmpus situados em cidades menores, como Garopaba, São Carlos, São Lourenço do Oeste, Tijucas e Urupema, permanecem com CMatEq inferior a 1.500.

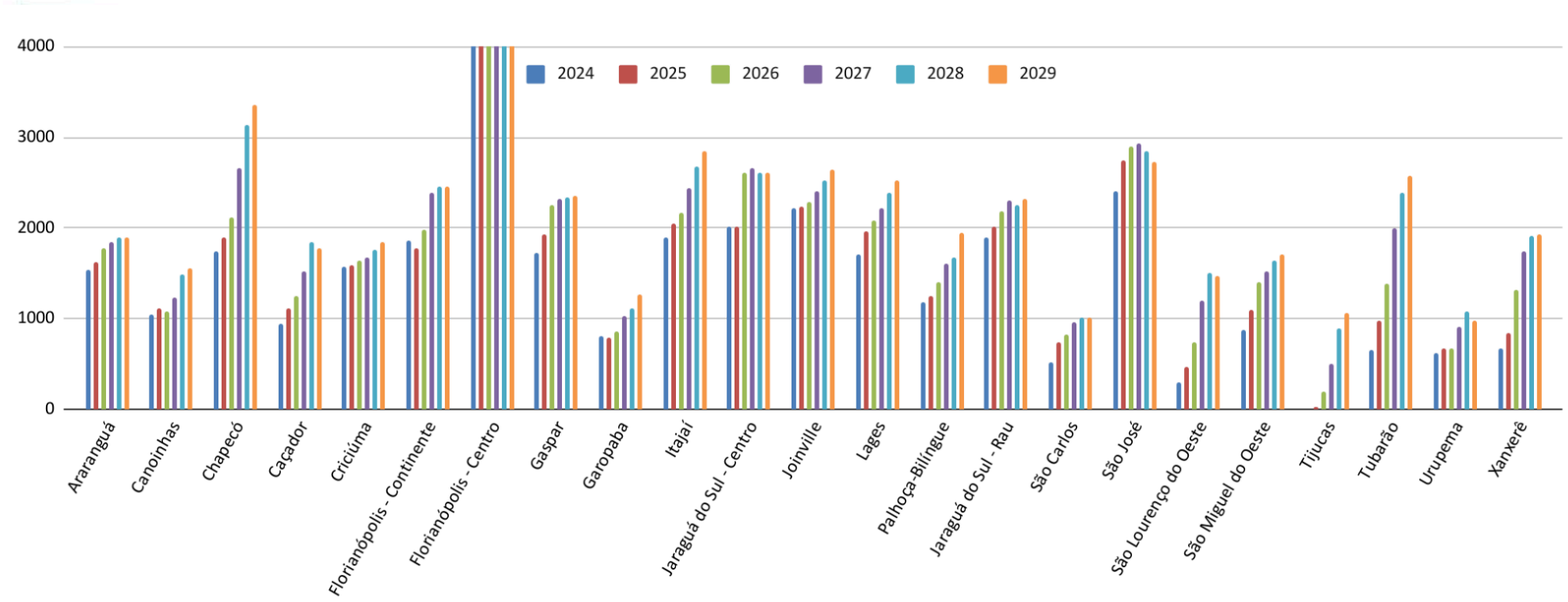
Os seis câmpus que planejam o maior crescimento absoluto em CMatEq — Chapecó (1.624), Itajaí (950), São Lourenço do Oeste (1.163), Tijucas (1.056), Tubarão (1.929) e Xanxerê (1.242) —,

respondem juntos por 45% da expansão prevista no IFSC. Diante desse cenário, é fundamental garantir a infraestrutura adequada para sustentar o crescimento projetado, tanto em termos físicos quanto em servidores técnico-administrativos e docentes.

Quadro 7.4.5 - Distribuição da oferta nos câmpus entre 2024 e 2029, medida pela Capacidade de Matrículas Equivalentes (CMatEq).

Campus	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Participação em 2024	Participação em 2029
Araranguá	1535	1626	1774	1852	1890	1890	4,1%	3,4%
Canoinhas	1049	1117	1085	1235	1487	1554	2,8%	2,8%
Chapecó	1738	1890	2109	2664	3142	3362	4,6%	6,1%
Caçador	945	1118	1242	1530	1840	1773	2,5%	3,2%
Criciúma	1569	1589	1636	1678	1761	1851	4,2%	3,3%
Florianópolis - Continente	1863	1778	1975	2381	2449	2450	5,0%	4,4%
Florianópolis - Centro	9372	9461	10334	10623	10608	10591	25,0%	19,1%
Gaspar	1727	1923	2261	2324	2344	2359	4,6%	4,3%
Garopaba	804	785	865	1022	1120	1265	2,1%	2,3%
Itajaí	1890	2049	2168	2445	2682	2840	5,0%	5,1%
Jaraguá do Sul - Centro	2016	2020	2612	2652	2612	2612	5,4%	4,7%
Joinville	2212	2231	2279	2404	2521	2648	5,9%	4,8%
Lages	1711	1957	2082	2217	2394	2523	4,6%	4,6%
Palhoça-Bilíngue	1181	1246	1399	1603	1671	1948	3,1%	3,5%
Jaraguá do Sul - Rau	1891	2018	2188	2299	2255	2318	5,0%	4,2%
São Carlos	515	745	823	965	1016	1005	1,4%	1,8%
São José	2398	2737	2894	2937	2856	2735	6,4%	4,9%
São Lourenço do Oeste	305	462	745	1195	1503	1468	0,8%	2,6%
São Miguel do Oeste	884	1101	1397	1513	1641	1701	2,4%	3,1%
Tijucas	0	26	193	501	891	1056	0,0%	1,9%
Tubarão	646	979	1377	1992	2387	2575	1,7%	4,6%
Urupema	624	677	672	913	1081	982	1,7%	1,8%
Xanxerê	679	840	1319	1734	1906	1921	1,8%	3,5%
TOTAL	**37555**	**40375**	**45427**	**50679**	**54057**	**55428**		

Gráfico 7.4.3 - Expansão da oferta em capacidade de matrícula-equivalente dos câmpus do IFSC.



7.4.4 Distribuição da oferta entre os eixos tecnológicos

Analisando os quadros 7.4.6 e 7.4.7, percebe-se que o crescimento da oferta de cursos e vagas varia para os diferentes eixos tecnológicos. Em especial, fica evidente o crescimento acentuado da oferta no eixo de Desenvolvimento Educacional e Social, que no quinquênio aumenta quase 150% a capacidade de matrículas equivalentes e mais do que triplica o número de cursos. Conforme podemos ver no Gráfico 7.4.4 a maioria dos cursos do IFSC passa a ser desse eixo. Este resultado é reflexo do esforço em aumentar a oferta de cursos para formação de formadores, enquadrados dentro deste eixo. A previsão é que o eixo seja responsável por até 14% das ofertas do IFSC em CMatEq.

Quadro 7.4.6 - Distribuição das capacidade de matrículas-equivalentes por eixo tecnológico.

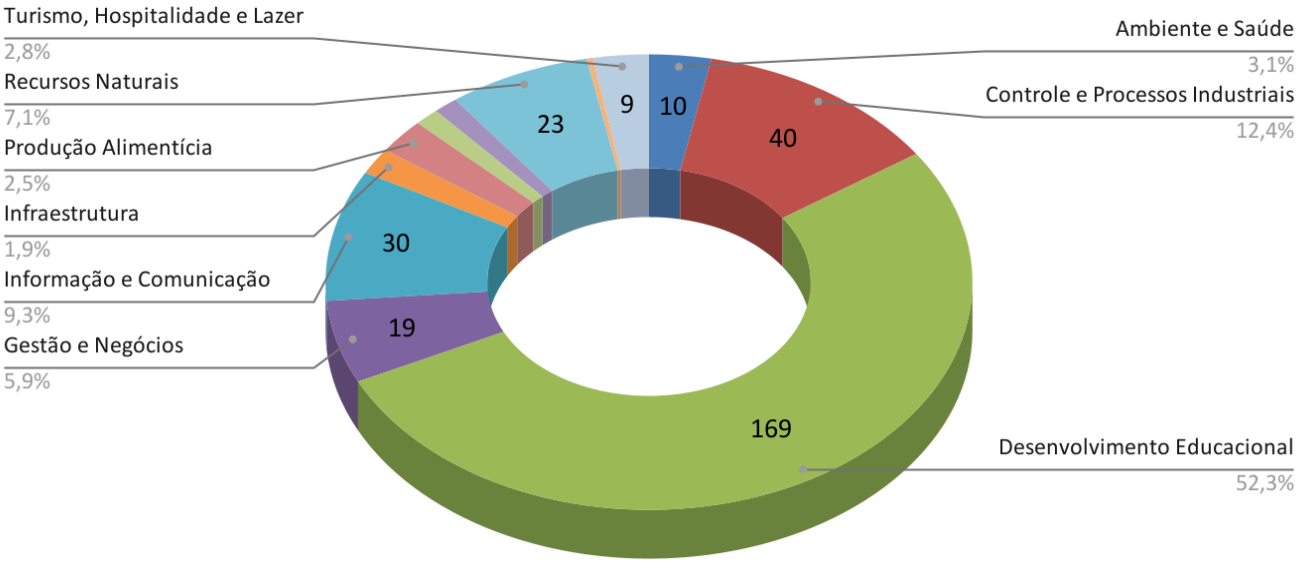
Eixo	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Cresc. 2024 a 2029	Cresc. do eixo (A)	Cresc. em relação ao IFSC (B)	Percent. da oferta do IFSC em 2029 (C)
Ambiente e Saúde	1786	1663	1763	2001	2018	2002	217	12%	1,2%	3,6%
Controle e Processos Industriais	13476	13823	14631	15677	16687	17290	3814	**28%**	**21,3%**	**31,2%**
Desenvolvimento Educacional e Social	3128	3893	4916	6395	7479	7777	4649	**149%**	**26,0%**	**14,0%**
Gestão e Negócios	1584	1923	2875	3448	3618	3646	2063	130%	11,5%	6,6%
Informação e Comunicação	4379	5194	6050	6759	7136	7195	2816	64%	**15,8%**	13,0%
Infraestrutura	2913	3046	3183	3258	3417	3552	639	22%	3,6%	6,4%
Não se aplica (D)	400	240	240	240	240	240	-160	-40%	-0,9%	0,4%
Produção Alimentícia	1188	1424	1607	1870	1947	1794	606	51%	3,4%	3,2%
Produção Cultural e Design	2515	2535	2573	2655	2643	2760	245	10%	1,4%	5,0%
Produção Industrial	2793	2886	3519	3658	3711	3758	964	35%	5,4%	6,8%
Recursos Naturais	1690	1972	2245	2534	2668	2751	1061	63%	5,9%	5,0%
Segurança	297	297	297	451	605	682	385	130%	2,2%	1,2%
Turismo, Hospitalidade e Lazer	1404	1479	1527	1732	1887	1980	575	41%	3,2%	3,6%
TOTAL	**37555**	**40375**	**45427**	**50679**	**54057**	**55428**	**17873**			

A. Percentual calculado em relação ao total de incremento da CMatEq no eixo entre 2024 e 2029
B. Percentual calculado em relação ao total de incremento da CMatEq do IFSC (17873).
C. Percentual calculado em relação ao total da CMatEq do IFSC em 2029 (55428).
D. Oferta EaD multicâmpus e multi cursos. UC optativa de Libras de cursos de graduação e UC obrigatória de Libras para Licenciaturas.

Outro eixo com crescimento significativo é Controle e Processos Industriais (28%), cujo crescimento corresponde a 21,3% do crescimento total do IFSC em CMatEq. Tradicionalmente ligado às antigas Escolas Técnicas Federais (ETFs), esse eixo mantém sua relevância com 31,2% da oferta em CMatEq dentro da estrutura do IFSC. Seu crescimento indica um fortalecimento da educação profissional voltada para áreas industriais, alinhando-se às necessidades do setor produtivo.

O eixo de Informação e Comunicação também apresenta uma expansão relevante, correspondendo a 15,8% do crescimento total do IFSC em CMatEq. Esse crescimento pode estar relacionado ao avanço da transformação digital e à crescente demanda por profissionais qualificados na área de tecnologia da informação.

Gráfico 7.4.4 - Crescimento do número de cursos por eixo do IFS, entre 2024 e 2029..



Quadro 7.4.7 - Distribuição do número de cursos por eixo tecnológico.

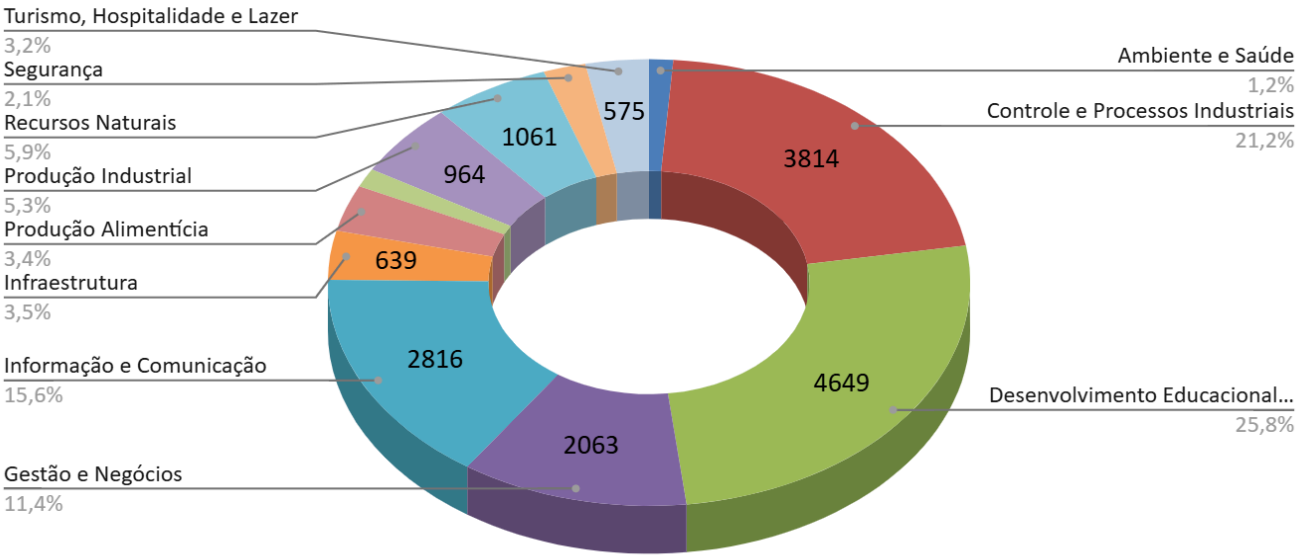
Eixo	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Crescimento 2024 a 2029	Crescimento do eixo (A)	Crescimento em relação ao IFSC (B)
Ambiente e Saúde	20	22	29	31	32	30	10	50%	3,1%
Controle e Processos Industriais	67	87	98	104	105	107	40	60%	12,4%
Desenvolvimento Educacional e Social	**71**	135	193	224	233	**240**	169	238%	52,3%
Gestão e Negócios	22	33	41	43	42	41	19	86%	5,9%
Informação e Comunicação	32	41	53	60	61	62	30	94%	9,3%
Infraestrutura	20	24	27	24	25	26	6	30%	1,9%
Não se aplica (C)	2	2	2	2	2	2	0	0%	0,0%
Produção Alimentícia	20	24	27	31	32	28	8	40%	2,5%
Produção Cultural e Design	20	19	25	24	23	24	4	20%	1,2%
Produção Industrial	24	29	30	28	29	28	4	17%	1,2%
Recursos Naturais	16	24	37	39	40	39	23	144%	7,1%
Segurança	4	4	4	5	5	5	1	25%	0,3%
Turismo, Hospitalidade e Lazer	19	24	25	29	27	28	9	47%	2,8%
TOTAL	**337**	**468**	**591**	**644**	**656**	**660**	**323**		

A. Percentual calculado em relação ao total de incremento do número de cursos no eixo entre 2024 e 2029
B. Percentual calculado em relação ao total de incremento do número de cursos do IFSC (319).
C. Oferta EaD multicâmpus e multi cursos. UC optativa de Libras de cursos de graduação e UC obrigatória de Libras para Licenciaturas.

Os demais eixos, que incluem Gestão e Negócios, Produção Industrial, Ambiente e Saúde, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Recursos Naturais, Segurança e

Turismo, Hospitalidade e Lazer, representam 26% do crescimento total de novos cursos no IFSC no período analisado. Esses eixos somam um incremento de 84 novos cursos, com destaque para Recursos Naturais (23 novos cursos), Gestão e Negócios (19 novos cursos) e Ambiente e Saúde (10 novos cursos). Em termos de capacidade de matrículas equivalentes, esse conjunto de eixos representa 37,8% do crescimento total do IFSC no período, indicando uma expansão mais moderada em relação aos eixos prioritários. No geral, as projeções indicam uma priorização da formação de formadores e das áreas industriais e tecnológicas, já aparecendo como novos eixos de destaque o de Recursos Naturais e também de Gestão e Negócios, conforme mostra o Gráfico 7.4.5.

Gráfico 7.4.5 - Crescimento da capacidade de Matrículas Equivalentes por eixo do IFSC, entre 2024 e 2029.



7.4.5 Distribuição quanto à modalidade de ensino

O Quadro 7.4.8 mostra que no IFSC a Educação a Distância (EaD) **por oferta própria** cresce de 6,3% para quase 10% da oferta total em CMatEq. A distribuição da EaD varia conforme o tipo de curso. Cursos de especialização já tem atualmente uma maior percentagem em EaD e devem manter essa tendência, mantendo cerca de 62% do total da EaD do IFSC. Outros cursos do IFSC permanecem majoritariamente presenciais, com crescimento discreto da oferta EaD apenas na oferta do técnico subsequente com previsão de chegar a 10% em EaD. Esse dado indica que a infraestrutura e o modelo pedagógico do IFSC continuam focados no ensino presencial, com a EaD servindo como complemento estratégico para atender públicos específicos.

Os cursos ofertados na modalidade EaD pela UAB aproximadamente dobram a capacidade de oferta, concentrando-se principalmente nas Licenciaturas e Especializações. O detalhamento dessas ofertas por campus está apresentado no Apêndice A: o Quadro A.1 exibe o panorama geral da atuação de cada campus na EaD, enquanto o Quadro A.2 lista todos os cursos ofertados nessa modalidade pelo IFSC.

Quadro 7.4.8 - Distribuição da capacidade de matrículas-equivalentes quanto à modalidade de ensino em 2024 e projeção para 2029, considerando a oferta própria e UAB.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	EaD 2024			Presencial 2024		EaD 2029			Presencial 2029	
		Própria	UAB	%EAD	Própria	%Presencial	Própria	UAB	%EAD	Própria	%Presencial
FIC	EJA-CON				318	100,0%				1.357	100,0%
FIC	EJA-INT				539	100,0%				2.657	100,0%
FIC	FIC-INI				15	100,0%				136	100,0%
FIC	n.a.	89		17,8%	414	82,2%	331		23,0%	1.106	77,0%
TEC	CON				1.385	100,0%				286	100,0%
TEC	EJA-CON				211	100,0%				283	100,0%
TEC	EJA-INT				594	100,0%				2.244	100,0%
TEC	INT				8.639	100,0%				13.127	100,0%
TEC	SUB	368		4,0%	8.764	96,0%	1.199		9,7%	11.174	90,3%
LIC	n.a.	101	1.013	51,1%	1.066	48,9%	40	1.357	40,0%	2.096	60,0%
CST	n.a.	400	0	7,6%	4.859	92,4%	360	450	14,1%	4.915	85,9%
BAC	n.a.				7.399	100,0%				8.349	100,0%
ESP	n.a.	1.410	1.200	75,9%	831	24,1%	3.320	2.950	75,4%	2.049	24,6%
MES	n.a.				152	100,0%				402	100,0%
TOTAL própria + UAB		**2.369**	**2.213**	**11,5%**	**35.187**	**88,5%**	**5.250**	**4.757**	**16,6%**	**50.179**	**83,4%**

7.5 Considerações finais

O POCV do IFSC, no contexto do PDI 2025-2029, expressa o compromisso institucional com uma educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada. Ao encerrar este capítulo, reiteramos que o POCV é um instrumento dinâmico, que deve ser continuamente monitorado e aperfeiçoado, considerando os desafios e oportunidades que surgirem ao longo do tempo.

A participação ativa das comunidades acadêmicas dos câmpus, das pró-reitorias e das diretorias sistêmicas é fundamental para assegurar a execução deste planejamento, garantindo que as decisões tomadas no presente resultem em impactos positivos para o futuro da instituição e da sociedade.

O Capítulo 10 deste PDI apresenta diversos mecanismos para o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV). Além disso, dados mais detalhados sobre os câmpus, bem como as listagens de cursos ofertados pelo IFSC, são disponibilizados na forma de apêndices, complementando as informações apresentadas neste documento.

APÊNDICE A - Ensino a distância com financiamento próprio e UAB

Quadro A.1 - Distribuição da capacidade de matrículas-equivalentes por modalidade em 2024 e projeção para 2029 para os câmpus do IFSC; fomento UAB e próprio.

Campus	EaD 2024			Presencial 2024		EaD 2029			Presencial 2029	
	Própria	UAB	(%)	Própria	(%)	Própria	UAB	(%)	Própria	(%)
ARU				1.536	100,0%	109		5,7%	1.782	94,3%
CAN				1.049	100,0%	60		3,9%	1.494	96,1%
CCO	162		9,3%	1.576	90,7%	162	100	7,6%	3.200	92,4%
CDR				945	100,0%	200		11,3%	1.573	88,7%
CRI		1.200	43,3%	1.569	56,7%	8	2.950	61,6%	1.843	38,4%
CTE	551		29,6%	1.312	70,4%	752		30,7%	1.697	69,3%
FLN	1.204		12,9%	8.167	87,1%	1.830	450	20,7%	8.761	79,3%
GAS	9		0,5%	1.718	99,5%	190	750	30,2%	2.169	69,8%
GPB				804	100,0%	12		0,9%	1.254	99,1%
ITJ	4		0,2%	1.886	99,8%	252		8,9%	2.587	91,1%
JAR	80		4,0%	1.936	96,0%	80		3,1%	2.532	96,9%
JLE				2.212	100,0%				2.648	100,0%
LGS	42		2,5%	1.669	97,5%	84		3,3%	2.439	96,7%
PHB	8		0,7%	1.173	99,3%	52		2,7%	1.896	97,3%
RAU				1.891	100,0%	40		1,7%	2.278	98,3%
SCA	80		15,5%	435	84,5%	200		**19,9%**	805	80,1%
SJE	44		1,8%	2.354	98,2%	44		1,6%	2.691	98,4%
SLO				305	100,0%	400		**27,3%**	1.068	72,7%
SMO				884	100,0%	25		1,5%	1.676	98,5%
TIJ					#DIV/0!				1.056	100,0%
TUB	101	1.013	67,1%	545	32,9%		**507**	**16,4%**	2.575	83,6%
URP	83		13,3%	540	86,7%	396		**40,3%**	586	59,7%
XXE				679	100,0%	353		**18,4%**	1.568	81,6%
Total geral	**2.369**	**2.213**	**11,5%**	**35.187**	**88,5%**	**5.250**	**4.757**	**16,6%**	**50.179**	**83,4%**

O câmpus Criciúma (CRI) se destaca pela expressiva expansão da Educação a Distância (EaD), com um aumento da capacidade de matrículas-equivalentes (CMatEq) de 1.200 em 2024 para 2.958 em 2029, passando a representar quase 62% das ofertas do câmpus. Também merecem destaque os câmpus Canoinhas (CTE), Florianópolis (FLN), Gaspar (GAS), São Carlos (SCA), São Lourenço do Oeste (SLO), Tubarão (TUB), Urupema (URP) e Xanxerê (XXE), que possuem uma parcela substancial (>15%) de sua CMatEq na modalidade EaD. Observa-se que, em 2029, aproximadamente 50% das vagas de ingresso (5.250) serão financiadas com recursos próprios da instituição, enquanto os 50% restantes (4.757 vagas) serão viabilizados pela UAB. A exceção são os câmpus CRI, GAS e TUB, que concentram a maior parte das vagas ofertadas por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Quadro A.2 - Cursos EaD ofertados pelo IFSC; fomento próprio e UAB

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas	Pólos (a)	FECr (b)
ARU	Especialização em Aprendizagem Ativa e Suas Metodologias	40	1	1,00
ARU	FIC - Metodologias para o Ensino de História Econômica e Geopolítica	40	1	1,40
ARU	FIC - Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação	40	1	1,50
CAN	Especialização em Desenvolvimento de Sistemas	40	1	1,00
CAN	Especialização em Educação Direitos Humanos e Cidadania	60	1	1,00
CCO	Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho	40	1	1,00
CDR	Especialização em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica	100	1	1,00
CDR	Especialização em tecnologias para o ensino e aprendizagem	100	1	1,00
CRI	FIC - Metodologias para o Ensino de Biologia	50	1	1,00
CRI	FIC - Metodologias para o Ensino de História	50	1	1,00
CRI	FIC - Metodologias para o Ensino de Química	50	1	1,00
CTE	Especialização em Cultura e Sociobiodiversidade na Gastronomia	40	1	1,20
CTE	**Especialização em Ensino de Língua Estrangeira - turma espanhol**	**50**	**1**	**1,92**
CTE	**Especialização em Ensino de Língua Estrangeira - turma inglês**	**50**	**1**	**1,92**
CTE	Especialização em Práticas de ensino na educação básica	50	1	1,31
CTE	Especialização em qualidade no turismo	50	1	1,23
CTE	Especialização em Tecnologias para Educação Profissional	50	1	1,23
CTE	FIC - Educação ambiental	50	1	1,00
CTE	FIC - Estudos da deficiência	50	1	1,00
CTE	FIC - Libras Básico	50	1	1,00
CTE	FIC - Libras Intermediário	50	1	1,00
CTE	Oferta EaD multicampi e multi cursos. UC optativa de Libras de cursos de graduação e UC obrigatória de Libras para Licenciaturas.	40	1	1,00
CTE	Técnico Subsequente em Marketing	50	1	1,00
FLN	**Especialização em Ensino de Ciências e Matemática**	**160**	**1**	**4,57**
FLN	**Especialização em Gestão de Serviços de Saúde**	**25**	**4**	**8,00**
FLN	**Especialização em Gestão Pública**	**200**	**1**	**5,00**
FLN	**Especialização em Gestão Pública - novas turmas**	**440**	**1**	**11,00**
FLN	Especialização em Mídias Integradas na Educação	240	1	5,00
FLN	Especialização em Robótica Educacional	40	1	1,00
FLN	FIC - Machine Learning	20	1	1,00
FLN	**Técnico Subsequente em Informática para Internet**	**160**	**1**	**4,00**
GAS	Especialização em Liderança organizacional para a inovação	50	1	1,13
GAS	FIC - Empreendedorismo e Gestão de Pequenos Negócios	40	1	1,00
GAS	FIC - Formação para formadores	40	1	1,00
GAS	Técnico Subsequente em Meio Ambiente	40	1	1,11

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas	Pólos (a)	FECr (b)
GPB	FIC - Cinema e Educação.	35	1	1,00
GPB	FIC - Leitura: Teoria e Prática	35	1	1,00
GPB	FIC - Práticas de Leitura Literária e a Formação do Leitor.	35	1	1,00
ITJ	Especialização em Cultura Oceânica	40	1	1,35
ITJ	FIC - Monitoramento de Parques Aquícolas Marinhos	40	1	1,00
ITJ	FIC - Treinamento para Manipuladores de Alimentos (básico e completo)	50	1	1,00
ITJ	Técnico Subsequente em Aquicultura	40	1	1,17
JAR	Oferta Ead multicampi e multi cursos. UC Optativa de Libras	40	1	1,00
LGS	Técnico Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas	40	1	1,00
PHB	FIC - Libras como L2	50	1	1,00
PHB	Licenciatura em Pedagogia Bilíngue - EaD	40	1	1,03
RAU	Especialização em Área Elétrica	20	1	1,00
RAU	Especialização em Projetos em Educação Científica para Crianças	20	1	1,00
SCA	Especialização em Direitos Humanos	80	1	1,00
SCA	Especialização em Educação e Diversidade	120	1	1,00
SJE	FIC - Mecânico de Refrigeração e Climatização Residencial	100	1	1,00
SLO	Especialização em Educação e Diversidade	80	1	1,00
SLO	Especialização em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática	160	1	1,00
SLO	Técnico Subsequente em Logística	40	1	1,00
SLO	Técnico Subsequente em Recursos Humanos	40	1	1,00
SMO	Especialização em Produção Alimentícia	25	1	1,00
CCO	Licenciatura em Letras Inglês/Português (UAB)	100	1	1,00
CRI	Especialização em Docência para a EPT (UAB)	200	6	1,00
CRI	Especialização em Ensino de Ciências (UAB)	200	5	1,00
CRI	Especialização em Gestão Escolar (UAB)	150	5	1,00
FLN	Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação (UAB)	150	1	1,34
GAS	Especialização em Gestão de Riscos e Desastres (UAB)	150	5	1,00
GAS	Licenciatura em Língua Portuguesa - língua materna e língua adicional (UAB)	150	5	1,00
GAS	Tecnologia em Gestão Pública (UAB)	150	5	1,00

(a) Indica o número de pólos no qual o curso é ofertado
(b) O Fator de Esforço de Curso Real (FECr = CH_real / CH_PPC). onde CH_real inclui a duplicação de docentes divisão de turmas devido a laboratório, e CH_PPC é a CH prevista no PPC do curso.

O Quadro A.2 apresenta a lista de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD) ofertados pelo IFSC no período de 2024 a 2029. Nesse quadro, os cursos ofertados por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) estão destacados em verde.

Chama a atenção o fato de que alguns cursos apresentam um Fator de Esforço de Curso Real (FECr) superior a 1,5 — destacados em negrito —, o que indica que a carga horária total alocada aos docentes excede em mais de 50% a carga horária prevista no respectivo Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Esse descompasso pode refletir especificidades da modalidade, características da estrutura pedagógica adotada ou, ainda, sinalizar a necessidade de reavaliação do planejamento da oferta.

Entre as justificativas apresentadas, destaca-se a necessidade de contar com mais de um professor por turma na modalidade EaD, chegando, por exemplo, a uma relação de 40 alunos por professor nas turmas do câmpus Florianópolis (FLN).

APÊNDICE B - Dados detalhados por campus

Os dados dos campus detalhados dos câmpus estão em documentos separados.[15].

- Relatório do campus ARU
- Relatório do campus CAN
- Relatório do campus CCO
- Relatório do campus CDR
- Relatório do campus CRI
- Relatório do campus CTE
- Relatório do campus FLN
- Relatório do campus GAS
- Relatório do campus GPB
- Relatório do campus ITJ
- Relatório do campus JAR
- Relatório do campus JLE
- Relatório do campus LGS
- Relatório do campus PHB
- Relatório do campus RAU
- Relatório do campus SCA
- Relatório do campus SJE
- Relatório do campus SLO
- Relatório do campus SMO
- Relatório do campus TIJ
- Relatório do campus TUB
- Relatório do campus URP
- Relatório do campus XXE

[15]*Não atualize os gráficos dos documentos, sem selecionar primeiro o campus na planilha GERADORA, pois a geração é semiautomática*

APÊNDICE C - Cursos que ultrapassam a carga horária mínima ou máxima

A lista a seguir apresenta os cursos que excedem os valores mínimos e máximos de carga horária definidos pelo MEC ou pelo IFSC.

- **Carga horária mínima:** corresponde ao valor estipulado nas portarias do MEC.
- **Carga horária máxima:** para cursos técnicos e de graduação, é 10% superior à carga horária mínima. Para cursos de especialização, o limite máximo é de 435 horas (360 horas + 75 horas adicionais). Já para os cursos FIC-n.a e FIC-INI, foi estabelecido um limite de 1000 horas.

As causas para essas inconsistências podem ser diversas, como a ausência de registro da carga horária de TCC ou estágios em cursos de graduação. Em alguns casos, a carga horária indicada foi aprovada o IFSC para o curso.

Os detalhes podem ser consultados na planilha POCV_CAMPUS_IFSC_INCONSISTENCIAS_v13.7 na aba **Quadro C.1&2**. Na aba **Anotações** são apresentadas justificativas para as inconsistências apresentadas.

Quadro C.1 - Cursos que tem carga horária acima do limite máximo

Campus	Tipo de Curso (Tipo de Oferta)	Nome de Curso no PDI	CH Total POCV	CH mínima legal	CH máxima
CAN	BAC (n.a.)	Engenharia Civil	4100	3600	3960
CAN	CST (n.a.)	Tecnologia em Alimentos	2760	2400	2640
CAN	TEC (EJA-CON)	PROEJA - Técnico Concomitante em Panificação	2400	2000	2200
CCO	BAC (n.a.)	Engenharia de Controle e Automação	4000	3600	3960
CDR	ESP (n.a.)	Especialização em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica	900	360	435
CDR	ESP (n.a.)	Especialização em tecnologias para o ensino e aprendizagem	450	360	435
CRI	BAC (n.a.)	Engenharia Mecatrônica	4450	3600	3960
CRI	ESP (n.a.)	Especialização em Ensino de Ciências	480	360	435
CRI	LIC (n.a.)	Licenciatura em Química	3780	3200	3520
CRI	TEC (INT)	Técnico Integrado em Química	3840	3200	3520
CTE	CST (n.a.)	Oferta EaD multicampi e multi cursos. UC optativa de Libras de cursos de graduação e UC obrigatória de Libras para Licenciaturas.	60		0
CTE	ESP (n.a.)	Especialização em Cultura e Sociobiodiversidade na Gastronomia	465	360	435
CTE	ESP (n.a.)	Especialização em Cultura e Sociobiodiversidade na Gastronomia	480	360	435
CTE	CST (n.a.)	Tecnologia em Gastronomia	2000	1600	1760
CTE	CST (n.a.)	Tecnologia em Gestão de Turismo	1780	1600	1760
CTE	CST (n.a.)	Tecnologia em Hotelaria	2140	1600	1760
FLN	CST (n.a.)	Tecnologia em Radiologia	3120	2400	2640

Campus	Tipo de Curso (Tipo de Oferta)	Nome de Curso no PDI	CH Total POCV	CH mínima legal	CH máxima
FLN	TEC (SUB)	Técnico Subsequente em Enfermagem	1800	1200	1320
FLN	BAC (n.a.)	Engenharia Elétrica	4400	3600	3960
FLN	BAC (n.a.)	Engenharia Eletrônica	4100	3600	3960
FLN	BAC (n.a.)	Engenharia Mecatrônica	4060	3600	3960
FLN	FIC (EJA-INT)	PROEJA FIC - Soldagem	1560	1400	1540
FLN	TEC (INT)	Técnico Integrado em Eletrônica	3680	3200	3520
FLN	TEC (INT)	Técnico Integrado em Eletrotécnica - Matutino	3680	3200	3520
FLN	TEC (INT)	Técnico Integrado em Eletrotécnica - Vespertino	3680	3200	3520
FLN	TEC (INT)	Técnico Integrado em Mecatrônica	3600	3200	3520
FLN	ESP (n.a.)	Especialização em Ensino de Ciências e Matemática	450	360	435
FLN	ESP (n.a.)	Especialização em Mídias Integradas na Educação	540	360	435
FLN	BAC (n.a.)	Engenharia Civil	4260	3600	3960
FLN	TEC (INT)	Técnico Integrado em Edificações	3680	3200	3520
FLN	TEC (INT)	Técnico Integrado em Saneamento	3680	3200	3520
FLN	BAC (n.a.)	Bacharelado em Design	2800	2400	2640
FLN	ESP (n.a.)	Especialização em Desenvolvimento de Produtos Eletrônicos	540	360	435
FLN	TEC (INT)	Técnico Integrado em Química	4080	3200	3520
ITJ	BAC (n.a.)	Engenharia Elétrica	4000	3600	3960
JAR	CST (n.a.)	Oferta Ead multicampi e multi cursos. UC Optativa de Libras	60		0
JAR	CST (n.a.)	Tecnologia em Design de Moda	1780	1600	1760
JAR	TEC (EJA-INT)	PROEJA - Técnico Integrado em Vestuário	2840	2400	2640
JLE	TEC (SUB)	Técnico Subsequente em Enfermagem	1600	1200	1320
JLE	BAC (n.a.)	Engenharia Elétrica	4060	3600	3960
JLE	BAC (n.a.)	Engenharia Mecânica	4160	3600	3960
LGS	BAC (n.a.)	Engenharia Mecânica	4000	3600	3960
RAU	ESP (n.a.)	Especialização em Área Elétrica	540	360	435
SCA	BAC (n.a.)	Bacharelado em Agronomia	4340	3600	3960
SMO	ESP (n.a.)	Especialização em Produção Alimentícia	615	360	435
SMO	BAC (n.a.)	Bacharelado em Agronomia	4340	3600	3960
SMO	ESP (n.a.)	Especialização Em Agricultura de Precisão	495	360	435
SMO	ESP (n.a.)	Especialização em Pós-colheita	505	360	435
TUB	BAC (n.a.)	Bacharelado em Engenharia de Elétrica	4360	3600	3960
URP	CST (n.a.)	Tecnologia em Viticultura e Enologia	3000	2400	2640
URP	ESP (n.a.)	Especialização em Tecnologia em Bebidas Alcoólicas	465	360	435

Quadro C.2 - Cursos que tem carga horária abaixo do limite mínimo

Campus	Tipo de Curso (Tipo de Oferta)	Nome de Curso no PDI	CH Total POCV	CH mínima legal	CH máxima
FLN	FIC (EJA-INT)	PROEJA FIC - Instalador de Sistemas Fotovoltaicos	1080	1400	1540
FLN	FIC (EJA-INT)	PROEJA FIC - Auxiliar de Cenotecnia	1080	1400	1540
FLN	TEC (EJA-INT)	PROEJA - Técnico Integrado em Instrumento Musical	1800	2400	2640
GPB	CST (n.a.)	Tecnologia em Gestão Ambiental	1560	1600	1760
ITJ	TEC (EJA-CON)	PROEJA - Técnico Concomitante em Eletromecânica	1200	2400	2640
ITJ	FIC (EJA-INT)	PROEJA FIC – CERTIFIC Pescador Profissional (CFAQIIIC/M)	211	1400	1540

APÊNDICE D - Situação da oferta dos cursos do IFSC

Neste apêndice são apresentados os cursos classificados conforme sua situação no planejamento institucional, organizados de acordo com os quadros a seguir:

- **Quadro D.1 — Cursos previstos no PDI que foram cancelados**: são cursos que, embora tenham sido registrados na POCV de 2023, nunca chegaram a ser ofertados.
- **Quadro D.2 — Cursos do PDI que foram extintos até 2024**: cursos que estavam em oferta até 2023, mas deixaram de ser ofertados a partir de 2024, sendo, portanto, considerados extintos.
- **Quadro D.3 — Cursos que serão extintos até 2029**: cursos em processo de extinção, que deixarão de ser ofertados integralmente até o final do PDI 2025-2029.
- **Quadro D.4 — Cursos que serão implantados até 2029**: cursos que ainda não foram ofertados ou que estão em processo de implantação e deverão entrar em regime até o final do PDI 2025-2029.
- **Quadro D.5 — Cursos existentes em 2024 e que permanecem em regime**: cursos regulares que continuarão sendo ofertados ao longo do período do PDI, mantendo sua estabilidade.
- **Quadro D.6 — Cursos especiais**: cursos ofertados em uma ou mais entradas, mas que não se tornam regulares, atendendo a demandas específicas e pontuais.

Os cursos extintos e cancelados não foram considerados no planejamento do PDI 2025-2029. O registro dessas informações é fundamental para o acompanhamento histórico e para a avaliação evolutiva da oferta formativa institucional.

Quadro D.1 - Cursos previstos no PDI que foram cancelados

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
CDR	FIC - Espanhol Básico	40	40
CDR	FIC - Gêneros textuais no ensino da leitura e da escrita - para professores do PENOA	40	40
CDR	FIC - Jogos e Brincadeiras na Educação Infantil	40	60
CDR	FIC - Operador de Computador	40	160
CDR	PROEJA FIC - Informática	40	1400
CRI	Doutorado em ...	300	480
CRI	Especialização em Ensino de Ciências	150	420
FLN	Especialização em Enfermagem Radiológica		420
FLN	Tecnologia em Gestão Pública	320	1600
GPB	FIC - Planejamento Estratégico	40	36
GPB	Segunda Licenciatura em Geografia	24	1395
GPB	Segunda Licenciatura em Informática	24	1500
ITJ	PROEJA - Técnicos Concomitante em Recursos Pesqueiros	34	1200
ITJ	Técnico Subsequente em Construção Naval	40	1200
SJE	Técnico Subsequente em Refrigeração e Climatização	36	1200

Quadro D.2 - Cursos do PDI que foram extintos até 2024

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
ARU	FIC - Matemática Básica	30	40
ARU	FIC - Planilhas Eletrônicas	32	40
ARU	Técnico Subsequente em Eletromecânica	32	1600
CAN	Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável	30	420
CAN	Técnico Concomitante em Edificações	40	1200
CDR	Técnico Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas	40	1200
FLN	Especialização em Docencia para EPT	300	690
FLN	Especialização em Educação, Trabalho e Formação Docente	160	480
FLN	FIC - Aplicat. Comput. para Meteorologia	20	40
FLN	FIC - Atualização de Formação do Técnico SHT	30	100
FLN	FIC - Controle Tecnológico de Concreto		80
FLN	FIC - Especialização Técnica em Eficiência Energética em Edificações		220
FLN	FIC - Instrumentação Meteorológica	20	40
FLN	FIC - NR 10 Básico	30	40
FLN	FIC - NR 35	30	40
FLN	FIC - Recepcionista em Saùde	40	240
FLN	FIC - Tópicos Especiais em Meteorologia	20	40
GPB	FIC - Espanhol	30	360
GPB	FIC - Gestão Sustentável de Empreendimentos Turísticos	30	96
GPB	FIC - Operações Básicas de Hospedagem	20	72
GPB	FIC - Operações Básicas em Restaurante e Bar	20	96
GPB	FIC - Organização de Eventos	30	60
ITJ	FIC - Auxiliar de Escritório para atuação em Escritório Contábil	40	180
ITJ	FIC - Mulheres Mil - Padeiro	20	240
JAR	FIC - Auxiliar Administrativo	35	160
JAR	FIC - Libras Básico	40	160
JAR	FIC - Libras Intermediário	40	80
PHB	FIC - Libras para Surdos	25	360
SCA	PROEJA FIC - Assistente Administrativo	40	1400
SCA	PROEJA FIC - Operador de Computador (Médio)	40	1400
SCA	Técnico Integrado em Agropecuária	40	3300
SCA	Técnico Integrado em Edificações	40	3280
SJE	Licenciatura em Química	36	3200
SLO	FIC - Assistente de Recursos Humanos	40	160
SLO	FIC - Ferramentas para Educação	40	40
SLO	FIC - Hortas Domésticas	20	40
SLO	FIC - Inglês	25	320
SLO	FIC - Utilização de Planilhas Eletrônicas/Avançado	30	42
SLO	PROEJA FIC - Assistente de Controle de Qualidade	40	1400
SLO	Técnico Concomitante em Administração	40	1000
SLO	Técnico Concomitante em Agronegócio	40	1200
SMO	Técnico Concomitante em Eletromecânica	32	1200
SMO	Técnico Subsequente em Administração	40	1000
SMO	Tecnologia em Alimentos	40	2400
TUB	Técnico Concomitante em Administração	40	1000

Quadro D.3 - Cursos que serão extintos até 2029

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
ARU	Especialização em Ensino de Ciências e Matemática	24	420
ARU	PROEJA FIC - Costureiro Industrial do Vestuário	20	1480
ARU	PROEJA FIC - Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	20	1480
ARU	Técnico Integrado em Vestuário	35	3360
ARU	Técnico Subsequente em Têxtil	40	1200
ARU	Tecnologia em Design de Moda	36	2800
CAN	Bacharelado em Agronomia	40	4040
CAN	Técnico Concomitante em Edificações	40	1200
CAN	Técnico Concomitante em Manutenção e Suporte em Informática	40	1000
CAN	Técnico Integrado em Alimentos	40	3320
CAN	Técnico Integrado em Edificações	40	3320
CAN	Técnico Integrado em Informática	40	3400
CCO	Engenharia de Controle e Automação	40	4160
CCO	PROEJA - Técnico Integrado em Eletromecânica	40	2400
CCO	Técnico Integrado em Desenvolvimento de Sistemas	35	3200
CDR	Técnico Integrado em Plásticos	40	3520
CRI	Engenharia Mecatrônica	40	4000
CRI	Licenciatura em Química	40	3500
CRI	Técnico Concomitante em Meio Ambiente	40	1200
CTE	Especialização em Tecnologias para Educação Profissional	40	480
CTE	FIC - Espanhol	25	360
CTE	FIC - Inglês	25	480
CTE	PROEJA - Técnico Concomitante em Panificação	16	2000
CTE	PROEJA - Técnico integrado em Cozinha	16	2000
CTE	Técnico Subsequente em Confeitaria	40	800
CTE	Técnico Subsequente em Cozinha	40	800
CTE	Técnico Subsequente em Guia de Turismo - Nacional	40	820
CTE	Técnico Subsequente em Guia de Turismo - Regional	40	820
CTE	Técnico Subsequente em Nutrição e Dietética	40	1200
CTE	Técnico Subsequente em Panificação	40	800
CTE	Tecnologia em Gestão de Turismo	40	1800
CTE	Tecnologia em Hotelaria	40	2000
FLN	Engenharia Civil	40	4420
FLN	Engenharia Elétrica	40	4440
FLN	Engenharia Eletrônica	40	4380
FLN	Engenharia Mecatrônica	40	4240
FLN	Especialização em Ensino de Ciências e Matemática	160	645
FLN	PROEJA - Técnico Concomitante em Cozinha	24	2000
FLN	PROEJA - Técnico Concomitante em Panificação	24	2000
FLN	Técnico Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas	30	1200
FLN	Técnico Subsequente em Edificações	30	3200
FLN	Técnico Subsequente em Mecânica	28	1200
FLN	Técnico Subsequente em Meio Ambiente	25	1200
FLN	Técnico Subsequente em Meteorologia	40	1200
FLN	Técnico Subsequente em Saneamento	30	1200
FLN	Tecnologia em Design de Produto	30	3600
FLN	Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação	30	2160
FLN	Tecnologia em Sistemas de Energia	40	2400
GAS	PROEJA FIC - Auxiliar Administrativo	40	1200
GAS	Técnico Integrado em Informática	40	3540

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
GAS	Técnico Integrado em Química	40	3640
GAS	Técnico Subsequente em Administração	40	1000
GAS	Tecnologia em Design de Moda	40	1900
GAS	Tecnologia em Processos Gerenciais	40	1840
GPB	FIC - Inglês	25	480
GPB	PROEJA - Técnico Integrado em Serviços de Restaurante e Bar	40	2000
GPB	PROEJA FIC - Atendimento em Restaurante	40	1400
GPB	Técnico Concomitante em Biotecnologia	40	1200
GPB	Técnico Integrado em Administração	36	3140
GPB	Técnico Integrado em Informática	36	3340
GPB	Técnico Subsequente em Hospedagem	40	800
GPB	Técnico Subsequente em Serviços de Restaurante e Bar	35	440
GPB	Técnico Subsequente em Serviços de Restaurante e Bar	40	360
ITJ	Engenharia Elétrica	40	4300
ITJ	Técnico Subsequente em Aquicultura	40	1020
ITJ	Técnico Subsequente em Mecânica	40	1200
JAR	Licenciatura em Física	40	3380
JAR	Técnico Subsequente em Têxtil	35	2400
JAR	Técnico Subsequente em Vestuário	35	1740
JAR	Tecnologia em Design de Moda	40	1700
JLE	Técnico Concomitante em Eletroeletrônica	35	1600
JLE	Técnico Concomitante em Mecânica	32	1600
JLE	Técnico Concomitante em Teatro	40	800
JLE	Técnico Subsequente em Enfermagem	24	1800
JLE	Tecnologia em Gestão Hospitalar	40	2400
LGS	Bacharelado em Ciência da Computação	40	3200
LGS	Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade	40	420
LGS	Técnico Concomitante em Administração	40	1000
LGS	Técnico Concomitante em Agroecologia	40	1200
LGS	Técnico Concomitante em Biotecnologia	40	1280
LGS	Técnico Concomitante em Informática para Internet	40	1200
LGS	Técnico Concomitante em Mecatrônica	40	1360
LGS	Técnico Subsequente em Biotecnologia	40	1200
LGS	Técnico Subsequente em Eletromecânica	40	1360
PHB	Licenciatura em Pedagogia Bilíngue	40	3260
PHB	PROEJA - Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática	40	2480
PHB	Técnico Integrado em Comunicação Visual	40	3200
PHB	Técnico Integrado em Comunicação Visual (Bilíngue)	20	3200
PHB	Técnico Integrado em Tradução e Interpretação de Libras	40	3200
PHB	Tecnologia em Produção Multimídia	40	2360
RAU	Engenharia Elétrica	40	3600
RAU	Técnico Subsequente em Eletrotécnica - Noturno	40	1280
RAU	Técnico Subsequente em Eletrotécnica - Vespertino	40	1280
RAU	Tecnologia em Fabricação Mecânica	40	2580
SCA	FIC - Bovino Cultura de Leite	40	300
SCA	FIC - Gestão de Cooperativismo	40	80
SJE	Engenharia de Telecomunicações	36	3636
SJE	FIC - Língua Inglesa para Testes de Proficiência	40	80
SJE	FIC - Português para Estrangeiros	40	120
SJE	Técnico Integrado em Refrigeração e Climatização	36	3240
SJE	Técnico Integrado em Telecomunicações	36	3240
SJE	Técnico Subsequente em Telecomunicações	28	1200
SLO	Especialização em Gestão em Políticas Públicas Educacionais	60	360

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
SLO	PROEJA - Técnico Integrado em Eletrotécnica	35	2400
SLO	Técnico Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas	40	1200
SLO	Técnico Subsequente em Logística	40	800
SMO	Bacharelado em Agronomia	40	4200
TUB	Licenciatura em Matemática	50	1600
TUB	Licenciatura em Matemática	100	3200
TUB	Técnico Subsequente em Administração	40	800
TUB	Técnico Subsequente em Logística	40	800
TUB	Tecnologia em Sistemas Embarcados	40	2400
URP	Engenharia de Alimentos	20	3960
URP	FIC - Área de Cozinha	20	200
URP	FIC - Área de Turismo	40	60
URP	Técnico Concomitante em Agricultura	40	1200
XXE	Especialização em Intervenções Assistidas por Animais	40	390
XXE	FIC - Língua inglesa nível básico,básico II, préint. Interme.	20	80

Quadro D.4 - Cursos que serão implantados até 2029

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
ARU	Especialização em Aprendizagem Ativa e Suas Metodologias	40	435
ARU	FIC - Informática	25	80
ARU	FIC - Metodologias para o Ensino de História Econômica e Geopolítica	40	100
ARU	FIC - Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação	40	80
ARU	PROEJA FIC - Costureiro Industrial do Vestuário	25	1400
ARU	PROEJA FIC - Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	25	1400
ARU	Técnico Concomitante em Desenvolvimento de Sistemas	25	1200
ARU	Técnico Integrado em Laboratório de Ciências da Natureza	36	3280
ARU	Técnico Integrado em Têxtil	36	3360
ARU	Técnico Subsequente em Automação Industrial	32	1200
ARU	Técnico Subsequente em Mecânica	32	1200
ARU	Técnico Subsequente em Vestuário	40	1200
ARU	Tecnologia em Design de Moda	40	1720
CAN	Bacharelado em Agronomia	40	3900
CAN	Engenharia Civil	40	4100
CAN	Especialização em Desenvolvimento de Sistemas	40	360
CAN	Especialização em Educação Direitos Humanos e Cidadania	60	360
CAN	FIC - Ciências	40	180
CAN	FIC - Espanhol	20	360
CAN	FIC - Inglês	20	480
CAN	FIC - Trabalho Pedagógico na Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva	40	40
CAN	FIC - Treinamento esportivo Handebol	30	80
CAN	FIC - Treinamento esportivo Volei	30	80
CAN	FIC - Treinamento para Manipuladores de Alimentos	40	20
CAN	Mestrado em Recursos Naturais/Alimentos	20	360
CAN	PROEJA - Técnico Concomitante em Panificação	40	2400
CAN	Técnico Integrado em Alimentos	40	3320
CAN	Técnico Integrado em Edificações	40	3420
CAN	Técnico Integrado em Informática	40	3400
CAN	Técnico Subsequente em Agricultura	40	1200
CAN	Técnico Subsequente em Edificações	40	1200
CAN	Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática	40	1000
CCO	Engenharia de Controle e Automação	40	4000
CCO	Mestrado em Ensino	25	360
CCO	PROEJA FIC - Auxiliar de Manutenção Industrial	40	1400
CCO	PROEJA FIC - Normas Regulamentadoras	40	1400
CCO	Técnico Integrado em Desenvolvimento de Sistemas	35	3200
CCO	Técnico Integrado em Mecatrônica	35	3200
CCO	Técnico Integrado em Sistemas de Energia Renovável	35	3200
CCO	Tecnologia em Fabricação Mecânica	40	2400
CDR	Especialização em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica	40	450
CDR	Especialização em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica	100	450
CDR	Especialização em tecnologias para o ensino e aprendizagem	100	450
CDR	FIC - Alternativas para o Ensino de Matemática	40	40
CDR	FIC - Auxiliar para indústria de plásticos	20	160
CDR	FIC - Desenho técnico mecânico em solidworks	30	40
CDR	FIC - Estatística nos anos iniciais do Ensino Fundamental	40	40
CDR	FIC - Fundamentos de metrologia	30	40

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
CDR	FIC - Inglês básico, pré-intermediário e intermediário	40	120
CDR	**FIC - Injeção de termoplásticos**	**15**	**160**
CDR	FIC - Instalações elétricas prediais	20	44
CDR	FIC - Introdução ao desenvolvimento de embalagens plásticas	20	60
CDR	FIC - Leitura	40	40
CDR	FIC - Literatura Infantil e Contação de Histórias	40	60
CDR	FIC - Manutenção Industrial	20	160
CDR	FIC - Metodologias e Práticas no Ensino de Ciências	40	40
CDR	FIC - Práticas no Ensino em Ciências Humanas	40	60
CDR	FIC - Práticas Pedagógicas no Ensino de matemática para professores do PENOA	40	40
CDR	FIC - Processos Artísticos Educacionais	40	60
CDR	FIC - Recreação	40	40
CDR	FIC - Solidworks - Desenho assistido por computador (CAD)	30	40
CDR	FIC - Tecnologias para educação	40	60
CDR	PROEJA FIC - Eletromecânica	40	1400
CDR	PROEJA FIC - Operador de computador	40	1400
CDR	PROEJA FIC - Vendas	40	1400
CDR	Técnico Integrado em Administração	40	3200
CDR	Técnico Integrado em Automação Industrial - Matutino	40	3520
CDR	Técnico Integrado em Automação Industrial - Vespertino	40	3520
CDR	Técnico Integrado em Informática	35	3320
CDR	Técnico subsequente em Fabricação Mecânica	40	1280
CDR	Técnico Subsequente em Informática para Internet	35	1080
CDR	Técnico Subsequente em Qualidade	40	800
CDR	Técnico Subsequente em Recursos Humanos	40	800
CDR	Técnico Subsequente em Redes de Computadores	35	1080
CDR	Técnico Subsequente em Vendas	40	800
CRI	Engenharia Mecatrônica	40	4450
CRI	Especialização em Docência para a EPT	200	360
CRI	Especialização em Ensino de Ciências	200	480
CRI	Especialização em Gestão Escolar	150	420
CRI	Licenciatura em Química	40	3780
CRI	PROEJA - Técnico Integrado em Informática	40	2400
CRI	Técnico Integrado em Meio Ambiente	40	3360
CRI	Técnico Subsequente em Eletrotécnica	40	1280
CTE	Especialização em Cultura e Sociobiodiversidade na Gastronomia	40	465
CTE	Especialização em Práticas de ensino na educação básica	50	390
CTE	Especialização em qualidade no turismo	50	390
CTE	Especialização em Tecnologias para Educação Profissional	50	390
CTE	FIC - Educação ambiental	50	80
CTE	FIC - Espanhol Básico	30	160
CTE	FIC - Espanhol Intermediário 1	30	160
CTE	FIC - Espanhol Intermediário 2	30	160
CTE	FIC - Estudos da deficiência	50	180
CTE	FIC - Eventos Sociais	40	160
CTE	FIC - Inglês básico	30	160
CTE	FIC - Inglês Intermediário 1	30	160
CTE	FIC - Inglês Intermediário 2	30	160
CTE	FIC - Libras Básico	50	160
CTE	FIC - Libras Intermediário	50	160
CTE	FIC - Técnicas Dietéticas	40	80
CTE	PROEJA - Técnico integrado em Gastronomia	40	2000
CTE	PROEJA - Técnico Integrado em Panificação	40	2000

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
CTE	PROEJA FIC - Auxiliar de Confeitaria	40	1400
CTE	Técnico Subsequente em Confeitaria	40	800
CTE	Técnico Subsequente em Gastronomia- turma sem1	40	800
CTE	Técnico Subsequente em Gastronomia- turma sem2	40	800
CTE	Técnico Subsequente em Guia de Turismo - Nacional	40	800
CTE	Técnico Subsequente em Guia de Turismo - Regional	40	800
CTE	Técnico Subsequente em Marketing	50	800
CTE	Técnico Subsequente em Nutrição e Dietética	40	1200
CTE	Técnico Subsequente em Panificação	40	800
CTE	Tecnologia em Gastronomia	40	2000
CTE	Tecnologia em Gestão de Turismo	40	1780
CTE	Tecnologia em Hotelaria	40	2140
FLN	Bacharelado em Biotecnologia	30	3160
FLN	Bacharelado em Design	30	2800
FLN	Engenharia Civil	40	4260
FLN	Engenharia Elétrica	40	4400
FLN	Engenharia Eletrônica	40	4100
FLN	Engenharia Mecatrônica	40	4060
FLN	Especialização em Ensino de Ciências e Matemática	160	450
FLN	Especialização em Robótica Educacional	40	430
FLN	Especialização em Sistemas Embarcados	25	360
FLN	FIC - Aplicação de Informações Meteorológicas	20	40
FLN	FIC - Especialização Técnica em Energia Fotovoltaica	30	300
FLN	FIC - Internet das Coisas com ESP32	20	40
FLN	FIC - Machine Learning	20	40
FLN	FIC - Metrologia Aplicada à Instrumentação Meteorológica	20	40
FLN	FIC - Programação de Robôs com ROS	20	80
FLN	FIC - Programação de Sistemas Linux	20	80
FLN	FIC - Sistema de Energia Solar Fotovoltaica	20	80
FLN	PROEJA - Técnico Integrado em Instrumento Musical	30	1800
FLN	PROEJA FIC - Auxiliar de Cenotecnia	30	1080
FLN	PROEJA FIC - Instalador de Sistemas Fotovoltaicos	30	1080
FLN	PROEJA FIC - Soldagem	30	1560
FLN	Técnico Integrado em Mecatrônica	32	3600
FLN	Técnico Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas	30	1200
FLN	Técnico Subsequente em Edificações - Matutino	40	1320
FLN	Técnico Subsequente em Edificações - Noturno	40	1320
FLN	Técnico Subsequente em Informática para Internet	160	1100
FLN	Técnico Subsequente em Mecânica - 2025.1	28	1200
FLN	Técnico Subsequente em Meio Ambiente	25	1200
FLN	Técnico Subsequente em Meteorologia	40	1000
FLN	Técnico Subsequente em Saneamento	30	1200
FLN	Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação	30	2160
FLN	Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação	150	2160
FLN	Tecnologia em Gestão de Energia e Eficiência Energética	40	2540
GAS	Especialização em Ciências de Dados	50	360
GAS	Especialização em Direitos Humanos	50	360
GAS	Especialização em Educação Bilíngue	50	360
GAS	Especialização em Gestão de Riscos e Desastres	150	390
GAS	Especialização em Liderança organizacional para a inovação	50	360
GAS	FIC - Acolhimento Imigrantes (português, História e Geografia)	80	30
GAS	FIC - Área de Informática	40	120
GAS	FIC - Arte e Biblioteca	120	30

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
GAS	FIC - Computação para Professores da Educação Básica - Ferramentas Básicas	60	30
GAS	FIC - Computação para Professores da Educação Básica - Sequências Didáticas	200	40
GAS	FIC - Educação Bilíngue	120	40
GAS	FIC - Educação de Jovens e Adultos (português e Matemática)	20	30
GAS	FIC - Educação Física	120	30
GAS	FIC - Ensino de Ciências	60	30
GAS	FIC - Ensino de Ciências Humanas	40	30
GAS	FIC - Formação para formadores	40	80
GAS	FIC - Língua Portuguesa	60	20
GAS	FIC - Metodologias Ativas	60	40
GAS	Licenciatura em Língua Portuguesa - língua materna e língua adicional	150	3200
GAS	PROEJA - Técnico Integrado em Administração	45	2000
GAS	PROEJA - Técnico Integrado em Artesanato	40	2000
GAS	Técnico Integrado em Informática para Internet	40	3100
GAS	Técnico Integrado em Química	40	3320
GAS	Técnico Subsequente em Administração	45	800
GAS	Técnico Subsequente em Meio Ambiente	40	1200
GAS	Tecnologia em Design de Moda	40	1640
GAS	Tecnologia em Gestão Pública	150	1700
GAS	Tecnologia em Processos Gerenciais	40	1600
GPB	Especialização em Direitos Humanos	35	420
GPB	Especialização em Educação e Diversidade	35	420
GPB	FIC - Agente de Alimentação Escolar	25	160
GPB	FIC - Assistente de Secretaria Escolar	35	180
GPB	FIC - Cinema e Educação.	35	80
GPB	FIC - Computação para a Educação Básica 1	25	80
GPB	FIC - Computação para a Ensino Básica 2	25	80
GPB	FIC - Educação Ambiental para a Educação Básica	30	80
GPB	FIC - Educação Inclusiva	35	60
GPB	FIC - Espanhol Básico	30	160
GPB	FIC - Espanhol Intermediário	30	160
GPB	FIC - Espanhol Intermediário 2	30	160
GPB	FIC - Especialização Técnica de Guia de Turismo em Atrativo Turístico Natural.	25	240
GPB	FIC - Gestão de Restaurante	40	160
GPB	FIC - Inglês Básico	30	160
GPB	FIC - Inglês Intermediário	30	160
GPB	FIC - Inglês intermediário 2	30	160
GPB	FIC - Leitura: Teoria e Prática	35	160
GPB	FIC - Libras Básico	30	160
GPB	FIC - Libras Intermediário	30	160
GPB	FIC - Materiais Didáticos para o Ensino de Educação Patrimonial	35	160
GPB	FIC - Operações Básicas em Geoprocessamento 1	30	60
GPB	FIC - Operações Básicas em Geoprocessamento 2	30	80
GPB	FIC - Práticas de Leitura Literária e a Formação do Leitor.	35	80
GPB	FIC - Práticas Pedagógicas em Ciências Ambientais	30	160
GPB	FIC - Práticas Pedagógicas em Ciências para Fundamental I e II	30	160
GPB	Licenciatura em Geografia	30	3200
GPB	Licenciatura em Informática	30	3200
GPB	PROEJA - Técnico Integrado em Gastronomia	40	2140
GPB	Técnico Concomitante em Biotecnologia	40	1240
GPB	Técnico Integrado em Informática	40	3340
GPB	Técnico Integrado em Lazer	40	3282
GPB	Técnico Integrado em Meio Ambiente	40	3360

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
GPB	Técnico Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas	40	1200
GPB	Técnico Subsequente em Geoprocessamento	40	1260
ITJ	Engenharia Elétrica	40	4000
ITJ	Especialização em Cultura Oceânica	40	360
ITJ	Especialização em ENGENHARIA BIOMÉDICA PARA ENSINO DE NEUROCIÊNCIAS	40	360
ITJ	FIC - Análise de biotoxinas por espectrometria de massas	6	40
ITJ	FIC - Cromatografia Líquida e Espectrometria de Massas	6	60
ITJ	FIC - Ecologia do fitoplâncton nocivo	6	40
ITJ	FIC - Introdução ao Monitoramento de Algas Nocivas e Ficotoxinas	40	40
ITJ	FIC - Monitoramento de Parques Aquícolas Marinhos	40	60
ITJ	FIC - Taxonomia do fitoplâncton nocivo	6	60
ITJ	PROEJA - Técnico Concomitante em Eletromecânica	34	1200
ITJ	PROEJA FIC – CERTIFIC Pescador Profissional (CFAQIIIC/M)	40	211
ITJ	Segunda Licenciatura - a definir	40	1800
ITJ	Técnico Subsequente em Aquicultura	40	1020
ITJ	Técnico Subsequente em Fabricação Mecânica	40	1200
JAR	Licenciatura em Física	40	3200
JAR	Técnico Integrado em Têxtil	35	3480
JAR	Técnico Subsequente em Têxtil - noturno	35	1200
JAR	Técnico Subsequente em Têxtil - vespertino	35	1200
JAR	Técnico Subsequente em Vestuário	35	1200
JAR	Tecnologia em Design de Moda	40	1780
JAR	Tecnologia em Produção Têxtil	40	2400
JLE	Bacharelado em Administração	40	3000
JLE	Engenharia Mecânica	40	4160
JLE	Especialização em Engenharia Biomédica	40	380
JLE	Especialização em Ensino de Ciências	40	360
JLE	Especialização em Gestão e Negócios	40	360
JLE	FIC - Desenvolvimento de Jogos	35	40
JLE	Licenciatura em Pedagogia	40	3200
JLE	PROEJA - Técnico Integrado em Eletromecânica	40	2420
JLE	Técnico Subsequente em Eletroeletrônica	40	1280
JLE	Técnico Subsequente em Enfermagem	24	1600
JLE	Técnico Subsequente em Gerência em Saúde	40	1200
JLE	Técnico Subsequente em Mecânica	35	1220
LGS	Bacharelado em Ciência da Computação	40	3300
LGS	Engenharia Química	30	3660
LGS	FIC - Auxiliar de Laboratório	25	240
LGS	FIC - Capacitação para professores na área de Artes Visuais	30	80
LGS	FIC - Capacitação para professores na área de Educação Física	30	80
LGS	FIC - Capacitação para professores na área de Filosofia	30	80
LGS	FIC - Capacitação para professores na área de Química	30	80
LGS	FIC - Capacitação para professores na área de Sociologia	30	80
LGS	FIC - Espanhol	25	640
LGS	FIC - Hortas escolares	40	80
LGS	Mestrado em Tecnologias para Sistemas Agroindustriais	15	360
LGS	PROEJA FIC - Manutenção Mecânica	25	1400
LGS	PROEJA FIC - Panificação	40	1400
LGS	Técnico Integrado em Agricultura	40	3320
LGS	Técnico Integrado em Informática para Internet	40	3120
LGS	Técnico Integrado em Laboratório de Ciências da Natureza	40	3000
LGS	Técnico Integrado em Mecatrônica	40	3320
LGS	Técnico Subsequente em Administração	40	800

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
LGS	Técnico Subsequente em Biotecnologia	40	1200
LGS	Técnico Subsequente em Eletrotécnica	40	1200
LGS	Técnico Subsequente em Mecânica	40	1200
LGS	Técnico Subsequente em Química	40	1200
PHB	Especialização em MÍdias Digitais Acessìveis	40	420
PHB	Licenciatura em Pedagogia Bilíngue	40	3240
PHB	Licenciatura em Pedagogia Bilíngue - EaD	40	3200
PHB	PROEJA - Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática	40	2200
PHB	PROEJA FIC - Eixo Desenvolvimento Educacional e Social	40	1400
PHB	Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue	30	1800
PHB	Técnico Concomitante em Design Gráfico	40	1000
PHB	Técnico Integrado Área Informática	40	3120
PHB	Técnico Integrado em Design Gráfico	40	3100
PHB	Técnico Integrado em Multimídia	40	3000
PHB	Técnico Integrado em Serviços e Produtos Bilíngues	20	3000
PHB	Técnico Integrado em Tradução e Interpretação de Libras (Bilingue)	40	3280
PHB	Técnico Subsequente em Secretaria Escolar	40	800
PHB	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	2000
PHB	Tecnologia em Design Gráfico	36	1600
PHB	Tecnologia em Produção Multimídia	40	1600
RAU	Engenharia Elétrica	40	3760
RAU	Engenharia Mecânica	40	3720
RAU	Especialização em Área Elétrica	20	540
RAU	Especialização em Projetos em Educação Científica para Crianças	20	360
RAU	FIC - Área Educação Especial	40	180
RAU	FIC - Área Elétrica	40	160
RAU	FIC - Área Informática	40	160
RAU	FIC - Área Mecânica	40	160
RAU	FIC - Inglês	25	480
RAU	FIC - Letramento Racial	40	60
RAU	FIC - Libras	25	360
RAU	FIC - Português para Estrangeiros	40	160
RAU	PROEJA FIC - Área Elétrica	25	1400
RAU	PROEJA FIC - Área Mecânica	25	1400
RAU	PROEJA FIC - Assistente Administrativo	25	1400
RAU	PROEJA FIC - Operador de Computador	25	1400
RAU	Técnico Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas	35	1200
RAU	Técnico Subsequente em Eletrotécnica - Noturno	40	1200
RAU	Técnico Subsequente em Eletrotécnica - Vespertino	40	1200
RAU	Tecnologia em Fabricação Mecânica	40	2400
SCA	Bacharelado em Agronomia	25	4340
SCA	Especialização em Direitos Humanos	80	420
SCA	PROEJA - Técnico Integrado em Agropecuária	30	2400
SCA	PROEJA - Técnico Integrado em Edificações	40	2400
SCA	Técnico Integrado em Agropecuária	40	3520
SCA	Técnico Integrado em Edificações	40	3520
SCA	Técnico Subsequente em Edificações	40	1200
SJE	Engenharia de Telecomunicações	40	3780
SJE	Especialização em Refrigeração e Climatização - Ênfase em Gestão de Energia	36	420
SJE	FIC - Instalador de Sistemas Fotovoltaicos	30	120
SJE	FIC - Línguas Inglês	40	480
SJE	FIC - Português para Estrangeiros	40	240
SJE	PROEJA FIC - Operador de Computador - anual	40	1412

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
SJE	Técnico Integrado em Laboratório de Ciências da Natureza	36	3000
SJE	Técnico Integrado em Redes de Computadores com Ênfase em IOT - anual	36	3100
SJE	Técnico Integrado em Redes de Computadores com Ênfase em IOT - semestral	36	3100
SJE	Técnico Integrado em Refrigeração e Climatização	36	3200
SJE	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	2000
SLO	Especialização em Educação e Diversidade	80	420
SLO	Especialização em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática	160	360
SLO	PROEJA FIC - Assistente de Controle de Qualidade	40	1400
SLO	PROEJA FIC - Eletricista Industrial	40	1400
SLO	Técnico Integrado em Automação Industrial	40	3520
SLO	Técnico Integrado em Informática	40	3520
SLO	Técnico Integrado em Marketing	40	3200
SLO	Técnico Subsequente em Administração	40	800
SLO	Técnico Subsequente em Automação Industrial	40	1200
SLO	Técnico Subsequente em Comércio	40	800
SLO	Técnico Subsequente em Logística	40	800
SLO	Técnico Subsequente em Recursos Humanos	40	800
SLO	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	2000
SMO	Bacharelado em Agronomia	40	4340
SMO	Engenharia de Produção	30	3960
SMO	Especialização Em Agricultura de Precisão	20	495
SMO	Especialização em Ensino de Ciências	40	420
SMO	Especialização em Pós-colheita	20	505
SMO	Especialização em Produção Alimentícia	25	615
SMO	FIC - Espanhol	20	480
SMO	FIC - Inglês	20	480
SMO	Licenciatura em Educação Física	30	3200
SMO	Mestrado em Agro	10	860
SMO	PROEJA FIC - Eletromecânica	40	1440
SMO	PROEJA FIC - Interdisciplinar	40	1440
SMO	Técnico Integrado em Administração	40	3120
SMO	Técnico Subsequente em Eletromecânica	32	1200
SMO	Técnico Subsequente em Laboratório de Ciências da Natureza	40	800
SMO	Tecnologia em Alimentos	40	2560
SMO	Tecnologia em Processos Gerenciais	40	1640
TIJ	Especialização em Atendimento Educacional Especializado	40	360
TIJ	FIC - Formação em Cuidador Infantil	40	240
TIJ	FIC - Libras	40	200
TIJ	FIC - Primeiros Socorros	40	160
TIJ	FIC - Recepcionista em Serviços de Saúde	40	240
TIJ	Licenciatura em Pedagogia com Aprofundamento em Educação Especial	40	3380
TIJ	PROEJA - Técnico Integrado em Cuidados de Idosos	40	2360
TIJ	PROEJA - Técnico Integrado em Serviços de Restaurante e Bar	40	2360
TIJ	Técnico Integrado em Desenvolvimento de Sistemas	40	3740
TIJ	Técnico Integrado em Meio Ambiente	40	3460
TIJ	Técnico Subsequente em Enfermagem	40	1800
TIJ	Técnico Subsequente em Eventos	40	920
TIJ	Técnico Subsequente em Informática	40	1240
TUB	Bacharelado em Engenharia de Elétrica	40	4360
TUB	Especialização em Gestão e Negócios	40	360
TUB	Especialização em Inovação e Tecnologia	40	360
TUB	Especialização em Metodologias de Ensino e Aprendizagem	40	420
TUB	FIC - EIxo Controle e Processos Industriais	40	200

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
TUB	FIC - Eixo Gestão e Negócios	40	100
TUB	FIC - Espanhol	20	480
TUB	FIC - Formação de Professores - Anos Iniciais	50	40
TUB	FIC - Formação de Professores - Artes	50	40
TUB	FIC - Formação de Professores - Biologia	50	40
TUB	FIC - Formação de Professores - Educação Física	50	40
TUB	FIC - Formação de Professores - Espanhol	50	40
TUB	FIC - Formação de Professores - Filosofia	50	40
TUB	FIC - Formação de Professores - Física	50	40
TUB	FIC - Formação de Professores - Geografia	50	40
TUB	FIC - Formação de Professores - História	50	40
TUB	FIC - Formação de Professores - Inglês	50	40
TUB	FIC - Formação de Professores - Matemática	50	40
TUB	FIC - Formação de Professores - Português	50	40
TUB	FIC - Formação de Professores - Química	50	40
TUB	FIC - Formação de Professores - Sociologia	50	40
TUB	Licenciatura em Pedagogia	40	3200
TUB	PROEJA FIC - Operador de Computador	40	1480
TUB	Técnico Integrado em Administração	40	3120
TUB	Técnico Integrado em Automação Industrial	40	3520
TUB	Técnico Integrado em Informática	40	3520
TUB	Técnico Subsequente em Logística	40	800
TUB	Técnico Subsequente em Manutenção de Computadores	40	1000
TUB	Técnico Subsequente em Mecatrônica	40	1200
TUB	Técnico Subsequente em Multimeios Didáticos	40	1200
TUB	Técnico Subsequente em Programação de Jogos Digitais	40	1000
TUB	Técnico Subsequente em Vendas	40	800
TUB	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	2080
TUB	Tecnologia em Processos Gerenciais	40	1600
URP	Especialização em EPT Integrada a Educação Básica na Modalidade EJA	120	435
URP	FIC - Área de Cozinha	20	80
URP	FIC - Ciências da Natureza - Geografia	40	120
URP	FIC - Ciências da Natureza Física	40	120
URP	FIC - Ciências Humanas e sociais - Filosofia	40	140
URP	FIC - Ciências Humanas e sociais - História	40	100
URP	FIC - Ciências Humanas e sociais - Sociologia	40	200
URP	FIC - Educação Especial	40	200
URP	FIC - Linguagens humanas - Artes	40	120
URP	FIC - Linguagens humanas - Educação Física	40	200
URP	FIC - Química	40	120
URP	FIC - Serviço de Bar e Restaurantes	40	140
URP	PROEJA FIC - Agente de Alimentação Escolar	20	1400
URP	PROEJA FIC - Agente de Turismo Local e Hospedagem	40	1460
URP	PROEJA FIC - Produtor de Suco	40	1400
URP	Técnico Integrado em Agropecuária	30	3420
URP	Técnico Subsequente em Gastronomia	40	800
URP	Técnico Subsequente em Guia de Turismo	40	800
URP	Tecnologia em Complementação Pedagógica	40	1600
XXE	Especialização em Alimentos	80	360
XXE	Especialização em Ciências Humanas	40	400
XXE	Especialização em Educação Inclusiva	40	420
XXE	Especialização em Informática	40	400
XXE	Especialização em Mecânica	40	400

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
XXE	FIC - Artes	50	80
XXE	FIC - Educação Física	40	80
XXE	FIC - Espanhol Básico	30	160
XXE	FIC - Espanhol Intermediário 1	30	160
XXE	FIC - Espanhol Intermediário 2	30	160
XXE	FIC - Formação Continuada para Educadores do Ensino Médio na Área de Biologia	50	80
XXE	FIC - Inglês básico	30	80
XXE	FIC - Inglês básico	30	80
XXE	FIC - Inglês Intermediário 1	30	160
XXE	FIC - Inglês intermediário 2	30	160
XXE	FIC - Interpretação de Desenho Técnico	30	40
XXE	FIC - Português para estrangeiros	30	240
XXE	FIC - Produção de Materiais Didáticos Digitais na Educação Física Escolar	50	80
XXE	Licenciatura em Pedagogia	40	3220
XXE	Mestrado Profissional em Ensino	15	540
XXE	PROEJA - Técnico Integrado em Eletromecânica	40	2420
XXE	Técnico Integrado em Administração	40	3200
XXE	Técnico Integrado em Alimentos	40	3200
XXE	Técnico Subsequente em Multimeios Didáticos	40	1200
XXE	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	2000

Quadro D.5 - Cursos que existentes em 2024 e permanecem em regime

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
ARU	FIC - Conversação em Espanhol	20	45
ARU	Licenciatura em Física	40	3200
ARU	Técnico Integrado em Eletromecânica	36	3360
ARU	Técnico Integrado em Produção de Moda	36	3120
ARU	Técnico Subsequente em Produção de Moda	40	800
CAN	Especialização em Ciência e Tecnologia de Alimentos	20	390
CAN	Especialização em Educação e Diversidade	40	420
CAN	PROEJA - Técnico Integrado em Agroecologia	40	2440
CAN	Tecnologia em Alimentos	40	2760
CAN	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	2000
CCO	Especialização em Ensino de Lingua Inglesa	28	420
CCO	Especialização em Teorias e Metodologias da EBP	30	420
CCO	Técnico Subsequente em Eletroeletrônica	40	1200
CCO	Técnico Subsequente em Mecânica	40	1200
CCO	Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho	40	1200
CDR	Bacharelado em Sistemas de Informação	40	3280
CDR	Engenharia de Produção	40	3850
CDR	PROEJA FIC - Assistente para a Indústria de Plásticos	40	1400
CDR	Técnico Integrado em Administração	40	3200
CDR	Técnico Integrado em Informática	40	3320
CDR	Técnico Subsequente em Administração	40	800
CDR	Técnico Subsequente em Eletromecânica	40	1280
CDR	Técnico Subsequente em Logística	40	800
CRI	Engenharia Civil	40	3800
CRI	FIC - Espanhol Básico	40	160
CRI	FIC - Formação Docente das Séries Iniciais: O Ensino da Língua Materna em Foco	40	40
CRI	FIC - História Contemporânea	40	40
CRI	FIC - Inglês Básico, Pré-intermediário e Intermediário	20	120
CRI	FIC - Metodologias para o Ensino de Biologia	50	40
CRI	FIC - Metodologias para o Ensino de História	50	40
CRI	Técnico Integrado em Edificações	40	3360
CRI	Técnico Integrado em Mecatrônica	40	3360
CRI	Técnico Integrado em Química	40	3840
CRI	Técnico Subsequente em Edificações	40	1200
CTE	Especialização em Cultura e Sociobiodiversidade na Gastronomia	40	480
CTE	Especialização em Ensino de Língua Estrangeira - turma espanhol	50	390
CTE	Especialização em Ensino de Língua Estrangeira - turma inglês	50	390
CTE	FIC - Higiene e Manipulação de Alimentos	40	20
CTE	FIC - Interpretação do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural no contexto turístico	25	120
CTE	FIC - Salgadeiro	40	160
CTE	Mestrado Profissional em Educação	0	1080
CTE	Oferta EaD multicampi e multi cursos. UC optativa de Libras de cursos de graduação e UC obrigatória de Libras para Licenciaturas.	40	60
CTE	Técnico Subsequente em Eventos	40	800
CTE	Técnico Subsequente em Restaurante e Bar	40	800
FLN	Especialização em Computação Científica para a Indústria	20	396
FLN	Especialização em Desenvolvimento de Produtos Eletrônicos	25	540
FLN	Especialização em Educação Profissional e Tecnológica	25	360

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
FLN	Especialização em Gestão de Serviços de Saúde	25	420
FLN	Especialização em Gestão Pública	200	375
FLN	Especialização em Gestão Pública - novas turmas	440	375
FLN	Especialização em Mídias Integradas na Educação	240	540
FLN	FIC - Conversação em Espanhol	25	45
FLN	FIC - Curso Básico de Instrumentos de Orquestra	40	260
FLN	FIC - Curso Prática de Orquestra	45	160
FLN	FIC - Eletrônica Básica	22	40
FLN	FIC - Espanhol	25	360
FLN	FIC - Inglês	25	480
FLN	FIC - Introdução ao Linux	15	30
FLN	FIC - Introdução ao Sistema Operacional Linux	22	30
FLN	FIC - NR 10 Reciclagem	30	40
FLN	FIC - Português e Cultura Brasileira para Imigrantes	30	230
FLN	FIC - Primeiros Socorros (2022.2)	40	60
FLN	FIC - Primeiros Socorros (2024.1)	40	40
FLN	FIC - Proteção 1	36	120
FLN	FIC - Proteção 2	36	40
FLN	FIC - Proteção 3	36	40
FLN	FIC - Robótica Básica com Arduino	22	40
FLN	FIC - Teatro de Animação	40	160
FLN	Mestrado em Proteção Radiológica	10	360
FLN	Mestrado Profissional em Clima e Ambiente	15	825
FLN	Mestrado Profissional em Educação	24	480
FLN	Mestrado Profissional em Sistemas de Energia Elétrica	10	540
FLN	Técnico Integrado em Edificações	32	3680
FLN	Técnico Integrado em Eletrônica	36	3680
FLN	Técnico Integrado em Eletrotécnica - Matutino	36	3680
FLN	Técnico Integrado em Eletrotécnica - Vespertino	18	3680
FLN	Técnico Integrado em Química	32	4080
FLN	Técnico Integrado em Saneamento	32	3680
FLN	Técnico Subsequente em Agrimensura - Matutino	27	1200
FLN	Técnico Subsequente em Agrimensura - Noturno	27	1200
FLN	Técnico Subsequente em Eletrônica	40	1280
FLN	Técnico Subsequente em Eletrotécnica	36	1320
FLN	Técnico Subsequente em Enfermagem	30	1800
FLN	Técnico Subsequente em Geoprocessamento	27	1200
FLN	Técnico Subsequente em Manutenção Automotiva	36	1200
FLN	Técnico Subsequente em Mecânica - 2020.1	28	1200
FLN	Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho	32	1200
FLN	Tecnologia em Eletrônica Industrial	40	2400
FLN	Tecnologia em Radiologia	40	3120
GAS	Especialização em Pesquisa e Práticas Pedagógicas	50	420
GAS	FIC - Costura de Roupas	25	60
GAS	FIC - Desenho Artístico	20	80
GAS	FIC - Empreendedorismo e Gestão de Pequenos Negócios	40	80
GAS	FIC - Ensino de Língua Inglesa	25	480
GAS	FIC - Pesquisa e Desenvolvimento de Coleção de Moda	30	160
GAS	FIC - Português para Estrangeiros	30	240
GAS	FIC - Revisores de Texto	30	80
GAS	Técnico Subsequente em Modelagem do Vestuário	30	840
GAS	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	2000
GPB	Especialização em Ensino de Línguas Estrangeiras para a Educação Básica	0	135

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
GPB	FIC - Condutor Ambiental Local Garopaba e Imbituba	18	248
GPB	FIC - Forró e Samba de Gafieira: Básico	30	40
GPB	Mestrado Profissional em Clima e Ambiente	0	180
GPB	Técnico Subsequente em Guia de Turismo	25	820
GPB	Tecnologia em Gestão Ambiental	40	1560
GPB	Tecnologia em Sistemas para Internet	40	2000
ITJ	Especialização em Ciências Marinhas Aplicadas ao Ensino	40	360
ITJ	FIC - Pescador Especializado CFAQ-III C/M N3 - PEP N3	30	770
ITJ	FIC - Pescador Profissional CFAQ-III C/M N2 - POP N2	30	160
ITJ	FIC - Pescador Profissional CFAQ-III C/M N1 - POP N1	30	84
ITJ	FIC - Treinamento para Manipuladores de Alimentos (básico e completo)	50	20
ITJ	Mestrado Profissional em Clima e Ambiente	0	540
ITJ	Técnico Integrado em Mecânica	40	3360
ITJ	Técnico Integrado em Recursos Pesqueiros	40	3260
ITJ	Técnico Subsequente em Eletroeletrônica	40	1280
JAR	Especialização em Educação em Ensino de Ciências e Matemática	40	420
JAR	FIC - Libras Avançado	35	60
JAR	FIC - Libras Básico	35	60
JAR	FIC - Libras Intermediário	35	60
JAR	Oferta Ead multicampi e multi cursos. UC Optativa de Libras	40	60
JAR	PROEJA - Técnico Integrado em Vestuário	35	2840
JAR	Técnico Integrado em Modelagem do Vestuário	35	3120
JAR	Técnico Integrado em Química	35	3520
JLE	Bacharelado em Enfermagem	24	4300
JLE	Engenharia Elétrica	40	4060
JLE	Técnico Integrado em Eletroeletrônica	35	3200
JLE	Técnico Integrado em Mecânica	35	3200
LGS	Engenharia Mecânica	40	4000
LGS	Especialização em Automação Industrial	20	420
LGS	Especialização em Gestão de Marketing e Empreendedorismo	40	420
LGS	Especialização em Tecnologias e Práticas Educacionais	40	360
LGS	FIC - Inglês	25	480
LGS	FIC - Português	25	80
LGS	PROEJA FIC - Eletricista e Instalador	25	1400
LGS	Técnico Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas	40	1200
LGS	Tecnologia em Gestão Agronegócio	40	2440
PHB	Especialização em Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos	40	360
PHB	Especialização em Tradução e Interpretação de Libras/Português	40	360
PHB	FIC - Inglês	25	360
PHB	FIC - Libras	25	360
PHB	FIC - Libras como L2	50	360
RAU	Técnico Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas	35	1200
RAU	Técnico Subsequente em Mecânica - Matutino	32	1280
RAU	Técnico Subsequente em Mecânica - Noturno	32	1280
SCA	Engenharia Civil	25	3800
SCA	Especialização em Educação e Diversidade	120	420
SCA	FIC - Operador de computador	40	160
SCA	Técnico Subsequente em Agropecuária	40	1200
SJE	Especialização em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores	36	420
SJE	FIC - Espanhol Básico	40	40
SJE	FIC - Espanhol Conversação	40	40
SJE	FIC - Introdução ao Cálculo	36	40

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
SJE	FIC - Mecânico de Refrigeração e Climatização Residencial	100	160
SJE	FIC - NR10	45	40
SJE	Licenciatura em Química	36	3400
SJE	PROEJA FIC - Operador de Computador - semestral	40	1412
SJE	Técnico Subsequente em Refrigeração e Climatização	36	1200
SLO	FIC - Conversação em Espanhol	20	45
SLO	FIC - Inglês 1 - Nível Iniciante 1	25	60
SLO	FIC - Língua de Acolhimento - Português I	25	40
SLO	FIC - Língua de Acolhimento - Português II	25	40
SLO	FIC - Língua de Acolhimento - Português III	25	40
SLO	FIC - Língua de Acolhimento - Português IV	25	40
SLO	FIC - Língua Inglesa - Nível Básico II	20	40
SLO	FIC - Língua Inglesa - Nível Intermediário	20	40
SLO	FIC - Língua Inglesa - Nível Pré-Intermediário	20	40
SMO	FIC - Português para Estrangeiros	30	240
SMO	Técnico Integrado em Agropecuária	40	3360
SMO	Técnico Integrado em Alimentos	40	3360
SMO	Técnico Integrado em Eletromecânica	40	3360
TUB	FIC - Inglês	20	480
TUB	Técnico Subsequente em Eletrotécnica	40	1200
URP	Especialização em Fruticultura de Clima Temperado	25	420
URP	Especialização em Tecnologia em Bebidas Alcoólicas	20	465
URP	FIC - Área de Administração	40	120
URP	FIC - Área de Agricultura	40	40
URP	FIC - Área de Alimentos	40	80
URP	FIC - Área Enologia	40	40
URP	FIC - Fitorreguladores para Frutíferas	40	40
URP	FIC - Informática	24	80
URP	FIC - Informática I - Introdução à Informática	24	60
URP	FIC - Inglês	25	480
URP	FIC - Inglês Preparatório para Proficiência	40	40
URP	FIC - Manejo de Vinhedos	25	20
URP	FIC - Poda de Frutíferas	25	20
URP	FIC - Português	40	120
URP	FIC - Produção Alimentícia	40	40
URP	FIC - Produção Animal	30	80
URP	FIC - Produção Animal	40	80
URP	Mestrado em Viticultura e Enologia	10	450
URP	PROEJA FIC - Auxiliar de Cozinha	20	1400
URP	PROEJA FIC - Condutor Ambiental	20	1440
URP	PROEJA FIC - Produtor de Bebidas não alcoólicas	20	1400
URP	Técnico Concomitante em Administração	20	880
URP	Técnico Subsequente em Administração	20	880
URP	Tecnologia em Viticultura e Enologia	25	3000
XXE	Bacharelado em Engenharia Mecânica	40	3940
XXE	Especialização em Multiletramentos na Educação	40	400
XXE	Técnico Integrado em Alimentos	40	3200
XXE	Técnico Integrado em Informática	40	3200
XXE	Técnico Integrado em Mecânica	40	3200

Quadro D.6 - Cursos especiais

Campus	Nome de Curso no PDI	Vagas de Ingresso	Carga horária
ARU	FIC - Assistente de Costura	20	160
ARU	FIC - Costureiro	30	160
ARU	FIC - Espanhol Básico	25	40
ARU	FIC - Introdução à Informática	10	60
ARU	FIC - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade – NR 10	20	40
ARU	FIC - Serígrafo	5	160
ARU	FIC - Soldador GMAW	16	80
ARU	FIC - Tecelão de Tecidos Planos	10	80
CCO	Licenciatura em Letras Inglês/Português	100	3460
CRI	FIC - Autodesk REVIT: Plataforma BIM na Construção Civil	25	80
CRI	FIC - Introdução ao Desenvolvimento de Embalagens Plásticas	25	60
CRI	FIC - Leitura e Interpretação de Desenho Técnico Mecânico	25	80
CRI	FIC - Metodologias para o Ensino de Química	50	40
CRI	FIC - Orçamento de Obra Civil	20	60
CRI	FIC - Química Orgânica para o Enem	40	40
LGS	FIC - Capacitação para professores na área de Biologia	30	80
LGS	FIC - Produção de Cerveja Artesanal	20	40
PHB	FIC - Português como L2	25	360
SCA	FIC - Área de Tecnologia de Alimentos	40	160
SCA	FIC - Artes, artesanato e oficinas criativas	40	80
SCA	FIC - Elétrica	40	80
SCA	FIC - Formação de lideranças e formação crítica	40	80
SCA	FIC - Jogos e brincadeiras	40	80
SCA	FIC - Língua Inglesa	40	80
URP	Engenharia Química	0	520
XXE	FIC - Direitos Humanos	40	40
XXE	FIC - Doces e frutas-Queijos e salame-Cerveja-BPF-Confeitaria	20	160
XXE	FIC - Empreendendo na minha pequena e grande empresa	40	40
XXE	FIC - Gestão de micro empreendimentos de economia solidária	30	80

APÊNDICE E - Cursos com FECr superior a 1.5

O **Fator de Esforço de Curso Real (FECr)** é calculado como a média dos FECr de cada fase do curso. O FECr de cada fase corresponde à razão entre a carga horária real executada e a carga horária prevista no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Cursos que apresentam um FECr superior a 1,5 indicam que, em média, a carga horária real está pelo menos 50% acima da carga prevista, o que pode sinalizar a necessidade de revisão e adequação do planejamento curricular. No Quadro E.1, os cursos com FECr superior a 2 — ou seja, cuja carga horária real é mais que o dobro da prevista — estão destacados em negrito, por indicarem situações críticas que requerem atenção especial.

O Fator de Esforço de Curso (FEC), por sua vez, é um parâmetro fornecido pelo MEC para cada tipo de curso, expressando o nível de esforço institucional necessário para sua oferta, considerando aspectos como carga horária, complexidade e infraestrutura. Diferenças significativas entre o FEC e o FECr podem indicar inconsistências no planejamento. Essas discrepâncias devem ser analisadas, visando garantir a adequação entre o planejamento pedagógico e a prática institucional.

Quadro E.1 - Cursos com Fator de Esforço de Curso Real (FECr) superior a 1,5.

Campus	Nome do curso no PDI	Situação da oferta	Carga horária	FEC	FECr
ARU	Técnico Subsequente em Automação Industrial	implantação	1200	1,183	1,550
ARU	Tecnologia em Design de Moda	implantação	1720	1,078	1,506
ARU	Especialização em Ensino de Ciências e Matemática	extinção	420	1,000	1,648
CAN	Técnico Subsequente em Edificações	implantação	1200	1,068	1,906
CAN	Técnico Concomitante em Edificações	extinção	1200	1,068	1,906
CRI	Técnico Integrado em Edificações	regime	3360	1,068	1,506
CTE	Especialização em Ensino de Língua Estrangeira - turma espanhol	regime	390	1,000	1,923
CTE	Especialização em Ensino de Língua Estrangeira - turma inglês	regime	390	1,000	1,923
FLN	**FIC - Curso Básico de Instrumentos de Orquestra**	**regime**	**260**	**1,100**	**3,299**
FLN	**FIC - Curso Prática de Orquestra**	**regime**	**160**	**1,100**	**3,000**
FLN	FIC - Eletrônica Básica	regime	40	1,100	2,000
FLN	FIC - Especialização Técnica em Energia Fotovoltaica	implantação	300	1,100	2,000
FLN	FIC - Metrologia Aplicada à Instrumentação Meteorológica	implantação	40	1,100	2,000
FLN	FIC - Primeiros Socorros (2024.1)	regime	40	1,100	2,000
FLN	FIC - Robótica Básica com Arduino	regime	40	1,100	2,000
FLN	FIC - Teatro de Animação	regime	160	1,100	1,800
FLN	PROEJA FIC - Auxiliar de Cenotecnia	implantação	1080	1,100	1,589
FLN	PROEJA FIC - Instalador de Sistemas Fotovoltaicos	implantação	1080	1,100	1,593
FLN	Técnico Integrado em Edificações	regime	3680	1,068	1,529
FLN	Técnico Integrado em Eletrotécnica - Matutino	regime	3680	1,120	1,701
FLN	Técnico Integrado em Mecatrônica	implantação	3600	1,247	1,626
FLN	Técnico Integrado em Saneamento	regime	3680	1,022	1,510
FLN	Técnico Subsequente em Edificações	extinção	1600	1,068	1,850
FLN	Técnico Subsequente em Edificações	extinção	1600	1,068	1,850
FLN	Técnico Subsequente em Edificações - Matutino	implantação	1320	1,068	1,816
FLN	Técnico Subsequente em Edificações - Noturno	implantação	1320	1,068	1,816
FLN	Técnico Subsequente em Eletrotécnica	regime	1320	1,120	1,844

Campus	Nome do curso no PDI	Situação da oferta	Carga horária	FEC	FECr
FLN	**Técnico Subsequente em Enfermagem**	**regime**	**1800**	**1,500**	**2,052**
FLN	**Técnico Subsequente em Informática para Internet**	**implantação**	**1100**	**1,028**	**4,000**
FLN	Técnico Subsequente em Manutenção Automotiva	regime	1200	1,352	1,800
FLN	Técnico Subsequente em Mecânica	extinção	1200	1,247	1,617
FLN	Técnico Subsequente em Mecânica - 2020.1	regime	1200	1,247	1,617
FLN	Técnico Subsequente em Mecânica - 2025.1	implantação	1200	1,247	1,617
FLN	Técnico Subsequente em Saneamento	extinção	1200	1,022	1,517
FLN	Técnico Subsequente em Saneamento	implantação	1200	1,022	1,504
FLN	**Tecnologia em Radiologia**	**regime**	**3120**	**1,000**	**2,034**
FLN	Engenharia Civil	implantação	4260	1,085	1,601
FLN	**Especialização em Computação Científica para a Indústria**	**regime**	**396**	**1,000**	**4,000**
FLN	**Especialização em Ensino de Ciências e Matemática**	**implantação**	**450**	**1,000**	**4,567**
FLN	**Especialização em Ensino de Ciências e Matemática**	**extinção**	**645**	**1,000**	**2,667**
FLN	**Especialização em Gestão de Serviços de Saúde**	**regime**	**420**	**1,000**	**8,000**
FLN	**Especialização em Gestão Pública**	**regime**	**375**	**1,000**	**5,000**
FLN	**Especialização em Gestão Pública - novas turmas**	**regime**	**375**	**1,000**	**11,000**
FLN	**Especialização em Mídias Integradas na Educação**	**regime**	**540**	**1,000**	**5,000**
FLN	Especialização em Sistemas Embarcados	implantação	360	1,000	2,000
FLN	**Mestrado em Proteção Radiológica**	**regime**	**360**	**1,000**	**2,292**
FLN	**Mestrado Profissional em Clima e Ambiente**	**regime**	**825**	**1,000**	**8,000**
FLN	**Mestrado Profissional em Educação**	**regime**	**480**	**1,000**	**7,000**
FLN	**Mestrado Profissional em Sistemas de Energia Elétrica**	**regime**	**540**	**1,000**	**4,535**
GAS	FIC - Computação para Professores da Educação Básica - Ferramentas Básicas	implantação	30	1,100	2,000
GAS	Tecnologia em Design de Moda	extinção	1900	1,078	1,664
GAS	Tecnologia em Design de Moda	implantação	1640	1,078	1,626
GAS	Especialização em Direitos Humanos	implantação	360	1,000	1,833
GAS	Especialização em Pesquisa e Práticas Pedagógicas	regime	420	1,000	1,704
GPB	Técnico Subsequente em Desenvolvimento de Sistemas	implantação	1200	1,050	1,896
GPB	Técnico Concomitante em Biotecnologia	extinção	1200	1,053	1,635
GPB	Técnico Concomitante em Biotecnologia	implantação	1240	1,053	1,571
ITJ	Mestrado Profissional em Clima e Ambiente	regime	540	1,000	1,633
JLE	**Técnico Subsequente em Enfermagem**	**extinção**	**1800**	**1,500**	**2,255**
JLE	**Técnico Subsequente em Enfermagem**	**implantação**	**1600**	**1,500**	**2,288**
JLE	Técnico Subsequente em Mecânica	implantação	1220	1,247	1,518
JLE	Bacharelado em Administração	implantação	3000	1,001	1,550
JLE	**Bacharelado em Enfermagem**	**regime**	**4300**	**1,500**	**2,290**
SJE	Técnico Subsequente em Refrigeração e Climatização	regime	1200	1,105	1,667

APÊNDICE F - Cursos que são contabilizados em mais de um percentual legal.

Neste apêndice são listados os cursos que possuem contabilização simultânea em mais de uma categoria:

- **TEC PROEJA** (ou **TEC-INT PROEJA**): contabilizados como cursos técnicos e também como cursos PROEJA.
- **TEC FOR** (ou **TEC-INT FOR**): contabilizados como cursos técnicos e também como cursos de formação de formadores (FOR).
- **FOR PROEJA**: contabilizados como cursos de formação de formadores (FOR) e também como cursos PROEJA.

De acordo com o MEC, na PNP, todos os cursos pertencentes ao eixo **Desenvolvimento Educacional e Social (DesES)** são considerados como cursos de formação de formadores (FOR).

Quadro F.1 - Cursos do IFSC que são contabilizados em mais de um percentual legal.

Campus	Nome do curso no PDI	Cota legal	Situação da oferta	Eixo	Carga horária
CAN	PROEJA - Técnico Concomitante em Panificação	TEC PROEJA	implantação	ProdAlim	2400
CCO	PROEJA - Técnico Integrado em Eletromecânica	TEC-INT PROEJA	extinção	ConPI	2400
CRI	PROEJA - Técnico Integrado em Informática	TEC-INT PROEJA	implantação	InfCom	2400
CTE	PROEJA - Técnico integrado em Cozinha	TEC-INT PROEJA	extinção	TurHL	2000
CTE	PROEJA - Técnico integrado em Gastronomia	TEC-INT PROEJA	implantação	TurHL	2000
CTE	PROEJA - Técnico Integrado em Panificação	TEC-INT PROEJA	implantação	ProdAlim	2000
CTE	PROEJA - Técnico Concomitante em Panificação	TEC PROEJA	extinção	ProdAlim	2000
FLN	PROEJA - Técnico Integrado em Instrumento Musical	TEC-INT PROEJA	implantação	ProdCult	1800
FLN	PROEJA - Técnico Concomitante em Cozinha	TEC PROEJA	extinção	TurHL	2000
FLN	PROEJA - Técnico Concomitante em Panificação	TEC PROEJA	extinção	TurHL	2000
GAS	PROEJA - Técnico Integrado em Administração	TEC-INT PROEJA	implantação	GesNeg	2000
GAS	PROEJA - Técnico Integrado em Artesanato	TEC-INT PROEJA	implantação	ProdCult	2000
GPB	PROEJA - Técnico Integrado em Gastronomia	TEC-INT PROEJA	implantação	TurHL	2140
GPB	PROEJA - Técnico Integrado em Serviços de Restaurante e Bar	TEC-INT PROEJA	extinção	TurHL	2000
ITJ	PROEJA - Técnico Concomitante em Eletromecânica	TEC PROEJA	implantação	ConPI	1200
JAR	PROEJA - Técnico Integrado em Vestuário	TEC-INT PROEJA	regime	ProdInd	2840
JLE	PROEJA - Técnico Integrado em Eletromecânica	TEC-INT PROEJA	implantação	ConPI	2420
LGS	Técnico Integrado em Laboratório de Ciências da Natureza	TEC-INT FOR	implantação	DesES	3000
PHB	PROEJA FIC - Eixo Desenvolvimento Educacional e Social	FOR PROEJA	implantação	DesES	1400
PHB	Técnico Integrado em Serviços e Produtos Bilíngues	TEC-INT FOR	implantação	DesES	3000
PHB	Técnico Integrado em Tradução e Interpretação de Libras	TEC-INT FOR	extinção	DesES	3200
PHB	Técnico Integrado em Tradução e Interpretação de Libras (Bilingue)	TEC-INT FOR	implantação	DesES	3280
PHB	Técnico Subsequente em Secretaria Escolar	TEC FOR	implantação	DesES	800
PHB	PROEJA - Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática	TEC-INT PROEJA	extinção	InfCom	2480
PHB	PROEJA - Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática	TEC-INT PROEJA	implantação	InfCom	2200
SCA	PROEJA - Técnico Integrado em Agropecuária	TEC-INT PROEJA	implantação	RecNat	2400

Campus	Nome do curso no PDI	Cota legal	Situação da oferta	Eixo	Carga horária
SCA	PROEJA - Técnico Integrado em Edificações	TEC-INT PROEJA	implantação	InfraEst	2400
SJE	Técnico Integrado em Laboratório de Ciências da Natureza	TEC-INT FOR	implantação	DesES	3000
SLO	PROEJA - Técnico Integrado em Eletrotécnica	TEC-INT PROEJA	extinção	ConPI	2400
SMO	Técnico Subsequente em Laboratório de Ciências da Natureza	TEC FOR	implantação	DesES	800
TIJ	PROEJA - Técnico Integrado em Cuidados de Idosos	TEC-INT PROEJA	implantação	AmbS	2360
TIJ	PROEJA - Técnico Integrado em Serviços de Restaurante e Bar	TEC-INT PROEJA	implantação	TurHL	2360
TUB	Técnico Subsequente em Multimeios Didáticos	TEC FOR	implantação	DesES	1200

APÊNDICE G - Percentual de oferta de cursos por turno

A seguir, são apresentados os percentuais de oferta dos cursos de fomento próprio, na modalidade de ensino presencial do IFSC. As projeções indicam que, ao longo do próximo quinquênio, haverá um crescimento gradual de 5% na oferta de vagas no turno noturno, passando de 39% em 2024 para 44% em 2029. Esse aumento pode sugerir a existência de uma capacidade ociosa nos campus durante os demais períodos (matutino, vespertino). Diante desse cenário, é importante que as unidades acadêmicas realizem uma avaliação criteriosa de sua infraestrutura e de sua capacidade instalada, buscando equilibrar a distribuição das ofertas entre os diferentes turnos, de modo a:

- Melhor atender às demandas sociais e regionais;
- Otimizar a utilização dos espaços físicos e recursos institucionais;
- Garantir a sustentabilidade das ofertas no médio e longo prazo.

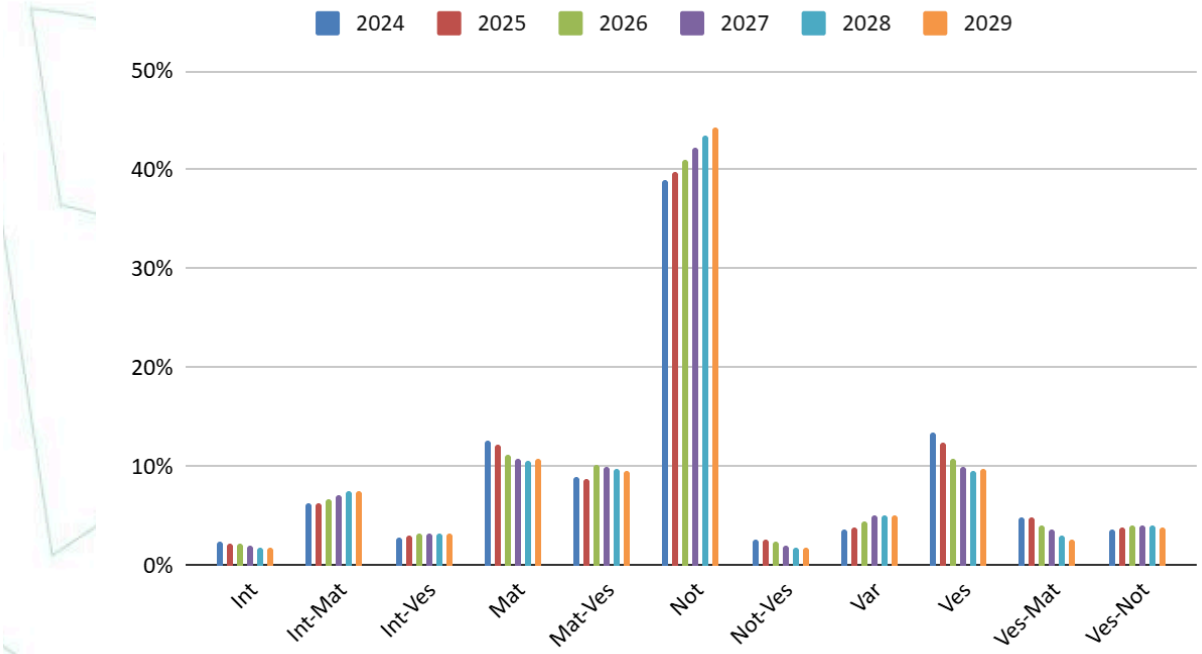
Quadro I.1 - Percentual de CMatEq por turno de oferta (2024 a 2029).

Turno	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Int	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Int-Mat	6%	6%	7%	7%	8%	7%
Int-Ves	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Mat	13%	12%	11%	11%	11%	11%
Mat-Ves	9%	9%	10%	10%	10%	10%
Not	39%	40%	41%	42%	43%	44%
Not-Ves	3%	3%	2%	2%	2%	2%
Var	4%	4%	5%	5%	5%	5%
Ves	13%	12%	11%	10%	10%	10%
Ves-Mat	5%	5%	4%	4%	3%	3%
Ves-Not	4%	4%	4%	4%	4%	4%

Quadro I.2 - Significado dos turnos

Abreviatura	Turno
Mat	Matutino
Ves	Vespertino
Not	Noturno
Int-Mat	Integral, base matutina
Int-Ves	Integral, base vespertina
Var	Variável
Int	Integral
Em alternância das entradas - 1º semestre - 2º semestre	
Mat-Ves	Matutino-Vespertino
Ves-Mat	Vespertino-Matutino
Not-Ves	Noturno-Vespertino
Ves-Not	Vespertino-Noturno

Gráfico I.2 - Percentual de CMatEq por turno de oferta. Dados de 2024 a 2029.



APÊNDICE H - Listagem completa dos cursos planejados no IFSC.

A listagem dos cursos está organizada conforme as seguintes colunas:

1. **Nome do curso no PDI**: nome padronizado, definido para garantir a unicidade na identificação de cada curso. O nome registrado no SIGAA não foi utilizado, pois não segue um padrão uniforme de nomenclatura; da mesma forma, as designações da PNP apresentam muitas variações ao longo dos anos.
2. **Cota legal**: enquadramento do curso nos respectivos percentuais legais, conforme as determinações normativas vigentes.
3. **Sem**: número de semestres de duração do curso.
4. **FECH**: Fator de Equiparação da Carga Horária, que ajusta a carga horária do curso para fins de comparabilidade entre cursos com diferentes estruturas curriculares.
5. **FEC**: Fator de Esforço de Curso, parâmetro definido pelo MEC que expressa o nível de esforço institucional requerido para a oferta do curso, considerando sua natureza, complexidade e carga horária.
6. **FECr**: Fator de Esforço de Curso Real, calculado com base na carga horária efetivamente executada, conforme registrado nas áreas de alocação.
7. **CH**: Carga horária prevista no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
8. **CMat**: Capacidade de Matrícula do curso no ano. Para cursos com ingresso semestral, as matrículas de ambos os semestres são somadas para representar a oferta anual.

A sinalização de cores na coluna **FECr** segue os seguintes critérios:

- **Azul**: cursos com FECr menor que 1 — indicando que parte da carga horária pode não ter sido cadastrada adequadamente nas áreas de alocação.
- **Vermelho**: cursos com FECr superior a 1,5 — sugerindo que a carga horária real é, em média, pelo menos 50% maior do que a prevista, o que pode indicar necessidade de ajustes no planejamento.
- **Amarelo**: cursos com FECr superior ao FEC, porém inferior a 1,5 — apontando desvios moderados em relação ao planejamento original, que também merecem análise.

A listagem completa dos cursos está disponível no quadro abaixo em 2 formatos digitais:

- Em planilha POCV_CAMPUS_IFSC_INCONSISTENCIAS_v13.7 aba **Apendice H.**
- Em PDF (APÊNDICE H - Listagem completa dos cursos planejados no IFSC)

Capítulo 8 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

SUMÁRIO

Capítulo 8 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL....1
8.1 CORPO DOCENTE....3
8.1.1 Procedimentos para substituição de professores.... 6
8.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO....6
8.3 PROCEDIMENTOS PARA RECOMPOSIÇÃO DO QUADRO.... 9
8.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO.... 10
8.5 PLANO DE EXPANSÃO DO QUADRO DE PESSOAL.... 12
8.5.1. Modelo de dimensionamento de cargos no âmbito da Rede Federal.... 12
8.5.2. Quadro de referência interno para vagas de docentes.... 14
8.5.3. Critérios para realocação ou distribuição de novas vagas de docente pelas unidades acadêmicas....18
8.5.4. Diretrizes para o planejamento das áreas de atuação docente....20
8.5.5. Quadro de referência interno para vagas de TAE....21
8.5.6. Critérios para realocação ou distribuição de novas vagas de TAEs.... 23

Comissão Temática de Organização e Gestão de Pessoal

LETÍCIA HELENA FROZIN FERNANDEZ CRUZ WIGGERS - Diretora de Gestão de Pessoas - Presidente

DANIELLE CHRISTIANE TIEFENSEE CASCAES - Chefe do Departamento de Seleção de Pessoas

JOSIANE LIMA DOS SANTOS - Chefe do Departamento de Administração de Pessoal

A área de Gestão de Pessoas do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é organizada por meio da premissa de algumas garantias fundamentais: a do desenvolvimento humano e profissional, da qualidade de vida no trabalho (QVT) e da valorização do servidor ao longo de sua vida funcional, buscando que os profissionais da área sejam realizados e produtivos. A prática do diálogo também é um pilar da área, permeando as relações entre os servidores e o público-alvo e fundamentando todos os processos e orientações.

Como balizador das ações da área de Gestão de Pessoas temos a Política de QVT, que vem sendo revitalizada e consolidando em âmbito institucional estratégias para a promoção efetiva de políticas e programas que proporcionem um alto nível de bem-estar no trabalho e uma cultura voltada para a saúde em detrimento de práticas assistencialistas. Portanto, a Coordenadoria de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho está à frente desse processo inovador, planejando junto aos Câmpus e Reitoria ações relevantes de promoção de saúde e QVT, além de realizar a Avaliação dos ambientes de trabalho e vigilância em saúde.

As políticas de Gestão de Pessoas do IFSC também privilegiam o desenvolvimento dos servidores, entendendo que as necessidades de formação são permanentes e precisam de apoio institucional. Dessa forma, o IFSC organiza as estratégias e políticas de desenvolvimento a partir da elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), seguindo as orientações do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), vinculado ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. A Coordenadoria de Capacitação e Avaliação, da Diretoria de Gestão de Pessoas, é a responsável pelo processo de elaboração e articulação do PDP no âmbito institucional.

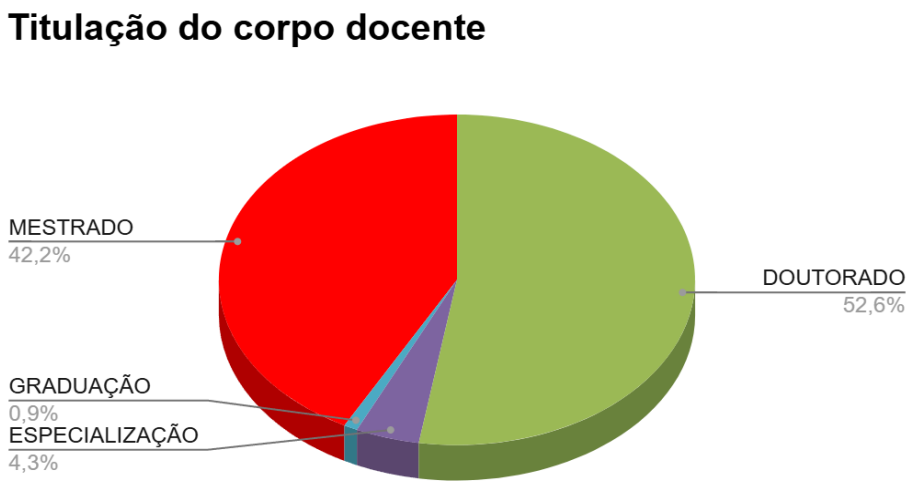
No que tange ao desenvolvimento e capacitação de servidores destacam-se dois importantes programas: o de Ambientação de Novos Servidores, que tem como objetivo promover a integração dos novos servidores e a formação para o exercício das atividades e a Formação de Gestores.

8.1 CORPO DOCENTE

A composição do corpo docente do IFSC é bastante variada. Em dezembro de 2024, o número de docentes efetivos era 1.499, sendo que 42,2% possuem o título de mestre e 52,6% de doutor[1], como demonstrado no gráfico de pizza da Figura 8.1. O nível de qualificação dos professores do IFSC pode ser sintetizado pelo **Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)**, um dos indicadores de gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica determinados pelo Acórdão 2.267/2005/TCU.

[1] Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) dezembro de 2024.

O ITCD pondera o número de professores efetivos por nível de titulação conforme uma escala de 1 a 5 para, respectivamente, graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado. No período de vigência do PDI anterior, o ITCD do IFSC aumentou de 4,24 em 2019, para 4,45 em 2024.



O Plano de Carreira dos Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico está disciplinado pela Lei nº 12.772 de 28/12/2012. Após a publicação da Medida Provisória 1.286 em 31 de dezembro de 2024, alterou-se a segmentação de cinco classes (DI, DII, DIII, DIV e Titular) para quatro classes (A, B, C e Titular). Há ainda o Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composto de um nível apenas. O ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá sempre no primeiro nível da classe inicial da carreira, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

O professor efetivo do IFSC pode atuar em regime de trabalho de 40 horas semanais, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional ou em regime parcial de 20 horas semanais. O regime de 40 horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com exceção das previstas em Lei. Excepcionalmente, o IFSC poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando dois turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com

características específicas.

Além do Vencimento Básico, a Retribuição por Titulação (RT) compõe a estrutura remuneratória dos titulares de cargos integrantes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que consiste em um acréscimo ao vencimento a que faz jus o docente em razão de titulação obtida.

O desenvolvimento na Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorre mediante progressão e promoção, na forma da Lei nº 12.772/2012. A progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente. São requisitos para a progressão na carreira o cumprimento do interstício de 24 meses de efetivo exercício em cada nível e aprovação em avaliação de desempenho individual. Com a publicação da Medida Provisória 1.286/2024, a promoção na carreira passou a seguir os seguintes critérios:

I- da classe A para a B cumprido o interstício mínimo de trinta e seis meses no último nível da classe anterior e a aprovação em processo de avaliação de desempenho;

II- da classe B para a C, cumprido o interstício mínimo de trinta e seis meses no último nível da classe anterior e a aprovação em processo de avaliação de desempenho;

III- da classe C para a D, cumprido o interstício mínimo de vinte e quatro meses no último nível da classe anterior, possuir o título de doutor, ser aprovado em processo de avaliação de desempenho e lograr aprovação de memorial.

Os professores que ascendem à classe D ou Titular, precisam lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita. Em novembro de 2024, o número de professores titulares no IFSC era de 109[2], 44 a mais do que em outubro de 2019.

Há, também, na Carreira Docente, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), instituído pela Lei nº 12.772/2012, em três níveis: o diploma de graduação somado ao RSC-I equivalerá à titulação de especialização; o certificado de pós-graduação *lato sensu* somado ao RSC-II equivalerá a mestrado; e o diploma de mestre, somado ao RSC-III, equivalerá a doutorado. A equivalência refere-se exclusivamente ao valor financeiro da percepção da Retribuição por Titulação (RT).

8.1.1 Procedimentos para substituição de professores

Os procedimentos relativos à contratação de professores substitutos são regidos pela Lei nº 8.745/1993; Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 94.664/1987; Lei nº 9.849/1999; Decreto nº 4.748/2003; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.485/2011; Portaria Interministerial nº 108/2011 e Lei nº 12.425/2011 e Resolução 001/2024 do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP) do IFSC.

Tal modalidade de contratação é utilizada em caráter excepcional e temporário para suprir a falta de docentes do quadro de pessoal efetivo do IFSC, podendo ser empregada apenas nos seguintes casos: vacância, licença por motivo de afastamento do cônjuge, licença para o serviço militar, licença para o desempenho de mandato classista, afastamento para estudo ou missão no exterior, afastamento para servir em organismo internacional, afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país, licença à servidora gestante, licença para tratar de interesses particulares, afastamento para servir a outro órgão ou entidade, afastamento para exercício em mandato eletivo, licença para tratamento de saúde, nomeação para ocupar cargo de direção, de Reitor, Diretor-executivo, Pró-Reitor e Diretor de câmpus.

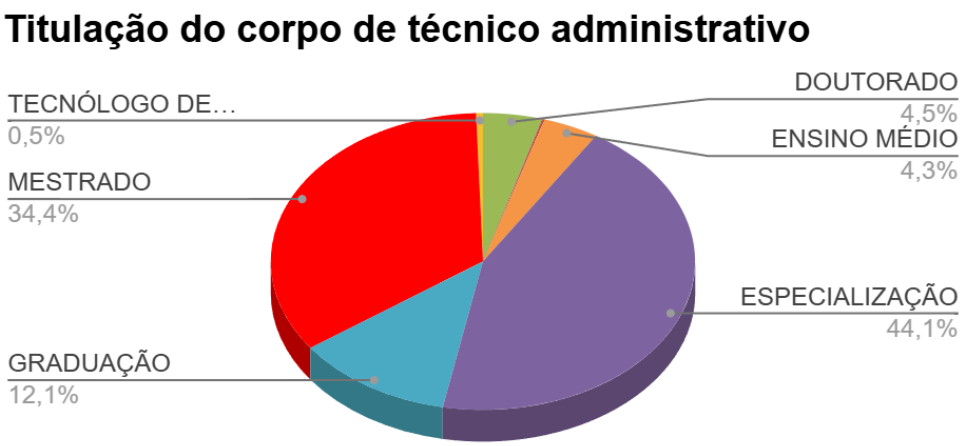
O número de professores substitutos não pode ultrapassar 20% do número de professores efetivos do quadro, regra que o IFSC vem observando cuidadosamente. O tempo em que o professor substituto pode atuar na instituição depende do término do afastamento do professor efetivo, mas seu contrato não pode ultrapassar a vigência de 24 meses. O regime de trabalho dos professores substitutos limita-se apenas ao de 20 ou 40 horas semanais.

8.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A composição do corpo técnico-administrativo do IFSC também é bastante variada. Em dezembro de 2024[2] o número de técnico-administrativos era 1.146, dos quais, 6 ocupantes de cargos de nível A ou B (cargos já extintos, de nível de escolaridade entre alfabetizado e fundamental completo), 159 de nível C (referente a cargos com escolaridade de ensino fundamental ou médio), 566 de nível D (referente aos cargos com escolaridade de ensino médio) e 415 de nível E (referente aos cargos de nível superior). Quanto à titulação, cerca de 12% dos técnico-administrativos são

[2]Fonte:SIAPE/Extrator de Dados dezembro de 2024.
[3] Fonte:: Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) dezembro de 2024.

graduados, 44,1% são especialistas, 34,4% são mestres, e 4,5% são doutores, conforme ilustrado e detalhado pela Figura 8.2. Na data em que os dados foram extraídos do sistema havia 27 vagas de cargos dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) desocupadas, sendo 25 de nível D e 2 de nível E.



O Plano de Carreira dos Servidores Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE) está disciplinado pela Lei nº 11.091/2005, atualizado pela Lei nº 12.772/2012. De acordo com a Lei nº 8.112/90, os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente. Porém, a regra não se aplica à duração de trabalho estabelecida em leis especiais. Há também, cargos que possuem jornadas de trabalho inferiores a 40 horas semanais, fixadas pela Portaria SEGEP Nº 97 de 17/02/2012. Os servidores técnico-administrativos do IFSC podem ter sua jornada de trabalho flexibilizada e, desde 2022, também podem exercer suas atividades no Programa de Gestão e Desempenho (PGD)

A jornada flexibilizada está prevista no Decreto nº 1.590/1995 e pode ser adotada quando os serviços exigirem atividades contínuas em regime de turnos ou escalas, por período igual ou superior a 12 horas ininterruptas, especialmente em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno. A Instrução Normativa da 02/2018, atualizada pela Instrução Normativa SRT/MGI nº 38, de 20 de novembro de 2023, regulamenta a jornada de trabalho dos servidores

técnico-administrativos em educação do IFSC.

O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) é o modelo de gestão instituído pela Administração Pública Federal por meio do Decreto nº 11.072/2022 e regulamentado pelas Instruções Normativas nº 24/2023 e 52/2023. Tem como objetivo a melhoria do desempenho das instituições públicas federais, com foco na gestão por resultados. O PGD alinha estratégias organizacionais, entregas das unidades e planos de trabalho dos agentes públicos, buscando, assim, a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade. No IFSC, o PGD está regulamentado internamente pela Portaria do(a) Reitor(a) N° 2203 de 8 de agosto de 2024 e há a possibilidade de adesão às modalidades de teletrabalho parcial e integral.

Com a publicação da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.286, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024, a partir de 1º de janeiro de 2025, houve mudanças no desenvolvimento na carreira dos servidores técnicos-administrativos. As novas regras incentivam tanto o mérito quanto a capacitação contínua. O avanço na remuneração será possível por duas formas: progressão por mérito e aceleração da progressão por capacitação. A progressão por mérito acontecerá a cada 12 meses de efetivo exercício, desde que o servidor alcance o desempenho mínimo estabelecido no programa oficial de avaliação de desempenho da Instituição. Para essa progressão, será considerado o tempo de serviço desde a última progressão, permitindo um fluxo contínuo de crescimento na carreira.

Já a aceleração da progressão por capacitação ocorrerá quando o servidor obtiver certificação em programa de capacitação compatível com o cargo ocupado. Para isso, será necessário um interstício de cinco anos de efetivo exercício, além do cumprimento da carga horária mínima exigida, conforme detalhado no Anexo III-A da referida norma. É importante destacar que cada evento de capacitação será computado apenas uma vez para efeito de progressão, garantindo que o desenvolvimento profissional seja contínuo e diversificado.

Além dessas mudanças na progressão, o Incentivo à Qualificação também passou por alterações. Este incentivo será calculado com base no padrão de vencimento do servidor, conforme os critérios estabelecidos no Anexo IV da referida norma. O Poder Executivo federal definirá os procedimentos para validação de certificados e títulos, garantindo que somente aqueles que

excedam a escolaridade mínima exigida para o cargo sejam considerados. Esse incentivo não poderá ser acumulado com outros percentuais e será incorporado aos proventos de aposentadoria e pensão somente se a titulação utilizada para sua concessão tiver sido obtida antes da aposentadoria ou da instituição da pensão.

A remuneração dos servidores continuará sendo composta pelo vencimento básico correspondente ao nível de classificação do cargo ocupado, acrescido dos incentivos previstos na legislação e demais vantagens pecuniárias estabelecidas em lei. Com essas mudanças, busca-se alinhar o desenvolvimento na carreira à valorização do desempenho e à qualificação profissional.

8.3 PROCEDIMENTOS PARA RECOMPOSIÇÃO DO QUADRO

De acordo com o Decreto nº 8.259/2014, o Banco de Professor Equivalente (BPEq) é constituído pela soma dos Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e dos Professores Titulares-Livres do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a Lei nº 12.772/2012, efetivos, substitutos e visitantes, expressa na unidade professor-equivalente[3]. O BPEq concede autonomia à instituição para gerenciar o seu quadro considerando o quantitativo de vagas autorizadas e o limite de pontos no BPEq, bem como permite a gestão de alterações no regime de trabalho, uma vez que o considera para computar a equivalência de cada docente pertencente ao quadro da instituição.

Com a existência do BPeq, rapidamente pode-se dar a recomposição do quadro. Caso haja exoneração, redistribuição ou outro tipo de vacância, e havendo lista de Concurso Público vigente, é possível nomear o próximo candidato homologado. Caso não haja lista de espera, pode-se contratar professor substituto enquanto se elabora um novo Concurso Público. Entretanto, para que seja possível a reposição, é necessário que a instituição realize o planejamento dos provimentos para o ano. O último normativo que atualizou o BPEq do IFSC para 2.691,38 foi a Portaria conjunta do Ministério da Gestão e Inovação (MGI) e Ministério da Educação (MEC) nº 28 de 28/07/2023.

[3] O termo "professor equivalente" refere-se a uma métrica baseada na carga horária de trabalho. Por exemplo, se um professor atua com regime de 40 horas pode ser considerado como uma unidade de "professor equivalente". Já professores com regime de trabalho parcial de 20 horas representam a fração de 0,65% dessa unidade. Já um professor com Dedicação Exclusiva representa 1,56% desta unidade.

Da mesma forma, há o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTAE) para os técnicos administrativos, estabelecido pelo Decreto 7.311, de 22/09/2010 que possibilita a rápida reposição desde que planejado e aprovado o quantitativo de provimento no exercício anterior. A Portaria Interministerial Nº 61 de 29 de março de 2018, do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atualizou o quantitativo de cargos efetivos do Quadro de Lotação dos cargos Técnico-Administrativo em Educação, níveis de classificação "C, "D" e "E" dos Institutos Federais vinculados ao Ministério da Educação, fixados pelo Decreto nº 7.311/2010.

Em 8 de setembro de 2021, o MEC publicou a Portaria nº 713, que estabeleceu diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Colégio Pedro II, definiu parâmetros e normas para a sua expansão e dispôs sobre a criação e implementação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito da Rede Federal. Desde então, as solicitações de ampliação do quadro de servidores técnico-administrativos devem observar o quantitativo disposto no anexo I deste normativo.

Além disso, o IFSC adota remoção interna por meio de processos seletivos para preenchimento das vagas desocupadas, observando o BPEq e o quadro de referência dos técnicos administrativos, precedendo à convocação de candidatos concursados pelo IFSC, à redistribuição e à abertura de novo concurso. A possibilidade de mudança para outro câmpus é uma forma de valorização do servidor e proporciona um ambiente de trabalho mais alinhado às suas expectativas ou necessidades.

8.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

O ingresso no quadro permanente do IFSC dá-se por meio de concurso público, composto por prova objetiva, prática de desempenho didático pedagógico e de títulos para docentes e prova objetiva e prática, conforme o caso, para alguns cargos do quadro dos técnicos-administrativos.

Com essas etapas, o concurso público busca selecionar os candidatos que tenham o domínio de conteúdos específicos relacionados a sua área de atuação profissional, bem como demonstrem conhecimento da legislação, de metodologias e recursos didáticos, além de valorizar o

seu itinerário formativo e sua experiência.

As questões da Prova Teórico-Objetiva poderão avaliar habilidades relacionadas à aplicação do conhecimento, abrangendo compreensão, análise, síntese e avaliação, valorizando o raciocínio e envolvendo situações relacionadas às atribuições do cargo e ao conteúdo programático.

A Prova de Desempenho Didático pretende selecionar aqueles candidatos com domínio não só do conhecimento específico de sua área de atuação, mas também de saberes relacionados à prática pedagógica e ao efetivo desempenho didático. Assim sendo, a Prova de Desempenho Didático destina-se a avaliar o candidato quanto ao domínio do assunto e à adequação da sua abordagem metodológica, consistindo de aula a ser ministrada perante uma banca examinadora composta por 3 (três) membros, formada por professores habilitados sendo, pelo menos, um mestre ou doutor da área específica e pelo menos, um pedagogo.

A Prova Prática consiste em avaliar a experiência e os conhecimentos técnicos do candidato, que deverá demonstrar na prática a sua habilidade na execução de tarefas, de acordo com as atribuições do cargo.

Os requisitos para investidura nos cargos técnico-administrativos são estabelecidos pela legislação e variam conforme o cargo, podendo incluir nível de escolaridade e experiência profissional. Já para os cargos de docente, o principal requisito é possuir graduação na área específica da vaga.

A contratação por tempo determinado é feita, atualmente, por meio de processo seletivo simplificado composto por Avaliação Curricular e Prova de Desempenho Didático com arguição com uma banca examinadora para professores substitutos.

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º, §2º do Art. 5º, da Lei nº 8.112/1990, bem como na forma do Decreto nº 3.298/1999, para as Pessoas com Deficiência é reservado o percentual de até 10% das vagas existentes e das que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do concurso público ou processo seletivo simplificado. Poderão concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004; no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista), na Lei Federal nº 14.126/2021 (visão monocular), na Lei Federal nº 14.768/2023 (limitação auditiva), e observados os dispostos da Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo,

ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009.

É realizada, também, a reserva de vagas para negros no percentual de 20% das vagas existentes e das que vierem a surgir ou forem criadas, de acordo com o previsto na Lei nº 12.990 de 09 de junho de 2014. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros, conforme artigo 2º da Lei 12.990 de 2014, aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observado o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, regulamentado pela Instrução Normativa MGI Nº 23, de 25 de julho de 2023.

As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/1999, particularmente em seu Art. 40, assim como os negros, participam do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos requisitos para o cargo, ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para aprovação.

8.5 PLANO DE EXPANSÃO DO QUADRO DE PESSOAL

A expansão do quadro de pessoal no IFSC representa um passo estratégico para fortalecer a educação pública e contribuir com o desenvolvimento regional e nacional. Esse crescimento visa atender à crescente demanda por Cursos Técnicos, de Educação de Jovens e Adultos (EJA), de Graduação com cursos superiores de tecnologia, bacharelado e licenciatura, de Pós-graduação com cursos *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e de Formação Inicial e Continuada (FIC), ampliando o acesso ao conhecimento e qualificando cada vez mais estudantes para os desafios do mercado de trabalho e das inovações tecnológicas. Além disso, a ampliação do corpo de TAE e docente é essencial para assegurar a qualidade dos serviços prestados e para consolidar a missão do IFSC.

8.5.1. Modelo de dimensionamento de cargos no âmbito da Rede Federal

Em 08 de setembro de 2021, a Portaria nº 713, do Ministério da Educação atualizou o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e

comissionadas, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nesta portaria, foram também definidos parâmetros e normas para a expansão da Rede Federal.

Conforme a portaria, é permitido à instituição alterar os quantitativos de cargos efetivos de TAEs e docentes da carreira Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) das unidades, mediante autorização do Conselho Superior, respeitando o quantitativo geral e considerando a política de interiorização da oferta de vagas, desde que garantido o mínimo de oitenta por cento de cargos previstos no modelo em cada unidade.

O quadro 8.1 apresenta a aplicação do modelo de dimensionamento de cargos estabelecido pela referida portaria ao IFSC.

Quadro 8.1 - Aplicação do modelo de dimensionamento de cargos da Portaria 713/2021/MEC ao IFSC

Unidade do IFSC	Tipo de Unidade na Portaria 713	Quantitativo de Referência na Portaria 713			
		TAE C	TAE D	TAE E	EBTT
Araranguá	Campus 70/45	8	22	15	70
Caçador	Campus 70/45	8	22	15	70
Canoinhas	Campus 70/45	8	22	15	70
Chapecó	Campus 70/45	8	22	15	70
Criciúma	Campus 70/45	8	22	15	70
Florianópolis	Campus 350/200	35	95	70	350
Florianópolis-Continente	Campus 70/45	8	22	15	70
Garopaba	Campus 70/45	8	22	15	70
Gaspar	Campus 70/45	8	22	15	70
Itajaí	Campus 70/45	8	22	15	70
Jaraguá do Sul-Centro	Campus 90/60	10	29	21	90
Jaraguá do Sul-Rau	Campus 70/45	8	22	15	70
Joinville	Campus 70/45	8	22	15	70
Lages	Campus 70/45	8	22	15	70
Palhoça Bilíngue	Campus 70/45	8	22	15	70
São Carlos	Campus 70/45	8	22	15	70
São José	Campus 90/60	10	29	21	90
São Lourenço do Oeste	Campus Avançado 20/13	3	5	5	20
São Miguel do Oeste	Campus 70/45	8	22	15	70
Tijucas[4]	Campus 70/45	8	22	15	70
Tubarão	Campus 70/45	8	22	15	70
Urupema	Campus 70/45	8	22	15	70
Xanxerê	Campus 70/45	8	22	15	70

[4] No dia 12 de março de 2024, ocorreu uma cerimônia realizada em Brasília-DF, onde o Governo Federal anunciou os "100 Novos Institutos Federais" no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) (Notícia). Entre os novos câmpus anunciados, está o Câmpus Tijucas, que será integrado ao IFSC. De acordo com as orientações repassadas para o CONIF, os novos câmpus deverão adotar uma tipologia 70/45.

Reitoria	Reitoria 17 a 24 campi	0	100	100	0
Total					

8.5.2. Quadro de referência interno para vagas de docentes

O Quadro 8.2 demonstra a evolução do número de docentes lotados nos câmpus do IFSC durante a vigência do PDI 2020-2024, assim como o quantitativo previsto para 2024, conforme planificado no próprio documento.

Quadro 8.2 - Evolução do quadro de vagas docentes durante a vigência do PDI 2020-2024.

Unidade	Quadro em 2020	Quadro em 2024	Previsto no PDI 2020-2024
Araranguá	60	65	67
Caçador	10	45	64
Canoinhas	32	55	70
Chapecó	58	64	85
Criciúma	50	67	76
Florianópolis	330	383	356
Florianópolis-Continente	54	64	67
Garopaba	17	40	56
Gaspar	46	59	82
Itajaí	32	62	82
Jaraguá do Sul-Centro	57	60	73
Jaraguá do Sul-Rau	40	59	58
Joinville	78	93	124
Lages	38	62	77
Palhoça Bilíngue	31	51	59
Reitoria - Cerfead[5]	11	-	36
São Carlos	12	35	35
São José	91	93	90
São Lourenço do Oeste	4	24	36
São Miguel do Oeste	30	50	56
Tubarão	4	37	62
Urupema	16	23	31
Xanxerê	21	39	60
Total	**1.122**	**1530**	**1811**

[5] Em junho de 2022, uma resolução *ad referendum* do Conselho Superior do IFSC alterou a estrutura do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cerfead) para atender à Portaria 713/2021 do MEC. Com isso, o Cerfead manteve-se vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, subsidiando a Educação a Distância (EaD) em toda a instituição, enquanto a oferta de cursos passou a ser organizada pelo Câmpus Florianópolis. Essa reestruturação resultou na realocação dos docentes que anteriormente estavam lotados no Cerfead para outras unidades acadêmicas, como o Câmpus Florianópolis, explicando a ausência de docentes no Cerfead em 2024.

O Quadro 8.3 apresenta a necessidade de contratação de docentes para atender à oferta de cursos planejada no Capítulo 7 - Plano de Oferta de Cursos e Vagas, ao longo do quinquênio. O quantitativo anual reflete a soma da demanda por docentes em cada área de atuação do câmpus, considerando as áreas previstas nos concursos públicos do IFSC. Esse dimensionamento é baseado na carga horária exigida pelas unidades curriculares dos cursos em oferta e nas novas ofertas projetadas no POCV.

O planejamento da distribuição docente segue as diretrizes institucionais para a expansão das ofertas educacionais, respeitando o limite de 1.830 docentes estabelecido para o IFSC até 2029. No entanto, o Câmpus Tijucas, por integrar o Plano de Expansão IV, ainda não é contabilizado no banco de vagas do IFSC. O provimento de seus cargos, tanto para docentes quanto para TAEs, depende da tramitação de um projeto de lei específico, que será publicado após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para o dimensionamento da distribuição docente, adota-se como referência uma **carga horária média semanal de 14 horas por área**, calculada diretamente a partir das atividades atribuídas aos docentes, sem a utilização do conceito de "professor equivalente". Além disso, o planejamento considera a tipologia de cada câmpus conforme as diretrizes do POCV[6].

As projeções para 2029 foram ajustadas para garantir o alinhamento com as metas institucionais, especialmente nos câmpus que precisam atender aos percentuais mínimos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008: 50% das vagas destinadas a cursos técnicos, 20% à formação de professores e 10% ao Proeja. Os câmpus que não seguiram as diretrizes institucionais, planejando a expansão de suas ofertas de cursos com um quantitativo de docentes superior ao estipulado, não serão contemplados com novas vagas. O comportamento observado, em que algumas unidades apresentam um número de docentes acima do previsto, está relacionado a remoção por motivo de saúde ou remoção *sub judice*.

[6] O documento Diretrizes para o Planejamento da Expansão das Ofertas Educacionais - POCV 2025-2029 foi elaborado pela Comissão Central do POCV, instituída pela Portaria do(a) Reitor(a) N° 3550, de 22 de novembro de 2023, em colaboração com o Colégio de Dirigentes. O material orienta os câmpus na definição de suas ofertas educacionais e no dimensionamento da força de trabalho docente e técnico-administrativa. As diretrizes estabelecem critérios e limites para a expansão institucional até 2029, considerando indicadores institucionais e normativas legais. O documento pode ser acessado aqui.

No caso específico do Câmpus Florianópolis, esse cenário decorre da reestruturação do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cerfead), realizada em conformidade com a Portaria 713/2021 do MEC. Essa mudança manteve o Cerfead vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, com o papel de subsidiar a Educação a Distância (EaD) em toda a instituição, enquanto a oferta de cursos passou a ser organizada pelo Câmpus Florianópolis. Como consequência, os docentes que anteriormente estavam lotados no Cerfead foram realocados para outras unidades acadêmicas, principalmente para o Câmpus Florianópolis, resultando na ausência de docentes no Cerfead a partir de 2024. Para mitigar essa situação e garantir um planejamento equilibrado, a gestão institucional estabeleceu um limite de 365 docentes para o Câmpus Florianópolis, considerando o excedente de docentes recebidos devido à realocação mencionada. Esse cenário reflete diretamente na necessidade de um limite planejado para a unidade. Dessa forma, a redução do quantitativo atual para esse limite ocorrerá gradualmente, à medida que surgirem vacâncias. O mesmo procedimento será adotado para o Câmpus São José, que também apresenta um número de docentes superior ao estipulado. Além disso, o Câmpus Araranguá possui atualmente uma vaga adicional decorrente de uma remoção por motivo de saúde. Para corrigir essa situação ao longo dos próximos anos, o câmpus irá realocar uma de suas vagas de área específica para o banco geral do IFSC, permitindo a adequação do quantitativo de docentes dentro dos parâmetros institucionais.

Quadro 8.3 - Necessidade de docentes por câmpus no período 2025-2029.

Campus	Professor Equivalente (ProfEq)							Limite da diretriz	Relação Professor Aluno (RAPc)		
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Regime		2024	2029	Regime
ARU	65	65	70	71	71	**71**	**71**	70	24,3	25,7	25,9
CAN	55	59	67	70	70	70	70	70	20,0	19,8	17,0
CCO	64	64	67	72	72	77	77	77	28,5	31,0	32,9
CDR	45	46	46	54	58	70	70	70	21,4	25,2	27,9
CRI	67	67	76	77	77	77	77	77	24,6	24,9	22,6
CTE	64	64	70	70	70	70	70	70	30,2	28,7	29,1
FLN	383	382	386	386	386	401	401	365	25,5	25,8	27,7
GAS	59	66	73	75	76	76	76	77	30,6	30,3	32,0
GPB	40	41	49	49	50	59	68	70	20,8	19,8	18,2
ITJ	62	63	68	70	70	70	70	70	31,6	33,7	32,9
JAR	60	70	70	70	70	70	70	70	35,3	30,3	39,0

Campus	Professor Equivalente (ProfEq)							Limite da diretriz	Relação Professor Aluno (RAPc)		
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Regime		2024	2029	Regime
JLE	93	93	93	95	98	105	105	105	24,8	25,0	25,5
LGS	62	62	70	70	77	77	77	77	28,7	32,8	30,8
PHB	51	53	66	71	71	77	77	77	24,2	24,5	21,9
RAU	59	59	59	59	59	70	70	70	33,7	35,9	38,8
SCA	35	35	35	40	40	40	40	40	15,2	21,7	24,0
SJE	93	89	92	92	91	**94**	**93**	90	28,7	31,9	32,7
SLO	24	25	27	31	38	40	40	40	12,7	18,5	27,6
SMO	50	56	62	68	70	70	70	70	18,6	20,7	23,6
TIJ	0	8	29	40	40	40	40	40		3,3	6,7
TUB	37	38	43	48	61	70	70	70	19,4	27,3	33,4
URP	23	22	33	33	33	33	33	35	28,0	31,7	20,9
XXE	39	70	70	70	70	70	70	70	18,0	12,4	19,4
IFSC	**1529**	**1594**	**1718**	**1778**	**1815**	**1894**	**1902**	**1870**[7]	**24,8**	**25,3**	**26,5**

A projeção apresentada no **Quadro 8.3** reflete a demanda estimada de docentes para a execução do POCV 2025-2029, considerando a oferta de cursos planejada pelas unidades acadêmicas ao longo do quinquênio. No entanto, a distribuição das novas vagas docentes também precisam ser feitas levando-se em consideração outros fatores. A distribuição interna de novas vagas de docentes entre os câmpus do IFSC seguirá critérios objetivos, garantindo a equidade na alocação e o alinhamento às metas institucionais. O próximo tópico detalha os **critérios para realocação ou distribuição de novas vagas de docentes**, assegurando que a expansão ocorra de forma planejada e estratégica, considerando a necessidade de reposição, o atendimento à tipologia prevista para cada unidade e o Índice de Mobilização (IM), que mede o esforço institucional para alcançar os percentuais legais de matrículas em cursos técnicos, de formação de formadores e de educação de jovens e adultos.

[7] A discrepância entre o limite de 1.830 docentes mencionado no texto e o total de 1.870 docentes apresentado no Quadro 8.3 ocorre devido à inclusão dos docentes adicionais previstos para a implantação do Câmpus Tijucas. Como o provimento desses cargos será viabilizado por meio de um projeto de lei específico, a instituição optou por contabilizá-los na projeção final de alocação de vagas, mesmo que ainda não integrem o banco de vagas atual do IFSC.

8.5.3. Critérios para realocação ou distribuição de novas vagas de docente pelas unidades acadêmicas

Considerando que a projeção do Quadro 8.3 prevê a redistribuição de todos os códigos de vagas estabelecidos pela Portaria 713/2021 para o IFSC e que essa redistribuição será feita gradualmente pelo MEC ao longo dos anos, a distribuição interna de novas vagas deverá seguir os seguintes critérios de priorização:

1. **Reposição de vagas perdidas por remoção**

   1.1.Em função de remoção por motivo de saúde ou remoção *sub judice* dos câmpus que ainda não atingiram 100% do total de docentes planejados para o ano vigente, conforme o Quadro 8.3;

   1.2 Reposição de vagas perdidas em função de remoção por motivo de saúde ou remoção *sub judice* de área que inviabiliza ofertas estratégicas: cursos técnicos (TEC), de formação de formadores (FOR) e de educação de jovens e adultos (EJA);

2. **Indução de ofertas de cursos Técnicos integrados-TEC**

   Distribuição de novas vagas para expansão de cursos técnicos integrados: priorização da alocação de docentes para garantir a viabilidade de novas ofertas estratégicas nessa modalidade, priorizando os câmpus com maior distância entre o atual quantitativo de docentes e o quantitativo previsto para o ano, conforme o Quadro 8.3.

3. **Indução de ofertas de cursos Educação de Jovens e Adultos-EJA**

   Distribuição de novas vagas para ampliação dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA): alocação de docentes para permitir a implementação de novas turmas e fortalecer a oferta institucional, priorizando câmpus com maior distância entre o atual quantitativo de docentes e o quantitativo previsto para o ano, conforme o Quadro 8.3.

4. **Indução de ofertas de cursos Formação de Formadores (FOR)**

   Distribuição de novas vagas para a formação de formadores (FOR): destinação de docentes para viabilizar cursos voltados à capacitação de professores, garantindo o cumprimento dos

percentuais institucionais dessa modalidade, priorizando os câmpus com maior distância entre o atual quantitativo de docentes e o quantitativo previsto para o ano, conforme o Quadro 8.3.

5. **Índice de cumprimento de metas (IM) igual ou superior a 1**

Distribuição de vagas docentes aos câmpus com IMC igual ou superior a 1 que ainda não atingiram o quantitativo planejado para o ano, conforme o Quadro 8.3. O IM é um índice ponderado das metas institucionais, calculado para indicar o quanto cada câmpus contribui para o atingimento dos percentuais legais de matrículas estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 (50% para cursos técnicos - TEC, 20% para formação de professores - FOR e 10% para EJA). Valores iguais ou superiores a 1 indicam que o câmpus contribui de forma positiva para o cumprimento dessas metas. A metodologia permite compensações entre câmpus, ou seja, valores inferiores à meta legal em um câmpus podem ser equilibrados por outro que ultrapasse a meta. Embora a equação utilizada seja experimental, ela fornece uma visão geral do esforço institucional na distribuição das matrículas. O cálculo do IM segue a seguinte fórmula:

$$IM = \frac{(MatEqTEC \times fatorTEC) + (MatEqFOR \times fatorFOR) + (MatEqEJA \times fatorEJA)}{MatEqTotal \times fatorTotal}$$

Onde:

- fatorTotal = (0,5×fatorTEC)+(0,2×fatorFOR)+(0,1×fatorEJA)
- MatEqTEC, MatEqFOR e MatEqEKA correspondem ao número de matrículas equivalentes em cada categoria.
- fatorTEC, fatorFOR e FatorEJA são baseados no coeficiente médio da matriz CONIF para cada tipo de curso.

Exemplo prático: Vamos considerar o **Câmpus ARU (Araranguá)**, com os seguintes dados da tabela:

- **Matrículas totais:** 1.891
- **Matrículas em cursos técnicos (TEC):** 1.268 → **67,1%**

- **Matrículas em formação de professores (FOR):** 391 → **20,7%**
- **Matrículas em EJA:** 193 → **10,2%**

Aplicando a fórmula:

$$IM_{ARU} = (0,5 \times 67,1\%) + (0,2 \times 20,7\%) + (0,1 \times 10,2\%)$$

$$IM_{ARU} = (0,5 \times 0,671) + (0,2 \times 0,207) + (0,1 \times 0,102)$$

$$IM_{ARU} = 0,3355 + 0,0414 + 0,0102$$

$$IM_{ARU} = 1,224$$

Isso significa que o **Câmpus Araranguá supera a meta esperada (IM ≥ 1)**, contribuindo significativamente para o cumprimento dos percentuais legais. O resultado do IM para o Câmpus Araranguá e para os demais câmpus podem ser observados no link[8].

Câmpus com IM ≥ 1: São priorizados na distribuição de novas vagas, pois já atendem ou superam os percentuais exigidos.

8.5.4. Diretrizes para o planejamento das áreas de atuação docente

A definição da área de atuação docente de cada vaga constante do Quadro 8.3 é discricionária das unidades acadêmicas, conforme planejado em suas respectivas planilhas do POCV, disponíveis na página do PDI na *internet* e respeitadas as seguintes diretrizes.

i. Somente será autorizado área que conste nos planejamentos das respectivas planilhas do POCV;

ii. Será confirmada a demanda de carga horária, em análise a ser realizada pelas áreas da Reitoria responsáveis pela gestão do ensino e pela gestão de pessoas, considerando regramento e parâmetros dados por órgãos colegiados competentes e embasada em dados de execução extraídos dos sistemas de gestão acadêmica e atividades docentes;

[8] https://docs.google.com/spreadsheets/d/1KKP01m3rmkGxPotMvXZYpqmjzSTzoqJajxmSRK4V2-8/edit?usp=sharing.

8.5.5. Quadro de referência interno para vagas de TAE

A projeção do quadro de Técnico-Administrativos em Educação (TAE) para o período 2025-2029 foi estabelecida tomando como referência o quadro docente apresentado na seção 8.5, no Quadro 8.3, considerando o total de 1.343 vagas previstas na Portaria MEC 713/2021 e vagas que serão ainda distribuídas pelo MEC em razão da criação do câmpus Tijucas. Para o Câmpus Florianópolis, a projeção anual de TAEs seguiu a razão de proporcionalidade estabelecida para câmpus de tipologia 350/200 da Portaria 713/2021, equivalente a 0,57 TAE para cada docente. Para os demais câmpus, utilizou-se a razão correspondente à tipologia 70/45, fixada em 0,64 TAE por docente.

Quadro 8.4 - Quadro de vagas servidores técnico-administrativos projetado até o regime dos cursos planejados no POCV.

Unidade	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Regime	Limite da diretriz
ARU	49	42	45	45	45	45	45	45
CAN	39	39	43	45	45	45	45	45
CCO	47	47	47	47	47	49	49	49
CDR	29	29	29	35	37	45	45	45
CRI	40	43	49	49	49	49	49	49
CTE	49	45	45	45	45	45	45	45
FLN	182	218	247	220	220	229	229	208
GAS	39	42	47	48	49	49	49	49
GPB	26	26	31	31	32	38	44	45
ITJ	37	40	44	45	45	45	45	45
JAR	48	45	45	45	45	45	45	45
JLE	61	61	61	61	63	67	67	67
LGS	42	42	45	45	49	49	49	49
PHB	38	38	42	45	45	49	49	49
RAU	42	42	42	42	42	45	45	45
SCA	21	22	22	26	26	26	26	26
SJE	69	60	60	60	60	60	60	60
SLO	10	16	17	20	24	26	26	26
SMO	35	36	40	44	45	45	45	45
TIJ	0	5	19	26	26	26	26	26
TUB	22	24	28	31	39	45	45	45
URP	20	20	21	21	21	21	21	22
XXE	28	45	45	45	45	45	45	45
REI	191	200	200	200	200	200	200	200

Unidade	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Regime	Limite da diretriz
IFSC	1164	1228	1312	1319	1343	1386	1391	1373*

*A discrepância entre o limite de 1.343 vagas mencionado no texto e o total de 1.373 vagas de TAEs apresentado no Quadro 8.4 ocorre devido à inclusão das vagas adicionais previstas para a implantação do Câmpus Tijucas.

Conforme é apresentado no Quadro 8.4, enquanto para a maioria das unidades há a previsão de aumento do quadro de TAE, para os câmpus Araranguá, Florianópolis-Continente, Jaraguá do Sul-Centro e São José planeja-se uma redução, de modo aproximar o quadro do câmpus à referência dada pela Portaria 713 e ao critério de proporcionalidade de quadro docente/TAE adotado pelo IFSC. A redução dos atuais quantitativos desses câmpus ocorrerá com as próximas vacâncias. Ressalta-se que as informações de todas as colunas do Quadro 8.4 referem-se a vagas de TAEs níveis C, D e E, uma vez que todos os cargos dos níveis A e B estão extintos e não serão repostos pelo MEC.

Destaca-se que a distribuição de novas vagas de Técnico-Administrativos em Educação deverá acompanhar a distribuição das vagas docentes, respeitando-se os critérios de realocação ou distribuição de novas vagas de docente listados no item 8.5.3.

8.5.6. Critérios para realocação ou distribuição de novas vagas de TAEs

Considerando que a projeção apresentada no Quadro 8.4 contempla a redistribuição dos códigos de vaga estabelecidos pela Portaria MEC 713/2021 e que esse processo será conduzido de forma gradual pelo MEC, a alocação interna de novas vagas seguirá os seguintes critérios de priorização:

1. **Reposição de vagas perdidas por remoção**

   1.1 Em função de remoção, a pedido, a critério da administração, de servidores que possuem cargos extintos ou vedados de provimento, nos termos da Portaria do Reitor Nº 950/2025, dos câmpus que ainda não atingiram 100% do total de TAEs planejados para o ano vigente, conforme o Quadro 8.4;

   1.2 Em função de remoção por motivo de saúde ou remoção *sub judice* dos câmpus que ainda não atingiram 100% do total de TAEs planejados para o ano vigente, conforme o

Quadro 8.4.

2. **Reorganização funcional dos profissionais regionalizados**

   Distribuição de novas vagas para os cargos que atuam no formato regionalizado de forma regular/habitual, para cumprir o Plano de Desregionalização desenvolvido por Grupo de Trabalho e aprovado pelo Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP).

3. **Atingimento do quantitativo estabelecido no Quadro 8.4**

   Distribuição de vagas TAE aos câmpus será realizada considerando:

   2.1 com maior distância entre o atual quantitativo de TAEs e o quantitativo previsto para o ano, conforme o Quadro 8.4;

   2.2 Os critérios definidos pelo Grupo de Trabalho[9] que identificará as estruturas mínimas necessárias para o funcionamento dos câmpus (quantos e quais cargos TAEs cada câmpus precisa ter, segregação de funções em coordenações e departamentos obrigatórias para cada câmpus);

   2.3 As recomendações do Grupo de Trabalho[10] que realizou o Estudo sobre o Trabalho Regionalizado de TAEs no IFSC.

4. **Índice de cumprimento de metas (IM) igual ou superior a 1**

   Distribuição de vagas TAE aos câmpus com IMC igual ou superior a 1 que ainda não atingiram o quantitativo planejado para o ano, conforme o Quadro 8.4. O IM é um índice ponderado que avalia o esforço de cada câmpus no cumprimento dos percentuais legais de matrículas em cursos técnicos (TEC), de formação de formadores (FOR) e de educação de jovens e adultos (EJA). Valores iguais ou superiores a 1 indicam que o câmpus contribui positivamente para o alcance dessas metas, possibilitando uma alocação mais estratégica das novas vagas de TAEs.

[9] A criação do referido Grupo de Trabalho foi aprovada na reunião do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas realizada no dia 29/04/2025. O GT será constituído pelo pró-reitor(a) de Desenvolvimento Institucional, a Coordenadoria de Processos e Riscos DGC/Prodin, 2 servidores da Comissão Interna de Supervisão, 2 servidores da Pró-reitoria de Ensino e 2 servidores da Comissão Permanente de Pessoal Docente. A gravação pode ser acessada através do link <https://www.youtube.com/watch?v=a6RDqFMRWa0>.

[10] Grupo de Trabalho criado pela Portaria do(a) Reitor Nº 2244 de 14 de agosto de 2024.

A organização e a gestão de pessoal no IFSC desempenham um papel estratégico na consolidação da missão institucional e no fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A estruturação do quadro de servidores, tanto docentes quanto TAES, deve garantir o equilíbrio entre a oferta educacional e as demandas institucionais, sempre alinhada às diretrizes nacionais, institucionais e às necessidades da comunidade acadêmica.

As políticas e processos apresentados neste capítulo refletem a busca contínua por um modelo de gestão de pessoas que priorize a valorização e o desenvolvimento dos servidores, assegurando condições adequadas de trabalho e promovendo a qualificação profissional como um pilar fundamental para a excelência no ensino, na pesquisa, na extensão e na inovação.

A expansão e recomposição do quadro de pessoal seguem critérios que respeitam os referenciais institucionais, garantindo que a distribuição de vagas ocorra de forma transparente, equitativa e fundamentada em indicadores estratégicos, como a relação TAE/docente e o Índice de Cumprimento de Metas (IM). Além disso, a adoção de um planejamento para a alocação de cargos e a definição de áreas de atuação contribuem para a sustentabilidade do crescimento institucional.

CAPÍTULO 9 – INFRAESTRUTURA

SUMÁRIO

Capítulo 9 – INFRAESTRUTURA **3**
9.1 SITUAÇÃO ATUAL 3
9.1.1 Ambientes e instalações gerais 4
9.1.2 Laboratórios 7
9.1.3 Bibliotecas 7
9.1.4 Acessibilidade Espacial 10
9.2 DIRETRIZES PARA AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA 14
9.2.1 Diretrizes para organização de ambientes nos câmpus 15
9.2.2 Diretrizes para as bibliotecas 17
9.2.3 Diretrizes para adequações de acessibilidade espacial 19
9.2.4 Diretrizes para obras ou critérios de priorização para obras e serviços de engenharia 20
9.2.5 Critérios de avaliação do impacto de itens de infraestrutura nas atividades finalísticas 21
9.3 PLANO QUINQUENAL DE INFRAESTRUTURA 21
9.4 DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO ACADÊMICO 24
9.4.1 Título do projeto: 25
9.4.2 Justificativa: 25
9.4.3 Fundamentação legal: 25
9.4.4 Objetivos: 26
9.4.5 Escopo: 27
9.4.6 Requisitos para digitalização para atendimento ao Decreto nº 10.278, de 2020: 27
9.4.7 Metodologia: 28
9.4.8 Designação de Responsabilidades: 29
9.4.9 Restrições: 29
9.4.10 Riscos: 30
9.4.11 Benefícios: 30
9.4.12 Custos: 31
9.4.13 Cronograma: 31
APÊNDICES **33**

Comissão Temática de Infraestrutura

DEBORAH REJANE MAGNO RIBAS - Diretora de Administração - Presidente

MARCELO CONTATTO DOS SANTOS - Chefe do Departamento de Obras e Engenharia

Sem Titular - Coordenador de Bibliotecas (Proen)

SANDRA MESSA DA SILVA - Coordenadora de Gestão de Documentos (Prodin)

AUGUSTO CESAR FELISBINO GARCIA - Coordenador de Registro Acadêmico (Proen)

ANTONIO LUIZ SCHALATA PACHECO FILHO - Revisão técnica da Proad

CAPÍTULO 9 – INFRAESTRUTURA

Este capítulo tem a função de apresentar à sociedade a infraestrutura física e tecnológica do IFSC em 2024, bem como planejar sua manutenção, atualização, disponibilidade e ampliação para o período 2025-2029, em vistas ao suporte necessário à consecução dos Objetivos Estratégicos apresentados no Capítulo 6 e à implementação do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (Capítulo 7), além da execução de todos os processos de rotina da instituição, conforme desdobrados de sua Cadeia de Valor.

Dividido em quatro seções, este capítulo inicia-se com o diagnóstico da situação atual da infraestrutura das unidades, seguido pela definição de diretrizes para sua adequação e expansão. Em seguida, apresenta-se o Plano Quinquenal de Infraestrutura (PQInfra) de cada unidade do IFSC. Complementarmente, é descrito o Projeto de Acervo Acadêmico Digital, em conformidade com o Decreto nº 9.235/2017. Ao longo de todas as seções, e sempre em atendimento ao referido decreto, o capítulo dá destaque especial aos laboratórios e bibliotecas, incorporando também informações que vão além da infraestrutura física, evidenciando aspectos relacionados à organização, à digitalização e à sustentabilidade das estruturas institucionais.

9.1 SITUAÇÃO ATUAL

Nesta seção, é apresentada a situação atual do IFSC no que tange às instalações físicas, organizada em quatro tópicos:

- **Ambientes e instalações gerais:** diagnóstico quantitativo e qualitativo dos ambientes e instalações existentes;
- **Laboratórios**: relação de laboratórios existentes e previstos, especificando a relação com a oferta de cursos do POCV;
- **Bibliotecas**: objetivo e composição do Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC (SiBI/IFSC); documentos institucionais norteadores; informatização do acervo; quantitativos do acervo; acesso a bases de dados; quadro atual de servidores; serviços

oferecidos; espaço físico para estudos; horário de funcionamento; formas de atualização e expansão do acervo;

- **Acessibilidade**: levantamento das condições de acessibilidade espacial, baseado no laudo padrão do Ministério da Justiça e Cidadania, já adequado à NBR 9050/2020.

9.1.1 Ambientes e instalações gerais

Esta seção apresenta a atual infraestrutura dos 21 câmpus, do Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste, do Polo de Inovação e da Reitoria, em relação à sua organização de ambientes e instalações.

Em janeiro de 2023, a instituição passou por uma reorganização relevante: o Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cerfead) encerrou as atividades no prédio localizado no centro de Florianópolis. Essa mudança decorreu da reestruturação institucional promovida em 2022, em cumprimento à Portaria MEC Nº 713/2021. O Cerfead deixou de atuar como unidade ofertante de cursos, sendo integrado à Pró-Reitoria de Ensino (Proen) na condição de diretoria sistêmica. A partir desse momento, o Cerfead passou a exercer funções de apoio, desenvolvimento de projetos e subsídio à Educação a Distância (EaD) em toda a instituição, enquanto a oferta de cursos EaD foi absorvida pelo Câmpus Florianópolis, conforme estabelecido pela Resolução Consup Nº 31/2022.

Enquanto isso, no cenário nacional, políticas públicas de expansão buscavam ampliar o alcance da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O governo federal, por meio do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), está implantando 100 novos câmpus de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o Brasil, com um investimento total de R$ 2,5 bilhões, sendo R$ 25 milhões destinados a cada unidade, dos quais R$ 15 milhões para infraestrutura e R$ 10 milhões para equipamentos e mobiliário.

No âmbito do Novo PAC, o IFSC foi contemplado com a implantação do Câmpus Tijucas, que será o 23º da instituição. O terreno destinado à construção do novo câmpus, com 80 mil metros quadrados, foi oficialmente cedido ao IFSC pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em agosto de 2024. O orçamento inicial previsto para as obras é de R$ 15 milhões.

O projeto arquitetônico do Câmpus Tijucas foi desenvolvido com uma perspectiva de integração com a comunidade local e foco no uso racional do terreno de 80 mil metros quadrados. Na etapa inicial, está prevista a construção de dois blocos de salas de aula, um bloco administrativo, um bloco pedagógico e um refeitório, totalizando cerca de 5 mil metros quadrados de área construída. O projeto também contempla, em etapas futuras, a possibilidade de implantação de um auditório com acesso à comunidade, reforçando o papel do câmpus como espaço de convivência, formação e referência educacional para Tijucas e região. A execução das obras está sendo realizada por meio de contratação integrada, modalidade inovadora no âmbito do IFSC, conforme a legislação vigente. Ao mesmo tempo em que avança com projetos de expansão, como o do Câmpus Tijucas, o IFSC reafirma o compromisso de consolidar e aprimorar a gestão de seus espaços institucionais já existentes. Com esse objetivo, a Pró-reitoria de Administração elaborou uma planilha para realizar o diagnóstico da estrutura física atual dos câmpus, a qual serviu de subsídio para elencar prioridades de infraestrutura para os próximos 5 anos.

A estruturação da planilha foi feita de forma a se articular ao máximo com a planilha de infraestrutura já preenchida pelo Fórum de Pró-Reitores de Administração e Planejamento (Forplan/Conif), bem como aos indicadores de qualidade dos instrumentos de avaliação externa do INEP e às diretrizes para organização de ambientes nos câmpus (seção 9.2.1). Como a planilha também serviu como diagnóstico preliminar à elaboração do Plano Quinquenal de Infraestrutura (apresentado na seção 9.3), nela constam duas colunas de avaliação qualitativa dos itens. A Prodin sugeriu que o preenchimento fosse delegado ao Departamento/Diretoria de Administração, mas com a avaliação qualitativa realizada de forma coletiva pela gestão do câmpus.

O levantamento foi realizado nos câmpus, Reitoria e no Polo de Inovação no segundo semestre de 2024, com base em dados atualizados para a elaboração deste PDI. Diagnósticos anteriores foram revisados e, quando necessário, revalidados junto às unidades. A planilha-modelo utilizada pelos câmpus para realização do diagnóstico de infraestrutura reúne, de forma estruturada, os elementos essenciais para a avaliação dos espaços físicos.

Inicialmente, apresenta o item de infraestrutura a ser avaliado e, na sequência, são apresentados os campos referentes à descrição e à avaliação do ambiente.

Quanto à descrição do ambiente, são apresentados:

1 - número de unidades do item existentes no câmpus;

2 - área total (soma das áreas de cada unidade), em metros quadrados;

3 - capacidade total (soma da capacidade de cada unidade), conforme o tipo de item, por exemplo, número de alunos, postos de trabalhos para servidores, vagas para veículos, etc.

No que se refere à avaliação do ambiente, utiliza-se uma lista de opções previamente definida: Excelente (melhor avaliação), Pleno, Suficiente, Insuficiente (pior avaliação) e Inexistente:

1 - estado de conservação ou atualização;

2 - nível de atendimento às necessidades.

Os Quadros 9.8 a 9.11 (constantes nos Apêndices, ao final do capítulo) apresentam o **levantamento quantitativo dos câmpus,** enquanto os Quadros 9.12 a 9.14 (Apêndices) tratam dos seus **diagnósticos qualitativos** quanto ao estado de conservação e atualização das instalações e ao seu nível de atendimento às necessidades. Destaca-se que as informações referentes ao Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste consideram o espaço físico atualmente utilizado pela unidade desde agosto de 2020, oficialmente cedidas ao IFSC por meio de parceria com a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado de Santa Catarina.

O diagnóstico da Reitoria foi realizado por meio de uma planilha adaptada pela Diretoria de Gestão do Conhecimento, considerando suas características distintas das dos câmpus, e é apresentado no Quadro 9.15 (Apêndices). O diagnóstico qualitativo da estrutura física da Reitoria consta no mesmo quadro.

A Unidade Embrapii Sistemas Inteligentes de Energia, vinculada ao Polo de Inovação, ocupa atualmente duas salas do Bloco C do Câmpus Florianópolis, totalizando um espaço de 108 metros quadrados. O diagnóstico qualitativo aponta bom estado de conservação e nível de atendimento às necessidades considerado excelente, embora existam algumas demandas estruturais pontuais a serem acompanhadas.

9.1.2 Laboratórios

Os laboratórios existentes e os previstos para cada câmpus do IFSC foram identificados em levantamento realizado de agosto a outubro de 2024 e são apresentados nos Quadros 9.16 a 9.42 (Apêndices). Estão detalhados o tipo e a quantidade de laboratórios, o número de postos de trabalho (capacidade de alunos) e a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos existentes ou com previsão de abertura nos anos de vigência do PDI, conforme o Plano de Oferta de Cursos e Vagas de cada câmpus.

Os equipamentos e recursos tecnológicos existentes em cada laboratório estão descritos nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), não cabendo a este PDI o seu detalhamento. A previsão de aquisição de novos equipamentos consta do Plano Quinquenal de Infraestrutura (seção 9.3).

9.1.3 Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC (SiBI/IFSC), instituído pela Resolução CONSUP Nº 35, de 01 de setembro de 2023, tem por objetivo coordenar a política biblioteconômica institucional, promovendo o desenvolvimento do conjunto de Bibliotecas do IFSC. O SiBI/IFSC é composto por 22 (vinte e duas) bibliotecas distribuídas entre os 22 câmpus da instituição. Para dinamizar suas ações, desde 2013 o SiBI/IFSC é gerido por uma Coordenação Sistêmica em articulação com cinco representações regionais, a saber: Grande Florianópolis, Norte, Oeste, Planalto Norte e Serrano e Sul.

Os documentos institucionais norteadores das ações do SiBI/IFSC são:

- Resolução CONSUP N° 35/2023 - aprova o Regulamento Único do Sistema de Bibliotecas Integradas do Instituto Federal de Santa Catarina (SiBI/IFSC);
- Resolução CONSUP Nº 81/2024 - aprova a atualização da Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas Integradas do Instituto Federal de Santa Catarina (SiBI/IFSC);

O sistema de gerenciamento de biblioteca utilizado pelo SiBI/IFSC é o SophiA, que oportuniza a consulta online, e também por aplicativo, de todo o acervo físico das Bibliotecas do IFSC. Até junho de 2024, o SiBI/IFSC contava com um acervo bibliográfico de 88.386 títulos, com 204.607 exemplares e 328 títulos de periódicos com 4.339 exemplares. Além do acervo físico, as

Bibliotecas do IFSC disponibilizam acesso ao Acervo Virtual de e-books, de maneira que, por contrato, há garantia de acesso ininterrupto pelos usuários as plataformas digitais.

Por meio do Portal de Periódicos da Capes, os usuários das Bibliotecas do IFSC têm acesso às coleções de periódicos acadêmicos e científicos, bem como à base de dados referenciais e de textos completos. Ainda em formato virtual, é disponibilizado acesso às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com garantia contratual de acesso ininterrupto à plataforma Target pelos usuários.

As Bibliotecas do SiBI/IFSC têm um quadro de pessoal de 87 (oitenta e sete) servidores, dentre eles 38 (trinta e oito) bibliotecários, 01 (um) arquivista, 34 (trinta e quatro) auxiliares de biblioteca e 14 (quatorze) servidores TAEs ocupantes de diferentes cargos. Os horários de funcionamento das bibliotecas são organizados de forma a atender os turnos de funcionamento de cada unidade acadêmica.

Para atender sua finalidade, o SiBI/IFSC mantém os seguintes serviços:

- Serviço de empréstimo domiciliar;
- Renovação de empréstimo;
- Reserva de materiais;
- Serviço de consulta local e on-line ao acervo;
- Acesso à Internet para pesquisa acadêmica;
- Levantamento bibliográfico;
- Serviço de referência;
- Orientação para normalização de trabalhos acadêmicos;
- Visitas orientadas;
- Lista de novas aquisições;
- Elaboração de fichas catalográficas institucionais;
- Capacitação de usuário.

O SiBI/IFSC conta com uma Política de Desenvolvimento de Coleções, aprovada por meio da Resolução CONSUP Nº 81/2024. Esse instrumento contribui com as tomadas de decisões pertinentes à formação e ao desenvolvimento de coleções das Bibliotecas que compõem o

SiBI/IFSC a fim de garantir uniformidade e padronização propiciando o crescimento racional e equilibrado das diferentes áreas do acervo que dão suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Junto a isso, para atualização e expansão do acervo bibliográfico, é utilizado como documento norteador os pareceres emitidos pelas Bibliotecas para os processos de criação e atualização dos cursos da instituição aprovados pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe). Nesses pareceres são analisados, entre outros aspectos, itens relacionados às bibliografias arroladas nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados nos câmpus, como se há disponibilidade do material no acervo da Biblioteca, bem como se em quantidade que atenda plenamente às necessidades informacionais dos discentes e às orientações do Sistema Nacional da Educação Superior (Sinaes), evidenciando-se, assim, correlação pedagógica do acervo bibliográfico com os cursos e programas previstos pelos câmpus.

O Quadro 9.2 apresenta os dados referentes ao horário de funcionamento, acervo e empréstimos domiciliares realizados. Já o diagnóstico de infraestrutura das bibliotecas consta no Quadro 9.43, nos Apêndices deste capítulo.

Quadro 9.2 - Horários de atendimento e acervo das Bibliotecas do IFSC.

Biblioteca	Horário de atendimento	Acervo				Empréstimos Domiciliares por semestre [3]
		Títulos [2]	Exemplares [2]	Títulos de Periódicos [1 2]	Exemplares de Periódicos [1 2]	
Araranguá	8h - 21h	4.685	10.272	19	109	1.418
Caçador	9h - 21h	2.055	4.808	0	0	211
Canoinhas	7h30min - 22h	2.309	6.937	23	230	645
Chapecó	9h - 21h	4404	10125	20	92	1.125
Criciúma	7h30 às 21h	4238	9000	39	922	1.094
Florianópolis/Dr. Hercílio Luz	7h15min - 21h30min	16.012	45.573	0	0	4.883
Florianópolis-Continente	7h30min - 21h30min	3.939	10.002	0	0	1.127
Garopaba	7h - 19h	2.897	5.160	15	75	470
Gaspar	7h30min - 21h	5431	11857	58	869	1216
Itajaí	8h - 20h	3.546	6.983	15	199	1.061
Jaraguá do Sul-Centro	8h - 21h	5.146	8.792	0	0	875

Biblioteca	Horário de atendimento	Acervo				Empréstimos Domiciliares por semestre [3]
		Títulos [2]	Exemplares [2]	Títulos de Periódicos [1] [2]	Exemplares de Periódicos [1] [2]	
Jaraguá do Sul-Rau	8h - 21h30min	2.574	7.140	1	4	1.499
Joinville	8h - 21h30min	5.877	11.900	8	83	1.827
Lages	7h30min - 21h30min	4.160	9046	13	230	1.609
Palhoça Bilíngue	7h30min - 22h30min	2.034	6.113	0	0	619
São Carlos	09h - 11h 13h10min - 17h50min 19h40min - 22h	1386	5533	8	88	267
São José	7h30min - 22h30min	6.320	11.823	0	0	1357
São Lourenço do Oeste	12h - 22h30min (seg a qui) 8h - 17h30 (sex)	554	1.279	0	0	108
São Miguel do Oeste	7h30min - 21h	4.572	9.500	45	726	1.435
Tubarão	10h - 22h	1.437	3.233	0	0	393
Urupema	10h-22h	2.561	4.507	32	233	508
Xanxerê	07h30min às 22h30min	2300	5099	32	479	368
Total do SiBI/IFSC		88.437	204.682	328	4.339	24.115

[1] As bibliotecas disponibilizam acesso ao Portal Capes, Normas ABNT e Mercosul, e Acervo Virtual de e-books.

[2] dados até 16/08/2024.

[3] Empréstimos realizados de janeiro a junho/2024

Fonte: Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC - SiBI/IFSC, dados coletados e consolidados até 2024.

9.1.4 Acessibilidade Espacial

Esta seção apresenta o resultado do levantamento das condições de acessibilidade espacial dos câmpus e da Reitoria do IFSC. Para isso, o Departamento de Obras e Engenharia da Pró-Reitoria de Administração utilizou, como instrumentos de referência, o Laudo Padrão e a Cesta Padrão do Manual de Adaptações de Acessibilidade, elaborado pelo Ministério da Justiça e Cidadania em 2016. Posteriormente, os dados foram compilados e organizados pela Comissão Permanente de Acessibilidade do IFSC.

O laudo é composto de 393 perguntas objetivas, com opções de resposta “sim”, “não” e “não se aplica”, distribuídas em 15 tópicos, na seguinte ordem:

- calçada ou passeio público;
- estacionamento;
- acesso à edificação;
- edificação - circulação interna;
- esquadrias;
- sanitário ou box acessível;
- sanitários coletivos;
- mobiliário;
- vestiários;
- bibliotecas;
- auditórios e similares;
- restaurantes, copas e similares;
- iluminação;
- sinalização de emergência;
- sinalização.

As respostas afirmativas atestam a acessibilidade do item indagado, baseando-se na ABNT NBR 9050/2020, 16537/2024, 14718/2019, 13994/2000 e ISO 9386-1:2013. O laudo também leva em consideração o Decreto Nº 5296/2004 e a Lei 13.146/2015.

O resultado do levantamento pode ser visto no Quadro 9.3. Seus dados representam o percentual de respostas afirmativas, descontando as respostas não aplicáveis. As células em verde representam valor maior ou igual a 50% e as preenchidas em amarelo alertam para valores abaixo de 50%. As células pretas indicam que o tópico não se aplica à realidade do câmpus e as células cinzas indicam que não há dados para o tópico.

Observa-se que, no período do levantamento, os câmpus Jaraguá do Sul - Centro (JAR), Florianópolis (FLN) e Tubarão (TUB) não encaminharam respostas ao formulário de avaliação de acessibilidade. Assim, não há dados atualizados sobre essas unidades para constar no Quadro 9.3.

Ressalta-se que a simples observação do Quadro 9.3 não infere juízo quanto à importância dos tópicos para a composição da acessibilidade espacial. Cabe aos gestores e colegiados a análise dos dados e proposição das estratégias e prioridades das ações para as melhorias do cenário.

Quadro 9.3 - Levantamento dos laudos de acessibilidade das unidades do IFSC.

	ARU	CAN	CCO	CDR	CRI	CTE	GAS	GPB	ITJ	JLE	LGS	PHB	RAU	REI	SCA	SJE	SLO	SMO	URP	XXE
1. CALÇADA OU PASSEIO PÚBLICO	55%	56%	58%	71%	27%	79%	32%	78%	56%	81%	14%	43%	48%	48%	50%	4%	40%	38%	44%	63%
2. ESTACIONAMENTO	83%	58%	67%	67%	75%	56%	42%	58%	50%	100%	55%	50%	91%	91%	56%	8%	0%	75%	42%	58%
3. ACESSO À EDIFICAÇÃO	36%	46%	42%	64%	59%	39%	27%	68%	35%	56%	50%	77%	54%	53%	78%	42%	40%	91%	62%	72%
4. EDIFICAÇÃO - CIRCULAÇÃO INTERNA	63%	61%	66%	78%	73%	58%	50%	68%	63%	84%	60%	64%	53%	60%	73%	35%	53%	88%	28%	86%
5. ESQUADRIAS	73%	88%	69%	64%	67%	38%	42%	47%	59%	78%	38%	33%	56%	55%	65%	6%	63%	87%	47%	73%
6. SANITÁRIO ACESSÍVEL	45%	0%	79%	74%	28%	61%	61%	67%	64%	54%	59%	52%	39%	41%	81%	73%	36%	94%	37%	75%
6.1. SANITÁRIOS COLETIVOS	35%	41%	61%	38%	28%	25%	38%	29%	50%	49%	43%	35%	29%	29%	49%	85%	43%	78%	47%	69%
7. MOBILIÁRIO	31%	14%	67%	38%	29%	57%	14%	27%	19%	20%	33%	18%	41%	44%	53%	21%	54%	55%	28%	44%
8. VESTIÁRIOS	24%					44%		44%				37%			57%	21%		67%	55%	
9. BIBLIOTECAS	43%	0%	71%	33%		0%	17%	83%	0%	71%	86%	50%	71%		57%	0%		0%	86%	57%
10. AUDITÓRIOS E SIMILARES	53%	23%			0%	43%	0%	80%	0%	0%	47%			63%		0%		3%		
11. REST., COPAS E SIMILARES	0%	45%	85%	40%	0%	38%	62%	58%	62%	80%	64%	45%	50%	50%	100%	0%	0%	76%		
12. ILUMINAÇÃO	100%	100%	33%	100%	33%	100%	11%	100%	33%	100%	100%	100%	89%	83%	100%	67%	100%	100%	100%	100%
13. SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	25%	25%	25%	20%	100%	25%	25%	40%	25%	67%	50%	33%	20%	38%	25%	33%	67%	67%	100%	20%
14. SINALIZAÇÃO	33%	0%	0%	0%	33%	0%	0%	33%	33%	67%	0%	33%	0%	40%	0%	33%	67%	67%	0%	0%

Os dados apresentados no Quadro 9.3 foram colhidos no segundo semestre de 2024 e apresentam um panorama geral da acessibilidade no IFSC. O levantamento detalhado realizado está disponível na página do PDI para consulta e recomenda-se que, anualmente, a situação de cada unidade acadêmica e da Reitoria seja revisada, de forma detalhada, por meio de levantamentos similares a esse, a fim subsidiar as ações em prol da acessibilidade na instituição.

Foram desconsideradas as seguintes questões introdutórias dos tópicos dos laudos, para as quais não há parametrização junto a NBR 9050/2020:

- Linha 11 da página 4.2.1_Rampas;
- Linha 11 da página 4.2.2_Escadas;
- Linha 11 da página 4.2.3_Elevadores;
- Linha 11 da página 4.2.4_Plataformas;
- Linha 11 da página 7.2_Balcões;
- Linha 24 da página 7.2_Balcões;
- Linha 37 da página 7.2_Balcões;
- Linha 11 da página 7.4_Telefones;
- Linha 11 da página 8_Vestiários;
- Linha 11 da página 9_Bibliotecas; e
- Linha 11 da página 10_Auditórios.

9.2 DIRETRIZES PARA AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Com base nas características, finalidades e objetivos definidos na Lei de Criação dos Institutos Federais, bem como nos seguintes referenciais institucionais e normativos:

- Projeto Pedagógico Institucional (capítulo 3);
- Plano Estratégico Institucional 2025-2029 (capítulo 6);
- Plano de Oferta de Cursos e Vagas (capítulo 7);
- Decreto nº 9.235/2017, artigo 21, incisos III e IX, que tratam da apresentação da situação atual e da programação de ampliação da infraestrutura física e instalações acadêmicas no Plano de Desenvolvimento Institucional;

- Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e define requisitos de infraestrutura física para a oferta de cursos de graduação;
- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº 10.048/2000 (prioridade de atendimento) e a Lei nº 10.098/2000 (normas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida).

Estabelecem-se, assim, as diretrizes gerais para a ampliação e adequação da infraestrutura física do IFSC:

1. Apresentar correlação pedagógica entre as instalações dos laboratórios, seus equipamentos e os cursos, programas e projetos previstos;
2. Atender a toda a comunidade, incluindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de Libras.
3. Atender com qualidade às demandas identificadas por instrumentos de avaliação interna e aos indicadores estabelecidos nos instrumentos de avaliação externa institucional e de cursos.
4. Atender às normas municipais referentes à taxa de ocupação do terreno, áreas de circulação e o plano diretor municipal.
5. Priorizar demandas de infraestrutura de acordo com critérios de impacto no cumprimento da missão e das metas do planejamento institucional e critérios técnicos de viabilidade de execução, no caso de obras e serviços de engenharia.

As subseções a seguir apresentam as diretrizes específicas para organização de ambientes nos câmpus, bibliotecas, acessibilidade, obras e demais itens de infraestrutura.

9.2.1 Diretrizes para organização de ambientes nos câmpus

Todo câmpus do IFSC, independentemente do seu porte, deve ter estrutura que contenha, no mínimo, os ambientes a seguir, organizados em 7 categorias.

1) Ambientes Pedagógicos:

- Salas de aula com capacidade para 40 alunos;
- Laboratórios temáticos;
- Laboratório de ensino a distância;
- Sala para a Coordenadoria Pedagógica;
- Sala para as Coordenadorias de área, nível ou curso;
- Espaço para atendimento reservado a alunos, pais e professores;
- Sala de professores coletiva;
- Espaço de trabalho para professores;
- Espaço para atividades de monitoria;
- Salas de apoio à informática básica, inclusão digital e ensino de línguas;
- Sala para o Núcleo de Acessibilidade Educacional;

2) Ambientes administrativos:

- Sala para a Secretaria Acadêmica;
- Salas para os setores de Registro Acadêmico, Gestão de Pessoas e Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Sala reservada para a Direção-Geral, preferencialmente com antessala para assessoria e recepção;
- Espaço de trabalho para todos os setores e unidades organizacionais previstas nos Regimentos Internos dos câmpus;
- Sala de reuniões, preferencialmente com equipamento de videoconferência;
- Infraestrutura de trabalho para a CPA;

3) Auditório

4) Biblioteca:

- Sala de processamento técnico;
- Espaço para consulta à Internet;
- Espaços de estudos coletivos e individuais;

5) Ambientes de convivência:

- Espaço para lanchonete/cantina;

- Espaço para Grêmio Estudantil e Centro Acadêmico;
- Sala de convivência para servidores;
- Espaço coberto para realização de exposições acadêmicas e eventos culturais;
- Espaço para alimentação estudantil;

6) Ambientes esportivos:

- Espaço para a prática de atividades físicas;
- Ambiente polidesportivo coberto, em câmpus com oferta de ensino técnico integrado ao ensino médio;

7) Áreas comuns e outros ambientes:

- Depósito de materiais e espaço para movimentação de patrimônio;
- Almoxarifado para materiais de consumo;
- Sala para equipamentos de processamento e armazenamento de dados;
- Espaços e instalações para servidores terceirizados;
- Estacionamento coberto para veículos oficiais;
- Espaço para recepção geral;
- Bicicletário.

9.2.2 Diretrizes para as bibliotecas

As Bibliotecas do SiBI/IFSC atendem tanto ao perfil de uma biblioteca escolar, quanto ao de uma biblioteca universitária, tendo em vista que o IFSC é uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, as Bibliotecas oferecem o serviço de empréstimo de materiais, exclusivamente, à comunidade interna, constituída por alunos e servidores do IFSC.

Por estarem no status de biblioteca universitária, as Bibliotecas do SiBI/IFSC devem disponibilizar em seu acervo toda a bibliografia básica e complementar constante no projeto pedagógico dos cursos ofertados nos câmpus e em quantidade que atenda plenamente às necessidades informacionais dos discentes e as orientações do Sistema Nacional da Educação Superior (Sinaes). Assim, é obrigatório, para o período 2025-2029, que todas as Bibliotecas do SiBI/IFSC contemplem em seu acervo as referidas bibliografias. Para isso, deve-se ter por documento norteador os pareceres emitidos pelas Bibliotecas para os processos de criação e

atualização dos cursos da instituição aprovados pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe). Nesses pareceres são analisados, entre outros aspectos, itens relacionados às bibliografias arroladas nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados nos câmpus, como se há disponibilidade do material no acervo da Biblioteca e em qual quantidade de exemplares.

As Bibliotecas do SiBI/IFSC são espaços interativos, de apoio às atividades letivas, de formação cultural e humanística. Nesse sentido, além de acervo técnico relacionado às bibliografias arroladas no projeto pedagógico dos cursos ofertados nos câmpus, é imprescindível que as Bibliotecas disponibilizem, em seu acervo, obras literárias e de formação geral.

Para realizarem os serviços técnicos especializados de levantamento bibliográfico; serviço de referência; orientação para normalização de trabalhos acadêmicos; elaboração de fichas catalográficas institucionais e capacitação de usuário no que se refere à pesquisa em fontes de informação, cada Biblioteca do SiBI/IFSC deve ter em seu quadro de pessoal técnico-administrativo ao menos um servidor do cargo de bibliotecário-documentalista. Ademais, são inerentes a servidores desse cargo o processamento técnico do acervo da biblioteca, por meio das técnicas de catalogação e indexação. Ainda, para os processos de criação e atualização dos cursos IFSC, aprovados pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), é obrigatório que cada Biblioteca emita parecer sobre as bibliografias arroladas nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados nos câmpus, de forma que a análise de adequação à NBR 6023 vigente é restrita a profissionais do cargo de bibliotecário-documentalista.

Para que as Bibliotecas do SiBI/IFSC continuem oferecendo efetivamente serviços qualificados à comunidade do IFSC, os câmpus deverão planejar a expansão e o crescimento da estrutura física e do acervo informacional da Biblioteca, bem como do seu quadro de servidores técnico-administrativos.

Nesse sentido, considerando o perfil estratégico das Bibliotecas do SiBI/IFSC para permanência e êxito discente, o horário de atendimento ampliado desses setores, bem como, com o intuito de que possam se fortalecer como espaços educativos, de intervenção cultural, de apoio à pesquisa, à extensão e à construção do conhecimento, as Bibliotecas do SiBI/IFSC devem atender à seguinte estrutura mínima de:

- **Pessoal**: quadro necessário para garantir funcionamento adequado ao atendimento da comunidade acadêmica e alinhado ao horário dos cursos de oferta regular do câmpus;

- **Mobiliário e equipamentos**: estantes, balcão de atendimento, mesas e cadeiras em conformidade com os itens de acessibilidade dispostos na ABNT NBR 9050/2020, computadores e sistema antifurto;
- **Instrumentos e *softwares* atualizados**: Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição (AACR2), Classificação Decimal de Dewey (CDD), Sistemas de Gerenciamento de Acervo; Acesso às Normas ABNT e Acesso ao Portal Capes;
- **Acervo**: obras físicas de referência, literárias, formação geral e bibliografia presentes nos projetos pedagógicos de cursos, bem como acesso a Acervo Virtual de *e-books*.

9.2.3 Diretrizes para adequações de acessibilidade espacial

A partir do levantamento dos laudos de acessibilidade apresentados na seção 9.1.4, é possível traçar ações de adequação conforme a legislação vigente.

Nesse processo, cabe:

- aos câmpus e Reitoria definirem a prioridade das ações para as melhorias da acessibilidade espacial em suas dependências conforme o levantamento, prevendo as obras, reformas e aquisição de equipamentos nos seus Planos Anuais de Trabalho (PAT), bem como articular ações junto a organizações externas para resolver lacunas de acessibilidade do seu entorno;
- ao Departamento de Obras e Engenharia da Pró-Reitoria de Administração, em articulação com os Departamentos e Diretorias de Administração dos câmpus e da Reitoria, providenciar os projetos e executar as obras de adequação de acessibilidade espacial;
- à Comissão Permanente de Acessibilidade, coordenada por um membro do Departamento de Obras e Engenharia e composta por servidores com experiência comprovada no campo da acessibilidade espacial, propor e apoiar ações de promoção de acessibilidade espacial no IFSC, incluindo assessoria técnica ao DOE/Proad.

Para a priorização de ações e investimentos em acessibilidade, recomenda-se a definição de rotas que interliguem os ambientes fundamentais para a vida acadêmica (sala de aula, banheiros, administração, laboratórios, biblioteca, etc.).

A acessibilidade espacial possibilita a socialização de todos os cidadãos, independente de suas limitações. Todo ser humano, não só aqueles com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida, tem limitações de diferentes intensidades e naturezas no transcorrer de sua vida. Algumas

são biológicas, como as decorrentes do envelhecimento e da gravidez, outras por fatores externos, como as decorrentes de acidentes. Existem outras limitações mais amenas que geralmente não são levadas em conta, como abrir portas carregando sacolas de compras. Sendo assim, o ambiente exerce um papel fundamental na sociedade, uma vez que tem o poder de facilitar ou de impedir a realização das tarefas cotidianas dos cidadãos.

Ao promover a acessibilidade espacial, o IFSC não só cumpre sua Missão de "promover a inclusão" como também o direito de igualdade sem nenhuma forma de discriminação, estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

9.2.4 Diretrizes para obras ou critérios de priorização para obras e serviços de engenharia

Com o objetivo de cadastrar, classificar e ranquear as demandas por obras e serviços de engenharia apresentadas pelas unidades e, assim, nortear o planejamento anual do Departamento de Obras e Engenharia do IFSC, cinco critérios técnicos foram estabelecidos e utilizados ao longo do tempo.

Devem ser priorizadas obras e serviços de engenharia que, em ordem decrescente de importância:

1. sejam demandadas por questões de segurança e/ou regularização imobiliária;
2. produzam o maior impacto nas atividades finalísticas da instituição, conforme critérios dispostos na seção 9.2.5;
3. tenham terreno ou situação imobiliária regularizada;
4. tenham recurso já reservado;
5. tenham projetos aprovados ou já concluídos.

Ressalta-se que o ranqueamento técnico das demandas de obras e serviços de engenharia pelos critérios acima é dinâmico, podendo ser alterado conforme fatores circunstanciais, tais como disponibilidade de recursos específicos, avanço no desenvolvimento/aprovações dos projetos, urgência no atendimento de prazos de órgãos públicos responsáveis de regulação e fiscalização, emergências causadas por intempéries climáticas ou desastres ambientais.

9.2.5 Critérios de avaliação do impacto de itens de infraestrutura nas atividades finalísticas

Para orientar a definição de prioridade de realização de obras ou aquisição de bens previstos no Plano Quinquenal de Infraestrutura, em alinhamento com o segundo critério disposto na seção 9.2.4, especialmente nas situações que exigem o emprego de recursos extraorçamentários aos câmpus ou ao próprio IFSC, devem ser utilizados os seguintes subcritérios, apresentados em ordem decrescente de relevância:

1. garantia das condições adequadas de funcionamento dos espaços acadêmicos existentes;
2. atendimento às diretrizes de acessibilidade dispostas na seção 9.2.3;
3. atendimento às diretrizes para organização de ambientes nos câmpus dispostas na seção 9.2.1;
4. implantação de infraestrutura que suporte a oferta de cursos proporcional ao quadro docente previsto no PDI 2020-2024 em cada câmpus;
5. implantação de infraestrutura que suporte a oferta de cursos proporcional quadro docente base para cada câmpus conforme disposto no Capítulo 8;
6. maximização do atendimento das metas do Plano de Oferta de Cursos e Vagas quanto aos percentuais de distribuição de oferta, priorizando:
    1. implantação de cursos do Proeja;
    2. implantação de cursos de formação de formadores;
    3. implantação de cursos que garantam o mínimo de 50% de vagas em cursos técnicos;
7. justificativa da demanda das ofertas, considerando: IDH, alinhamento aos arranjos produtivos locais, interiorização e ofertas do mesmo nível e área do conhecimento por outras instituições na região de abrangência do câmpus.

Cabe ressaltar, ainda, que a ampliação da infraestrutura deverá estar alinhada com à alocação de novas vagas de docentes e TAEs, conforme diretrizes e critérios dispostos no Capítulo 8.

9.3 PLANO QUINQUENAL DE INFRAESTRUTURA

Esta seção apresenta as principais demandas de infraestrutura das unidades componentes do IFSC para que sejam:

- implantados os cursos previstos no Plano de Oferta de Cursos e Vagas conforme apresentado no Capítulo 7;
- análise qualitativa dos espaços e instalações gerais e de laboratório apresentadas nas seções 9.1.1 e 9.1.2;
- seguidas as diretrizes de organização de ambientes nos câmpus conforme seção 9.2.1;
- seguidas as diretrizes para infraestrutura de bibliotecas e acervo bibliográfico dispostas na seção 9.2.2; preenchidas as lacunas de acessibilidades levantadas na seção 9.1.4, de acordo com as diretrizes para adequações de acessibilidade espacial dispostas na seção 9.2.3;
- implantadas as soluções de infraestrutura de TIC necessárias à estratégia apresentada no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (ver seção 6.7);

Cada unidade organizou suas demandas em quadros próprios, classificando-as de acordo com uma tipologia de itens, conforme os modelos de categorização apresentados a seguir. A estrutura padrão das demandas contempla o item de infraestrutura demandado, o cronograma com estimativa de despesa e fonte de fomento, o tipo de item e a origem da demanda.

Quanto ao cronograma:

1 - Os itens foram dispostos em ordem cronológica;

2 - Todos os itens listados referem-se à infraestrutura predial, laboratorial e tecnológica, além de acervo bibliográfico e requisitos de acessibilidade;

3 - Os valores apresentados devem ser multiplicados por 1.000;

4 - O Quadro 9.5 apresenta os tipos de fonte de recurso.

Quadro 9.5 - Fonte de Recurso - Plano Quinquenal de Infraestrutura

Fonte do recurso			
unidade	opções	descrição da fonte	explicação da fonte
Câmpus	OC	orçamento do câmpus	despesa prevista integralmente no orçamento do câmpus
	EC	extraorçamentário ao câmpus	despesa custeada com recursos captados externamente ao câmpus: IFSC-REDE, emendas parlamentares, 20RG, TED Setec/MEC, editais de agências de fomento, etc..
	OC/EC	extraorçamentário ao câmpus, com contrapartida	despesa custeada por captação externa e com contrapartida prevista no orçamento do câmpus
Reitoria	OR	orçamento da reitoria	despesa prevista integralmente no orçamento da Reitoria
	REDE	orçamento do IFSC-REDE	despesa prevista integralmente no orçamento do IFSC REDE

	EXT	extraorçamentário à Reitoria	despesa custeada com recursos captados externamente: emendas parlamentares, 20RG, TED Setec/MEC, editais de agências de fomento, etc..

Quanto ao tipo de item, o Quadro 9.6 apresenta a relação.

Quadro 9.6 - Tipo de item - Plano Quinquenal de Infraestrutura

Tipo de demanda		
Obras	**Ampliação**	Obras novas, de ampliação ou de urbanização, que se caracterizam como despesas de **investimento**.
	Reforma	Obras de reforma e adequação, que se caracterizam com despesas de **custeio** (outras despesas correntes).
Aquisição de bens		Aquisição de equipamentos, mobiliário, livros, softwares, etc.., que se caracterizam como despesas de **investimento**.
Serviços		Serviços de manutenção e instalação, que se caracterizam como despesas de **custeio** (outras despesas correntes).

Quanto à origem da demanda, o Quadro 9.7 apresenta a relação.

Quadro 9.7 - Origem da Demanda - Plano Quinquenal de Infraestrutura

Sinalizador da demanda	
opções	descrição
Diagnóstico Infraestrutura (seção 9.1.1)	Item necessário para suprir demandas de implantação ou melhoria de espaços identificadas na planilha de infraestrutura preenchida pelo câmpus, com prioridade para aqueles indicados como insuficientes quanto ao estado de conservação/atualização e/ou ao nível de atendimento às necessidades.
Diagnóstico Acessibilidade (seção 9.1.4)	Item necessário para preencher lacunas de acessibilidade apontadas no levantamento realizado pelo Departamento de Obras e Engenharia.
POCV - Implantação de curso novo (capítulo 7, seção 7.2)	Item necessário para implantação de curso novo previsto no POCV do câmpus.
Matriz Swot do câmpus (capítulo 6, seção 6.2)	Item necessário para mitigar fragilidades identificadas na matriz SWOT elaborada pelo câmpus.

O mesmo item pode estar relacionado a mais de um "indicador de demanda". Para o Plano Quinquenal de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (Quadro 9.68, nos Apêndices), o sinalizador de demanda é o Petic - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (explanado no capítulo 6, seção 6.7).

Conforme detalhado no Capítulo 5, os recursos para a implantação da infraestrutura podem originar-se de, pelo menos, cinco fontes distintas: orçamento ordinário da unidade; orçamento geral

do IFSC; descentralização de créditos orçamentários pelo MEC para planos de trabalho da Rede Federal; emendas parlamentares; e projetos vinculados a outros ministérios ou agências de fomento. Enquanto obras, equipamentos e instalações de menor porte podem ser custeadas com recursos próprios de cada câmpus, conforme sua ordem interna de priorização, os investimentos de maior vulto demandam aporte de recursos sob gestão da Reitoria. Diante disso, deve-se estabelecer anualmente uma ordem de prioridade geral para os itens de infraestrutura que dependem de recursos extraorçamentários, seja para os câmpus, seja para o IFSC como um todo, tomando como referência os critérios de impacto apresentados na seção 9.2.5.

Nos Apêndices deste capítulo constam os Quadros 9.44 a 9.65, com os planos quinquenais dos câmpus, bem como os Quadros 9.66 a 9.67, respectivamente da Reitoria e TIC.

9.4 DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO ACADÊMICO

A apresentação do projeto de acervo acadêmico em meio digital no PDI é uma exigência do art. 21, inciso VIII, do Decreto no 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

O IFSC, devido a sua estrutura multicampi, produz e acumula o acervo acadêmico relativo aos cursos de graduação e pós-graduação do fundo fechado CEFET/SC e do fundo aberto IFSC, desde o ano de 2002.

É relevante registrar que a Instituição aguardará a liberação do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) que está sendo desenvolvido pelo Arquivo Nacional em parceria com a DATAPREV, para interoperar com os Sistemas de Negócios dos órgãos do poder executivo e os respectivos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis dos órgãos, de modo a garantir a gestão e a preservação dos documentos digitais, em atenção ao art. 104 do referido decreto e art. 4º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020.

Ficou definido que caberá ao Comitê Gestor de Segurança da Informação a coordenação do projeto elaborado pela Coordenadoria de Gestão de Documentos, vinculada à Diretoria de Gestão do Conhecimento, conforme descrito a seguir:

9.4.1 Título do projeto:

Projeto de digitalização do acervo acadêmico do IFSC.

9.4.2 Justificativa:

Este projeto tem como justificativas:

a) Padronizar e organizar os conjuntos documentais;
b) Aperfeiçoar o gerenciamento das informações e dos documentos arquivísticos;
c) Produzir, preservar e acessar documentos autênticos e confiáveis, pelo tempo necessário;
d) Agilizar a recuperação das informações e dos documentos;
e) Preservar os documentos em suporte papel oriundos dos processos de digitalização.

9.4.3 Fundamentação legal:

a) Decreto nº 9.235, de 2017 – dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
b) Portaria MEC nº 315, de 04 de abril de 2018 – dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância;
c) Portaria MEC nº 332, de 03 de março de 2020 – altera o prazo contido no caput do art. 45 da Portaria MEC nº 315, de 2018, estabelecendo prazo de 48 (quarenta e oito meses) para a executar a conversão;
d) Portaria MEC nº 360, de 18 de maio de 2022 – dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital;
e) Portaria MEC nº 613, de 18 de agosto de 2022 – regulamenta o art. 4º da Portaria MEC nº

360, de 2022, ao dispor sobre os procedimentos gerais para conversão e preservação dos documentos do acervo acadêmico digital das IES;

f) Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 – dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;
g) Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020 – estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais;
h) Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI);
i) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
j) Portaria ANP nº 92, de 23 de setembro de 2011 – aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo, relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES);
k) Resolução CONARQ nº 20, de 16 de julho de 2004 – dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do SINAR;
l) Resolução CONARQ nº 48, de 10 de novembro de 2021 – estabelece diretrizes para a digitalização de documentos de arquivo nos termos do Decreto nº 10.278/2020;
m) Resolução CONARQ nº 50, de 6 de maio de 2022 – dispõe sobre o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil, versão 2;
n) Resolução CONARQ nº 51, de 25 de agosto de 2023 – dispõe as diretrizes para implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq), versão 2.

9.4.4 Objetivos:

Este projeto tem como objetivos:

a) Digitalizar o acervo acadêmico, em cumprimento ao Decreto nº 9.235/2017 e às Portarias MEC nº 315/2018, nº 332/2018, nº 360/2022 e nº 613/2022;
b) Aplicar as especificações técnicas para digitalização exigidas pelo Decreto nº 10.278/2020, considerando o disposto na Resolução CONARQ nº 48/2021, que estabelece as Diretrizes

para a digitalização de documentos nos termos do referido decreto, para garantir a autenticidade, a preservação e o acesso aos documentos pelo tempo necessário;

c) Implementar sistemas informatizados para gestão e preservação de documentos, com o apoio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e do Ministério da Educação (MEC), de modo a atender ao art. 4º do Decreto nº 10.278/2020 e ao art. 104 do Decreto nº 9.235/2017;

d) Garantir o cumprimento do disposto na Política Arquivística e na Política de Segurança da Informação do IFSC;

e) Assegurar a proteção de dados pessoais de discentes, nos termos da LAI e da LGPD.

9.4.5 Escopo:

Digitalizar os documentos arquivísticos analógicos relacionados à vida acadêmica dos alunos dos cursos de graduação e *lato sensu*, a iniciar por aqueles pertinentes ao **subgrupo 125.4 – Documentação Acadêmica**, do Código de Classificação e Destinação de Documentos de Arquivo relativo às atividades-fim das IFES:

a) Período 2002-2008: documentos pertinentes ao fundo fechado CEFET/SC;

b) Período 2009-atual: documentos pertinentes ao fundo aberto IFSC.

9.4.6 Requisitos para digitalização para atendimento ao Decreto nº 10.278, de 2020:

Para realizar a digitalização de documentos arquivísticos, o IFSC deve possuir, minimamente:

a) Efetuar os procedimentos de digitalização, em atenção ao documento Diretrizes para Digitalização de Documentos de Arquivo nos Termos do Decreto nº 10.278/2020, publicado pelo Arquivo Nacional (AN);

b) Aplicar o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativo às atividades-fim das IFES, aprovado pelo Arquivo Nacional, aos documentos acadêmicos;

c) Elaborar regras de acesso e procedimentos de tratamento de informações com restrição

de acesso;

d) Assinar digitalmente o documento digitalizado (representante digital) com o uso da certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), de modo a garantir a autoria da digitalização e a integridade do documento e de seus metadados;

e) Implementar Sistema informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), solução que atende aos requisitos contemplados no e-Arq Brasil e que está sendo desenvolvida pelo AN em parceria com a DATAPREV (informação disponibilizada no *site* do AN, em 05/02/2025), de modo a atender ao art. 104 do Decreto nº 9.235/2017 e ao art. 4º do Decreto 10.278/2020;

f) Interoperar o SIGAD do AN aos sistemas SIPAC e SIGAA para gestão de documentos;

g) Implementar o software Archivematica como parte do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) que permita a manutenção/preservação do representante digital desde sua captura pelo sistema informatizado de gestão, pelo tempo necessário, em cumprimento à Portaria MEC nº 613/2022;

h) Implementar o software AtoM como plataforma de acesso integrada ao Archivematica, com o objetivo de viabilizar a consulta aos documentos de guarda permanente.

9.4.7 Metodologia:

A conversão do acervo acadêmico para o meio digital requer organização prévia dos documentos, a partir da análise dos processos de trabalho, de modo a identificar, classificar e padronizar a composição dos conjuntos documentais. Deve ser levado em conta o disposto no art. 4º da Portaria MEC nº 360, de 2022, que veda a produção de novos documentos integrantes do acervo acadêmico em suporte físico (papel), a partir de 1º de agosto de 2022.

As atividades de organização e digitalização dos documentos serão desenvolvidas a partir de planos de trabalho, considerando as Diretrizes para a Digitalização de Documentos nos termos do Decreto nº 10.278, de 2020, aprovadas pela Resolução CONARQ nº 48, de 2021.

Os documentos oriundos dos processos de digitalização destinados à eliminação, serão descartados, somente, após o cumprimento dos prazos de guarda estabelecidos na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativo às atividades-fim das IFES.

Os documentos oriundos dos processos de digitalização destinados à guarda permanente serão recolhidos ao Arquivo Central do IFSC, nos termos da legislação.

9.4.8 Designação de Responsabilidades:

Para a execução do projeto são responsáveis:

a) Comitê Gestor de Segurança da Informação para o Acervo Acadêmico: elaborar a política de segurança da informação relativa ao acervo acadêmico junto ao Comitê de Segurança da Informação (CSI) e assessorar na implementação de ações relacionadas ao acervo acadêmico do IFSC, orientadas pela CCAD;
b) Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas (DEIA-REI): responsável pelo mapeamento de processos de trabalho com o apoio da Coordenadoria de Processos e Riscos (CPROC-REI) e pela coordenação das atividades operacionais de digitalização de documentos produzidos pelas Unidades de Registros Acadêmicos dos campi;
c) Coordenadoria de Gestão de Documentos (CGDOC-REI): responsável em identificar e classificar os documentos integrantes dos processos de trabalho mapeados, além de coordenar, orientar e monitorar a execução do projeto;
d) Unidades de Registros Acadêmicos dos câmpus: são responsáveis em definir e preparar infraestrutura física e lógica, bem como, realizar todos os procedimentos operacionais para organização, digitalização, arquivamento e acondicionamento dos documentos;
e) Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC-REI): responsável em implementar e dar manutenção aos sistemas de informação onde os documentos arquivísticos digitais são gerados e armazenados e pela operacionalização dos sistemas de computação e comunicação;
f) Gestores das áreas envolvidas: dar o apoio necessário à execução do projeto.

9.4.9 Restrições:

Entre as restrições para a execução do projeto estão:

a) Insuficiência de recursos humanos para execução das atividades;
b) Falta de espaço físico e mobiliário adequados para a realização do tratamento técnico, digitalização e armazenamento adequado do acervo acadêmico não digital;
c) Falta de equipamentos adequados para digitalização, tais como, computadores, *scanners* de produção;
d) Falta de política de preservação digital;
e) Indisponibilidade de sistemas para realizar a gestão e preservação que garantam a autenticidade e a confiabilidade dos documentos arquivísticos;
f) Indisponibilidade de recursos financeiros para implementar e/ou manter sistemas autênticos para gestão e preservação;
g) Não cumprimento dentro do prazo previsto para digitalização, tendo em vista o grande volume de documentos para serem submetidos ao tratamento técnico preliminar;
h) Não cumprimento dentro do prazo previsto para digitalização, tendo em vista a falta de padronização dos conjuntos documentais e consequente lentidão no tratamento técnico preliminar.

9.4.10 Riscos:

a) sanções impostas pelo descumprimento ao Decreto nº 9.235/2017;
b) não atendimento aos pedidos de informação e de documentos por alunos e egressos, por perda dos documentos originais, seja pelo armazenamento em locais inadequados, ou por sinistros.

9.4.11 Benefícios:

a) agilidade e rapidez na recuperação da informação e dos documentos proporcionado pela digitalização posterior ao tratamento técnico dos documentos originais;
b) preservação do suporte dos documentos oriundos dos processos de digitalização, evitando o manuseio inadequado;

c) acesso aos documentos e informações nos casos de sinistro de documentos originais;
d) proteção aos documentos originais que contêm informações com restrição de acesso.

9.4.12 Custos:

Para a Reitoria:

a) alocação de espaço físico (Arquivo Central) para tratamento técnico, digitalização e armazenamento de documentos não digitais permanentes;
b) implementação e manutenção de SIGAD, RDC-Arq;
c) customização do SIGAA;
d) capacitação de servidores para uso do SIGAD e Archivematica.

Para os câmpus:

a) alocação de espaço físico (Arquivo do Câmpus) para tratamento técnico, digitalização e armazenamento de documentos intermediários não digitais;
b) material de consumo como caixas-arquivo para o armazenamento de documentos que cumprem prazos de guarda em fase intermediária ou recolhidos para guarda permanente, em atenção à Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo das IFES;
c) aditivo do contrato com locação de *scanners* de produção para dar qualidade e rapidez às atividades de digitalização.

9.4.13 Cronograma:

Tarefa	Previsão	Status
a) Instituir Comitê Gestor de Segurança da Informação para o Acervo Acadêmico, que deverá atuar de forma subsidiária aos colegiados Comitê de Segurança da Informação (CSI) e Comissão Central de Avaliação de Documentos (CCAD);	30/06/2025	Não iniciado
b) Analisar possibilidade de criar pasta eletrônica do aluno no SIGAA para incluir os documentos digitalizados referentes ao código 125.43 - Dossiê do Aluno (Assentamento Individual);	30/06/2025	Não iniciado
c) Mapear e detalhar os fluxos de trabalho dos conjuntos documentais pertinentes ao subgrupo 125.4;	31/12/2025	Em andamento
d) Elaborar plano de trabalho e tutoriais para uso dos R.A. dos câmpus, com base nas Diretrizes do Arquivo Nacional;	30/03/2026	Não iniciado
e) Capacitar servidores sobre gestão e preservação de documentos por meio de cursos da ENAP e da CGDOC;	30/09/2025	Não iniciado

f) Identificar os documentos pertinentes aos processos mapeados, classificar, observar os prazos de guarda e a destinação final e padronizar a ordenação interna dos conjuntos documentais, a iniciar pelo dossiê do aluno (CCD 125.43);	31/10/2025	Não iniciado
g) Definir e preparar infraestrutura física e lógica para a execução das atividades operacionais e armazenamento de documentos oriundos dos processos de digitalização, em cada câmpus;	31/12/2025	Não iniciado
h) Estabelecer regras de acesso e procedimentos de tratamento de informações com restrição de acesso;	2026	Não iniciado
i) Estabelecer as especificações técnicas mínimas para digitalização dos documentos e estabelecer os metadados para recuperação da informação e dos documentos, com base nas Diretrizes do AN;	2026	Não iniciado
j) Instalar e implementar sistema informatizado para gestão arquivística de documentos (SIGAD);	2026	Não iniciado
k) Instalar e implementar sistema de preservação de documentos (RDC-Arq);	2026	Não iniciado
l) Capacitar servidores da área técnica para a execução das atividades práticas nas etapas de preparação, digitalização e arquivamento dos documentos;	2027	Em andamento
m) Capacitar servidores da área técnica para uso dos sistemas de gestão e preservação;	2027	Não iniciado
n) Organizar, preparar e digitalizar o conjunto de documentos referentes à documentação acadêmica dos estudantes formados entre 1º/01/2001 e 31/12/2015, com base nos processos mapeados e documentos identificados dos fundos documentais pertinentes;	2027	Não iniciado
o) Organizar, preparar e digitalizar o conjunto de documentos referentes à vida acadêmica dos estudantes formados entre 1º/01/2016 e 31/07/2022, com base nos processos mapeados e documentos identificados do fundo aberto IFSC;	2028	Não iniciado
p) Acondicionar os documentos intermediários oriundos dos processos de digitalização em caixas-arquivo armazenadas, ordenadamente, em estantes de aço, no Arquivo do Câmpus;	2027	Não iniciado
q) Recolher os documentos de guarda permanente oriundos dos processos de digitalização ao Arquivo Central.	2028	Não iniciado
r) Identificar os documentos digitais acumulados, desde 2020, de acordo com os processos mapeados, classificar, observar os prazos de guarda e a destinação final e, ainda, ordenar os conjuntos documentais;	2029	Não iniciado
s) Arquivar os documentos nas pastas digitais, bem como os documentos referentes ao dossiê eletrônico do aluno no SIGAA.	2029	Não iniciado

APÊNDICES

Quadro 9.8 - Diagnóstico Quantitativo Infraestrutura: Câmpus Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma e Florianópolis. Legenda: UD = Unidade; AR = Área em metros quadrados e CP = Capacidade de ocupação de pessoas.

ITEM		ARU			CDR			CAN			CCO			CRI			FLN		
		UD	AR	CP	UD	AR	CP	UD	AR	CP	UD	AR	CP	UD	AR	CP	UD	AR	CP
1	Salas de aula > 40 lugares				9	432	408	11	685	40	4	330	187	14	920	612	30	1701	296
2	Salas de aula < 40 lugares	10	589	350							12	422	360	1	32	22	46	1844	1226
3	Laboratório de EaD							1	10	2				1	44	10	3	95	64
4	Sala coletiva de professores	2	122	65	3	158	50				6	269	62	2	196	60	4	155	41
5	Salas de professores	1	9					4	369	100				1	10	1	21	677	179
6	Espaço para atendimento reservado	1	12	6	2	10	8	1	6	2	1	9	4	2	29	20	3	29	16
7	Espaço para atividades de monitoria							1	20	10	1	44	20	1	33	20	2	76	39
8	Secretaria acadêmica	1	48	10	1	62	10	1	28	3	1	44	4	1	57	6	6	199	82
9	Sala dos assistentes de alunos							1	28	3				1	16	2	1	15	3
10	Sala da equipe pedagógica	1	62	18	1	67	14	1	24	6	1	16	4	1	42	5	1	56	12
11	Salas de Coord. de Curso, Nível ou Área	1	82	24	1	62	15	6	65	6	1	13	3	2	87	11	19	522	73
12	Lab. de informática, inclusão digital/línguas	4	250	120	7	372	277	7	451	140	6	420	142	6	342	185	12	670	293
13	Laboratórios temáticos	26	2350	635	10	567	130	16	1031	320	8	90	432	25	1534	350	164	7981	2814
14	Sala do Núcleo de Acessib. Educacional				1	15	6	1	40	5	1	8	2	1	26	7	2	32	8
15	Sala da direção-geral	1	20	6	1	33	10	1	24	2	1	22	2	1	27	6	11	196	39
16	Salas administrativas	2	82	12	3	114	12	6	278	10	6	165	32	4	133	11	13	392	85
17	Sala da direção/chefia administrativa	1	61	16				2	144	4	1	12	2						
18	Sala de reuniões	1	21	15				1									6	110	41
19	Sala de reuniões com videoconferência				1	44	40	1	28	40				1	28	12	1	49	17
20	Espaço para CPA																		
21	Datacenter	1	50		1	52	3	1	28		4	24	4	1	24	2	4	62	
22	Auditório	1	164	117				1	339	170				1	340	130	1	286	143
23	Miniauditório																4	276	232
24	Área de Convivência para alunos				1	92	40	1	316					1	302	300	2	1453	
25	Espaço para Grêmio/CA	1	32	15	1	29	10	1			1	9	5	1	29	10	10	129	57
26	Sala de convivência para servidores	1	65	30	1	44	15	1	57	20				1	66	15	3	164	68
27	Cantina tercerizada	1	24	50	1	31	4	1	212	100	1	128	30	1	212	48	1	363	167
28	Refeitório para estudantes	1	121	100							1	44	42	1	59	48	1	77	26
29	Cozinha do refeitório	1	34											1	26	2			
30	Copa dos servidores	1	10		1	13		1									12	136	
31	Ginásio ou quadra coberta com vestiário	1	1300											1	1139	350	2	2061	
32	Outros esp. para a prática de ativ. físicas	2	1900		1	458		2	600					1	323	12	5	6671	
33	Espaço coberto multiuso	3	238		1	116													
34	Recepção geral													1	23	5	5	60	
35	Banheiros	12	300	200	20	187	55	14	178	42	32	339	74	16	241	88	53	620	336
36	Almoxarifado	2	51		1	19	1				3	71	6	3	80		14	591	7
37	Depósito de materiais e mov. de patrimônio							1	37								22	353	
38	Depósito de materiais esportivos	1	9		1	7		1	12					2	16		1	19	
39	Vagas de estacionamento	440	6255	440	156	4733	156	149	7776	149	120	4000	120	154	5281	154	224	2800	
40	Vagas cobertas para veículos oficiais	1	96	4	1	26	3	1	96	4	1	50	4	1	50	3	7	150	7
41	Bicicletário	1	50	60	1	4	7	3	30	40	1	20	10	1	15	15	1	30	18
42	Instalações para servidores terceiriz.	1	16	8	1	21	8	1	28	20	1	49	8	2	37	11	9	89	34
43	Depósito de materiais de limpeza	1	6		1	16		1	10		1	6	1	2	23		4	21	
44	Portaria/Guarita com banheiro	1	21		1	90		1	91		1	111	4	2	49	1	3	54	

Quadro 9.9 - Diagnóstico Quantitativo Infraestrutura: Câmpus Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul - Centro e Jaraguá do Sul-Rau. Legenda: UD = Unidade; AR = Área em metros quadrados e CP = Capacidade de ocupação de pessoas.

ITEM		CTE			GPB			GAS			ITJ			JAR			RAU		
		UD	AR	CP	UD	AR	CP	UD	AR	CP	UD	AR	CP	UD	AR	CP	UD	AR	CP
1	Salas de aula > 40 lugares	11	558	440	16	869	640	13	945	520	7	430	280	3	242	120	18	1000	520
2	Salas de aula < 40 lugares										2	80	40	12	609	420	3	231	50
3	Laboratório de EaD	1	34	5	1	56	40							1	61	40	1	16	5
4	Sala coletiva de professores	1	151	35	2	48	32	4	240	120	2	160	50	5	154	44	1	52	20
5	Salas de professores													1	24	18			
6	Espaço para atendimento reservado	1	17	8	1	14	5	1	9	4	1	20	5	1	6	4	1	8	4
7	Espaço para atividades de monitoria	1	14	4				13	945	520				1	48	35			
8	Secretaria acadêmica	1	69	8	1	30	10	1	27	6	1	32	6	1	27	3	1	17	4
9	Sala dos assistentes de alunos	1	45	3	1	18	8	1	22	6									
10	Sala da equipe pedagógica	2	44	6	1	48	10	1	18	8	1	42	8	1	42	10	1	51	11
11	Salas de Coord. de Curso, Nível ou Área	3	54	6	1	48	16	6	56	18	12	108	36	1	7	1	1	32	9
12	Lab. de informática, inclusão digital/línguas	3	171	79	6	322	140	7	400	245	2	130	60	3	157	92	2	293	80
13	Laboratórios temáticos	13	1664	280	10	547	180	14	870	420	26	1454	780	17	1328	420	16	1065	520
14	Sala do Núcleo de Acessib. Educacional	1	41	6				1	22	3	1	28	6	1	22	7			
15	Sala da direção-geral	1	23	6	1	33	4	1	15	5	1	20	4	1	15	1	1	24	3
16	Salas administrativas	4	177	15	3	53	6	6	175	48	5	125	30	8	179	24	19	573	16
17	Sala da direção/chefia administrativa	1	19	1				1	9	2				1	15	3			
18	Sala de reuniões	1	41	15	1	25	12	1	15	12	1	30	20	1	37	25			
19	Sala de reuniões com videoconferência	1	73	15				1	20	12							1	16	20
20	Espaço para CPA	1	10	2				1	15	12									
21	Datacenter	1	13		1	16		1	27	5	1	24	4	1	12		1	10	3
22	Auditório	1	401	365	1	346	200	1	340	170	1	330	171	1	205	128	1	99	90
23	Miniauditório	1	99	90							1	35	20						
24	Área de Convivência para alunos	1	50	20	1	225		1	5	8	1	18	12	3	320		1	84	70
25	Espaço para Grêmio/CA	1	30	6	1	29	15	1	28	8	1	28	6	1	29	6	1	48	15
26	Sala de convivência para servidores	1	18	6				1	20	10				1	43	22			
27	Cantina tercerizada	1	324	70	1	27	2	1	212	70	1	212	70	1	30	2	1	69	70
28	Refeitório para estudantes	1	18	6				1	50										
29	Cozinha do refeitório							1	13										
30	Copa dos servidores	1	18	6	1	48	10	1	20	10	1	22	6	1	7		1	16	8
31	Ginásio ou quadra coberta com vestiário							1	1315	300	1	1315	300	1	901				
32	Outros esp. para a prática de ativ. físicas							1	32	8									
33	Espaço coberto multiuso	1	189	100							1	316	70						
34	Recepção geral							1	22	6	1	22	5	1	6		1	35	5
35	Banheiros	21	208	65	25	171	67	12	180	54	12	180	54	8	172	63	20	285	2000
36	Almoxarifado	1	18		1	21		1	33	2	1	13		1	41		1	23	2
37	Depósito de materiais e mov. de patrimônio	1	13		1									3	79		1	28	
38	Depósito de materiais esportivos				1	2		1	6		1	6		1	8				
39	Vagas de estacionamento	152	3000	152	130	1641	130	135	1285		147	1837		70	1850	70	75		75
40	Vagas cobertas para veículos oficiais				4	164	4	2	123		1	90		1	71	5	2	8	2
41	Bicicletário				1	30	20	1	20		1	250		1	45	36	1		30
42	Instalações para servidores terceiriz.	1	16	8	1	61	11	1	28	6	1	14	8	2	62	10	2	30	8
43	Depósito de materiais de limpeza	1	4		1			3	18		1	6		1	10		1	3	
44	Portaria/Guarita com banheiro	1	187	2	1	35	1	2	13	1	2	13	1	1	18		1	36	1

Quadro 9.10 - Diagnóstico Quantitativo Infraestrutura: Câmpus Joinville, Lages, Palhoça-Bilíngue, São Carlos, São José a São Lourenço do Oeste. Legenda: UD = Unidade; AR = Área em metros quadrados e CP = Capacidade de ocupação de pessoas.

ITEM		JLE			LGS			PHB			SCA			SJE			SLO		
		UD	AR	CP	UD	AR	CP	UD	AR	CP	UD	AR	CP	UD	AR	CP	UD	AR	CP
1	Salas de aula > 40 lugares	12	855	480	7	430	280	6	381	246				2	109	96			
2	Salas de aula < 40 lugares	11	490	385	8	368	220	6	343	206	11	595	396	16	841	36	13	619	400
3	Laboratório de EaD				1	57	35												
4	Sala coletiva de professores				4	165	60				1	114	30	1	32	20	1	77	20
5	Salas de professores	25	515	56				2	140	40				5	221	50			
6	Espaço para atendimento reservado				2	17	4	1	6	6				1	6	4			
7	Espaço para atividades de monitoria	1	41	8										1	37	20			
8	Secretaria acadêmica	1	66		1	36	3	1	18	3	1	47	3	1	12	6	1	39	
9	Sala dos assistentes de alunos							1	18	3	1	40	3	1	16	3			
10	Sala da equipe pedagógica	1	46	11	2	72	8	1	35	5	1	47	6	1	29	6	1	41	
11	Salas de Coord. de Curso, Nível ou Área				8	72	16	1	40	8	1	27	4	3	59	12	1	24	
12	Lab. de informática, inclusão digital/línguas	4	251		5	369	150	8	356	196	4	226	112	7	339	140	3	189	120
13	Laboratórios temáticos	14	1201		18	1110	450	7	447	160	12	835	130	15	657	206	2	126	70
14	Sala do Núcleo de Acessib. Educacional													1	13	5			
15	Sala da direção-geral	1	46	6	1	32	1	1	24	1	1	45	5	1	24	1	1	16	
16	Salas administrativas	2	90		8	268	30	3	82	8	2	75	10	8	182	25	1	13	
17	Sala da direção/chefia administrativa	1	46	8	1	17	1	2	61	7				1	23	4			
18	Sala de reuniões				1	31	1				1	36	15	1	28	20			
19	Sala de reuniões com videoconferência							1	29	20				1	28	20			
20	Espaço para CPA																		
21	Datacenter	1	41	5	1	12		1	57	3	1	41		1	24		1	12	
22	Auditório				1	339	170							1	169	155			
23	Miniauditório	1	90	80							1	159	80	1	61	60	1	93	80
24	Área de Convivência para alunos							1	306		1	100		1	100		2	524	
25	Espaço para Grêmio/CA	1	27	5	1	14	10	1	30	12				3	31	10			
26	Sala de convivência para servidores	1	62		1	45	30	1	43	20	1	47	10	1	162	90			
27	Cantina tercerizada	1	44		1	212	60	1	32		1	238	80	1	60	50			
28	Refeitório para estudantes	1	79					1	27	24				1	53	24	1	131	
29	Cozinha do refeitório																		
30	Copa dos servidores				1	20		1	2	1				1	55	15	1	13	
31	Ginásio ou quadra coberta com vestiário	1	790					1	537					1	860		1	950	
32	Outros esp. para a prática de ativ. físicas	2	213		1	432		1	70					1	240		1	900	
33	Espaço coberto multiuso	1	62											1	180		1	48	
34	Recepção geral				1	6		1	23	1				1	9		1	14	
35	Banheiros	12	274		16	222	60	13	176		24	167	60	24	255	30	10	160	
36	Almoxarifado	5	113		1	20	2	1	44	3	2	96	4	3	156	12	1	48	
37	Depósito de materiais e mov. de patrimônio	2	183		1	10		1	13					1	49				
38	Depósito de materiais esportivos	1	27											1	13		1	50	
39	Vagas de estacionamento	222	4938	222	200	3000	200	67	690		190	7000	190	1	350	20			
40	Vagas cobertas para veículos oficiais	6	115		1	30	4							1	216	5			
41	Bicicletário	60	50	60	1	15	15	2	39					1	3	3			

42	Instalações para servidores terceiriz.	2	21		3	25	18	2	40	10	1	35	6				1	18	
43	Depósito de materiais de limpeza				1	6		1	13					7	20		1	28	
44	Portaria/Guarita com banheiro	1	78	1	1	29		1	12	1	1	111							

Quadro 9.11 - Diagnóstico Quantitativo Infraestrutura: Câmpus São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê.

Legenda: UD = Unidade; AR = Área em metros quadrados e CP = Capacidade de ocupação de pessoas.

ITEM		SMO			TUB			URP			XXE		
		UD	AR	CP	UD	AR	CP	UD	AR	CP	UD	AR	CP
1	Salas de aula > 40 lugares	12	886	40	2	109	80	5	290	40	8	511	435
2	Salas de aula < 40 lugares												
3	Laboratório de EaD	1	57	6		32		1	17	8	1	12	5
4	Sala coletiva de professores	6	217	48				1	44	16	1	100	35
5	Salas de professores				1	46	35						
6	Espaço para atendimento reservado	1	11	10	1	22	4				1	12	4
7	Espaço para atividades de monitoria												
8	Secretaria acadêmica	1	45	4	1	25	4	1	44	4	1	44	10
9	Sala dos assistentes de alunos												
10	Sala da equipe pedagógica	1	45	7	1	33	12	1	47	6	1	48	10
11	Salas de Coord. de Curso, Nível ou Área	1	91	12	2	6	4	1	44	6	1	56	8
12	Lab. de informática, inclusão digital/línguas	3	187	103				1	55	24	3	179	110
13	Laboratórios temáticos	13	1230	40	9	514	320	10	510	200	10	948	160
14	Sala do Núcleo de Acessib. Educacional	1	15	5				1	17	2			
15	Sala da direção-geral	1	24	1	1	9	5	1	44	4	1	24	3
16	Salas administrativas	2	89	9	5	99	53	1	44	6	1	52	8
17	Sala da direção/chefia administrativa												
18	Sala de reuniões												
19	Sala de reuniões com videoconferência	1	19	10	1	24	16						
20	Espaço para CPA												
21	Datacenter	1	16		1	10		1	5		1	11	
22	Auditório	1	286	171									
23	Miniauditório							1	115	80	1	70	60
24	Área de Convivência para alunos	1	331	1	1	234	42						
25	Espaço para Grêmio/CA	2	40	2							1	40	6
26	Sala de convivência para servidores	1	42	1									
27	Cantina tercerizada	1	195	1				1	62				20
28	Refeitório para estudantes												
29	Cozinha do refeitório												
30	Copa dos servidores				1	18	20	1	22	5	1	10	5
31	Ginásio ou quadra coberta com vestiário	1	1093	1									
32	Outros esp. para a prática de ativ. físicas												
33	Espaço coberto multiuso												
34	Recepção geral												
35	Banheiros	34	230	34	8	66	15	10	99	26	16	210	55
36	Almoxarifado	1	34	1	1	16	10	1	30		1	13	
37	Depósito de materiais e mov. de patrimônio	1	24	1				1	15		1	11	
38	Depósito de materiais esportivos												
39	Vagas de estacionamento	82	2500	82	1	2854	68	27	365	27	89	1429	89
40	Vagas cobertas para veículos oficiais	6	96	6				1	33	2			
41	Bicicletário	1		1				1	7	10	2	10	10
42	Instalações para servidores terceiriz.							1	12	4	1	15	5
43	Depósito de materiais de limpeza	1	29	1	1	6		1	5		1	2	
44	Portaria/Guarita com banheiro	1	35	1	1	41		1	36	2	1	3	1

Quadro 9.12 - Diagnóstico Qualitativo Infraestrutura: Câmpus Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba e Gaspar.

	Ambiente/Espaço	ARU		CDR		CAN		CCO		CRI		FLN		CTE		GPB		GAS	
		Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.
1	Salas de aula > 40 lugares	Inexis.	Inexis.	Pleno	Sufic.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Pleno	Excel.	Excel.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.
2	Salas de aula < 40 lugares	Sufic.	Insuf.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Sufic.	Pleno	Pleno	Excel.	Excel.	Excel.	Inexis.	Inexis.	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.
3	Laboratório de EaD	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Sufic.
4	Sala coletiva de professores	Sufic.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Sufic.	Insuf.	Excel.	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Insuf.
5	Salas de professores	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Insuf.	Insuf.	Inexis.	Inexis.	Excel.	Pleno	Pleno	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.
6	Espaço para Atendim. reservado	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Excel.	Pleno	Pleno	Insuf.	Excel.	Excel.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.
7	Espaço para atividades de monitoria	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Insuf.	Pleno	Insuf.	Excel.	Excel.	Inexis.	Inexis.	Sufic.	Sufic.
8	Secretaria acadêmica	Sufic.	Insuf.	Excel.	Pleno	Pleno	Pleno	Sufic.	Pleno	Pleno	Pleno	Pleno	Sufic.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.
9	Sala dos assistentes de alunos	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Pleno	Pleno	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Insuf.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.
10	Sala da equipe pedagógica	Sufic.	Sufic.	Excel.	Excel.	Excel.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Pleno	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Sufic.
11	S. de Coord. de Curso, Nível ou Área	Sufic.	Sufic.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Pleno	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.
12	Lab. de informática, incl. digital/línguas	Insuf.	Insuf.	Excel.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Excel.	Excel.	Excel.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.
13	Laboratórios temáticos	Sufic.	Insuf.	Excel.	Pleno	Pleno	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Pleno	Excel.	Pleno	Excel.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.
14	Núcleo de Acessib. Educacional	Sufic.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Insuf.	Pleno	Excel.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Pleno	Sufic.
15	Sala da direção-geral	Sufic.	Sufic.	Excel.	Excel.	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Excel.	Pleno	Pleno	Pleno	Excel.	Pleno	Sufic.	Insuf.	Pleno	Pleno
16	Salas administrativas	Sufic.	Insuf.	Excel.	Pleno	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Pleno	Pleno	Excel.	Excel.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.
17	Sala da direção/chefia administrativa	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Excel.	Excel.			Excel.	Excel.	Inexis.	Inexis.	Pleno	Pleno
18	Sala de reuniões	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.			Inexis.	Insuf.	Inexis.	Inexis.	Pleno	Pleno	Excel.	Excel.	Sufic.	Insuf.	Pleno	Sufic.
19	Sala de reuniões com videoconf.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Insuf.	Pleno	Sufic.	Pleno	Pleno	Inexis.		Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.
20	Espaço para CPA	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.			Pleno	Excel.	Inexis.	Inexis.	Pleno	Pleno
21	Datacenter	Sufic.	Sufic.	Excel.	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Excel.	Excel.	Pleno	Pleno	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Pleno	Insuf.
22	Auditório	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Pleno	Insuf.	Excel.	Insuf.	Pleno	Pleno	Inexis.	Inexis.	Sufic.	Insuf.
23	Miniauditório	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.			Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Pleno	Sufic.	Excel.	Excel.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.
24	Área de Convivência para alunos	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Insuf.	Pleno	Pleno	Inexis.	Inexis.	Pleno	Sufic.	Pleno	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Insuf.	Pleno	Insuf.
25	Espaço para Grêmio/CA	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.			Sufic.	Insuf.	Excel.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Insuf.	Pleno	Excel.
26	Sala de convivência para servidores	Pleno	Pleno	Excel.	Sufic.	Pleno	Pleno	Inexis.	Inexis.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Inexis.		Inexis.	Inexis.	Pleno	Insuf.
27	Cantina tercerizada	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Pleno	Sufic.	Insuf.	Pleno	Insuf.	Pleno	Sufic.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Insuf.
28	Refeitório para estudantes	Pleno	Pleno	Inexis.				Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Pleno	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.
29	Cozinha do refeitório	Pleno	Pleno	Inexis.				Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.		Sufic.	Inexis.		Inexis.	Inexis.	Sufic.	Sufic.
30	Copa dos servidores	Sufic.	Sufic.	Pleno	Sufic.			Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Pleno	Sufic.
31	Ginásio ou quadra cob. com vestiário	Sufic.	Sufic.	Inexis.				Inexis.	Inexis.	Insuf.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Inexis.		Inexis.	Inexis.	Sufic.	Pleno
32	Outros esp. p/ prática de ativ. físicas	Sufic.	Sufic.	Pleno	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Inexis.	Inexis.	Sufic.	Insuf.	Pleno	Sufic.	Inexis.		Inexis.	Inexis.	Insuf.	Insuf.
33	Espaço coberto multiuso	Sufic.	Insuf.	Pleno	Insuf.			Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.			Inexis.		Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.
34	Recepção geral	Inexis.	Inexis.	Inexis.				Inexis.	Inexis.	Pleno	Sufic.	Pleno	Sufic.	Inexis.		Inexis.	Inexis.	Excel.	Excel.
35	Banheiros	Sufic.	Insuf.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Pleno	Pleno	Pleno	Sufic.	Insuf.	Pleno	Excel.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.
36	Almoxarifado	Sufic.	Insuf.	Excel.	Pleno			Pleno	Sufic.	Pleno	Pleno	Pleno	Sufic.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.
37	Depósito de mat. e mov. de patrimônio	Sufic.	Sufic.	Inexis.		Insuf.	Insuf.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Pleno	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.

38	Depósito de materiais esportivos	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Inexis.	Inexis.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Inexis.		Insuf.	Insuf.	Excel.	Excel.
39	Vagas de estacionamento	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Pleno	Insuf.	Pleno	Insuf.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.
40	Vagas cobertas para veículos oficiais	Sufic.	Sufic.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Pleno	Sufic.	Excel.	Excel.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Pleno
41	Bicicletário	Sufic.	Insuf.	Pleno	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Insuf.	Sufic.	Insuf.	Inexis.		Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.
42	Instalações para servidores terceiriz.	Sufic.	Insuf.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.
43	Depósito de materiais de limpeza	Sufic.	Insuf.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Pleno	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Pleno
44	Portaria/Guarita com banheiro	Sufic.	Insuf.	Excel.	Excel.	Excel.	Pleno	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Pleno

Quadro 9.13 - Diagnóstico Qualitativo Infraestrutura: Câmpus Itajaí, Câmpus Jaraguá do Sul Centro, Câmpus Jaraguá do Sul RAU, Câmpus Joinville, Câmpus Lages, Câmpus Palhoça, Câmpus São Carlos, Câmpus São José e S

Ambiente/Espaço		ITJ		JAR		RAU		JLE		LGS		PHB		SCA		SJE		SLO	
		Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.
1	Salas de aula > 40 lugares	Excel.	Excel.	Pleno	Insuf.	Pleno	Insuf.	Pleno	Sufic.	Pleno	Sufic.	Pleno	Sufic.			Excel.	Pleno	Inexis.	Inexis.
2	Salas de aula < 40 lugares	Pleno	Pleno	Pleno	Insuf.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Insuf.
3	Laboratório de EaD	Sufic.	Sufic.	Pleno	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Inexis.	Inexis.	Pleno	Sufic.				Insuf.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.
4	Sala coletiva de professores	Sufic.	Sufic.	Pleno	Insuf.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Pleno	Sufic.			Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.
5	Salas de professores	Inexis.	Inexis.			Inexis.	Inexis.	Insuf.	Insuf.			Pleno	Sufic.			Insuf.	Insuf.	Inexis.	Inexis.
6	Espaço para Atendim. reservado	Pleno	Sufic.	Pleno	Insuf.	Sufic.	Insuf.			Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.			Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.
7	Espaço para atividades de monitoria	Excel.	Excel.	Pleno	Insuf.			Pleno	Pleno		Insuf.					Sufic.	Insuf.	Insuf.	Insuf.
8	Secretaria acadêmica	Pleno	Pleno	Pleno	Insuf.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Excel.	Excel.	Sufic.	Insuf.
9	Sala dos assistentes de alunos	Insuf.	Insuf.									Pleno	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Pleno	Pleno	Inexis.	Inexis.
10	Sala da equipe pedagógica	Excel.	Excel.	Pleno	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Pleno	Pleno	Excel.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Insuf.
11	S. de Coord. de Curso, Nível ou Área	Sufic.	Sufic.	Excel.	Insuf.	Sufic.	Insuf.			Pleno	Sufic.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.
12	Lab. de informática, incl. digital/línguas	Sufic.	Sufic.	Pleno	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Insuf.	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Excel.
13	Laboratórios temáticos	Pleno	Pleno	Sufic.	Insuf.			Insuf.	Insuf.	Sufic.	Insuf.	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.
14	Núcleo de Acessib. Educacional	Insuf.	Insuf.	Pleno	Insuf.											Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.
15	Sala da direção-geral	Sufic.	Pleno	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.
16	Salas administrativas	Excel.	Excel.	Pleno	Insuf.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.
17	Sala da direção/chefia administrativa	Sufic.	Sufic.	Excel.	Sufic.			Insuf.	Insuf.	Pleno	Sufic.	Excel.	Insuf.			Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.
18	Sala de reuniões	Excel.	Excel.	Pleno	Insuf.					Pleno	Sufic.					Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.
19	Sala de reuniões com videoconf.	Excel.	Excel.	Pleno	Pleno	Insuf.	Insuf.					Excel.	Pleno	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.
20	Espaço para CPA	Sufic.	Sufic.													Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.
21	Datacenter	Insuf.	Insuf.	Pleno	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Excel.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.
22	Auditório	Excel.	Pleno	Pleno	Insuf.	Insuf.	Insuf.			Sufic.	Sufic.					Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.
23	Miniauditório	Excel.	Excel.					Insuf.	Insuf.							Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.
24	Área de Convivência para alunos	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Insuf.					Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Pleno	Sufic.	Insuf.

25	Espaço para Grêmio/CA	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Excel.	Excel.			Insuf.	Insuf.	Inexis.	Inexis.
26	Sala de convivência para servidores	Inexis.	Inexis.	Pleno	Sufic.			Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Inexis.	Inexis.
27	Cantina tercerizada	Excel.	Excel.	Pleno	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.
28	Refeitório para estudantes	Inexis.	Inexis.					Insuf.	Insuf.			Sufic.	Insuf.			Insuf.	Insuf.	Sufic.	Insuf.
29	Cozinha do refeitório	Inexis.	Inexis.													Inexis.	Inexis.	Insuf.	Insuf.
30	Copa dos servidores	Sufic.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Insuf.			Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Sufic.
31	Ginásio ou quadra cob. com vestiário	Excel.	Excel.	Excel.	Insuf.			Pleno	Sufic.			Sufic.	Insuf.			Insuf.	Insuf.	Sufic.	Insuf.
32	Outros esp. p/ prática de ativ. físicas	Inexis.	Inexis.					Pleno	Sufic.			Insuf.	Insuf.			Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.
33	Espaço coberto multiuso	Pleno	Pleno					Pleno	Sufic.							Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.
34	Recepção geral	Insuf.	Insuf.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.			Sufic.	Sufic.	Excel.	Pleno			Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.
35	Banheiros	Sufic.	Sufic.	Pleno	Insuf.	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.
36	Almoxarifado	Sufic.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.
37	Depósito de mat. e mov. de patrimônio	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Insuf.			Pleno	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.		Insuf.	Insuf.	Insuf.	Inexis.	Inexis.
38	Depósito de materiais esportivos	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.			Pleno	Insuf.							Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.
39	Vagas de estacionamento	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Inexis.	Inexis.
40	Vagas cobertas para veículos oficiais	Insuf.	Insuf.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.					Pleno	Pleno	Inexis.	Inexis.
41	Bicicletário	Excel.	Excel.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Inexis.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.			Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.
42	Instalações para servidores terceiriz.	Pleno	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Pleno	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Inexis.	Inexis.	Insuf.	Insuf.
43	Depósito de materiais de limpeza	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.					Insuf.	Insuf.	Sufic.	Insuf.			Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.
44	Portaria/Guarita com banheiro	Excel.	Excel.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Excel.	Excel.	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.

Quadro 9.14 - Diagnóstico Qualitativo Infraestrutura: Câmpus São José a Xanxerê

	Ambiente/Espaço	SMO		TUB		URP		XXE	
		Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.	Estado	Atendim.
1	Salas de aula > 40 lugares	Sufic.	Sufic.	Excel.	Insuf.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.
2	Salas de aula < 40 lugares	Inexis.	Inexis.	Insuf.	Insuf.	Inexis.	Inexis.		
3	Laboratório de EaD	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Pleno	Insuf.	Insuf.	Insuf.
4	Sala coletiva de professores	Pleno	Pleno	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Insuf.
5	Salas de professores			Insuf.	Insuf.	Inexis.	Inexis.		
6	Espaço para Atendim. reservado	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Inexis.	Inexis.	Insuf.	Insuf.
7	Espaço para atividades de monitoria	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.		
8	Secretaria acadêmica	Sufic.	Sufic.	Excel.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.
9	Sala dos assistentes de alunos	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.		
10	Sala da equipe pedagógica	Pleno	Pleno	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Insuf.
11	S. de Coord. de Curso, Nível ou Área	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.
12	Lab. de informática, incl. digital/línguas	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Pleno	Sufic.	Insuf.	Insuf.
13	Laboratórios temáticos	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.
14	Núcleo de Acessib. Educacional	Sufic.	Sufic.	Excel.	Excel.	Sufic.	Insuf.		
15	Sala da direção-geral	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Pleno	Insuf.	Sufic.	Sufic.
16	Salas administrativas	Pleno	Sufic.	Insuf.	Insuf.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Insuf.
17	Sala da direção/chefia administrativa	Insuf.	Insuf.	Excel.	Excel.	Inexis.	Inexis.		
18	Sala de reuniões	Pleno	Pleno	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.		
19	Sala de reuniões com videoconf.	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.		
20	Espaço para CPA	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.		
21	Datacenter	Excel.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.
22	Auditório	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.		
23	Miniauditório	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.
24	Área de Convivência para alunos	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.		
25	Espaço para Grêmio/CA	Sufic.	Insuf.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Sufic.	Insuf.
26	Sala de convivência para servidores	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.		
27	Cantina tercerizada	Pleno	Pleno	Inexis.	Inexis.	Pleno	Inexis.	Insuf.	Insuf.
28	Refeitório para estudantes			Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.		
29	Cozinha do refeitório			Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Insuf.	Insuf.
30	Copa dos servidores			Insuf.	Insuf.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Insuf.
31	Ginásio ou quadra cob. com vestiário	Sufic.	Sufic.	Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.		
32	Outros esp. p/ prática de ativ. físicas			Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.		
33	Espaço coberto multiuso			Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.		
34	Recepção geral			Inexis.	Inexis.	Pleno	Inexis.		
35	Banheiros	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Excel.	Pleno	Pleno	Pleno
36	Almoxarifado	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Pleno	Sufic.	Insuf.
37	Depósito de mat. e mov. de patrimônio	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.	Insuf.

38	Depósito de materiais esportivos			Inexis.	Inexis.	Inexis.	Inexis.		
39	Vagas de estacionamento	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Pleno	Sufic.
40	Vagas cobertas para veículos oficiais	Sufic.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.		
41	Bicicletário	Insuf.	Insuf.	Sufic.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Insuf.
42	Instalações para servidores terceiriz.			Sufic.	Sufic.	Pleno	Sufic.	Sufic.	Insuf.
43	Depósito de materiais de limpeza	Pleno	Pleno	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Insuf.
44	Portaria/Guarita com banheiro	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Sufic.	Excel.	Pleno	Insuf.	Inexis.

Quadro 9.15 - Diagnóstico Quantitativo e Qualitativo Infraestrutura da Reitoria

	Ambiente/Espaço	Descrição do ambiente			Avaliação do Ambiente	
		Unidades	Área	Capacidade	Estado	Atendim.
1	Salas administrativas	47	1.195,70	235	Insuf.	Insuf.
2	Vagas de estacionamento para uso geral	103	1334,1		Excel.	Excel.
3	Vagas cobertas para veículos oficiais	4	48		Pleno	Pleno
4	Bicicletário	1	33,6		Excel.	Excel.
5	Recepção geral	1	7,6	1	Pleno	Pleno
6	Protocolo geral	1	26,8	4	Pleno	Pleno
7	Auditório	1	141,2	121	Insuf.	Sufic.
8	Sala de controle de som/iluminação - Auditório	1	9	1	Sufic.	Insuf.
9	Hall do auditório	1	20,6		Pleno	Insuf.
10	Sala de Conselhos com videoconferência	1	85,7	54	Excel.	Excel.
11	Sala de Reuniões com videoconferência	1	44,2	11	Pleno	Excel.
12	Almoxarifado	1	15,1		Insuf.	Insuf.
13	Sala de Manutenção	1	7,3		Sufic.	Sufic.
14	Copa dos servidores	2	29,9	18	Sufic.	Sufic.
15	Sala de baterias do datacenter	1	8,1		Sufic.	Sufic.
16	Datacenter	1	21,6		Insuf.	Insuf.
17	Banheiros	3	145	65	Pleno	Sufic.
18	Depósitos	8	211,8		Insuf.	Insuf.
19	Arquivos Setoriais	15	416,4		Sufic.	Sufic.
20	Instalações para funcionários terceirizados	3	35,7	17	Pleno	Pleno
21	Ambientes SIASS	8	82,3	11	Sufic.	Sufic.

Quadro 9.16 - Laboratórios Câmpus Araranguá

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJAFIC - Eletrotécnica	PROEJAFIC - Vestuário	TEC - Eletromecânica	TEC - Eletrotécnica	TEC - Produção de moda	TEC - Têxtil	TEC - Vestuário	LIC - Física	CST - Design de moda	CST - Produção têxtil
Existente	Fotografia	20					x				x	
	Estamparia			x				x	x		x	x
	Beneficiamento	15		x				x	x		x	x
	Mecânica de Costura	20		x				x	x			x
	Costura I	20		x			x	x	x		x	x
	Malharia	20		x				x	x		x	x
	Fios e Fibras	8		x				x	x		x	x
	Eletrotécnica	16			x							
	Hidráulica e Pneumática	16			x							
	Usinagem Cnc	16			x							
	Materiais	8			x							
	Eletrônica	16			x							
	Metrologia	16			x							
	Instalações Elétricas	16			x							
	Automação	16			x							
	Biologia	18		x					x			x
	Química	18		x					x			x
	Soldagem	16			x							
	Física I	32		x	x			x	x	x		
	Física II	24		x	x			x	x	x		
	Informática I	25	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	CAD	32	x	x	x		x	x	x		x	x

	Experimentação Em Ensino De Física	30		x	x				x	x		
	Desenho	36		x	x		x		x		x	
	Computação Gráfica	25	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática II	25	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Modelagem I	20		x				x	x		x	x
	Tecnologias Assistivas e Produção De Mídias	6	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Modelagem II	20		x					x		x	
	Costura II	20		x					x		x	
	Usinagem I	16			x							

Quadro 9.17 - Laboratórios Câmpus Caçador.

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Informática	PROEJA FIC - Plásticos	TEC - Administração	TEC - Desenvolvimento de sistemas	TEC - Eletromecânica	TEC - Informática	TEC - Logística	TEC - Plásticos	LIC - Ciências da natureza	CST - Processos gerenciais	BAC - Engenharia de produção	BAC - Sistemas de informação
Existente	Informática 1	25	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 2	35	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Caracterização	18		x			x			x			x	
	Soldagem e Usinagem	20					x						x	
	CNC	20					x							

	Processamento	20		x			x			x			x	
	Informática 3	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 4	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Física	20	x	x	x		x	x		x	x		x	
	Elétrica	15					x						x	
	Automação	20					x						x	
	Química	25	x	x	x		x	x		x	x		x	
	Arquitetura de Computadores	25	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 5	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 6	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 7	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Quadro 9.18 - Laboratórios Câmpus Canoinhas

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Alimentos	PROEJA FIC - Infraestrutura	TEC – Agroecologia	TEC – Alimentos	TEC – Edificações	TEC – Informática	TEC - Manutenção E Suporte em informática	CST – Alimentos	CST - Análise e desenvolvimento de sistemas	BAC – Agronomia	BAC – Engenharia Civil
Existente	Informática 11	30	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x
	Informática 12	20			x	x	x		x	x	x	x	
	Informática 13	30			x	x	x		x		x		
	Informática 14	30			x	x	x		x	x	x	x	x
	Informática 15	20	x	x			x		x		x		x
	Redes	24							x		x		
	Hardware	20							x				
	Processamento de Panificação e Laticínios	20	x		x	x				x			

	Processamento de Carnes e Vegetais	20	x		x	x				x		x	
	Análise Físico Química	20	x		x	x	x			x		x	
	Ciências Da Natureza	20	x		x	x				x			
	Análise De Alimentos	20	x			x				x			
	Microbiologia	20	x			x				x		x	
	Análise Sensorial	20	x			x				x		x	
	Fitossanidade	20	x			x				x		x	
	Produção Vegetal	20			x					x		x	
	Instalações Elétricas	20		x			x						
	Práticas Construtivas	20		x			x						x
	Instalações Hidrossanitárias	20		x			x						x
	Materiais	20		x			x						x
	Desenho	20		x			x						x
	Artes	32	x	x	x	x	x						x
	Sala Multimeios	20											
	Solos – Construção Civil	20		x			x					x	x
Previsto	Solos	20	x		x							x	
	Botânica	20	x		x							x	

Quadro 9.19 - Laboratórios Câmpus Chapecó

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Eletroeletrônica	TEC - Eletromecânica	TEC - Informática	TEC - Mecânica	TEC - Segurança do Trabalho	TEC - Sistemas de Energia renovável	BAC - Engenharia de controle e automação
Existente	Ciências	25		x	x	x	x	x	x
	Instalações elétricas	20	x	x		x		x	x
	Máquinas elétricas	15	x	x				x	x
	Acionamentos elétricos	18	x	x		x		x	x
	Eletrônica analógica	18	x	x				x	x
	Eletrônica digital e de Potência	18	x	x				x	x
	Materiais de construção Mecânica	20		x		x			x
	Usinagem	24		x		x			x
	Comando numérico Computadorizado	20		x		x			x
	Metrologia Dimensional	20		x		x			x
	Máquinas térmicas	15		x		x			
	Soldagem	23		x		x			x
	Ajustagem mecânica	24		x		x			x
	Ajustagem e conformação	22		x		x			x

	Sistemas Hidráulicos e Pneumáticos	20	x	x		x			x
	Projeto integrador	30							x
	Automação e redes Industriais	20							x
	Instrumentação e controle Industrial	20							x
	Robótica	20							x
	Informática 1	25	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 2	20	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 3	40	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 4	36	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 5	36	x	x	x	x	x	x	x
	Áudio Visual	15			x			x	
	Energia Renovável (início em 2025)	25						x	
Previsto	Segurança do trabalho	25	x	x	x		x	x	x
	Bicombustíveis	20							x

Quadro 9.20 - Laboratórios Câmpus Criciúma

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Edificações	TEC - Eletromecânica	TEC - Eletrotécnica	TEC - Mecatrônica	TEC - Meio ambiente	TEC - Química	TEC - Segurança do trabalho	LIC - Química	BAC - Engenharia civil	BAC - Engenharia mecatrônica	MES - Processos industriais

Existente	Comandos e Acionamentos	20		x	x	x						x	x
	Informática Industrial	20		x	x	x						x	x
	Automação da Manufatura	20		x	x	x						x	x
	Sistemas Digitais e Sistemas Embarcados	18		x	x	x						x	x
	Eletrônica e Medida	20		x	x	x						x	x
	Hidráulica e Pneumática	20		x	x	x						x	x
	Física	25	x	x		x		x	x	x	x	x	
	Biologia e Bioquímica	25	x	x		x	x	x	x	x			x
	Química Orgânica e Físico-Química	25	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
	Química Inorgânica e Analítica	25	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
	Mecânica	20		x	x	x						x	x
	Instalações Elétricas	20	x	x	x	x					x	x	x
	Sistemas Estruturais e Instalações Hidrossanitárias	20	x					x			x		x
	Soldagem	12		x		x						x	
	Processos Químicos	20					x	x		x	x	x	x

	Canteiro de Obras	25	x								x		
	Solos e Materiais da Construção Civil	25	x					x		x	x		x
	Sistemas Construtivos	25	x								x		
	Informática I	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática II	25	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática III	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Desenho I	20	x	x		x					x	x	
	Desenho II	20	x	x		x					x	x	
	Topografia e Segurança do Trabalho	20	x						x		x		
	Projetos	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Maquetes	40	x						x		x		
	Matemática	20	x	x		x		x	x	x	x	x	
	Linguagens	15	x	x		x		x	x	x			
	Ateliê de artes	25	x			x		x		x			
	Didático-pedagógico	40								x			
	Sistemas Elétricos de Potência	40		x	x								

Quadro 9.21 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Construção Civil

NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Agrimensura	TEC - Edificações	TEC - Meio ambiente	TEC - Saneamento	BAC - Engenharia civil

Solos e tecnologia dos materiais	20	x	x	x	x	x
Técnicas construtivas (canteiro de obras)	20	x	x	x	x	x
Automação (instalação elétrica)	20	x	x	x	x	x
Instalação hidrossanitária	15	x	x	x	x	x
Automação topográfica	10	x	x	x	x	x
Informática		x	x	x	x	x
Lab. Técnicas Construtivas		x	x	x	x	x
Lab. Instalações Elétricas		x	x	x	x	x
Lab. Topografia (H104) La.de GNSS (H105)		x	x	x	x	x
Lab.Mat.Construção Civil-Micro		x	x	x	x	x
Lab. Análise Físico-Química		x	x	x	x	x
Lab. Análise Bacteriológica		x	x	x	x	x
Lab. Saneamento		x	x	x	x	x
Lab. Resíduos Sólidos		x	x	x	x	x
Lab. Ecotoxicologia		x	x	x	x	x
Lab. Educação Ambiental		x	x	x	x	x
Lab. Instalações		x	x	x	x	x
Geoprocessamento	15	x	x	x	x	x

Quadro 9.22 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Eletrônica

NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Eletrônica	CST - Eletrônica industrial	BAC - Engenharia eletrônica
Processamento Eletrônico de Energia	15	x	x	x
Lógica Discreta	20	x	x	x
Lógica Discreta	20	x	x	x
Eletrônica Digital	20	x	x	x
Eletrônica de Potência	20	x	x	x
Microprocessadores	20	x	x	x
Sistemas Informatizados	20	x	x	x
Sistemas Computacionais	20	x	x	x
Pesquisa e Desenvolvimento em Eletrônica	12	x	x	x
Pesquisa Avançada em Eletrônica	12	x	x	x
Compatibilidade Eletromagnética	10	x	x	x
Eletrônica Digital	20	x	x	x
Processamento de Sinais Digitais	20	x	x	x
Lógica Discreta	20	x	x	x
Protótipos	40	x	x	x
ZÊNITE				
USI				

Quadro 9.23 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Eletrotécnica

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Eletrotécnica	CST - Sistemas de energia	BAC - Engenharia elétrica	MES - Engenharia elétrica
Existente	Sistemas de potência	36	x	x	x	x
	Circuitos Elétricos	36	x	x	x	x
	Eletromagnetismo	36	x	x	x	x
	Recursos multimídias	40	x	x	x	x
	Instalações elétricas	18	x	x	x	x
	Comandos industriais	18	x	x	x	x
	Máquinas elétricas	18	x	x	x	x
	Manutenção eletromecânica	18	x	x	x	x
	Medidas elétricas	18	x	x	x	x

Quadro 9.24 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Edificações	TEC - Eletrônica	TEC - Eletrotécnica	TEC - Meio ambiente	TEC - Meteorologia	TEC - Química	TEC - Saneamento	CST - Design de produto	CST - Eletrônica industrial	CST - Gestão da tecnologia da informação	CST - Radiologia	CST - Sistemas de energia	BAC - Design	BAC - Engenharia civil	BAC - Engenharia elétrica	BAC - Engenharia eletrônica	BAC - Engenharia mecatrônica	MES - Clima e ambiente
Existente	Música	16	x	x	x			x	x											
	Teatro	10	x	x	x			x	x											
	Artes Visuais	14	x	x	x			x	x											
	Biologia	16	x	x	x			x	x				x							
	Imagem e Oralidade 1	24	x	x	x			x	x											
	Imagem e Oralidade 2	24	x	x	x			x	x											
	Labtexto	24	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Química Analítica	18	x	x	x			x	x							x	x	x	x	
	Química Orgânica	24	x	x	x			x	x											
	Processos Químicos e Biológicos	15						x	x											
	Química Geral	12	x	x	x			x	x							x	x	x	x	
	Matemática 1	20	x	x	x			x	x		x		x	x		x	x	x	x	x
	Matemática 2	30	x	x	x			x	x		x		x	x		x	x	x	x	x
	Física 1	40	x	x	x			x	x											
	Física 2	24														x	x	x	x	

	Línguas Estrangeiras 1	32	x	x	x		x	x	x		x	x	x							
	Línguas Estrangeiras 2	32	x	x	x		x	x	x		x	x	x							
	Línguas Estrangeiras 3	32	x	x	x		x	x	x		x	x	x							
	Estudos da Visualidade	30	x	x	x			x	x											
	Informática	30	x	x	x			x	x											

Quadro 9.25 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Metal-Mecânica

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Manutenção automotiva	TEC - Mecânica	CST - Design de produto	BAC - Design	BAC - Engenharia mecatrônica	MES - Clima e ambiente
Existente	Máquinas Operatrizes	60	x	x	x	x	x	
	Automação da Manufatura	20	x	x	x	x	x	
	Automação da Manufatura	20	x	x	x	x	x	
	Materiais	20	x	x	x	x	x	x
	Manutenção Mecânica	20	x	x	x	x	x	
	Motores	18	x				x	
	Manutenção Autoveicular	18	x					
	Sistemas automotivos	18	x				x	
	Metrologia	15	x	x	x	x	x	
	Metrologia	15	x	x	x	x	x	
	Soldagem	15	x	x	x	x	x	
	Soldagem	15	x	x	x	x	x	
	Controle e sistemas embarcados	18					x	

	Informática industrial	18					x	
	Acionamentos	18					x	
	P&D	20					x	
	Eletrônica Geral	18					x	
	Simulação e computação	18	x	x	x	x	x	
	Projetos integradores	20					x	
	Modelagem	18			x	x		
	Modelagem	18			x	x		
	Fotografia	18			x	x		
	Computação Gráfica	18	x	x	x	x	x	
	Desenvolvimento de produto	18			x	x		
	Projetos	15	x	x	x	x	x	
	Hidráulica e pneumática	20	x	x	x	x	x	

Quadro 9.26 - Laboratórios Câmpus Florianópolis – Departamento de Saúde e Serviços

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Desenvolvimento de sistemas	TEC - Enfermagem	TEC - Meteorologia	TEC - Segurança do trabalho	CST - Gestão da tecnologia da informação	CST - Radiologia	MES - Clima e ambiente	MES - Proteção radiológica
Existente	Bacteriologia	15							x	
	Ecotoxicologia	15							x	
	Educação ambiental	20							x	
	Modelos e Simulações	30		x						
	Semiotécnica	30		x						
	Alta Complexidade	20		x						
	Odontologia e Proteção Radiológica	5						x		x

	Anatomia	40						x		x
	Imagenologia	20						x		x
	Densitometria Óssea	20						x		x
	Mamografia	20						x		x
	Radiologia	40						x		x
	Instrumentação Meteorológica	20			x				x	
	Aplicativos Meteorológicos	25			x				x	
	Primeiros Socorros	30		x		x			x	
	Desenho DASS	30				x			x	
	Estação Meteorológica	20			x				x	
	Informática DASS 1	30	x				x			
	Informática DASS 2	30	x				x			
	Informática DASS 3	30	x				x			
	Informática DASS 4	30	x				x			
	Informática DASS 5	30	x				x			
	Informática DASS 6	30	x			x	x			
	Informática DASS 7	30	x	x	x	x	x	x	x	x

Quadro 9.27 - Laboratórios Câmpus Florianópolis-Continente

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Panificação	PROEJA FIC - Turismo, hospitalidade e lazer	TEC - Confeitaria	TEC - Cozinha	TEC - Eventos	TEC - Guia de turismo	TEC - Informática para Internet	TEC - Nutrição e dietética	TEC - Restaurante e bar	TEC - Panificação	CST - Gastronomia	CST - Gestão de turismo	CST - Hotelaria
Existente	Informática 1	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 2	18	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Produção	40			x	x					x	x	x		x
	Habilidades básicas	40				x				x			x		
	Panificação	20			x							x	x		
	Confeitaria	20			x							x	x		
	Restaurante e Cambuza 1	40	x		x	x	x			x		x	x		x
	Bebidas e Análise sensorial	40			x					x		x	x		
	Informática 3	21	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Restaurante e Cambuza 2	40	x		x	x	x			x		x	x		x
	Cozinha Regional	40				x				x			x		
	Microbiologia básico	20	x		x					x		x	x		

	Antropometria e Anatomia básica	5								x					
	Tecnologia de alimentos básico	20	x		x					x		x	x		
	INOVALAB (Lab. de EaD)	5	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Previsto	Governança/Eventos	20					x								x

Quadro 9.28 - Laboratórios Câmpus Garopaba

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA TEC - Serviços de Restaurante e Bar	TEC - Administração/Meio Ambiente	TEC - Biotecnologia	PROEJA - TEC - Gastronomia	TEC - Guia de turismo	TEC - Informática	TEC - Desenvolvimento de Sistemas	TEC - Lazer	TEC - Geoprocessamento	CST - Sistemas para Internet	CST - Gestão ambiental	Licenciatura em Geografia	Licenciatura em Informática	MES - Clima e ambiente
Existente	Informática 102	22	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	Informática 104	20						x	x		x	x			x	
	Informática 106	32						x	x			x			x	
	Informática 107	28						x	x			x			x	
	Manutenção e Hardware	20						x	x			x			x	
	Química e Bioquímica	25	x	x	x	x		x	x	x			x			
	Citologia e Histologia	25		x	x								x			
	Microbiologia	25	x	x	x	x							x			
	Biociências	25	x	x	x	x		x		x			x	x		
	Tecnologias Ambientais (LATA)	25		x	x								x	x		x
	Meio Ambiente e Geomática	25		x	x		x	x		x	x		x	x		
	Produção de Alimentos	25	x		x	x										
	Restaurante e Bar	25	x			x										
	Recepção e Hospedagem	30								x				x		
Previsto	Sala de esterilização	25			x	x										
	Informática 105	30						x				x			x	

Quadro 9.29 - Laboratórios Câmpus Gaspar

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Administração	TEC - Administração	TEC - Informática	TEC - Modelagem do vestuário	TEC - Produção de moda	TEC - Química	TEC - Vendas	CST - Análise e desenvolvimento De sistemas	CST - Design de moda	CST - Gestão pública	CST - Processos gerenciais	MES - Ensino
Existente	Informática 1	40												
	Informática 2	40	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	
	Informática 3	40	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	
	Informática 4	40	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	
	Informática 5	40	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	
	Informática 6	40	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	
	Informática 7	40	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	
	Práticas artísticas	40			x	x	x	x			x			
	Modelagem 1	20				x	x				x			
	Modelagem 2	20				x	x				x			
	Gestão e Negócios	40	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	
	Corte	30			x	x	x				x			
	Máquinas de costura	24			x	x	x				x			
	Microbiologia	40			x			x						
	Ambiental	40			x			x						
	Química Orgânica	20			x			x						
	Química Inorgânica	20			x			x						
	Fisico-Química	20			x			x						
	Química Geral	20			x			x						
	Física	40			x			x						

Quadro 9.30 - Laboratórios Câmpus Itajaí

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Eletrotécnica	PROEJA FIC - Mecânica	PROEJA FIC - Recursos Naturais	TEC - Aquicultura	TEC - Eletroeletrônica	TEC - Mecânica	TEC - Recursos pesqueiros	BAC - Engenharia elétrica	MES - Clima e ambiente
Existente	Ciências Térmicas	30		x				x			
	Materiais e Ensaios	30		x				x			
	Química	20		x	x	x		x	x		x
	Laqua MPA/IFSC	10			x	x			x		x
	Física	40		x				x			
	Zoologia	30			x	x			x		
	Agregação de Valor ao Pescado	40			x	x			x		
	Psicicultura	20			x	x			x		
	Cultivo de Moluscos	10			x	x			x		
	Microbiologia e Qualidade da Água	10			x	x			x		
	Cultivo de Crustáceos	10			x	x			x		
	Microprocessadores	24	x		x	x	x		x	x	
	Comunicações	13	x				x			x	
	Sistemas de Potência	11	x				x			x	
	Eletrônica de Potência		x				x			x	
	Informática I	30	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática II	50	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Eletroeletrônica	24	x				x			x	
	Instalações Elétricas	24	x				x			x	
	Projetos Elétricos	12	x				x			x	

	Circuitos Elétricos	24	x				x			x	
	Máquinas Elétricas	24	x				x			x	

Quadro 9.31 - Laboratórios Câmpus Jaraguá do Sul-Centro

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Administração	TEC - Agronegócio	TEC - Modelagem Do vestuário	TEC - Química	TEC - Têxtil	TEC - Vestuário	PROEJA TEC-Vestuário	LIC - Física	CST - Design de moda
Existente	Controle de Fios e Malhas	35					x				
	Modelagem e Apoio ao Controle de fios e Malhas	35			x		x	x	x		x
	Beneficiamento	35					x				x
	Costura	35			x			x	x		x
	Eletrônica	35								x	
	Malharia Circular	35					x				
	Malharia Retilínea	20					x				
	Manutenção de Máquinas de Costura	35						x	x		
	Modelagem	35			x			x	x		x
	Produção de Material Didático	35								x	
	Têxtil	35					x				x
	Física 1	35			x	x				x	
	Física 2	35							x		
	Informática 1	30			x	x	x	x	x	x	x
	Informática 2	35			x	x	x	x	x	x	x
	Informática 3	25			x	x	x	x	x	x	x
	Química 1	35			x	x			x		
	Química 2	35			x	x					
	Biologia e Análises Espectrométricas	35			x	x			x	x	
	Materioteca de Moda	15									x

	Produção de Moda	15									x
Previsto	Informática 4	35			x	x	x	x	x	x	x
	Modelagem	40			x			x	x		x
	Costura	40			x			x	x		x

Quadro 9.32 - Laboratórios Câmpus Jaraguá do Sul-Rau

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Eletrotécnica	PROEJA FIC - Mecânica	TEC - Desenvolvimento De sistemas	TEC - Eletrotécnica	TEC - Mecânica	CST - Fabricação mecânica	BAC - Engenharia elétrica	BAC - Engenharia mecânica
Existente	Informática	25	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática	24	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática	34	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática	34	x	x	x	x	x	x	x	x
	Automação	25	x			x	x	x	x	x
	Eletrotécnica		x			x			x	
	Acionamentos	25	x			x	x		x	
	Máquinas Elétricas		x			x			x	
	Metrologia	20		x			x	x		x
	Instalações Elétricas Residenciais		x			x			x	
	Hidráulica e Pneumática	20	x	x		x	x	x	x	x
	Máquinas Operatrizes	20		x			x	x		x
	Eletroerosão	10		x			x	x		x
	CNC	10		x			x	x		x
	Manutenção e Conformação	20		x			x	x		x
	Soldagem	20		x			x	x		x
	Eletrônica I		x			x			x	
	Eletrônica II		x			x			x	

	Ensaios dos Materiais	10		x			x	x		x
Previsto	Redes de Computadores	20			x					
	Informática	40			x	x	x	x	x	x

Quadro 9.33 - Laboratórios Câmpus Joinville

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Administração	TEC - Eletroeletrônica	TEC - Enfermagem	TEC - Informática	TEC - Mecânica	TEC - Teatro	LIC - Matemática	CST - Gestão hospitalar	BAC - Enfermagem	BAC - Engenharia elétrica	BAC - Engenharia mecânica
Existente	Enfermagem	25			x						x		
	Materiais	20					x						x
	Soldagem	25					x						x
	Máquinas Elétricas	30		x								x	
	Eletrônica Analógica	30		x								x	
	Eletrônica Digital	30		x								x	
	Instalações Elétricas	30		x								x	
	Automação	25		x								x	
	Robótica	30		x			x					x	x
	Metrologia	20					x						x
	Fabricação Mecânica	35					x						x
	Termofluídos	35					x						x
	Informática 1	25	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 2	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 3	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Prototipagem	15		x								x	
	Informática 4	30	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Quadro 9.34 - Laboratórios Câmpus Lages

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Ambiente E Saúde	TEC - Administração	TEC - Agroecologia	TEC - Análises químicas	TEC - Biotecnologia	TEC - Desenvolvimento De sistemas	TEC - Eletromecânica	TEC - Eletrotécnica	TEC - Informática para internet	TEC - Mecatrônica	LIC - Matemática	CST - Gestão agronegócio	CST - Processos químicos	BAC - Ciência da computação	BAC - Engenharia mecânica	BAC - Engenharia química	MES - Sistemas agroindustriais
Existente	Informática 1	29	x					x	x		x		x		x				
	Informática 2	29		x						x						x	x		
	Informática 3	29			x			x			x	x				x		x	
	Informática 4	36				x		x			x		x			x			x
	Informática 5	36		x			x	x			x			x		x			
	Informática 6	150	x	x			x	x		x	x			x		x			
	Área Experimental Agrícola	40	x		x									x					x
	Estufa agrícola	40	x		x									x					x
	Ajustagem	20							x	x		x			x		x	x	x
	Química Analítica	40	x		x	x	x							x	x			x	x
	Automação	20							x	x		x				x	x		x
	Orgânica e Bioquímica	40				x	x							x	x	x		x	x
	Química Geral e Inorgânica	40				x	x								x		x	x	x
	Desenho Técnico	20			x	x			x	x		x			x		x	x	
	Eletrônica Geral	20						x	x	x	x	x							x
	Eletrotécnica	20							x	x		x			x		x	x	x
	Fresagem e Torneamento CNC	20							x			x					x		x

	Hidráulica e Pneumática	20							x			x					x		x
	Processos Químicos	40	x		x	x	x							x	x			x	x
	Manuntenção Mecânica	20							x			x					x		
	Mecanização Agrícola	40	x		x									x					x
	Microbiologia	40				x	x								x			x	x
	Biologia e Microscopia	40	x		x	x	x								x			x	x
	Tecnologia de Alimentos	40	x		x	x	x							x	x			x	x
	Máquinas Térmicas	20							x			x					x		x
	Torneamento	20							x	x		x					x	x	x
	Metrologia e Materiais	20							x	x		x					x	x	x
	Soldagem	20							x			x					x		x
	Retífica e Torno	20							x			x					x		x
	Agroflorestal	40	x		x									x					x

Quadro 9.35 - Laboratórios Câmpus Palhoça Bilíngue

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	TEC - Comunicação visual	TEC - Informática para internet	TEC - Manutenção e suporte Em informática	TEC - Tradução e interpretação De libras	LIC - Pedagogia bilíngue	CST - Produção multimídia
Existente	Informática 1	31	x					x
	Informática 2	31		x				x

	Informática 3	30					x	
	Informática 4	41	x	x		x		x
	Informática 5	31	x					x
	Informática 6							
	Informática 7							
	Informática 8	31	x			x		x
	Manutenção e Suporte de Informática	31			x			
	Áudio e Vídeo	30	x			x	x	x
	Desenho e Animação	40	x					x
	Palco das Artes	40	x			x	x	x
	Biologia e Química	40	x		x	x	x	
	Física e Matemática	40	x		x	x	x	
Previsto	Línguas	40	x		x	x	x	x
	Pedagogia Bilíngue	40					x	
	Tradução e Interpretação	40	x			x		x
	Informática 7	20	x	x				

Quadro 9.36 - Laboratórios Câmpus São Carlos

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Administração	PROEJA FIC - Agropecuária	PROEJA FIC - Edificações	PROEJA FIC - Informática	PROEJA FIC - Vestuário	TEC - Agronegócio	TEC - Agropecuária	TEC - Edificações	BAC - Engenharia civil
Existente	Costura	20					x				
	Modelagem	20					x				
	Informática 01	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 02	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 03	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 04	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x

	Artes	20	x	x	x	x	x		x	x	
	Instalações Hidráulicas	20		x	x				x	x	x
	Instalações Elétricas	20		x	x				x	x	x
	Materias de Construção	20								x	x
	Canteiro de Obras	20								x	x
	Biologia	20	x	x	x	x	x		x	x	
	Química e Física	20	x	x	x	x	x		x	x	x
	Processamento de Alimentos	30		x				x	x		
	Agropecuária	20		x				x	x		
Previsto	Fazenda Experimental	40		x				x	x		

Quadro 9.37 - Laboratórios Câmpus São José

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Informática	TEC - Refrigeração e climatização	TEC - Telecomunicações	TEC - Ciências da Natureza	LIC - Química	CST - Análise e Desenvolvimento de Sistemas	BAC - Engenharia de Telecomunicações	ESP - Educação Ambiental
Existente	Programação	24			x			x	x	
	Sistemas Digitais	24	x					x	x	
	Comunicações Sem Fio	24			x			x	x	
	Meios de Transmissão	24	x		x			x	x	
	Redes de Computadores	24			x			x	x	
	Eletricidade e Eletrônica	24			x				x	
	Iniciação Científica	24				x	x	x	x	x
	Química	18				x	x		x	
	Biologia	36		x	x	x	x			
	Física	36		x		x				
	Comunicação e Expressão	28		x	x		x			
	Ciências Humanas	24					x			
	CAD 1	20		x					x	
	CAD 2	16	x	x					x	
	CAD 3	20		x					x	
	Solda e Sistemas Herméticos	18		x						
	Eletricidade	18		x						
	Ar Condicionado II	18		x						
	Ciências Térmicas	18		x						
	Eficiência Energética	18		x						
	Refrigeração	18		x						
	Tecnologias de Conversão de Energia	18		x						

	Solar									
	Informática	36			x			x	x	
	Alunos	36	x	x	x	x	x	x	x	x

Quadro 9.38 - Laboratórios Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Gestão E negócios	PROEJA FIC - Informação E comunicação	PROEJA FIC - Recursos naturais	TEC - Administração	TEC - Agroecologia	TEC - Agronegócio	TEC - Comércio exterior	TEC - Eletrotécnica	TEC - Informática para internet	TEC - Logística	TEC - Qualidade	TEC - Vendas	CST - Processos gerenciais	BAC - Sistemas de informação
Existente	Informática I	30	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x		x
	Informática II	40								x	x				x	x
Previsto	Informática III	40									x					x
	Biologia e Quimica	40							x		x				x	
	Eletrotécnica I	40								x						
	Eletrotécnica II	40								x						

Quadro 9.39 - Laboratórios Câmpus São Miguel do Oeste

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Agricultura	PROEJA FIC - Alimentos	PROEJA FIC - Eletrotécnica	TEC - Administração	TEC - Agropecuária	TEC - Alimentos	TEC - Eletromecânica	LIC - Ciências biológicas	CST - Alimentos	CST - Processos gerenciais	BAC - Agronomia	MES - Agroindústria
Existente	Informática 01	26	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 02	36	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática 03	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Física	40					x	x	x	x	x			
	Análise sensorial	25						x			x			

	Análise instrumental	25					x	x			x		x	x
	Sementes e Biotecnologia Vegetal	25	x				x			x	x		x	x
	Microscopia	25	x				x	x	x	x	x		x	x
	Fisiologia Vegetal e Fitossanidade	25	x	x			x			x			x	x
	Microbiologia	25		x				x		x	x		x	x
	Bromatologia	25					x	x	x		x		x	x
	Química e Fertilidade do Solo	25	x				x	x	x	x	x		x	x
	Processamento de Vegetais e Panificação	25	x	x			x	x			x		x	x
	Processamento de Carnes e Derivados	25	x	x			x	x			x		x	x
	Processamento de Leite e Derivados	25	x	x			x	x			x		x	x
	Eletricidade	32			x				x					
	Usinagem	20							x					
	Manutenção Automotiva	40							x					
	Automação	20			x				x					
	Metrologia e Desenho	40					x		x				x	
	Materiais	40							x					
	Olericultura e Plantas ornamentais	40	x				x						x	x
	Agrostologia	40	x				x						x	x

	Fritucultura	40	x				x						x	x
	Plantas medicinais e condimentares	40	x				x						x	x
	Plantas de lavoura	40	x				x						x	x
	Silvicultura	40	x				x						x	x
Previsto	Produção vegetal	30	x				x	x		x	x		x	x
	Solos	30					x						x	x
	Mecanização agrícola	40					x		x				x	x
	Hidráulica	30					x		x				x	x

Quadro 9.40 - Laboratórios Câmpus Tubarão

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Informática	PROEJA FIC - Controle E processos industriais	TEC - Administração	TEC - Automação industrial	TEC - Desenvolvimento de sistemas	TEC - Eletrotécnica	TEC - Informática	TEC - Informática para internet	TEC - Logística	TEC - Manutenção e suporte Em informática	TEC - Qualidade	TEC - Recursos humanos	TEC - Vendas	LIC - Matemática	LIC - Pedagogia	CST - Análise e desenvolvimento De sistemas	BAC - Engenharia de controle E automação	BAC - Engenharia de produção
Existente	Informática I	40	x	x	x		x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática II	18			x		x		x	x	x	x	x	x	x			x	x	x
	Informática III	40			x		x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática IV	40			x		x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Existente	Acionamentos e Máquinas Elétricas	40				x		x												
	Eletrônica	40				x		x												
	Automação e Indústria 4.0	40				x		x												
	Controle, Robótica e SHP	36				x		x												
	Instalações Elétricas	20				x		x												

Quadro 9.41 - Laboratórios Câmpus Urupema

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJAFIC - Produtor de sucos	PROEJAFIC - Produtor de bebidas não alcóolicas	PROEJA FIC - Auxiliar de Cozinha	PROEJAFIC - Agente de turismo e hospedagem	PROEJAFIC - Condutor Ambiental	PROEJAFIC - Agente de alimentação escolar	TEC - Administração	TEC - Agropecuária	TEC - Gastronomia	TEC - Guia de turismo	CST - Viticultura e enologia	CST - Complementação Pedagógica	BAC - Engenharia de alimentos	ESP - Técnologia de bebidas alcoólicas	ESP - Fruticultura de clima temperado	ESP - EJA Educ. Profissional e Tecnológica	MES - Viticultura e enologia
Existentes	Ensino Geral	25	x	x	x	x	x	x		x	x		x		x	x	x		x
	Microvinificação	25	x	x									x			x			x
	Processamento de Leites e Derivados	25									x				x				
	Processamento de Carnes e Derivados	25									x				x				
	Processamento de Frutas e Hortaliças	25	x	x							x				x	x			x
	Microbiologia e Biologia Molecular	25					x			x			x		x	x			x
	Análise de Alimentos	25					x						x		x	x			x
	Gastronomia e Panificação	25			x			x			x		x		x				
	Análise Sensorial de Alim. e Bebidas	25											x		x	x			x
	Informática	24	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Estufas e Área experimental	25								x			x				x		x
Previstos	Laboratorio agrícola	25								x			x				x		x
	Análise sensorial de alim. e bebidas (ampliação e adequação norma ISO)	25	x	x	x			x			x		x		x	x			x

Quadro 9.42 - Laboratórios Câmpus Xanxerê

SITUAÇÃO	NOME DO LABORATÓRIO	CAPACIDADE (alunos)	PROEJA FIC - Alimentos	PROEJA FIC - Informática	TEC - Administração	TEC - Alimentos	TEC - Informática	TEC - Mecânica	LIC - Matemática	CST - Alimentos	BAC - Engenharia mecânica	BAC - Sistemas de informação
Existente	Processamento de Frutas, Hortaliças e Cereais	20	x			x				x		
	Microbiologia e Análise de Alimentos	20	x			x				x		
	Tecnologia de carnes, leites e derivados	20	x			x				x		
	Informática I	31	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Informática II											
	Informática III	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Soldagem	20						x			x	
	Sistemas Hidráulicos e Pneumáticos	20						x			x	
	Metrologia e Ensaios	20						x			x	
	Usinagem Convencional	20						x			x	
	Usinagem CNC	20						x			x	
	Multifuncional	20	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Máquinas Térmicas e Vibrações	20						x			x	
	Análise de Alimentos e Química	40	x			x				x		

	Matemática	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Física	40	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Quadro 9.43 - Diagnóstico de Infraestrutura – Bibliotecas.

Câmpus	Item	Espaço/salão principal			Sala de processamento técnico			Espaço para consulta à Internet			Espaços de estudos coletivos			Espaços de estudos individuais		
		Qtd.	Estado	Atendim.	Qtd.	Estado	Atendim.	Qtd.	Estado	Atendim.	Qtd.	Estado	Atendim.	Qtd.	Estado	Atendim.
ARU	UD	1	Sufic.	Insuf.	1	Sufic.	Insuf.				1	Sufic.	Insuf.		Sufic.	Insuf.
	AR	116			11						50					
	CP	30			4						30					
CAN	UD	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.
	AR	355,01						23,23			19,37					
	CP	36			5			11			40			9		
CCO	UD	1	Insuf.	Insuf.	1	Insuf.	Insuf.	1	Sufic.	Sufic.	1	Insuf.	Insuf.			
	AR	155,01			1			3			30					
	CP	40			2			4			40			12		
CDR	UD	1	Excel.	Insuf.	1	Excel.	Pleno	1	Pleno	Sufic.		Excel.	Insuf.			
	AR	118,52			3,4			11,6								
	CP	30			2			6								
CRI	UD	1	Pleno	Insuf.	1	Pleno	Sufic.	1	Pleno	Insuf.	1	Pleno	Insuf.	1	Pleno	Insuf.
	AR	214,8			26,7			22,6			22,3			19,2		
	CP	236			2			8			16			6		
CTE	UD	1	Excel.	Excel.	1	Excel.	Excel.	3	Excel.	Excel.	1	Excel.	Excel.	1	Excel.	Excel.
	AR	154			38,8			3			64,25			18,8		
	CP	10			2			3			24			6		
FLN	UD	1	Pleno	Sufic.	3	Pleno	Pleno	1	Pleno	Insuf.				2	Sufic.	Insuf.
	AR	660,19			146,07			19,31						38,43		
	CP	133			39			8						22		
GAS	UD	1	Pleno	Insuf.	1	Pleno	Sufic.	1	Pleno	Insuf.	1	Pleno	Insuf.	3	Pleno	Insuf.
	AR	180			40			40			40			9		
	CP	70			8			16			16			3		
GPB	UD	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.				1	Sufic.	Sufic.
	AR	159,43			17,96			33,63						22,5		
	CP	109,8			4			10						5		
ITJ	UD	1	Pleno	Pleno	1	Pleno	Pleno	1	Pleno	Pleno				1	Insuf.	Insuf.
	AR	277			22,83			23,23						13		

	CP	70			4			9						5		
JAR	UD	1	Sufic.	Insuf.	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Insuf.	2	Sufic.	Insuf.	1	Excel.	Sufic.
	AR	172,32			12,55			10,29			17,4			14,8		
	CP	38			2			8			12			9		
JLE	UD	1	Pleno	Sufic.	1	Pleno	Sufic.				2	Pleno	Sufic.	12	Pleno	Sufic.
	AR	266,39			17,39						30,32					
	CP	30			3						16			12		
LGS	UD	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Insuf.	1	Sufic.	Sufic.	4	Sufic.	Insuf.
	AR	206			21,1			21,76			55,21			4		
	CP	60			2			15			10			4		
PHB	UD	1	Excel.	Excel.	1	Pleno	Pleno	1	Pleno	Sufic.				1	Pleno	Sufic.
	AR	206,61			23,33			23,7						38,79		
	CP	32			2			8						12		
RAU	UD	1	Sufic.	Insuf.	1			1						1		
	AR	285,89			9											
	CP	40			1			7						2		
SCA	UD	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.			Sufic.
	AR	75,36			17,96			35,33			22,07					
	CP	30			2			20			8					
SJE	UD	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.	1	Insuf.	Insuf.		Insuf.	Insuf.	3	Insuf.	Insuf.
	AR	154,53			12,3			7,21						12,3		
	CP	30			4			3						4		
SLO	UD	1	Insuf.	Insuf.	1	Sufic.	Sufic.				1					
	AR	55			3,82						20					
	CP	10									8					
SMO	UD	1	Pleno	Sufic.	1	Pleno	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.	4	Sufic.	Insuf.	1	Insuf.	Insuf.
	AR	180			20,93			13,34			37			7,5		
	CP	20			4			4			20			5		
TUB	UD	1	Sufic.	Sufic.				1								
	AR	111,16														
	CP	74						5								
URP	UD	1	Sufic.	Insuf.	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.		inexistente	inexistente
	AR	62,49			4,71						4,71					
	CP	10			1			3			4					
XXE	UD	1	Sufic.	Sufic.	1	Sufic.	Sufic.	1			1	Excel.	Pleno	10	Sufic.	Sufic.
	AR	137,65			16,35						40			15		
	CP	38			1			2			40			12		

Quadro 9.44 - Plano Quinquenal de Infraestrutura – Câmpus Araranguá.

	Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Reforma da cobertura e adequações civis nos Blocos D e E	280	OC/EC										x			x	x			x
2	Reforma da cobertura e adequações civis na Quadra Poliesportiva	150	EC	150	EC											x	x			x
3	Equipamentos de TIC, mobília e equipamentos para reposição no Campus	210	OC	120	OC/EC	120	OC/EC	120	OC/EC					x		x			x	x
4	Adequação de estrutura para tratamento de efluentes no bloco A	30	OC									x				x				
5	Pintura dos blocos, quadra, muros e alambrados	140	OC/EC	140	OC/EC					120	OC/EC				x		x			
6	Reforma e ampliação da cobertura e adequações civis e de acessibilidade nos blocos B e C			1.900	EC							x				x	x	x	x	x
7	Reforma e ampliação da Portaria, incluindo cobertura para embarque e desembarque			240	OC/EC							x				x	x	x		x
8	Aquisição Containers adaptados para projetos do PAT			40	OC/EC	55	OC/EC					x		x		x				x
9	Aquisição de veículos para renovação de frota			175	EC	263	OC/EC							x						x
10	Substituição da plataforma elevatória do bloco D por elevador social					140	EC					x				x		x		
11	Instalação de sistema fotovoltaico					200	EC	200	EC					x		x				
12	Adequações no sistema de reaproveitamento de água					10	OC						x			x				
13	Cobertura de Passarelas de interligação entre os blocos do Câmpus					150	EC	150	EC			x				x		x		x
14	Renovação de acervo bibliográfico para Biblioteca					20	OC	20	OC	20	OC	x							x	x
15	Renovação e aquisição de equipamentos de alto valor nos laboratórios do Campus					800	OC/EC	800	OC/EC	800	OC/EC			x					x	x
16	Adequações de acessibilidade no passeio externo e bloco A (pavers, sinalizações e pisos podotáteis)					70	OC/EC	70	OC/EC	70	OC/EC	x				x		x		
17	Novo bloco para ampliação de salas de aula, biblioteca, laboratórios, secretaria e reg. acadêmico					4.000	EC	4.000	EC			x				x			x	x
18	Galpão industrial para eletromecânica							450	EC	450	EC	x				x			x	x
19	Prédio para ampliação do refeitório estudantil							950	EC	950	EC	x				x			x	

Quadro 9.45 - Plano Quinquenal de Infraestrutura – Câmpus Canoinhas.

	Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Passarela Coberta			500	EC							x				x				
2	Laboratório de Práticas Construtivas											x				x				
3	Aquisição de veículo oficial	150	OC									x								x
4	Construção do almoxarifado de uso comum			300	EC									x		x				
5	Renovação dos computadores de uso administrativo	50	OC	50	OC	50	OC	50	OC	50	OC			x						x
6	Renovação dos computadores dos laboratórios	50	EC	50	EC	50	OC	50	OC	50	OC			x						x
7	Manutenção predial - readequação de espaços, troca de pisos, drywall, pintura e acessibilidade	100	OC	70	OC	70	OC	70	OC	70	OC	x	x			x	x	x		x
8	Instalação de placas fotovoltaicas			400	EC							x								x
9	Renovação do mobiliário geral do câmpus			100	EC									x		x		x		
10	Bloco de Alimentos (Anfiteatro, salas de aula, labs, salas adm)			50	OC			1.000	EC			x				x			x	x
11	Almoxarifado de Reagentes	70	OC									x				x				
12	Sala de Atendimento Especiailzado			50	OC							x						x		
13	Fraldário e espaço de amamentação	50	OC										x	x	x	x		x		
14	Sistema de captação de água pluvial					80	EC					x				x				
15	Implantação de nova casa de vegetação	100	EC									x				x				
16	Adequação dos implementos agrícolas	200	EC											x		x				
17	Garagem Veículos Oficiais			150	EC							x				x				x
18	Refeitório para estudantes			1.000	EC							x				x			x	x
19	Readequação do Lab de Solos			200	EC							x				x				
20	Readequação do Lab de Materiais e Construção			300	EC							x				x				
21	Espaço de Convivência para os Estudantes					100	EC					x				x			x	x
22	Adequação do mobiliário do laboratório de redes e hardware			24	OC									x		x				
23	quisição de switch para uso nas aulas de redes de computadores					6	OC							x		x				
24	Substituição do servidor acadêmico do laboratório de redes							18	OC					x		x				

Quadro 9.46 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Caçador

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
	2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							

1	Reforma do telhado	100	OC									x			x	x				
2	Adequações de acessibilidade			100	OC								x		x			x		
3	Complementação de acervo da biblioteca	7	OC	7	OC	7	OC	7	OC	7	OC			x					x	
4	Aquisição de veículo oficial	150	OC			150	OC							x						
5	Pintura do campus	100	OC							100	OC		x		x					
6	Construção de auditório							2.500	EC			x		x		x				x
7	Renivelamento do piso do estacionamento					70	OC						x		x					
8	Renovação do laboratório de informática			200	OC/EC			200	OC/EC					x					x	
9	Construção de ginásio poliesportivo	4.000	EC									x		x		x			x	
10	Estruturação dos laboratórios de mecânica					150	OC/EC							x						
11	Construção do refeitório	1.000	EC									x		x						
12	Readequação de arquitetura para sala dos terceirizados			30	OC							x								
13	Readequação do fosso do elevador					200	OC/EC					x			x					
14	Readequação elétrica do Bloco II							200	OC/EC			x								
15	Verticalização do Bloco I									1.500	EC	x								

Quadro 9.47 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Chapecó

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
	2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1 Ginásio	5.000	OC/EC									x				x				x
2 Restaurante			2.500	OC/EC							x				x				x
3 Auditório					2.500	OC/EC					x				x				x
4 Espaços de convivência	100	OC										x		x	x				x
5 Muro em todo perimetro do Campus					1.500	OC/EC					x				x				
6 Pintura do câmpus			200	OC	200	OC	200	OC	200	OC		x		x		x			
7 Modernização da infraestrutura de TI			100	OC			100	OC			x		x					x	x
8 Ampliação laboratório de informática	300	OC	300	OC					300	OC	x		x		x				x
9 Equipamentos para educação especial			20	OC			20	OC			x		x				x		
10 Renovação Eletro administrativo e mobilía			100	OC			100	OC			x				x				
11 Equipamentos para laboratórios			100	OC	200	OC			100	OC	x		x		x				
12 Platibanda do bloco D					300	OC						x		x		x			
13 Adequação de espaços para laboratório					400	OC						x		x			x		
14 Acervo bibliográfico para novos cursos			80	OC			80	OC					x					x	
15 Restauração externa Bloco F	200	OC												x		x			
16 Ampliação/verticalização do blocos A e B									4.000	OC/EC	x				x			x	

17	Implantação Usina Solar			100	EC	100	EC	100	EC				x	x	x	x			x	

Quadro 9.48: Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Criciúma

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Adequações na rede de esgoto sanitário	200	OC										x			x				
2	Construção de baias para organização de materiais e resíduos de construção civil	125	OC									x				x				
3	Construção do Refeitório Estudantil	1.500	EC									x				x				
4	Construção de cobertura metálica entre Blocos			4.000	EC							x				x				
5	Qualificação da sala do NEaD com a implantação de Estúdio			50	OC							x				x				
6	Adequações na infraestrutura do Câmpus para fins de regularização imobiliária			300	OC							x				x				
7	Estruturação de laboratórios			100	OC	100	OC	100	OC	100	OC			x						
8	Ampliação da Quadra com Sala de Jogos de mesa e de tabuleiro					500	EC					x				x				
9	Adequações na infraestrutura do Câmpus para melhorias nos sistemas de segurança					500	EC						x	x		x				
10	Melhorias nas condições de acessibilidade					30	OC	30	OC						x			x		
11	Reforma e ampliação do Bloco D							2.500	EC			x				x	x		x	
12	Ampliação do Bloco F									2.500	EC	x				x			x	
13	Manutenção da infraestrutura do Câmpus	100	OC	100	OC	100	OC	100	OC	100	OC		x		x		x			
14	Qualificação dos espaços de convivência do Câmpus	30	OC	30	OC	30	OC	30	OC	30	OC			x	x	x				
15	Renovação e Aquisição de mobiliários e equipamentos	50	OC	50	OC	50	OC	50	OC	50	OC			x		x				

Quadro 9.49: Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Florianópolis

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento	Tipo	Sinalizador da demanda

		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Renovação dos computadores de uso administrativo	50	EC	100	EC	20	EC	20	EC	20	EC			x			x			x
2	Ampliação do Prédio do Depto Acadêmico de Construção Civil					6.000	EC	6.000	EC	6.000	EC	x				x				
3	Aquisição de Equipamentos, Mobiliários e Softwares para a ampliação do Prédio do DACC									5.000	OC/EC			x	x	x				
4	Renovação dos computadores dos laboratórios de Informática e de uso administrativo do DACC			500	OC/EC	500	OC/EC	500	OC/EC					x		x				
5	Adequação do DAS, criando sala professores CT Segurança do trabalho		OC/EC	10								x	x		x	x	x			
6	Criação de sala de informática do DAS 30 unidades - sala D-011			10	OC/EC	190	OC/EC					x	x	x		x				
7	Criação de sala de informática do DAS 30 unidades - sala D-011		OC/EC	50								x	x	x		x				
8	Renovação dos computadores dos laboratórios de Informática do DAGCTC			250	EC	250	EC	250	EC	250	EC			x		x				
9	Renovação dos computadores de uso administrativo do DAGCTC					250								x		x				
10	Substituição de janelas das salas F001 até F007.- DAGCTC					30	EC					x				x				
11	Substituição das portas das salas do Bloco M - DAGCTC			10	OC								x		x	x				
12	Renovação Infraestrutura de Rede Bloco M - DAGCTC				OC	120	OC						x		x	x				
13	Renovação Infraestrutura elétrica do Bloco M - DAGCTC			100	OC								x		x	x				
14	Realocação da escada de acesso ao Bloco F e Realocação da Secretaria Acadêmica para atender demandas de acessibilidade - DAELN			400	OC/EC							x		x		x		x		
15	Renovação da Infraestrutura com Aq. bens, verba de Cust. e Serv.s do Laboratório de Geotecnia do DACC			100	OC/EC	100	OC/EC	100	OC/EC			x	x	x	x	x	x			
16	Renovação da Infraestrutura com Aq. bens, verba de Cust. e Serv.s do Laboratório de Saneamento Físico-Químico (Sala B011) do DACC			101	OC/EC							x	x	x	x	x	x			
17	Renovação da Infraestrutura com Aq. bens, verba de Cust. e Serv.s do Laboratório de Ecotoxicologia (Sala B014a) do DACC			30	OC/EC							x	x	x	x	x	x			
18	Renovação da Infraestrutura com Aq. bens, verba de Cust. e Serv.s do Laboratório de Bacteriologia (Sala B013) do DACC			220	OC/EC							x	x	x	x	x	x			
19	Renovação da Infraestrutura com Aq. bens, verba de Cust. e Serv.s do Laboratório de Resíduos Sólidos (Sala B014b) do DACC			59	OC/EC							x	x	x	x	x	x			
20	Realocação da rampa de acesso ao Bloco B e Criação de Laboratório de Ensino - DAELN					500	OC/EC	500	OC/EC			x	x	x	x	x		x		
21	Aquisição de equipamentos e mobiliário compatíveis com as demandas funcionais e operacionais do Laboratório de Tecnologias Construtivas do DACC			75	OC/EC							x		x		x	x	x		

22	Aquisição de equipamentos fundamentais ao desenvolvimento de atividades práticas, experimentais e formativas no Laboratório de Tecnologias Construtivas do DACC, bem como substituição daqueles danificados ou obsoletos, visando assegurar a plena funcionalidade do espaço e atender às demandas de ensino, pesquisa e extensão.	10	OC/EC	30	OC/EC	25	OC/EC	25	OC/EC	25	OC/EC	x	x	x		x	x			
23	Renovação dos Computadores dos Laboratórios de Ensino - DAELN			200	OC/EC	200	OC/EC	200	OC/EC	200	OC/EC			x		x				
24	Aquisição de novas ferramentas para o Laboratório de Tecnologias Construtivas do DACC, em função do desgaste e a baixa vida útil das ferramentas utilizadas, visando garantir a funcionalidade do espaço e o atendimento às demandas de ensino, pesquisa e extensão	10	OC/EC			30	OC/EC						x			x	x			
25	Materiais destinados às aulas práticas, atividades de pesquisa e demais demandas do Laboratório de Tecnologias Construtivas do DACC, com o objetivo de assegurar sua funcionalidade e atender às necessidades vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.	35	OC	40	OC	40	OC	50	OC	50	OC		x			x	x			
26	Recomposição de equipamentos básicos do Laboratório de Materiais de Construção Civil (LMCC) do DACC	10	OC/EC	65	OC/EC	65	OC/EC	45	EC	35	OC/EC	x		x		x				
27	Modernização de equipamentos do Laboratório de Materiais de Construção Civil (LMCC) do DACC			150	OC/EC	250	OC/EC	350	EC	450	OC/EC	x		x		x				
28	Manutenção e calibração de equipamentos do Laboratório de Materiais de Construção Civil (LMCC) do DACC	20	OC/EC	40	OC/EC	50	OC/EC	60	EC	70	OC/EC		x		x	x				
29	Adequação e modernização da infraestrutura física do Laboratório de Materiais de Construção Civil (LMCC) do DACC					800	OC/EC		EC			x	x			x				
30	Ampliação do Laboratório de Materiais de Construção Civil, com a recomposição da antiga cobertura existente do DACC					2.000	OC/EC		EC			x				x				
31	Renovação do Mobiliário dos Laboratórios de Ensino - DAELN			130	OC/EC	130	OC/EC	130	EC	130	OC/EC			x						
32	Renovação da Instrumentação dos Laboratórios de Ensino - DAELN			150	OC/EC	150	OC/EC	150	EC	150	OC/EC			x						
33	Substituição das portas das salas de aula do Primeiro andar do bloco Central - DALTEC			60	OC/EC				EC											
34	Substituição das mesas/cadeiras de alunos das salas de aula primeiro andar do Bloco central - DALTEC						OC/EC		EC	200	OC/EC									
35	Reforma do ginásio I e II de esportes - telhado, quadra, iluminação e telas			30	OC/EC	250	OC/EC	250	EC		OC/EC									
36	Colocação de grades e telas novas nas quadras esportivas externas			20	OC/EC	50	OC/EC		EC											
37	Colocação de lonas e cortinas nos espaços esportivos			30	OC/EC	30	OC/EC		EC											
38	Construção de caixa de salto a distência e salto triplo					50	OC/EC		EC											

39	Construção de círculo para arremesso de peso e lançamento de disco					50	OC/EC		EC										
40	Reforma da ilumincão das quadras esportivas externas					40	OC/EC		EC										
41	Aquisição de mobiliário e equipamentos para os laboratórios novos de Biologia, química e história			400	OC/EC	100	OC/EC		EC										
42	Reestruturação dos espaços das salas de assessoria do DALTEC					100	OC/EC	200	EC										
43	Reestruturação física dos laboratório da coordenação de Artes						OC/EC	200	EC										
44	Reforma das salas admisnitrativas do DALTEC no bloco de madeira			100	OC/EC				EC										
45	Aquisição de mobiliário e equipamentos administrativos para o DALTEC			400	OC/EC		OC/EC	200	EC										
46	Renovação e Aq. bens para laboratórios de Física, matemática e Informática					400	OC/EC		EC										
47	Renovação e Aq. bens para laboratórios da Coordenação curso técnico em Química					400	OC/EC		EC										
48	Atualização de equipamentos e infraestrutura didático-pedagógica do Laboratório de Topografia e Geodésia do DACC			200	OC/EC	400	OC/EC	400	EC	400	OC/EC	x		x		x	x		
49	Recalque dos Bombeiros	40	EC				OC/EC		EC		EC		x			x			
50	Acústico da Sala do DAGCTC	100	EC		EC		EC		EC		EC					x			
51	PROJETOS E REFORMA PARA REGULARIZAÇÃO DO CAMPUS FLN - CBMSC/PMF		EC	999	EC	999	EC	999	EC	999	EC	x				x			
52	REMANESCENTE CONSTRUÇÃO DO BLOCO N PARA PESQUISA E INOVAÇÃO FLN		EC	0	EC	4.000	EC	4.000	EC	4.000	EC	x				x			
53	REFORMA DA ALA D, PISO SUPERIOR, PARA ADEQUAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE QUÍMICA E BIOLOGIA DO DALTEC	1.100	EC		EC		EC		EC		EC	x				x			
54	OBRA DE REFORMA SANITÁRIO COLETIVO DAE	0	EC	300	EC		EC		EC		EC	x				x			
55	EXECUÇÃO DE MEZANINO NO DAMM	0	EC	300	EC		EC		EC		EC	x				x			
56	ESCRITÓRIO DE LABORATÓRIO DE METEOROLOGIA		EC	300	EC	300	EC		EC		EC	x				x			
57	OBRA DE CONSTRUÇÃO DA SUBESTAÇÃO LESTE NO CAMPUS FLORIANÓPOLIS		EC		EC		EC		EC	500	EC	x				x			
58	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO 3º PAVIMENTO DO BLOCO A DO CAMPUS FLORIANOPOLIS		EC		EC		EC	999	EC	999	EC	x				x			
59	OBRA DE IMPLEMENTAÇÃO DE ANEL VIÁRIO NO CAMPUS FLN		EC		EC		EC	999	EC		EC	x				x			
60	RECUPERAÇÃO DO SHP BLOCO A - VAZAMENTOS		EC	100	EC		EC		EC		EC		x			x			
61	RESTAURANTE ESTUDANTIL		EC	3.000	EC		EC		EC		EC					x			
62	DELIMITAÇÃO DA PRAÇA DOS FUMANTES		EC	100	EC		EC		EC		EC					x			
63	PROJETO DE REFORMA DE UMA DAS SALAS DO POLO DE INOVAÇÃO EMBRAPII		EC		EC		EC	50	EC		EC	x				x			
64	Iluminação com elétrica do ginásio 1 e 2.	50	EC		EC		EC		EC		EC	x				x			
65	Conserto da platibanda e rufo da ala J.		EC		EC	50	EC		EC		EC	x				x			
66	Telhado do bloco central com plataforma para manutenção dos ar condicionados		EC	999	EC	200	EC		EC		EC	x				x			

67	Guarita da portaria C.		EC	50	EC		EC		EC		EC	x				x				
68	Substituição das portas e forras do bloco central, bloco L e M.		EC	250	EC		EC		EC		EC	x				x				
69	Reforma do telhado da casinha de madeira L.		EC		EC	500	EC		EC		EC	x				x				
70	Reforma do telhado da casinha de madeira M.		EC		EC	300	EC		EC		EC	x				x				
71	Recuperação do telhado do ginásio 1.		EC	500	EC		EC		EC		EC	x				x				
72	Conserto da cobertura de policarbonato entre a ala D e o laboratório de química.		EC	100	EC		EC		EC		EC	x				x				
73	Conserto com ampliação da cobertura de policarbonato entre o bloco G e H, tanto no DAMM, no DAE e portaria B.		EC	100	EC		EC		EC		EC	x				x				
74	Conserto do corrimão de inox do campus.		EC	50	EC		EC		EC		EC	x				x				
75	Conserto das escadas de emergência do auditório e do laboratório de química.		EC		EC	250	EC		EC		EC	x				x				
76	Manutenção das redes de proteção das quadras.		EC		EC	150	EC		EC		EC	x				x				
77	Iluminação da quadra de sintético		EC		EC	200	EC		EC		EC	x				x				
78	Atualização da alimentação e dos quadros de disjuntores das alas B, D e F.		EC		EC		EC	200	EC		EC	x				x				
79	Rede elétrica do térreo do bloco H.		EC		EC		EC	100	EC		EC	x				x				
80	Aterro da lagoa da obra do prédio da pesquisa		EC	50	EC		EC		EC		EC	x				x				
81	Reforma Laboratório de Metrologia		EC	50	EC		EC		EC		EC	x				x				
82	Acessibilidade para salas G107 e G108		EC	400	EC		EC		EC		EC	x				x				
83	Substituição mantas dos telhados no bloco B e G		EC	200	EC		EC		EC		EC	x				x				
84	REFORMA DO SETOR DE SAÚDE - DISPENSA P/ COMPRA DE MATERIAIS ELÉTRICOS E PINTURA	45	EC		EC		EC		EC		EC		x			x				
85	REFORMA COBERTURAS POLICARBONATO		EC		EC	250	EC		EC		EC	x				x				
86	Computadores para equipar os laboratórios e salas de informática		EC	250	EC	300	EC	300	EC	300	EC	x				x				
87	Reforma Laboratório de Metrologia /DAMM		EC	100	EC		EC		EC		EC		x			x				
88	Aquisição de equipamentos, mobiliários e Softwares - DAMM	100	OC	100	OC	200	OC	200	EC	300	OC			x		x				
89	Aquisição de equipamentos, mobiliários e Softwares - DAMM	200	EC	300	EC	400	EC	500	EC	500	EC			x		x				
90	Construção Mezanino Lab Modelagem -DAMM	300	OC		EC		EC		EC		EC	x				x				
91	Construção Mezanino Salas B015 - G001-G002 - DAMM				EC		EC		EC	400	OC	x				x				
92	Realocação das salas das coordenações, registro acadêmico e sala professores de adm do DAGCTC (necessário espaço físico)				EC	1000	EC		EC		EC					x				
93	Conserto aparelho desintrometria óssea - radiologia		EC	40	EC		EC		EC		EC					x				

Quadro 9.50 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Florianópolis-Continente

	Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Adequação das portas com barras anti-pânico	6	EC												x		x			
2	Adequação de infraestrutura para acessibilidade			5	EC									x				x		
3	Adequação de sala de estudo individual da biblioteca	1	OC	10	EC										x	x				
4	Reforma de todo o telhado do câmpus	10	EC	2.000	EC	2.000	EC					x			x	x				
5	Ajustes nos vestiários			10	OC							x				x				
6	Reforma e readequação de esgoto de todo o campus	10	OC	1.500	EC	1.500	EC					x				x				
7	Instalação de sensor de movimento nos corredores			4	OC										x	x				
8	Ampliação da abrangência do sistema de CFTV	5	EC	25	EC									x	x	x				
9	Transferência de placas fotovoltaicas do telhado para o estacionamento	500	EC	500	EC	500	EC								x	x				
10	Manutenção dos pisos em áreas diversas no campus	50	OC	300	EC										x	x				
11	Aquisição de equipamentos para os laboratórios de A&B	100	OC/EC	100	OC/EC									x		x				
12	Manutenção do sistema eólico de exaustão dos laboratórios	20	EC																	
13	Atualização do acervo da biblioteca			10	EC	20	EC	15	EC	15	EC			x					x	
14	Adequação das portarias	5	OC	15	EC									x	x	x				
15	Adequação do sistema de drenagem para a cisterna	12	EC									x				x				
16	Licenças de softwares para os cursos superiores			15	EC					15	EC			x						
17	Pintura interna e externa do câmpus			250	EC										x		x			
18	Adequação da coordenadoria de alimentos e bebidas					5	EC								x	x				
19	Elevação da subestação elétrica									80	EC	x				x				

Quadro 9.51 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Garopaba.

	Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Aquisição computadores para uso administrativo	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC			x						
2	Aquisição computadores para uso em laboratórios	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC			x						
3	Aquisição de mobiliário administrativo	5	OC	5	OC	5	OC	5	OC	5	OC			x						
4	Aquisição de mobiliário para laboratórios	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC			x						
5	Edificação de espaço de prática esportiva	2000	EC	0		0		0		0		x				x				
6	Edificação de espaço para refeitório	1500	EC	0		0		0		0		x				x				
7	Serv.s de manutenção predial	100	OC	100	OC	100	OC	100	OC	100	OC				x		x			
8	Serv.s de manutenção de jardinagem	63	OC	63	OC	63	OC	63	OC	63	OC				x		x			
9	Serv.s de manutenção de ar condicionado	24	OC	24	OC	24	OC	24	OC	24	OC				x		x			
10	Serv.s de manutenção de equipamentos de laboratórios	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC				x		x			
11	Serv.s de manutenção de elevadores	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC				x		x			
12	Serv.s de manutenção da subestação de energia	17	OC	17	OC	17	OC	17	OC	17	OC				x		x			
13	Serv.s de manutenção de veículos oficiais	12	OC	12	OC	12	OC	12	OC	12	OC				x		x			
14	Serv.s de vistoria bombeiros	3	OC	3	OC	3	OC	3	OC	3	OC				x		x			
15	Serv.s direção veicular	92	OC	92	OC	92	OC	92	OC	92	OC				x		x			
16	Serv.s de fonecimento de energia elétrica	108	OC	108	OC	108	OC	108	OC	108	OC				x		x			
17	Serv.s de fonecimento de água e esgoto	11	OC	11	OC	11	OC	11	OC	11	OC				x		x			
18	Serv.s de fonecimento de combustíveis	12	OC	12	OC	12	OC	12	OC	12	OC				x		x			
19	Serv.s de telefonia fixa	7	OC	7	OC	7	OC	7	OC	7	OC				x		x			
20	Serv.s de telefonia móvel	1	OC	1	OC	1	OC	1	OC	1	OC				x		x			
21	Serv.s de outsourcing de impressão	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC				x		x			
22	Serv.s de limpeza	336	OC	336	OC	336	OC	336	OC	336	OC				x		x			
23	Serv.s de vigilância	306	OC	306	OC	306	OC	306	OC	306	OC				x		x			

Quadro 9.52 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Gaspar

	Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Construção de refeitório adaptado à demanda de copa compartilhada e PSAE, com convivência acessível e ventilação adequada.	1.500	EC									x								x
2	Aquisição de bens e equipamentos conforme prioridades institucionais.	500	EC	500	EC	500	EC			500.000	EC			x					x	
3	Readequação dos espaços de divisórias, incluindo ajustes de rede lógica e elétrica e adaptação das salas de professores.	200	EC									x			x	x			x	
4	Adequação das portarias com construção de passarela e ampliação e cobertura da área de bicicletas.			2.500	EC							x				x				x
5	Pintura do Câmpus Gaspar			350	OC										x		x			
6	Ampliação do laboratório de vestuário, com expansão de cobertura para motos e implantação de tecidoteca.					3.000	EC					x				x			x	
7	Reurbanização da área esportiva com quadra de areia, área de salto, base de atletismo e troca do piso da quadra coberta por opção acessível e resistente.					200	EC					x			x	x	x	x		x
8	Contrato de eficiência para instalação de placas fotovoltaicas em estacionamento com cobertura					0	OC								x					
9	Controle unificado de acesso					500	OC								x					x
10	Construção de bloco com térreo e 1º pavimento (expansível), até 6 salas por andar, laboratórios, captação de águas pluviais e rampa de acesso ao bloco III.							7.500	EC			x				x		x	x	x
11	Mobiliário e equipamentos para o novo bloco.							1.000	EC					x					x	
12	Implantação de espaço ambiental nos fundos do câmpus, com levantamentos florístico e faunístico, trilhas, recepção e licenciamento ambiental, priorizando acessibilidade.									100	EC	x								

Quadro 9.53 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Itajaí

	Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Atualização dos computadores dos laboratórios	100	EC	100	EC									x			x			
2	Instalação de placas fotovoltaicas			70	OC	70	OC								x		x			
3	Aquisição de eqtos. para labs. de Eletroeletrônica	30	OC	80	OC	80	OC	50	OC	50	OC			x						
4	Aquisição de eqtos. para labs. de Mecânica	30	OC	80	OC	80	OC	50	OC	50	OC			x						
5	Aquisição de eqtos. para labs. de Rec. Naturais	30	OC	80	OC	80	OC	50	OC	50	OC			x						
6	Aquisição de eqtos. de rede e computadores					200	OC			500	EC			x					x	x
7	Construção de cobertura para motos			80	OC							x								
8	Projetos executivos 4ºBloco	100	OC												x	x				x
9	Pintura do Câmpus					450	OC/EC						x		x	x	x			x
10	Construção do 4º Bloco			3.500	EC							x				x			x	
11	Aquisição de eqtos e mobiliário para bloco 4					150	OC	50	OC	50	OC			x		x			x	x
12	Reforma e adequação do átrio			400	OC/EC							x			x	x				x
13	Adequação de Layout e acustica dos ambientes					200	OC					x			x	x				x
14	Manut. Predial Preventiva e Corretiva do Câmpus	100	OC	100	OC	100	OC	100	OC	100	OC				x	x	x	x		x
15	Aquisição e melhorias em sistemas de segurança	30	OC	30	OC	30	OC	30	OC	30	OC				x	x				x

Quadro 9.54 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Jaraguá do Sul-Centro.

	Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Revitalização dos espaços de convivência dos alunos	30	OC										x		x	x				x
2	Acervo bibliográfico	5	OC	5	OC	5	OC	5	OC	5	OC			x					x	
3	Renovação dos computadores de laboratórios e adm.	150	OC	100	OC/EC	100	OC/EC	80	OC	80	OC	x		x						
4	Revitalização do mobililário das salas de aula	40	OC	40	OC	40	EC	40	OC	40	OC	x		x		x	x		x	
5	Troca dos ares-condicionados	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC	x		x						
6	Melhorias visando atender a acessibilidade			60	OC	40	OC					x	x		x	x		x		
7	Readequação das instalações elétricas internas			30	OC	30	OC						x		x	x	x			
8	Revitalização do auditório			80	OC								x		x	x		x		
9	Equipamentos para a área da química			50	OC			20	OC/EC	30	OC	x		x			x			
10	Pintura do câmpus	50	OC			75	OC			150	OC		x		x	x	x			
11	Projeto do novo Bloco			75	OC/EC							x							x	
12	Projeto de Acessibilidade do Câmpus	50	OC/EC									x								
13	Projeto Nova Guarita					50	OC/EC					x								
14	Construção de novo bloco					6.000	EC					x				x		x	x	x

15	Construção nova Guarita									150	EC	x							
16	Equipamentos para a área da licenciatura			15	OC			10	OC			x		x			x		
17	Equipamentos para a área da Moda e Modelagem					25	OC			35	OC	x		x					
18	Equipamentos para área de vestuário					20	OC			20	OC	x		x					
19	Reforma e ampliação cantina														x	x		x	
20	Equipamentos para área têxtil							30	OC	25	OC	x		x			x		x
21	Aquisição e renovação de Softwares	25	OC	25	OC	25	OC	25	OC	25	OC								
22	Trocas de janelas de madeira dos bloco A, D e E.			20	OC	20	OC						x		x		x		

Quadro 9.55 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Jaraguá do Sul-Rau.

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Adequação de acessibilidade	30	OC/EC	30	OC/EC	35	OC/EC	20	OC/EC	20	OC/EC	x	x	x	x			x		
2	Pintura do campus			150	OC/EC					200	OC/EC		x		x	x	x			
3	Elevador para pessoas com deficiência	900	EC									x		x				x		
4	Estrutura de rede lógica para Bloco C	25	OC										x		x	x				
5	Atualização dos laboratórios de informática	225	OC/EC	225	OC/EC	225	OC/EC	225	OC/EC	225	OC/EC	x	x	x		x				
6	Estruturação do auditório	50	OC/EC	50	OC/EC	50	OC/EC	50	OC/EC	50	OC/EC	x		x		x				
7	Aquisição de acervo bibliográfico	25	OC	25	OC	20	OC	20	OC	20	OC	x		x		x				
8	Construção de cobertura para motos			150	OC/EC							x		x		x				
9	Construção de Passarela entre Blocos			100	OC/EC	50	OC/EC					x		x		x				
10	Construção de Refeitório	2.000	EC	2.000	EC		OC/EC					x		x		x				
11	Ampliação de Salas de Aulas			10.000	EC	10.000	EC					x		x		x				
12	Atualização dos laboratórios Temáticos	200	OC/EC	200	OC/EC	200	OC/EC	200	OC/EC	200	OC/EC	x	x	x		x				

Quadro 9.56 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Joinville

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Construção de nova portaria de pedestres	250	OC									x				x				
2	Aumento da passarela de passagem para os blocos IV e V e para o ginásio	200	OC												x	x	x			
3	Isolamento acústico do ginásio	100	OC												x	x		x		
4	Manutenção da passarela existente	1500	OC											x	x	x				
5	Construção do refeitório	1800	OC/EC	35	OC/EC							x				x			x	
6	Melhorias do parque tecnológico	300	OC	50	OC	50	OC	50	OC					x	x	x			x	x
7	Reestruturação ambientes administrativos	300	OC	60	OC	20	OC	10	OC					x	x	x			x	x
8	Expansão do sis. de vigilância eletrônica e câmeras IP	170	OC	30	OC	30	OC	30	OC	20	OC			x	x	x	x		x	
9	Melhoria da infra. de redes elétrica e lógica do câmpus			150	OC	150	OC	50	OC					x	x	x			x	

10	Reestrutução laboratórios educacionais			560	OC	560	OC/EC	560	OC					x	x	x			x	
11	Calçamento do estacionamento atrás do bloco VI					150	OC								x	x		x	x	
12	Construção bloco administrativo com auditório					1200	EC					x				x		x	x	x

Quadro 9.57 - Plano Quinquenal de Infraestrutura– Câmpus Lages

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
	2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1 Construção de muro de segurança no terreno	500	OC/EC									x								X
2 Construção do refeitório do Câmpus Lages	1.700	EC									x				x				
3 Usina fotovoltaica			1.500	EC							x				x				
4 Renovação de computadores - Adm e Labs			150	OC/EC	150	OC/EC	150	OC/EC	150	OC/EC			x			x			
5 Piso tátil e placas de sinalização com braile			150	OC/EC									x				x		
6 Passarelas cobertas para ligação entre blocos					500	OC/EC					x				x				
7 Novo prédio da Agro	100	OC/EC	1.500	OC/EC							x				x				
8 Adaptação e reforma do almoxarifado					200	OC/EC						x			x				
9 Pintura e outras manutenções prediais	100	OC/EC	200	OC/EC	100	OC/EC	100	OC/EC	100	OC/EC				x		x			
10 Construção do bloco tecnológico					500	OC/EC	2.000	OC/EC	2.000	OC/EC	x				x				
11 Substituição do sistema de ar condicionado			1.000	OC/EC									x						
12 Aquisição de acervo bibliográfico	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC			x					x	
13 Consolidação do laboratório de física			100	OC								x			x				
14 Sistema de reutilização da água da chuva							300	EC			x				x				
15 Ampliação do estacionamento e ligação entre bolsões									500	EC	x				x				
16 Espaço de convivência (geodésia)							100	EC	1000	EC	x				x				
17 Construção de ginásio					3000	EC					x				x				

Quadro 9.58 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Palhoça Bilíngue.

Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
	2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1 Cobertura para carros oficiais e passarela			30	EC							x			x	x		x		
2 Construção de quadra poliesportiva coberta			4.000	EC							x				x			x	x
3 Fechamento de vãos na área externa			30	EC							X				x				
4 Reestruturação da área administrativa			20	OC			20	OC				x		x	x		x		
5 Acervo bibliográfico	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC			x					x	
6 Aquisição e renovação de equipamentos e softwares	100	OC	100	OC	100	OC	100	OC	100	OC			x		x	x		x	x

7	Aquisição e renovação de mobiliário	30	OC	30	OC	30	OC	30	OC	30	OC			x		x				
8	Melhoria da acessibilidade			15	OC			10	OC			X	X		X			X		X
9	Pintura do câmpus			150	OC					150	OC				x		x			
10	Cercamento da área de preservação permanente	30	OC	12	OC										x	x				
11	Ampliação da cobertura da rede wifi			30	OC	30	OC							x	x	x				
12	Ampliação do terreno do campus							300	EC			x		x		x				
13	Construção do refeitório	1.000	EC									x	x	x	x	x				
14	Reestruturação ou revisão do Layout da biblioteca	100	EC									x	x	x	x	x				
15	Revisão dos espaços físicos/plano diretor	30	OC	30	OC			10	OC			x	x	x	x	x				
16	Reforma do telhado dos blocos					500	EC													
17	Redimensionamento da rede elétrica			200	EC								x		x	x				
18	Cobertura para bicicletas e motos			120	OC							X	x			x		X		
19	Troca dos ares-condicionados	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC									
20	Instalação de placas/usina fotovoltaica									800	EC			X						
21	Reforma e ampliação cantina			200	OC/EC								x		x	x		x		
22	Renovação de veículo oficial			50	EC							x		x		x				
23	Criação de lab. área Informática			200	OC	100	OC	50	OC	50	OC	x	x	x	x	x		x	x	x
24	Reestruturação do lab. de Ciências da Natureza			50	OC		OC		OC		OC	x	x	x	x	x		x	x	x
25	Cozinha – preparo refeições dos estudantes	200	OC/EC									x	x	x	x	x				

Quadro 9.59 - Plano Quinquenal de Infraestrutura – Câmpus São Carlos.

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Construção do Refeitório Estudantil	1700	EC									x				x				
2	Aquisição de acervo bibliográfico		OC/EC	50	OC/EC	50	OC/EC	50	OC/EC	50	OC/EC			x						
3	Estruturação dos Laboratórios de Construção civil.		100	OC/EC		200	OC/EC	200	OC/EC	200	OC/EC			x						
4	Estruturação dos Laboratórios de Agropecuária e Processamento de Alimentos		OC/EC		OC/EC	200	OC/EC	200	OC/EC	200	OC/EC			x						
5	Estruturação dos Laboratórios de áreas gerais (áreas propedêuticas)		OC/EC	100	OC/EC	100	OC/EC	100	OC/EC	100	OC/EC			x						
6	Aquisição de um gerador de energia para o Câmpus São Carlos			100	EC									x						
7	Aquisição de área de terra para a fazenda experimental da área de agrárias do Campus São Carlos					600	EC							x						
8	Aquisição de material permanente para a fazenda experimental da área de agrárias do Campus São Carlos							500	EC					x						
9	Infraestrutura para a fazenda experimental da área de agrárias do Campus São Carlos.			125	EC	125	EC	125	EC	125	EC			x						
10	Aquisição de máquinas para area de Agrárias							350	EC					x						

11	Construção do Ginásio Poliesportivo do Câmpus São Carlos			5.000	EC							x							
12	Reforma do Muro em frente ao prédio e Construção de calçada com acessibilidade em frente ao prédio	300	EC									x							
13	Aquisição de mobiliário para diversos locais do Câmpus São Carlos					200	EC							x					
14	Estruturação do laboratório de física			190	EC									x					
15	Estruturação do Laboratório de Práticas Construtivas					100	EC							x					
16	Aquisição de equipamentos para pesquisa - projeto de prototipagem							36	EC					x					
17	Usina Fotovoltaica para o Câmpus São Carlos - inclinação mínima do módulo solar de 10 graus					450	EC							x					
18	Estruturação do Núcleo de Educação a Distância (NEaD) e Suporte ao Desenvolvimento de Atividades para a Modalidade EaD e Aulas Não Presenciais realizadas pelos Docentes do Câmpus			90	OC/EC	10	EC	10	EC	10	EC			x					
19	Aquisição de equipamentos para a área de gestão de pessoas			30	EC									x					
20	Modernização dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação -TIC do Câmpus	300	EC	350	EC	250	EC	165	EC	130	EC			x					
21	Máquina Universal para ensaios em materiais			360	OC/EC									x					
22	Construção de passarela coberta entre portaria e prédio		EC							100	EC	x							
23	Aquisição de um ESPECTRÔMETRO.						300	EC						x					
24	Pintura do Câmpus			200	OC/EC										x	x			
25	Manutenção predial (recuperação cerca de divisa e grades recuperação letreiros luminosos, entre outras demandas)	40	OC	100	OC/EC	100	OC/EC	100	OC/EC	100	OC/EC				x	x			
26	Aquisição de equipamentos para climatização dos espaços do campus	16	OC	20	OC/EC	30	OC/EC	30	OC/EC	30	OC/EC	x		x					
27	Reforma e Cobertura do Container dos Alunos			100	EC							x	x						
28	Construção do laboratório de tecnologia do concreto e das argamassas					850	EC												
29	Aquisição de lote/terreno para construção do laboratório de práticas construtivas - canteiro de obras			200	OC/EC														
30	Construção do laboratório de Segurança do Trabalho - 60 m2					230	OC/EC					x							
31	Aquisição de equipamentos e mobiliário para o laboratório de Segurança do Trabalho			15	OC/EC	20	OC/EC	10	OC/EC	10	OC/EC			x					
32	Estruturação do Núcleo de Ecessibilidade Educacional (NAE)			200	OC/EC									x					

Quadro 9.60 - Plano Quinquenal de Infraestrutura- Câmpus São José.

	Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Renovação dos computadores de uso administrativo	100	OC/EC	50	OC	50	EC		EC	50	EC			x						
2	Renovação dos computadores de uso nos laboratórios	100	OC/EC	50	OC	50	OC/EC	50	OC	50	OC			x						
3	Adequação do piso da Quadra de Esportes	200	OC										x							
4	Adequação da Estrutura da Cobertura Quadra de Esportes			500	EC							x								
5	Reforma da parede do bloco B - ala administrativa			100	OC								x							
6	Reforma das instalações da recepção do Câmpus			150	OC							x								
7	Ampliação da usina fotovoltaica do Câmpus.					500	OC/EC					x				x				
8	Reforma dos Laboratórios de Química e Biologia		OC/EC	900	OC/EC							x	x							
9	Aquisição de equipamentos para os laboratórios de Química e Biologia	139	OC	150	OC/EC	150	OC/EC	200	OC/EC					x						
10	Reestruturação do Laboratório de Física	60	OC	50	OC									x	x					
11	Aquisição de equipamentos para o Laboratório de Ciências Térmicas	20	OC	44	OC/EC	44	OC/EC							x						
12	Reestruturação do Laboratório de Refrigeração			150	OC/EC	150	OC/EC					x	x							
13	Reestruturação do Laboratório de Ar Condicionado II			100	OC/EC	100	OC/EC					x	x							
14	Reforma e Ampliação da Sala de Orientação de Turno/Pedagógico/Secretaria					50	OC/EC	128	OC/EC			x	x							
15	Reforma do Almoxarifado do Câmpus São José							200	OC/EC	300	OC/EC	x	x							
16	Revitalização da cozinha de uso comum no Câmpus									80	OC/EC	x	x							
17	Readequação das salas do primeiro pavimento do Bloco B			150	OC/EC	150	OC/EC					x	x							
18	Sinalização Interna do Câmpus SJE	100	OC/EC	100	OC/EC							x	x							
19	Aquisição de equipamentos e mobiliários para a Biblioteca					100	OC/EC							x						
20	Reestruturação da biblioteca					100	OC/EC						x							
21	Aquisição de televisores para as salas de aula	80	OC	100	OC/EC									x						
22	Readaptação espaço para sala de música					100	OC					x								
23	Substituição dos quadros de distribuição elétrica e de telefonia do Câmpus							200	OC/EC	200	OC/EC	x	x	x	x					
24	Recuperação do sistema de alimentação de energia elétrica do Câmpus					500	OC/EC	500	OC/EC	1.000	OC/EC	x	x	x	x					
25	Aquisição de Equipamentos de Ar condicionado para o Câmpus	30	OC	20	OC									x						
26	Aquisição de equipamentos para as aulas no Câmpus	40	OC	30	OC	50	OC	50	OC					x						

Quadro 9.61 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste.

	Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Regularização às normas dos Bombeiros	40	OC									x			x		x			
2	Adequação de Infraestrutura (Porta de vidro, Sala estudantes e area verde)	50	OC/EC									x			x	x				
3	Adequação das redes elétrica e hidráulica			250	EC							x			x		x			
4	Adequações de acessibilidade			70	EC							x			x			x		
5	Aquisição de Licenças de Softwares			5	OC							x			x	x				
6	Pintura da Quadra do Ginásio			30	OC/EC								x		x		x			
7	Complementação do Acervo Bibliográfico	30	OC	20	OC	30	OC	30	OC	30	OC	x		x		x			x	
8	Substituição dos Toldos de Acesso ao Câmpus	40	OC/EC										x		x		x			
9	Aquisição de equipamentos para o Nead	10	OC	20	OC							x		x		x			x	
10	Cobertura das vagas de veículos oficiais			20	OC							x			x	x				
11	Aquisição de Mobiliário para Laboratórios e Administrativo	70	OC	20	OC	20	OC					x		x		x			x	
12	Aquisição de Equipamentos para Laboratórios	60	OC	60	OC	100	OC	100	OC	100	OC	x		x		x			x	
13	Adequações na Infraestrutura Lógica de Rede de Computadores	35	OC									x			x	x				
14	Aquisição de equipamentos de TIC	20	OC	30	OC	40	OC	40	OC	40	OC	x		x		x				
15	Aquisição de veículo oficial - tipo utilitário			140	EC							x		x		x				
16	Construção do Novo Câmpus	15.500	EC	30	OC	20	OC					x		x		x				
17	Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para o Câmpus Novo							10.000	EC			x		x		x			x	

Quadro 9.62 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus São Miguel do Oeste.

	Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Adequação da rede de gases do lab. de química (projeto e execução)	30	OC									x								
2	Aquisição de aparelhos de ar condicionado	15	OC	10	OC	10	OC	10	OC					x		x				
3	Aquisição de servidores de rede (2 servidores)	0	OC	35	OC	0		35	OC/EC					x		x				
4	Solução de segurança e proteção de rede	25	OC	25	OC	43		0		0				x		x				
5	Renovação Infraestrutura de Rede	50	OC/EC	50	OC/EC	50	OC/EC	50	OC/EC	50	OC/EC			x		x				
6	Aquisição de Câmeras de Segurança (Sistema novo 40 Câmeras, expanção até 64)	0	OC/EC	35	OC	10	OC	10	OC	10	OC			x		x				
7	Projetores Multimídia (20 Projetores)	16	OC	16	OC	16	OC	16	OC	16	OC			x		x				
8	Acervo bibliográfico	25	OC	25	OC	25	OC	25	OC	25	OC			x		x	x			

9	Adequação e equipamentos para laboratórios didáticos (PPInvest.s)	80	OC/EC	50	OC/EC	50	OC/EC	50	OC/EC	50	OC/EC			x		x				
10	Consolidação de estações de trabalho dos servidores	96	OC/EC	18	OC/EC	40	OC/EC	100	OC/EC					x						
11	Renovação e reposição de mobiliário em geral	5	OC	5	OC	5	OC	5	OC	5	OC			x		x				
12	Estruturação do Núcleo de Educação a Distância (NEaD)	10	OC											x		x				
13	Atualização dos laboratórios de Informática	116	OC/EC	20	OC	180	OC/EC	20	OC	300	OC/EC			x		x				
14	Melhorias e adequações de acessibilidade (rampa elevatória ginásio)			80	OC/EC							x		x		x		x		
15	Adequação e modernização das salas de aula			10	OC	10	OC	10	OC					x						
16	Sistema de controle por acesso biométrico na guarita			80	OC/EC									x		x				
17	Projeto e execução de passeio público externo, pavimentação do estacionamento e readequação da estrutura de cercamento			90	OC/EC							x			x	x				
18	Cobertura do acesso principal e entre blocos e ginásio			75	OC/EC							x				x				
19	Adequação de Espaços - Contêineres			120	OC/EC							x				x				
20	Projeto e execução de Instalação de Placas Solares					500	OC/EC					x				x				
21	Implantação de laboratório de eletricidade básica e automação, mediante adequação de espaço					180	OC/EC					x							x	
22	Aquisição do sistema antifurto da biblioteca do Câmpus					125	OC/EC							x		x				
23	Edificação de bloco de salas de aula							2.000	EC			x							x	

Quadro 9.63 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Tubarão.

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Viabilização do Refeitório Estudantil	850	EC	850	EC							x			x	x				
2	Atualização dos computadores dos laboratórios de informática	200	OC	200	OC	200	OC	200	OC	200	OC	x		x		x				
3	Instalação de usina de energia fotovoltaica					250	EC			250	EC	x		x		x				
4	Construção e equipamento de laboratórios de química, biologia e artes			100	OC/EC	300	OC/EC	300	OC/EC	200	OC	x		x		x			x	
5	Equipamentos de tecnologia assistiva e educação assistida	100	OC	50	OC	50	OC	50	OC	50	OC	x		x				x		
6	Ampliação do acervo bibliográfico	25	OC	25	OC	25	OC	25	OC	25	OC	x		x					x	
7	Projeto e captação de recursos para construção do ginásio poliesportivo			150	EC	2000	EC	2000	EC			x			x	x				
8	Adequação de acessibilidade (rampas, corrimãos, piso tátil, banheiros)	150	OC/EC	100	OC							x	x	x	x	x		x		
9	Revitalização/criação de espaços de lazer e convivência	120	OC	80	OC							x	x	x	x	x				

10	Implantação de sistema de captação e reuso de água da chuva					120	EC	80	OC			x		x		x				
11	Renovação dos equipamentos para laboratórios de eletrônica	120	OC/EC					120	OC/EC			x		x		x				
12	Consolidação do laboratório de prototipagem (LAPIS)			200	EC	200	EC	100	OC			x		x		x				
13	Manut. prev. da infraestrutura elétrica	20	OC			20	OC			20	OC		x		x		x			
14	Ampliação do sistema de monitoramento (CFTV)					60	OC/EC			30	OC	x		x		x				
15	Viabilização e implantação de cantina	100	OC			100	OC					x	x		x	x				
16	Aquisição de equipamentos para laboratório de automação	50	OC/EC	100	OC/EC					100	OC/EC	x		x		x				
17	Manutenção e aquisição de ares-condicionados	30	OC	30	OC	20	OC	30	OC	30	OC		x		x		x			
18	Adequação da rede lógica	15	OC	70	OC	30	OC					x		x	x	x				
19	Criação de sala dos professores com espaços individualizados			180	EC	120	OC					x		x		x				
20	Pintura interna e externa do câmpus			120	OC					120	OC		x		x		x			
21	Equipamentos para laboratório de redes de computadores			100	OC			100	OC			x		x		x				
22	Substituição de fechaduras convencionais por sistemas digitais/faciais	60	OC	40	OC							x		x		x				
23	Contrato de jardinagem e paisagismo	50	OC	50	OC	50	OC	50	OC	50	OC		x		x		x			
24	Expansão do estúdio do Núcleo de Educação a Distância (NEaD)			80	OC					120	EC	x		x		x				
25	Recursos para participação de alunos em eventos científicos	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC	10	OC		x		x					x

Quadro 9.64 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Urupema.

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Adequações de layout bloco 1 - parte I	10	OC	140	EC								x			x			x	x
2	Instalação de sistema elétrico de prevenção conra quedas de energia	5	OC										x				x			
3	Cobertura de toldo entre os blocos, entre portaria ao bloco 1 e em frente portas	150	EC									x				x		x		
4	Reforma telhado bloco 2			200	OC								x			x				
5	Refazimento reboco bloco 2 e reforma teto e paredes internas e pintura	150	EC										x			x				
6	Adequação de layout bloco 2 - parte I			100	EC	100	EC						x			x		x	x	x
7	Instalação sistema de painel fotovoltaico térreo					400	EC					x				x				
8	Alteração do sistema de calefação (gás para elétrico)					80	EC						x			x				x
9	Construção de escadas e rampas de acesso área experimental			100	EC							x						x	x	

10	Construção do ginário de esportes fechado (PAC Gov)			2.000	EC							x							x	x
11	Adequação de layout bloco 2 - parte II					100	EC	100	EC				x			x			x	x
12	Instalação de sistema antifurto biblioteca			40	OC									x	x	x			x	
13	Aquisição de equipamentos de laboratórios diversos	60	OC/EC	60	OC/EC	60	OC/EC	60	OC/EC	60	OC/EC			x		x			x	x
14	Adequação para implantação lab. análise sensorial padrão ISO							80	EC				x			x	x			x
15	Aquisição de mobiliário e equipamentos para novo lab. análise sensorial padrão ISO							80	EC					x		x				x
16	Adequações de layout bloco 1 - parte II							100	EC				x			x			x	x
17	Construção/ampliação da biblioteca, Secretaria/RA, Sala reunião							350	EC	350	EC	x	x			x			x	x
18	Construção de lab. agrícola, sala superior (sala EAD e sala aula) e cobertura para garagem (anexo ao bloco 2)							400	EC	400	EC	x				x			x	x
19	Adequação do laboratório de Análise de Alimentos para equipamentos de cromatografia									100	EC		x	x		x				x
20	Aquisição de novos ar-condicionado para trocas escalonadas	15	OC	15	OC	15	OC	15	OC	15	OC			x			x			x
21	Atualização do acervo bibliográfico			10	OC	10	OC	10	OC					x					x	
22	Melhoria da acessibilidade	5	OC	5	OC	5	OC	5	OC	5	OC		x					x		x
23	Ampliação do terreno do campus									1.000	EC	x				x			x	
24	Renovação da frota de veículos oficiais					100	EC	100	EC	100	EC			x		x				

Quadro 9.65 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Câmpus Xanxerê.

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda				
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.	POCV	SWOT
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.							
1	Construção da Cantina	1.200	EC									x				x				x
2	Elaboração do plano diretor														x	x				
3	Aquisição de condicionadores de ar que ainda faltam em diversos ambientes	50	OC	50	OC									x		x				
4	Aquisição de mobiliário para atendimento das demandas (cadeiras novas para lab info, móveis para acolhimento dos estudantes, mobiliário ergonômicos).	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC	20	OC			x		x		x		
5	Cobertura nos passeios de acesso ao Lab. Alimentos, sala dos professores e lab. Usinagem CNC.			70	OC							x				x		x		
6	Construção de uma portaria no câmpus					400	OC/EC					x				x				x
7	expansão da área de terreno											x				x			x	x
8	Ginásio poliesportivo cbt. (depende do atend. do item 7)			1.000	OC/EC							x				x			x	x
9	Substituição do bloco 1 por nova edificação									15.000	EC	x				x			x	x

10	Implementação de sistema de controle de acesso	25	OC											x	x				x
11	novas salas de aula (depende da execução do item 7 ou 9											x				x			x	x
12	construção auditório (depende da execução do item 7)			1.000	OC/EC							x				x			x	x
13	adequação dos laboratórios, divisão dos que atualmente estão juntos , implantação de novos laboratórios (depende do atendimento do item 7 ou 9)							5.000	EC			x				x			x	x
14	Pintura do câmpus							120	OC						x	x				
15	Aquisição/construção de usina/sistema de geração de energia elétrica fotovoltaica			100	EC							x				x				
16	Adquirir um Container para armazenar insumos e equipamentos do laboratório de alimentos			55	EC							x				x				
17	Adquirir central telefônica	25	OC									x					x			
18	recuperação cerca de divisa e grades			100	OC								x				x			
19	recuperação letreiros luminosos	30	OC												x		x			
20	Aquisição de acervo bibliográfico para novas ofertas			50	OC									x					x	
21	Contrução de quadra coberta			100	OC							X				x				
22	Aquisição de equipamentos infraestrutura de TIC					50	EC							x		x				

Quadro 9.66 - Plano Quinquenal de Infraestrutura – Reitoria.

Item de infraestrutura		Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda	
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Diag. Acess.
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.				
1	Obras - Arquivo Central do IFSC	900	EC									x				x	
2	Sinalização Interna da Reitoria	20	OC										x				x
3	Equipamentos para Diretoria de Comunicação			17	OC	26	OC										
4	Obras - Readequação de Salas Administrativas	45	OC	5	OC	70	OC	100	OC	120	OC	x	x	x	x	x	
5	Mobiliário - Salas Administrativas	43	OC	20	OC	16	OC	19	OC	6	OC			x		x	
6	Condicionadores de Ar	70	OC	35	OC	28	OC	45	OC	48	OC			x		x	
7	Switchs reitoria	14	OC	19	OC	19	OC	19	OC	19	OC			x			
8	Computadores	76	OC	80	OC	83	OC	80	OC	30	OC			x			
9	Licenças / Softwares	257	OC	181	OC	144	OC	159	OC	165	OC			x		x	
10	Obras - Hall de Entrada			200	OC								x			x	
11	Mobiliário - Arquivo Central do IFSC			25	OC									x		x	
12	Equipamentos para arquivo - Arquivo Central			26	OC									x		x	
13	Equipamentos de Informática - Arquivo Central			9	OC									x		x	
14	Solução de controle de acesso			55	OC									x	x		

Quadro 9.67 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Polo de Inovação.

	Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento										Tipo				Sinalizador da demanda		
		2025		2026		2027		2028		2029		Obra		Aq. bens	Serv.	Diag. Infra.	Manut. prev.	Diag. Acess.
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	Invest.	Cust.					
1	Reforma e readequações das salas 320 e 321 da Unidade Embrapii IFSC - no Câmpus Florianópolis			150	OC							x			x	x	x	
2	Atualização do mobiliário					100	OC					x		x				
3	Atualização do parque tecnológico - 10 computadores					50	OC					x		x				
4	Nova sede do Polo de Inovação							2.000	EC			x				x	x	x

Quadro 9.68 - Plano Quinquenal de Infraestrutura - Tecnologia da Informação e Comunicação.

	Item de infraestrutura	Cronograma, estimativa de despesa e fonte do fomento												Demanda
		2025		2026		2027		2028		2029		Aq. bens	Serv.	PETIC
		R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte	R$ x 1.000	Fonte			
1	Adquirir Computadores/Monitores	2.130	Câmpus/REI	2.343	Câmpus/REI	2.578	Câmpus/REI	2.835	Câmpus/REI	3.119	Câmpus/REI	x		OE.02
2	Adquirir Servidores de rede	540	Câmpus/Fundo de TI	540	Câmpus/Fundo de TI	150	Fundo de TI					x		OE.02
3	Adquirir Firewall			258	Câmpus/Fundo de TI	272	Câmpus/Fundo de TI	285	Câmpus/Fundo de TI			x		OE.02
4	Adquirir Pontos de Acesso - Rede sem Fio			221	Câmpus/Fundo de TI	243	Câmpus/Fundo de TI	267	Câmpus/Fundo de TI			x		OE.02
5	Adquirir Switches	224	Câmpus/Fundo de TI	210	Câmpus/Fundo de TI	167	Câmpus/Fundo de TI	177	Câmpus/Fundo de TI			x		OE.02
6	Adquirir equipamentos para telefonia VoiP	50	Câmpus/REI	55	Câmpus/REI	60	Câmpus/REI	68	Câmpus/REI	75	Câmpus/REI	x		OE.02
7	Adquirir appliance de backup com redundância			1.700	Extraorçamentário							x		OE.02
8	Ampliar a capacidade de armazenamento de dados	307	Fundo de TI									x		OE.02
9	Ampliar monitoramento CFTV	200	Câmpus	200	Câmpus	200	Câmpus					x		OE.02
10	Aquisição de licenças para virtualização			176	Fundo de TI	176	Fundo de TI	185	Fundo de TI	185	Fundo de TI	x		OE.02
11	Migração de licenças de backup									800	Fundo de TI		x	OE.02
12	Aquisição de licenças de backup			176	Fundo de TI	176	Fundo de TI	185	Fundo de TI	185	Fundo de TI		x	OE.02
13	Contratar serviços de suporte a infraestrutura de TIC (UPS)			72	Reitoria	76	Reitoria	79	Reitoria	83	Reitoria		x	OE.02
14	Contratar link redundante de Internet			96	Câmpus	101	Câmpus	106	Câmpus	111	Câmpus		x	OE.02
15	Contratar serviço de locação de computadores			360	Câmpus	360	Câmpus	360	Câmpus	360	Câmpus		x	OE.02
16	Contratar serviço de virtualização de computadores			360	Câmpus/Fundo de TI	360	Câmpus/Fundo de TI	360	Câmpus/Fundo de TI	360	Câmpus/Fundo de TI		x	OE.02

Capítulo 10 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

SUMÁRIO

Capítulo 10 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 1
10.1 EXECUÇÃO DOS PLANOS E PROCESSOS 5
10.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 6
10.2.1 Autoavaliação institucional 8
10.2.2 Acompanhamento e avaliação do PDI 12
10.2.3 Acompanhamento e avaliação do Plano de Oferta de Cursos e Vagas 15
10.2.4 Acompanhamento e avaliação do Plano Estratégico Institucional 16
10.2.5 Relatório de gestão 19
10.3 EXECUÇÃO, REVISÃO E ALTERAÇÕES DO PDI 2025-2029 20
10.3.1 Orientações para a elaboração do próximo PDI 23

Comissão Temática de Acompanhamento e Avaliação do Desenvolvimento Institucional

OIZES VIEIRA MENDES - Diretor de Gestão do Conhecimento - Presidente

SILVIO APARECIDO DA SILVA - Coordenador de Planejamento e Avaliação Institucional

FELIPE GUSTAVO DE ANDRADE - Coordenadoria de Planejamento e Avaliação Institucional

DEIZI PAULA GIUSTI CONSONI - Diretoria de Gestão do Conhecimento

MARIANA FEMINELLA VEIGA SAMPIETRO - Diretoria de Gestão do Conhecimento

MARGARETE GONÇALVES MACEDO DE CARVALHO - Procuradora Educacional Institucional e Recenseadora Institucional

A gestão institucional é fundamental para o sucesso e desenvolvimento de qualquer organização. Contudo, seu aprimoramento não se resume a uma ação isolada e temporal; pelo contrário, sua aplicação demanda maior rigor no acompanhamento e na avaliação do desenvolvimento institucional. A partir do monitoramento constante dos projetos e processos da instituição, constroem-se as condições necessárias para o estabelecimento de uma sinergia estratégica e, consequentemente, para o alcance dos objetivos estabelecidos.

Nesta perspectiva, a governança compreende um importante mecanismo de monitoramento da estratégia, pois pretende avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. No IFSC, a estrutura de avaliação e de execução do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) conta com diferentes ferramentas de gestão e governança. Essa estrutura organizacional conta com colegiados, que facilitam a integração dos projetos e processos institucionais, procurando envolver a comunidade acadêmica na construção do futuro institucional.

Nessa vertente, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) surge como executora do processo de autoavaliação institucional, papel fundamental no processo de acompanhamento do plano estratégico da instituição, sobretudo no que se refere à qualidade da educação superior. Além disso, o Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão (Comitê GIRC) atua como instância técnica responsável por implementar, monitorar e avaliar as políticas de governança, integridade, riscos e controles internos no IFSC, garantindo a sistematização dos processos e a mitigação de riscos institucionais. Responsável por estudos e proposições ao Comitê GIRC, o Comitê Adjunto de Governança é um grupo técnico que contribui para a construção, implementação e avaliação dessas políticas, servindo como suporte estratégico ao Comitê GIRC.

Outra estrutura relevante é o Conselho Superior (Consup) que, como órgão máximo deliberativo e consultivo, aprova, fiscaliza e acompanha as políticas institucionais, incluindo as ações de governança, além de zelar pelo cumprimento dos objetivos estratégicos e deliberar sobre temas orçamentários e acadêmicos. Assim, o Consup desempenha um papel estratégico e decisório, enquanto o Comitê GIRC e o Comitê Adjunto de Governança possuem funções técnicas e operacionais, voltadas para a execução e o aprimoramento da governança institucional.

A estrutura descrita anteriormente elenca alguns dos entes que atuam conjuntamente com a

alta administração no processo de aprimoramento institucional. Tais mecanismos contribuem para estabelecer uma avaliação contínua e a consequente melhoria dos processos institucionais, direcionando a instituição para um ciclo de contínua evolução. Nesse sentido, a constante avaliação das decisões internas por seus colegiados, comissões e conselhos tem um papel fundamental no fortalecimento de uma cultura de aprendizado e inovação que procura transformar cada recurso recebido em valor social. A Figura 10.1 ilustra o funcionamento deste ciclo de desenvolvimento institucional que tem como principal objetivo melhorar os serviços oferecidos aos estudantes e à sociedade.

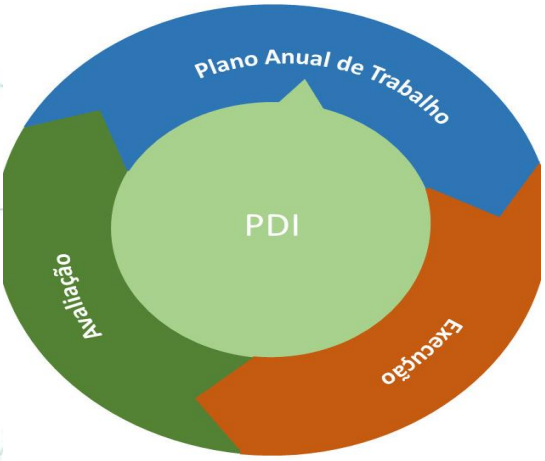


Figura 10.1. Ciclo de Desenvolvimento Institucional.

Essa estrutura sintetiza a gestão integrada, tendo o PDI como principal orientador para a elaboração do Plano Anual de Trabalho (PAT). Na primeira etapa, a comunidade acadêmica, por meio de articuladores em cada câmpus e pró-reitoria, cadastra uma lista de projetos no sistema de planejamento. Em seguida, a alta gestão de cada unidade analisa quais deles terão prioridade de execução ao longo do ano. Após essa etapa, o Colegiado de cada câmpus avalia se as prioridades elencadas pela alta gestão estão de acordo com os anseios da comunidade acadêmica. Com a aprovação, o planejamento anual do IFSC (câmpus e Reitoria) segue para o Codir e, posteriormente, para a publicação via portaria do reitor. Uma vez publicado, inicia-se a execução ao longo do ano.

A última etapa desse ciclo é a avaliação, que engloba diferentes atores, alguns deles abordados

a seguir. A CPA avalia de forma geral a situação de cada unidade do IFSC. Seu resultado oferece subsídios para projetos futuros do PAT. O Consup também avalia a execução do planejamento por meio da aprovação do Relatório de Gestão, que apresenta a prestação de contas anual, sintetizando as principais realizações e desafios encontrados pela gestão. Além disso, o Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão (Comitê GIRC) avalia a parte estratégica da instituição, verificando se os projetos do PAT impactam positivamente o alcance das metas estabelecidas.

Após as contribuições dos diversos comitês, colegiados, conselhos e comissões, a gestão inicia um novo ciclo de planejamento para o próximo ano. Este processo, fundamentado nas premissas de planejar, executar e avaliar, permite o aprimoramento das entregas aos estudantes e à sociedade. Trata-se de uma estrutura que auxilia a condução da instituição por meio de uma atuação direta dos mecanismos de governança. A ampliação do número de agentes participantes na condução institucional contribui para aumentar o nível de diversidade e profundidade das informações envolvidas na tomada de decisão, o que pode resultar em escolhas mais assertivas e embasadas. O ciclo de desenvolvimento institucional deve ser visto, acima de tudo, como um processo formativo, mediante o qual as pessoas e a instituição aprendem continuamente e aprimoram suas práticas e relações laborais e sociais a partir da consideração dos valores institucionais.

10.1 EXECUÇÃO DOS PLANOS E PROCESSOS

Enquanto o planejamento aponta o que é preciso fazer para chegar ao destino desejado, a execução, ou ação propriamente dita, conduz a ele. Conforme apresentado na Figura 10.2, a fase de execução ocorre por meio de projetos e processos. Os projetos estão dispostos no PAT e se relacionam aos diversos planos que constam ou se desdobram do PDI. Por sua vez, os processos dizem respeito ao fazer diário da instituição para o cumprimento de sua missão e estão contemplados na Arquitetura de Processos, desdobrada da Cadeia de Valor do IFSC.

É importante destacar que, neste ínterim, pode-se ter projetos cujo objetivo seja alterar um processo existente, a fim de melhorar a entrega que ele realiza, ou mesmo, adequar a uma nova legislação, por exemplo. Também pode-se ter projetos que visem excluir processos existentes, eliminando a entrega realizada por ele, uma vez entendido que ela não contribui mais para a entrega

de valor proposta pelo IFSC para os estudantes e a sociedade, conforme descrita na Cadeia de Valor. E, por fim, projetos que visem criar processos, realizando novas entregas.

Ainda na etapa de execução, é possível utilizar os processos para executar as ações previstas nos projetos, exceto se tal ação nunca tiver sido realizada. E, neste contexto, se o resultado da ação passar a ser uma atividade recorrente da instituição, deve-se criar um processo, já que projetos realizam entregas únicas e processos realizam entregas recorrentes.

O acompanhamento e a avaliação da execução dos projetos e processos permite o replanejamento das ações, corrigindo possíveis falhas no percurso traçado ou apresentando a necessidade de redirecionamento.

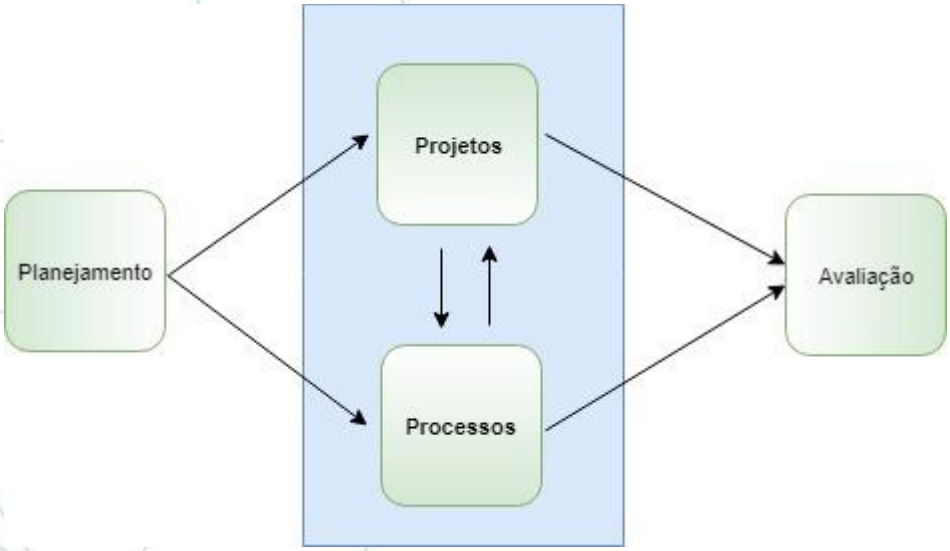


Figura 10.2. Fase de execução no ciclo de desenvolvimento institucional.

10.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

As instituições de ensino são criadas pela sociedade objetivando a produção e a socialização do conhecimento. Sua finalidade é a formação de cidadãos e cidadãs para a transformação social e o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Por isso, equidade e justiça social são importantes aspectos que devem compor os sentidos das atividades formativas e cognitivas dessas organizações na busca de seu alvo primordial: a construção da cidadania.

Deste modo, a avaliação, em uma instituição de ensino, deve servir para mensurar se tal finalidade social está sendo adequadamente atingida. Este é um sistema complexo e que precisa

articular os diversos componentes da educação verificando, de modo dinâmico, o seu curso de ação. Seu foco consiste na reflexão sobre os sentidos e valores que essa matéria desempenha junto à coletividade, entendendo como seus processos internos podem ser aprimorados para promover maior impacto social.

No IFSC, a Avaliação Institucional é composta por um conjunto de processos avaliativos individualizados, internos e externos, realizados em períodos distintos, por atores diferentes e com focos específicos. Ainda que sejam distintos, esses processos formam um sistema articulado, capaz de oferecer uma análise abrangente do desempenho da instituição sob múltiplos prismas. Esse modelo adota uma abordagem sistêmica, que busca integrar a avaliação da atuação individual, do trabalho em equipe, dos resultados das unidades e da satisfação dos estudantes e da sociedade.

O resultado da Avaliação Institucional é publicizado à comunidade interna, aos órgãos de controle e à sociedade por meio do Relatório de Gestão (Figura 10.3).

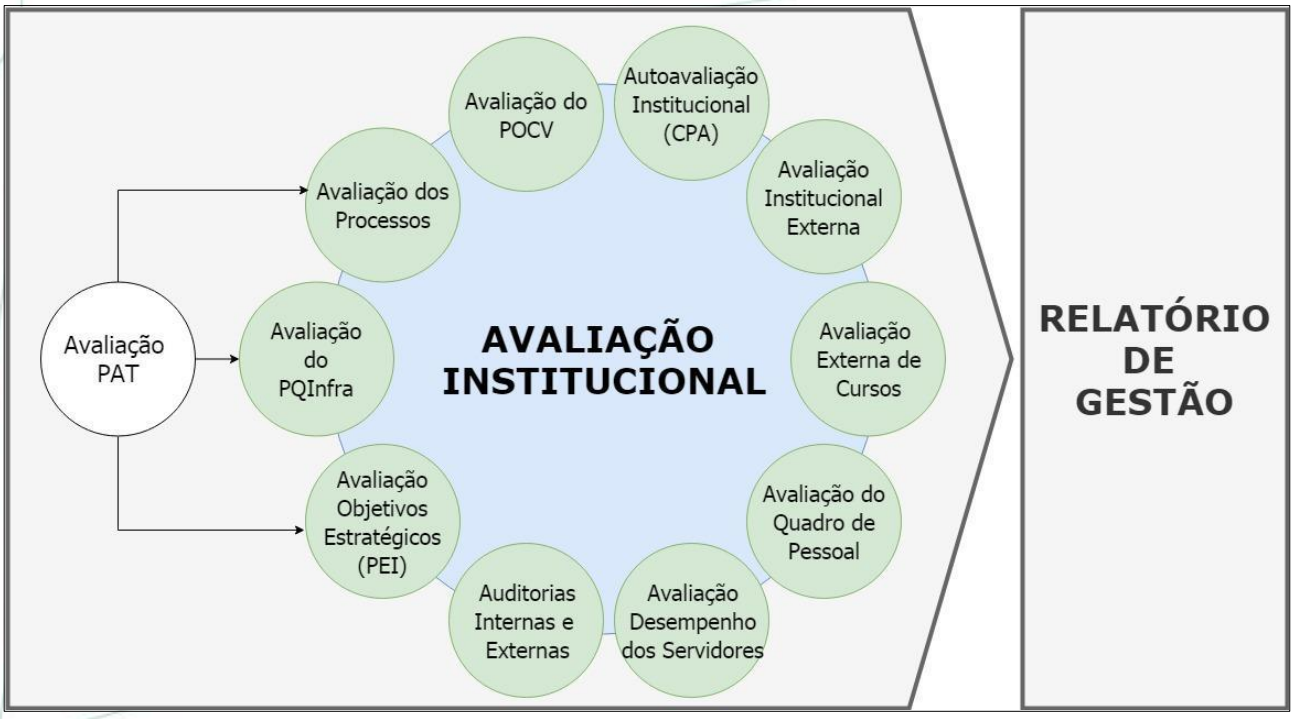


Figura 10.3: Sistema de Avaliação Institucional

Além desses processos, outras avaliações também são realizadas pela instituição, como a

Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho. Os resultados dessas avaliações alimentam a análise dos Objetivos Estratégicos, uma vez que estão vinculados a ações previstas no Plano Estratégico Institucional, contribuindo para o monitoramento e o aperfeiçoamento contínuo da gestão.

10.2.1 Autoavaliação institucional

A autoavaliação institucional, ou avaliação institucional interna, é um dos instrumentos que compõem o processo avaliativo das instituições de ensino superior (IES), regulado pelo MEC por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n° 10.861/2004, que visa promover a melhoria da educação superior no país. Este sistema é ilustrado pela Figura 10.4.

Segundo Silva (2019)[1], "por meio desse sistema avaliativo, busca-se compreender e avaliar todos os processos produzidos por essas instituições que podem intervir criticamente na comunidade acadêmica". A autoavaliação é conduzida pela CPA, cuja ação é autônoma em relação à administração da instituição e aos seus órgãos colegiados, relacionando-se diretamente ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), e cujo trabalho é complementar e articulado ao da Procuradoria Educacional Institucional (Diren/Proen). Contudo, para fins de suporte administrativo, a CPA é regimentalmente assessorada pela Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin), com a qual também interage para discussão conceitual e apoio técnico.

1 SILVA, J. R. C. **O processo de autoavaliação em um instituto federal de ensino**: uma análise na perspectiva da gestão do conhecimento e da teoria institucional. Projeto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Administração da UNISUL - Curso de Mestrado em Administração. 2019.

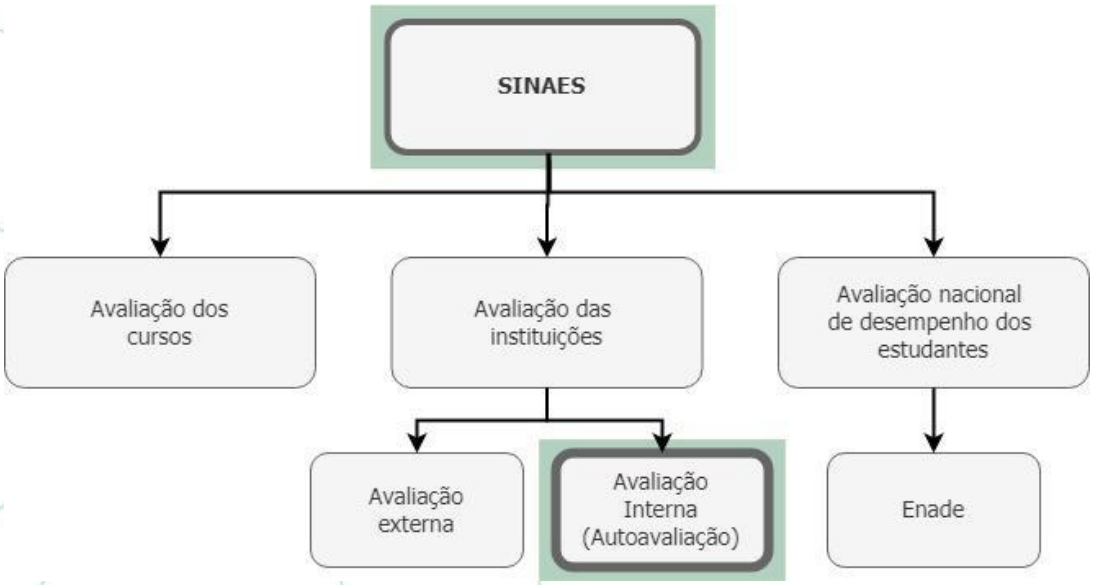


Figura 10.4. Estrutura do Processo Avaliativo das IES (SINAES)[2]

No IFSC, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é composta por uma Comissão Central e por comissões locais nos câmpus e na reitoria, conforme estabelecido pela Resolução CONSUP nº 49, de 23 de outubro de 2023, que altera o Regulamento Interno da CPA.

A Comissão Central da CPA é formada pelos seguintes membros: 4 (quatro) representantes dos servidores docentes; 4 (quatro) representantes dos servidores técnico-administrativos; 4 (quatro) representantes do corpo discente; 1 (um) discente egresso de curso superior ou técnico do IFSC, que tenha concluído seu curso há, no máximo, 5 (cinco) anos; 2 (dois) representantes de instituições da sociedade civil organizada e o(a) Coordenador(a) de Planejamento e Avaliação do IFSC.

As comissões locais também seguem uma composição específica. Nos câmpus, cada comissão é formada por 1 (um) representante de cada segmento da comunidade acadêmica: discente, docente e técnico-administrativo em educação. Na reitoria, a comissão local é composta por 3 (três) representantes dos servidores lotados na unidade.

Para a CPA do IFSC, a autoavaliação institucional é compreendida como um processo de caráter diagnóstico, formativo e pautado no compromisso coletivo, cujo objetivo é identificar a situação atual da instituição e promover a melhoria contínua de sua qualidade. As competências da

2 Adaptada de Silva (2019).

CPA estão estabelecidas na Resolução CONSUP nº 49, de 23 de outubro de 2023. Quanto ao processo de autoavaliação, conforme orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) — órgão colegiado responsável pela coordenação e supervisão do SINAES —, ele se estrutura em três etapas principais. A Figura 10.5 apresenta uma síntese dessas etapas, de acordo com as diretrizes da CONAES.

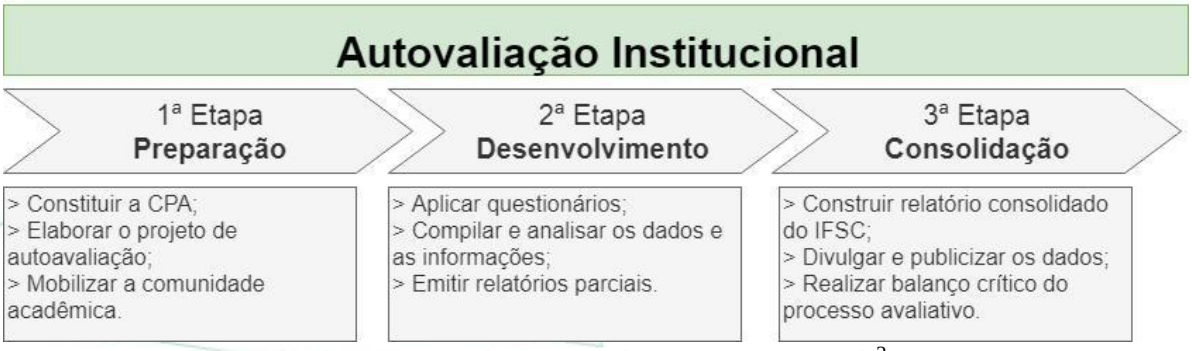


Figura 10.5. Etapas do Processo de Autoavaliação Institucional.[3]

A primeira etapa do processo consiste na preparação, que estabelece a comissão, formalizada por meio de emissão de Portaria. Em seguida, é elaborado o projeto de autoavaliação a ser desenvolvido. Essa etapa é encerrada com a sensibilização da comunidade acadêmica sobre a importância e o objetivo do processo, que visa mobilizar os segmentos para a participação ativa. A mobilização é realizada nos câmpus e na reitoria, coordenada pela Comissão Central e organizada pelas Comissões Locais.

A segunda etapa do processo aborda o desenvolvimento da autoavaliação, que realiza o levantamento de informações por meio da aplicação de questionários junto aos três segmentos da comunidade acadêmica: discentes, docentes e técnicos administrativos em educação. Esses questionários são disponibilizados na internet e revisados periodicamente, para atender às demandas da instituição. O levantamento tem por objetivo conhecer a opinião dos envolvidos a respeito da instituição, e dele resultam relatórios parciais por câmpus e reitoria, emitidos a partir da análise dos dados.

Na terceira e última etapa, os dados são consolidados em um único relatório institucional e analisados realizando-se um comparativo entre os três segmentos participantes em cada item, cuja

3 Adaptada de Silva (2019).

base são as dimensões estabelecidas pelo SINAES para o instrumento de avaliação externa institucional. Após essa etapa, com vistas a subsidiar os processos regulatórios dos cursos e da IES, o relatório é inserido no sistema e-MEC pela Procuradoria Educacional Institucional, até o dia 31 de março, conforme a Portaria MEC nº 821, de 24 de agosto de 2009; publicado no site institucional e divulgado na instituição; por fim, a CPA realiza o balanço crítico do processo realizado, com o objetivo de aprimorar o processo na próxima vez que será realizado.

A autoavaliação institucional organiza-se a partir de uma estrutura planejada, contemplando os cinco eixos avaliativos propostos para integrar as dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional Externa - presencial e a distância, elaborado pelo INEP/MEC. Os cinco eixos e as dez dimensões são apresentados no Quadro 10.1.

Quadro 10.1. Eixos e Dimensões da autoavaliação[4]

EIXOS AVALIATIVOS	DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: a missão e o plano de desenvolvimento institucional.
	Dimensão 3: a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
	Dimensão 4: a comunicação com a sociedade.
	Dimensão 9: políticas de atendimento aos estudantes.
Eixo 4: Políticas de Gestão	Dimensão 5: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
	Dimensão 6: organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
	Dimensão 10: sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.
Eixo 5: Infraestrutura Física	Dimensão 7: infraestrutura física, especialmente a de ensino de pesquisa e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

4MEC. Instrumento de Avaliação Institucional Externa | presencial e distância - recredenciamento. DAES/INEP. Brasília: INEP. 2017.

As informações e o conhecimento institucional produzidos pelo processo de autoavaliação retroalimentam o planejamento da instituição - ainda que seu foco seja a educação superior - visto que a partir dos seus resultados, câmpus e a Reitoria podem elaborar projetos, no âmbito do Plano Anual de Trabalho (PAT), a fim de buscar soluções para melhoria das dificuldades ou demandas identificadas.

10.2.2 Acompanhamento e avaliação do PDI

No IFSC, o planejamento institucional envolve as diversas unidades da instituição. Essa cooperação procura proporcionar, por meio dos indicadores, ou objetos de avaliação, informações necessárias para uma adequada tomada de decisão. Além disso, a estrutura de governança estabelece diretrizes e supervisiona a condução da entidade, com base no alcance dos objetivos estratégicos. Esta dinâmica fornece maior transparência na gestão, já que os diversos indicadores e sistemas avaliativos estabelecem um ambiente propício ao gestor para uma eficaz condução institucional, monitorada pela estrutura de governança.

A responsabilidade pelo planejamento institucional é distribuída em várias instâncias da estrutura organizacional e do sistema de governança do IFSC. É da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional a competência de *promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional*, cabendo à sua Diretoria de Gestão do Conhecimento (DGC), por meio da Coordenadoria de Planejamento e Avaliação Institucional (CPlan), *coordenar e acompanhar a atualização e o cumprimento do PDI.* Compete ao Codir *expedir orientações e procedimentos para o planejamento anual* e, ao Consup, *aprovar o planejamento anual e o PDI*.

Com vistas a apoiar as instâncias regimentais e qualificar o sistema de governança, o processo de acompanhamento, avaliação e atualização do PDI será gerenciado pelo Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão (Comitê de GIRC), órgão responsável pelo monitoramento da implementação da estratégia institucional, bem como pela proposição das funções necessárias ao seu monitoramento. Para tal, configura-se como elemento articulador entre a comunidade acadêmica e as diferentes instâncias normativas e deliberativas do IFSC, propondo ações efetivas para a melhoria contínua dos métodos de elaboração e execução do PDI e dos planos que o compõem ou dele se desdobram.

O PDI é um documento robusto que envolve toda a instituição. Cada capítulo apresenta especificidades e complexidades que precisam ser acompanhadas e avaliadas com eficiência. Nesse cenário, torna-se imprescindível a atuação das áreas detentoras do conhecimento específico dos referidos planos. Os responsáveis pela avaliação dos planos institucionais que compõem o PDI são apresentados no Quadro 10.2.

Quadro 10.2. Responsáveis pela avaliação dos planos institucionais.

Planos	Seção do PDI	Responsáveis	Periodicidade da Avaliação
Projeto Pedagógico Institucional	3	Pró-Reitoria de Ensino	Avaliação formal em 2027, com atualização contínua
Plano Estratégico Institucional	6.4 a 6.6	Gestores dos Objetivos Estratégicos	Avaliação anual via Relatório de Gestão
Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito	6.8	Pró-Reitoria de Ensino	Revisões sempre que necessário durante o PDI
Plano de Oferta de Cursos e Vagas	7	Pró-Reitoria de Ensino	Revisão formal após dois anos, com atualização anual das planilhas
Plano de Expansão do Quadro de Pessoal	8.5	Diretoria de Gestão de Pessoas	Revisão sob demanda, conforme alterações no POCV
Plano Quinquenal de Infraestrutura	9.3	Pró-Reitoria de Administração	Atualização anual pelas unidades gestoras locais

Para que a avaliação seja realizada, a etapa que a precede é o acompanhamento. Nesta etapa, os dados são coletados, compilados e sistematizados para análise e avaliação. O responsável pela avaliação dos planos deve se articular com as áreas que atuam na execução ou muito próximas delas, uma vez que serão as responsáveis pelo acompanhamento.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) deverá ser avaliado durante os meses de agosto a novembro de 2027. Neste momento, o revisor deverá verificar se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está ocorrendo de forma integrada em todas as propostas pedagógicas. Outro ponto importante será manter o PPI em sintonia com os arranjos produtivos e culturais locais e regionais, fortalecendo a relevância social do IFSC. Por suposto, durante toda a vigência do PDI 2025 – 2029, o gestor responsável pelo PPI deverá mantê-lo atualizado, incorporando possíveis alterações nas legislações e diretrizes educacionais relevantes.

É fundamental, também, fortalecer as políticas que garantam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, sempre pautados em práticas inclusivas. Por fim, o PPI deverá salvaguardar a

formação integral e interdisciplinar, durante toda a sua vigência, garantindo que os currículos e metodologias promovam uma formação crítica e criativa.

Com relação ao Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar (PEAPEE-IFSC), suas revisões devem ocorrer durante toda a vigência do atual PDI, sempre que forem necessárias atualizações das estratégias que articulam o acesso, a permanência e o êxito de forma integrada. Tais revisões devem considerar as diferentes modalidades de ensino e as singularidades de cada câmpus. É essencial que o gestor responsável pelo capítulo promova a medição de todos os indicadores institucionais, acadêmicos e sociais presentes no plano.

Além disso, deve haver, também, a promoção de ações que impactem positivamente o alcance das respectivas metas. Por fim, destaca-se a relevância da institucionalização de comissões locais e centrais para auxiliar no acompanhamento e revisão das metodologias de avaliação, garantindo o devido alinhamento, tanto com as diretrizes institucionais quanto com a legislação vigente.

O Plano de Expansão do Quadro de Pessoal, por sua vez, deve ser revisado sempre que for necessário, visando a um novo dimensionamento no corpo funcional para atendimento de novas necessidades institucionais. Em virtude disso, deve-se monitorar possíveis expansões de câmpus ou oferta de cursos, para que o quadro de pessoal se mantenha ajustado aos objetivos do IFSC.

Por fim, a revisão do Plano Quinquenal de Infraestrutura deve ocorrer anualmente, durante os meses de junho e julho, sempre que for necessário ajustá-lo às demandas advindas do Plano de Oferta de Cursos e Vagas. O gestor responsável pelo plano deverá assegurar que as diretrizes de acessibilidade sejam atendidas durante toda a sua vigência. Além disso, é fundamental manter atualizado o cronograma de implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e os acervos das bibliotecas, alinhando-os sempre às demandas institucionais.

As próximas duas seções são dedicadas à metodologia de acompanhamento e avaliação do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) e do Plano Estratégico Institucional (PEI). Os outros capítulos do PDI serão revisados sempre que houver a necessidade de atualização, em decorrência de alterações legais, estatutárias ou do regimento interno do IFSC.

10.2.3 Acompanhamento e avaliação do Plano de Oferta de Cursos e Vagas

O acompanhamento da execução do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) deve ocorrer, ao menos, por três vias complementares:

- **Comparação entre o planejado e o executado**

  Essa comparação considera a oferta prevista de cursos, respectivas vagas, número de matrículas, matrículas equivalentes e indicadores, como a distribuição de vagas por finalidade legal e a relação aluno-professor. Esses dados devem ser confrontados com os resultados efetivos publicados anualmente pelo MEC na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), permitindo avaliar o grau de aderência da execução institucional ao planejamento estratégico.

- **Utilização das planilhas[5] de planejamento das unidades acadêmicas**

  As planilhas serão atualizadas, no mínimo, anualmente pelas diretorias ou departamentos responsáveis, mesmo fora do período de revisão formal do POCV, pois são instrumentos essenciais de gestão. Além disso, devem servir como subsídios técnicos para os Colegiados de Ensino, Pesquisa e Extensão, apoiando suas deliberações quanto à aprovação de Projetos Pedagógicos de Curso, autorização de novas ofertas e definição de áreas prioritárias para provimento de vagas docentes. A qualidade e a consistência dessas planilhas impactam diretamente a governança das ofertas formativas no IFSC.

- **Elaboração de um painel[6] institucional de acompanhamento do POCV**

  A instituição está desenvolvendo um painel dinâmico baseado nas projeções do POCV e nos dados da PNP, com o objetivo de facilitar a análise e a visualização do cumprimento das metas de oferta. Esse painel apresentará gráficos e tabelas comparativas sobre número de vagas, matrículas, matrícula equivalente e percentuais legais, além de filtros por ano, câmpus, tipo de curso, tipo de oferta, turno da oferta e eixo tecnológico. A ferramenta também permitirá o comparativo do quantitativo de docentes por câmpus, promovendo uma

5 As planilhas consolidadas no formato PDF estarão disponíveis na página oficial do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no site do IFSC.

6 O painel institucional de acompanhamento do POCV estará disponível na página do IFSC, no menu "Transparência e Prestação de Contas", submenu "Planejamento e Resultados".

visão estratégica e integrada da execução do planejamento.

Adicionalmente, o POCV tem papel estruturante também na projeção da força de trabalho docente, como previsto no Capítulo 8 do PDI. A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) utiliza os dados de oferta planejada como base para estimar a necessidade de contratações de docentes, o que, por consequência, impacta também a previsão de provimento de vagas para técnicos-administrativos em educação (TAEs), conforme a relação TAE/docente estabelecida pela Portaria MEC nº 713/2021. Assim, garantir a consistência, padronização e atualização das informações no POCV é essencial não apenas para a gestão acadêmica, mas também para o planejamento de pessoal e o equilíbrio estrutural das unidades.

10.2.4 Acompanhamento e avaliação do Plano Estratégico Institucional

No processo de acompanhamento e avaliação do PEI, cada Objetivo Estratégico conta com um gestor responsável por fomentar e acompanhar o seu desenvolvimento. Além disso, esse gestor deverá medir e disseminar as informações referentes aos seus indicadores, garantindo que estejam sempre alinhadas à estratégia da instituição. Tal dinâmica torna o planejamento institucional um documento vivo, capaz de apontar com clareza a direção e promover a cooperação e o engajamento dos envolvidos, a fim de que os projetos e processos do IFSC contribuam efetivamente com o alcance das metas institucionais.

Esse papel de Gestor do Objetivo Estratégico será desempenhado pelo titular da área especialista no tema, conforme apresentado no Quadro 10.3, visando fortalecer a capilaridade do planejamento estratégico pelas unidades organizacionais do IFSC. Nesse contexto, os responsáveis pelo objetivo estratégico devem apresentar os resultados, comentar tendências e propor planos de ação, a cada ciclo do Relatório de Gestão, que serão discutidos nas pautas dos órgãos colegiados e fóruns setoriais.

Os “planos de ação” visam detalhar e publicizar como o Gestor do Objetivo Estratégico pretende agir para promover o alcance das metas institucionais. Eles são, neste sentido, os principais indutores da implementação das iniciativas estratégicas, viabilizadas por meio de projetos previstos no PAT, tendo como finalidade promover ampla compreensão aos servidores e gestores dos câmpus sobre quais ações são necessárias e prioritárias para alcançar os objetivos estratégicos. É por

intermédio dos planos de ação que os Gestores dos Objetivos Estratégicos poderão propor e pactuar com os câmpus e demais pró-reitorias o desdobramento das metas estratégicas globais apresentadas no Capítulo 6 em metas locais anuais. Deste modo, anualmente, a instituição construirá um portfólio de projetos com potencial estratégico (Mendes, 2019)[7].

Além dessas responsabilidades, o gestor dos Objetivos Estratégicos será incumbido de gerenciar os riscos associados ao alcance dos objetivos. Isso inclui a identificação, análise e mitigação dos possíveis riscos que possam comprometer o sucesso do alcance das metas estratégicas. Esse processo de gerenciamento de riscos é fundamental para garantir que as ações planejadas sejam eficazes e estejam alinhadas com a realidade operacional da instituição, minimizando impactos negativos e assegurando o progresso contínuo dos objetivos estratégicos.

Quadro 10.3. Gestores dos Objetivos Estratégicos.

Objetivo Estratégico	Gestor do Objetivo Estratégico
A1: Consolidar as diferentes áreas da política institucional de Assistência Estudantil	Pró-Reitor de Ensino
A2: Fortalecer imagem de instituição de educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de qualidade	Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas
A3: Fortalecer a Pesquisa e a Inovação em articulação com as demandas da sociedade	Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
A4: Consolidar e expandir as ações de extensão, promovendo a integração entre o IFSC e a comunidade	Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas
P1: Aprimorar processos e projetos para a garantia do acesso, da permanência e do êxito estudantil	Diretor de Assuntos Estudantis
P2: Aprimorar as políticas e práticas ambientais, sociais e de governança	Diretor Executivo
P3: Consolidar a internacionalização da instituição	Assessor de Relações Externas e Assuntos Internacionais
P4: Fomentar a cultura organizacional orientada por processos	Diretor de Gestão do Conhecimento
P5: Implementar a gestão de documentos arquivísticos	Diretor de Gestão do Conhecimento
P6: Consolidar a Inovação em articulação com o setor produtivo	Diretor do Polo de Inovação

7 MENDES (2019). Dissertação intitulada O *balanced scorecard* como ferramenta de gestão no Instituto Federal de Santa Catarina, defendida no Programa de Pós-Graduação em Administração da UNISUL - Curso de Mestrado em Administração.

Objetivo Estratégico	Gestor do Objetivo Estratégico
P7: Aprimorar a viabilização das ações de extensão	Diretor de Extensão
O1: Desenvolver uma organização saudável para o trabalho	Diretor de Gestão de Pessoas
O2: Aprimorar a eficiência no planejamento e na execução orçamentária	Diretor de Administração
O3: Garantir recursos financeiros para a implementação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC)	Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
O4: Aumentar a captação de recursos externos para ações de extensão	Diretor de Extensão
O5: Desenvolver a Gestão de Pessoas com foco em resultados	Diretor de Gestão de Pessoas

A implementação de um Plano Estratégico Institucional (PEI) envolve uma série de ações coordenadas que asseguram que os objetivos e as metas delineados no plano sejam alcançados. Abaixo seguem as ações que os Gestores dos Objetivos Estratégicos e a CPlan/DGC/Prodin realizarão para contribuir com a implementação do Planejamento Estratégico.

Gestores dos Objetivos Estratégicos:

- **Alocação de Recursos**: garantir que os recursos financeiros e técnicos estejam alinhados com as prioridades estratégicas.
- **Capacitação de atores do planejamento:** propor e mediar ações de capacitação aos atores envolvidos, nos câmpus e na reitoria, em processos ou projetos que contribuam para o alcance dos objetivos estratégicos, a partir da identificação das lacunas de competências estratégicas críticas, que constam no Capítulo do Planejamento Estratégico Institucional
- **Articulação com os câmpus**: realizar a articulação entre os câmpus e a reitoria, propondo ações efetivas para a otimização e a execução das prioridades estratégicas.
- **Desenvolvimento de Planos de Ação**: propor planos de ação voltados à implementação das iniciativas estratégicas, com o objetivo de assegurar que servidores e gestores dos câmpus compreendam amplamente quais ações são necessárias e prioritárias para alcançar os objetivos estratégicos.
- **Revisões Regulares**: realizar revisões anuais a fim de avaliar a adequação das iniciativas e

indicadores estratégicos, ajustando-os à realidade institucional, sempre que necessário.

Coordenadoria de Planejamento e Avaliação Institucional (CPlan):

- **Painel de Indicadores**: disponibilizar um sistema pelo qual se possa acompanhar a medição de cada indicador estratégico, cuja função é de contribuir tanto para a publicização de resultados quanto para subsidiar os processos de tomada de decisão. Os dados utilizados na mensuração dos indicadores são fornecidos pelos gestores dos objetivos estratégicos.
- **CPlan Itinerante**: realizar capacitações nos câmpus e na reitoria com intuito de disseminar a estrutura do planejamento do IFSC. Essa abordagem visa fortalecer a coesão institucional em prol da realização das iniciativas estratégicas, fazendo com que os projetos do PAT de cada unidade estejam devidamente harmonizados com os objetivos que a instituição deseja alcançar.
- **Plano de Divulgação**: aplicar sistematicamente ferramentas para disseminar o planejamento e torná-lo mais presente no dia a dia da instituição. Vídeos e e-mails explicativos, versões simplificadas de documentos norteadores e painéis com itens importantes serão alguns dos trabalhos realizados neste âmbito.

Outras instâncias fundamentais no acompanhamento do planejamento estratégico do IFSC são o Comitê GIRC e o Comitê Adjunto de Governança, ambos com competências para avaliar a condução estratégica e identificar a necessidade de ajustes. O Comitê GIRC desempenha o papel de supervisão estratégica, atuando como articulador entre a comunidade acadêmica e as diferentes instâncias institucionais, propondo ações que otimizem a execução do Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Por sua vez, o Comitê Adjunto de Governança atua de forma técnica, supervisionando os projetos, iniciativas e metas estratégicas. Essa atuação pretende manter o PEI atualizado para refletir as demandas da sociedade.

10.2.5 Relatório de gestão

Conforme artigo 9°, incisos I e II, da Instrução Normativa (IN) n° 84 de 22 de abril de 2020 do TCU, a prestação de contas do IFSC deve ser realizada por meio da publicação do relatório de

gestão e da atualização constante da página Transparência e Prestação de Contas. Conforme a IN 23, de 29 de julho de 2021, do IFSC, a atualização das informações que constam na página deverá ser mantida pelo respectivo gestor responsável por cada conteúdo. Assim, o IFSC apresenta à sociedade e aos órgãos de controle de que forma gerenciou seus recursos e quais valores entregou. Tal dinâmica favorece tanto o alinhamento com as demandas da sociedade contemporânea quanto a criação de valor público.

O relatório de gestão deve ser construído, obrigatoriamente, pelos gestores públicos a cada ano. Essa exigibilidade de apresentação aos órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Anual advém do art. 70 da Constituição Federal. Em 2018, o Tribunal de Contas da União (TCU) iniciou o processo de implantação de um novo modelo de relatório, denominado Relato Integrado[8]. Esta iniciativa objetiva a elaboração de um documento mais transparente, que concilie informações financeiras e não financeiras com necessidades que provêm da sociedade. Assim, o modelo integrado visa catalisar uma abordagem mais coesa e eficiente para os relatórios dos entes públicos.

O Relatório de Gestão fomenta a transparência pública, possibilitando, à sociedade, verificar como a gestão da entidade foi conduzida no alcance de seus objetivos. Neste documento, são apresentadas informações que possibilitam a compreensão de como foram trabalhadas as iniciativas estratégicas, bem como as opções de alocação de recursos e medidas de controle utilizadas pela instituição. Sua finalidade é acompanhar os resultados da estratégia frente aos objetivos institucionais, proporcionando transparência em sua condução e vislumbrando seu panorama futuro. A sociedade é sua principal destinatária e, por esse motivo, sua estrutura deve prezar pela linguagem clara e acessível e por uma estrutura esquematizada, de modo a facilitar sua leitura e compreensão.

10.3 EXECUÇÃO, REVISÃO E ALTERAÇÕES DO PDI 2025-2029

Os processos de revisão ou de alterações de conteúdo do PDI partirão do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão (Comitê de GIRC), seja pela emissão de recomendações, fundamentadas no acompanhamento e avaliação realizados pelos gestores responsáveis pelos planos, seja por demanda do Consup, Codir, Cepe, CDP ou CPA. O Comitê GIRC

8 BRASIL. **Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado.** Brasília: Tribunal de Contas da União, nov. 2018.

observará as competências regimentais dos órgãos colegiados da instituição e as seguintes diretrizes:

I. Todas as revisões ou alterações de conteúdo elencadas a seguir devem ser aditadas ao PDI 2025-2029 após aprovação do Consup, exceto as metas dos indicadores, mantendo-se a integridade de texto e dados do documento originalmente publicado.

II. Quanto à revisão ou alteração do Plano Estratégico Institucional, fica estabelecido que:

a) Os objetivos estratégicos terão validade pelo período de vigência deste PDI, cabendo sua alteração apenas em casos extremos, como eventual modificação de legislação;

b) Os indicadores poderão ser alterados anualmente, tendo o Codir como primeira instância de apreciação;

c) As metas poderão ser repactuadas anualmente, com a devida comunicação ao Codir sobre as eventuais mudanças;

d) As iniciativas estratégicas passarão por processo de revisão quando necessário, devendo-se informar ao Codir sobre a revisão efetuada.

III. O Plano de Oferta de Cursos e Vagas (Capítulo 7) passará por um processo formal de revisão após dois anos, salvo decisão contrária do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe). Este processo visa atualizar os quadros de oferta de cursos e vagas e a consequente projeção de indicadores, com manutenção ou revisão das metas gerais do IFSC quanto aos percentuais de distribuição da oferta de vagas por finalidade legal e relação aluno-professor[9].

IV. O Plano de Expansão do Quadro de Pessoal (Seção 8.5) deverá ser revisto caso uma revisão formal do POCV demande a distribuição de vagas de professores diferente do plano original.

V. As Diretrizes para Ampliação e Adequação da Infraestrutura (Seção 9.2) poderão ser revisadas anualmente em função do desenvolvimento do POCV, de avaliação da execução do Plano Quinquenal de Infraestrutura e de mudanças no cenário de disponibilidade orçamentária, tendo o Codir como primeira instância de apreciação.

9 A atualização das planilhas de planejamento das unidades acadêmicas, que costuma ser realizada pelos dirigentes de ensino com frequência semestral para apoio à gestão da rotina, não demanda aditamento do PDI.

VI. É recomendável que o Plano Quinquenal de Infraestrutura (Seção 9.3) seja atualizado anualmente em cada Unidade Gestora Responsável, com aprovação de seu Colegiado, não demandando aditamento ao PDI.

VII. Dado o caráter mais perene de seu conteúdo, e salvo alterações legais estruturantes, o Projeto Pedagógico Institucional (Capítulo 3) não demanda revisão durante o período de vigência, mas deverá ser avaliado formalmente, pelo menos, um ano antes do início da elaboração do próximo PDI, em processo desenhado pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e coordenado pela Proen. O resultado da avaliação apontará para a manutenção ou revisão do documento, conforme parecer do Cepe e deliberação do Consup.

VIII. Os capítulos 1, 2, 4 e 5, bem como as seções 6.1 a 6.4, 8.1, 8.2, 8.3, 8.4 e 9.1 não necessitam de revisões, pois retratam o IFSC em 2024, servindo como apresentação da instituição e ponto de partida para a planificação disposta no restante deste documento.

10.3.1 ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PRÓXIMO PDI

Considerando a organização do planejamento institucional nas quatro dimensões apresentadas na Seção 6.1. deste documento, a elaboração do próximo PDI deverá começar pela revisão do PPI, caso solicitada pelo Consup. Uma vez aprovado pelo Consup, o PPI servirá de base para a construção dos demais planos que compõem o novo PDI e para a revisão integrada dos principais elementos da identidade institucional, garantindo-se a articulação ilustrada pela Figura 10.6.

A Missão institucional, que sintetiza a maneira como o IFSC cumprirá suas finalidades e objetivos legais, deve ser reavaliada em função do PPI, especialmente se houver significativa revisão das concepções e políticas nele dispostas. Sequencialmente, deve-se proceder a revisão da Cadeia de Valor, de modo a atualizar os macroprocessos necessários ao cumprimento da Missão da instituição. E, paralelamente, um novo PPI também pode ensejar a alteração da visão de futuro do IFSC para o próximo período. A Revisão do PPI para o próximo ciclo do PDI 2030 - 2034 será realizada pelo gestor responsável pelo capítulo durante os meses de fevereiro a junho de 2028.

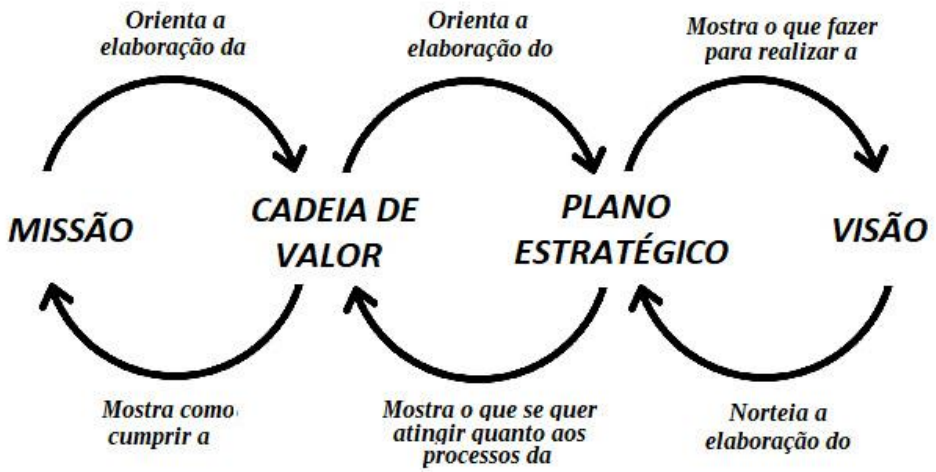


Figura 10.6. Inter-relacionamento dos elementos da identidade institucional.

Fonte: Elaborado pela Comissão do PDI

A declaração de Visão é o principal elemento norteador da elaboração do próximo plano estratégico, que também se configura como elemento basilar da identidade institucional, especialmente importante para organizações com a característica multicâmpus dos Institutos

Federais.

Na análise ambiental que precede o planejamento, deve-se identificar quais processos desdobrados da Cadeia de Valor representam fraquezas, de modo que a estratégia da instituição passe pela melhoria ou transformação dos processos críticos ao cumprimento da Missão e à consecução dos objetivos na perspectiva dos estudantes e da sociedade.

O processo de elaboração do PDI segue uma sequência lógica na escrita de seus respectivos capítulos. Conforme ilustrado nas figuras 10.6 e 10.7, as informações oriundas de um capítulo servem de insumo para orientar o próximo, garantindo coerência e continuidade. Portanto, seguir as diretrizes propostas pelas duas figuras é essencial para garantir um PDI alinhado às necessidades da comunidade acadêmica e às expectativas da sociedade.

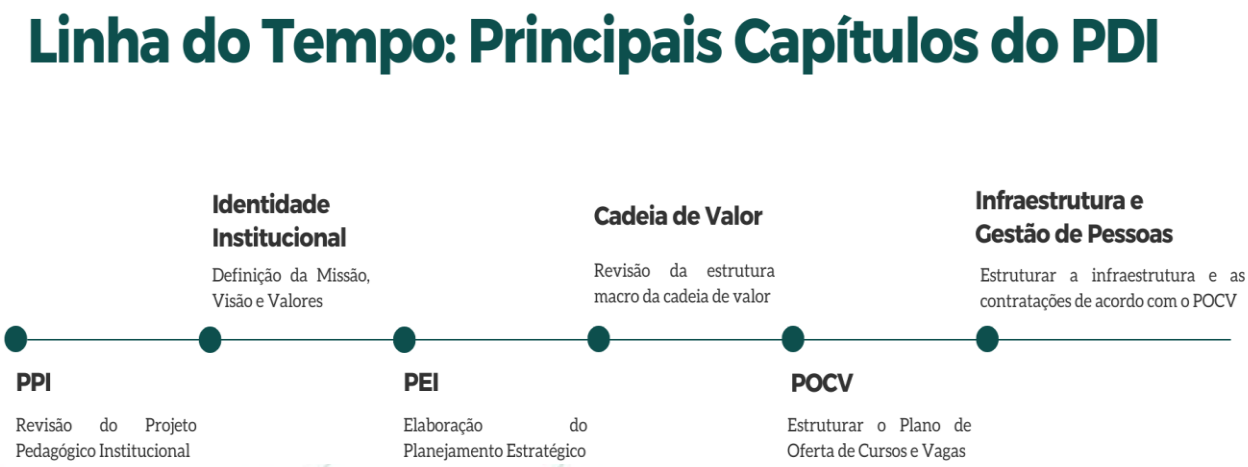


Figura 10.7. Linha do Tempo PDI

Fonte: Elaborado pela Comissão do PDI

Para a realização dessas etapas, vislumbra-se uma agenda de 18 meses. Para proporcionar uma visão integrada da agenda de planejamento, a metade superior do Quadro 10.4 apresenta o cronograma das etapas de revisão do PDI 2020-2024. Em 2029, os processos anuais de revisão das iniciativas estratégicas, das diretrizes para ampliação de infraestrutura e do PQInfra fundem-se à elaboração de planos componentes do novo PDI.

Ressalta-se que a elaboração do próximo PDI, no tempo previsto, requer que suas diversas etapas sejam realizadas aproveitando-se todo o conhecimento produzido pelo sistema de avaliação

institucional ao longo dos quatro ciclos anuais anteriores, resultado da participação contínua e estruturada de todos os segmentos da comunidade do IFSC.

Quadro 10.4 - Cronograma geral de revisão do PDI 2025-2029 e elaboração do próximo PDI.